



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1601

Segunda-feira - 27 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2
Água Doce .....	2
Antônio Carlos .....	3
Balneário Rincão .....	5
Barra Velha .....	5
Bela Vista do Toldo .....	6
Biguaçu .....	30
Blumenau .....	53
Bom Jesus do Oeste .....	138
Bom Retiro .....	138
Brusque .....	140
Caçador .....	144
Camboriú .....	494
Campo Alegre .....	495
Campos Novos .....	513
Canoinhas .....	534
Catanduvas .....	537
Caxambu do Sul .....	538
Chapadão do Lageado .....	538
Cocal do Sul .....	539
Concórdia .....	540
Cordilheira Alta .....	543
Coronel Freitas .....	543
Corupá .....	544
Curitibanos .....	547
Doutor Pedrinho .....	548
Forquilha .....	548
Fraiburgo .....	549
Garopaba .....	603
Garuva .....	606
Gaspar .....	606
Governador Celso Ramos .....	608
Guarujá do Sul .....	608
Herval d'Oeste .....	609
Ibiam .....	612
Imbituba .....	615
Indaial .....	620
Irineópolis .....	620
Itá .....	624
Itaiópolis .....	625
Itapiranga .....	625
Itapoá .....	626
Ituporanga .....	634
Jacinto Machado .....	635
Joaçaba .....	636
Lages .....	638
Lauro Muller .....	639
Lebon Régis .....	640
Leoberto Leal .....	640

Luzerna .....	646
Mafra .....	654
Maracajá .....	654
Maravilha .....	655
Massaranduba .....	657
Modelo .....	658
Morro da Fumaça .....	659
Navegantes .....	664
Nova Trento .....	665
Novo Horizonte .....	671
Ouro Verde .....	671
Palhoça .....	674
Papanduva .....	675
Penha .....	694
Pinheiro Preto .....	698
Pomerode .....	699
Porto União .....	700
Rio do Sul .....	706
Santiago do Sul .....	709
São Bento do Sul .....	709
São Domingos .....	715
São João do Sul .....	716
São José .....	716
São Miguel da Boa Vista .....	720
São Miguel do Oeste .....	720
São Pedro de Alcântara .....	721

Serra Alta .....	727
Siderópolis .....	728
Sombrio .....	742
Timbó .....	743
Três Barras .....	750
Treze Tílias .....	754
Turvo .....	754
Vargeão .....	820
Videira .....	820
Xavantina .....	825
Xaxim .....	825

### Consórcios

CIGA .....	827
CISAM .....	828



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Abdon Batista****PREFEITURA****Processo 145/2014 PP 126/2014**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 145/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 126/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO EM CONTROLE INTERNO, COM EDIÇÃO DE PLANO DE TRABALHO E MANUAIS DE AUDITORIA, NORMAS E PROCEDIMENTOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA-SC NOS TERMOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 07/11/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 15 de outubro de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal              Pregoeiro

**Processo 146/2014 PP 127/2014**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 146/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 127/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EXECUÇÃO DE PROJETO ELETRICO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06/11/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 15 de outubro de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal              Pregoeiro

**Água Doce****PREFEITURA****Processo Licitatório Nº. 28/2014 - Pregão Presencial Nº. 24/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2014  
PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 28/2014, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos de informática, o qual será processado e julgado no dia 10 de novembro de 2014 às 13h30 horas, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 24 de outubro de 2014

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

**DECRETO Nº 109 2014**

DECRETO Nº 109/2014 - 21 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-GENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

Novelli Sganzerla, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 2.246/2013 de 03 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 245,99 (duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicação Direta, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-TÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.03.0000.0/17 Aplicações Diretas R\$ 245,99

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto, serão utilizados valores cancelados no ano de 2014 ref. A Empenhos anteriores de restos a pagar 2013, verificada na rubrica: 0.1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, de 21 de outubro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 272/2014

PORTARIA Nº 272/2014 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
"CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determina que os veículos abaixo relacionados, usados na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte e Secretaria de Saúde e Promoção Social ficarão à disposição da Secretaria de Administração e Fazenda dia 24 de outubro à partir das 18:00 horas até dia 26 de outubro de 2014, para serem usados nas eleições de 2014:

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

- Kombi - placa MLF 1842
- Microônibus - placa MKV 7606
- Microônibus - placa MIS 1247
- Micorônibus - placa MKW 4956
- Ônibus - placa MIL 4956

#### SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

- Clio - placa MJJ 6074
- Uno - placa MIL 9431

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### 1º Edital de Convocação Concurso

1º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 06/10/2014 a 25/10/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munidos dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 03 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

#### Anexo I

Cargo: Auxiliar de manutenção e conservação

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Rosângela Terezinha Weber	1185
02	Patrick de Souza	0419
03	Salésio Medeiros	1099

Cargo: Motorista categoria "c"

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Valmir Liberato Duarte	0334

Cargo: Motorista categoria "d"

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Ângelo Alves da Silva	0118
02	Nivaldo Manoel de Souza	1725
03	Rodrigo cascais	1157

Cargo: Operador de máquina

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Valério Cardoso	0023
02	Natalino João weber	0280
03	Roberto weber	0279
04	Ronei José de Andrade	1428
05	Ricardo Roberto Vargas	0171

## Cargo: auxiliar administrativo i

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Jocilene Irene guesser	0569
02	Heloisa reges Vaz	0541
03	Rafaela Roseli kammer	1020
04	Mariléia jocélia Vidal	1798

## Cargo: assistente administrativo ii

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Aurineide Besen	0151

## Cargo: técnico de enfermagem

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Mariana Borba	0736

## Cargo: técnico em contabilidade

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Vanessa Koch Mannes	0716

## Cargo: enfermeiro 40 horas

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Aline Alves	0307
02	Ana Karolliny Testoni	0776

## Cargo: enfermeiro 20 horas

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Josiane Muller	0565

## Cargo: engenheiro agrônomo

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Thiago de Araujo Mas-trangelo	0944
02	Nelson Teixeira Santos Junior	1139

## Cargo: farmacêutico

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Sabrina da Costa	0493

## Cargo: médico 20 horas

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Maurício Câmara de Magalhães	1399
02	Telmo Tonon Ribeiro	0688
03	Roger Azevedo de Otero	1491

## Cargo: médico 40 horas

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Julio César Corrêa	0550
02	Fernando Henrique Monn	0552
03	Armando Thiago No-miyama	1565

04	Jaime Murilo Fernandes Costa	0940
----	------------------------------	------

## Cargo: médico ginecologista

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Karoline Bunn Borba	0730
02	Ivarna de Almeida Panisson	1364
03	Juliany Nascimento Silva	0316

## Cargo: médico pediatra

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Linete Rita Vieira Niehues de Farias	1461

## Cargo: médico psiquiatra

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Valéria Pereira Silva	1813

## Cargo: nutricionista

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Kalina Trivelato de Lima	1575

## Cargo: técnico em educação

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01	Bruna Nau	0304



## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 184/2014**

DECRETO/GP/Nº 184/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como gestores do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, VALBERTO BERKENBROCK, portador do RG nº 1932759, inscrito no CPF sob o nº 592.122.259-34, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, e o Servidor ALBERTO DE SOUZA, portador do RG nº 3175527, inscrito no CPF sob o nº 961.238.939-04, ocupante do cargo de Contador.

Parágrafo Único - A presente nomeação terá efeito a partir da publicação do presente Decreto, cabendo aos gestores nomeados, assinar, conjuntamente, cheques e toda movimentação financeira relativa aos recursos do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, nos termos da Lei Municipal nº 32/2013 e demais dispositivos legais aplicáveis.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 23 de outubro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 23 de outubro de 2014.

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### **Resolução 01/2014 CMS**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC  
RESOLUÇÃO 01/2014

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 01ª Reunião Extraordinária no ano de 2014, realizada em 17 de setembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Mun. 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Mun. 0857/2009 de 15/04/2009 e regulamentada pelo Dec. 535/2009 de 18/06/2009.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o SISPACTO 2014 com pactuação de metas para 2014.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Barra Velha - SC, 08 de outubro de 2014.  
Ronnye Peterson Aparecido Nasser da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

#### **RESOLUÇÃO 02/2014 CMS**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC  
RESOLUÇÃO 02/2014

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 02ª Reunião Extraordinária no ano de 2014, realizada em 09 de outubro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Mun. 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Mun. 0857/2009 de 15/04/2009 e regulamentada pelo Dec. 535/2009 de 18/06/2009.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a utilização de recursos próprios da Vigilância Sanitária Municipal para o pagamento aditivo contratual ao Instituto DAXA no valor de R\$60.000,00.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Barra Velha - SC, 15 de outubro de 2014.  
Ronnye Peterson Aparecido Nasser da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**PP 011/2014 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 022/2014 - FUMTEC

Pregão Presencial nº 011/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote Para locação e aquisição de banheiros químicos e tipo container para eventos da Fundação de Turismo Esporte e Cultura. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 07/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 24 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****Aviso de Licitação Fracassada - Processo 33/2014**

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO 033/2014

CARTA CONVITE Nº 009/2014

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade de Carta Convite nº 009.2014, Tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a Contratação de Prestação de Serviços para regularização da pedreira localizada na comunidade de Serra da Lagoa para extração de diabásio, que na sessão do último dia 23/10/2014, foi declarada FRACASSADA, em virtude do manifesto desinteresse dos convidados e o não comparecimento do número mínimo de participantes.

Bela Vista do Toldo, 24 de Outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**LEI 1.056**

LEI Nº 1.056/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI:**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
02-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
55-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	65.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
105-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	200.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	
30-20.606.0004-2.004	2.004	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
35-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
91-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	245.000,00
ÓRGÃO	13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
Unidade Orçamentária	13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
126-04.121.0007-2.026	2.026	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.057

LEI Nº 1.057/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 904, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 E INSTITUI PISO SALARIAL PROFISSIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica fixado o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde, no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, segundo as atribuições previstas nesta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de junho de 2014.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.058

LEI Nº 1.058/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que

lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação gratuita uma área de 2.763,02 m² (dois mil, setecentos e sessenta e três metros e dois decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior de 295.500,00 m² (duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos metros quadrados), com valor de mercado de R\$ 2.293,30 (dois mil, duzentos e noventa e três reais e trinta centavos), de propriedade de Adriana Beatriz Tyszk Kohler e Cláudio Kohler, sendo R\$ 0,83 (oitenta e três centavos) o metro quadrado.

Art. 2º. A área a ser recebida pelo Município de Bela Vista do Toldo será destinada, especificamente ao Cemitério Municipal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a extinguir, por remissão, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços relativos ao imóvel, ou a contribuição de melhoria, existentes até a data da transferência de que trata esta Lei.

Parágrafo Único: A extinção dos créditos tributários referidos no caput, fica condicionada à efetiva transferência do imóvel na forma autorizada no art. 1º desta Lei.

Art. 4º. Todas as despesas decorrentes da presente doação, tais como o desmembramento do imóvel pagamento de taxas, impostos e emolumentos ficarão a cargo do Município de Bela Vista do Toldo, donatário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.059

LEI Nº 1.059/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“CRIA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam criados no quadro de pessoal do Município, para atuação no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, os seguintes Empregos Públicos:

I - Orientador Social - 02 (duas) vagas com vencimento de R\$ 997,28 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social, com habilitação profissional exigida, portador de diploma de ensino médio, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para o Centro de Referência de Assistência Social.

II - Pedagogo - 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.396,31 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos), vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social, com habilitação profissional exigida, portador de diploma ensino superior e licenciatura plena em pedagogia, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para o Centro de Referência de Assistência Social.

§ 1º. As atribuições dos Empregos Públicos são as seguintes:

I - Orientador Social: Recepção e oferta de informações as famílias usuárias do CRAS;

Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados no CRAS;

Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;

Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

II - Pedagogo: Acolher, ofertar informações e realizar encaminhamento às famílias usuárias do CRAS;

Mediar os processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;

Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;

Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS;

Assessorar os serviços socioeducativos desenvolvidos no território de abrangência do CRAS;

Acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades;

Alimentar o sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;

Articular ações que potencializam as boas experiências no território de abrangência.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 3º. O quadro de pessoal do Poder Executivo destinado ao Emprego Público é distinto do quadro de pessoal Efetivo, vinculado a Estratégia Saúde da Família - ESF, Programa Saúde Bucal - PSB, Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS, Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 4º. A investidura para o Emprego Público de que trata esta Lei, será feita em conformidade com a Lei.

Art. 5º. O regime de trabalho para o Emprego Público será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 6º. O regime previdenciário para o Emprego Público será o regime Geral da Previdência Social - RGPS.

Art. 7º. A demissão e ou exoneração do Emprego Público poderá se dar por:

I - prática de falta grave, conforme previsto no art. 482 da

Consolidação das leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme Lei nº 9.801/99;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurará recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias;

V - motivação do Chefe do Poder Executivo em decorrência:

a) extinção dos programas do Governo Federal;

b) desativação e ou redução de equipes por determinação do Governo Federal;

c) renúncia ou cancelamento do convenio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessação do repasse dos recursos financeiros da União para o Município.

VI - a pedido.

Parágrafo Único: A investidura para o Emprego Público não gera direito a estabilidade.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 263/2002, de 04 de junho de 2002.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.060

LEI Nº 1.060/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Educação os seguintes cargos:



CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Professor de Música	02	20 horas	R\$ 1.198,15	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes ou Música
Pedagogo	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula
Professor responsável pelos anos finais	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em uma disciplina dos anos finais com experiência em sala de aula
Professor responsável pelos anos iniciais	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula
Monitor Educação Especial	06	20 horas	R\$ 838,70	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 100 (cem) horas de curso em Educação Especial
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais	05	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor de Educação Física	01	25 horas	R\$ 1.497,70	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor de Língua Portuguesa	01	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Ciências	01	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura em Ciências Biológicas
Professor de Inglês	03	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Inglês	01	30 horas	R\$ 1.797,23	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Ensino Religioso	02	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura Plena em Ciências da Religião

Professor Sala Multifuncional	06	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 200 horas de Curso em Educação Especial
Professor de Matemática	01	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Matemática
Fisioterapeuta	01	20	R\$ 1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo órgão fiscalizador

Art. 2º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Operador de Máquinas	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"

Art. 3º. Fica criado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Advogado Municipal	01	40 horas	R\$ 6.400,00	Graduação em Direito e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

Art. 4º. Fica criado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Professor de Artes	02	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Artes, com experiência em Artesanato

Art. 5º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental

Art. 6º. Ficam criados no Fundo Municipal de Assistência Social os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Psicólogo	01	20 horas	R\$ 1.437,59	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

Art. 7º. Ficam criados no Fundo Municipal de Saúde os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Pediatra	01	20 horas	R\$ 8.444,80	Graduação em Medicina, com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Agente de Combate a Endemias	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Município, em virtude da criação dos cargos e das vagas referidos nos artigos anteriores.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.061

LEI Nº 1.061/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
"AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

firmar Convênio com o Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.34/0001-80, visando à utilização do Pronto Atendimento Municipal de Canoinhas, pelos usuários do Sistema Único de Saúde do município de Bela Vista do Toldo. SC.

Parágrafo Único: Fica vedada a utilização do Pronto Atendimento Municipal de Canoinhas para outras finalidades, se não o estrito objetivo de atender os cidadãos usuários do SUS do município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. O município de Bela Vista do Toldo repassará junto ao município de Canoinhas, mês a mês, valor a ser estabelecido através do convênio a ser firmado, a fim de arcar com as despesas decorrentes do atendimento a todo cidadão desta cidade, bem como, poderá ser realizado a cessão de servidor efetivo, caso haja necessidade e conveniência.

Art. 3º. A vigência do termo de convênio a ser firmado, será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, se assim for de interesse das partes.

Art. 4º. Poderá ser rescindido o convênio, caso haja interesse de ambos os lados, devendo, no entanto, o interessado avisar formalmente com a antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.062

LEI Nº 1.062/2014, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A Ceder SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AO CISAMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Nos termos do art. 4º, § 4º da Lei nº 11.107/05 e do art. 23 do Decreto nº 6.017/07, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a servidora pública municipal, Andressa Caroline Knorek, ocupante do cargo de Analista Administrativa, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado (CISAMURC).

Art. 2º. O tempo de cessão de que trata o art. 1º desta Lei será por tempo indeterminado.

Art. 3º. A responsabilidade do pagamento do salário e demais encargos da servidora ora cedida, Andressa Caroline Knorek será do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado (CISAMURC), respeitado as imposições do art. 23, § 1º, § 2º e §

3º do Decreto nº 6.017/07.

Art. 4º. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.063

LEI Nº 1.063/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PAGAR DÍVIDA REFERENTE A CONTRATO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO COM A EMPRESA PAPELARIA OURO VERDE LTDA”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder ao pagamento à vista ou parcelado da dívida do Município de Bela Vista do Toldo com a empresa Papelaria Ouro Verde Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 80.998.271/0001-17, com sede na Rua Francisco de Paula Pereira, nº 995, no município de Canoinhas - SC, perfazendo o montante total de R\$ 1.314,32 (mil, trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos), referente ao fornecimento de materiais de expediente ao Município de Bela Vista do Toldo, onde foram anulados os devidos empenhos no exercício de 2012.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a inscrever em responsabilidade de gestores da época dos fatos os valores descritos na presente lei, até que se apurem as responsabilidades em devido Processo de Sindicância e/ou Administrativo.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.064

LEI Nº 1.064/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

“ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 978/2013, DE 22 DE JULHO DE 2013 E CRIA CARGO NO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica revogado o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 978/2013 de 22 de julho de 2013.

Art. 2º. Fica regulamentada a carga horária do seguinte cargo:

I - Assessor Jurídico, Padrão ATS-1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º. Fica criado no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o seguinte cargo de provimento em comissão:

I - Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC:

a) Fica criado 01 (um) cargo de Provimento em Comissão denominado Coordenador de Defesa Civil, Padrão CC-3, com vencimento mensal de R\$ 1.176,53 (mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos) com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 978/2013 de 22 de julho de 2013.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

### Lei 1.065

LEI Nº 1.065/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze

centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
124-15.452.0.006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	2.881.214,15
TOTAL GERAL	2.881.214,15		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

## Lei 1.066

LEI Nº 1.066/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

### CAPITULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Municipal;

II - as metas fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VIII - as disposições gerais.

### CAPITULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único: Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

Parágrafo único: Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que

não estejam contempladas nesta Lei.

### CAPITULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único: As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VII - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível de classificação institucional;

VIII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

XI - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;



XII - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XIII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIV - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de média e da meta física.

§ 4º. O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º. As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º. A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de fonte de recurso, em consonância com a Portaria nº 42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V - Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII - Demonstrativo Despesas por Órgãos e Funções;

IX - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da Lei Complementar nº 101/2000).

X - Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§ 1º. O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, o Município, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I - Texto da Lei;

II - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, 2000.

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida com base no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

V - Planilha de Identificação dos projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicações das fontes de financiamento;

Art. 8º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV  
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º. O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas

públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º. Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Servidor Municipal.

Art. 10. As previsões de receita para o exercício de 2015 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º. Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o exercício financeiro de 2015 a reestimativa do suprimimento de receita da Unidade Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º. A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (art. 9º e art. 31, II, § 1º, da Lei Complementar 101/2000).

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras; e

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 13. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2015 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III "b" da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses

somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017 ou em lei que autorize sua inclusão (art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras (art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16. Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção social e auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de saúde voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido, necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 19. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 21. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais (art. 62, I da Lei Complementar 101/2000).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 23. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único: a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000).

Art. 25. O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único: a renúncia de receita estimada para o exercício de 2015, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

## CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 27. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 28. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

## CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 31. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais da área de saúde.

Art. 33. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34. Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de BELA VISTA DO TOLDO ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único: Para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

## CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 37. A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 01(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2007, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para

efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 39. A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 40. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação a progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º. A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. É vedado consignar na lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 42. Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a

criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no art. 17 desta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

#### **Decreto Nº 205**

DECRETO N.º 205/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:



ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
03-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
19-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
36-12.361.0.005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
40-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
59-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0724	Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL GERAL	225.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
02-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	15.000,00
ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
20-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
35-12.361.0.005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
39-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
56-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL GERAL	225.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



**Decreto Nº 206**

DECRETO N.º 206/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
42-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	30.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
41-10.302.0008-2.032	2.032	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	3.3.7.1. 00.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	30.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Decreto Nº 207**

DECRETO N.º 207/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
30-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0865	Aplicações Diretas	18.000,00
ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
26-08.244.0010-2.035	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL GERAL	23.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
18-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0859	Aplicações Diretas	18.000,00
ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
26-08.244.0010-2.035	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL GERAL	23.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### Decreto Nº 208

DECRETO N.º 208/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
40-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	80.000,00
TOTAL GERAL	80.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
39-12.361.0005-2.008	2.008	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0736	Aplicações Diretas	80.000,00
TOTAL GERAL	80.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Decreto Nº 209**

DECRETO N.º 209/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.065/2014, de 20 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
124-15.452.0.006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	2.881.214,15
TOTAL GERAL	2.881.214,15		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 210**

DECRETO N.º 210/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

"PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que 28 de outubro é o "Dia do Servidor Público" e que, este ano, aludida data recai em uma terça-feira, o que importaria interrupção prejudicial a continuidade dos serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "PONTO FACULTATIVO", em todas as repartições públicas municipais, no dia 27 de outubro de 2014 (segunda-feira), antecipando, excepcionalmente, a comemoração alusiva ao "Dia do Servidor Público" no âmbito do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades desta Prefeitura e demais repartições públicas voltarão ao normal no dia 28 de outubro de 2014, às 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 211**

DECRETO N.º 211/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

"INSTITUI HORÁRIO EXCEPCIONAL E ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento aos ditames insculpidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mais precisamente ao equilíbrio entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO a necessidade de manter-se a ordem econômica do Município, buscando formas e metas de economicidade;

CONSIDERANDO que a manutenção dos serviços prestados à população não sofrerão qualquer modificação em sua normalidade, pois serão mantidos os serviços essenciais:

DECRETA:

Art. 1º. O expediente dos serviços públicos municipais ficam reduzidos para turno único de trabalho de forma excepcional, compreendido entre as 08h00min às 14h00min, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º. O expediente dos serviços públicos municipais será de acordo com o especificado abaixo:

I - Secretaria Municipal de Educação, Fundo Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos: segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 14h00min.

II - Fundo Municipal de Saúde: segunda-feira a sexta-feira, período integral em regime de escalonamento.

Art. 3º. O horário de trabalho dos servidores públicos municipais obedecerá o estabelecido no artigo 2º e seus incisos, sem a alteração de suas respectivas remunerações.

§ 1º. As aulas da rede pública municipal deverão manter o horário integral exercido até a presente data.

§ 2º. Os serviços excepcionais e emergenciais, que se apresentarem por necessidade momentânea ou calamidade, serão realizados conforme exercido até a presente data, visando integral atendimento à população, obedecendo, no entanto, as regras e condições de trabalho vigentes no Município.

§ 3º. O uso de bens públicos e veículos de propriedade do Município ficam restringidos ao horário estabelecido no artigo 2º e seus incisos, com exceção dos veículos utilizados em emergências e de atendimento esporádico.

§ 4º - Sem autorização do Chefe do Poder Executivo, fica expressamente proibido a utilização de materiais de expediente, equipamentos de informática e das dependências da Prefeitura Municipal, bem como, das sedes das Secretarias Municipais, além dos horários estabelecidos no presente Decreto, salvo casos emergenciais devidamente justificáveis ao atendimento e funcionamento das atividades públicas municipais.

Art. 4º. Para os fins de total atendimento à população, este Decreto deverá ser amplamente divulgado.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 21 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**LEI Nº 1.065**

LEI Nº 1.065/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
124-15.452.0.006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	2.881.214,15
TOTAL GERAL	2.881.214,15		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### **Lei Nº 1.066**

LEI Nº 1.066/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

#### **CAPITULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O Orçamento do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Municipal;

II - as metas fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VIII - as disposições gerais.

#### **CAPITULO II**

##### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único: Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;



III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

Parágrafo único: Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

### CAPITULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único: As eventuais alterações e modificações da estrutura da administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VII - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível de classificação institucional;

VIII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

XI - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XII - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XIII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da

despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIV - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de média e da meta física.

§ 4º. O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º. As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º. A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de fonte de recurso, em consonância com a Portaria nº 42/1999, com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - Demonstrativo da Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Classificação da Despesa conforme Funcional Programática (Anexo V da Lei nº 4.320/64);

V - Programa de Trabalho (Anexo VI da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas conforme o Vínculo (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII - Demonstrativo Despesas por Órgãos e Funções;

IX - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da Lei Complementar nº 101/2000).

X - Discriminação das Despesas por ações e por modalidade de aplicação.

§ 1º. O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, o Município, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I - Texto da Lei;

II - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, 2000.

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida com base no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

V - Planilha de Identificação dos projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicações das fontes de financiamento;

Art. 8º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

**CAPITULO IV**  
**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

Art. 9º. O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, Fundações e Fundos (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º. Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Servidor Municipal.

Art. 10. As previsões de receita para o exercício de 2015 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º. Por Lei de iniciativa do Poder Legislativo, poderá ser efetuada durante o exercício financeiro de 2015 a reestimativa do suprimimento de receita da Unidade Câmara de Vereadores, observando o limite do art. 29-A, inciso I, da CF/1988.

§ 2º. A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita orçamentária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitações de empenhos nos montantes necessários, conforme critérios estabelecidos abaixo: (art. 9º e art. 31, II, § 1º, da Lei Complementar 101/2000).

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras; e

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária, bem como a execução orçamentária, primarão pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 12. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2015, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2014. (Art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar 101/2000).

Art. 13. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2015 contemplará recursos ordinários para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (Art. 5º, III "b" da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Para efeito desta lei, entende-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017 ou em lei que autorize sua inclusão (art. 5º, § 5º da Lei Complementar 101/2000).

Art. 15. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras (art. 8º e 14 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 16. Os projetos e atividades com recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (art. 8º, § único da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu provável excesso e/ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção social e auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de saúde voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Parágrafo único: sem prejuízo das disposições contidas no caput, a destinação de recursos a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos dependerá, se assim entendido, necessário, da edição e publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios e objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, f; art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 19. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 21. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos os recursos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais (art. 62, I da Lei Complementar 101/2000).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 23. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em conformidade com o artigo 6º da Portaria

Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015, constantes nos anexos desta Lei ou em suas alterações posteriores.

Parágrafo único: a Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45, caput, da Lei Complementar 101/2000).

Art. 25. O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único: a renúncia de receita estimada para o exercício de 2015, constante do Anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar 101/2000).

#### CAPITULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 27. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 28. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e em conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### CAPITULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, em seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive suas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos, funções e empregos públicos, alterar a estrutura de carreiras; corrigir, aumentar a remuneração e conceder vantagens a agentes públicos; realizar concurso público e testes seletivos, admitir ou contratar pessoal aprovado em concurso público, em testes seletivos ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 31. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2014, acrescida de até 10% (dez por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 32. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais da área de saúde.

Art. 33. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000):

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação das despesas com horas-extras, salvo nos casos de interesse e necessidade pública;

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34. Para efeito desta Lei e de registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei Complementar 101/2000, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de BELA VISTA DO TOLDO ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único: Para a terceirização de que trata este artigo, os cargos a serem preenchidos, não poderão ser relativos a atividades fim da administração nas áreas de Saúde e Educação.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada quadrimestre (art. 22 da Lei Complementar 101/2000).

#### CAPITULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá alterar e criar taxas, contribuições, conceder benefícios fiscais e realizar promoções para os contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, e estiverem em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado ou não nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 37. A Dívida Ativa Municipal de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica, assim consideradas aquelas cuja expressão monetária seja inferior a 01(um) salário mínimo, de acordo com a Lei Estadual n.º 14.266, de 21/12/2007, não será encaminhada à cobrança judicial, e após esgotados os meios para cobrança administrativa, poderá ser cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou



benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 39. A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 40. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação a progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de Lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º. A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. É vedado consignar na lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 42. Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, deverão ser reabertos no exercício subsequente, através de Lei Municipal encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 46. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênios com as entidades mencionadas no art. 17 desta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 20 de outubro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### **Resolução 001/2014**

RESOLUÇÃO Nº 001 /2014

"ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA AS MATRÍCULAS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, INTEGRANTES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL. "

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto da Lei Federal nº 9394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais determinações legais atinentes,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS MATRÍCULAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 1º - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de zero a seis anos, a que o Estado e a família têm o dever de atender.

Art. 2º - A educação infantil será oferecida em:

I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 (três) anos de idade;

II - pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º - Para fins desta Resolução, entidades equivalentes a creches, às quais se refere o inciso I deste artigo, são todas as responsáveis pela educação e cuidado de criança de zero a três anos de idade, independente de denominação e regime de funcionamento.

Art. 3º - De acordo com a Resolução CNE - nº 5 de 17 de dezembro de 2009, é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos de idade, até o dia 31 de março do ano que ocorrer a matrícula.

Art. 4º - O município oferecerá matrículas na Educação Infantil nas seguintes modalidades:

I - Berçário - 04 (quatro) meses completos até 1 (um) ano de



idade;

II - Maternal I - de 01 (um) ano a 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de idade;

III - Maternal II - de 03 (três) a 04 (quatro) anos de idade;

IV - Pré I - 04 (quatro) anos completos até 31 de março;

V - Pré II - 05 (cinco) anos completos até 31 de março.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo (SC), 21 de outubro de 2014.

Ana Maria Lopes Vieira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

### Resolução 002/2014

RESOLUÇÃO Nº 002 /2014

"ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA AS MATRÍCULAS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ANO, INTEGRANTES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL. "

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais determinações legais atinentes,

RESOLVE:

Art. 1º O Ensino Fundamental terá duração de 9 (nove) anos, com matrícula obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade.

§ 1º - Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em curso, como limite para a obrigatoriedade da matrícula, não eliminando a possibilidade da matrícula de quem completar 6 anos após esta data, em caráter excepcional.

§ 2º - A excepcionalidade do usufruto do direito à matrícula, no Ensino Fundamental, de crianças que completarem 6 anos após 31 de março é possível, desde que, avaliada a conveniência pedagógica, e resulte da decisão conjunta dos pais e da escola, devidamente formalizada em Ata assinada pelas partes, assim como, conjuntamente seja comprovado que a criança efetivamente tenha frequentado o Pré I e o Pré II.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo (SC), 21 de outubro de 2014.

Ana Maria Lopes Vieira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato Nº 10.096/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.096/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELLI EPP

Valor: R\$ 46.560,00 (quarenta e seis mil quinhentos e sessenta reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

#### EXTRATO CONTRATO Nº 10.098/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.098/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP

Valor: R\$ 12.602,00 (DOZE MIL SEISCENTOS E DOIS REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

#### MÊS 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 345/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Valor ..... : 77.901,18 (setenta e sete mil novecentos e um reais e dezoito centavos)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO

DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014. Contrato Nº.: 341/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PRIMA VEICULOS LTDA  
 Valor ..... : 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Contrato Nº.: 336/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ARTMIL COMERCIAL LTDA EPP  
 Valor ..... : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 206/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CONES PARA SINALIZAÇÃO DO DESFILE CIVICO DA SEMANA DA PATRIA. Contrato Nº.: 338/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA  
 Valor ..... : 160.000,00 (cento e sessenta mil e reais)  
 Vigência ..... : Início: 08/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 187/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTU Aditivo Nº ..... : 36-7/2012 - Contrato Nº.: 36/2012  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.  
 Valor ..... : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/09/2014 Término: 01/02/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 261/2011  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA Aditivo Nº ..... : 32-1/2014 - Contrato Nº.: 32/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA  
 Valor ..... : 35.955,00 (trinta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRET Aditivo Nº ..... : 374-7/2012 - Contrato Nº.: 374/2012  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MPB SANEAMENTO LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 11/09/2014 Término: 11/03/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 29/2012  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA E DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO Aditivo Nº ..... : 33-1/2014 - Contrato Nº.: 33/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SULCATARINENSE- MIN. ART.CIM. BRIT. CON. LTDA  
 Valor ..... : 33.000,00 (trinta e três mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRETO) REALIZADAS PELA SECRETAR Contrato Nº.: 333/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
 Valor ..... : 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 02/09/2014 Término: 30/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO Contrato Nº.: 335/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA  
 Valor ..... : 9.078,12 (nove mil e setenta e oito reais e doze centavos)  
 Vigência ..... : Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 198/2014  
 Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE B Contrato Nº.: 337/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: LÉA CIBELE PEREIRA DE SOUZA  
 Valor ..... : 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 08/09/2014 Término: 08/09/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 193/2014  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCARMOS AS ATIVIDADES DA CASA L Aditivo Nº ..... : 339-3/2013 - Contrato Nº.: 339/2013  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME  
 Valor ..... : 19.412,85 (dezenove mil quatrocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos)  
 Vigência ..... : Início: 08/09/2014 Término: 30/12/2014  
 Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE Contrato Nº.: 334/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: GISIANE MATILDE VIEIRA-ME  
 Valor ..... : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 169/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE DOIS COMPUTADORES, PARA AO SETOR DE TOPOGRAFIA DA PREFEITURA DE BIGUAÇU Contrato Nº.: 339/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MAURICI RAMOS  
 Valor ..... : 10.267,80 (dez mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 203/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDAD Contrato Nº.: 340/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 192/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA SECRETARIA DE ADMINI Contrato Nº.: 342/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 3.476,00 (três mil quatrocentos e setenta e seis reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/09/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 196/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO DE MAO DE OBRA PARA PINTURA DA CASA LAR MUNICIPAL. Contrato Nº.: 343/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VAL

Valor ..... : 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

Vigência ..... : Início: 18/09/2014 Término: 18/09/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 212/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA OU OUTRA FORMA DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLET Aitivo Nº ..... : 237-5/2012 - Contrato Nº: 237/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: CONSORCIO SQE LUZ

Valor ..... : 183.432,00 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e trinta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 18/09/2014 Término: 18/11/2014

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MAT Contrato Nº.: 344/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SANTOMAQ SERVICOS PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LT

Valor ..... : 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE UMA (01) ROÇADEIRA AGRÍCOLA, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS AGRICULTORES, PECUARISTAS E ROÇADAS EM GERAL NA Contrato Nº.: 346/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: EDIGA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Valor ..... : 119.111,10 (cento e dezenove mil cento e onze reais e dez centavos)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO Contrato Nº.: 347/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: GIZELE REGINA DA SILVA

Valor ..... : 28.388,28 (vinte e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO Contrato Nº.: 348/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor ..... : 51.306,78 (cinquenta e um mil trezentos e seis reais e setenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO D Contrato Nº.: 349/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: TAF DISTRIBUIDORA LTDA

Valor ..... : 74.135,79 (setenta e quatro mil cento e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO Contrato Nº.: 350/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME

Valor ..... : 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 29/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 205/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL. Contrato Nº.: 351/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JULIO SILVESTRI FILHO ME

Valor ..... : 4.306,00 (quatro mil trezentos e seis reais)

Vigência ..... : Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 186/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE OLÉOS LUBRIFICANTES, FILTROS E DEMAIS MATERIAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Aitivo Nº ..... : 211-1/2014 - Contrato Nº: 211/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: NÓ DE BAMBU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Valor ..... : 1.486,50 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS Aitivo Nº ..... : 226-1/2014 - Contrato Nº: 226/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME

Valor ..... : 3.070,00 (três mil e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. Contrato Nº.: 352/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor ..... : 20.650,00 (vinte mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 191/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O SETOR DE EXECUTIVO FISCAL, SECON E SECRETARIA DE OBRAS. Contrato Nº.: 353/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ANTÔNIO FELÍCIO SCHMITZ

Valor ..... : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 06/10/2014 Término: 06/10/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 200/2014

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM TERRENO NA RUA VIDAL MENDES S/N, NO BAIRRO BOA VISTA, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA PROPRIEDADE CITADA QUE PERTENCE AO SR. ANTÔNIO Contrato Nº.: 354/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor ..... : 3.952,50 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 218/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRASÃO METALICO DE BIGUAÇU PARA SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO. Aitivo Nº ..... : 288-1/2014 - Contrato Nº: 288/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU



Contratada...: SISTEMA GP-WEB LTDA - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2014 Término: 10/02/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 84/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. Contrato Nº.: 355/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: IESES - INSTITUTO DE ESTUDOS SUPER. DO EXTREMO SUL  
Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 15/10/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARÁTER Contrato Nº.: 356/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP  
Valor ..... : 6.690,00 (seis mil seiscentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 15/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 208/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SWITCH ROUTER GERENCIÁVEL, LAYER 4 PARA A GESTÃO DA REDE INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. Contrato Nº.: 357/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 211.613,59 (duzentos e onze mil seiscentos e treze reais e cinquenta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/10/2014 Término: 30/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 195/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTORNO DA CRECHE JARDI  
Aditivo Nº ..... : 600-5/2010 - Contrato Nº.: 600-4/2010  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: NILTON MARIOT FILHO  
Valor ..... : 100,00 (cem reais)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 305/2010  
Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETE  
Contrato Nº.: 358/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: SETUF-SINDICATO DAS EMP.DE TRANSP.URB.  
Valor ..... : 12.000,00 (doze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 227/2014  
Objeto ..... : COMPRA DE CRÉDITO DE VALE TRANSPORTE NO VALOR DE( 12.000,00) DOZE MIL ,PARA ATENDER AS FAMILIAS E INDIVIDUOS ATENDIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ES  
Contrato Nº.: 359/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP  
Valor ..... : 13.420,00 (treze mil quatrocentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO PARA ATENDER OCORRÊNCIAS EFETUADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.  
Contrato Nº.: 360/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: ALCEDIR ANTENOR DO ESPIRITO SANTO - ME  
Valor ..... : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ORGANIZAÇÃO DA CORRIDA RÚSTICA , QUE IRÁ COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO OUTUBRO ROSA-BIGUAÇU

BIGUAÇU, 24 DE OUTUBRO DE 2014

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### **Edital 002/Semed/2014 - Extrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL 002/SEMED/2014

A Prefeitura Municipal de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que a partir do dia 27 de outubro de 2014 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público - Edital 002/SEMED/2014, para contratação de membros do magistério e do quadro civil auxiliar de sala, em Caráter Temporário, para o ano de 2015.

Período de inscrição: 27 de outubro a 21 de novembro de 2014

Taxa de inscrição: R\$ 48,00 (quarenta e oito reais)

Maiores informações: [www.educ2014.bigua.ieses.org](http://www.educ2014.bigua.ieses.org)

Biguaçu, 27 de outubro de 2014.

Kátia RoussenqBichels

Secretária Municipal da Educação

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

### **EDITAL Nº 002/SEMED/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - Edital 002/SEMED/2014

Abertura de Inscrições para contratação de membros do Magistério e do quadro civil, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, através do Processo Seletivo Público - Edital 002/SEMED/2014.

A MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público, para a contratação de membros do Magistério e do quadro civil Auxiliar de Sala, através do Processo Seletivo Público - Edital 002/SEMED/2014, de acordo com a Portaria SEMED 2352/2014 de 10/14, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital.

#### **1. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

1.1. O Processo Seletivo Público se destina à contratação em caráter temporário, para as vagas que surgirem nas áreas/disciplinas a seguir elencadas, dentro do prazo de validade do mesmo.

1.2. As áreas/disciplinas e a escolaridade/requisitos são as seguintes:

**ÁREAS E DISCIPLINAS**

Auxiliar de sala– Educação Infantil (para atuar na mediação de crianças com deficiência):

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Especial;
- b) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil;
- c) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Educação Infantil;
- d) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental com adicional em Educação Infantil.

Professor– Ensino Fundamental (para atuar na mediação de alunos com deficiência):

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Especial;
- b) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries Iniciais ou;
- c) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Professorde Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Licenciatura em Educação Especial e domínio em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e comprovada formação por certificação com carga horária mínima de 100 horas;
- b) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior e domínio em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e comprovada formação por certificação com carga horária mínima de 100 horas; ou
- c) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em magistério e com domínio em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e comprovada formação por certificação com carga horária mínima de 100 horas.

Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE

- a) Graduação em Educação Especial.
- b) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Educação Especial.

Fonoaudiólogo

- a) Graduação em Fonoaudiologia

Psicólogo

- a) Graduação em Psicologia

Especialista em Assuntos Educacionais (para atuar com a Orientação Educacional)

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Orientação Educacional;

Especialista em Assuntos Educacionais (para atuar com a Supervisão Escolar)

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Supervisão Escolar;

Educação Infantil - Professor:

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Educação Infantil; ou
- b) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Educação Infantil; ou
- c) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental com adicional em Educação Infantil.

Educação Infantil – Auxiliar de Sala:

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil; ou
- b) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Educação Infantil; ou
- c) Formação no Ensino Médio, em magistério com habilitação em Magistério de Séries Iniciais do Ensino Fundamental com adicional em Educação Infantil; ou
- d) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Séries Iniciais; ou
- e) Formação no Ensino Médio, em Magistério com habilitação em Séries Iniciais.

Educação Infantil – Professor de Artes

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes Cênicas ou Artes Plásticas.

Educação Infantil – Professor de Artes (para atuar com a musicalização)

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Música

Educação Infantil – Professor de Educação Física

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Física.

Ensino Fundamental – Professor (para atuar do 1º ao 3º ano):

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Formação no Ensino Médio, em Magistériocom habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental –Professor (para 4º e 5º ano):

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Formação no Ensino Médio, em Magistériocom habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental –Professor (para atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA):

- a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental – Regular – (1º ao 9º Ano) – Artes:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes Cênicas ou Artes Plásticas.

Ensino Fundamental – EJA (6º ao 9º Ano) – Artes:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes Cênicas ou Artes Plásticas.

Ensino Fundamental – Professor de Artes (para atuar com a musicalização)

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Música

Ensino Fundamental – Regular –(6º ao 9º Ano) – Ciências:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Ciências Biológicas;
- b) Graduado em Licenciatura Plena em Ciências da Natureza.

Ensino Fundamental – EJA (6º ao 9º Ano) – Ciências:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.
- b) Graduado com Licenciatura Plena em Ciências da Natureza.

Ensino Fundamental – Regular –(1º ao 9º Ano) – Educação Física:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Física.

Ensino Fundamental – EJA (6º ao 9º Ano)– Educação Física:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Educação Física.

Ensino Fundamental – Regular –(6º e 9º Ano) – Espanhol:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Espanhol.

Centro de Ensino Profissionalizante - Espanhol:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Espanhol.

Ensino Fundamental – Regular –(6º ao 9º Ano) – Geografia:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Geografia.

Ensino Fundamental – EJA –(6º ao 9º Ano) – Geografia:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Geografia.

Ensino Fundamental – Regular –(6º ao 9º Ano) – História:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em História.

Ensino Fundamental – EJA - (6º ao 9º Ano) – História:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em História.

Ensino Fundamental – Regular – (1º ao 9º Ano) – Inglês:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês.

Ensino Fundamental – EJA –(6º ao 9º Ano) – Inglês:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês.

Centro de Ensino Profissionalizante – Inglês:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Inglês.

Ensino Fundamental – Regular –(6º ao 9º Ano) – Matemática:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em Matemática.

Ensino Fundamental – EJA M –(6º ao 9º Ano) – Matemática:

- a) Graduado com Licenciatura Plena em matemática



Ensino Fundamental – Regular –(6º ao 9º Ano) – Português:  
a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Português.

Ensino Fundamental – EJA –(6º ao 9º Ano) – Português:  
a) Graduado com Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Português.

Ensino Fundamental – Regular –(1º ao 9º Ano) –Filosofia:  
a) Graduado com Licenciatura Plena em Ciências da Religião, Ciências Sociais e Filosofia ou Antropologia.

Técnico em Educação:

a) Graduação em Pedagogia ou Normal Superior.

### 1.3. A remuneração a ser paga é a seguinte:

PROFESSOR NORMALISTA		
CARGA HORÁRIA	NÍVEL	SALÁRIO C/ REGÊNCIA
10 horas	142201	R\$ 638,63
20 horas	142202	R\$ 1.277,26
30 horas	142203	R\$ 1.473,77
40 horas	10000	R\$ 1.965,02

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA		
CARGA HORÁRIA	NÍVEL	SALÁRIO C/ REGÊNCIA
10 horas	141901	R\$ \$ 734,41
20 horas	95012	R\$ 1.468,86
30 horas	141903	R\$ 2.203,28
40 horas	141904	R\$ 2.937,71

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO	
CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
40 horas	R\$ 1.965,04

AUXILIAR DE SALA	
CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
30 horas	R\$ 1.146,27

FONOAUDIOLOGO	
CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
30 horas	R\$ 1.801,28

PSICOLOGO	
CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
30 horas	R\$ 1.975,04

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	
CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE
20 horas	R\$ R\$ 1.364,61
30 horas	R\$ R\$ 2.046,91
40 horas	R\$ R\$ 2.729,21

1.3.1. O vencimento dos professores se refere a legislação salarial em vigor em 2014.

### 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. É condição para contratação do candidato que o mesmo comprove a escolaridade exigida, demais requisitos e registro e regularidade junto ao Conselho de Classe ou Órgão Fiscalizador, se este existir.

2.2. Fica ciente o candidato classificado que, em aceitando sua contratação, poderá exercer suas funções em quaisquer Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu, selecionando-a, dentre as disponíveis, quando da escolha de vaga.

2.3. O Processo Seletivo Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES, obedecidas às normas do presente Edital.

2.4. A carga horária mínima permitida para a contratação neste Processo Seletivo Público será de 10 horas.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição neste Processo Seletivo Público dar-se-á exclusivamente através da Internet.

3.2. A Inscrição ao Processo Seletivo Público previsto neste Edital, através da Internet, ocorrerá em 2 (duas) etapas distintas, devendo os candidatos procederem conforme descrito a seguir.

3.2.1. A primeira etapa do Processo Seletivo Público - Edital 002/SEMED/2014 consiste em, através da Internet, acessar o site [www.educ2014.bigua.ieses.org](http://www.educ2014.bigua.ieses.org) clicando em "INSCRIÇÕES ONLINE" e, a partir do link específico, preencher a Ficha de Inscrição, confirmar seus dados registrando o "concordo" e imprimir o respectivo boleto bancário, no período de segunda-feira, 27 de outubro de 2014 a sexta-feira, 21 de novembro de 2014.

3.2.2. A segunda etapa do Processo Seletivo Público - Edital 002/SEMED/2014 consiste em efetuar o pagamento da taxa de inscrição, através do boleto bancário, até o último dia de inscrições, sexta-feira, 21 de novembro de 2014.

3.2.3. O IESSES não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.4. As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após o recebimento da notificação do pagamento do respectivo Boleto Bancário.

3.2.5. O inteiro teor do Edital estará disponível no endereço eletrônico citado no subitem 3.2.1, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

3.2.6. É da responsabilidade exclusiva dos candidatos a inserção dos dados cadastrais no ato de inscrição.

3.3. Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 2.437, de 27 de abril de 2007 (doadores de sangue), deverão efetuar sua inscrição nos termos do item 3.2.1, imprimindo o respectivo Boleto, não efetuar seu pagamento e entregar a seguinte documentação para a obtenção da isenção da taxa de inscrição, protocolando estes documentos no setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, com endereço constante do Anexo IIa este edital, no horário das 13h às 18 horas, até sexta-feira, 7 de novembro de 2014.

a. Cópia do Boleto impresso;

b. Requerimento preenchido (formulário obtido no site do Concurso - Item A do Anexo III

c. Comprovante de sua situação como doador e das 3 (três) doações efetuadas, nos termos da Lei citada.

3.3.1. Nos termos da orientação do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina, estão habilitadas a fornecer declaração que ateste a condição de doador de sangue, as seguintes entidades:

Cidade	Unidade
Blumenau	Centro Hemoterápico de Blumenau
Chapecó	Hemocentro Regional de Chapecó (HEMOSC)
Concórdia	Hospital São Francisco
Criciúma	Hemocentro Regional de Criciúma (HEMOSC)
Florianópolis	Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC-Coordenador)
Florianópolis	Hospital Universitário – UFSC
Joaçaba	Hemocentro Regional de Joaçaba (HEMOSC)
Joinville	Hemocentro Regional de Joinville (HEMOSC)
Lages	Hemocentro Regional de Lages (HEMOSC)
Rio do Sul	Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí

Tubarão	Posto de Coleta (vinculado ao Hemocentro Regional de Criciúma)
---------	--

3.3.2. Até quarta-feira, 12 de novembro de 2014, às 18 horas, será disponibilizado no site do concurso, ato deferindo ou indeferindo os pedidos de isenção nos termos do item 3.3.

3.3.3. Os candidatos cujos pedidos forem indeferidos deverão efetuar o pagamento do respectivo boleto bancário, até a data limite estabelecida no item 3.2.2 deste Edital.

3.4 O valor da taxa de inscrição é R\$ 48,00 (quarenta e oito reais).

3.5 Cada candidato poderá efetuar somente 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo Público.

3.6 Havendo mais de 1 (uma) inscrição, em desacordo com o item 3.5, serão canceladas as mais antigas, permanecendo a mais recente.

3.7 O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor de inscrição correspondente, com todas as demais condições atendidas.

3.8 São condições de inscrição:

- a. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c. Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d. Preencher as exigências de formação e requisitos da área/disciplina;
- e. Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital.

3.8.1. É condição para a contratação, que o candidato tenha idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da contratação;

3.9 São considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo efetuado sua inscrição, não tenham pago o valor da mesma, nos termos deste Edital.

3.10 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à área/disciplina escolhida e à identificação do candidato, exceto ajuste de grafia.

3.11 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito em moeda corrente nacional (dinheiro).

3.12 O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

3.13 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será a mesma cancelada.

3.14 A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificadas a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo Público, se a inscrição já estiver homologada.

3.15 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, entregar pessoalmente ou por intermédio de Procurador, nos dias úteis, no período de segunda-feira, 27 de outubro de 2014 a sexta-feira, 21 de novembro de 2014, no posto de atendimento na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu - Setor de Recursos Humanos, situado à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, requerimento indicando as condições especiais de prova que necessita (formulário obtido no site do Concurso - Item B do Anexo III).

3.15.1 Em função das atribuições e atividades de magistério objeto deste Processo Seletivo Público, não haverá leitura de prova, utilização de "ledor" ou outros softwares, admitindo-se pedidos de provas em braile ou provas ampliadas.

3.15.2 Aos deficientes visuais, candidatos que requererem nos termos do subitem 3.15.1, provas em Braile, serão oferecidas provas no referido sistema, devendo suas respostas para a prova objetiva serem respondidas em Braile pelo próprio candidato. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban.

3.15.3 Aos deficientes visuais, candidatos que requererem nos termos do item 3.15.1, provas "ampliadas" serão entregues cartão de

respostas e provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente à fonte 20, cabendo aos candidatos sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão.

3.15.4 A decisão dos requerimentos previstos no item 3.15 caberá ao IESSES, dentro da razoabilidade e disponibilidade.

3.15.5 Não haverá compensação de tempo de amamentação em favor da candidata que requerer esta condição especial.

3.15.6 O requerimento a que se refere o item 3.15 não se constitui no requerimento previsto no item 7 (vagas reservadas aos candidatos com deficiência), nem com ele guarda qualquer relação.

3.16 A Inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital.

#### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES E DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

4.1 Na quarta-feira, 3 de dezembro de 2014, até às 18 horas, será publicado através do site do concurso, a nominata dos candidatos cuja inscrição foi deferida.

4.2 Na mesma oportunidade prevista no item 4.1 será disponibilizado ato com a relação das inscrições indeferidas e as razões do indeferimento, sendo apenas indicado o CPF do candidato ou, na falta deste, a respectiva cédula de identidade.

4.3 Na quarta-feira, 10 de dezembro de 2014, até às 18 horas, o IESSES tornará público, os locais e as respectivas salas de prova, sendo esta informação disponibilizada através do site do concurso, obtidos a partir da indicação do CPF e data de nascimento do candidato.

4.4 O candidato é responsável pela conferência dos seus dados pessoais indicados na relação citada no item 4.3.

4.5 Em caso de ocorrência de divergência das informações apresentadas em relação à respectiva Ficha de Inscrição, o candidato deverá solicitar a correção ao IESSES através do e-mail [correcao@ieses.org](mailto:correcao@ieses.org) indicando seu CPF e nome completo.

#### 5. DAS PROVAS

5.1 O Processo Seletivo Público será efetuado mediante aplicação de prova objetiva em que serão avaliados os conhecimentos dos candidatos sobre os conteúdos relacionadas a cada disciplina/área e prova de títulos (exceto para os cargos de Fonoaudiólogo e Psicólogo).

##### 5.2 DA PROVA OBJETIVA

5.2.1 A prova objetiva é composta da Prova de Conhecimentos Gerais e da Prova de Conhecimento Específico, cuja composição e respectivos programas fazem parte do anexo a este Edital.

5.2.2 A prova objetiva será realizada no domingo, 14 de dezembro de 2014, às 14h00min, quando serão fechados os portões dos locais de prova.

5.2.3 A prova objetiva iniciará após o fechamento dos portões, tão logo estejam acomodados todos os candidatos e seja finalizada a prova de títulos e sua duração será de 3 (três) horas.

5.2.4 A prova objetiva terá 30 (trinta) questões com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma) e apenas 1 (uma) a correta.

a. As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica preta ou azul.

b. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelo candidato.

c. Será atribuída nota 0 (zero):

5.2.4.c.1 à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

5.2.4.c.2 à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.2.4.c.3 à(s) questão(ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;

5.2.4.c.4 à(s) questão(ões) da prova objetiva ou à(s) prova(s) objetiva(s) cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou

seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

5.2.5 As provas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimento Específico serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo as notas destas provas expressas com 2 (duas) decimais, tendo todas as questões de cada uma das provas, o mesmo valor.

5.2.6 Por questões de segurança, os candidatos somente poderão se retirar do local da prova objetiva, após 1 (uma) hora do início da mesma.

a. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

b. O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta da prova objetiva devidamente assinado e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, a cópia do cartão de respostas da prova objetiva.

5.2.7 O candidato não poderá, a qualquer tempo, ausentar-se da sala de provas portando o caderno de provas e/ou cartão de respostas.

5.2.8 O IESSES, visando preservar a veracidade e autenticidade do processo seletivo, poderá proceder, no momento da aplicação da prova objetiva, a autenticação digital dos cartões personalizados ou de outros documentos pertinentes.

5.2.9 Durante a realização da prova objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Público.

5.2.10 O candidato com deficiência, mesmo ao amparo do item 7.1 deste Edital, participará do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, horário e aplicação da prova objetiva.

5.2.11 Os cartões de resposta da prova objetiva de seleção só poderão ser assinaladas e preenchidas pelos próprios candidatos, sendo vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.

5.2.12 Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar cédula de Identidade ou Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, COREN, CRA, CREMESC, etc.), Carteira Nacional de Habilitação com foto (modelo novo) ou Carteira de Trabalho e Previdência Social.

a. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição ao exigido no item 5.2.12, quer eles estejam autenticados ou não.

5.2.13 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. O horário fixado será o horário oficial de Brasília. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

5.2.14 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para qualquer prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.2.15 A Municipalidade de Biguaçu e o IESSES não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Processo Seletivo Público.

### 5.3 Da Prova de Títulos

5.3.1 A coleta de documentação para a Prova de Títulos (exceto para os cargos de Fonoaudiólogo e Psicólogo) será realizada previamente à prova objetiva, com início no horário de fechamento dos portões, domingo, 14 de dezembro de 2014.

5.3.2 O candidato que deixar de entregar os documentos integrantes da Prova de Títulos no local, horário e prazo indicado no item 5.3.1 participará do certame, porém terá nota "zero" na Prova de Títulos.

5.3.3 É vedado ao candidato se ausentar de sala para a obtenção de qualquer documento necessário à Prova de Títulos.

5.3.4 Os comprovantes dos títulos e tempo de serviço não serão

devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias destes títulos. Por este motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, EXCETO as certidões/declarações para a Prova de Títulos.

5.3.4.1. A autenticidade dos documentos apresentados para a Prova de Títulos é de responsabilidade exclusiva do candidato.

5.3.5 Os documentos integrantes da Prova de Títulos são os que seguem e devem ser entregues na ordem indicada:

a. Comprovante de habilitação para a disciplina/área, nos termos do item 1.2 deste Edital através da comprovação da respectiva colação de grau, através de: a) Cópia do respectivo diploma ou b) certidão de colação de grau ou c) cópia do histórico escolar com a indicação da data colação de grau e, adicionalmente, se for o caso, apresentação do registro do apostilamento de habilitação ou d) cópia do certificado de conclusão do ensino médio (segundo grau) Magistério, como nível mínimo de escolaridade, se não atenderem às demais exigências de escolaridade/requisitos;

b. Cópia do Diploma de Doutorado (frente/verso), se tiver;

c. Cópia do Diploma de Mestrado (frente/verso); se tiver;

d. Cópia do Certificado de Pós-Graduação (frente/verso) - Especialização, se tiver;

e. Cópia dos certificados de curso de atualização, com 200 horas ou mais horas;

f. Cópia dos certificados de curso de atualização, com 100 horas ou mais e até 200 horas, exclusive;

g. Cópia dos certificados de curso de atualização, com 20 horas ou mais e até 100 horas, exclusive;

h. Comprovantes de tempo de serviço no magistério.

5.3.6 A pontuação da Prova de Títulos será na escala de zero (0) a 10 (dez), computados os títulos nos seguintes pontos:

a. Diploma de Graduação, se corresponder ao documento de habilitação - 4 (quatro) pontos, máximo de 4 (quatro) pontos aos quais poderão ser acrescidos;

a.1. Diploma de Doutorado na área da educação /disciplina de atuação - 3 (três) pontos, máximo de 3 (três) pontos;

a.2. Diploma de Mestrado na área da educação disciplina de atuação - 2 (dois) pontos, máximo de 2 (dois) pontos; [não computado, se atribuídos ao candidato os pontos da letra "a.1"];]

a.3. Certificado de Pós-Graduação - Especialização na área da educação disciplina de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas - 1 (um) ponto, máximo de 1 (um) ponto [não computado, se atribuídos ao candidato os pontos da letra "a.1" e/ou "a.2"];

b. Certificados de curso de atualização exclusivamente na área da educação, conforme segue:

Carga horária	Pontuação por Título	Número Máximo de Títulos	Pontuação Máxima
200 h ou mais	1,25	1	1,25
100 h a 199 h	0,75	1	0,75
20 h a 99 h	0,25	2	0,50

c. Tempo de serviço no magistério, computados os pontos à razão de 0,5 (zero e meio) pontos por semestre letivo completo, máximo de 3 (três) pontos, sendo desconsiderados tempos concomitantes ou paralelos.

5.3.7 Em relação aos documentos indicados no item anterior (5.3.6.), devem ser observados os seguintes aspectos:

a. Deverá ser apresentada também cópia do verso do diploma ou do certificado, com os respectivos apostilamentos correspondentes à(s) respectiva(s) habilitação(ões).

b. O diploma ou o certificado, indicados nos itens 5.3.6.a.1, 5.3.6.a.2 ou 5.3.6.a.3 poderá ser substituído por certidão ou declaração da Instituição de Ensino, em que conste: a) a conclusão do respectivo curso pelo candidato e b) que o respectivo diploma ou certificado encontra-se em fase de confecção ou de registro junto aos órgãos competentes.



c. A certidão de defesa de tese ou de dissertação e o histórico escolar ou certidão de conclusão de disciplinas (matriz curricular) não substituem a certidão ou declaração indicada no item anterior (5.3.7.b).

d. Caso não seja apresentada a cópia do verso do diploma ou certificado (registro, apostilamento, etc.), este diploma não será computado para fins da prova de títulos.

e. Somente serão computados cursos de atualização dos itens 5.3.5.e, 5.3.5.f, e/ou 5.3. 5.g, cujo término do curso tenha ocorrido a partir de 01 de janeiro de 2011.

f. Não serão computados os cursos de atualização dos itens 5.3.5.e, 5.3. 5.f, e/ou 5.3. 5.g, com carga horária menor que 20 (vinte) horas;

g. Os certificados de curso de atualização dos itens 5.3. 5.e, 5.3. 5.f, e/ou 5.3. 5.g, que não indicarem a respectiva carga horária, o período de realização do curso e registro pela entidade responsável, não serão pontuados.

h. A comprovação do tempo de serviço no magistério deverá ser comprovada:

h.1. Se exercida em escola vinculada a qualquer esfera do poder público - por certidão expedida por órgão competente, Gerência Regional de Educação, Recursos Humanos, Secretaria de Educação do Estado, contendo os dados do candidato (nome e CPF), as datas de admissão e de saída e, do tempo total de exercício no cargo.

h.2. Se exercida em escola vinculada a entidade privada - por declaração da respectiva escola, contendo os dados do candidato (nome e CPF), as datas de admissão e de saída e, do tempo total de exercício no cargo, acompanhada da cópia das folhas da carteira profissional do candidato (folha de identificação, de qualificação e do registro do contrato, bem como das alterações).

h.3. A certidão e a declaração indicadas nos itens h.1 e h.2.e deverão conter o nome por extenso do órgão ou a razão social e o nome da escola, bem como, no caso desta (particular), o respectivo carimbo do CNPJ.

h.4. A ausência de qualquer dos elementos e/ou informações previstas nos itens anteriores, implicará em não serem computados os pontos de tempo de serviço de magistério.

h.5. Não será computado como tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

i. A pontuação que ultrapassar a 10 (dez) pontos será desprezada.

j. Não serão recebidos certificados e/ou diplomas originais.

k. Não haverá, qualquer que seja a alegação, devolução dos documentos apresentados para a prova de títulos.

l. Os candidatos deverão obter, previamente à entrega, a aposição de "conferido" nas cópias dos documentos que entregarem, devendo, para tanto, apresentar à comissão de atendimento indicado no item 5.3.1, a cópia a ser entregue e o original de cada documento.

m. Alternativamente à conferência indicada no item anterior (5.3.7.l), o candidato poderá optar por entregar cópias autenticadas em cartório.

n. Os documentos originais a serem entregues (certidões) não necessitam de conferência prévia.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos a partir da seguinte fórmula:

6.1.1 Para os cargos com provas de títulos:

$PONTOS = 15\% \times \text{nota da prova de Conhecimentos Gerais} + 35\% \times \text{nota da prova de Conhecimentos Específicos} + 50\% \times \text{nota da Prova de Títulos}.$

6.1.2 Para os cargos sem provas de títulos (Fonoaudiólogo e Psicólogo):

$PONTOS = 30\% \times \text{nota da prova de Conhecimentos Gerais} + 70\% \times \text{nota da prova de Conhecimentos Específicos}.$

6.2 Ocorrendo empate no número de pontos, aplicar-se-á inicialmente para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal N.º 10.741/03, para os candidatos que se

enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais) e adicionalmente, para os demais candidatos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) tiver maior nota na prova de títulos (quando houver); b) obtiver a maior nota na prova de Conhecimento Específico e c) tiver a maior idade.

## 7. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7.1 Serão reservadas vagas aos portadores de deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das contratações previstas para cada área/disciplina.

7.1.1 São considerados pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

7.1.2 O candidato com deficiência deverá protocolar no período compreendido entre segunda-feira, 27 de outubro de 2014 a sexta-feira, 21 de novembro de 2014, nos dias úteis, no posto de atendimento na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu - Setor de Recursos Humanos, situada à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, requerimento ao IESSES (formulário obtido no site do Concurso - Item C do Anexo III), com solicitação de enquadramento no item anterior (7.1), indicando disciplina/área a que concorre e seu CPF, especificando a respectiva deficiência (CID) e anexando o atestado médico comprovando tal situação.

7.1.3 Os candidatos que apresentarem requerimento nos termos do item 7.1.2, submeter-se-ão, quando convocados, a exame médico oficial, que terá decisão terminativa sobre: a) qualificação do candidato com deficiência ou não e b) grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do magistério, na disciplina/área.

7.1.4 A inobservância do disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.2 determinará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos deficientes.

7.1.5 Os candidatos com deferimento a participar de vagas reservadas a candidatos com deficiência serão classificados pela classificação geral e por classificação específica desta condição na disciplina/área.

7.1.6 Os candidatos com deficiência, respeitada a respectiva classificação específica de candidatos com deficiência, serão chamados para ocuparem a 5ª (quinta), 25ª (vigésima quinta), 45ª (quadragésima quinta) vaga que ocorrer e assim sucessivamente, de modo a se respeitar o percentual definido no item 7.1.

7.1.7 Não havendo candidatos classificados para as vagas reservadas aos deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos.

7.1.8 O requerimento a que se refere o item 7.1.2 não se constitui no requerimento previsto no item 3.15, nem com ele guarda qualquer relação.

## 8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo-se a ordem de classificação por disciplina/área ou cargo, na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

8.2 A classificação neste Processo Seletivo Público não assegura ao candidato o direito de contratação automática. A decisão de contratação é de competência do Prefeito Municipal, dentro da disponibilidade de vagas no decorrer do ano letivo, observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.3 A escolha de vagas para todos os cargos será feita pessoalmente ou através de procuração específica apresentada no ato da escolha de vaga.

8.4 O processo de escolha de vaga dar-se-á nos dias, horários e locais estabelecidos em ato convocatório disponibilizado na terça-feira, 20 de janeiro de 2015. Este ato convocatório estará disponível no site do concurso.

8.4.1 Para a escolha de vaga, os candidatos deverão apresentar cédula de Identidade ou Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, COREN, CRA, CREMESC, etc.), Carteira Nacional

de Habilitação com foto (modelo novo) ou Carteira de Trabalho e Previdência Social.

a. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição ao exigido no item 8.4.1, quer eles estejam autenticados ou não.

8.4.2 Os candidatos quando de sua convocação para escolhas de vaga poderão declinar das vagas oferecidas.

8.5 Após a data da escolha de vagas, as próximas chamadas dos candidatos serão feitas obedecendo à ordem de classificação, respeitada a ordem entre áreas, prevista no item 8.1, através de ligação telefônica, onde serão utilizados o(s) número(s) informado(s) pelos candidatos no ato de inscrição.

8.6 Em caso de alteração de telefone informado no ato de inscrição, o candidato deverá encaminhar requerimento à Comissão responsável pelo Processo Seletivo Público junto à Secretaria Municipal de Educação, indicando sua disciplina/área, número de identidade e CPF.

8.7 O candidato a ser contratado no ato da escolha de vagas receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados conforme agenda específica e terá que se apresentar, no prazo que lhe for estipulado, na sede da Secretaria Municipal de Educação e na Unidade Escolar a qual escolheu a vaga. Excedido este prazo o candidato, automaticamente, perderá o direito sobre a vaga escolhida.

8.8 O candidato que desejar desistir da vaga escolhida deverá proceder à assinatura da desistência da mesma junto a sede da Secretaria Municipal de Educação, no setor de Recursos Humanos.

## 9. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

9.1 É admitido pedido de revisão quanto:

a. Ao indeferimento de inscrição; das condições especiais de prova e do pedido para concorrer a vagas reservadas a candidatos com deficiência;

b. À formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;

c. À opção considerada como certa nas provas objetivas;

d. À avaliação da Prova de Títulos e;

e. Aos resultados do Processo Seletivo Público.

9.2 Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.a" deverão ser formulados no site do concurso (em formulário próprio a ser disponibilizado para tanto) e protocolados no posto de atendimento na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu - Setor de Recursos Humanos, situada à Rua Hermogenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, no período compreendido entre quinta-feira, 4 de dezembro de 2014 e sexta-feira, 5 de dezembro de 2014, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

9.3 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (itens 9.1.b e 9.1.c) deverá fazê-lo no período compreendido entre segunda-feira, 15 de dezembro de 2014 e quarta-feira, 17 de dezembro de 2014, devendo ser formulados no site do concurso (em formulário próprio a ser disponibilizado para tanto) protocolá-lo na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu - Setor de Recursos Humanos, situada à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

9.3.1 O gabarito oficial das provas objetivas estará disponível no site do concurso a partir das 10 horas de segunda-feira, 15 de dezembro de 2014.

9.3.2 As provas objetivas serão disponibilizadas no site do concurso, a partir das 10 horas de segunda-feira, 15 de dezembro de 2014, ali permanecendo até as 18 horas do terceiro dia subsequente.

9.3.3 Não será aceito pedido de revisão via fax e/ou correio eletrônico (e-mail).

9.3.4 Pedidos de Revisão inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.

9.3.5 A decisão sobre os pedidos de revisão ao amparo dos itens 9.1.b e/ou 9.1.c será divulgada juntamente com os resultados

deste Processo Seletivo Público.

9.4 Os pedidos de revisão relativos ao item 9.1.d deverão ser formulados no site do concurso (em formulário próprio a ser disponibilizado para tanto) e ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu, situada à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, com a menção expressa que se relacionam a este Edital, do período compreendido entre quarta-feira, 14 de janeiro de 2015 e quinta-feira, 15 de janeiro de 2015.

9.4.1 A divulgação dos resultados da avaliação da prova de Títulos será feita na terça-feira, 13 de janeiro de 2015, até as 18 horas, no site do concurso.

9.5 Os pedidos de revisão relativos ao item 9.1.e deverão ser formulados no site do concurso (em formulário próprio a ser disponibilizado para tanto) e protocolados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu, situada à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário das 13:30 às 18 horas, com a menção expressa que se relacionam a este Edital, do período compreendido entre quarta-feira, 21 de janeiro de 2015 e quinta-feira, 22 de janeiro de 2015.

9.5.1 A divulgação dos resultados será feita até às 18 horas de quinta-feira, 20 de janeiro de 2015, no site do concurso.

9.6 A classificação final (resultados finais após a decisão dos pedidos de revisão indicados no item 9.5) será disponibilizada no site do concurso até as 12 (doze) horas de segunda-feira, 26 de janeiro de 2015.

9.7 É admitido recurso quanto à homologação dos resultados finais.

9.8 Os recursos relativos ao item 9.7 deverão ser interpostos no primeiro e segundo dia útil subsequente à divulgação do ato de homologação.

9.8.1 Os recursos relativos ao item 9.7 deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu, situada à Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC), no horário de atendimento externo, das 14h às 18h, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

9.9 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência.

9.10 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerado a data e hora do respectivo protocolo.

## 10. DO FORO JUDICIAL

10.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Público de que trata este Edital é o da Comarca de Biguaçu.

## 11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1 Fica delegada competência ao IESES para:

a. divulgar o Processo Seletivo Público;

b. receber as inscrições;

c. deferir e indeferir os pedidos de isenção da taxa de inscrição;

d. deferir e indeferir as inscrições;

e. deferir e indeferir pedidos de condições especiais de prova e de inscrições para concorrer a vagas reservadas a candidatos com deficiência;

f. elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva e a prova de títulos;

g. julgar os pedidos de revisão previstos no item 9.1 deste Edital;

h. prestar informações sobre o Processo Seletivo Público;

i. divulgar a classificação final do Processo Seletivo Público.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O Processo Seletivo Público terá validade até o término do ano letivo de 2015, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada disciplina/área.

12.2 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Público será efetuada por disciplina/área ou por grupos, a critério da Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu.

12.3 O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o



resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo Público) serão afixados no mural da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e no site do concurso, este último apenas dos candidatos classificados no Processo Seletivo Público.

12.4 Será publicado em jornal de circulação local informações da abertura de inscrições para este Processo Seletivo Público.

12.5 Será excluído do Processo Seletivo Público, o candidato que:

- a. fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

- b. não mantiver atualizado seu contato telefônico. Em caso de alteração do telefone constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá encaminhar documento à Secretaria Municipal de Educação, indicando sua disciplina/área, número de inscrição e fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Público objeto deste Edital.

12.6 Será excluído do Processo Seletivo Público, por Ato do IESSES, o candidato que:

- a. tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b. for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c. for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- d. ausentar-se da sala de prova;
- e. não entregar o cartão de respostas e/ou cadernos de provas;
- f. recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão resposta ou de outros documentos.

12.7 Será vedada a contratação para qualquer período do ano letivo de 2016, do candidato contratado para qualquer período do ano letivo de 2015, que for enquadrado em qualquer das seguintes situações:

- a. tiver sido dispensado por abandono ao serviço;
- b. tiver durante seu contrato, 3 (três) ou mais faltas sem justificativa;
- c. tiver sido excluído por processo disciplinar;
- d. não tiver atingido a média 7,0 na Avaliação por Desempenho;

12.8 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Público de quaisquer membros da Comissão, tanto da Secretaria de Educação Municipal de Biguaçu como do IESSES.

12.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

12.10 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Público, serão resolvidos, conjuntamente, pelo IESSES e pela comissão do processo seletivo, com a aquiescência da Secretária de Educação.

Biguaçu (SC), 23 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito de Biguaçu

Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### ANEXO I - PROVAS E PROGRAMAS

##### Atenção:

Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de agosto de 2014.

##### PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais, comum a todos os cargos, terá 24 (vinte e quatro questões) como segue:

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Será aplicada prova com 6 (seis) questões objetivas, comum a todas as áreas/disciplinas, a partir do seguinte conteúdo

programático:

Língua Portuguesa. Compreensão e interpretação de textos. Tipologia Textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal. Concordância verbal. Regência nominal. Regência verbal. Significação das palavras.

##### EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Será aplicada prova com 18 (dezoito) questões objetivas, comum a todas as áreas/disciplinas, a partir do seguinte conteúdo programático:

O homem como sujeito histórico. O processo de produção histórica das diferentes sociedades e seus respectivos processos educacionais. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino - LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). LEI nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB). LEI nº 10.172/2001. (Plano Nacional de Educação). LEI nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. (Lei dos nove anos). LEI nº 10.639/2003 (Lei Federal referente ao ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira). LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008. (Lei Federal referente ao ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena). Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Educação Integral/Programa Mais Educação ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)). Tecnologias Educacionais no trabalho pedagógico. O Projeto Político Pedagógico: reflexão e intervenção sobre práxis educativa. Aspectos que influenciam na repetência e evasão escolar. O planejamento e a avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Proposta curricular da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu. Documento Norteador para a Proposta Curricular do Município e para o Projeto Político Pedagógico das Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais de Biguaçu.

##### PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO CONHECIMENTOS DA ÁREA/DISCIPLINA

Será aplicada prova com 6 (seis) questões objetivas, específicas de cada uma das áreas/disciplinas, a partir do seguinte conteúdo programático:

AUXILIAR DE SALA - EDUCAÇÃO INFANTIL (para atuar na mediação de crianças com deficiência)

PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL (para atuar na mediação de alunos com deficiência)

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. O atendimento Educacional Especializado. Legislação Educacional. A caminhada legislativa na educação especial e legislação vigente. Tecnologia Assistiva e suas Modalidades. Desenho Universal.

##### PROFESSOR DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. O Atendimento Educacional para pessoas com surdez. A função do intérprete escolar da Língua Brasileira de Sinais. Legislação Educacional. A caminhada legislativa na educação especial e legislação vigente. Inclusão Escolar de alunos surdos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais.

##### PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. O Atendimento Educacional para pessoas com surdez. A função do intérprete escolar da Língua Brasileira de Sinais. Legislação Educacional. A caminhada legislativa na educação especial e legislação vigente. Inclusão Escolar de alunos surdos. A Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais.

#### FONOAUDIÓLOGO

Audiologia: Avaliação audiológica; classificação segundo localização topográfica (condutiva - sensorineurais - mistas - centrais - funcionais); Habilitação e reabilitação de distúrbios auditivos; Próteses auditivas. Fala e linguagem: Fisiologia; Aquisição e desenvolvimento; Desvios; Condutas fonoaudiológicas. Motricidade Orofacial: Desenvolvimento das funções estomatogmáticas; Deglutição normal e suas alterações; Diagnóstico diferencial e conduta terapêutica fonoaudiológica nos distúrbios (respirador bucal - disfunções temporomandibulares - gagueira). Voz: Conceito, classificação, etiologia; Avaliação e terapia da voz. Fonoaudiologia e saúde. Saúde mental e fonoaudiologia.

#### PSICÓLOGO

Psicologia: conceituação; principais correntes teóricas e áreas de conhecimento - motivação, aprendizagem, comunicação, liderança. O psicólogo e as múltiplas áreas de intervenção: o Psicólogo e a saúde; o Psicólogo e a educação; O Psicólogo e as instituições sociais e as organizações. Processo de desenvolvimento humano normal nos aspectos biológicos, cognitivos, afetivo-emocional, social e na interação dinâmica entre aspectos na infância, na adolescência, idade adulta e terceira idade. Fundamentos da psicopatologia geral: o processo de desenvolvimento patológico e suas implicações estruturais e dinâmicas, nos distúrbios da conduta e de personalidade de forma geral. Prática terapêutica: psicodimagnóstico; atuação terapêutica; psicoterapia breve; psicossomática; grupos terapêuticos. Seleção e Orientação de pessoal: conceitos; objetivos; instrumentos e técnicas de seleção; os testes psicológicos; a entrevista; dinâmicas de grupo e jogos em seleção; elaboração de laudos psicológicos; orientação educacional e profissional. Treinamento e Desenvolvimento: o comportamento humano nas organizações; a dinâmica das relações interpessoais; aconselhamento psicológico; conceitos básicos em treinamento de pessoal; técnicas de treinamento. Psicologia dos grupos: formas de atendimento grupal na organização pública; tipos de grupo; processos grupais; psicoterapia de grupos; grupos operativos; orientação familiar; orientação a grupos sobre codependência na adicção. A ética na prática da psicologia.

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PARA ATUAR COM A ORIENTAÇÃO ESCOLAR)

O homem como sujeito social. A sociedade capitalista: relações de produção. A educação enquanto processo de humanização. O conhecimento numa perspectiva de totalidade. A produção material da escola pública contemporânea. As funções sociais da escola hoje. O projeto político pedagógico escolar. Os especialistas como articuladores do projeto Político Pedagógico. O planejamento: concepções e metodologias. A avaliação escolar e institucional: concepções e desdobramentos pedagógicos. O currículo escolar. Os temas transversais. A educação inclusiva: construção de paradigmas. História da educação brasileira. História da educação de Santa Catarina. As tendências pedagógicas na educação. Legislação e educação. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu. Documento Norteador para a Proposta Curricular.

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (PARA ATUAR COM A SUPERVISÃO ESCOLAR)

O homem como sujeito social. A sociedade capitalista: relações de produção. A educação como processo de humanização. O conhecimento numa perspectiva de totalidade. A produção material da escola pública contemporânea. As funções sociais da escola hoje. O Projeto Político Pedagógico escolar. Os especialistas enquanto articuladores do Projeto Político Pedagógico. O planejamento: concepções e metodologias. A avaliação escolar e institucional: concepções e desdobramentos pedagógicos. O currículo escolar. A educação inclusiva: construção de paradigmas. História

da educação brasileira. História da educação de Santa Catarina. As tendências pedagógicas na educação. Legislação e educação. Gestão Democrática escolar e autonomia. O financiamento da educação. A organização escolar. Temas Transversais. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu. Documento Norteador para a Proposta Curricular.

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

##### EDUCAÇÃO INFANTIL - AUXILIAR DE SALA

A Educação Infantil sob o paradigma da história - o momento histórico e o surgimento da Educação Infantil. A Educação Infantil e seu papel hoje. Os dois grandes eixos da educação infantil - educar e cuidar. O cuidar como prática pedagógica: as necessidades de crianças de 0 a 6 anos. As características das crianças de 0 a 6 anos sob a ótica social. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. Jogos e Brincadeiras. Princípios que fundamentam as práticas na educação infantil: pedagogia na infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da criança e a relação creche-família. A educação infantil na nova LDB.

##### ENSINO FUNDAMENTAL -PROFESSOR (PARA ATUAR DO 1º AO 3º) ENSINO FUNDAMENTAL -PROFESSOR (PARA ATUAR DO 4º E 5º ANO)

Alfabetização e letramento. Concepções de infância. Processos cognitivos envolvidos na alfabetização. A importância do registro para o processo avaliativo. A formação do pensamento lógico da criança. A importância da literatura infantil e o trabalho com gêneros textuais. Alfabetização nos diferentes momentos históricos. A importância da consciência fonológica na alfabetização. A tecnologia a favor da alfabetização. A importância da ludicidade no processo de aprendizagem. Didática e Metodologia nas diferentes áreas do conhecimento: Linguagens, Ciências Naturais, Ciências Sociais, e Noções Lógico-Matemáticas. Organização do trabalho pedagógico na sala de aula. Temas transversais.

##### ENSINO FUNDAMENTAL -PROFESSOR (PARA ATUAR NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA)

Processo de ensinar e aprender. O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos. História da Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização e Letramento. A natureza simbólica da linguagem. O universo do adulto analfabeto: seus valores, suas crenças, seus sentimentos, suas concepções sobre mundo, suas representações sociais, sua experiência no mundo do trabalho, sua cultura. As hipóteses dos alunos ao processo de aprender. O texto (oral e escrito) enquanto unidade de significação. Encaminhamentos metodológicos: ler e escrever e a função social da escrita. A questão da letra. A questão da motricidade. O trabalho com o texto. A prática de leitura. A prática de produção de texto. A prática de análise linguística. As variedades linguísticas. A avaliação na alfabetização. Temas transversais.

##### EDUCAÇÃO INFANTIL - PROFESSOR DE ARTES

##### ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (1º AO 9º ANO) - ARTES

##### ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - ARTES

História e metodologia do ensino de Arte. A arte e a educação. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Arte e questões sociais da atualidade - Temas Transversais. O conhecimento artístico como produção e fruição. Arte, linguagem e comunicação. Teoria e prática em arte na escola. Elementos básicos das linguagens artísticas. Diversidade das formas de arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional. O currículo de arte no ensino fundamental. Folclore catarinense e nacional. Arte catarinense: música, teatro e plástica. A importância do ver, fazer e pensar o processo artístico na educação escolar.

##### EDUCAÇÃO INFANTIL - PROFESSOR DE ARTES (PARA ATUAR COM A MUSICALIZAÇÃO)

##### ENSINO FUNDAMENTAL - PROFESSOR DE ARTES (PARA ATUAR COM A MUSICALIZAÇÃO)

Acústica musical e organologia: geração e propriedades do som; série harmônica; propagação do som, velocidade do som; cordas, tubos e lâminas sonoras; classificação dos instrumentos musicais. Teoria da música: compasso: definição, classificação; regras de grafia; articulação e sinais de repetição; intervalos, elementos de harmonia, escalas - modos eclesiásticos; tonalidade; ornamentos, graus tonais e modais; acordes de 3, 4 e 5 sons; cadências; funções tonais e modais; sistema anglo-americano de representação gráfica utilizando na música popular (cifras). Estética: história da música e análise musical: características estético-musicais dos diferentes períodos da história da música, por meio da análise musical: antiga, medieval, renascentista, do século XVII ao século XX, Contemporânea; fraseologia musical. Educação musical: escolas e tendências surgidas neste século; atividades musicais na escola de ensino fundamental e ensino médio; fisiologia da voz. Questões de Análise Musical: Elaboração de arranjos para grupos instrumentais. Softwares de Notação Musical e Editoração de Partituras; Finale e Encore. Questões relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem de Música.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (6º AO 9º ANO) - CIÊNCIAS**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - CIÊNCIAS**

A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema - meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e ecocidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

**EDUCAÇÃO INFANTIL - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (1º AO 9º ANO) - EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - EDUCAÇÃO FÍSICA**

Objetivos da Educação Física no Ensino Fundamental. Motricidade humana. Recreação e lazer. Perspectivas para o lazer. Formação profissional na educação física. Consciência corporal. Educação física e esportes no Brasil. Orientação didático-pedagógica na educação física - habilidades e desenvolvimento. Jogos cooperativos. O esporte, a criança e o adolescente. Motivação para a atividade física e o esporte. Lesões e alterações osteomusculares na criança e no adolescente. A influência do exercício físico, os aspectos fisiológicos do crescimento e desenvolvimento. Composição corporal e estilo de vida. Atividade física, aptidão física e saúde. Obesidade, controle de peso e atividade física. O currículo escolar na educação física. Aprendizagem e performance motora. Educação física, esporte e lazer na legislação brasileira. Avaliação em educação física. Temas transversais.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (8º E 9º ANO) - ESPANHOL**  
**CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - ESPANHOL**

A importância do ensino da Língua Espanhola no Brasil. História, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de língua estrangeira no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Avaliação em língua estrangeira. A escolha do material didático. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever). O ensino da gramática. Espanhol instrumental: estratégias

de leitura. Temas Transversais.

Atenção: As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos serão formuladas na língua espanhola.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (6º AO 9º ANO) - GEOGRAFIA**

**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - GEOGRAFIA**

Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil - Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação. Brasil - Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica - Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (6º AO 9º ANO) - HISTÓRIA**  
**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - HISTÓRIA**

Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (1º AO 9º ANO) - INGLÊS**

**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - INGLÊS**

**CENTRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE - INGLÊS**

A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didático-pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais.

Atenção: As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos serão formuladas na língua inglesa.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (6º AO 9º ANO) - MATEMÁTICA**

**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - MATEMÁTICA**

Concepções de matemática. Educação Matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A história da matemática. Princípios de aritmética e sistemas numéricos: conjuntos, operações, relações de pertinência e inclusão; dos números naturais aos reais. Relações de ordem e equivalência. Campos Numéricos: Números, Operações, Razão e Proporção, Média aritmética e ponderada, Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Algébricos: expressões algébricas, polinômios, sistema de equações, problemas do 1º e 2º grau com uma ou duas variáveis, produtos notáveis, frações do 1º grau. Geometria plana: simetrias e homotetias, triângulos e quadriláteros, polígonos regulares, circunferência e círculo, relações trigonométricas. Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares, opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Circunferência. O aspecto interdisciplinar de seus conteúdos básicos, enfatizando situações do cotidiano na análise de situações matemáticas; método científico: conceito de modelos, hipóteses, observações, experimentos, teorias e leis. Estimativas de valores e ordens de grandeza. Temas Transversais.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (6º AO 9º ANO) - PORTUGUÊS**



**ENSINO FUNDAMENTAL - EJA (6º AO 9º ANO) - PORTUGUÊS**  
 Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.

**ENSINO FUNDAMENTAL - REGULAR - (1º AO 9º ANO) - FILOSOFIA**  
 Manifestações culturais. Atitudes Filosóficas. Crenças e Mitologias. Mito e espiritualidade. Formação e prática do professor de Filosofia.

#### TÉCNICO EM EDUCAÇÃO

A função social dos especialistas em assuntos educacionais na sociedade contemporânea. As funções sociais da escola pública contemporânea. O projeto político pedagógico. A avaliação no processo de apropriação do conhecimento. O currículo. Mídia e educação.

**ANEXO II - Sede, postos de atendimento, endereços e horários de atendimento**

Descrição	Endereço	Horário de Atendimento
Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu	Rua Hermógenes Prazeres nº 59, Biguaçu(SC),	09 as 18 horas

#### ANEXO III - Modelos

**A - Requerimento para isenção de taxa de inscrição** ☐ Lei Municipal nº 2.437

Ao Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES  
 Nome do Candidato -  
 Numero da Inscrição -  
 CPF -  
 Cargo -  
 Função -

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para isenção da taxa de inscrição, no amparo da Lei Municipal nº 2.437, de 27 de abril de 2007 (doadores de sangue), juntando os documentos exigidos pelo Edital 002/SEMED/2014 do Processo Seletivo Público da PREFEITURA DE BIGUAÇU.

Local, Data e Assinatura.

**B - Requerimento para condições especiais de prova**

Ao Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES

Nome do Candidato -  
 Numero da Inscrição -  
 CPF -  
 Cargo -  
 Função -

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer as

seguintes condições especiais para realização das provas objetivas previstas no Edital 002/SEMED/2014 do Processo Seletivo Público da PREFEITURA DE BIGUAÇU.

[Descrever as condições que necessita]

Local, Data e Assinatura.

**C - Requerimento para concorrer a vagas reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais**

Ao Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES  
 Nome do Candidato -  
 Numero da Inscrição -  
 CPF -  
 Cargo -

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para concorrer a vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, nos termos da legislação vigente, juntando os documentos exigidos pelo Edital 002/SEMED/2014 do Processo Seletivo Público da PREFEITURA DE BIGUAÇU.

Local, Data e Assinatura.

#### CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Cronograma de ordem meramente sugestiva, com a finalidade de facilitar a visualização dos calendários de eventos por parte dos candidatos. Em caso de divergência entre as datas constantes do cronograma de atividades previsto e o texto do respectivo Edital, valem as informações constantes do segundo (texto do Edital).

Item	Atividade	Data - Período
01.	Site do Concurso	www.educ2014.bigua.ieses.org
02.	Início do Período de Inscrições	segunda-feira, 27 de outubro de 2014
03.	Término do Período de Inscrições	sexta-feira, 21 de novembro de 2014
04.	Início do Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	segunda-feira, 27 de outubro de 2014
05.	Término do Período para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	sexta-feira, 7 de novembro de 2014
06.	Divulgação da decisão dos pedidos de isenção	quarta-feira, 12 de novembro de 2014
07.	Início do Pedido de revisão quanto ao indeferimento de pedido de isenção	quinta-feira, 13 de novembro de 2014
08.	Término do Pedido de revisão quanto ao indeferimento de pedido de isenção	sexta-feira, 14 de novembro de 2014
09.	Divulgação da decisão sobre pedidos de revisão dos indeferimentos de pedido de isenção.	quarta-feira, 19 de novembro de 2014
10.	Prazo limite de Pagamento da Taxa de Inscrição	sexta-feira, 21 de novembro de 2014
11.	Data limite para solicitação de condições especiais de prova	sexta-feira, 21 de novembro de 2014
12.	Data limite de entrega dos pedidos para concorrer a vagas reservadas a PcD	sexta-feira, 21 de novembro de 2014
13.	Divulgação da relação de inscrições deferidas	quarta-feira, 3 de dezembro de 2014
14.	Divulgação da decisão sobre pedidos de condições especiais de prova	quarta-feira, 3 de dezembro de 2014
15.	Divulgação da decisão sobre pedidos para concorrer a vagas reservadas a PcD	quarta-feira, 3 de dezembro de 2014

16.	Divulgação do ato de indeferimento de inscrições	quarta-feira, 3 de dezembro de 2014
17.	Início do Pedido de revisão quanto ao indeferimento de inscrições, de condições especiais de prova	quinta-feira, 4 de dezembro de 2014
18.	Término do Pedido de revisão quanto ao indeferimento de inscrições, de condições especiais de prova	sexta-feira, 5 de dezembro de 2014
19.	Divulgação da decisão dos pedidos de revisão	quarta-feira, 10 de dezembro de 2014
20.	Expedição do Documento de Confirmação de Inscrição - Locais da prova objetiva	quarta-feira, 10 de dezembro de 2014
21.	Data das provas objetivas	domingo, 14 de dezembro de 2014
22.	Divulgação das provas objetivas e seus gabaritos	segunda-feira, 15 de dezembro de 2014
23.	Início do Pedido de revisão de questões da prova objetiva	segunda-feira, 15 de dezembro de 2014
24.	Término do Pedido de revisão de questões da prova objetiva	quarta-feira, 17 de dezembro de 2014
25.	Divulgação dos Resultados das Provas de Títulos	terça-feira, 13 de janeiro de 2015
26.	Início do Pedido de revisão dos Resultados das Provas de Títulos	quarta-feira, 14 de janeiro de 2015
27.	Término do Pedido de revisão dos Resultados das Provas de Títulos	quinta-feira, 15 de janeiro de 2015
28.	Julgamento dos pedidos de das Provas de Títulos	terça-feira, 20 de janeiro de 2015
29.	Divulgação da decisão dos pedidos de revisão de questões e do gabarito definitivo da prova objetiva	terça-feira, 20 de janeiro de 2015
30.	Divulgação dos Boletins Individuais de Desempenho – avaliação Prova Objetiva, dos pontos e classificação	terça-feira, 20 de janeiro de 2015
31.	Início do Pedido de revisão dos resultados (BDI)	quarta-feira, 21 de janeiro de 2015
32.	Término do Pedido de revisão dos resultados (BDI)	quinta-feira, 22 de janeiro de 2015
33.	Julgamento dos pedidos de revisão (BDI)	segunda-feira, 26 de janeiro de 2015
34.	Homologação dos resultados finais	segunda-feira, 26 de janeiro de 2015

## RESOLUÇÃO Nº 023/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
RESOLUÇÃO Nº 23/2014.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, provenientes dos repasses do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, exercício de 2013.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 17 de outubro de 2014.

- A ATA nº 14/2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de

Assistência Social - FMAS, exercício 2013, proveniente dos repasses do FNAS para o FMAS, conforme os saldos de cada piso relacionados abaixo:

PBV II - Piso Básico Variável II - R\$ 2.963,98 (dois mil novecentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos);

PBV - SCFV Piso Básico Variável - R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais);

PBF - Piso Básico Fixo - R\$ 26.661,28 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos);

ACESSUAS - R\$ 165.804,76 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e quatro reais e setenta e seis centavos);

PVMC - Piso Variável de Média Complexidade - R\$ 269,62 (duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos);

PAC I - Piso de Alta Complexidade I - R\$ 17.985,55 (dezesete mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos);

PAC II - Piso de Alta complexidade II - R\$ 61.194,07 (sessenta e um mil cento e noventa e quatro reais e sete centavos);

PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade - R\$ 14.250,39 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos);

PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade - R\$ 208.870,93 (duzentos e oito mil oitocentos e setenta reais e noventa e três centavos);

IGD/PBF - Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - R\$ 107.312,85 (cento e sete mil trezentos e doze reais e oitenta e cinco centavos);

IGD/SUAS - Incentivo a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - R\$ 7.857,69 (sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos);

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de outubro de 2014.

Silvana Cesconetto da Silva Garcia

Presidente do CMAS/ Biguaçu

## Lei Nº 3513/2014

LEI Nº 3513/2014 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ações de Governo do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura no montante de até R\$ 2.861.000,00 (Dois milhões oitocentos e sessenta e um mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo da própria Unidade Gestora Prefeitura, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	70.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	70.000,00
0203.04.124.0001.2004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	25.000,00



3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	23.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	23.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.000,00
0205.04.122.0001.2003	Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	1.000,00
4.4.00.00	Investimentos	1.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00
0301.04.122.0001.1001	Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	120.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
0301.04.128.0002.2015	Capacitação de Servidores	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0301.14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do Procon	15.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
0401.04.129.0002.1004	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecadação	126.000,00
4.4.00.00	Investimentos	126.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	126.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	126.000,00

0501.04.122.0002.2010	Manut. Secretaria do Orçamento Participativo	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0601.04.121.0002.2007	Manut. da Secret. de Planejamento e Gestão	146.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	146.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	146.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	146.000,00
0601.11.334.0007.1026	Inclusão Digital	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0701.12.361.0003.1005	Ampliação Rede Física do Ensino Fundamental	477.000,00
4.4.00.00	Investimentos	477.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	477.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	477.000,00
0701.12.361.0003.2020	Ampliação do Acervo Bibliográfico das Escolas	24.000,00
4.4.00.00	Investimentos	24.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	24.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	24.000,00
0701.12.364.0003.2024	Manutenção do Ensino Superior	25.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.000,00
0701.13.392.0003.2030	Feira Municipal do Livro e do Conhecimento	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
0801.15.452.0009.2086	Arborização de Espaços Públicos	12.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	12.000,00
0801.26.782.0007.1034	Pavimentação de Estradas Rurais	200.000,00
4.4.00.00	Investimentos	200.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
0801.26.782.0007.1035	Construção de Pontes	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	100.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
0801.26.782.0007.1036	Construção de Bueiros	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
0901.15.452.0009.1047	Sinalização Turística	40.000,00
4.4.00.00	Investimentos	40.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
0901.15.452.0009.1049	Implantação de Ciclovias	23.000,00
4.4.00.00	Investimentos	23.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	23.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	23.000,00
0901.15.452.0009.1050	Padronização das Calçadas	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1001.06.182.0009.1041	Recuperação de Danos Causados por Intempéries	35.000,00
4.4.00.00	Investimentos	35.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.000,00
1001.06.182.0009.1042	Prevenção de Cheias	23.000,00
4.4.00.00	Investimentos	23.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	23.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	23.000,00
1001.06.182.0009.2081	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1101.08.244.0006.1023	Construção do Centro de Referência da Assist. Social	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00

1101.08.244.0006.1024	Constr. Centro Referência Especial. Assist. Social	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1101.08.244.0006.2066	Controle Social da política de Assistência Social	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
1201.22.661.0007.1031	Implantação de Distritos Industriais	90.000,00
4.4.00.00	Investimentos	90.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.000,00

1201.23.691.0007.1033	Implantação da Casa do Empreendedor	70.000,00
4.4.00.00	Investimentos	70.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	70.000,00
1401.20.606.0007.2067	Apoio as Atividades da Aquicultura e Pesca	165.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.00.00	Investimentos	150.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	165.000,00
1401.20.606.0007.2069	Manut. da Secretaria da Pesca e Maricultura	89.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
4.4.00.00	Investimentos	9.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	89.000,00
1501.20.606.0007.1028	Formação da Patrulha Agrícola	25.000,00
4.4.00.00	Investimentos	25.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.000,00
1501.20.606.0007.1029	Implantação da Casa do Agricultor	47.000,00
4.4.00.00	Investimentos	47.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	47.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	47.000,00
1501.20.606.0007.2068	Manutenção do Abatedouro Municipal	28.000,00
3.1.00.00	Pessoal E Encargos Sociais	5.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	4.000,00
3.1.91.00	Aplicação Intra	1.000,0
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	28.000,00
1501.26.782.0007.2077	Conservação de Estradas Vicinais	400.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	400.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	400.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	400.000,00
	TOTAL	2.861.000,00

## SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2027	Remun. Profis. Magistério em Efetivo Exercício	915.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	915.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	915.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	915.000,00
0901.15.452.0009.2087	Manut. dos Serviços de Educação no Trânsito	23.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	23.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	23.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	23.000,00
1201.22.661.0007.1032	Pagto. Precatório c/ a Desapropriação de Imóvel	75.000,00
4.4.00.00	Investimentos	75.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	75.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	75.000,00
0204.04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	160.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	160.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	160.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	160.000,00
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	1.400.000,00
4.6.00.00	Amortização de Dívidas	1.400.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	1.400.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.400.000,00
1901.28.845.0000.0005	Contribuição a Entidades Municipalistas	80.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	80.000,00
0301.04.122.0002.2013	Amortização do Déficit Atuarial do RPPS	208.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	208.000,00
3.3.91.00	Aplicações Diretas Intraorçamentária	208.000,00
	TOTAL	2.861.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as anulações autorizadas pelo artigo 1º da Lei 3.497/2014 para as ações de Governo 1031 - Implantação de Distritos Industriais no valor de R\$ 90.000,00; 1033 - Implantação da Casa do Empreendedor no valor de R\$ 50.000,00; 1029 - Implantação da Casa do Agricultor no valor de R\$ 47.000,00; e 2077 - Conservação de Estradas Vicinais no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3513/2014, de 24/10/2014  
Promulgada em 24/10/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**Lei Nº 3514/2014**

LEI Nº 3514/2014 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2015 e dá outras providências.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2015 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;  
II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;  
III - a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;  
IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;  
V - as disposições sobre dívida pública municipal;  
VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;  
VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e  
VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2015 e Metas Financeiras para 2015, 2016 e 2017;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2014;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2015 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

X - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;

XI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

#### III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.



Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2012 e 2013 e despesa fixada para 2014 e 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2015;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro,

posição em 31/10/2014;

IX - Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2011 a 31/10/2014.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2015.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Biguaçu-prev será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2015 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes

e relacionadas a:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e  
IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2015, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2015 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2015 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2015 em metas bimestrais de

arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Execução da Administração Financeira" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO I.8, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico, associação de classes e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços projetados para 2015.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 As ações de governo, prioritizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2015, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64,



a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2015 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 Os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício e na fonte de recursos 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 40%; e 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

## V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

## VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos



favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2015 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2015 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de outubro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Lei nº 3514/2014, de 24/10/2014  
Promulgada em 24/10/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## Blumenau

### PREFEITURA

#### Atos Secretaria Administração Nº 67

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 67

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.263/2014	04.06.2014	LUISA ANDREA TORRES SALGADO	De 20 horas para 25 horas	02.06.2014
28.264/2014	06.06.2014	FERNANDO ANTONIO RODRIGUES PINTO ANTUNES	De 20 horas para 30 horas	26.05.2014
28.266/2014	05.06.2014	TARCISIO JOSE DA SILVA	De 30 horas para 40 horas	10.04.2014
28.268/2014	05.06.2014	ILKA BETIL-DY OLIVEIRA CABRAL	De 30 horas para 40 horas	26.05.2014
28.281/2014	11.06.2014	DENISE DA SILVA VIEIRA	De 30 horas para 40 horas	09.06.2014
28.305/2014	17.06.2014	MICHELLE KULOKOWSKI OBEM	De 30 horas para 40 horas	02.06.2014
28.305/2014	17.06.2014	MARISTELA IMIANOWSKY KOLAGA	De 30 horas para 40 horas	02.06.2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### Atos Secretaria Administração Nº 68

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 68

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho

de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.267/2014	05.06.2014	TARCISIO JOSE DA SILVA	De 40 horas para 30 horas	12.05.2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 69**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 69

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:  
DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28291/2014	JOYCE LANE ARAUJO COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/03/2014
28291/2014	LUAN FELIPE DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	19/03/2014
28291/2014	MARIELLI DOS SANTOS DE O. BITENCOURT	PSICÓLOGO	17/04/2014
28291/2014	JOSIANE EBLE	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/04/2014
28291/2014	JOSIANE CARLA COELHO	TÉCNICA EM VIG.SAN. E SAÚDE AMBIENTAL	17/04/2014
28291/2014	DEISE REGINA PAUL EXEL	FONOAUDIÓLOGO	23/04/2014
28291/2014	TATIANA CARDOSO	AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE	27/04/2014
28291/2014	JUSSARA ODO-RIZZI	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/05/2014
28291/2014	CLEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE	01/05/2014
28291/2014	ADREANA A.METZDORF DO AMARAL	AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE	02/05/2014
28291/2014	JOSIAN WITZKE MIRANDA	AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE	06/05/2014
28291/2014	VANEZA HERCULINA PEREIRA DE CASTRO	ENFERMEIRO	08/05/2014
28291/2014	SILVIA REGINA DORINI	MÉDICO- 40H	14/05/2014

28291/2014	LEONARDO SILVEIRA ALVES	ENFERMEIRO	15/05/2014
28291/2014	NATASHA CRISTINA VIEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/05/2014
28291/2014	SILVIA IMME	TÉCNICA EM VIG.SAN. E SAÚDE AMBIENTAL	20/05/2014
28291/2014	ROSELI LUDWINSKY DE SOUZA	PSICÓLOGO	21/05/2014
28291/2014	FERNANDA MONTAGNA	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/05/2014
28291/2014	JULIANA THEISS	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/05/2014
28291/2014	ARLI VEIGA	ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26/05/2014
28291/2014	LILIANA SORAIA DE ANDRADE	PSICÓLOGO	27/05/2014
28291/2014	LECIANE AREND MACHADO	MÉDICO- 40H	31/05/2014

Blumenau, 13 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 70**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 70

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.293	2014	13.06.2014	2014/06/003995	ANA CAROLINA SARTI	02/09/2014	31/10/2014
28.253	2014	02.06.2014	2014/06/003674	ANDREZA RENATE ROCHA DA COSTA	09/09/2014	07/11/2014
28.310	2014	23.06.2014	2014/06/004151	CAROLINE FERNANDA METTE	16/09/2014	15/11/2014
28.308	2014	23.06.2014	2014/06/004127	LUCIANA MARA DA SILVA SCHMITT	12/10/2014	10/12/2014
28.286	2014	12.06.2014	2014/06/003946	MAGDA SETTER CIPRIANI	30/08/2014	28/10/2014
28.282	2014	11.06.2014	2014/06/003881	MARIA FERNANDA CASTELLAIN	28/08/2014	26/10/2014
28.300	2014	16.06.2014	2014/06/004036	PRISCILA PIRES GONÇALVES	02/10/2014	30/11/2014
28.269	2014	05.06.2014	2014/06/003798	SANDRA DOS SANTOS	23/09/2014	21/11/2014
28.285	2014	12.06.2014	2014/06/003943	SHEILA MAIARA KREUSCH EWALD	30/09/2014	28/11/2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 71

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 71

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.307	2014	18.06.2014	2014/06/004122	CELENE RODRIGUES ALBERTO	01.05.2003	01.05.2013

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 72

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 72

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO

28.252	2014	02.06.2014	2014/06/003665	ALEXANDRE BO-LIVAR LOPES DE OLIVEIRA	03.05.2002	03.05.2012
--------	------	------------	----------------	--------------------------------------	------------	------------

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 73**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 74

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.262	2014	06.06.2014	2014/06/003765	NEUSA PASTA FELI-ZETTI	06.08.2001	06.08.2011

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 74**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 74

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.262	2014	06.06.2014	2014/06/003765	NEUSA PASTA FELI-ZETTI	06.08.2001	06.08.2011

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 75**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 75

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
-------------	------	----------	------	---------



28.249	2014	02.06.2014	2014/06/003644	DAIANY WIESE	01.06.2004	01.06.2014
28.251	2014	02.06.2014	2014/06/003658	MARA RUBIA WES-SLING	12.05.2004	12.05.2014
28.270	2014	06.06.2014	2014/06/003828	ELIZETE BARBOSA	17.05.2004	17.05.2014
28.271	2014	06.06.2014	2014/06/003831	SOLANGE CAMPES-TRINI	06.06.2004	06.06.2014
28.272	2014	10.06.2014	2014/06/003838	LUCINEI DE OLIVEIRA	07.06.2004	07.06.2014
28.274	2014	10.06.2014	2014/06/003843	MARLI TEREZINHA HOSTIN DA CRUZ	07.06.2004	07.06.2014
28.275	2014	10.06.2014	2014/06/003848	ANDRE ROBERTO HASSE	08.06.2004	08.06.2014
28.276	2014	10.06.2014	2014/06/003851	IVONEI SEBASTIÃO FIAMONCINI	08.06.2004	08.06.2014
28.777	2014	10.06.2014	2014/06/003852	MARLISE ANTUNES	08.06.2004	08.06.2014
28.278	2014	10.06.2014	2014/06/003853	CELITA GIESEL DE LIZ	08.04.2004	08.04.2014
28.283	2014	11.06.2014	2014/06/003911	ADILSON JOSE DE SOUZA	02.05.2004	02.05.2014
28.284	2014	11.06.2014	2014/06/003914	JULIANE FLAVIANA HABITZREUTER	07.11.2003	07.11.2013
28.289	2014	16.06.2014	2014/06/003963	IZABEL DE ABREU	02.04.2004	02.04.2014
28.290	2014	13.06.2014	2014/06/003988	CELENE RODRIGUES ALBERTO	01.05.2003	01.05.2013
28.294	2014	13.06.2014	2014/06/004011	MARIA JOANETA MAZZUCO CANCELLI	12.03.2003	12.03.2013
28.298	2014	16.06.2014	2014/06/004026	IVANILDE KOLTZ	25.05.2004	25.05.2014
28.301	2014	16.06.2014	2014/06/004046	URSULA STORTZ HARDER	22.02.2004	22.02.2014
28.302	2014	16.06.2014	2014/06/004054	JORGE ERVIM DOS SANTOS	01.06.2004	01.06.2014
28.303	2014	16.06.2014	2014/06/004058	LILIAN RIBEIRO	17.04.2004	17.04.2014
28.304	2014	17.06.2014	2014/06/004067	SUZANA BEATRIZ GUIMARÃES PICCINI	13.06.2004	13.06.2014
28.311	2014	24.06.2014	2014/06/003419	JOSE TOME DA CUNHA	24.06.2004	24.06.2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 76

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 76

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28250/2014	02.06.2014	2014/06/003649	NOELI APARECIDA RIBEIRO VIEIRA	02.06.2004 a 02.06.2014
28255/2014	02.06.2014	2014/06/003687	ALYNNE CRYSTINE FRANCA MENDES	22.03.2004 a 22.03.2014
28261/2014	04.06.2014	2014/06/003739	RAFAELA JERUSA DOS SANTOS	01.06.2004 a 01.06.2014
28273/2014	10.06.2014	2014/06/003842	JACKSON LUIZ REINHOLD	09.06.2004 a 09.06.2014,
28279/2014	10.06.2014	2014/06/003859	CATARINA INES KLOCK	10.06.2004 a 10.06.2014
28288/2014	12.06.2014	2014/06/003947	ALISSANDRA PHILIPPI MELO	11.06.2004 a 11.06.2014

28289/2014	12.06.2014	2014/06/003963	IZABEL DE ABREU	02.04.2004 a 02.04.2014
28306/2014	18.06.2014	2014/06/004099	ROSELI MACIEL CANI	26.01.2004 a 26.01.2014
28309/2014	23.06.2014	2014/06/004149	KAREN SIMAS EBSSEN	26.10.2003 a 26.10.2013

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 77

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 77

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28254/2014	02.06.2014	2014/06/003686	JORGE NEVES MELIM	07.01.2003	07.01.2013
28265/2014	05.06.2014	2014/06/003774	MARCO ANTONIO DE AVIZ	02.05.1994	02.05.2004
28280/2014	10.06.2014	2014/06/003865	JAILA PENAFORTE	19.02.2002	19.02.2012
28299/2014	16.06.2014	2014/06/004027	LOURDES MARLENE BOTTAMELLI	10.04.2001	10.04.2011

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 78

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 78

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28.259/2014	ADEMAR HORBACH	Agente de Vigilância	B	GO	09/05/2014
28.259/2014	ADREANA APARECIDA M. DO AMARAL	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	02/05/2014
28.259/2014	ADRIANA ANESI	Coordenador Pedagógico (40H)	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	ALEX SANDRO DE AN- DRADE ROGICK	Agente de Vigilância	C	GO	17/05/2014
28.259/2014	ANA PAULA ANTUNES	Agente Administrativo	B	GF	03/05/2014
28.259/2014	ANA PAULA PEREIRA HADLICH	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	ANA PRISCILA DE OLI- VEIRA BENITES	Psicólogo	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	ANDRE ROBERTO HASSE	Motorista	C	GO	01/05/2014
28.259/2014	ANDREIA MICHELE RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	05/05/2014

28.259/2014	BERNADETE KNIHS SILVA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/05/2014
28.259/2014	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	Servente de Serviços Gerais	C	GO	15/05/2014
28.259/2014	CAMILA MAYARA PEREIRA	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	CELENE RODRIGUES ALBERTO	Servente de Serviços Gerais	C	GO	15/05/2014
28.259/2014	CELIA REGINA HERMES MENEGAZZO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	15/05/2014
28.259/2014	CHRISTIANE SCHLUTER PADARATZ	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/05/2014
28.259/2014	CLARICE FEUSER SAMPAIO	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	CLAUDIA DE CASSIA COPETTI DIDONET BEDUSCHI	Enfermeiro	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	CLAUDIA REGINA HEGEN BUTTEI	Técnico em Enfermagem	F	GT	01/05/2014
28.259/2014	CLEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	CLEITON KNISS	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/05/2014
28.259/2014	DANIELA COLOMBO	Médico - 20 Horas	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	DENISE AREDES MARTINS	Enfermeiro	G	GE	01/05/2014
28.259/2014	DIENEFER ALINI WOLF	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	DOLORES CABRAL E SILVA	Auxiliar de Consult. Dentário	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	ELIANE MARIA MEDIANEIRA G. VENTURINI	Assistente Social	C	GE	02/05/2014
28.259/2014	ELIZIANE DE SOUZA PEREIRA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/05/2014
28.259/2014	ELOIVA DA LUZ FIDELIS	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/05/2014
28.259/2014	INGRID BECKHAUSER	Auxiliar de Consult. Dentário	H	GF	01/05/2014
28.259/2014	IOLANDA MARIA CORREA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	08/05/2014
28.259/2014	ISABEL BRUNOW VENTURA	Médico - 40 Horas	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	IVANI RONCATO	Enfermeiro	E	GE	01/05/2014
28.259/2014	JANAINA EBERLE MACHADO	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	JANETE BIZATTO FERREIRA	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	JAQUELINE TERRA PARPAL	Enfermeiro	H	GE	01/05/2014
28.259/2014	JOSIAN WITZKE MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	06/05/2014
28.259/2014	JOSIANE EBLE	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	JOSIANE RAQUEL NASS	Médico - 40 Horas	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	JUSSARA ODORIZZI	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	KAREN SIMAS EBSSEN	Enfermeiro	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	KARINA DE ANDRADE MORALES FLOR	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/05/2014
28.259/2014	KATHLEEN ALICE BINNS	Fonoaudiólogo	G	GE	01/05/2014
28.259/2014	KATIA ANDREA DA SILVA FELSKI	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/05/2014
28.259/2014	KELLY CRISTINA QUERCHE DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	03/05/2014
28.259/2014	LAURA SANTIAGO GORGES	Técnico em Higiene Dental	E	GT	22/05/2014
28.259/2014	LEIDIONEIA NASCIMENTO FUCHINA	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/05/2014

28.259/2014	LEONARDO SILVEIRA ALVES	Enfermeiro	B	GE	16/05/2014
28.259/2014	LIAMARA FIETZ DOS PASSOS	Professor 40H Quadro Especial	I	GE	01/05/2014
28.259/2014	LISANE CASTRO VIDAL	Enfermeiro	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	LUAN FELIPE DOS SANTOS	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	LUCIA DANICHEWCZ OGLEARI	Professor - 20 Horas (QP)	F	GE	01/05/2014
28.259/2014	LUCIMAR DE ALMEIDA MELO ARRUDA	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	LUIZA ANTUNES WEH-MUTH VICENTE	Analista de Informática	B	GE	12/05/2014
28.259/2014	MAIKE GRAHL	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	MARA PIRES DE MELLO ESKELSEN	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	MARCIA TERESINHA COSTA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	02/05/2014
28.259/2014	MARGA WEISSHEIMER ABRAHAM	Cirurgião Dentista - 15 Horas	H	GE	01/05/2014
28.259/2014	MARGELY HANSEN	Enfermeiro	D	GE	01/05/2014
28.259/2014	MARIA AP. RIBEIRO DOS S. DICKMANN	Professor 40H Quadro Especial	G	GE	01/05/2014
28.259/2014	MARIA DE LOURDES SABEL	Auxiliar de Enfermagem	H	GF	01/05/2014
28.259/2014	MARIA DO CARMO MANSUR C. SCHOLL	Médico - 40 Horas	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	MARIA ELIS NUNC-NFOONRO	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	MARILISE TRIBESS NAZARIO	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	MERY LUCIANI VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/05/2014
28.259/2014	MONICA RASO DA SILVA	Enfermeiro	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	NAIR WESTPHAL	Auxiliar de Enfermagem	H	GF	01/05/2014
28.259/2014	PATRICIA JANAINA SIMON REINERT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	PRISCILA JENIFER NUNES F. DE SOUZA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/05/2014
28.259/2014	RAFAELA SCHAEFER	Auxiliar de Consult. Dentário	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	RAQUEL CRISTINA BARCELLOS	Educador (Quadro Especial)	C	GF	01/05/2014
28.259/2014	RENY TITO SIEBERT	Agente de Vigilância	C	GO	15/05/2014
28.259/2014	RITA MARISA MULLER	Agente Administrativo	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	ROBERTO CESAR BENTO	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	RONALD LUIZ LUVIZOTTO	Agente Administrativo	D	GF	01/05/2014
28.259/2014	ROSELI RIBEIRO CONRADO DE JESUS	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/05/2014
28.259/2014	SILVIA IMME	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	B	GT	20/05/2014
28.259/2014	SILVIA REGINA DORINI	Médico - 40 Horas	B	GE	01/05/2014
28.259/2014	SIMONI DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	07/05/2014
28.259/2014	TATIANA CARDOSO	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/05/2014
28.259/2014	TERESINHA MARLENE MARTINI	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	19/05/2014
28.259/2014	VALERIA MACHADO	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	08/05/2014
28.259/2014	VALMIR NUNES	Agente de Zeladoria	C	GO	15/05/2014



28.259/2014	VIVIANE RUSSI DOS SANTOS	Agente Administrativo	B	GF	17/05/2014
28.259/2014	VIVIANE TOMELIN TAFURI	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	15/05/2014
28.259/2014	WALESKA ALEXANDRA COMIOTTO	Enfermeiro	E	GE	01/05/2014
28.259/2014	ZELI MARIA DOS SANTOS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/05/2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 79

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 79

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER A PRIMEIRA PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
28.258/2014	2014/3209	ANA CRISTINA BLANCO S CRUZ DE OLIVEIRA	Médico - 20 Horas	II	C	14/05/2014
28.258/2014	2014/3184	ANA PRISCILA DE OLIVEIRA BENITES	Psicólogo	II	B	14/05/2014
28.258/2014	2014/2894	ANDREA MARQUES FARIAS	Professor - 30 Horas (QP)	II	H	01/05/2014
28.258/2014	2014/2978	ANGELA CRISTINA DE MATTOS BRAGA	Fonoaudiólogo	II	G	06/05/2014
28.258/2014	2014/3379	CARLA MARIA SUSKI	Coordenador Pedagógico (40H)	II	H	21/05/2014
28.258/2014	2014/2999	CARLOS AUGUSTO ABRAHAM	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	F	07/05/2014
28.258/2014	2014/3434	CHEILA RICHTER	Professor - 20 Horas (QP)	II	C	22/05/2014
28.258/2014	2014/2990	CLAIR BERNADETE BORTOLOTO	Terapeuta Ocupacional	III	D	07/05/2014
28.258/2014	2014/3012	ELIZIA FRONZA	Professor - 40 Horas (QP)	II	G	07/05/2014
28.258/2014	2014/3333	GILBRAN REIS	Professor - 20 Horas (QP)	II	G	19/05/2014
28.258/2014	2014/3232	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDT	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	C	15/05/2014
28.258/2014	2014/3314	ILMO IZOLABELA MENDES	Professor - 40 Horas (QP)	II	F	19/05/2014
28.258/2014	2014/2997	IZOLDES TEREZINHA REGALIN	Assistente Social	II	J	07/05/2014
28.258/2014	2014/3227	LUCIANE ERONDINA VIEIRA	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	G	15/05/2014
28.258/2014	2014/3150	LUCIANO ANTONIO MULLER	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	E	13/05/2014
28.258/2014	2014/3107	LUIZA ANTUNES WEHMUTH VICENTE	Analista de Informática	II	B	12/05/2014
28.258/2014	2014/2979	MARCIA ARIETE FEUSER NUNES	Assistente Social	III	C	06/05/2014
28.258/2014	2014/3040	MARGA WEISSHEIMER ABRAHAM	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	H	08/05/2014

28.258/2014	2014/3068	MARILEIVA SCHUSLER	Enfermeiro	II	C	09/05/2014
28.258/2014	2014/2768	MICHELE RAVACHE NASCIMENTO	Psicólogo	II	L	01/05/2014
28.258/2014	2014/2899	PATRICIA SCHAFER MAFRA	Assistente Social	III	C	01/05/2014
28.258/2014	2014/2821	REGINA HELENA STEMPOSKI	Farmacêutico	II	C	01/05/2014
28.258/2014	2014/3139	RITA FLORIANI	Assistente Social	III	D	12/05/2014
28.258/2014	2014/2968	ROGERIO CARLI VELOSO	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	I	06/05/2014
28.258/2014	2014/2968	ROGERIO CARLI VELOSO	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	C	06/05/2014
28.258/2014	2014/3025	ROSIMARI DASSO-LER SPEZIA	Enfermeiro	II	C	07/05/2014
28.258/2014	2014/2827	SANDRA PATRICIA GALVÃO DE M. DA CUNHA	Médico - 20 Horas	II	B	01/05/2014
28.258/2014	2014/3300	SIMONE ANDREA RODRIGUES	Fonoaudiólogo	II	G	19/05/2014

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 80

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 80

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.315/2014	24.06.2014	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA	20 horas para 30 horas	09.06.2014
28.316/2014	24.06.2014	EDITE APARECIDA ADRIANO	30 horas para 40 horas	20.05.2014
28.353/2014	10.07.2014	MARILENA MESSINA BROWER	20 horas para 30 horas	30.06.2014
28.375/2014	23.07.2014	LETICIA MARA TAVARES	30 horas para 40 horas	15.07.2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 81

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 81

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
-------------	------	------	-----------------	-------------

28.371/2014	21.07.2014	NILVA ANTONIA DA SILVA	40 horas para 30 horas	16.07.2014
28.372/2014	21.07.2014	JANIANE DA COSTA PIETSCH	40 horas para 20 horas	10.07.2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 82

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 82

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28385/2014	DANIELA REGINA DE BRITO	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/07/2014
28385/2014	DENIS EDWIN SCHULZE	MOTORISTA	25/06/2014
28385/2014	DENISE VIEIRA PEREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/06/2014
28385/2014	ELENICE BERTOTTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/06/2014
28385/2014	FERNANDA CRISTINI BUKOVITZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/06/2014
28385/2014	FERNANDO LEITE	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/07/2014
28385/2014	FRANCIELY VALENTE DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/07/2014
28385/2014	LIANE BENVENUTTI EING	CIRURGIÃO DENTISTA	27/11/2013
28385/2014	LUCIANO MEIRA DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/07/2014
28385/2014	MARCIA ROSANA PIANEZZER MENEZES	AG. COMUNIT. DE SAÚDE	18/06/2014
28385/2014	MARISTELA PITZ DOS SANTOS	PROFESSOR- 40H (QP)	01/07/2014
28385/2014	MIRIAN REGINA MORESCO BOENO	FONOAUDIÓLOGO	13/06/2014
28385/2014	RAFAEL TOMIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/06/2014
28385/2014	SIRLEI FERREIRA DE CASTRO MEINRICH	TEC. EM HIGIENE DENTAL	04/06/2014
28385/2014	ALCIONE FUMAGALLI	MOTORISTA	28/07/2014
28385/2014	ANDREIA RONCAGLIO GERALDO	COORD. PEDAGÓGICO 25/02/2014	
28385/2014	CELSO DE OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/07/2014
28385/2014	ELIANE WOLANIUK	ENFERMEIRO	25/07/2014
28385/2014	JANAINA SCHREIBER	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/07/2014
28385/2014	KARINE FURTADO MEYER	MÉDICO - 20H	28/07/2014
28385/2014	MARIANNA BORSOS MATTOS	ENFERMEIRO	24/07/2014
28385/2014	MANUELA FERNANDA LAUER ALBANO	AGENTE ADMINISTRATIVO	30/07/2014
28385/2014	RICARDO WIPPEL	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/07/2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 83

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 83

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERIODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28351	2014	10.07.2014	2014/07/004516	ELISIANE GISELA LARGURA	07/10/2014	05/12/2014
28318	2014	24.06.2014	2014/06/004186	FRANCIELI DE OLIVEIRA MUNIZ	23/09/2014	21/11/2014
28370	2014	21.07.2014	2014/07/004751	JULIANA MOREIRA GRITEN DOS SANTOS	11/10/2014	09/12/2014
28320	2014	25.07.2014	2014/06/004190	LUCIANA ALVES DOS SANTOS	08/10/2014	06/12/2014
28359	2014	10.07.2014	2014/07/004531	LUCIMARA ZGODA CARLI	17/04/2014	15/11/2014
28345	2014	03.07.2014	2014/07/004403	MELISSA HORVATH DE LIMA	28/10/2014	27/12/2014
28344	2014	03.07.2014	2014/07/004400	ROSEMERI MATIAS BORGES DE JESUS	21/10/2014	19/12/2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### Atos Secretaria Administração Nº 84

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 84

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.369	2014	21.07.2014	2014/07/004362	LORIVAL INACIO DE OLIVEIRA	25.08.2014
28.260	2014	27.05.2014	2014/05/003526	CELIA VICENTE MAÇANEIRO	27.06.2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### Atos Secretaria Administração Nº 85

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 85

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28.377	2014	23.07.2014	2014/07/004805	LUIS CARLOS KRIEWEALL	730	19.07.2012

Blumenau, 30 de julho de 2014.



CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 86**

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 86

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

## ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28360	2014	11.07.2014	2014/07/004546	MARLELE PREBIAN-CA	15.03.2003	15.03.2013

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 87**

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 87

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

## ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28332	2014	02.07.2014	2014/07/004336	ANA CELIA TEIXEIRA DE CARVALHO SCHNEIDER	06.06.2001	06.06.2011

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 88**

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 88

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

## ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28361	2014	14.07.2014	2014/07/004580	MARCOS DIAS	23.11.2000	23.11.2010

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 89

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 89

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28319	2014	25.06.2014	2014/06/004188	MARCO ANTONIO DE AVIZ	02.05.2004	02.05.2014
28325	2014	25.06.2014	2014/06/004209	MORGANI HELL-MANN GEORG	31.01.2004	31.01.2014
28327	2014	27.06.2014	2014/06/004261	DINEUSA POLASTRI LEANDRO	06.02.2003	06.02.2013
28328	2014	27.06.2014	2014/06/004274	TARCISIO JOSE DA SILVA	09.04.2004	09.04.2014
28330	2014	30.06.2014	2014/06/004293	RENILDA BREY VIEIRA	24.02.2004	24.02.2014
28333	2014	02.07.2014	2014/07/004337	ANA ARLET MENDES MOURA	01.07.2004	01.07.2014
28346	2014	03.07.2014	2014/07/004421	LEDI MARIA KADES RIBEIRO DA LUZ	24.03.2004	24.03.2014
28348	2014	08.07.2014	2014/07/004487	MARA REGINA NEVES	04.06.2004	04.06.2014
28352	2014	10.07.2014	2014/07/004515	MARIA BERNADETE DA COSTA KUHN	01.07.2004	01.07.2014
28358	2014	10.07.2014	2014/07/004522	JULIAN PLAUTZ	08.07.2004	08.07.2014
28365	2014	21.07.2014	2014/07/004698	ROSANE SALVADOR	17.06.2002	17.06.2012
28366	2014	21.07.2014	2014/07/004738	ROSEMERI FARIAS DE SOUZA	24.06.2004	24.06.2014
28367	2014	21.07.2014	2014/07/004737	DILMA MARIA FERNANDES	14.07.2004	14.07.2014
28368	2014	21.07.2014	2014/07/004746	CARMEN REGINA HILDEBRAND VIEIRA	21.07.2004	21.07.2014
28373	2014	21.07.2014	2014/07/004755	KARLA MARGARETH PACKER	16.07.2004	16.07.2014
28374	2014	22.07.2014	2014/07/004763	ROSANA JACOMINA FALLER	13.05.2004	13.05.2014
28378	2014	23.07.2014	2014/07/004808	DULCE TERESINHA WURTH	18.07.2004	18.07.2014
28379	2014	24.07.2014	2014/07/004816	ADEMAR ALVES SGARIA	23.07.2004	23.07.2014
28380	2014	24.07.2014	2014/07/004822	SELMA TEIXEIRA DA SILVA	20.07.2004	20.07.2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 90

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 90

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28317/2014	24.06.2014	2014/06/004183	SHEILA DE SOUZA AMORIM	24.06.2004 a 24.06.2014
28347/2014	07.07.2014	2014/07/004477	FREDY CESAR MOR PANSARD	25.04.2001 a 25.04.2011
28362/2014	16.07.2014	2014/07/004606	VALMIR MANSKE	19.04.1999 a 19.04.2009
28363/2014	16.07.2014	2014/07/004637	RODRIGO MARAFIOTTI GONÇALVES	17.02.2004 a 17.02.2014
28381/2014	25.07.2014	2014/07/004855	MARIA TERESINHA DA SILVA	18.07.2004 a 18.07.2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 91****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 91**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28331/2014	01.07.2014	2014/06/004307	ANTONIO ROGERIO MENDES LUIZ	02.01.2002 a 02.01.2012

Blumenau, 30 de julho de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 92****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 92**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28342/2014	ADEMIR PEREIRA	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	ALESSANDRO COSTA	Agente Administrativo	C	GF	06/06/2014
28342/2014	ANA CRISTINA ALFARTH MUELLER	Enfermeiro	B	GE	01/06/2014
28342/2014	ANGELA REGINA DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/06/2014
28342/2014	ANGELO BARBOSA	Agente de Vigilância	C	GO	01/06/2014

28342/2014	BILLY ALVES	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	CARLOS ROBERTO LEITE	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	CARMELITA CLASEN WERLING	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	05/06/2014
28342/2014	CELSO ADOLFO MORAIS	Agente de Serviços Especiais	B	GO	06/06/2014
28342/2014	CINARA HELENA NASCIMENTO	Agente Administrativo	B	GF	11/06/2014
28342/2014	CLEUSA CARMEN DORIGATTI	Auxiliar de Consult. Dentário	H	GF	01/06/2014
28342/2014	DEISE REGINA PAUL EXEL	Fonoaudiólogo	B	GE	01/06/2014
28342/2014	DENISE VIEIRA PEREIRA	Agente Administrativo	B	GF	09/06/2014
28342/2014	DILMEIA DIAS DOS SANTOS	Analista de Políticas Públicas	B	GE	01/06/2014
28342/2014	DOMINGOS SAVIO	Auxiliar de Topografia	C	GO	10/06/2014
28342/2014	EDMAR BUTTENBERG	Pedreiro de Const. Meio Oficia	G	GO	06/06/2014
28342/2014	EDMUNDO RODRIGUES RAMOS FILHO	Agente de Serviços Especiais	B	GO	10/06/2014
28342/2014	EDSON FAGUNDES	Operador de Máquinas	G	GO	05/06/2014
28342/2014	EDUARDO JOSE HILLSHEIM	Agente Administrativo	B	GF	18/06/2014
28342/2014	ELEMAR DUGGEN	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	ELENICE BERTOTTI	Agente Administrativo	B	GF	05/06/2014
28342/2014	ELENIR SOARES	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/06/2014
28342/2014	FABIANE FURLANETO DE SA	Agente Administrativo	C	GF	10/06/2014
28342/2014	FERNANDA MONTAGNA	Agente Administrativo	B	GF	01/06/2014
28342/2014	FRANCISCA HELENA C. DANIELICZEN	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	18/06/2014
28342/2014	GEORGIA SCHRAMM S. BARBIERI	Farmacêutico	B	GE	01/06/2014
28342/2014	JACQUES KWIRANT	Agente de Serviços Especiais	B	GO	10/06/2014
28342/2014	JAIRO BERNARDES	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28342/2014	JALMO PEREIRA	Agente de Vigilância	C	GO	01/06/2014
28342/2014	JOSE REITER	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	JOSE ROQUE PEREIRA	Operador de Máquinas	F	GO	06/06/2014
28342/2014	JULIANA THEISS	Agente Administrativo	B	GF	01/06/2014
28342/2014	JULIO DA CUNHA	Agente de Serviços Especiais	B	GO	06/06/2014
28342/2014	KATHRIN KRAFT	Agente Administrativo	E	GF	02/06/2014
28342/2014	KELLEN CHAVES DA S. DE FRANCESCHI	Médico - 40 Horas	B	GE	01/06/2014
28342/2014	LECIANE AREND MACHADO	Médico - 40 Horas	B	GE	01/06/2014
28342/2014	LEONILDA SILVA UMBERTO	Auxiliar de Enfermagem	I	GF	01/06/2014
28342/2014	LILIANA SORAIA DE ANDRADE	Psicólogo	B	GE	01/06/2014
28342/2014	MARCIA ROSANA PIANIZZER MENEZES	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	18/06/2014
28342/2014	MARIA MARGARETE D. DOS SANTOS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/06/2014



28342/2014	MARIA TERESA PRADE FRONZA	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/06/2014
28342/2014	MARIELLI DOS S. DE OLIVEIRA BITENCOURT	Psicólogo	B	GE	01/06/2014
28342/2014	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/06/2014
28342/2014	MARTHIAL ALEXANDRE DE MELLO	Professor - 30 Horas (QP)	C	GE	01/06/2014
28342/2014	MIRIAN REGINA MORES-CO BOENO	Fonoaudiólogo	B	GE	13/06/2014
28342/2014	NATASHA CRISTINA VIEIRA	Agente Administrativo	B	GF	01/06/2014
28342/2014	PEDRO ERVINO ZIM-MERMANN	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	PEDRO MACHADO	Jardineiro	D	GO	06/06/2014
28342/2014	RAFAEL TOMIO	Agente Administrativo	B	GF	12/06/2014
28342/2014	RAULINO GOULARTE	Agente de Serviços Especiais	G	GO	06/06/2014
28342/2014	REINALDO FRONZA	Operador de Máquinas	G	GO	06/06/2014
28342/2014	REINWALDT HAUSMANN	Agente de Serviços Especiais	D	GO	06/06/2014
28342/2014	RODRIGO STACHOVIK PALERMO	Agente Administrativo	B	GF	04/06/2014
28342/2014	ROSA MARIA DIAS MACHADO	Cirurgião Dentista - 20 Horas	M	GE	01/06/2014
28342/2014	ROSELI JORGE	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/06/2014
28342/2014	SALMO CORREA DA SILVEIRA	Agente de Vigilância	C	GO	01/06/2014
28342/2014	SERGIO FERNANDES SAPELLI	Agente de Serviços Especiais	B	GO	10/06/2014
28342/2014	SINCLAIR EMILIA REINERT	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	23/06/2014
28342/2014	SIRLEI FERREIRA DE CASTRO MEINRICH	Técnico em Higiene Dental	B	GT	04/06/2014
28342/2014	TANIA MARIA APARECIDA FRANCISCO	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/06/2014
28342/2014	TARCISIO MANOEL DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/06/2014
28342/2014	TIAGO BORGES GONCALVES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	B	GE	18/06/2014
28342/2014	VALDEMAR REITER	Agente de Serviços Especiais	C	GO	06/06/2014
28342/2014	VANEZA HERCULINA PEREIRA DE CASTRO	Enfermeiro	B	GE	17/06/2014
28342/2014	VERA JANETE PIESANTI	Enfermeiro	E	GE	01/06/2014
28342/2014	VICENTE AUGUSTO DE SOUZA	Agente Administrativo	F	GF	01/06/2014
28342/2014	VINICIUS RIBEIRO SALVADOR	Enfermeiro	B	GE	10/06/2014
28342/2014	VOLNETI CADORE GREUEL	Professor - 20 Horas (QP)	J	GE	01/06/2014
28342/2014	WALTER GIELAND	Agente de Serviços Especiais	D	GO	06/06/2014
28382/2014	ALINOR ANDRADE MARTINS	Motorista	C	GO	01/07/2014
28382/2014	ANDRÉIA RONCAGLIO GERALDO	Coordenador Pedagógico - 40H	B	GE	01/03/2014
28382/2014	ANGELA CORREA LUVIZOTTO	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	01/07/2014
28382/2014	CARLOS ALBERTO REIF	Eletricista	B	GF	18/07/2014
28382/2014	CLAODENIR COVATTI	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/07/2014
28382/2014	CLEIA COSTA	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/07/2014

28382/2014	CRISTIANE DE SOUZA KLAUCK	Enfermeiro	B	GE	01/07/2014
28382/2014	DANIELA REGINA DE BRITO	Agente Administrativo	B	GF	03/07/2014
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28382/2014	ELIANE KOSINSKI VON DENTZ	Enfermeiro	C	GE	01/07/2014
28382/2014	EUCLIDES MARTINS	Motorista	C	GO	01/07/2014
28382/2014	FABIANA NEUMANN BARROSO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2014
28382/2014	FERNANDO LEITE	Agente Administrativo	B	GF	16/07/2014
28382/2014	FRANCIELY VALENTE DE OLIVEIRA	Agente Administrativo	B	GF	02/07/2014
28382/2014	GEOVANIA NAPOLEAO DOS SANTOS	Contador	C	GE	01/07/2014
28382/2014	IVO MILCHERT	Enfermeiro	C	GE	08/07/2014
28382/2014	JANAINA SCHREIBER	Agente Administrativo	B	GF	06/07/2014
28382/2014	JEAN ALMUAS	Agente Administrativo	B	GF	06/07/2014
28382/2014	JULIANO GUILHERME PETRY	Administrador	C	GE	05/07/2014
28382/2014	LEONICE MARIA TOT-TENE	Educador (Quadro Permanente)	E	GF	01/07/2014
28382/2014	LUCIANO MEIRA DOS SANTOS	Agente Administrativo	B	GF	02/07/2014
28382/2014	LUIS CARLSSON WEHRMANN	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/07/2014
28382/2014	MARCIA APARECIDA DA SILVA I	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/07/2014
28382/2014	MARCOS AURELIO ALFARTH	Cadastrador Imobiliário	C	GF	01/07/2014
28382/2014	MARISA SOARES KRUGER	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	01/07/2014
28382/2014	MARISTELA PITZ DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/07/2014
28382/2014	MAURICIO RODRIGUES DE QUADROS	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	05/07/2014
28382/2014	NELSON DA SILVA	Pedreiro de Manutenção Oficial	I	GF	01/07/2014
28382/2014	ROSELI SEVEGNANI DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/07/2014
28382/2014	SAYONARA DIAS MACHADO	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/07/2014
28382/2014	SERGIO LUIZ ROMUALDO	Motorista	C	GO	01/07/2014
28382/2014	SILVIA SCHMITT REIS	Educador Social	B	GF	17/07/2014
28382/2014	SOCORRO MARIA FERREIRA G. FORSTER	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	14/07/2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 93

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 93

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER A PRIMEIRA PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
28343/2014	2014/3506	ADILVO ANDREAZZA	Médico - 20 Horas	II	B	01/06/2014
28343/2014	2014/3822	ARLI VEIGA	Analista de Políticas Públicas	II	A	06/06/2014
28343/2014	2014/3803	EDIRA FATIMA FERNANDES	Enfermeiro	II	H	05/06/2014
28343/2014	2014/3962	ELISA BENVENUTTI	Cirurgião Dentista - 15 Horas	III	C	12/06/2014
28343/2014	2014/3966	ELISABETH TORRESANI	Enfermeiro	III	B	12/06/2014
28343/2014	2014/4047	FABIANE MADRUGA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/06/2014
28343/2014	2014/3582	GREICI ERHARDT SCHNEIDER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/06/2014
28343/2014	2014/4041	IVANI RONCATO	Enfermeiro	II	E	16/06/2014
28343/2014	2014/3862	JAILA PENAFORTE	Professor - 20 Horas (QP)	II	C	10/06/2014
28343/2014	2014/3601	LEONARDO FERREIRA MOTTA TEIXEIRA	Cirurgião Dentista - 15 Horas	III	C	01/06/2014
28343/2014	2014/4030	MELANIA REGINA BERTELLI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/06/2014
28343/2014	2014/3997	ROSA MARIA DIAS MACHADO	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	M	13/06/2014
28343/2014	2014/3570	ZILDA RODRIGUES	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	01/06/2014
28383/2014	2014/4495	CRISTINA MARIA BASTOS CORTES	Fonoaudiólogo	II	G	08/07/2014
28383/2014	2014/4324	DEISI MARIA SE-DREZ THEISS	Assistente Social	III	C	01/07/2014
28383/2014	2014/4657	JEAN CARLOS KLOPPEL	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	C	17/07/2014
28383/2014	2014/4641	LURDES MIRANDA KELICHEK	Coordenador Pedagógico (40H)	II	H	16/07/2014
28383/2014	2014/4423	MARISTELA PITZ DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	03/07/2014
28383/2014	2014/4325	ROSANI MULLER SCHULER GERTNER	Psicólogo	II	L	01/07/2014
28383/2014	2014/4753	SERGIO JOSE HENRIQUE	Professor - 40 Horas (QP)	II	G	21/07/2014
28383/2014	2014/4533	WALESKA ALEXANDRA COMIOTTO	Enfermeiro	II	E	10/07/2014

Blumenau, 30 de julho de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

## ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 94

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 94

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.426/2014	18.08.2014	SALETE FARINON KNONER	20 horas para 30 horas	16.06.2014
28.427/2014	18.08.2014	CLEBER ANTONIO FIORINI	15 horas para 20 horas	01.08.2014

28.428/2014	18.08.2014	FABRICIO GEISER	10 horas para 20 horas	01.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CREIDIANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	30 horas para 40 horas	04.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CINTIA CABREIRA GOMES	30 horas para 40 horas	15.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	ELIANE REGINA SOARES JUNGES	30 horas para 40 horas	03.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI	30 horas para 40 horas	14.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MARCIA DA ROCHA	30 horas para 40 horas	21.07.2014
28.434/2014	20.08.2014	CLECI FATIMA DA SILVA	30 horas para 40 horas	11.08.2014
28.434/2014	20.08.2014	ROSA DE LIMA	30 horas para 40 horas	01.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 95

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 95

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DÍAS	PERÍODO	
28.450	2014	29.08.2014	2014/08/005796	ALINE DA SILVA BOGONI	2.775	21.09.2004	01.05.2012
28.452	2014	29.08.2014	2014/08/005797	SIRLEI FERREIRA DE CASTRO MEINRICH	2.859	01.08.2003	05.06.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 96

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 96

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28399	2014	11.08.2014	2014/08/005153	CASSIA HEISS	29/11/2014	27/01/2015
28393	2014	08.08.2014	2014/07/004905	ELISA FERNANDA BRAGA MOURA SCHREINER	14/10/2014	12/12/2014
28417	2014	15.08.2014	2014/08/005309	JANIS THOMAS MULLER	21/11/2014	19/01/2015
28441	2014	25.08.2014	2014/08/005688	LUCIANA MERLO	09/10/2014	07/12/2014
28448	2014	27.08.2014	2014/08/005738	MARIA GISELE FARIAS FORTE	18/11/2014	16/01/2015



28395	2014	11.08.2014	2014/07/004947	MARIANE ALVES STEFANES	25/11/2014	23/01/2015
28398	2014	11.08.2014	2014/08/005117	MARIJU ALVES SILVEIRA DOS SANTOS	02/12/2014	30/01/2015
28412	2014	14.08.2014	2014/08/005249	SIDIANE DE SOUZA	15/11/2014	13/01/2015
28396	2014	11.08.2014	2014/08/004984	TALITHA VERGARA BAUTISTA	13/11/2014	11/01/2015
28397	2014	11.08.2014	2014/08/004994	VELIDIANE CRISTIANE BATERLE SERAFINI	30/09/2014	28/11/2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 97

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 97

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.394	2014	08.08.2014	2014/07/004853	BIANCA DALRI MENES-TRINA	29.08.2014
28.437	2014	21.08.2014	2014/08/005217	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	04.10.2014
28.411	2014	13.08.2014	2014/07/004724	FERNANDO RAIMUNDO	16.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 98

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 98

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28384	2014	27.08.2014	2014/08/005716	GREISE PERON	514	01.04.2013

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 99****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 99**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28400	2014	12.08.2014	2014/08/004869	JOÃO BATISTA DOS ANJOS	25.04.2004	25.04.2014
28435	2014	21.08.2014	2014/08/005540	CARMELITA CLASEN WERLING	03.04.2002	03.04.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 100****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 100**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28447	2014	27.08.2014	2014/08/005758	MARCIA GAZANIGA	19.02.1999	19.02.2009

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 101****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 101**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA PECÚNIA PARCIAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28436	2014	21.08.2014	2014/08/005571	MARCIA BERNADETE FERREIRA	02.01.2002	02.01.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 102****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 102**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28391	2014	07.08.2014	2014/08/005038	MARIA SANTIAGO	05.08.2004	05.08.2014
28401	2014	12.08.2014	2014/07/004871	KATIA REGINA PACHKER STRUBE	01.07.2004	01.07.2014
28403	2014	13.08.2014	2014/07/004877	MARISA VENZKE	20.11.2003	20.11.2013
28404	2014	13.08.2014	2014/07/004907	ELIZETI GOMES NARDI	29.04.2003	29.04.2013
28407	2014	13.08.2014	2014/07/004929	ROSANA MARA CHIODINI HOCHLEITNER	29.02.2004	29.02.2014
28408	2014	13.08.2014	2014/07/004940	MARIZA COSTA DO ESPIRITO SANTO DELGADO	22.02.2004	22.02.2014
28409	2014	13.08.2014	2014/07/004945	KATIA REGINA STORRER PACHECO	20.01.2004	20.01.2014
28410	2014	13.08.2014	2014/07/004953	CRISTIANE BARCELOS	01.02.2004	01.02.2014
28413	2014	14.08.2014	2014/08/005033	ROSELI DE ANDRADE	29.07.2004	29.07.2014
28414	2014	14.08.2014	2014/08/005052	ROSECLER DESCHAMPS	05.08.2004	05.08.2014
28415	2014	14.08.2014	2014/08/004970	VIVIAN CRHYSTIE NEVES DE AQUINO HEIMANN	20.07.2004	20.07.2014
28416	2014	15.08.2014	2014/08/005192	JACINTO BLASIUS	21.02.2004	21.02.2014
28418	2014	15.08.2014	2014/08/005078	CLAUDIMIR FREINER	06.07.2004	06.07.2014
28420	2014	15.08.2014	2014/08/005112	MARIA DOS PRAZERES FIRMO	04.08.2004	04.08.2014
28421	2014	18.08.2014	2014/08/005119	MARA REGINA ROSSI HORÁCIO BORBA	06.08.2004	06.08.2014
28423	2014	18.08.2014	2014/08/005209	MIRIAM REGINA WOLF DA SILVA	22.07.2004	22.07.2014
28424	2014	18.08.2014	2014/08/005325	LUCIANO ARTUR HUTZELMANN	04.07.2004	04.07.2014
28431	2014	18.08.2014	2014/08/005399	SANDRA DOS SANTOS	05.08.2004	05.08.2014
28439	2014	25.08.2014	2014/08/005676	JOÃO RONALDO FOSTER	25.08.2004	25.08.2014
28440	2014	25.08.2014	2014/08/005684	SUELI CELIA DE JESUS DA SILVA	25.08.2004	25.08.2014
28442	2014	25.08.2014	2014/08/005698	WILSON DE OLIVEIRA	12.05.2004	12.05.2014
28443	2014	25.08.2014	2014/08/005706	ROMILDA RAUTENBERG	02.08.2004	02.08.2014
28444	2014	26.08.2014	2014/08/005707	ZILMA LISETE VIANNA	11.08.2004	11.08.2014
28445	2014	26.08.2014	2014/08/005711	ELIANE APARECIDA IMTHURM	17.08.2004	17.08.2014
28446	2014	26.08.2014	2014/08/005750	SAMIRA REGINA OCHSLER MARTINS	24.08.2004	24.08.2014
28449	2014	28.08.2014	2014/08/005783	EDUARDO ROBERTO VICENTINI	24.07.2003	24.07.2013
28451	2014	29.08.2014	2014/08/005832	ROGERIO FERREIRA OSORIO DE OLIVEIRA	22.08.2004	22.08.2014

28453	2014	29.08.2014	2014/08/005843	NOELI MULLER DE ALMEIDA	07.07.2004	07.07.2014
28469	2014	03.09.2014	2014/09/005865	JOSE LUIZ DE SOUZA	27.03.2004	27.03.2014
28470	2014	03.09.2014	2014/09/005886	MARIA BEATRIZ SILVEIRA SCHMITT SILVA	23.08.2004	23.08.2014
	2014		2014/09/005893	SARA APARECIDA MITCHIL	01.09.2004	01.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 103

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 103

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28406/2014	13.08.2014	2014/07/004917	GEODETE ADÃO AMERICO	11.01.2004 a 11.01.2014
28419/2014	15.08.2014	2014/08/005092	SERGIO POHLMANN LIVI	12.05.2003 a 12.05.2013
28422/2014	18.08.2014	2014/08/005148	CLARICE DA ROSA	08.08.2004 a 08.08.2014
28425/2014	18.08.2014	2014/08/005329	MARILDA MATIOLA	19.05.2003 a 19.05.2013
28432/2014	19.08.2014	2014/08/005436	MARILENE ROZAR	15.08.2004 a 15.08.2014
28433/2014	19.08.2014	2014/08/005447	ISABEL PEREIRA	04.12.2003 a 04.12.2013
28468/2014	03.09.2014	2014/09/005873	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	02.09.2004 a 02.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 104

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 104

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28392	2014	07.08.2014	2014/07/004872	PAULO GERMANO BOEHM	21.12.2001	21.12.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração



**Atos Secretaria Administração Nº 105****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 105**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28402/2014	13.08.2014	2014/07/004875	SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GOES	02.10.2002 02.10.2012
28405/2014	13.08.2014	2014/07/004908	ANTONIO GOMES DA ROSA	17.04.2000 17.04.2010
28430/2014	18.08.2014	2014/08/005398	ELIS ADRIANA THOME	08.07.1998 08.07.2008

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**Extrato Nº 274/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 274/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e  
SUPER IDEAL COMÉRCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COMPRA DE ÁGUA E VASILHAMES PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 100/2014 Ata de Registro de Preços nº. 128/2014, firmado em 20 de agosto de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Produtos	Marca	Preço Unitário
01	936	1.500	Vasilhame	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão plástico retornável, com tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor. O vasilhame disponibilizado deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega, verificável no fundo do mesmo.	Santa Catarina	R\$ 7,80
02	21748	40	Vasilhame	Garrafão vazio em material plástico para acondicionamento de água mineral de 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor. O vasilhame disponibilizado deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega, verificável no fundo do mesmo.	Santa Catarina	R\$ 14,70
03	826	1.300	Garrafa	Água mineral, natural sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	Santa Catarina	R\$ 0,84
04	928	900	Copo	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo plástico, lacrado, com tampa aluminizada, contendo 200 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	Santa Catarina	R\$ 0,55

05	16524	300	Garrafa	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 1.500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	Santa Catarina	R\$ 1,70
----	-------	-----	---------	--	----------------	----------

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega dos produtos, desde que em perfeito estado, aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 275/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 275/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Anderson Mafra - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CUBAS E BARRAS DE APOIO EM AÇO INOX AISI 304 E 316 E TAMPOS EM AÇO INOX AISI 316, COM GARANTIA, PARA A POLICLÍNICA UNIVERSITÁRIA DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 094/2014, Contrato nº. 127/2014, firmado 08 de agosto de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Materiais	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
01	25903	14	Peça	Cuba em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, com válvula em Aço Inox AISI 304 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011, com dois cantos arredondados.  Medidas: Comprimento: 400 mm; Largura: 400 mm; Altura: 400 mm.	AM Decor	956,12	13.385,73
02	26794	24	Peça	Barra de apoio em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011.  Medidas: 1.1/4" x 850 mm (C) x 60 mm (L).	AM Decor	193,40	4.641,65
03	28091	2	Peça	Barra de apoio em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011.  Medidas: 1.1/4" x 600 mm (C) x 60 mm (L).	AM Decor	158,82	317,64
04	7659	3	Peça	Cuba em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 304 polido, com válvula em Aço Inox AISI 304 polido, em conformidade com a norma ABNT NBR 5601:2011, redonda.  Medidas: Diâmetro de 380 mm e profundidade de 150 mm.	AM Decor	278,57	835,72

05	35198	2	Peça	<p>Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 2 cubas de 400 mm x 400 mm x 400 mm contendo válvula em Aço Inox AISI 304 polido e 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa.</p> <p>Medidas do tampo: 600 mm (L) x 3.780 mm (C).</p> <p>Demais medidas (expurgo, distância entre cubas e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).</p>	AM Decor	4.436,08	8.872,16
06	34528	1	Peça	<p>Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa.</p> <p>Medidas do Tampo: 800 mm (L) x 1.000 mm (C).</p> <p>Demais medidas (expurgo e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).</p>	AM Decor	1.458,20	1.458,20
07	34529	1	Peça	<p>Mesa em Aço Inox, confeccionada em material do tipo AISI 316 polido, com prateleira inferior gradeada e quebra água.</p> <p>Medidas: 600 mm (L) x 1.900 mm (C) x 900mm (A).</p> <p>□ Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).</p>	AM Decor	1.920,57	1.920,57
08	35199	1	Peça	<p>Tampo em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com 1 (uma) cuba de 400 mm x 400 mm x 400 mm contendo válvula em Aço Inox AISI 304 polido e 01 expurgo, quebra água e espelho de 8 cm (oito centímetros). Fixado por mão francesa.</p> <p>Medidas: 600 mm (L) x 3.250 mm (C).</p> <p>Demais medidas (expurgo, posicionamento da cuba e espelho): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).</p>	AM Decor	3.994,84	3.994,84

09	34531	1	Peça	Tanque calha em Aço Inox, confeccionado em material do tipo AISI 316 polido, com espelho de 450 mm, válvula em Aço Inox AISI 304 polido. Fixado por parafusos.  Medidas: 550 mm (L) x 400 mm (A) x 2000 mm (C).  Demais medidas (espelho e posicionamento da válvula): Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 094/2014).	AM Decor	1.573,47	1.573,47
Preço Total (em R\$)							37.000,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será feito mensalmente, na primeira sexta-feira do mês subsequente à prestação dos serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal e que a mesma seja entregue até o último dia do mês da prestação de serviços.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente instrumento ficará compreendido entre a data de sua assinatura e a de efetiva entrega dos materiais  
**DATA:** 21/10/2014.

### Extrato Nº 276/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 276/2014

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e  
QUIMTIA S/A

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE RAÇÕES PARA RATOS E CAMUNDONGOS DO BIOTÉRIO DA FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº. 101/2014 Ata de Registro de Preços nº. 129/2014, firmado em 03 de setembro de 2014.

**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário do Item em R\$
01	8508	8.000	Quilo	<p>Alimento Completo para Ratos e Camundongos. Ração PELITIZADA para manutenção de ratos e camundongos, com as seguintes características:</p> <p>Níveis de garantia: Umidade – máximo 12,50%; Proteína Bruta – mínimo 22,00%; Extrato Etéreo - mínimo 4,50%; Matéria Fibrosa – máximo 8,00%; Matéria Mineral - máximo 10,00%; Fósforo - mínimo 0,80%; Cálcio - mínimo 1,40%.</p> <p>Composição do Produto: Milho integral moído; farelo de soja; farelo de trigo; carbonato de cálcio; fosfato bi cálcico; cloreto de sódio; vitamina A 12.000,00 UI; vitamina D3 1.800,00 UI; vitamina E 30,00 mg; vitamina K3 3,00mg; vitamina B1 5,00 mg; vitamina B6 7,00 mg; vitamina B12 20,00 mcg; niacina 60,00 mg; ácido pantotênico 20,00mg; ácido fólico 1,00 mg; biotina 0,05mg; colina 600,00 mg; ferro 50,00mg; zinco 60,00mg; cobre 10,00mg; iodo 2,00mg; manganês 60,00mg; selênio 0,05mg; cobalto 1,50 mg; lisina 100,00 mg, metionina 300,00 mg; antioxidante 100,00 mg.</p> <p>Pellets: 16x30mm com coloração uniforme, ausência de grãos, de mofo, fezes, insetos, Salmonella sp., aflatoxina, ou quaisquer outros materiais orgânicos ou inorgânicos não especificados da descrição da ração neste Edital.</p> <p>Embalagem: 10 kg, 20 kg ou 25 kg, vedado, sem qualquer espécie de violação do produto.</p>	5,30

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega, desde que aprovada(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal,

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de 03/09/2014.  
DATA: 21/10/2014.

**Extrato Nº 277/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 277/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO: COMPRA DE EQUIPAMENTOS, COM INSTALAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PRAZO DE GARANTIA PARA O CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 107/2014 e CONTRATO Nº. 130/2014, de 15 de agosto de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 107/2014, especialmente Proposta de fl. 14, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este(s) o(s) preço(s) unitário(s):

Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário (R\$)
01	Peça	POCH – Analisador hematológico POCH, Marca Sysmex – Contador Hematológico Automático com 18 parâmetros e diferencial de 3 partes.	31.000,00
01	Peça	Cobas c111 – Analisador Bioquímico – Marca Roche	71.000,00

PAGAMENTO: A CONTRATANTE efetuará o pagamento até 10 (dez) dias após a entrega dos equipamentos, desde que acompanhados da respectiva Nota Fiscal e em perfeito funcionamento.

PRAZO DE VIGÊNCIA O prazo do presente contrato ficará vinculado à vigência da garantia dos equipamentos, de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento do mesmo.

DATA: 21/10/2014

**Extrato Nº 278/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 278/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Tipotil Indústria Gráfica LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 132/2014, firmado em 26 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:



Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
09	30846	5	Lotes de 1.000 Flyers	Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers	230,00	1.150,00
12	30867	3	Lotes de 2.000 Flyer	Flyer 1021-4x4 Formato: 10x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 flyers	240,00	720,00
18	30893	2	Lotes de 5.000 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 folders	650,00	1.300,00
25	30920	3	Lotes de 500 folders	Folder 3060-4x4 Formato: 30x60 cm Papel: couchê 210 g Cores: 4x4 Acabamento: 4 dobras verticais (sanfonada)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders	680,00	2.040,00
26	30921	3	Lotes de 1.000 folders	Folder Modelo 3060-4x4 Formato: 30x60 cm Papel: couchê 210 g Cores: 4x4 Acabamento: 4 dobras verticais (sanfonada)  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders	860,00	2.580,00
27	30922	2	Lotes de 2.000 folders	Folder Modelo 3060-4x4 Formato: 30x60 cm Papel: couchê 210 g Cores: 4x4 Acabamento: 4 dobras verticais (sanfonada)  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders	1.220,00	2.440,00
41	30955	1	Lotes de 5.000 certificados	Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 certificados	400,00	400,00
42	30956	1	Lotes de 10.000 certificados	Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 certificados	600,00	600,00
91	29318	2	Lotes de 600 jogos	Jogo Ficha de Estomatologia Jogo com 3 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: · 1 lâmina 1x0 · 2 lâminas 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: lâminas grampeadas com 1 grampo no canto superior esquerdo  Os materiais serão pedidos em lotes de 600 jogos	270,00	540,00

122	29337	1	Lotes de 2.000 fichas	Formulário História Clínica Inicial em Endocrinologia Pediátrica Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 fichas	180,00	180,00
127	29325	3	Lotes de 500 jogos	Jogo Ficha de Crescimento Menino 0-5 Jogo com 2 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: grampeado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 jogos	190,00	570,00
129	29324	3	Lotes de 500 jogos	Jogo Ficha de Crescimento Menina 0-5 Jogo com 2 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: grampeado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 jogos	200,00	600,00
Preço Total Registrado (em R\$)						13.120,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 279/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 279/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Gráfica Guaramirim LTDA-EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 131/2014, firmado em 26 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X qtde.)
01	30810	5	Lote de 250 cartazes	Cartaz A3 Formato: A3 (29,7x42 cm) Cor: 4x0 cor Papel: Couchê 120 g Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 250 cartazes	229,00	1.145,00
02	30813	5	Lote de 250 cartazes	Cartaz 3063 Formato: 30x63 cm Cor: 4x0 Papel: Couchê 120 g Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 250 cartazes	306,00	1.530,00
03	30816	5	Lote de 250 cartazes	Cartaz A2 Formato: A2 (42x59,4 cm) Papel: Couchê 120 g Cor: 4x0 Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 250 cartazes	327,00	1.635,00

04	30821	5	Lote de 1.000 Flyers	Flyer 1015-4x0 Formato: 10x15 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x0 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers	218,00	1.090,00
05	30826	5	Lote de 1.000 Flyers	Flyer 1015-4x4 Formato: 10x15 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers	220,00	1.100,00
06	30840	4	Lotes de 500 Flyers	Flyer 1521-4x0 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x0 Os materiais serão pedidos em lotes de 500 flyers	218,00	872,00
07	30841	5	Lotes de 1.000 Flyer	Flyer 1521-4x0 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x0 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers	229,00	1.145,00
10	30847	3	Lotes de 2.000 Flyers	Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 flyers	256,00	768,00
13	30880	3	Lote de 500 Folders	Folder A3-4x4 Formato: A3 (29,7x42 cm) Papel couchê 170 g Cor: 4x4 Acabamento: - Dobras (2) - Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders	510,00	1.530,00
15	30890	4	Lotes de 500 folders	Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders	251,00	1.004,00
17	30892	3	Lotes de 2.000 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders	378,00	1.134,00
19	30900	3	Lotes de 500 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders	251,00	753,00
20	30901	2	Lotes de 1.000 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders	292,00	584,00

21	30902	3	Lotes de 2.000 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders	378,00	1.134,00
22	30910	3	Lotes de 500 Folders	Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: - 2 dobras - Faca especial  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders	328,00	984,00
23	30911	5	Lotes de 1.000 Folders	Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: · 2 dobras · Faca especial  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders	378,00	1.890,00
24	30912	2	Lotes de 2.000 Folders	Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: · 2 dobras · Faca especial  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders	508,00	1.016,00
28	30931	3	Lotes de 500 marca páginas	Marca páginas 23cm-4x4 Formato: 5,5x23 cm Cor: 4x4 Papel: triplex 240 g Acabamento: plastificação nas duas faces  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 marca-páginas	282,00	846,00
29	30932	3	Lotes de 1.000 marca páginas	Marca páginas 23cm-4x4 Formato: 5,5x23 cm Cor: 4x4 Papel: triplex 240 g Acabamento: plastificação nas duas faces  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 marca-páginas	295,00	885,00
30	30933	2	Lotes de 2.000 marca páginas	Marca páginas 23cm-4x4 Formato: 5,5x23 cm Cor: 4x4 Papel: triplex 240 g Acabamento: plastificação nas duas faces  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 marca-páginas	323,00	646,00
31	30936	3	Lotes de 500 marca páginas	Marca páginas 21cm-4x4 Formato: 3,5 x 21 cms Cores: 4 x 4 Papel: triplex 300 g Acabamento: plastificação nas duas faces  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 marca-páginas	278,00	834,00

32	30937	3	Lotes de 1.000 marca páginas	<p>Marca páginas 21cm-4x4 Formato: 3,5 x 21 cms Cores: 4 x 4 Papel: triplex 300 g Acabamento: plastificação nas duas faces</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 marca-páginas</p>	288,00	864,00
33	30938	2	Lotes de 2.000 marca páginas	<p>Marca páginas 21cm-4x4 Formato: 3,5 x 21 cms Cores: 4 x 4 Papel: triplex 300 g Acabamento: plastificação nas duas faces</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 marca-páginas</p>	309,00	618,00
38	30952	3	Lotes de 500 certificados	<p>Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 certificados</p>	225,00	675,00
39	30953	5	Lotes de 1.000 certificados	<p>Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 certificados</p>	243,00	1.215,00
40	30954	6	Lotes de 250 certificados	<p>Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 250 certificados</p>	216,00	1.296,00
43	30957	2	Lotes de 500 certificados	<p>Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 certificados</p>	233,00	466,00
44	30958	2	Lotes de 1.000 certificados	<p>Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 certificados</p>	259,00	518,00
45	30959	2	Lotes de 2.000 certificados	<p>Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 certificados</p>	311,00	622,00
47	30963	10	Lotes de 500 crachás	<p>Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x0 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 crachás</p>	302,00	3.020,00
48	30964	4	Lotes de 1.000 crachás	<p>Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x0 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 crachás</p>	376,00	1.504,00



50	30967	3	Lotes de 500 crachás	Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x1 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 crachás	379,00	1.137,00
51	30968	2	Lotes de 1.000 crachás	Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x1 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e barbante  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 crachás	454,00	908,00
53	30971	10	Lotes de 50 folhas	Folha Adesiva Personalizada 1319-4x0 Formato: 13x19 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 folhas	237,00	2.370,00
54	30972	10	Lotes de 100 etiquetas	Folha Adesiva Personalizada 1319-4x0 Formato: 13x19 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 folhas	255,00	2.550,00
55	30973	10	Lotes de 500 folhas	Folha Adesiva Personalizada 1319-4x0 Formato: 13x19 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folhas	409,00	4.090,00
57	30975	10	Lotes de 50 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 1926-4x0 Formato: 19x26 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 folhas	319,00	3.190,00
58	30976	10	Lotes de 100 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 1926-4x0 Formato: 19x26 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 folhas	356,00	3.560,00
59	30977	10	Lotes de 500 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 1926-4x0 Formato: 19x26 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folhas	665,00	6.650,00

62	30980	10	Lotes de 100 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 2840-4x0 Formato: 28x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 folhas	429,00	4.290,00
63	31742	10	Lotes de 500 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 2840-4x0 Formato: 28x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folhas	627,00	6.270,00
65	33444	10	Lotes de 50 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 913-4x0 Formato: 9x13 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 folhas	224,00	2.240,00
66	33445	10	Lotes de 100 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 913-4x0 Formato: 9x13 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 folhas	236,00	2.360,00
67	33446	10	Lotes de 500 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 913-4x0 Formato: 9x13 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folhas	309,00	3.090,00
68	30981	4	Lotes de 250 tags	Tags 75-4x0 Formato: 7x5 cm Cor: 4x0 Papel: reciclado 180 g Acabamento: · Furo redondo canto superior esquerdo  Os materiais serão pedidos em lotes de 250 tags	88,00	352,00
69	30982	3	Lotes de 500 tags	Tags 75-4x0 Formato: 7x5 cm Cor: 4x0 Papel: reciclado 180 g Acabamento: · Furo redondo canto superior esquerdo  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 tags	98,00	294,00
70	1241	14.000	Peça	Envelope 1224 FURB com Abertura na Horizontal Formato: 12x24 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados	0,18	2.520,00

71	1243	18.000	Peça	<p>Envelope 2028 FURB com Abertura na Vertical Formato: 20x28 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados</p>	0,34	6.120,00
73	32866	5	Lotes de 2.000 envelopes	<p>Envelope 1224 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO com Abertura na Vertical Formato: 12x24 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul escuro 2738-C / Azul claro 3115-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados</p>	549,00	2.745,00
74	32867	6	Lotes de 2.000 envelopes	<p>Envelope 2332 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO com Abertura na Vertical Formato: 23x32 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul escuro 2738-C / Azul claro 3115-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados</p>	793,00	4.758,00
75	1522	150.000	Folha	<p>Papel Timbrado A4 FURB Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: sulfite 90 g Embalados em resmas de 500 folhas</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 15000 folhas (30 resmas)</p>	0,048	7.200,00
77	31085	10	Lotes de 500 pastas	<p>Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g</p> <p>Acabamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- plastificada</li> <li>- vinco</li> <li>- com bolso</li> </ul> <p>Bolso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 22x8 cm</li> <li>- 4x0 cor</li> <li>- com faca especial</li> <li>- colado</li> </ul> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas</p>	778,00	7.780,00

79	30989	3	Lotes de 500 pastas	<p>Pasta Capa de Diário de Classe Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x4 Papel: triplex supremo 300 g</p> <p>Acabamento: - plastificada; - com bolso - faca especial (orelha) - corte e vinco</p> <p>Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas</p>	778,00	2.334,00
80	30990	3	Lotes de 1.000 pastas	<p>Pasta Capa de Diário de Classe Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x4 Papel: triplex supremo 300 g</p> <p>Acabamento: - plastificada; - com bolso -faca especial (orelha); - corte e vinco</p> <p>Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas</p>	990,00	2.970,00
81	30991	2	Lotes de 2.000 pastas	<p>Pasta Capa de Diário de Classe Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x4 Papel: triplex supremo 300 g</p> <p>Acabamento: - plastificada; - com bolso - faca especial (orelha) - corte e vinco</p> <p>Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 pastas</p>	1.580,00	3.160,00
82	30992	3	Lotes de 250 capas	<p>Capa de Processos Formato: 58x32,7 cm Cor: 1x1 Papel: cartolina color plus 180 g (cor a definir) Acabamento: 3 vincos e 2 furos</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 250 pastas</p>	241,00	723,00
83	30993	3	Lotes de 500 capas	<p>Capa de Processos Formato: 58x32,7 cm Cor: 1x1 Papel: cartolina color plus 180 g (cor a definir) Acabamento: 3 vincos e 2 furos</p> <p>Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas</p>	275,00	825,00

84	26708	4	Lotes de 250 pastas	Pasta Institucional com Orelhas FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco  Os materiais serão pedidos em lotes de 250 pastas	399,00	1.596,00
85	31086	4	Lotes de 500 pastas	Pasta Institucional com Orelhas FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco (orelhas)  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas	499,00	1.996,00
86	31087	3	Lotes de 1.000 pastas	Pasta Institucional com Orelhas FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco (orelhas)  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas	699,00	2.097,00
87	29313	2	Lotes de 10 blocos	Cuidados Pós-Operatórios Centro Cirúrgico Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	64,00	128,00
88	29314	2	Lotes de 10 blocos	Cuidados Pós-Operatórios Cirurgias em Clínicas Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	64,00	128,00
89	29315	2	Lotes de 500 fichas	Ficha Clínica Endodôntica Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 fichas	89,00	178,00
90	29317	2	Lotes de 2 blocos	Ficha de Biopsia Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 02 blocos	79,00	158,00
92	29319	2	Lote de 200 jogos	Jogo Ficha de Odontopediatria Jogo com 4 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: · 1 lâmina 1x0 · 3 lâminas 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: lâminas grampeadas com 1 grampo no canto superior esquerdo  Os materiais serão pedidos em lotes de 200 jogos	232,00	464,00



93	29320	2	Lotes de 10 blocos	Ficha de Planejamento Cirúrgico Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	72,00	144,00
94	29331	2	Lotes de 6 blocos	Formulário Atestado Odontologia Adulto - DIAS Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 06 blocos	63,00	126,00
95	29333	2	Lotes de 10 blocos	Formulário Atestado Odontologia Escolares Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	64,00	128,00
96	29335	2	Lotes de 30 blocos	Formulário Encaminhamento - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A6 (10,5 x 14,8 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos	72,00	144,00
97	29339	2	Lotes de 50 blocos	Formulário Lembrete de Consulta - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: 9x10 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 blocos	74,00	148,00
98	29340	2	Lotes de 30 blocos	Formulário Lembrete de Radiologia- Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: 21x10 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos	75,00	150,00
99	29342	2	Lotes de 20 blocos	Bloco de formulário "Odontograma Geral" Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 20 blocos	132,00	264,00
100	29345	2	Lotes de 20 blocos	Formulário Prótese Dentária - Orçamento Bloco 3x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: auto copiativo 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 20 blocos	172,00	344,00

101	29346	2	Lotes de 10 blocos	Formulário Prótese Dentária - Pedido Bloco 2x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: auto copiativo 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	98,00	196,00
102	29347	2	Lotes de 50 blocos	Bloco de formulário "Receituário - Odontologia" Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 blocos	104,00	208,00
103	29348	2	Lotes de 10 blocos	Formulário Requisição de Radiologia - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	64,00	128,00
104	29352	2	Lotes de 10 blocos	Questionário de Anamneses - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	72,00	144,00
105	29353	2	Lotes de 10 blocos	Termo de Responsabilidade Laboratório Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	72,00	144,00
106	29354	2	Lotes de 10 blocos	Termo de Responsabilidade Sobre Conjunto Odontológico Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	72,00	144,00
109	30213	2	Lotes de 4 blocos	Bloco de formulário "Ficha de Autorização Para Diagnóstico" Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 04 blocos	64,00	128,00
110	31524	2	Lotes de 30 blocos	Bloco de Receituário de Controle Especial (receita antibiótico) Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos	81,00	162,00

111	29307	2	Lotes de 100 blocos	Bloco Atestado de Comparecimento - Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21) Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos	169,00	338,00
112	29308	2	Lotes de 100 blocos	Bloco Atestado Médico – Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: 21x15 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos	169,00	338,00
113	29309	2	Lotes de 500 blocos	Bloco de marcação de consultas - Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: 9x10 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 blocos	271,00	542,00
114	29310	3	Lotes de 50 blocos	Bloco de Resultados – Laboratório Análises Clínicas Bloco: 1x50 folhas Formato: 9x10 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 blocos	73,00	219,00
115	29311	2	Lotes de 600 blocos	Bloco Receituário – Ambulatório Campus I Bloco 1x50 folhas Formato: 21x15 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 600 blocos	606,00	1.212,00
116	27788	2	Lotes de 1.000 cartões	Cartão de Controle de Pressão Arterial Formato: 21x6,5 cm Cor: 1x1 Papel: sulfite 180 g Acabamento: um vinco centralizado  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 cartões	86,00	172,00
117	29316	2	Lotes de 200 fichas	Ficha Comprovante de Presença - Fisioterapia Formato: 19x11 cm Papel: sulfite 240 g Cor: 1x1 Acabamento: uma dobra  Os materiais serão pedidos em lotes de 200 fichas	66,00	132,00
118	29323	2	Lotes de 10.000 fichas	Ficha Evolução Clínica Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 fichas	489,00	978,00
119	29326	2	Lotes de 1.000 fichas	Ficha Lista de Problemas Ativos Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 fichas	119,00	238,00

120	29328	2	Lotes de 10 blocos	Ficha Primeira Consulta Ginecologia Bloco: 1x50 folhas Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	96,00	192,00
121	29330	1	Lotes de 4.000 fichas	Formulário Acompanhamento em Endocrinologia Pediátrica Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 4000 fichas	258,00	258,00
124	30412	3	Lotes de 10 blocos	Bloco de Notificação de Receita/ tipo B (formulário Azul) Bloco: 1x50 folhas Formato: 25 x 8,5 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite Azul 75 g Acabamento: gomado e picote (canhoto)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	99,00	297,00
126	30600	2	Lotes de 10 blocos	Bloco de Notificação de Receita/ tipo B-2 (formulário Azul) Bloco: 1x50 folhas Formato: 25 x 8,5 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite Azul 75 g Acabamento: gomado e picote (canhoto)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos	99,00	198,00
128	31747	3	Lotes de 500 jogos	Jogo Ficha de Crescimento Menino 5-10 Jogo com 2 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1 lâmina 1x0 1 lâmina 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: grampeado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 jogos	218,00	654,00
130	31753	3	Lotes de 500 jogos	Jogo Ficha de Crescimento Menina 5-10 Jogo com 2 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1 lâmina 1x0 1 lâmina 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: grampeado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 jogos	186,00	558,00
131	27875	2	Lotes de 60 blocos	Bloco de Autorização de Abastecimento Bloco 2x50 Formato: 11,5x17,5 cm Cor: 1x0 Papel: autocopiativo 75 g Acabamento: numerado, gomado, grampeado, com picote na primeira via  Os materiais serão pedidos em lotes de 60 blocos	294,00	588,00
133	27880	4	Lotes de 40 blocos	Bloco de Solicitação de Veículos Bloco 2x50 Formato: 21x15 cm Cor: 1x0 Papel: papel autocopiativo 75 g Acabamento: numeração, gomado, grampeado com picote na primeira via  Os materiais serão pedidos em lotes de 40 blocos	327,00	1.308,00

135	29332	12	Bloco	Formulário Atestado Odontologia Adulto - HORAS Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 6 (seis) blocos	10,50	126,00
Preço Total Registrado (em R\$)						135.604,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 280/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 280/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Meta Editora Gráfica EIRELI EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 133/2014, firmado em 26 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
52	30970	10	Lotes de 10 folhas	Folha Adesiva Personalizada 1319-4x0 Formato: 13x19 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 folhas	58,20	582,00
56	30974	10	Lotes de 10 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 1926-4x0 Formato: 19x26 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 folhas	70	700,00
60	30978	10	Lotes de 10 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 2840-4x0 Formato: 28x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 folhas	64,00	640,00



61	30979	10	Lotes de 50 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 2840-4x0 Formato: 28x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 50 folhas	320,00	3.200,00
64	33443	10	Lotes de 10 Folhas	Folha Adesiva Personalizada 913-4x0 Formato: 9x13 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm)  Os materiais serão pedidos em lotes de 10 folhas	51,00	510,00
Preço Total Registrado (em R\$)						5.632,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura  
DATA: 21/10/2014.

#### Extrato Nº 281/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 281/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Gráfica Alta Definição LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 134/2014, firmado em 28 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
14	30883	2	Lotes de 5.000 Folders	Folder A3-4x4 Formato: A3 (29,7x42 cm) Papel couchê 170 g Cor: 4x4 Acabamento: - Dobras (2) - Faca especial  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 folders	1.495,00	2.990,00
37	30950	2	Lotes de 10.000 calendários	Calendário Acadêmico Formato: A5 (15x21 cm) Cor: 4 x 4 Papel: Triplex 250 g Acabamento: verniz fosco frente e verso  Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 calendários	1.195,00	2.390,00

108	30108	4	Lotes de 5.000 envelopes	Envelopes para triagem – Odontologia Tipo: saco Tamanho fechado: 34x23 cm Impressão: 1x0 cor Papel: kraft 120 g Acabamento: corte com faca especial / colados  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 envelopes	1.890,00	7.560,00
Preço Total Registrado (em R\$)						12.940,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura  
DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 282/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 282/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Lunagraf Gráfica e Editora LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 135/2014, firmado em 28 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
72	1244	18.000	Peça	Envelope 2636 FURB com Abertura na Vertical Formato: 26x36 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados	0,45	8.100,00
Preço Total Registrado (em R\$)						8.100,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura  
DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 283/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 283/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
Norte Indústria Gráfica LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 136/2014, firmado em 28 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
34	30945	6.000	Bloco	Blocos personalizados eventos FURB A5 Bloco 1 x 50 folhas Formato: A5 (148 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: Sulfite 75g Acabamento: Gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 blocos	0,80	4.800,00
35	30946	4	Lotes de 500 blocos	Blocos personalizados eventos FURB A5 Bloco 1 x 50 folhas Formato: A5 (148 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: Sulfite 75g Acabamento: Gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 blocos	425,00	1.700,00
36	30947	6	Lotes de 250 blocos	Blocos personalizados eventos FURB A5 Bloco 1 x 50 folhas Formato: A5 (148 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: Sulfite 75g Acabamento: Gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 250 blocos	212,50	1.275,00
Preço Total Registrado (em R\$)						7.775,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRazo DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura  
DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 284/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 284/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
IMPRESSOART EDITORA GRÁFICA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 083/2014 e Ata Registro de Preços nº. 137/2014, firmado em 28 de agosto de 2014

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário em R\$	Preço Total do Item em R\$ (Preço Unt. X Qtde.)
08	30845	4	Lotes de 500 Flyers	Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4  Os materiais serão pedidos em lotes de 500 flyers	200,00	800,00
11	30866	3	Lotes de 1.000 Flyers	Flyer 1021-4x4 Formato: 10x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers	220,00	660,00
16	30891	10	Lotes de 1.000 Folders	Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders	280,00	2.800,00
46	30962	5	Lotes de 200 crachás	Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x0 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon  Os materiais serão pedidos em lotes de 200 crachás	104,00	520,00
49	30966	5	Lotes de 200 crachás	Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x1 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon  Os materiais serão pedidos em lotes de 200 crachás	200,00	1.000,00
76	31084	10	Lotes de 250 pastas	Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: · plastificada · vinco · com bolso Bolso: · 22x8 cm · 4x0 cor · com faca especial · colado  Os materiais serão pedidos em lotes de 250 pastas	625,00	6.250,00
78	8953	10.000	Peça	Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g  Acabamento: - plastificada - vinco - com bolso Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado  Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas	0,66	6.600,00

107	30107	4	Lotes de 5.000 envelopes	Envelopes para radiografia – Odontologia Tipo: saco Tamanho fechado: 33x19 cm Impressão: 1x0 cor Papel: kraft 120 g Acabamento: corte com faca especial / colados  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 envelopes	1.750,00	7.000,00
123	29343	2	Lotes de 1.200 formulários	Formulário Prontuário Básico de Pediatria Jogo com 3 Lâminas Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Obs: fazer embalagem individual por lâmina  Os materiais serão pedidos em lotes de 1200 formulários	252,00	504,00
125	30413	3	Lotes de 100 blocos	Bloco de Receituário de Controle Especial Bloco: 2 x50 folhas Formato: A5 (14,80 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g autocopiativo Acabamento: gomado  Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos	300,00	900,00
132	27877	2	Lotes de 200 blocos	Bloco de Autorização Reprografia Bloco 1x50 Formato: 8,2x21 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: um picote na vertical e goma  Os materiais serão pedidos em lotes de 200 blocos	100,00	200,00
134	27801	3	Lotes de 5.000 etiquetas	Etiqueta de Amostra de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis Formato: 20x11 cm Papel: sulfite 180 g Cor: 1x0 Acabamentos: - um furo redondo no lado superior direito; - etiqueta com numeração sequencial seguida do ano  Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 etiquetas	300,00	900,00
Preço Total Registrado (em R\$)						28.134,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura  
DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 285/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 285/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
DRH ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FURB E PARA SETORES DE SUPORTE ÀS SUAS ATIVIDADES

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 104/2014 e Contrato nº. 138/2014, firmado em 26 de agosto de 2014.

PREÇO: a LOCATÁRIA pagará à LOCADORA, o preço mensal de R\$ 20.522,00 (vinte mil, quinhentos e vinte e dois reais), de acordo com a



proposta apresentada pela LOCADORA.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no quinto (5º) dia útil, subsequente ao da utilização dos espaços, através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pela LOCATÁRIA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência no período compreendido entre 01/08/2014 e 31/07/2015, e poderá ser prorrogado, por iguais períodos, através de aviso emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos, até o máximo de trinta e seis (36) meses.

DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 286/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 286/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

DIVIBLU DIVISÓRIAS LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE PAREDES DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), COM SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 105/2014 Ata de Registro de Preços nº. 139/2014, firmado em 10 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará os preços unitários constantes na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

LOTE 01- PAREDES DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), COM SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO.

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Preço Unitário	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	33746	200	Metro²	Paredes DryWall de 95mm de espessura, compostas por placas de gesso acartonado standart de 12,5mm, estrutura metálica em perfis de aço galvanizado em chapas de 0,50mm e acessórios necessários. Altura será informada pela FURB na ordem de compra. Peso de 22 à 25 kg/m². (somente materiais).	40,85	8.170,00
02	33747	200	Metro²	Serviço: mão de obra para instalação/confeção das paredes de DryWall de 95mm. (gesso acartonado).	11,40	2.280,00
Preço do Lote 01 (somatório da coluna "Preço Total do Item" dos Itens 01 e 02) em reais:						
R\$ 10.450,00						
Preço do Lote 01 (somatório da coluna "Preço Total do Item" dos Itens 01 e 02) por extenso, em reais: Dez mil quatrocentos e cinquenta reais.						

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega e dos serviços de colocação dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRazo de Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 21/10/2014.

### Extrato Nº 287/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 287/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

S.C. COMÉRCIO E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE PAREDES DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), COM SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 105/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 140/2014, firmado em 10 de setembro de 2014.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará os preços unitários constantes na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

**LOTE 02 - DIVISÓRIAS EM PAINEL LEVE, PERFIS E ACESSÓRIOS, SEM SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO**

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição dos Materiais	Marca	Preço Unitário (por m²) do item, em R\$	Preço Total do Item (preço unitário X quantidade)
01	33744	300	Peças	Painel de divisória leve com espessura 35 mm, miolo tipo colméia, com revestimento em chapas duras, com acabamento em resina melamínica, cor areia Jundiá. Comprimento 211 cm x largura 120 cm, (2,53 m² por peça).	EUCATEX	65,11	19.533,00
02	27374	200	Peças	Perfil "H" para divisórias com comprimento de 300 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	7,36	1.472,00
03	31768	200	Peças	Perfil "H" para divisórias comprimento 215 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	5,54	1.108,00
04	27373	300	Peças	Perfil "H" para divisórias, comprimento 118 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	3,00	900,00
05	27375	200	Peças	Perfil "U" para divisórias, comprimento 300 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	6,40	1.280,00
06	27376	400	Peças	Baguete para divisórias, medida 118 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	1,60	640,00
07	27377	400	Peças	Baguete para divisórias, medida 103 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	1,50	600,00
08	27512	200	Peças	Coluna para acabamento de divisória, comprimento 300 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	16,45	3.290,00
09	30313	200	Peças	Perfil tampa canal para divisórias, comprimento 300 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	4,80	960,00
10	30315	200	Peças	Perfil tampa canal para divisórias, comprimento 215 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	3,81	762,00
11	30314	200	Peças	Perfil tampa canal para divisórias, comprimento 81 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	1,80	360,00
12	27378	100	Peças	Batente de porta para divisórias, altura 210 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	5,92	592,00
13	27379	50	Peças	Batente de porta para divisórias, altura 100 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	2,50	125,00
14	31767	100	Peças	Perfil para requadro de porta de divisórias, comprimento 215 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	3,70	370,00
15	31766	50	Peças	Perfil para requadro de porta de divisórias, comprimento 82 cm, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	ROLL-FOR	1,50	75,00

16	6490	150	Peças	Dobradiça tipo americana de 89 mm, com 06 furos e 06 parafusos cabeça chata com fenda para fixação, em aço galvanizado pintado com epóxi na cor preto.	PAPAIZ	2,80	420,00
17	33745	30	Cento	Rebite de repuxo de 3,2x10mm em alumínio, na cor preta.	CISER	5,50	165,00
18	6172	30	Cento	Parafuso auto-atarraxante de 4,2 x 32mm, cabeça chata com fenda philips, em aço galvanizado.	CISER	6,60	198,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega e dos serviços de colocação dos materiais, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.  
DATA: 21/10/2014.

### **Extrato Nº 288/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 288/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS (RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, AJARDINAMENTO E OUTROS), COM FORNECIMENTO DE RECIPIENTES (CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS OU CONTÊINERS) NOS DIVERSOS CAMPI DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 099/2014, Ata Registro de Preços nº. 141/2014, firmado 10 de setembro de 2014.

PREÇO O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por recipiente.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, desde que aprovado(s) pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhada(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.  
DATA: 21/10/2014.

### **Portaria Nº 5590/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5590/14

DESIGNA MEMBROS PARA COMPORER AS COMISSÕES PERMANENTES DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais destinados à Manutenção e Expansão de Redes:

Marcelo Torresani, cadastro 1636-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria Técnica, atuando como Presidente;

Valdir Pedro Pereira, cadastro 1312-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Vanderlei Bini, cadastro 1451-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

José Carlos Cidral, cadastro 182-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Eugênio Roncáglio, cadastro 1038-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente;

César Eduardo Sinhoka, cadastro 11355, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações,

atuando como Suplente;

Cristóvão Pereira Silva, cadastro 1310-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria Técnica, atuando como Suplente;

Vilson Correa, cadastro 1269-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente;

Artigo 2º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de limpeza, de expediente, de segurança e afins;

Vanderlei Bini, cadastro 1451-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Presidente;

Jonathan Ricardo Girardi, cadastro 1824-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

Rafael Dietrich de Araújo, cadastro 1947-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

Sidnei Giese, cadastro 1728-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Sidnei de Borba, cadastro 855-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Artigo 3º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Equipamentos de Informática:

Nivaldo Airton da Veiga, cadastro 709-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Presidente;

Emerson Luis Rampelotti, cadastro 772-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Programador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

Ricardo Goetten Malachias, cadastro 1856-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

Carlos Machado, cadastro 966-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Julimar Vaccari de Abreu, cadastro 1960-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Artigo 4º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais para Laboratório e Estação de Tratamento:

Silvio Josino de Souza, cadastro 994-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Presidente;

Viviane Cavalli, cadastro 1111-8, ocupante do cargo de provimento em efetivo de Técnico em Laboratório e Análise de Água e Esgoto, lotada na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Deyverson Fabrício Paterno, cadastro 1959-3, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA 3, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Ricardo Uliano, cadastro 1064-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Jonatas Cardoso, cadastro 1926-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente;

Nivaldo Michelmann, cadastro 1376-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente;

Artigo 5º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Bombas, Motores, Equipamentos e Materiais Elétrico Mecânico:

Maurício Carvalho Laus, cadastro 1138-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Presidente;

Adroaldo Silveira e Silva, cadastro 1107-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Membro;

Fabrício Souza, cadastro 1090-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente;

Écio da Silveira, cadastro 1490-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Artigo 6º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais Permanentes:

Jackson Francisco Martins, cadastro 1898-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Presidente;

Valdir Dorow, cadastro 1368-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro;

Sérgio Ricardo Treis, cadastro 963-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Presidência, atuando como Suplente;

Nivaldo Airton da Veiga, cadastro 709-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Suplente;

Anderson César Ignácio, cadastro 1894-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria de Operações, atuando como Suplente.

Artigo 7º O mandato dos membros das Comissões Permanentes de Recebimento de Materiais será de 01 (um) ano.

Artigo 8º - Os membros das Comissões Permanentes de Recebimento de Materiais desempenharão suas atribuições

concomitantemente com as de seus respectivos cargos e funções, observada a legislação pertinente, sem nenhum ônus para a autarquia.

Artigo 9º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 01 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 5591/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5591/14

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ESPECIAL ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02-2202/2014

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Especial Encarregada de Acompanhar, Analisar e Julgar a Tomada de Preços 02-2202/2014, destinada a Contratação de empresa para Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a "AMPLIAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE BLUMENAU - ETA II".

Marcelo Torresani, cadastro 1636-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria Técnica, atuando como Presidente;

Fernanda Geisa Michel Brollo, cadastro 1886-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como membro;

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 01 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5592/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5592/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à 2ª classificação, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

DANIEL TOMBINI DA SILVEIRA, nomeado pela Portaria nº 5582/14, de 26 de setembro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 6, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 319/1409.

Samae, 01 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

### **Portaria Nº 5593/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5593/14

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal, a contar desta data, da seguinte função gratificada de confiança:

REGIAN ANTÔNIO MORAES COFFERI, cadastro 1839-2, Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa da função de Assessor Comercial de Resíduos Sólidos, símbolo FGC 50%, designado pela Portaria 5443/13, de 14 de outubro de 2013.

Samae, 06 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente



**Portaria Nº 5594/2014 - SAMAE**

PORTARIA N.º 5594/14

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL REGIAN ANTÔNIO MORAES COFFERI

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE: CONCEDER EXONERAÇÃO

Com base no artigo 45, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Regian Antônio Moraes Cofferi, cadastro 1839-2, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa, a partir desta data.

Samae, 06 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5595/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5595/14

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE: NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

FLAVIO LUIZ BERTOLDI, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 326/1410;

ALVARO DA SILVA ALVES, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 328/1410;

KADU HENRIQUE HILDINGER, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 329/1410;

LUIZ CARLOS DE AGUIAR, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo

Nº 330/1410;

AIRTON PEREIRA, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 327/1410;

DEYVERSON FABRÍCIO PATERNO, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 331/1410;

ADEMIR ROQUE MINOZZO, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 332/1410;

MARLON CESAR DOS SANTOS, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 333/1410;

EVERSON DAMAS, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 334/1410;

AGOSTINHO KNOPP SOARES, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 335/1410.

Samae, 10 de outubro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5596/2014 - SAMAE**

PORTARIA N.º 5596/14

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL ANTÔNIO MARCOS MENDES ALVES DA CRUZ

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE: CONCEDER EXONERAÇÃO

Com base no artigo 45, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Antônio Marcos Mendes Alves da Cruz, cadastro 1911-9, do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, a partir desta data.

Samae, 14 de outubro de 2014.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5597/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5597/14

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, os candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

ANDRE SCHINDLER, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 342/1410;

GIOVANI SILVA, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 343/1410;

THIAGO ANDERSON DOS SANTOS, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 344/1410;

DENIS FRANCIONEI ZUNINO, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 345/1410;

RODRIGO BORGONOV, para ocupar cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 346/1410.

Samae, 15 de outubro de 2014.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5598/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5598/14

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ESPECIAL ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02-2203/2014

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Especial Encarregada de Acompanhar, Analisar e Julgar a Tomada de Preços 02-2203/2014, destinada a Contratação de empresa para Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a "AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA BLUMENAU / SC".

Marcelo Torresani, cadastro 1636-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Diretoria Técnica, atuando como Presidente;

Fernanda Geisa Michel Brollo, cadastro 1886-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Diretoria Técnica, atuando como membro;

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 16 de outubro de 2014.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1978/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1978/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL0153	55188942E	5029/2	19/09/2014	162 * II
AFL0153	55188943E	6769/2	19/09/2014	230 * XXII
AGR7332	55225346E	5045/0	22/09/2014	162 * V
AGR7332	55225347E	5142/0	22/09/2014	164 c/c 162 * V
AGR7332	55225348E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
AGR7332	55225349E	6637/2	22/09/2014	230 * IX
AIL2945	55224992E	6700/0	17/09/2014	230 * XVI
AIL2945	55224993E	6610/2	17/09/2014	230 * VII
AJQ6918	55054095E	6726/1	03/09/2014	230 * XVIII
AJQ6918	55054096E	6602/0	03/09/2014	230 * VI
AKN3223	55224792E	6726/1	17/09/2014	230 * XVIII
ALU1991	55054956E	6726/1	04/09/2014	230 * XVIII
ASS0486	55224979E	6912/0	15/09/2014	232
ATZ2737	55052266E	6726/1	13/08/2014	230 * XVIII
CGC0423	55224898E	6700/0	18/09/2014	230 * XVI
CJH6234	55054017E	6637/2	25/08/2014	230 * IX
CTB3495	55049797E	6599/2	20/08/2014	230 * V
CTM8685	55054133E	6700/0	08/09/2014	230 * XVI
CTM8685	55054134E	6610/2	08/09/2014	230 * VII
DDF2575	55049799E	6599/2	21/08/2014	230 * V
DGV1138	55224892E	6700/0	16/09/2014	230 * XVI
DNS6255	55224043E	6637/2	23/08/2014	230 * IX
DNS6255	55224045E	6726/1	23/08/2014	230 * XVIII
DSX4406	55050295E	6700/0	25/08/2014	230 * XVI
DSX4406	55050297E	6637/2	25/08/2014	230 * IX
EHX5393	55224931E	6599/2	23/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJZ2274	55188340E	6599/2	20/09/2014	230 * V
IMX9664	55050291E	6602/0	25/08/2014	230 * VI
IOF6813	55191593E	6599/2	19/08/2014	230 * V
JSH6664	55054248E	6602/0	04/09/2014	230 * VI
LOG5497	55926219D	6912/0	19/09/2014	232
LOG5497	55926220D	5010/0	19/09/2014	162 * I
LVB5338	55225528E	6769/1	18/09/2014	230 * XXII
LVB5338	55225529E	6610/2	18/09/2014	230 * VII
LWY3648	55054010E	5010/0	23/08/2014	162 * I
LWZ8055	55187908E	6599/2	28/08/2014	230 * V
LXD8695	55051623E	6599/2	21/08/2014	230 * V
LXR5494	55223734E	6599/2	23/08/2014	230 * V
LXR5494	55223736E	6610/2	23/08/2014	230 * VII
LXU4285	55223985E	6726/1	22/08/2014	230 * XVIII
LXZ0168	55225172E	6912/0	18/09/2014	232
LXZ0168	55225173E	6610/2	18/09/2014	230 * VII
LXZ5324	55932723D	6912/0	17/09/2014	232
LXZ5324	55932724D	5010/0	17/09/2014	162 * I
LXZ5324	55932725D	5118/0	17/09/2014	164 c/c 162 * I
LXZ5324	55932727D	6653/1	17/09/2014	230 * XI
LXZ8842	55224799E	7340/0	22/09/2014	252 * IV
LYC4738	55225025E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII
LYE6125	55054886E	6599/2	08/09/2014	230 * V
LYE6125	55054887E	5010/0	08/09/2014	162 * I
LYE6125	55054888E	5118/0	08/09/2014	164 c/c 162 * I
LYI1561	55190522E	5010/0	22/08/2014	162 * I
LYI1561	55190523E	5118/0	22/08/2014	164 c/c 162 * I
LYQ4229	55225453E	5045/0	16/09/2014	162 * V
LYQ4229	55225454E	6599/2	16/09/2014	230 * V
LYQ4229	55225455E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
LYQ4229	55225456E	5096/0	16/09/2014	163 c/c 162 * V
LYQ4229	55225457E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII
LYQ6916	55054889E	6599/2	08/09/2014	230 * V
LYR8109	55224303E	6912/0	23/08/2014	232
LYT3793	55225379E	6912/0	18/09/2014	232
LYT9873	55225654E	6637/2	17/09/2014	230 * IX
LYY1007	55052345E	6726/1	27/08/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH8437	55223989E	6726/1	22/08/2014	230 * XVIII
LZM6094	55223957E	5010/0	20/08/2014	162 * I
LZM6094	55223958E	5118/0	20/08/2014	164 c/c 162 * I
LZM6094	55223959E	6599/2	20/08/2014	230 * V
LZM6094	55223960E	6726/1	20/08/2014	230 * XVIII
LZN7746	55054016E	6637/2	25/08/2014	230 * IX
LZO3822	55223920E	6653/1	23/08/2014	230 * XI
LZQ4114	55051617E	6602/0	20/08/2014	230 * VI
LZV7534	55036436E	6599/2	08/09/2014	230 * V
LZY6584	55224198E	6653/2	17/09/2014	230 * XI
MAC2229	55054759E	6912/0	09/09/2014	232
MAC2229	55054760E	6637/1	09/09/2014	230 * IX
MAC2229	55054761E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
MAD2575	55224899E	6637/2	18/09/2014	230 * IX
MAM4177	55225286E	6610/2	18/09/2014	230 * VII
MAN6841	55224117E	6700/0	26/08/2014	230 * XVI
MAO9241	55224989E	6700/0	17/09/2014	230 * XVI
MAQ2984	55054302E	6599/2	25/08/2014	230 * V
MAT2741	55224692E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MAT2741	55224693E	6912/0	22/09/2014	232
MAT2741	55224694E	6610/2	22/09/2014	230 * VII
MAT2741	55224695E	6726/1	22/09/2014	230 * XVIII
MAZ0171	55054013E	6610/2	25/08/2014	230 * VII
MBE3643	55224985E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MBE3643	55224986E	6912/0	16/09/2014	232
MBE3643	55224987E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII
MBE3643	55225231E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MBF9330	55225330E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII
MBJ2813	55054854E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MBQ3073	55051475E	6408/0	20/08/2014	221
MBR8259	55225377E	6769/1	16/09/2014	230 * XXII
MBS1005	55054909E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
MBU3126	55055005E	6912/0	08/09/2014	232
MBU3126	55055006E	6408/0	08/09/2014	221
MBX0588	55054005E	6599/2	22/08/2014	230 * V
MBZ8045	55225511E	5010/0	16/09/2014	162 * I
MBZ8045	55225512E	5118/0	16/09/2014	164 c/c 162 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC5440	55049737E	7340/0	20/08/2014	252 * IV
MCC5440	55049739E	7340/0	21/08/2014	252 * IV
MCF4909	55225163E	6912/0	16/09/2014	232
MCJ0608	55037774E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MCJ0608	55037775E	5118/0	07/09/2014	164 c/c 162 * I
MCT8084	55054058E	6610/2	25/08/2014	230 * VII
MCV1069	55225048E	6726/1	23/09/2014	230 * XVIII
MCV1069	55225049E	6637/2	23/09/2014	230 * IX
MDA7593	55225525E	5045/0	17/09/2014	162 * V
MDC3047	55225034E	6700/0	18/09/2014	230 * XVI
MDI2476	55224900E	6599/2	18/09/2014	230 * V
MDI6891	55225390E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MDI6891	55225391E	5118/0	22/09/2014	164 c/c 162 * I
MDI6891	55225392E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MDN0554	55189754E	5010/0	19/09/2014	162 * I
MDN0554	55189755E	5118/0	19/09/2014	164 c/c 162 * I
MDN0554	55189756E	6599/2	19/09/2014	230 * V
MDP0274	55225235E	6912/0	17/09/2014	232
MDR5988	55224188E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MDR5988	55224189E	5118/0	15/09/2014	164 c/c 162 * I
MDR5988	55224190E	6912/0	15/09/2014	232
MDR5988	55224191E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MEB2160	55224991E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MEC9907	55224056E	6610/2	22/08/2014	230 * VII
MEL0664	55187568E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MEL0664	55187569E	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII
MEN4804	55037681E	5169/1	07/09/2014	165
MEZ3366	55224075E	5010/0	28/08/2014	162 * I
MFB3613	55225223E	5118/0	15/09/2014	164 c/c 162 * I
MFB3613	55225224E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MFB3613	55225507E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MFE5173	55225342E	6726/1	19/09/2014	230 * XVIII
MFE5479	55054301E	5010/0	25/08/2014	162 * I
MFF4372	55054825E	6670/0	05/09/2014	230 * XIII
MFH8945	55224302E	6912/0	23/08/2014	232
MFI6867	55224238E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MFI6867	55224239E	5118/0	26/08/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFJ1869	55223570E	6700/0	21/08/2014	230 * XVI
MFO2824	55225279E	6637/2	17/09/2014	230 * IX
MFP9408	55052320E	6637/2	22/08/2014	230 * IX
MGI8807	55224184E	6912/0	15/09/2014	232
MGI8807	55224185E	6653/2	15/09/2014	230 * XI
MGI8807	55224186E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MGN0672	55054030E	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII
MGN0672	55054031E	6637/2	26/08/2014	230 * IX
MGN2545	55190931E	6912/0	23/08/2014	232
MGO8071	55225515E	5010/0	16/09/2014	162 * I
MGO8071	55225516E	6556/1	16/09/2014	230 * I
MGO8071	55225517E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MGQ8447	55055001E	6912/0	08/09/2014	232
MGS7186	55225280E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MGS7186	55225281E	7340/0	17/09/2014	252 * IV
MGS7186	55225282E	6726/1	17/09/2014	230 * XVIII
MGT6083	55190927E	7340/0	23/08/2014	252 * IV
MHA3073	55224042E	6912/0	23/08/2014	232
MHA4025	55047311E	5045/0	05/09/2014	162 * V
MHD2940	55932625D	6912/0	28/08/2014	232
MHD2940	55932626D	6580/0	28/08/2014	230 * IV
MHH6403	55225140E	7340/0	17/09/2014	252 * IV
MHR4996	55054866E	6599/2	05/09/2014	230 * V
MHU9513	55050635E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MIB2223	55224994E	6700/0	17/09/2014	230 * XVI
MIB7488	55225717E	7285/0	19/09/2014	250 * III
MID3046	55054136E	6912/0	09/09/2014	232
MID3046	55054137E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
MIF4764	55049789E	6599/2	20/08/2014	230 * V
MIL4323	55054052E	6599/2	21/08/2014	230 * V
MIL7584	55051478E	6599/2	21/08/2014	230 * V
MIO6095	55187766E	5010/0	23/08/2014	162 * I
MIO6095	55187767E	5118/0	23/08/2014	164 c/c 162 * I
MIO6095	55187768E	6599/2	23/08/2014	230 * V
MIP2878	55189918E	5045/0	24/08/2014	162 * V
MIP8309	55224928E	6912/0	18/09/2014	232
MIV0132	55050623E	6602/0	25/08/2014	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJS1299	55054219E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MJS1299	55054220E	6610/2	28/08/2014	230 * VII
MJY1406	55054221E	6602/0	28/08/2014	230 * VI
MKF5364	55225521E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MKF5365	55225520E	5053/1	16/09/2014	162 * VI
MKG0306	55055007E	6912/0	08/09/2014	232
MKG7475	55191493E	6912/0	18/08/2014	232
MKH5559	55223639E	6912/0	20/08/2014	232
MKN2734	55050634E	6912/0	05/09/2014	232
MLF9891	55055349E	6912/0	12/09/2014	232
MLQ0398	55186825E	6602/0	22/09/2014	230 * VI
MLY8904	55224074E	5045/0	28/08/2014	162 * V
MUV0508	55050692E	6599/2	08/09/2014	230 * V
OWA0677	55054857E	6661/0	04/09/2014	230 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**Edital Notificação N.34 1979/2014 - Seterb**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1979/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAB7779	55224264E	5185/1	23/08/2014	167
ABD6283	55224275E	5975/0	26/08/2014	204
ABR0524	55655756E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
ADG8054	55655455E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
AEK3987	55054530E	5452/1	05/09/2014	181 * VIII
AHF4554	55225308E	5185/2	08/09/2014	167
AKJ0001	55054577E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
ALZ6471	55190389E	5185/1	09/08/2014	167
AMH3075	55054508E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
ANI8284	55054872E	5967/0	05/09/2014	203 * V
ANS1941	55052497E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
ANT8679	55052465E	5550/0	25/08/2014	181 * XVIII
APL8229	55224109E	5185/1	22/08/2014	167
AQK3406	55655274E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
AQQ1709	55656602E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AQQ1709	55657624E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
ARY4371	55657656E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
ATY0240	55657350E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
AVM3323	55655931E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
AVS0038	55657666E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
AWM7221	55656597E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AWM7221	55656605E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AWP5353	55657460E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
BAB0357	55655646E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
BIO6344	55655273E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
CAU2173	55051490E	5185/1	22/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJR2169	55054883E	5967/0	05/09/2014	203 * V
CJR2169	55054884E	5193/0	05/09/2014	168
CKZ7389	55657627E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
COW5152	55656603E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
CSI4075	55655443E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
CSP3131	55657556E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
CYQ7984	55657584E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
DBX4688	55051892E	6041/2	09/09/2014	207
DED1802	55657335E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
DHX5878	55657456E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
DMA4319	55655484E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
DME6516	55655390E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
DQH7451	55655441E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
DSX4406	55050298E	5835/0	25/08/2014	195
DSX4406	55050299E	6980/0	25/08/2014	239
DSX4406	55050300E	6050/1	25/08/2014	208
DVB3884	55656881E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
EDZ4005	55657625E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
EFM0303	55223538E	5185/1	26/08/2014	167
EPP3038	55190023E	5541/1	26/08/2014	181 * XVII
ESU9798	55050697E	5568/0	01/09/2014	181 * XIX
ETM4188	55656138E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
EZV2268	55655048E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
GLB4010	55655786E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
GTD6394	55655092E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
GVM6906	55657087E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
GXG8833	55655444E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
HBW1430	55655265E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
HCG2496	55657480E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
HGK5013	55655856E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
HIM4615	55657509E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
HKE1066	55656600E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
HNZ8959	55655528E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
HPB4415	55189240E	5207/0	26/08/2014	169
HPR2367	55224017E	5185/1	21/08/2014	167
HSA4043	55054422E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
HSY3467	55657368E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICI7126	55656473E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
ICV7440	55655548E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
IGO3807	55051660E	5550/0	19/08/2014	181 * XVIII
IJZ2274	55188339E	5509/0	20/09/2014	181 * XIII
ILM3018	55655172E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
IQR2561	55657084E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
IQZ8959	55655326E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
IUC3459	55657085E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
JIL2287	55050637E	7307/0	09/09/2014	251 * II
JZZ4073	55655935E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
KDF5285	55224254E	5185/1	22/08/2014	167
KMC4491	55655218E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
LCE6972	55191651E	5487/0	18/09/2014	181 * XI
LNO6962	55655270E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
LNZ9023	55052468E	5550/0	25/08/2014	181 * XVIII
LOG7339	55655290E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
LOQ5625	55655880E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
LWX0875	55657675E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
LXD2189	55054411E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII
LXF5662	55657642E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
LXN7035	55224261E	5185/2	22/08/2014	167
LXP1912	55052357E	5550/0	27/08/2014	181 * XVIII
LXR5494	55223735E	5193/0	23/08/2014	168
LXR9020	55657330E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
LXV7695	55225382E	5185/1	18/09/2014	167
LYE7201	55655305E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
LYF7901	55655427E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
LYS6366	55657329E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
LYS8988	55655752E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
LYX3049	55224541E	5185/2	03/09/2014	167
LZC0859	55225729E	5185/2	22/09/2014	167
LZH1047	55054706E	6823/1	08/09/2014	231 * IV
LZH8437	55223988E	5185/1	22/08/2014	167
LZK4210	55223532E	5185/1	20/08/2014	167
LZL0090	55224229E	5525/0	23/08/2014	181 * XV
LZM6094	55223961E	5185/2	20/08/2014	167
LZR1656	55225466E	5185/1	17/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZY9855	55225175E	5193/0	18/09/2014	168
MAN3095	55655069E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MAR1759	55656942E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MAS1358	55655711E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MAS6549	55224360E	5185/1	26/08/2014	167
MAT7272	55654991E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MAU4371	55048692E	5835/0	11/08/2014	195
MAU7153	55655615E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MAV2160	55054846E	7366/2	08/09/2014	252 * VI
MAY0361	55655336E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MAZ8356	55655331E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MBE5072	55367740D	5550/0	11/08/2014	181 * XVIII
MBE9544	55654876E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MBG8136	55051874E	5835/0	22/08/2014	195
MBH3665	55225138E	5185/1	17/09/2014	167
MBO1971	55054413E	5460/0	04/09/2014	181 * IX
MBO6528	55655412E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MBQ0065	55224700E	5185/1	22/09/2014	167
MBT3414	55655858E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MBV9936	55223636E	5185/1	20/08/2014	167
MBW8977	55657433E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MBY3803	55224536E	5185/1	01/09/2014	167
MCA3282	55050539E	5541/6	08/09/2014	181 * XVII
MCD9205	55655204E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MCE2931	55190246E	5185/1	16/09/2014	167
MCF1804	55655301E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MCG0621	55657323E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MCJ8804	55655909E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MCK5408	55655187E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MCK7485	55655223E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MCM7778	55657477E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MCV7291	55655770E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
MDA7593	55224107E	7366/2	22/08/2014	252 * VI
MDA7593	55225524E	5185/1	17/09/2014	167
MDA8225	55191606E	5185/1	20/08/2014	167
MDB0353	55657469E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MDB3160	55225462E	5185/2	17/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDC2635	55654940E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MDC2635	55655036E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MDC5188	55051530E	5541/1	22/08/2014	181 * XVII
MDC9559	55655562E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MDG8896	55655248E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MDJ5414	55655889E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MDL5804	55655230E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MDM8961	55657663E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
MDM9117	55655692E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MDN6684	55655645E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MDO5386	55657589E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MDR5988	55224192E	5835/0	15/09/2014	195
MDS3944	55054757E	5720/0	06/09/2014	186 * I
MDT1908	55049070E	6823/2	14/08/2014	231 * IV
MEE5281	55223702E	5185/1	18/08/2014	167
MEE9184	55655293E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MEI0779	55223516E	5185/1	18/08/2014	167
MEJ5167	55223569E	5185/1	15/08/2014	167
MEN5173	55657200E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MEO7039	55223983E	5193/0	22/08/2014	168
MEO7039	55223984E	5185/2	22/08/2014	167
MEP5799	55655448E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MES4752	55224688E	5185/1	22/09/2014	167
MES7291	55655058E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MEU4046	55050027E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MEV6813	55655221E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MEX3455	55657468E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MEZ5292	55654988E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MFA1506	55655242E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MFA4225	55191502E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
MFB3613	55225508E	5819/2	15/09/2014	193
MFC1521	55655241E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MFD1752	55655212E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MFF2284	55223518E	5185/1	18/08/2014	167
MFG8529	55054251E	5568/0	22/08/2014	181 * XIX
MFI1437	55055402E	7366/1	09/09/2014	252 * VI
MF11635	55657588E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFI5978	55054419E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
MFK0393	55657052E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MFK1959	55654941E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MFL8592	55054319E	5185/1	28/08/2014	167
MFO3661	55223721E	5185/1	20/08/2014	167
MFO9795	55054878E	5967/0	05/09/2014	203 * V
MFR0034	55655208E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MFR2311	55655236E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MFR8753	55051878E	5835/0	27/08/2014	195
MFZ0518	55655833E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MGE3221	55054665E	5738/0	08/09/2014	186 * II
MGE3221	55054666E	5819/1	08/09/2014	193
MGH2894	55655679E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MGI8641	55054620E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII
MGI9380	55655339E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MGM1292	55657459E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MGM3468	55655713E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MGN0440	55224127E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MGN2545	55190932E	5185/1	23/08/2014	167
MGN7204	55657591E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MGP2474	55191608E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
MGP8573	55052477E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MGQ0203	55051482E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MGQ3947	55655790E	5541/2	11/08/2014	181 * XVII
MGQ4387	55657602E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MGQ8447	55054599E	5185/1	08/09/2014	167
MGR3656	55657597E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MGU4624	55655302E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MGW7971	55655857E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MGW8419	55657334E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MGX9258	55655729E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MHA2707	55655385E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MHA9222	55655222E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MHB3478	55655087E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MHB7737	55657673E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
MHD6197	55655661E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MHE8939	55051614E	5207/0	19/08/2014	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHF4811	55655296E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MHG2869	55654946E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MHG7258	55050090E	5541/1	18/08/2014	181 * XVII
MHH2373	55225236E	6050/1	17/09/2014	208
MHH6403	55225139E	5185/1	17/09/2014	167
MHJ5676	55655515E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MHL2424	55657695E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MHM9869	55657600E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MHN5578	55655359E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MHN5578	55655360E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MHO9573	55657057E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MHR0402	55655239E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MHR0402	55655437E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MHR4757	55050286E	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
MHV6729	55655533E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MHZ9024	55657608E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657444E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MID3046	55054138E	6050/2	09/09/2014	208
MIJ7833	55655288E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MIL1363	55657440E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MIM3858	55655613E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MIM3858	55655749E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MIM3858	55655887E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MIM6119	55935400D	5967/0	21/08/2014	203 * V
MIP3001	55224996E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MIP5548	55052469E	5550/0	25/08/2014	181 * XVIII
MIP8309	55224927E	5185/1	18/09/2014	167
MIQ6024	55657318E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MIR2912	55050278E	5720/0	20/08/2014	186 * I
MIR8505	55054964E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MIT9434	55655467E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MIU4401	55655682E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
MIW4087	55655002E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MIY1467	55655335E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MIZ6212	55050536E	5185/1	04/09/2014	167
MJC2717	55655591E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MJC3305	55657669E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJD1458	55655483E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MJD2385	55655169E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MJG1174	55225054E	5525/0	17/09/2014	181 * XV
MJH8921	55655499E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MJI6366	55655739E	5541/2	09/08/2014	181 * XVII
MJJ1861	55050012E	7366/2	25/08/2014	252 * VI
MJL2857	55054418E	5550/0	08/09/2014	181 * XVIII
MJQ5431	55051613E	5487/0	20/08/2014	181 * XI
MJR4516	55656936E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MJS1719	55655374E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MJU5251	55225134E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MJU6238	55657682E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
MJV7358	55188344E	5509/0	20/09/2014	181 * XIII
MJV7549	55655576E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MJX8447	55051533E	5550/0	25/08/2014	181 * XVIII
MJZ2355	55657636E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
MKA0033	55655449E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MKB2429	55655588E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MKB6969	55655532E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MKD2437	55655534E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MKD2761	55657069E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MKD3616	55054426E	5835/0	09/09/2014	195
MKD3616	55054427E	5681/0	09/09/2014	184 * I
MKD3616	55054428E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054429E	5967/0	09/09/2014	203 * V
MKD3616	55054430E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054431E	5819/5	09/09/2014	193
MKD3616	55054432E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054433E	5819/1	09/09/2014	193
MKD3616	55054434E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054435E	5681/0	09/09/2014	184 * I
MKD3616	55054436E	6122/0	09/09/2014	214 * I
MKD3616	55054437E	5681/0	09/09/2014	184 * I
MKD3616	55054438E	6122/0	09/09/2014	214 * I
MKD3616	55054439E	5940/1	09/09/2014	203 * III
MKD3616	55054440E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054442E	5819/2	09/09/2014	193



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKD3616	55054443E	5819/1	09/09/2014	193
MKD3616	55054444E	5681/0	09/09/2014	184 * I
MKD3616	55054445E	6050/1	09/09/2014	208
MKD3616	55054446E	5835/0	09/09/2014	195
MKD5003	55189286E	7366/2	22/08/2014	252 * VI
MKE1794	55657341E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MKE2668	55655364E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MKF8959	55655572E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MKH4532	55655348E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MKJ9671	55655648E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MKK9228	55054707E	5452/1	09/09/2014	181 * VIII
MKM6005	55054548E	5568/0	11/09/2014	181 * XIX
MKP9147	55655381E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MLA6971	55655200E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MLD2409	55049075E	5550/0	20/08/2014	181 * XVIII
MLG3654	55655255E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MLG8147	55225232E	7366/2	16/09/2014	252 * VI
MLL6047	55657718E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MLN3080	55655344E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MLN3080	55655458E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MLP1013	55655864E	5541/2	12/08/2014	181 * XVII
MLQ2214	55936587D	6041/2	25/08/2014	207
MLQ5518	55189276E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
MLR8385	55050091E	5541/1	20/08/2014	181 * XVII
MLS0105	55655410E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MLT3021	55047314E	5967/0	05/09/2014	203 * V
MLW5613	55657484E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MMD4233	55657482E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MMK0512	55225463E	7366/2	17/09/2014	252 * VI
MMK2204	55655489E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MMM3181	55049826E	5541/6	21/08/2014	181 * XVII
MMM4389	55036626E	5509/0	05/09/2014	181 * XIII
MXZ4849	55052412E	5835/0	04/09/2014	195
MYB6958	55054976E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
NZG4108	55655471E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**Edital Notificação N.34 1980/2014 - Seterb**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1980/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAI3145	55931586D	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
AAI3145	55931587D	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
ADO0882	55191003E	7340/0	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
AGE0741	55187001E	5045/0	19/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
AGE0741	55187002E	5142/0	19/05/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AGE0741	55187003E	6637/2	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AGE0741	55187004E	6769/2	19/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
AIK4164	55188382E	6653/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
AIK4164	55188383E	6408/0	04/07/2014	R\$ 85,12	221
AKU2558	55934532D	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232
AOB1751	55186911E	6556/1	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
AOB1751	55186913E	7340/0	13/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
AOU1289	55045676E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
AUX9009	55190099E	6912/0	06/08/2014	R\$ 53,20	232
AVA1601	55041235E	5010/0	23/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
AVA1601	55041236E	5118/0	23/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BPA7909	55045320E	6726/1	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CER0048	55047003E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
CHQ0427	55190813E	6726/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
DEN8825	55048419E	5169/1	22/06/2014	R\$ 1.915,38	165
DEN8825	55048420E	5045/0	22/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
DEN8825	55048422E	5142/0	22/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
DEN8825	55048423E	6912/0	22/06/2014	R\$ 53,20	232
DUG4781	55037033E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
FEH2517	55046695E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
GWJ8342	55047904E	6700/0	05/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HOP6999	55044036E	6726/1	18/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IDU9237	55937392D	5010/0	14/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
IDU9237	55937393D	5118/0	14/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IQT7590	55046659E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
JNZ9851	55046798E	6920/0	28/04/2014	R\$ 127,69	233
KHW4321	55188603E	6556/1	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LJW1431	55044297E	6726/1	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWT6281	55044360E	6599/2	17/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWU0222	55048121E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXA5174	55043969E	6610/2	17/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXB7953	55050353E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXE9921	55189910E	5045/0	08/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXE9921	55189911E	5142/0	08/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LXE9921	55189912E	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232
LXQ7604	55932985D	6599/2	17/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYP1705	55048321E	7340/0	16/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LZD5114	55049554E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZH2824	55190298E	6408/0	08/08/2014	R\$ 85,12	221
LZS3125	55041240E	6912/0	23/04/2014	R\$ 53,20	232
LZT3449	55046796E	6920/0	20/05/2014	R\$ 127,69	233
LZU6152	55045682E	6912/0	20/05/2014	R\$ 53,20	232
LZU6173	55049902E	6408/0	04/07/2014	R\$ 85,12	221
LZY0792	55045592E	6912/0	14/05/2014	R\$ 53,20	232
MAQ6478	55045289E	6670/0	22/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MAS7207	55044359E	6408/0	17/04/2014	R\$ 85,12	221
MAV2160	55190327E	7340/0	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MAV2160	55190328E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MAZ3098	55187386E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBF0886	55039358E	6920/0	21/04/2014	R\$ 127,69	233
MBI5852	55039415E	5045/0	18/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBI5852	55039416E	5142/0	18/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBJ5074	55933836D	5010/0	22/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBJ5074	55933837D	5118/0	22/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBJ6787	55933113D	6599/2	21/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBK7148	55044336E	5010/0	24/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBK7148	55044337E	5118/0	24/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM2521	55037263E	6599/2	08/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS2287	55188964E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBV8263	55049617E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP0881	55046953E	6912/0	22/05/2014	R\$ 53,20	232
MCP5605	55929324D	6912/0	14/04/2014	R\$ 53,20	232
MDF9272	55036870E	6637/2	01/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDL5804	55044921E	6610/2	17/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDL5804	55044922E	5169/1	17/04/2014	R\$ 1.915,38	165
MDQ1947	55931300D	5045/0	17/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEB0194	55044602E	6912/0	18/04/2014	R\$ 53,20	232
MEB4790	55937137D	5118/0	14/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEB4790	55937138D	7340/0	14/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MEB4790	55937140D	5010/0	14/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEF3222	55044341E	5045/0	24/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEF3222	55044342E	5142/0	24/04/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MEF8424	55045671E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
MEJ1018	55933118D	5010/0	29/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MER5821	55045615E	5169/1	25/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MER5821	55045616E	6726/1	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEW7211	55044202E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MEY7152	55045700E	6912/0	22/05/2014	R\$ 53,20	232
MFB2114	55045811E	6637/2	13/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFE0761	55045202E	5045/0	28/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFE0761	55045203E	5142/0	28/04/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFM5534	55190820E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MFO9410	55934538D	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFO9410	55934539D	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGC3604	55937035D	5010/0	15/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGC4659	55038679E	6599/2	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGC4659	55038680E	6726/1	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGD5719	55036812E	6599/2	15/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGF5663	55188041E	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
MGO2072	55043747E	6920/0	21/04/2014	R\$ 127,69	233
MGQ2547	55044020E	6726/1	17/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGS4283	55043886E	5010/0	17/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGT8688	55191105E	6653/1	08/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGU7847	55037579E	5010/0	26/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGZ5704	55365945D	5045/0	03/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW9370	55933873D	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIB8525	55190073E	6912/0	04/08/2014	R\$ 53,20	232
MIG6682	55938789D	6726/1	20/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIJ5339	55037131E	5118/0	09/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIJ6070	55043748E	6920/0	21/04/2014	R\$ 127,69	233
MIJ9942	55044021E	6408/0	17/04/2014	R\$ 85,12	221
MIQ1814	55047283E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIS9200	55186903E	6556/1	25/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MIX2241	55046793E	6920/0	20/05/2014	R\$ 127,69	233
MJB7279	55833473C	5029/2	15/04/2014	R\$ 957,69	162 * II
MJH7304	55043649E	7340/0	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJH7304	55043650E	6726/1	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJR0599	55046597E	6602/0	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MJW5250	55938456D	6912/0	19/05/2014	R\$ 53,20	232
MKA7918	55365429D	6726/1	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKT0077	55937680D	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MKT0077	55937681D	6726/1	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKT0077	55937682D	6700/0	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MKU0570	55043703E	6920/0	09/04/2014	R\$ 127,69	233
MKV7416	55190660E	6637/2	01/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKV7416	55190661E	6726/1	01/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MLG2045	55050313E	6556/1	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MLH6928	55041443E	5010/0	16/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLH6928	55041444E	5118/0	16/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MMC7543	54625942C	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMC7543	54625943C	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232
MMC7543	54625945C	5118/0	08/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MVI7551	55933987D	6912/0	17/04/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP



**Edital Notificação N.34 1981/2014 - Seterb**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1981/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA8280	55933482D	7366/2	14/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ABW4857	55654263E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ACK3838	55978502D	5541/2	24/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AEE8491	55652674E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFJ0606	55979007D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFW7416	55652073E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AGT6073	55189400E	5185/2	04/08/2014	R\$ 127,69	167
AJC9235	55981851D	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJW0150	55648736E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKK7982	55654541E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALK1337	55653862E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALK1337	55653865E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOB1751	55186912E	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
AOR6915	55187187E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
APL0157	55653972E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AQQ1709	55652071E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARN8517	55649163E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ATV4042	55978758D	5541/2	26/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AUL9108	55046180E	7366/2	12/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AVI1831	55652700E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWA6116	55654002E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AXV8076	55038187E	6050/1	26/06/2014	R\$ 191,53	208
BBF1903	55049108E	5622/2	26/06/2014	R\$ 53,20	182 * VI
BUD2688	55048818E	5525/0	24/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
CHM5735	55979925D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DHZ9318	55981679D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIZ2345	55044083E	6041/1	15/05/2014	R\$ 127,69	207
DUM3217	55044946E	5550/0	19/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DYF5718	55652451E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DYM0183	55648635E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EGV2017	55979439D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EJL1417	55979271D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ENS8342	55652379E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ENS8342	55652404E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ENS8342	55981887D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EZC1522	55650518E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
FAK0033	55980092D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
FFB2020	55981918D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HCI5548	55652226E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HIB6852	55651896E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HJE3577	55979010D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HJE3577	55979043D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HKE1066	55649294E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HNE4081	55981862D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HSY7831	55650991E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HTD1987	55651891E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HVM3704	55937856D	5800/0	10/05/2014	R\$ 127,69	192
IJA7154	55049983E	5568/0	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
IJH1648	55651264E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMB1219	55979506D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMT9072	55653334E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
INX9872	55652587E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ISM3165	55651270E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IUR5030	55652459E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JBB0088	55649008E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPS3769	55981739D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JTA3978	55933870D	5568/0	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
KQA4296	55981833D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LCB7005	55979482D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LJW4819	55981638D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG8374	55979193D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO0874	55978894D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO3949	55038624E	5568/0	22/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS9374	55979141D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYK2390	55938434D	7056/1	11/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
LYM5384	55044471E	6041/1	15/05/2014	R\$ 127,69	207
LYM8293	55654173E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP1705	55048320E	5991/0	16/06/2014	R\$ 191,53	206 * I
LYS8988	55979299D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYV1873	55981546D	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA3762	55186902E	5525/0	21/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
LZC2141	55979542D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD5114	55652067E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL3717	55981760D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP8541	55980032D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI8590	55979127D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM4104	55979307D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN3003	55648706E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC6012	55980028D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE4053	55044566E	7366/2	22/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBI9561	55979255D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK9218	55652488E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP2689	55650763E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS6206	55652789E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT3923	55654506E	5541/2	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY6363	55981591D	5541/2	03/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ4454	55981328D	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB0789	55979021D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB0789	55979468D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB4991	55652243E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC0185	55979682D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD8111	55978915D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ8804	55652617E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL3793	55044598E	7366/2	28/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCT0500	55039320E	5541/1	26/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU5925	55654429E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX2546	55051775E	7030/1	06/08/2014	R\$ 191,53	244 * I
MCZ8520	55648764E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ8851	55652483E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF9272	55036876E	6041/2	01/04/2014	R\$ 127,69	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG0990	55981659D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG3862	55979884D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI8121	55978720D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL5804	55044920E	5185/1	17/04/2014	R\$ 127,69	167
MDR4114	55979963D	5541/2	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR5672	55652178E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDT6245	55650440E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY8277	55046294E	5541/1	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ1773	55979236D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA9767	55979862D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB0897	55047375E	5460/0	11/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEB2133	55981985D	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB4790	55937139D	5185/1	14/04/2014	R\$ 127,69	167
MEC6180	55042162E	5550/0	10/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MED0672	55979392D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED4826	55049947E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEE1979	55979595D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF8424	55044369E	5967/0	16/05/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEH8812	55981799D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI4792	55981750D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ4347	55981727D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM2917	55652583E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO0274	55979738D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEO0274	55980291D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP5416	55652732E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MET0066	55938964D	6807/0	09/07/2014	R\$ 191,53	231 * II * c
MEW0949	55979486D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY3564	55978998D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB3288	55044321E	5207/0	16/04/2014	R\$ 53,20	169
MFC1775	55979883D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF6606	55652277E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF7300	55648651E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG8529	55981929D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI0912	55979471D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI8062	55936836D	6076/0	13/06/2014	R\$ 191,53	210
MFI8062	55936837D	6050/1	13/06/2014	R\$ 191,53	208
MFI8062	55936839D	5819/1	13/06/2014	R\$ 574,61	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFL5015	55043890E	5550/0	22/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFM6049	55981656D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP1601	55187848E	5835/0	14/07/2014	R\$ 127,69	195
MFP1731	55980068D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR1165	55979585D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT8320	55050186E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGA2169	55051584E	5851/1	01/08/2014	R\$ 85,12	197
MGH5400	55979505D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI8082	55979308D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL1029	55979411D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN2545	55981982D	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN4139	55652355E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN9085	55041669E	7366/2	26/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGO8173	55981064D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ3982	55979319D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ7294	55978855D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ8655	55648724E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW2393	55648678E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW2393	55981639D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY0225	55979771D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD9671	55652326E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE7226	55652465E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE9944	55979703D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF2389	55937808D	7056/1	24/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
MHJ2031	55050173E	5541/1	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL7428	55981819D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM4865	55363198D	5452/3	05/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHN1172	55979831D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO1246	55654322E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO1532	55044129E	5819/5	26/04/2014	R\$ 574,61	193
MHP1334	55979231D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ3901	55045151E	5746/3	25/04/2014	R\$ 85,12	187 * I
MHR9823	55044084E	5720/0	15/05/2014	R\$ 127,69	186 * I
MHW1366	55979268D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MXH3864	55046710E	7366/2	19/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHY7766	55652310E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB1932	55981259D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIB2397	55978941D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC8009	55652334E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE5931	55979359D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG1508	55187262E	5550/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIG1989	55652132E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG4137	55978861D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG4137	55978877D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII4474	55979530D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK7805	55036813E	5967/0	15/04/2014	R\$ 191,53	203 * V
MIK7805	55036814E	5819/6	15/04/2014	R\$ 574,61	193
MIK7805	55036815E	5835/0	15/04/2014	R\$ 127,69	195
MIN3690	55038925E	7366/2	17/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIS3889	55045020E	5550/0	25/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIT2137	55652232E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV6610	55047995E	6041/2	10/06/2014	R\$ 127,69	207
MIX5577	55980304D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX5805	55036824E	5550/0	26/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIZ1113	55046331E	7366/2	12/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJB0337	55979552D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB7279	55833472C	6050/1	15/04/2014	R\$ 191,53	208
MJC3044	55981824D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD1458	55981911D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD3508	55979825D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG4124	55652359E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6153	55039127E	5479/0	17/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
MJO1007	55042164E	7366/2	25/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJQ7517	55046568E	5207/0	14/05/2014	R\$ 53,20	169
MJT9444	55979541D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ2611	55979159D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA7918	55365428D	5452/1	24/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKE4503	55046591E	5550/0	19/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKE5603	55979281D	5541/2	01/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55979699D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55979710D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55979812D	5541/2	08/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE8784	55039124E	5550/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKF0858	55979068D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKF5720	55364394D	5541/5	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF7204	55979687D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKG7674	55978890D	5541/2	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKH0414	55046599E	5550/0	20/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKK0131	55938453D	5185/1	26/04/2014	R\$ 127,69	167
MKK5703	55981713D	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKM5962	55979342D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO6170	55046906E	7366/2	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLA2072	55652274E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA3737	55979644D	5541/2	05/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK9597	55981811D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK9597	55981812D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL9892	55979498D	5541/2	03/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLP7722	55652281E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR5985	55979126D	5541/2	31/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR7981	55648558E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLT7655	55979422D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMC5443	55038211E	5541/1	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD0041	55652240E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD3720	55045707E	5550/0	22/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMH8220	55648740E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ3233	55652580E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMV7087	55046850E	5541/1	23/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MSC8244	54625934C	5525/0	21/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MVI7551	55933986D	5185/1	17/04/2014	R\$ 127,69	167
NEJ4992	55650988E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NKF4166	55045838E	5452/1	14/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
NWV8159	55046964E	5185/1	26/05/2014	R\$ 127,69	167
OLT7923	55979972D	5541/2	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**CÂMARA MUNICIPAL****Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 21 de Outubro de 2014.**

Reunião Ordinária do dia 21 de outubro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do Plenário para a realização de uma Conferência da Educação, no dia 22 de novembro de 2014, das 09 às 15 horas.

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.657. Destino do projeto: ao arquivo e comunique-se ao Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.698; e a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.356. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nºs 1.356 e 1.362; e os Projetos de Lei nºs 6.698 e 6.699. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317 e 1318/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2150. Destino: comunique-se e publique-se.

Despachado para a próxima Sessão o Requerimento nº 1.317/2014.

**Resumo do Expediente da Reunião Extraordinária do Dia 21 de Outubro de 2014.**

Reunião Extraordinária do dia 21 de outubro de 2014.  
Terça-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias

Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.356 e 1.362; e os Projetos de Lei nºs 6.698 e 6.699. Destino: à sanção do Executivo.

**Resumo do Expediente da Reunião Ordinária do Dia 23 de Outubro de 2014.**

Reunião Ordinária do dia 23 de outubro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.379. Destino: incorporada ao Projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.379 e o Projeto de Lei nº 6.695. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei Complementar nº 1.388.

Retirados os Requerimentos nºs 1308 e 1320/2014. Destino: ao arquivo.

Despachados à próxima Sessão os Requerimentos nºs 1317, 1325, 1326 e 1329.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 1340/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2151, 2152, 2153, 2154 e 2155. Destino: comunique-se e publique-se.

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### **Termo de Convênio Nº 04/2014**

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 004/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Conveniada: COOPERATIVA ESCOLA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CAMPO ERE - COECEL.

Objeto: Transferência de recursos financeiros visando a manutenção e desenvolvimento de suas atividades de atendimento a alunos.

Valor: r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Vigência: 22 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 22 de outubro de 2014.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### **909.10.14 - P. Lic. Trat. Saúde Alamir C. Althoff**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 909/14 de 22.10.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 20 de outubro com término no dia 24 de outubro de 2014, ao funcionário Alamir Cesar Althoff, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão 1 - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **910.10.14 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. FERNANDA B. O. NUNES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 910/14 de 22.10.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes, ocupante do cargo de Psicóloga - Padrão 1 - Nível 09 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para chefiar os serviços do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, a contar do dia 22 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**911.10.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CARLOTA E. O. SCHLEMPER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 911/14 de 23.10.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 20 de outubro com término no dia 29 de outubro de 2014, a funcionária Carlota Emilia Oliveira Schlemper, Ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**912.10.14 - P. LIC. MOT. P. FAM. JULIANA S. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 912/14 de 23.10.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 22 e 23 de outubro de 2014, a funcionária Juliana Souza Cruz, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**913.10.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JAIR P. LIMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 913/14 de 23.10.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 17 (dezessete) dias de licença para realizar tratamento de Saúde a contar do dia 22 de outubro com término no dia 07 de novembro de 2014, ao funcionário Jair Prudente de Lima, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**914.10.14 - P. PONTO FACULTATIVO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 914/14 de 23.10.14

Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

**RESOLVE:**

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 03 de novembro de 2014, em comemoração ao dia do funcionário Público comemorado no dia 28 de outubro.

Publique-se e comunique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA      DARIO CESAR DE LINS  
Prefeito Municipal                      Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Brusque

## PREFEITURA

### Extrato Processo Licitatório Nº 031/2014 - FMS

PREGÃO nº 016/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 031/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais hospitalares para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 23/10/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2014

PREGÃO nº 097/2014

Processo Licitatório nº 161/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais (fitas de advertência, luvas, capacetes, telas, cintos, cones, cavaletes, espelhos, cilindros canalizadores de tráfegos, entre outros) para sinalização viária.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 23/10/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2014

PREGÃO nº 098/2014

Processo Licitatório nº 162/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação para eventos do calendário da Secretaria de Assistência Social e Habitação, incluindo o Selo Social.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 23/10/2014

MIRELLA ZUCCO MÜLLER

Secretária de Assistência Social e Habitação

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2014

PREGÃO nº 100/2014

Processo Licitatório nº 164/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de combustíveis (álcool, gasolina e óleo diesel) para abastecimento dos veículos da frota municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/11/2014, às 10h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 22/10/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2014

PREGÃO nº 101/2014

Processo Licitatório nº 165/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de peças (lâminas, parafusos, porcas, suportes, unhas, travas de unhas, adaptadores, pinos, dentes, cortadores, anéis, entre outros) para manutenção de máquinas e equipamentos do Município.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 22/10/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2014

PREGÃO nº 102/2014

Processo Licitatório nº 168/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a recarga de gás GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) para botijões P13 e P45 e/ou fornecimento de gás GLP para o abastecimento da Usina de Asfalto, incluindo neste último caso o fornecimento de 4 (quatro) tanques de armazenamento e 2 (dois) queimadores e demais equipamentos/serviços para a execução do objeto.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/11/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 22/10/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão



**PORTARIA Nº 132/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 132/2014

O Prefeito Municipal de Brusque em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar Nº 147/09, Artigo 42,

**RESOLVE**

1) Exonerar, por motivo de Aposentadoria, ANTÔNIO MANOEL DA CUNHA, do cargo de Motorista.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque/SC, 10 de Outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente SAMAE
---	---

**PORTARIA Nº 131/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 131/2014

O Prefeito Municipal de Brusque em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar Nº 147/09, Artigo 42,

**RESOLVE**

1) Exonerar, por motivo de Aposentadoria, ROBERTO BOLOGNINI, do cargo de Engenheiro Civil.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de setembro de 2014.

Brusque/SC, 10 de Outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente SAMAE
---	---

**PORTARIA Nº 2273/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 2273/2014, de 20 de outubro de 2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13

**RESOLVE**

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor do servidor BRUNO RAGNINI FLORES, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista - Lotado na Secretária de Saúde, portador do CPF nº 009.836.479-09, Mat. 72831.4, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 338/2014 encaminhado pela Secretária de Saúde, bem como pelo despacho do Departamento de Recursos Humanos, datado de 09 de setembro de 2014, onde em tese o referido servidor: a) - não vem cumprindo com a assiduidade no horário de trabalho, dever do servidor público conforme prevê o inciso II, artigo 174, da LC 147/2009; b) Vem se ausentando do local de trabalho sem a devida autorização de sua chefia imediata, ação proibida e que se verifica no inciso I do art. 175 da Lei Complementar 149/2009; c) O servidor não vem

cumprindo com o horário de trabalho, apresentando-se com atraso quase diário e se ausentando sem prévia autorização da chefia imediata, vem afetando os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde, deixando enfermeiros e médicos a espera do servidor para realizar as tarefas programadas para o dia. Em desacordo com artigos: Incisos I, II e III, VII, do artigo 174; Inciso I do art. 175 e art. 188, II, III e VI, todos da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Fabio Caetano Pereira ( mat. 14753), Sandra Bertoldi Bertolini ( mat. 412.0) e Suzana M. Machado Mafra ( mat. 5878).

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A indiciada poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel a indiciada que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**DECRETO Nº 7.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO nº 7.517, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Cauciona áreas de terras do "Loteamento Parque Residencial Florence" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam caucionados em favor do Município de Brusque, os lotes de terras abaixo especificados, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, no livro 2, matrícula nº 75.904, conforme processo protocolado no Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade - IBPLAM (nº 3120/11), de propriedade de ADMINISTRADORA DE BENS SCHUMACHER LTDA., como garantia da correta execução das obras de arruamento e infra-estrutura do "Loteamento Parque Residencial Florence", situado na localidade de Volta Grande, Rua Manoel Raimundo, neste Município, com área total de 134.617,03 m2:

- Lotes nºs 08, 09, 10, 11, 18 e 19 da quadra A;
- Lotes nºs 04, 05, 06, 07, 12 e 13 da quadra B;
- Lotes nºs 08, 09, 14, 24, 25 e 31 da quadra C;
- Lotes nºs 06, 07, 12, 20, 21 e 28 da quadra D;
- Lotes nºs 04, 05, 16, 17, 22 e 23 da quadra E;
- Lotes nºs 04, 05, 08, 09 e 10 da quadra F.

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade da empresa loteadora para implantação das ruas no loteamento são:

a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os

respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;

e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela CELESC;

f) rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

h) sistema sanitário conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantido que seja mantido o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º De acordo com o art. 74 da Lei Complementar Municipal nº 135/08 deverão ser implantadas pelo empreendedor até o final do prazo de 02 (dois) anos, caso não haja iniciativa do Poder Público, a título de medida compensatória:

a) implantação de nova ponte na Rua Manoel Raimundo sobre o ribeirão existente para acesso ao loteamento;

b) execução de pavimentação no trecho em frente ao terreno a ser loteado;

c) implantação de um parque ciliar contendo pista de caminhada, mobiliário urbano e espaços de recreação na área frontal do terreno.

Art. 5º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 6º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas de terras caucionadas, dadas em garantia.

Art. 7º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 02/2011, alterado pelo Alvará de Loteamento nº 006/2014.

Art. 8º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.662/11.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

LAURECI SERPA JUNIOR  
Superintendente do Instituto Brusquense de Planejamento

- IBPLAN

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.518, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO nº 7.518, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Cauciona áreas de terras do "Loteamento Residencial Multifamiliar e Comercial Próspero Cadore" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica caucionado em favor do Município de Brusque, o lote de terra abaixo especificado, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, no livro 2, matrícula nº 65.841, conforme processo protocolado no Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade (nº 4660/10), de propriedade de SOUZA FILHO EMPREENDIMENTOS LTDA., como garantia da correta execução das obras de arruamento e infra-estrutura do "Loteamento Residencial Multifamiliar e Comercial Próspero Cadore", localizado na Rua Alberto Muller, Limeira, Brusque-SC, neste Município, com área total de 366.095,18 m2:

-Lote nº 409 da quadra 2;

Art. 2º As obras a serem realizadas sob responsabilidade da empresa loteadora para implantação das ruas no loteamento são:

a) abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

b) demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

c) implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

d) pavimentação das pistas de rolamento das vias;

e) rede de energia elétrica e iluminação pública aprovada pela CELESC;

f) rede de água potável conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

g) rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

h) sistema sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

i) recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram.

j) visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantindo que seja mantido o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação.

Art. 3º As obras mencionadas no artigo anterior serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 4º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas de terras caucionadas, dadas em garantia.

Art. 6º Os usos admitidos, os índices urbanísticos e as construções a serem edificadas no presente Loteamento, obedecerão ao disposto no Plano Diretor do Município, contando ainda com as diretrizes urbanísticas, conforme memorial descritivo aprovado, constante do Alvará para Loteamento nº 01/2011, alterado pelo Alvará para Loteamento .nº 005/2014.

Art. 7º O Loteamento deverá ser executado de acordo com os projetos e memoriais descritivos aprovados, sujeitando-se o proprietário do referido Loteamento às determinações e penas estabelecidas pelo Plano Diretor do Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.431/11.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

LAURECI SERPA JUNIOR  
Superintendente do Instituto Brusquense de Planejamento - IB-PLAN

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Extrato Processo Licitatório 044/2014 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 044/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 044/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de mão de obra de pedreiro e servente para reforma da ETA Central. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 11 de novembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)  
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### **Portaria Nº 9.402, de 24 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.402, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

PSICÓLOGO
LUCIANA OLIVEIRA DE JESUS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Caçador

## PREFEITURA

### Portaria Nº 24.718

PORTARIA Nº 24.718, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 24.507, de 08 de Setembro de 2014, que colocou à disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador - SDR, a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUEHL, com efeitos a contar de 20 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.719

PORTARIA Nº 24.719, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar nº 93, de 29 de Dezembro de 2006,

#### RESOLVE:

COLOCAR à disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUEHL, ocupante do cargo de Chefe Serviço Desenvolvimento da Comunidade, lotada na Secretaria de Administração, com ônus para o Município, com efeitos a contar de 20 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Decreto Nº 6.151/2014

DECRETO Nº 6.151, de 09 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador, 1ª Revisão, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais do saneamento básico e o Decreto Federal nº 7.217/2010 que a regulamentou, e a Lei Municipal nº 279 de 16 de julho de 2014 que estabeleceu a Política Municipal de Saneamento Básico,

#### DECRETA:

Art.1º Fica aprovada a 1ª Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais no Município de Caçador, elaborado em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e o Decreto Federal nº 7.217/2010 que a regulamentou, e a Lei Municipal nº 279 de 16 de julho de 2014.

Parágrafo único - O Anexo Único é a Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico, submetida à Audiência Pública em 26 de junho de 2014 e aprovada pelo Conselho Consultivo de Saneamento Básico.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal de Caçador e os prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano de Saneamento Básico, nos termos do art.19, da Lei Federal nº 11.445/2007, competindo à Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços a verificação do seu cumprimento.

Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas do Plano instituído por esta Lei, através de gestores do Plano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 12/2014-Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 12/2014, Processo de Licitação nº 126-2014, Objeto. Contratação dos palestrantes: Maria Tereza Costa, CPF - 170.427.809-06 Pelo Valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), UNILEHU- Yvy Karla Abbade CNPJ - 10.852.743/0001-4306, Pelo Valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Cleonice Machado de Pellegrini, CPF - 399.008.430-5306, Pelo Valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e Marcolino Gomes de Oliveira Neto, CPF - 571.181.759-00, para Ministrar Palestras durante o Seminário de Educação Inclusiva, a realizar-se no período de 27 á 31 de outubro de 2014-10-24

Caçador, 23 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal



**Decreto Nº 6.169/2014**

DECRETO Nº 6.169, de 20 de outubro de 2014.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ANTÔNIO CARLOS CASTILHO e CARLOS ANTONIO SOTEL, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos veículos, máquinas e bens inservíveis abaixo relacionados, no estado em que se encontram, para posteriormente serem levados a leilão:

I. Um britador móvel 50x30 marca série 048. CCM. Conjunto completo. Com rodado duplo na traseira e simples na frente. Ano 2011. Com 545 horas de trabalho. Estado de conservação bom. Código 31.326. No estado em que se encontra;

II. Uma Máquina Motoniveladora HWB Scânia, modelo 165 s ano 1979. Conservação regular. Motor bom. Pneus Meia vida. Código 19880. No estado em que encontra;

III. Um veículo Corsa LS Classic 2010. Placas MGZ-6087. Veículo tombado e recuperado. Código nº 30.123. Estado de conservação regular. No estado em que se encontra;

IV. Um veículo Fiat Doblo ELX Flex. Ano 2006. Placas MGC-3052. 07 passageiros. Estado de conservação regular. Código nº 27.230. No estado em que se encontra;

V. Um rolo de pneu MULLER. 7 pneus. Modelo Serial 1600059 AP21. Ano 1978. Máquina nº 65. Código. 27.460. Rodando. Estado de conservação regular. No estado em que se encontra;

VI. Um veículo Fiat Uno Mille Fire Flex. 2008/2008. Placas MET-0466; 160.000 km. Código. 29005. Estado de conservação regular. No estado em que se encontra;

VII. Uma moto Honda CG 125 Cargo. Ano 2002/2003. Placas MCT-4309. 75.000 km. Código nº 28.051. Estado de conservação regular. Rodando. No estado em que se encontra;

VIII. Uma moto Honda CG 125 Cargo. Ano 2002/2003. Placas MCT-4219. 78.000 km, Código nº 28.052 Estado de conservação regular. Rodando. No estado em que se encontra;

IX. Um veículo Fiat Fiorino IE 2p. Placas MCR-4143. Ano 2006/2006. 79.000 km. Código nº 27.457. Estado de conservação regular. No estado em que se encontra.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.634**

PORTARIA Nº 24.634, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Razão	Período da Contratação
Eliane Silva Klein Ariatti	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	06/10/2014 a 19/12/2014
Ermelinda Teresinha Garcia Carneiro	Professora de 1º ao 5º ano	1.1/A	20	EMEB Hilda Grannemann de Sousa	Vaga Transitória	01/10/2014 a 19/12/2014
Fabiane da Silva	Professora de Inglês	1.1/A	15	EMEB Hilda Grannemann de Sousa	Vaga Excedente	11/09/2014 a 19/12/2014
Mariana Susin Frigotto	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga vinculada Iracy Berti, disposição Laboratório de Informática	15/10/2014 a 19/12/2014
Priscila Teresinha Ferreira	Professora de Matemática	1.1/A	22	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga vinculada Fabiana Daufenbach, Licença Tratamento de Saúde	30/09/2014 a 20/11/2014
Thays Aparecida de Jesus	Professora de Inglês	1.1/A	16	12h – EMEB Morada do Sol 04h – EMEB Pe. José Chamot	12h – Vaga vinculada Paulo Moraes – PMC 04h – Vaga Excedente	01/10/2014 a 19/12/2014
Viviane Nancy Gonchoreki	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Esperança	Vaga Excedente	26/09/2014 a 19/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.635

PORTARIA Nº 24.635, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, as cidadãs, a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Agnese Aparecida Filipini Chaves	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga vinculada Lenira Carneiro Ruppel, Licença Tratamento de Saúde	06/10/2014 a 20/10/2014
Anna Paula Spegiorin	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Transitória	01/10/2014 a 19/12/2014
Janice Muniz de Moura Ribeiro	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga vinculada Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde	22/09/2014 a 10/11/2014
Juliana Aparecida Guedes dos Santos Cardoso	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	CMEI Santa Clara	Vaga vinculada Jucelaine T. Pereira, Licença Tratamento de Saúde	20/10/2014 a 12/11/2014
Karina Padilha	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga vinculada Eliane Peretti, Licença Tratamento de Saúde	26/09/2014 a 13/11/2014



Laisa Tatiane Martins	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga vinculada Maria Lídia Medeiros, Licença Tratamento de Saúde	24/09/2014 a 19/12/2014
Layde Sebastiana de Souza	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga vinculada Marlene Baziuk, Licença Tratamento de Saúde	30/09/2014 a 28/11/2014
Marli da Cruz	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga vinculada Bruna Padilha, Coordenação	26/09/2014 a 19/12/2014
Mauro César Hoffmann	Secretário Escolar	3.4/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga vinculada Márcio Coelho - PMC	01/10/2014 a 19/12/2014
Rodrigo Costa	Professor de Ed. Física	1.3/A	12	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga vinculada Eliane Lapoli, Licença Tratamento de Saúde	20/10/2014 a 19/12/2014
Rosani Aparecida Moraes Rosa	Auxiliar de Creche	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga vinculada Bernadete Chiesa Carlin do Prado	07/10/2014 a 21/11/2014
Rubia Marluza Gomes	Professora de 1º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga vinculada Deise Biasoli, Licença Tratamento de Saúde	16/10/2014 a 20/11/2014
Silmara Castilho	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga vinculada Marinez Osório, Licença Tratamento de Saúde	08/10/2014 a 17/11/2014
Vera Regina Kreling	Professora de Inglês	1.3/A	28	12h – EMEB Irmão Venâncio José 16h – EMEB Tabajara	Vaga vinculada Carmen Castilho, Licença Tratamento de Saúde	09/10/2014 a 21/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.675

PORTARIA Nº 24.675, de 08 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Ilse Maria Schimdt Driessen	Médica	39	20h	Falta de Servidores concursados	08/10/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Portaria Nº 24.728**

PORTARIA Nº 24.728, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Mariza Aparecida Moraes	Professora Monitora	02	20h	Falta de Servidores concursados	22/10/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**Resolução Nº46/2014 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 46/2014 de 24 de outubro de 2014

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento para adultos e famílias em situação de rua.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o Termo de Aceite 2014- Serviço de Acolhimento institucional para adultos e famílias.

CONSIDERANDO o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias, Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, previsto na Resolução 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS), Resolução CIT nº 02, de 03 de abril de 2014 e Resolução 11, de 17 de abril de 2014.

CONSIDERANDO o Fórum realizado em 20 de outubro de 2014 nas dependências da Secretaria Municipal de Educação- Salão Nobre.

CONSIDERANDO a apresentação e discussão do Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento para adultos e famílias em situação de rua em Reunião Extraordinária no dia 24 de outubro de 2014, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, Ata nº 238.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento para adultos e famílias em situação de rua.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 24 de outubro de 2014.

ANDREIA TERESINHA DE ALMEIDA  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Anexo Único / Decreto Nº 6.151/14**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR**  
ESTADO DE SANTA CATARINA



## **VERSÃO FINAL DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAÇADOR - PMSB**

1ª REVISÃO DO PMSB - CONTRATO 015/2013

Elaboração



Florianópolis, julho de 2014.

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. PLANEJAMENTO E CARACTERÍSTICAS GERAIS .....</b>	<b>8</b>
2.1. INTRODUÇÃO .....	8
2.2. METODOLOGIA .....	8
2.2.1. Delimitação das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento .....	9
2.2.2. Detalhamento das Fases de Execução dos Serviços .....	10
2.3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....	16
2.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE CAÇADOR .....	17
2.4.1 Meio Físico .....	18
2.4.2 Meio Biótico .....	25
2.4.3 Meio Socioeconômico .....	27
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
<b>3. DIAGNÓSTICO SOCIAL .....</b>	<b>32</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	32
3.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO .....	32
3.2.1 Demografia .....	32
3.2.2 Economia .....	48
3.2.3 Mobilização Social .....	50
3.2.4 Educação .....	50
3.2.5 Saúde .....	52
3.2.6 Habitação .....	56
3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
<b>4. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ....</b>	<b>57</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	57
4.2. SISTEMAS EXISTENTES E SUA ABRANGÊNCIA .....	57
4.3. CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS OPERADOS PELA CASAN NA SEDE URBANA .....	58
4.3.1 Mananciais e Disponibilidade Hídrica .....	59
4.3.2 Mananciais Alternativos .....	62
4.3.3 Diagnóstico das Unidades dos Sistemas .....	64
4.3.4 Padrões de Qualidade da Água .....	91
4.3.5 Prognóstico de Demandas .....	95
4.3.6 Política Tarifária e Regulação .....	97
4.3.7 Receitas Despesas e Resultados .....	98
4.4. OUTROS SISTEMAS COLETIVOS DE ABASTECIMENTO NA ÁREA URBANA .....	100
4.4.1 Sistemas Coletivos Identificados .....	102
4.4.2 Índice de Atendimento dos Sistemas Coletivos .....	105
4.4.3 Recomendações .....	105
4.5. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA OPERADO PELA CASAN NA ÁREA URBANA DO DISTRITO DE TAQUARA VERDE .....	106
4.6. ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAIS .....	111

4.7. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE 2009 E SUAS PROPOSTAS DE INVESTIMENTOS .....	112
4.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
<b>5. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO .</b>	<b>122</b>
5.1 INTRODUÇÃO .....	122
5.1.1 Aspectos Históricos .....	123
5.2. CONCEITOS BÁSICOS .....	127
5.2.1 Fundamentos do Esgotamento Sanitário .....	127
5.2.2 Quantidade e Composição do Meio Transportado .....	129
5.3. SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CAÇADOR .....	131
5.3.1 Sistemas Existentes .....	131
5.3.2 Situação Atual das Áreas Sem Sistemas de Esgotos Sanitários .....	140
5.3.3 Projetos Existentes para Áreas sem Esgotamento Sanitário .....	143
5.3.4 Estudos Isolados .....	154
5.3.5 Irreversibilidade das Soluções .....	155
5.3.6 Política Tarifária .....	156
5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....	157
5.5. FONTES DE CONSULTA .....	159
<b>6. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>160</b>
6.1. INTRODUÇÃO .....	160
6.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	160
6.2.1 Legislação .....	161
6.2.2 Classificação .....	165
6.2.3 Prestação dos Serviços Públicos .....	168
6.3. DIAGNÓSTICOS .....	169
6.3.1 Resíduos de Limpeza Pública .....	169
6.3.2 Resíduos Domiciliares Recicláveis (Secos) .....	174
6.3.3 Resíduos Domiciliares (Úmidos) .....	179
6.3.4 Geração de Resíduos Sólidos Urbanos (domiciliares e de limpeza urbana) .....	183
6.3.5 Resíduos dos Serviços Saúde (RSS) .....	188
6.3.6 Resíduos Domiciliares Especiais .....	191
6.3.7 Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços .....	193
6.3.8 Resíduos da Construção Civil .....	193
6.4. TECNOLOGIAS PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS .....	197
6.5. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES E METAS PROPOSTAS NO PMSB 2009 .....	199
6.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	200
<b>7. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS .....</b>	<b>202</b>
7.1. INTRODUÇÃO .....	202
7.2. DESENVOLVIMENTO DA DRENAGEM URBANA .....	202

## Versão Final do PMSB de Caçador

4

7.2.1 Histórico .....	202
7.2.2 Novos Conceitos de Drenagem Urbana .....	203
7.2.3 Questões Legais e Ambientais .....	205
7.3. DIAGNÓSTICO .....	207
7.3.1 Componentes do Sistema de Drenagem .....	207
7.3.2 Relevô.....	208
7.3.3 Coleta de Dados .....	209
7.3.4 Áreas de Risco de Inundação.....	210
7.3.5 Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem.....	212
7.3.6 Funcionalidade do Sistema de Drenagem.....	212
7.3.7 Redes Existentes e Índice de Cobertura.....	213
7.3.8 Projetos.....	213
7.3.9 Metodologia para as Áreas Problema .....	222
7.3.10 Análises das Áreas Problema .....	224
7.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	248
7.4.1 Da Materialização das Propostas .....	249
7.4.2 Irreversibilidade das Soluções .....	249
7.4.3 Confiabilidade e Segurança das Soluções.....	249
7.4.4 Macrodrenagem.....	250
7.4.5 Detenção e Permeabilidade .....	252
7.4.6 Remuneração dos Serviços .....	252
7.4.7 Recomendações .....	253
<b>8. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NA ELABORAÇÃO DO PMSB .....</b>	<b>255</b>
<b>9. CONTROLE SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PMSB .....</b>	<b>256</b>
9.1. REUNIÕES COMUNITÁRIAS .....	256
9.2. PESQUISA DE SATISFAÇÃO .....	257
9.3. REUNIÕES COM CONSELHO CONSULTIVO DE SANEAMENTO.....	260
9.4. AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	261
<b>10. CENÁRIOS .....</b>	<b>262</b>
10.1. POPULAÇÃO .....	263
10.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	266
10.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO .....	271
10.4. LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS .....	282
10.5. DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS .....	285
<b>11. OBJETIVOS GERAIS.....</b>	<b>287</b>
<b>12. PLANO DE METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.....</b>	<b>288</b>
12.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....	288
12.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	291
12.3. SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....	292
12.4. SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS .....	293
12.5. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PMSB - CRONOGRAMAS FINANCEIROS.....	295



<b>13. HIERARQUIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS.....</b>	<b>300</b>
<b>14. AÇÕES DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS .....</b>	<b>301</b>
<b>15. INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS E PLANOS NACIONAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS .....</b>	<b>310</b>
<b>16. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO .....</b>	<b>311</b>
16.1. ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO .....	311
16.2. INDICADORES SETORIAIS .....	312
16.2.1 Abastecimento de Água .....	313
16.2.2 Esgotamento Sanitário .....	316
16.2.3 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos .....	326
16.2.4 Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais.....	327
<b>17. DIVULGAÇÃO DO PLANO .....</b>	<b>330</b>
<b>18. REGULAÇÃO .....</b>	<b>331</b>
<b>19. MODELOS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>332</b>
<b>20. SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS.....</b>	<b>333</b>
<b>21. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>335</b>
<b>22. ANEXOS .....</b>	<b>336</b>
<b>23. FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>338</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório traz a Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador (PMSB), desenvolvido conforme Termo de Referência do Contrato Administrativo nº 15/2013 firmado com a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Caçador.

Este relatório, além de seu conteúdo específico, inclui também todos os produtos desenvolvidos ao longo da execução do contrato, ou seja, os relatórios de planejamento e características gerais, o diagnóstico social e os diagnósticos setoriais dos quatro serviços de saneamento básico, todos atualizados.

Atendendo ao que estabelece a legislação quanto ao princípio fundamental "Controle Social" das ações de saneamento básico, após aprovação da Versão Preliminar do PMSB apresentada ao Conselho Consultivo de Saneamento, esta foi levada à Audiência Pública do dia 26 de junho de 2014, e teve o integral acolhimento, sem restrições de qualquer natureza. Assim esta Versão Final do PMSB reproduz na íntegra o conteúdo da Versão Preliminar, apenas aprimorando a forma de sua apresentação.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a Regulação dos Serviços e o Controle Social são as peças centrais das políticas públicas municipais de saneamento básico definidas na Lei Federal nº 11.445/2007 e Decreto Federal nº 7.217/2010. O PMSB é o instrumento que norteará os programas, projetos e ações do poder público nesta área, legitimado pela transparência dos processos decisórios e pela participação da sociedade na sua elaboração, com mecanismos eficazes de controle social, subordinando as ações de saneamento ao interesse público conforme estabelecido no texto legal.

O princípio fundamental "Eficiência e Sustentabilidade Econômica", das políticas públicas de saneamento básico, remete ao estabelecimento de tarifas e taxas para todos os serviços de saneamento básico de maneira que estes tenham receita própria adequada às necessidades de prestação dos serviços e de investimentos.

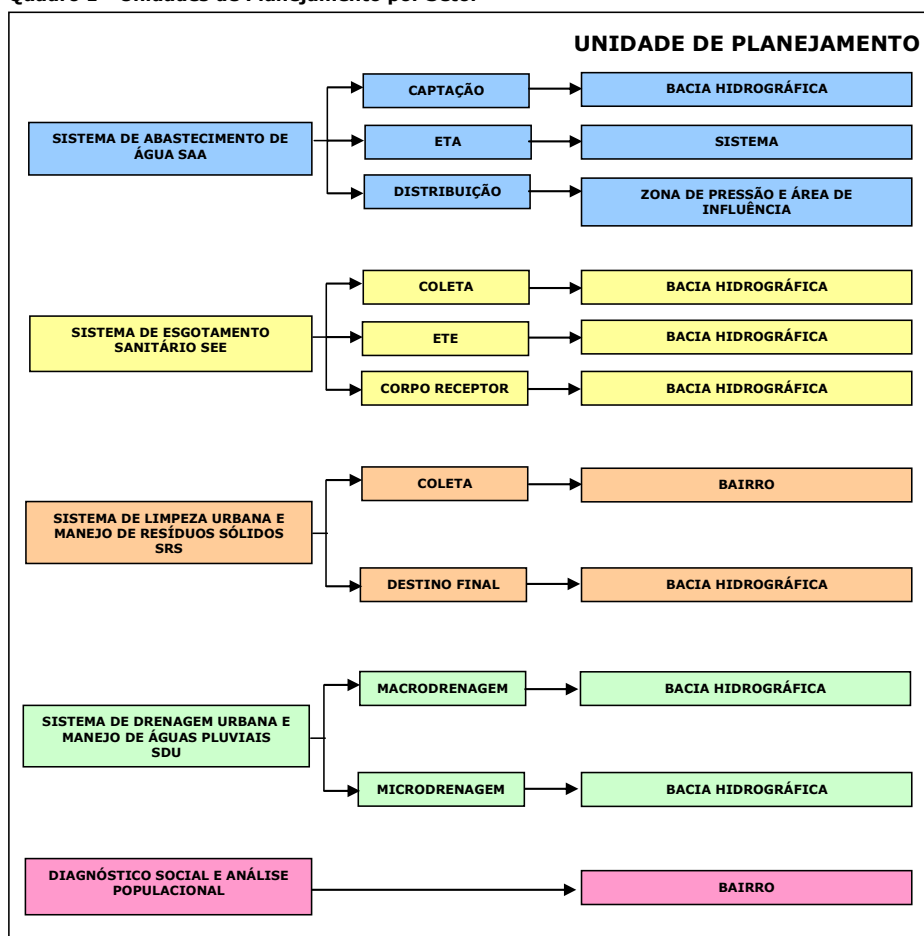
A metodologia de desenvolvimento do PMSB contemplou unidades de planejamento conforme concebido inicialmente (reproduzida no Quadro 01), mas foi em parte prejudicada pelo fato de que muitos dados obtidos foram globais, sem subdivisões em unidades territoriais.

Os diagnósticos deste PMSB foram desenvolvidos com base nas informações obtidas:

- Do operador do sistema de abastecimento de água - CASAN;
- Das empresas prestadoras de serviços;
- Dos órgãos municipais, estaduais e federais, ligados ao saneamento básico;
- Em levantamentos de campo;

- Da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;
- Em reuniões comunitárias;
- Em reuniões com o Conselho Municipal de Saneamento;
- Em pesquisas a trabalhos, estudos e documentos;
- Em experiências anteriores desta consultora.

Quadro 1 - Unidades de Planejamento por Setor



## **2. PLANEJAMENTO E CARACTERÍSTICAS GERAIS**

### **2.1. INTRODUÇÃO**

O PMSB juntamente com outros Planos Municipais, disciplinará a ocupação do espaço urbano e deverá ser, de forma permanente, monitorado para periódicas revisões de ajustamento. A revisão de ajustamento que agora se inicia atende ao definido no Artigo 19, § 4º, que estabelece revisão periódica em prazo não superior a 4 anos, visto que o plano de saneamento básico teve sua elaboração em meados de 2009, por esta mesma consultora.

Este item 2 do PMSB, denominado no Termo de Referência de elaboração do PMSB de Produto A, contempla: a delimitação das bacias hidrográficas elementares; a delimitação das unidades territoriais de análise e planejamento para cada serviço público de saneamento básico; e as características gerais do município. Abrange também a sistematização das discussões, dos encaminhamentos, previsões para entrega dos produtos e atividades desenvolvidas com detalhamento de cada fase do planejamento.

O controle social definido para elaboração do plano, e previsto no termo de referência, será exercido através do conselho consultivo de saneamento, das reuniões comunitárias e de audiência pública. No dia 18 de setembro de 2013, na reunião precursora dos trabalhos realizada na FUNDEMA com a presença do seu presidente, Engº Luiz Gustavo Pavelski, da diretora de meio ambiente Engª Raquel Gomes de Almeida e do Engº Pedro Antônio Masiero, foi definida, embora não previsto anteriormente, a realização de pesquisa de satisfação com os serviços de saneamento básico, através de agentes de saúde do município, conforme modelo apresentado para exame e adequação. Nesta reunião o Presidente designou a Engª Raquel como a coordenadora do município na condução dos trabalhos de revisão do PMSB.

Na reunião precursora mencionada no parágrafo anterior foram também elencadas as informações técnicas e operacionais necessárias à revisão do plano no segmento de abastecimento de água, a serem solicitadas da CASAN, visto as formalidades requeridas por aquela empresa. O titular da CASAN em Caçador foi cientificado do início dos trabalhos e foi agendada para a primeira quinzena de outubro a visita às unidades componentes do sistema de abastecimento de água.

### **2.2 METODOLOGIA**

O Guia de Elaboração de Planos de Saneamento Básico do Ministério das Cidades e o Termo de Referência – TR, recomendam que as unidades territoriais de análise e planejamento sejam as bacias hidrográficas elementares do Município. Entretanto, muitas informações, elementos técnicos, operacionalizações e propostas de intervenções são feitas por região administrativa ou de abrangência técnica, diferentes das bacias elementares, o que inviabiliza o uso destas como unidades territoriais de análise e planejamento de forma

indiscriminada nos sistemas que integram o saneamento básico. A transformação de dados das unidades territoriais, em que são disponibilizados, para bacias elementares os fragilizaria e em alguns casos dificultaria a interpretação destes dados. Considerando o exposto serão apresentadas as bacias elementares, mas a escolha das unidades territoriais e de planejamento se darão observando as peculiaridades de cada sistema e a formatação adequada aos dados disponíveis.

A abrangência do plano de saneamento básico será todo o território municipal, conforme determina o princípio fundamental de universalização dos serviços de saneamento básico estabelecido na Lei Federal no 11.445/2007, sendo na integralidade dos serviços para a área urbana e o atendimento da área rural com as soluções individuais e ou adequadas às peculiaridades de localização e distribuição da população.

### **2.2.1. Delimitação das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento**

Na elaboração deste Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) foram definidas as unidades de planejamento para cada um dos serviços públicos oferecidos, conforme as particularidades identificadas em Caçador, e abaixo apresentadas:

Sistema de Abastecimento de Água – Os mananciais superficiais têm como unidade de planejamento as bacias hidrográficas onde estão inseridos, mas a análise da distribuição de água tem necessariamente que ser desenvolvida conforme áreas de influência de reservatórios e zonas de pressão, que nem sempre estão contidas dentro de uma mesma bacia ou sub-bacia.

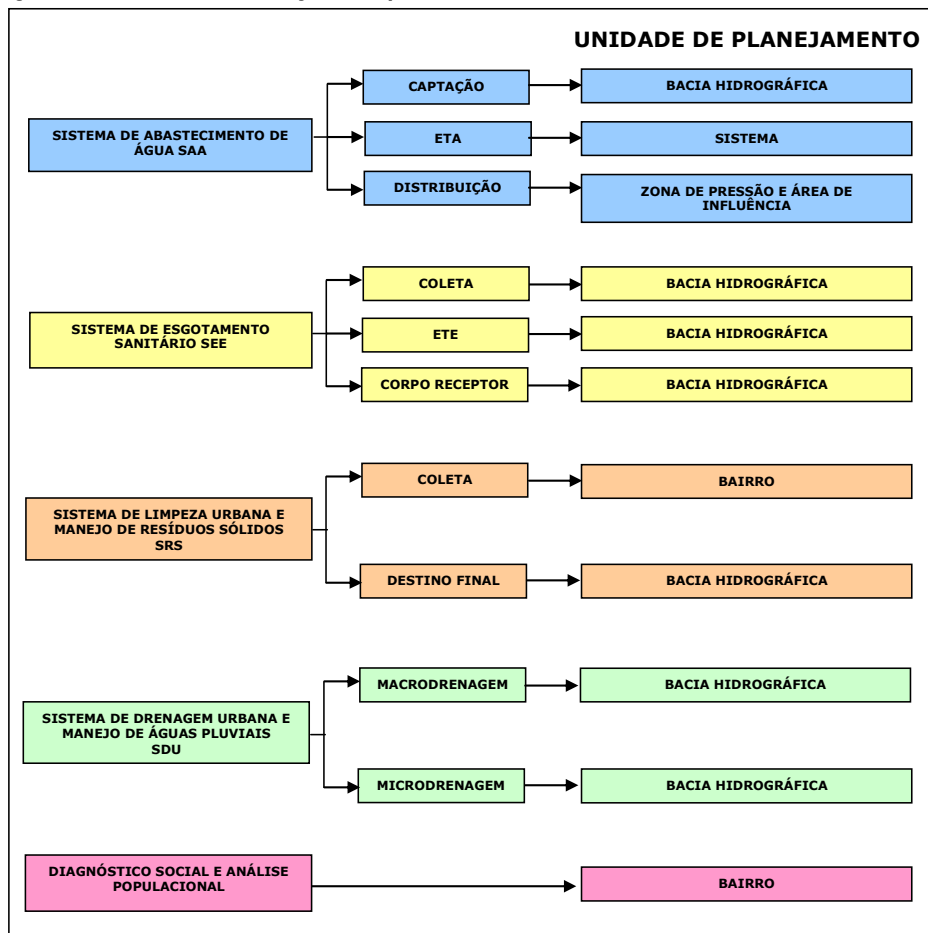
Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – A coleta de resíduos sólidos está orientada por bairros e não tem como limite de ação a divisão por bacias hidrográficas. O destino final é a disposição em aterro sanitário localizado no município de Caçador.

Diagnóstico Social e Análise Populacional - Os dados para o desenvolvimento do diagnóstico social e análise populacional estão disponíveis por bairros e a sua transformação para análise por bacia agrega erro, pois os limites destes não são definidos por divisores de água. O IBGE utiliza a sua própria divisão territorial por setores censitários, dentro dos limites estabelecidos pela lei municipal de bairros, de forma que cada setor se encontra sempre inserido dentro de um só bairro. Assim um bairro é formado sempre pela articulação dos setores censitários nele inseridos.

O Sistema de Drenagem Urbana terá a sua análise e planejamento baseados nas sub-bacias hidrográficas da área urbana, agregadas as contribuições das regiões extra perímetro urbano, quando existentes.

As unidades territoriais de análise e planejamento do Sistema de Esgotos Sanitários também coincidem com as sub-bacias hidrográficas do perímetro urbano.

Quadro 2 - Unidades de Planejamento por Setor



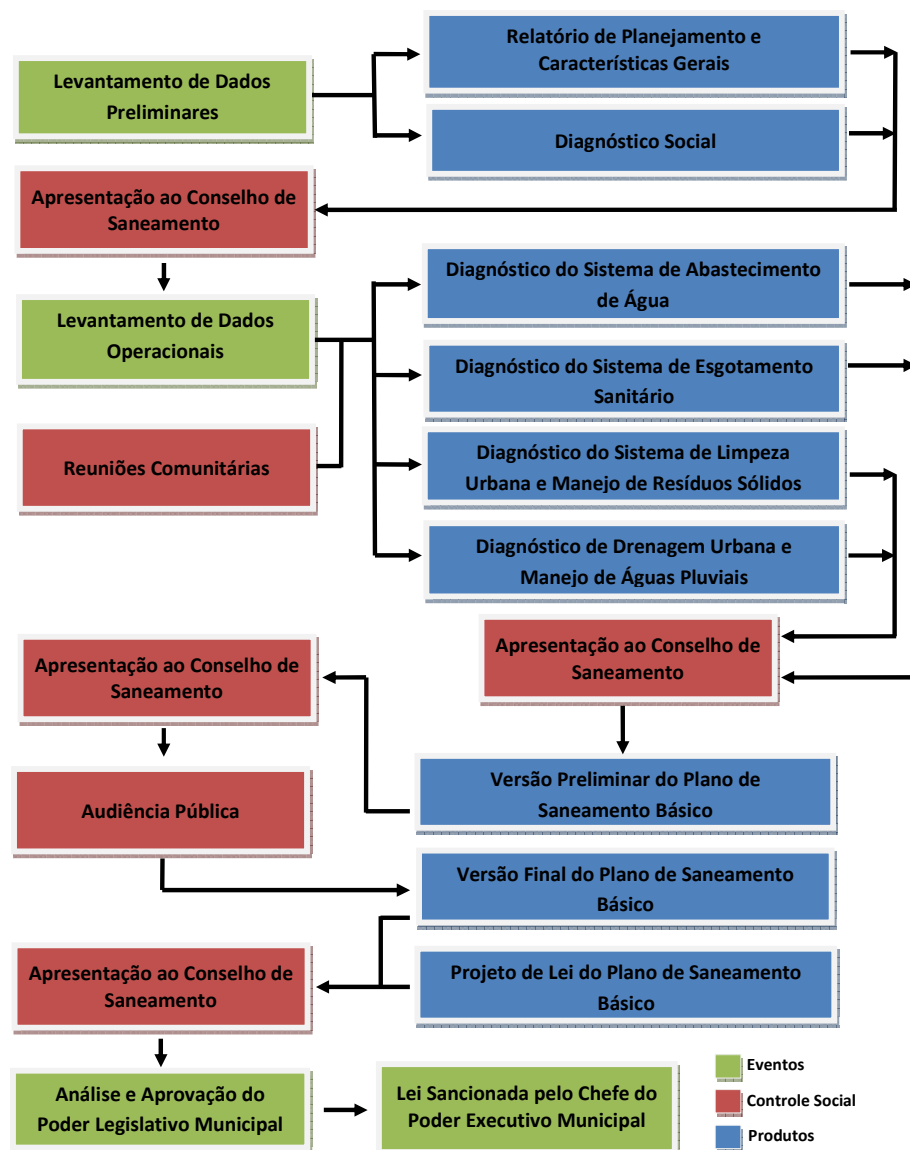
### 2.2.2. Detalhamento das Fases de Execução dos Serviços

As diferentes fases de elaboração dos produtos esperados, conforme Termo de Referência de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caçador, devem seguir o fluxograma a seguir apresentado:



Versão Final do PMSB de Caçador

11



### 2.2.2.1. Levantamento de Dados Preliminares e Dados para Diagnósticos

A base de fundamentação para desenvolvimento do PMSB está em consistentes diagnósticos setoriais. Os diagnósticos serão estruturados de modo a caracterizar, num primeiro momento, a situação atual e numa segunda etapa assumindo uma configuração prospectiva. Os diagnósticos deverão também permitir hierarquizar as ações saneamento de acordo com a sua importância para que, em fase posterior sejam definidas as intervenções prioritárias. Como critérios objetivos de elegibilidade e prioridades nas ações de saneamento, serão adotados fatores como: índice de cobertura dos serviços; nível de renda; grau de

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

urbanização; concentração populacional; disponibilidade hídrica; riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais e qualidade dos serviços, não necessariamente nesta ordem de apresentação.

O levantamento de dados se processará através de consulta aos: órgãos oficiais (EPAGRI, IBGE, SDS, SPG, ANA, CNES, CAGED, SNIS, Secretarias Municipais, Vigilância Sanitária); Planos Municipais existentes ou em elaboração (Plano Diretor Municipal, Plano de Habitação, Planos de Resíduos da Saúde, Construção Civil e outros); e Legislações vigentes (Federal, Estadual e Municipal). Estas consultas serão realizadas através dos sites disponíveis e quando necessário diretamente nos órgãos listados. O levantamento de dados operacionais será realizado por consulta aos órgãos responsáveis pela execução e fiscalização dos serviços de saneamento, através de visitas de campo e solicitação de estudos, projetos, dados e informações necessárias para a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Nesta fase é fundamental o envolvimento do Titular dos Serviços Públicos, através da Eng<sup>a</sup> Raquel designada como coordenadora do município na condução dos trabalhos de revisão do PMSB, na obtenção dos dados necessários, visto dificuldades encontradas em experiências anteriores desta Consultora.

#### **2.2.2.2. Controle Social**

O Controle Social se efetivará através do acompanhamento dos trabalhos pelo Conselho Consultivo de Saneamento Básico, por reuniões comunitárias, e por consultas à população através de pesquisa de satisfação com os serviços prestados e de Audiência Pública para análise e contribuições à Versão Preliminar do Plano de Saneamento Básico. Todos os eventos serão registrados em atas, com fotografias e listas de presença dos participantes, realizada pelo município com o apoio desta Consultora. As informações colhidas junto aos participantes das reuniões serão incorporadas aos diagnósticos específicos, com o devido filtro técnico, garantindo a participação da sociedade na fase de elaboração dos diagnósticos setoriais. Os resultados finais serão consolidados na Versão Final do Plano de Saneamento Básico (PMSB) que será submetida ao Conselho de Saneamento Básico para aprovação, a qual após aprovada será encaminhada para apreciação do Legislativo Municipal.

Estão previstas 6 reuniões comunitárias com datas já definidas para a primeira quinzena de outubro, conforme abaixo apresentado, em locais e horários a serem definidos:

- Dia 08/10/2013 - Bairro Bello, agregando os bairros Gioppo, Rancho Fundo e São Cristóvão.
- Dia 08/10/2013 - Bairro Martello, agregando os bairros Bom Sucesso, Aeroporto e Industrial.
- Dia 09/10/2013 - Bairro Berger, agregando os bairros Alto Bonito, Paraíso e Figueroa.
- Dia 09/10/2013 - Bairro Dos Municípios, agregando os bairros Reunidas, Bom Jesus, Sorgatto e Champagnat.

- Dia 10/10/2013 – Bairro Santa Catarina, agregando os bairros Kurtz e Nossa Senhora Salete.
- Dia 10/10/2013 – Centro, agregando o Bairro DER.

No dia 08/10/2013 as 14:00 h este produto A e o produto B serão apresentados ao Conselho Consultivo de Saneamento.

#### **2.2.2.3. Política do Setor de Saneamento Básico**

- LEI FEDERAL Nº 9.984 de 17/07/00 - Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Água – ANA.
- LEI FEDERAL Nº 9.433 de 08/01/97 - Institui a política de recursos hídricos, cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- LEI FEDERAL Nº 6.050 de 24/05/74 - Dispõe sobre a fluoretação da água em sistema de abastecimento quando existir \estação de \tratamento.
- LEI FEDERAL Nº 9.433 de 08/01/97 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
- LEI FEDERAL Nº 9.605 de 12/02/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- LEI FEDERAL Nº 11.445 de 05/01/07 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.
- LEI FEDERAL Nº 12.305, de 02/08/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- LEI FEDERAL Nº 10.308, de 20/11/01 - Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.
- LEI FEDERAL Nº 9.433, de 08/01/97 - Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- DECRETO FEDERAL Nº 76.872, de 22/12/75 - Regulamenta a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas públicos e abastecimento.
- DECRETO FEDERAL Nº 6.514, de 22/07/08 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
- DECRETO FEDERAL Nº 7.217, de 21/06/10 - Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
- DECRETO FEDERAL Nº 7.404, de 23/12/10 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

- PORTARIA Nº 2.914 de 12/12/11 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 274 de 29/11/2000 - Define a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa dos níveis de qualidade, avaliados por parâmetros e indicadores específicos.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357 de 17/03/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430 de 13/05/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 05 de 15/06/88 - Trata do licenciamento de obras de saneamento.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 de 19/12/97 - Define as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 375 de 29/08/06 - Define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 377 de 09/10/06 - Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistema de Esgotamento Sanitário.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430 de 13/05/11 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução do CONAMA nº 357 de 2005.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, de 29/10/02 - Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, de 05/07/02 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 23, de 12/12/96 - Regulamenta, no território brasileiro, a aplicação das disposições da Convenção da Basileia, definindo os resíduos cuja importação e/ou exportação são permitidas ou proibidas, bem como as condições para que estas se realizem.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 316, de 29/10/02 - Disciplina os processos de tratamento térmico de resíduos e cadáveres, estabelecendo procedimentos operacionais, limites de emissão e critérios de desempenho, controle, tratamento e disposição final de efluentes, de modo a minimizar os impactos ao meio ambiente e à saúde pública, resultantes destas atividades.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 275, de 25/04/01 - Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 257, de 30/06/99 - Disciplina o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias usadas, no que tange à coleta,

reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final.

- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 258, de 26/08/99 - Determina que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 316, de 29/10/02 - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 308, de 21/03/02 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 283 de 12/07/01 - Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.
- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 334 de 03/03/03 - Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.
- RDC ANVISA 306, de 25/11/04 - Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- LEI ESTADUAL SC Nº 13.557, de 17/11/05 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos definindo as diretrizes e normas de prevenção da poluição, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente e da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Estado de Santa Catarina.
- LEI ESTADUAL SC Nº 14.675, de 13/04/09 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
- LEI ESTADUAL SC Nº 11.347, de 17/01/00 - Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de Resíduos Sólidos potencialmente perigosos, e dá outras providências.
- LEI ESTADUAL SC Nº 13.517, de 04/10/05 - Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e estabelece outras providências.
- DECRETO ESTADUAL SC Nº 14.250, 05/06/81 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental.

Versão Final do PMSB de Caçador

16

**2.3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 15/2013 FUNDEMA - REVISÃO DO PSB E ESTUDO DE VIABILIDADE - CAÇADOR 2013							
PRODUTOS		MESES					
		Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
<b>A</b>	Relatório Planejamento e Características Gerais						
<b>B</b>	Diagnóstico Social						
-	Apresentação ao Conselho Consultivo de Saneamento dos Produtos A e B						
-	Realização das 6 Reuniões Comunitárias para subsidiar a elaboração dos Produtos C, D, E e F.						
<b>C</b>	Diagnóstico e Prognóstico do Sistema de Abastecimento de Água						
<b>D</b>	Diagnóstico e Prognóstico do Sistema de Esgotamentamento Sanitário						
-	Apresentação ao Conselho Consultivo de Saneamento dos Produtos C e D						
<b>E</b>	Diagnóstico e Prognóstico do Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais						
<b>F</b>	Diagnóstico e Prognóstico do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos						
-	Apresentação ao Conselho Consultivo de Saneamento dos Produtos E e F						
<b>G</b>	Versão Preliminar da 1ª Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico						
-	Apresentação ao Conselho Consultivo de Saneamento do Produto G						
-	Audiência Pública para Apresentação da Versão Preliminar da 1ª Revisão do Plano de Saneamento Básico						
<b>H</b>	Versão Final da 1ª Revisão do Plano de Saneamento Básico						
<b>I</b>	Projeto de Lei da 1ª Revisão do Plano de Saneamento Básico						
-	Apresentação ao Conselho Consultivo de Saneamento da Versão Final do PSB revisado e da Minuta da Lei						
-	Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário						

\*Meses contados a partir da ordem de serviço &gt; 18 de Setembro de 2013

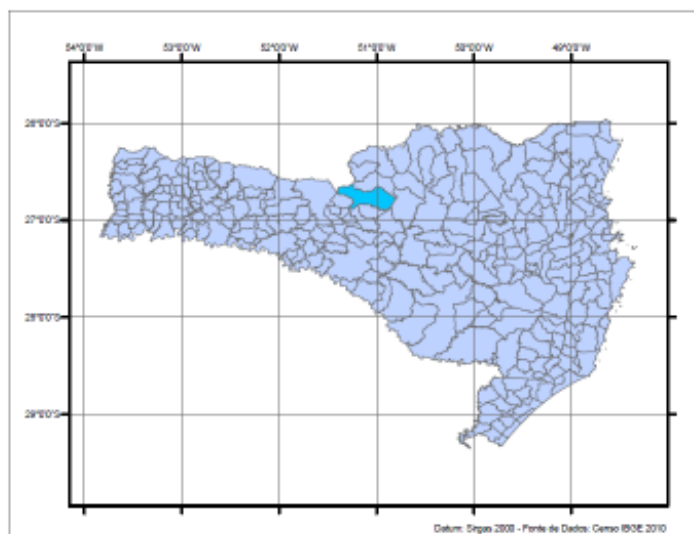
1ª Revisão do PMSB

julho/2014



## 2.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE CAÇADOR

O município de Caçador está localizado no meio oeste de Santa Catarina, na microrregião do Alto Vale do Rio do Peixe, entre os paralelos 26º e 27º de latitude sul e 50º e 52º de longitude oeste, distando 391 km da capital, Florianópolis. Integra a Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), sendo considerado centro administrativo e econômico da microrregião do Contestado, uma das áreas menos densamente habitadas do Estado de Santa Catarina.



**Mapa 1 - Localização do Município de Caçador**

O município apresenta extensão territorial de 983,51 km<sup>2</sup> (fonte: IBGE), com uma altitude média de 1000 metros acima do nível do mar, fazendo divisa com os municípios de Calmon, Lebon Régis, Rio das Antas, Videira, Arroio Trinta, Macieira e Água Doce, e com o Estado do Paraná.



**Mapa 2 - Municípios Vizinhos**

#### 2.4.1 Meio Físico

Os quatro acessos rodoviários para Caçador possuem pavimentação asfáltica: a SC-350 para oeste até BR-153 em Água Doce; SC-135 para o sul até a SC-355 em Videira, passando por Rio das Antas, a SC-135 para o norte até a BR-280 em Porto União, passando por Calmon e Matos Costa e a SC-350 para o leste até a BR-116 em Santa Cecília, passando por Lebon Régis.

A área urbana de Caçador está inserida na bacia hidrográfica do Rio do Peixe e a condução do Plano de Saneamento Básico de Caçador será compatível com o plano desta bacia, em atenção ao que estabelece a Lei Federal.

O Município de Caçador tem a área urbana da sede dividida administrativamente em 22 bairros. Conta com um distrito, Taquara Verde, com área urbana não subdividida em bairros. Os limites da área urbana de Caçador foram estabelecidos através da Lei Ordinária nº 1.192 de 22 de outubro de 1997 e se manteve inalterada na elaboração do Plano Diretor. O perímetro urbano de Taquara Verde não está legalmente constituído, embora o IBGE o tenha setorizado.

Os bairros que integram a sede municipal, apresentados no Mapa 03 são: Centro, Bello, Alto Bonito, Martello, Berger, Paraíso, Sorgatto, Bom Jesus, Reunidas, DER, Santa Catarina, Kurtz, Gioppo, Racho Fundo, São Cristóvão, Aeroporto, Industrial, Bom Sucesso, Figueroa, Champagnat, Dos Municípios e Nossa Sra. Salete (Lei de criação dos Bairros - no Anexo A 01). O distrito de Taquara Verde tem uma sede distrital enquadrada como área urbana pelo IBGE. A área rural do município está, parte agregada ao distrito de Taquara Verde e o restante é tratado com área rural de Caçador, sem divisão distrital.

Segundo a divisão territorial do Censo 2010, dos 983,51 km<sup>2</sup> de área total do Município, 45,4 km<sup>2</sup> correspondem a áreas urbanas (4,62%), e destas 43,5 km<sup>2</sup> são da sede.

O aeroporto Dr. Carlos Alberto da Costa Neves é equipado com instrumentos de auxílio à navegação e pista asfaltada de 1.875 metros de comprimento por 30 m de largura.



#### 2.4.1.1 Clima

De acordo com a classificação de Köppen o clima é denominado Cfa apresentando inverno seco e frio, e verão quente e úmido (mesotérmico), com ventos predominantemente do norte e chuvas concentradas na primavera e no verão. A temperatura média anual é de 17,03° C, a umidade relativa do ar média anual é de 77,842% e a precipitação média anual é de 1.613 mm/ano (Fonte: EPAGRI).

EPAGRI dispõe na estação experimental de Caçador, no bairro Tedesco, de uma Estação Meteorológica de Observação de Superfície Automática:

**Estação: CAÇADOR-A859**

**Registro:**

**18**

**UTC**

**24/09/2013**

Latitude: -26.8193°

Longitude: -50.8353°

Altitude: 952 metros

#### 2.4.1.2 Geologia e Relevo

A geologia da região integra a Formação da Serra Geral, com relevo bastante acidentado, solos de pequena espessura e presença de blocos de rochas próximos à superfície. Os solos predominantes são derivados de rochas eruptivas básicas, intermediárias e ácidas. Os solos são enquadrados na categoria de Nitossolos que caracteriza solos com pouca diferença de textura entre os horizontes A e B, este último predominantemente argiloso, podendo apresentar o horizonte A com muita matéria orgânica (húmico). Os solos classificados como cambissolos se caracterizam por apresentar solos pouco profundos (entre 0,5 a 1,5 m) em que o horizonte B é pouco desenvolvido, com apenas cerca de 10 cm de espessura. Solos neossolos flúvicos ocorrem nas planícies junto aos rios e são desenvolvidos sobre sedimentos recentes depositados por inundação. Apresentam horizonte A diretamente formado sobre as camadas de sedimentos fluviais, não apresentando horizonte B. Já os neossolos litólicos são rasos (0,14 a 0,40 m de espessura) e com ausência de horizonte B, tendo o horizonte A diretamente sobre o C ou sobre rocha. Em função disso, podem apresentar textura que vai de arenosa a cascalhenta, e até pedregosa. Em alguns locais, o horizonte A pode ser húmico (com presença de matéria orgânica).



**Nitossolos**



**Cambissolos**



**Neossolos litólicos**

A região apresenta características de relevo do planalto dissecado Iguaçu/Uruguai, com vales profundos e encostas em patamares, e de relevo fragmentado do planalto de campos gerais.

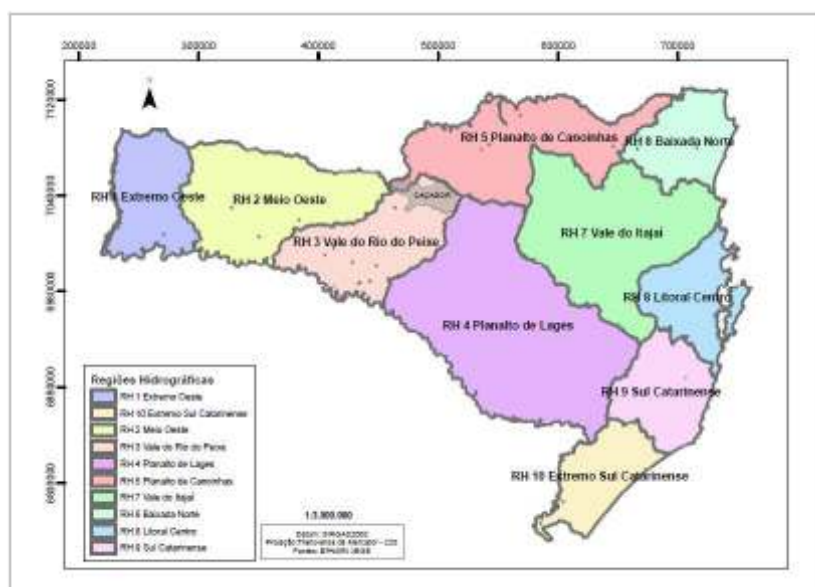
A altitude média encontra-se em torno de 1.000 metros, com topografia acidentada intercalada por morros, colinas, vales e chapadas. Com a serra da Taquara Verde a noroeste e a Serra do Espigão a norte e a Serra do Marari a leste, entre campos e matas, o ponto mais alto é a elevação de Rio Verde, com 1.390 metros. A área urbana de Caçador se desenvolve ao longo das vertentes dos rios do Peixe, Caçador e Castelhana, em relevo acidentado.

#### 2.4.1.3 Recursos Hídricos

Segundo o mapeamento adotado para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos (2007), o Estado de Santa Catarina foi subdividido em 10 Regiões Hidrográficas (RH).

As bacias da Vertente do Interior integram cinco Regiões Hidrográficas: 1 Extremo Oeste, 2 Meio Oeste, 3 Vale do Rio do Peixe, 4 Planalto de Lages e 5 Planalto de Canoinhas. As demais Regiões Hidrográficas fazem parte da Vertente Atlântica: 6 Baixada Norte, 7 Vale do Itajaí, 8 Litoral Centro, 9 Sul Catarinense e 10 Extremo Sul Catarinense.

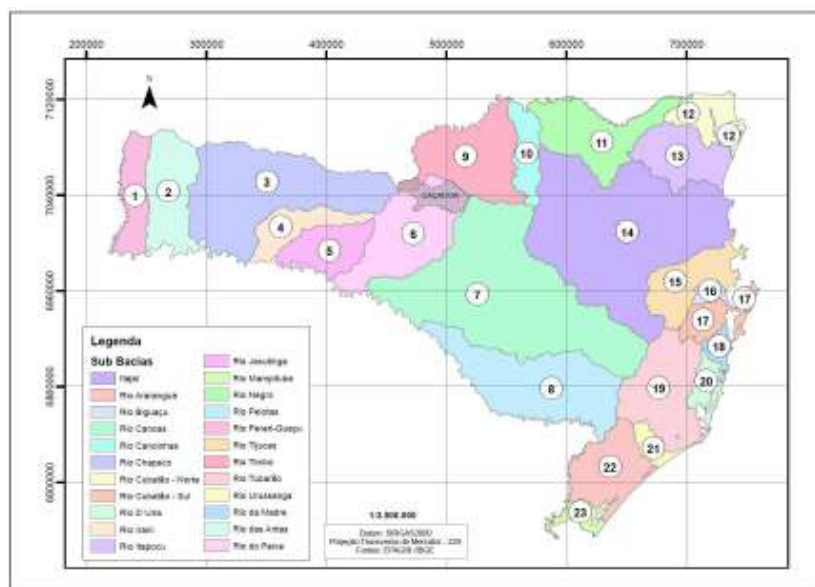
O município de Caçador tem sua maior extensão territorial inserida na Região Hidrográfica 3 (RH3) – Vale do Rio do Peixe (sub bacia 6 - Rio do Peixe), parte da região oeste inserida na Região Hidrográfica 5 (RH5) – Planalto de Canoinhas (sub bacia 9 – Rio Jangada > Rio Iguaçu).



**Mapa 4 - Regiões Hidrográficas de Santa Catarina**

A bacia do Rio do Peixe é a quarta maior bacia da vertente do interior do Estado de Santa Catarina, com 5.476 km², e tem suas delimitações, no município de Caçador, nas Serras da Taquara Verde, do Espigão e do Marari. A Serra do Marari é o divisor natural das bacias hidrográficas do Rio do Peixe e do Rio dos Patos (sub-bacia 7 Rio Canoas). As Serras da

Taquara Verde e do Espigão são divisores das bacias hidrográficas do Rio do Peixe e do Rio Iguazu

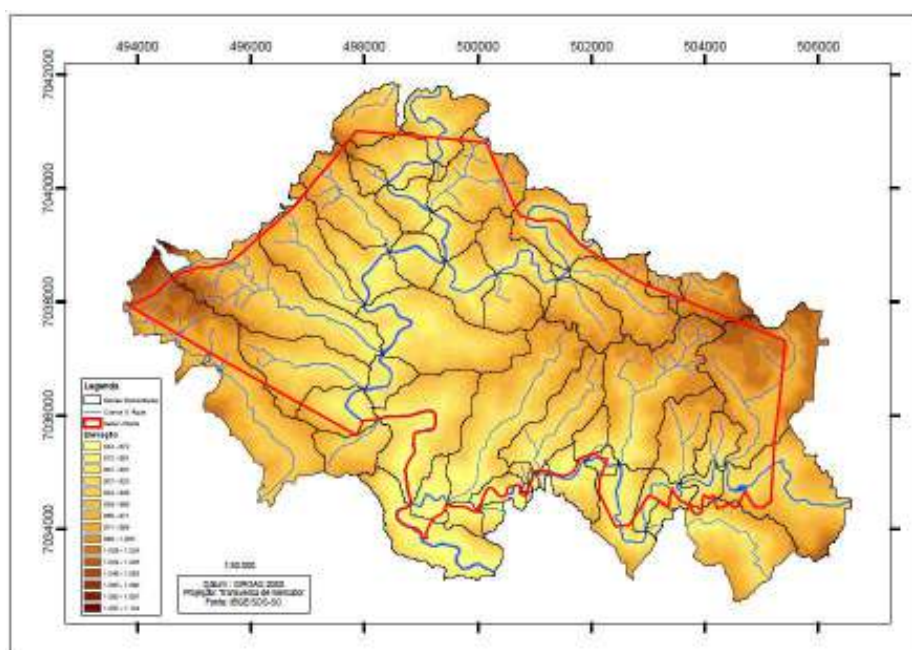


**Mapa 5 - Sub bacias de Santa Catarina**

O Rio do Peixe que atravessa o município de Caçador, sendo a sua rede hidrográfica mais expressiva, nasce na Serra do Espigão, no Município de Calmon, numa altitude de 1.250 m (Fonte: EMBRAPA – Atlas Rio do Peixe), percorrendo uma extensão de 299 quilômetros até desembocar no Rio Uruguai, cortando o meio oeste catarinense no sentido norte - sul. Tem como tributários mais importantes no município os seguintes cursos d'água: Rio Caçador, Rio Castelhana, Ribeirão Jacutinga, Rio Veado, Rio Preto, Rio Bela Vista, Ribeirão São Pedrinho e Rio XV de Novembro.

A do Rio Iguazu tem como tributários, no território do município, parte da bacia do Rio Jangada com seus afluentes Rio Caveira e Rio do Bugre.

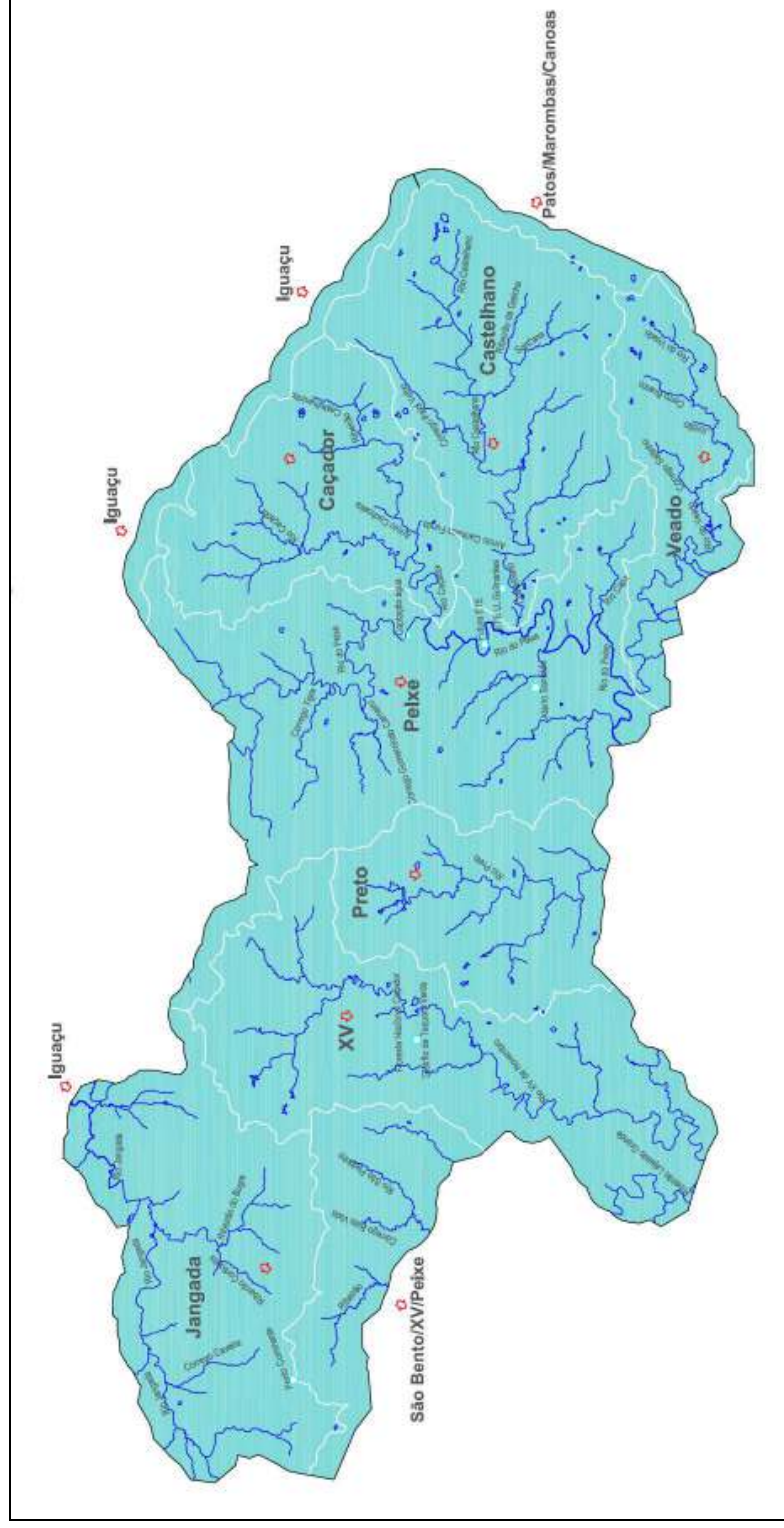


**Mapa 6 - Bacias Elementares e Elevação da Sede Urbana**

O Rio do Peixe é o manancial do sistema de abastecimento de água de Caçador, com área de bacia de contribuição ao atual ponto de captação, de 247,89 km<sup>2</sup>. Os rios Caçador e Castelhana são mananciais alternativos, porém com uma vazão mínima bem menor do que o Rio do Peixe.

Versão Final do PMSB de Caçador

24

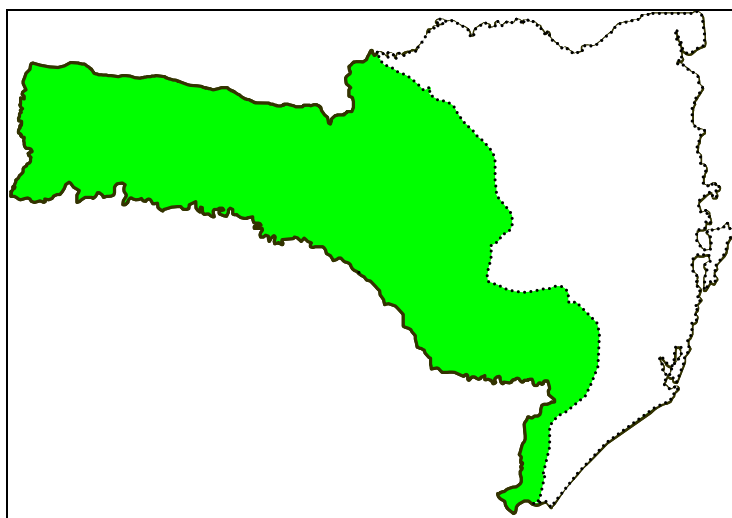


Mapa 7 - Bacias Hidrográficas de Caçador

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Um importante recurso hídrico a ser considerado é o hidrogeológico. Oito poços de fratura de basalto já são atualmente utilizados no abastecimento público de áreas urbanas de Caçador, sendo um no distrito de Taquara Verde operado pela CASAN e sete na sede urbana. Na sede urbana a CASAN utiliza um poço para atendimento de parte do bairro Figueroa, os demais utilizados por condomínios ou associações (5) e pelo município (1), sendo um no Loteamento Jardim Dileta, um no Loteamento Monge João Maria, dois no Loteamento Bom Jesus, um na área central (Largo Santelmo) e um no parque de exposições (município). O manancial com potencial de exploração futura mais importante neste segmento é o aquífero Guarani, formado por arenitos de origem eólica (formação Botucatu - jurássico) e por depósitos flúvio-lacustres (formação Pirambóia), cuja localização em SC está demonstrada na área em verde do mapa 08. Estudo desenvolvido por técnico da CASAN prevê que uma eventual exploração deste manancial em Caçador se daria na profundidade entre 450 m a 550 m, com estimativa de vazão de até 200 m<sup>3</sup>/hora.



Mapa 8 - Área de Localização do Aquífero Guarani em SC

#### 2.4.2 Meio Biótico

O estado de Santa Catarina abrange uma área territorial de 95.985 km<sup>2</sup> totalmente inscrita no domínio da Mata Atlântica. Originalmente 85% de seu território estava coberto por fisiologias florestais e os 15% restantes por outras formações. De acordo com o Mapa de Vegetação do Brasil, do IBGE, a cobertura florestal do estado subdividiu-se em Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, associadas a restingas, manguezais e formações campestres.

Das florestas que cobriam o Alto Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina atualmente só restam poucas manchas significativas, e estas integram o Bioma Mata Atlântica e pertencem principalmente à Floresta Ombrófila Mista.

A Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucárias abrangia desde terrenos mais dissecados do alto das encostas da calha do Rio do Peixe até os situados no planalto com relevo mediantemente ondulado.

Em quase todas as áreas do Rio do Peixe, a vegetação original arbórea nativa deu lugar as florestas secundárias, capoeirões, capoeiras, reflorestamento de espécies exóticas, pastagens e agricultura, devido a forte ação antrópica. Atualmente as espécies nativas mais frequentes são o angico-vermelho, canela-guaicá, canelinha, açoita-cavalo, aroeira-vermelha, fumeiro-bravo, sarandis, camboatá-vermelho, vacunzeiro, capororoca, chá-de-bugre, pata-de-vaca, timbó, guajuvira, louro-pardo e araricum.



**Foto 1 - Araucária ou pinheiro-do-Paraná, árvore típica do ecossistema da Mata Atlântica que lhe empresta seu nome: Floresta de Araucária.**

Devido à exploração da madeira e a substituição de sua área de domínio pela agricultura e reflorestamentos de pinus e eucalipto, em Santa Catarina restam menos de 1% do ecossistema original da Floresta Ombrófila Mista.

Na fauna da Floresta Ombrófila Mista, podem ser encontrados roedores (ratos, cutias e pacas), aves ameaçadas de extinção como a gralha-azul e o papagaio-de-peito-roxo, além de inúmeros insetos. A semente da araucária, o pinhão, é muito apreciada pela fauna em geral e se constitui numa fonte de alimento essencial para o seu sustento.

A ameaça de extinção de algumas espécies desse ecossistema, como a gralha-azul e o papagaio-de-peito-roxo, pode ser atribuída à escassez do pinhão.

### 2.4.3 Meio Socioeconômico

#### 2.4.3.1 Demografia

A população do município de Caçador segundo Censo do IBGE 2010 é de 70.373 habitantes, sendo que 91,05% (64.075 hab) estão na área urbana. Com área de 983,51 km<sup>2</sup> (IBGE 2010), o município conta com uma densidade demográfica de 0,72 hab/ha, sendo que na área urbana da sede a densidade demográfica é de 14,46 hab/ha.



Foto 2 - Visão aérea da cidade de Caçador  
Fonte: <http://www.cacador.sc.gov.br/portal>

### 4.3.2 Infraestrutura

#### Saúde

O sistema de saúde do município de Caçador possui 118 estabelecimentos de saúde sendo 2 estaduais, 24 municipais e 92 privados (Fonte: CNESNet 2013).

#### Educação

Em relação ao sistema de ensino, o Município conta com: 47 estabelecimentos com o ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior conforme Tabela 1.

**Tabela 1 - Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino**

	Municipal	Estadual	Federal	Privado
Pré-escolar	2			
Pré-escolar+Fundamental até 5ª	9			1
Pré-escolar+Fundamental	9			2
Pré-escolar+Fundamental+Médio				5
Fundamental		4		
Fundamental+Médio		5		1
Médio		2	1	1
Ensino Superior (com polos)		1		3

Fonte: Município de Caçador

### **Serviços Públicos e Comunicações**

A energia elétrica é distribuída no município pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

O serviço de abastecimento de água é prestado através da Gestão Associada entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de Santa Catarina, tendo como interveniente a CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. O município dispõe de sistema público de esgotos sanitários em operação no loteamento Ulisses Guimarães e nos núcleos habitacionais de Santa Terezinha e COHAB II, operado pelo município sem cobrança de tarifa.

Os Serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos domiciliares em aterro sanitário, são prestados pela Meioeste Ambiental, contratada pelo município. A Meioeste Ambiental também opera a coleta de lixo reciclável, cuja separação e comercialização é feita pela cooperativa COOCIMA.

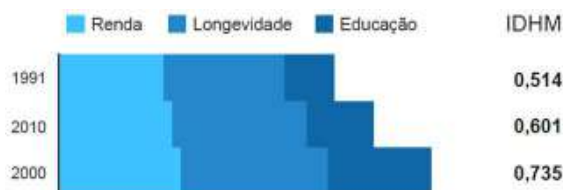
Os serviços de telefonia fixa, por linha física, são operados pela Oi e os serviços de telefonia móvel pela operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo.

Quanto aos veículos de comunicação o município de Caçador conta com uma rádio AM, a Rádio Caçanjurê e duas rádios FM, Rádio Caçador e Rádio Transamérica, 2 jornais diários, Folha da Cidade e Informe Empresarial, o periódico Extra e quatro portais de notícias (Caçador Online; Diário Caçadoreense; Notícia Hoje e Alô Guia).

#### **2.4.3.3 Qualidade de Vida**

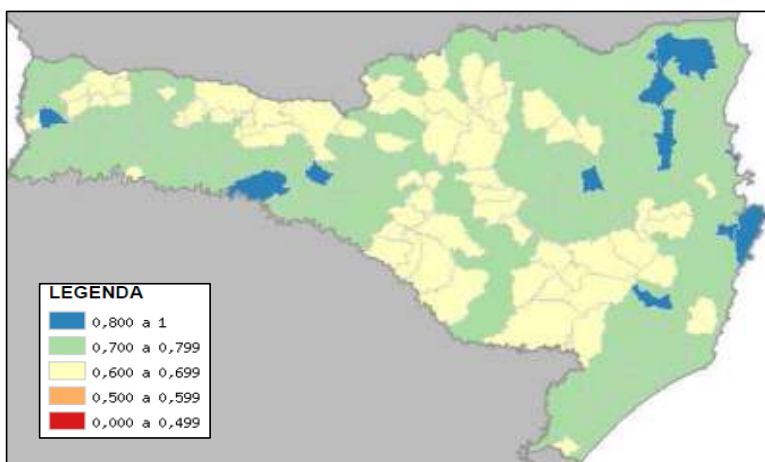
O IDHM (índice de desenvolvimento humano) avalia a qualidade de vida humana considerando não apenas a dimensão econômica através da renda, como faz o produto interno bruto (PIB) per capita, mas também a saúde e a educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010) de Caçador é 0,735. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Em 2000 o IDHM de Caçador era 0,601 e cresceu 22,30% para 2010, sendo que a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,222), seguida por Longevidade e por Renda.



No mesmo levantamento o Estado de Santa Catarina apresenta IDHM 0,744 e o Brasil IDHM 0,727.



**Mapa 9 - Índice de Desenvolvimento Humano - 2010****Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - PNUD - 2010**

#### 2.4.3.4 Aspectos Históricos

A região de Caçador inicialmente era habitada por índios das etnias Kaingang e Xokleng.

No ano de 1881 chegou à região Francisco Corrêa de Melo, que veio de Campos Novos e se estabeleceu às margens do Rio Caçador, assim denominado devido à abundância da caça. Sendo seguido, seis anos depois, por Pedro Ribeiro e, em 1891, por Tomaz Gonçalves Padilha; este chegou até o Rio XV de novembro.

Tiveram os habitantes de lutar contra as feras e os índios, que ocupavam toda a zona, chegando mesmo a atacar as turmas de construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, cujos trilhos alcançaram Caçador em 1910. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes de origem italiana, vindos sobretudo da zona colonial do Rio Grande do Sul. A colonização do núcleo do Rio das Antas, pela Brazil-Railway Co., empolgou os colonos teuto-brasileiros do litoral de Santa Catarina.

De 1914 a 1917, o território esteve conflagrado com a campanha do Contestado. A luta destruiu o que havia de organizado na região, sendo incendiados numerosos núcleos de povoamento.

Em 1917, com o acordo de limite entre o Paraná e Santa Catarina, abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades normais da população e em 1918 foi instalada a primeira agência postal, onde já existia um posto de rendas estaduais. A partir de então Caçador pode contar com o dinamismo, a força e a coragem dos imigrantes poloneses, árabes, italianos, alemães, entre outros, que vieram atraídos pela atividade madeireira, em meio às densas matas de pinheiros. A abertura da estrada de rodagem Caçador-Curitiba, em 1933, veio dar grande impulso à região e em 25 de março de 1934 Caçador tornou-se um município independente, emancipando-se política e administrativamente (Fonte: IBGE e PMC).

### **Saneamento Básico**

A história de serviços públicos de saneamento básico é bem recente. Apenas 2 pequenos sistemas de particulares atendiam cerca de 200 a 300 ligações por volta de 1970, quando o sistema de abastecimento de água de Caçador foi implantado pela Fundação SESP (hoje FUNASA - Ministério da Saúde). A Fundação SESP operou até meados daquela década, quando foi assinado contrato de Concessão com a CASAN, que recebeu os ativos do município. Este contrato tinha como objeto os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 1976 a CASAN ampliou o SAA de Caçador, que foi novamente ampliado em 1985 com acréscimo de um módulo de floculador, decantador e filtro na estação de tratamento de água, aumentando sua capacidade em mais de 50%, além de novos reservatórios e redes de distribuição. Embora o crescimento urbano acelerado, não houve investimentos significativos por parte da CASAN ao longo do restante do período de Concessão, em abastecimento de água e em esgotos sanitários, sendo que a obra de maior porte deste período foi realizada em 1992 pela Prefeitura de Caçador que construiu o reservatório R7A de 500 m<sup>3</sup> para o abastecimento do bairro Martello e o disponibilizou para a CASAN. Em 1998 foi implantado o sistema de abastecimento de água do distrito de Taquara Verde.

Em 2004 e 2005 a ETA sofreu melhorias operacionais que permitiram, utilizando a mesma estrutura física, aumentar a vazão do sistema de 120 l/s para 160 l/s. Com a Gestão Associado, iniciada em 2006, novos reservatórios foram construídos elevando a capacidade de reservação de água de 2.060 m<sup>3</sup> para 6.860 m<sup>3</sup>, e obras de melhorias do abastecimento foram efetivadas, solucionando problemas crônicos de abastecimento. O Conselho Consultivo de Saneamento foi instalado em 10 de outubro de 2006, representando um marco de retomada pelo município do processo decisório em ações de saneamento, referentes aos serviços de água e esgotos. Em 2009 foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade da estação de tratamento de água para 220 l/s, até agora não concluídas.

Em 2009, iniciou a operação o primeiro sistema público de esgotos sanitários no bairro Ulisses Guimarães, implantado com recursos de fundo municipal de saneamento, ao qual posteriormente foram agregados o núcleos habitacionais de Santa Terezinha e COHAB II. O sistema é operado pelo município e o serviço prestado sem a cobrança de tarifa.

O aterro sanitário Municipal, em substituição ao antigo lixão, começou a operar em agosto de 2004 e está inserido na sub-bacia do Ribeirão Polidoro.

### **2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O primeiro princípio fundamental da Lei 11.445/2007 trata da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e só se conseguirá este objetivo contemplando ações de saneamento básico na área rural. O desafio em manter o homem no campo passa

necessariamente em proporcionar conforto e apoio na melhoria da qualidade de vida das populações rurais e se isto não é possível desenvolver através de sistemas públicos, que se faça com apoio técnico e financeiro na adoção de soluções individuais adequadas de saneamento básico. Desta forma, como já mencionado neste relatório, quando se tratar de sistemas públicos de saneamento básico a abrangência deste Plano se restringirá às áreas urbanas, porém quando a referência são ações de saneamento básico a abrangência será todo território municipal.

O município deverá revisar a Lei de Políticas Públicas Municipais de Saneamento Básico (Lei nº 2531 de 2008) para adequá-la ao que estabelece Lei Federal nº 11.445/2007, ao Decreto Federal nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei e à Resolução Recomendada nº 75 do Ministério das Cidades.

No Anexo A 02 segue a anotação de responsabilidade técnica.

### **3. DIAGNÓSTICO SOCIAL**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

Este diagnóstico social, denominado Produto B no Termo de Referência de elaboração do PMSB, contempla a caracterização e ou o inventário dos recursos existentes em relação à demografia, economia, educação, saúde, ação social e habitação. Ainda que, em termos estruturais, o diagnóstico se subdivida nas áreas citadas, a reflexão e análise de cada uma destas temáticas foram feitas de forma articulada, cruzando os respectivos dados e recursos.

O diagnóstico também contempla as reflexões e análises das condições positivas e negativas que poderão constituir pontos fortes e fracos da situação social no município.

#### **3.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO**

Nesta etapa foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, das Secretarias Municipais de Caçador, do Plano Diretor e do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Os dados foram compilados em tabelas e gráficos para a análise e uma melhor compreensão.

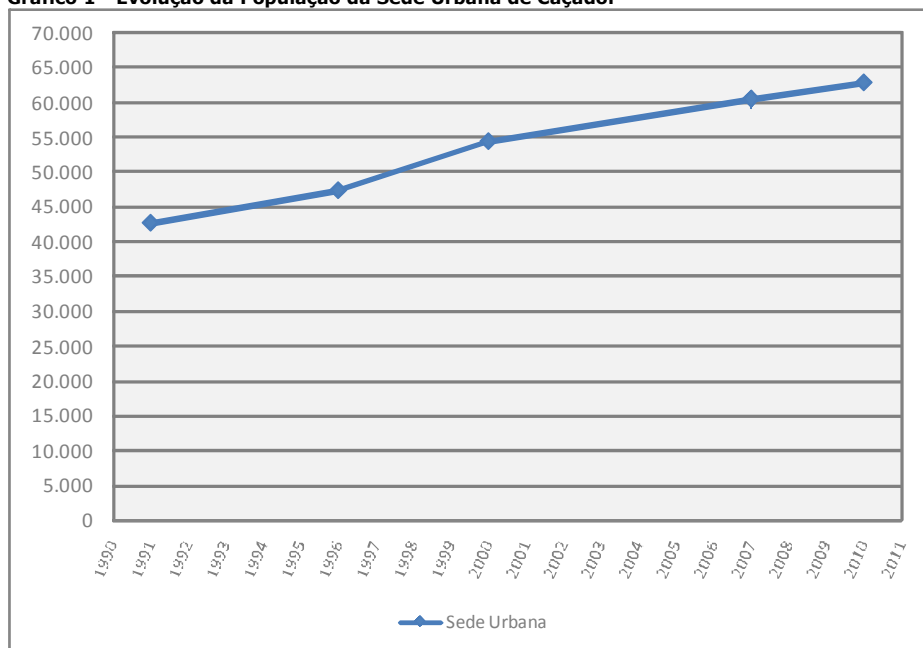
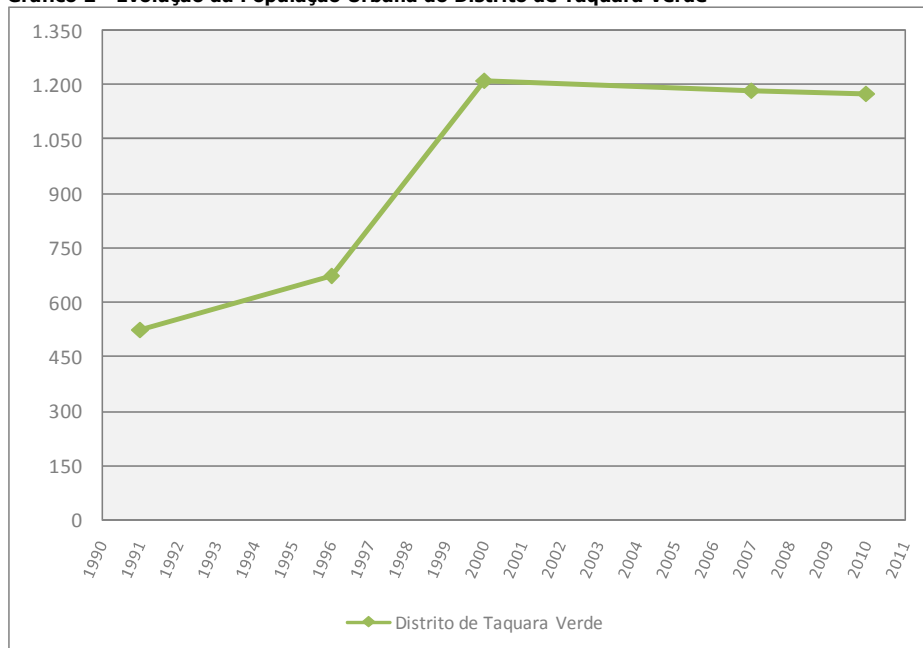
##### **3.2.1 Demografia**

###### **3.2.1.1 Distribuição da População**

O município de Caçador contava com 70.373 habitantes em seu território, conforme Censo IBGE 2010, com taxa de urbanização de 91,05%, ou seja, com 62.900 habitantes na área urbana da sede, 1.175 habitantes na área urbana do distrito de Taquara Verde e 6.298 habitantes na área rural. Nos Gráficos 01, 02 e 03, elaborados já desconsiderando a população da Macieira (distrito emancipado), mostram que: a população urbana da sede de Caçador vem apresentando acréscimos nos últimos censos; a população urbana de Taquara Verde após período de crescimento praticamente se estabilizou depois do ano de 2000; e a população rural interrompe o decréscimo que vinha apresentando, tendendo, a partir de 2007, para a estabilização.

Versão Final do PMSB de Caçador

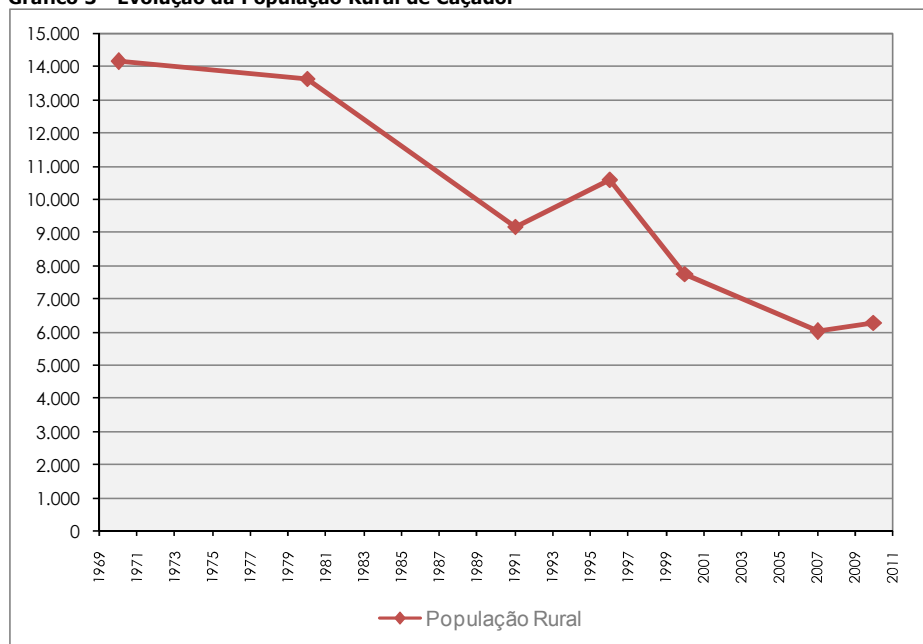
33

**Gráfico 1 - Evolução da População da Sede Urbana de Caçador****Gráfico 2 - Evolução da População Urbana do Distrito de Taquara Verde**

Fonte: IBGE.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**Gráfico 3 - Evolução da População Rural de Caçador****Fonte: IBGE.**

O Gráfico 03 indica uma elevação da população rural de 1991 para 1996, voltando a cair de 1996 para 2000. Este acréscimo entre 1991 e 1996 não é real e pode ser explicado pela crescimento da população da sede no entorno do perímetro urbano municipal, computada, portanto, como rural em 1996. Na Lei de delimitação de bairros de 1997, estas populações passaram para dentro dos limites do perímetro urbano, sendo assim computadas no Censo de 2000. Destaca-se que a manutenção das expansões urbanas dentro dos limites do perímetro urbano, pela atualização destes limites na Lei de Bairros, evitará estas distorções no futuro, visto que o IBGE faz permanente adequação dos setores censitários urbanos à Lei de bairros existente.

Com relação à população rural se observa, entre 2007 e 2010, uma tendência de provável interrupção de queda, pelo que neste plano de saneamento básico a população rural será considera estável no horizonte de projeções. Da mesma forma se considerará constante a população urbana da Taquara Verde no horizonte de projeto, pelo que vem mostrando a sua evolução ao longo dos últimos anos.

### 3.2.1.2 Taxa de Crescimento

A taxa anual de crescimento da população total do município, apresentada pelo IBGE, no período 2000 a 2010 foi de 1,06% ao ano (urbana de 1,44%), e no período de 2007 a 2010, foi de 1,37% ao ano (urbana de 1,36%), ficando acima do crescimento do Brasil (1,21% ao ano) e abaixo do Estado (2,13% ao ano).



**Tabela 2 - Crescimento Populacional**

	Contagem 2007	Censo 2010	Crescimento Populacional	% ao ano
<b>Brasil</b>	183.987.291	190.732.694	6.745.403	1,21%
<b>Santa Catarina</b>	5.866.252	6.249.682	383.430	2,13%
<b>Caçador</b>	67.556	70.373	2.817	1,37%
Urbana Sede	60.347	62.900	2.553	1,39%
Urbana T. Verde	1.186	1.175	-11	-0,31%
Pop. Rural	6.023	6.298	275	1,50%

**Fonte: IBGE.****3.2.1.3 População e Densidade Demográfica**

A Tabela 3 apresenta a relação dos bairros com populações e densidades (IBGE 2010). No Censo 2010 a densidade demográfica apurada para todo o território municipal foi de 0,72 hab/ha, sendo na área urbana 14,46 hab/ha, na área urbana da Taquara Verde 6,06 hab/ha e na área rural 0,07 hab/ha. O Bairro Martello é o mais populoso (12.695 hab) e o Bairro Alto Bonito é o de maior densidade (52,85 hab/ha).

**Tabela 3 - População, Área do Setor Censitário e Densidade Demográfica**

Bairros (IBGE 2010)	Censo 2010	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
Aeroporto	372	236,60	1,57
Alto Bonito	3.801	71,92	52,85
Bello	3.267	117,11	27,90
Berger	4.491	170,60	26,32
Bom Jesus	1.767	43,50	40,62
Bom Sucesso	5.075	426,43	11,90
Centro	5.194	156,72	33,14
Champagnat	139	256,85	0,54
Der	917	110,61	8,29
Dos Municípios	3.600	154,62	23,28
Figueroa	1.504	229,65	6,55
Gioppo	3.017	194,03	15,55
Industrial	256	678,40	0,38
Kurtz	1.495	42,15	35,47
Martello	12.695	455,47	27,87
Nossa Senhora Salete	1.295	203,68	6,36
Paraíso	1.425	75,17	18,96
Rancho Fundo	2.686	150,42	17,86
Reunidas	904	61,18	14,78
Santa Catarina	6.206	228,73	27,13
São Cristóvão	1.298	182,65	7,11
Sorgatto	1.496	103,89	14,40
<b>Sede Urbana</b>	<b>62.900</b>	<b>4.350,35</b>	<b>14,46</b>
<i>Taquara Verde</i>	<i>1.175</i>	<i>194,0</i>	<i>6,06</i>
<b>Total Rural</b>	<b>6.298</b>	<b>93.806,2</b>	<b>0,07</b>
<b>Total Município</b>	<b>70.373</b>	<b>98.350,6</b>	<b>0,72</b>

## Versão Final do PMSB de Caçador

36

Para análise e prognósticos de crescimento, os bairros da sede urbana foram tabelados por ordem de áreas, densidades e crescimentos (Tabela 4).

**Tabela 4 - Bairros Listados em Ordem Decrescente**

Maiores Crescimentos em Nº de Habitante (2000 - 2010)			Maiores Crescimentos em % da População (2000-2010)			Maior Nº de habitantes - 2010			Maiores Áreas - 2010			Maiores Densidades - 2010			Maiores Áreas de Expansão (2010/2011)		
Bairro	hab		Bairro		%	Bairro	hab		Bairro	ha		Bairro	hab/ha		Bairro	ha	
1 Martello	1.826		1 Kurtz		5,91%	1 Martello	12.695		1 Industrial	678,40		1 Alto Bonito	52,85		1 Industrial	494,39	
2 Santa Catarina	1.284		2 Figueroa		3,33%	2 Santa Catarina	6.206		2 Martello	455,47		2 Bom Jesus	40,62		2 Bom Sucesso	228,28	
3 Bom Sucesso	1.261		3 São Cristóvão		2,97%	3 Centro	5.194		3 Bom Sucesso	426,43		3 Kurtz	35,47		3 Martello	223,63	
4 Berger	764		4 Bom Sucesso		2,90%	4 Bom Sucesso	5.075		4 Champagnat	256,85		4 Centro	33,14		4 Champagnat	190,16	
5 Kurtz	653		5 Santa Catarina		2,35%	5 Berger	4.491		5 Aeroporto	236,60		5 Bello	27,90		5 Aeroporto	178,91	
6 Dos Municípios	576		6 Berger		1,88%	6 Alto Bonito	3.801		6 Figueroa	229,65		6 Martello	27,87		6 Nossa Senhora Salete	137,23	
7 Centro	574		7 Dos Municípios		1,76%	7 Dos Municípios	3.600		7 Santa Catarina	228,73		7 Santa Catarina	27,13		7 Figueroa	134,42	
8 Figueroa	420		8 Martello		1,57%	8 Bello	3.267		8 Nossa Senhora Salete	203,68		8 Berger	26,32		8 Gioppo	108,50	
9 Rancho Fundo	373		9 Rancho Fundo		1,51%	9 Gioppo	3.017		9 São Cristóvão	194,03		9 Dos Municípios	23,28		9 São Cristóvão	107,04	
10 São Cristóvão	329		10 Centro		1,18%	10 Rancho Fundo	2.686		10 São Cristóvão	182,65		10 Paraíso	18,96		10 Santa Catarina	99,91	
11 Bello	313		11 Bello		1,01%	11 Bom Jesus	1.767		11 Berger	170,60		11 Rancho Fundo	17,86		11 Rancho Fundo	76,68	
12 Alto Bonito	175		12 Reunidas		0,86%	12 Figueroa	1.504		12 Centro	156,72		12 Gioppo	15,55		12 Dos Municípios	63,76	
13 Gioppo	145		13 Gioppo		0,49%	13 Sorgatto	1.496		13 Dos Municípios	154,62		13 Reunidas	14,78		13 Der	61,72	
14 Reunidas	74		14 Alto Bonito		0,47%	14 Kurtz	1.495		14 Rancho Fundo	150,42		14 Sorgatto	14,40		14 Bello	45,53	
15 Sorgatto	52		15 Der		0,39%	15 Paraíso	1.425		15 Bello	117,11		15 Bom Sucesso	11,90		15 Berger	39,60	
16 Der	35		16 Sorgatto		0,35%	16 São Cristóvão	1.298		16 Der	110,61		16 Der	8,29		16 Sorgatto	30,36	
17 Nossa Senhora Salete	32		17 Nossa Senhora Salete		0,25%	17 Nossa Senhora Salete	1.295		17 Sorgatto	103,89		17 São Cristóvão	7,11		17 Reunidas	23,40	
18 Paraíso	32		18 Paraíso		0,23%	18 Der	917		18 Paraíso	75,17		18 Figueroa	6,55		18 Paraíso	20,63	
19 Champagnat	-23		19 Bom Jesus		-0,32%	19 Reunidas	904		19 Alto Bonito	71,92		19 Nossa Senhora Salete	6,36		19 Kurtz	7,46	
20 Aeroporto	-48		20 Aeroporto		-1,21%	20 Aeroporto	372		20 Reunidas	61,18		20 Aeroporto	1,57		20 Alto Bonito	1,42	
21 Bom Jesus	-58		21 Champagnat		-1,52%	21 Industrial	256		21 Bom Jesus	43,50		21 Champagnat	0,54		21 Bom Jesus	1,16	
22 Industrial	-220		22 Industrial		-6,01%	22 Champagnat	139		22 Kurtz	42,15		22 Industrial	0,38		22 Centro	0,00	

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**3.2.1.4 Taxa de Ocupação por Domicílio**

As taxas de ocupação por domicílio estão, conforme Censo 2010, em declínio e a média da área urbana da sede é de 3,18 hab/domicílio. As maiores taxas estão no bairro Aeroporto com 3,80 hab/domicílio, na área urbana do distrito de Taquara Verde com 3,69 hab/domicílio e no Bairro Martello com 3,57 hab/domicílio. A menor está no Centro com 2,54 hab/domicílio. A Tabela 5 apresenta as taxas de ocupação por domicílio em 2010.

**Tabela 5 - Taxa de Ocupação por Domicílio**

<b>Bairros (IBGE 2010)</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Censo 2010</b>	<b>Taxa de Ocupação</b>
Aeroporto	98	372	3,80
Alto Bonito	1.211	3.801	3,14
Bello	1.061	3.267	3,08
Berger	1.490	4.491	3,01
Bom Jesus	594	1.767	2,97
Bom Sucesso	1.449	5.075	3,50
Centro	2.044	5.194	2,54
Champagnat	49	139	2,84
Der	321	917	2,86
Dos Municípios	1.189	3.600	3,03
Figueroa	456	1.504	3,30
Gioppo	914	3.017	3,30
Industrial	75	256	3,41
Kurtz	448	1.495	3,34
Martello	3.559	12.695	3,57
Nossa Senhora Salete	384	1.295	3,37
Paraíso	493	1.425	2,89
Rancho Fundo	790	2.686	3,40
Reunidas	335	904	2,70
Santa Catarina	1.901	6.206	3,26
São Cristóvão	403	1.298	3,22
Sorgatto	521	1.496	2,87
<b>Sede Urbana</b>	<b>19.785</b>	<b>62.900</b>	<b>3,18</b>
<i>Taquara Verde</i>	<i>318</i>	<i>1.175</i>	<i>3,69</i>
<b>Total Rural</b>	<b>1.859</b>	<b>6.298</b>	<b>3,39</b>
<b>Total Município</b>	<b>21.962</b>	<b>70.373</b>	<b>3,20</b>

Fonte: IBGE 2010

### 3.2.1.5 Análise dos Dados Demográficos

O desenvolvimento demográfico de todo o município de Caçador, apurado pelo IBGE nos levantamentos censitários de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010, está sintetizado nas Tabelas 05 e 06.

**Tabela 6 - Levantamentos Censitários do Município**

Ano	Urbana		Rural	Total
	Sede	Taq. Verde		
<b>1991</b>	42.714	523	7.525	50.762
<b>1996</b>	47.351	672	10.597	58.620
<b>2000</b>	54.331	1.211	7.780	63.322
<b>2007</b>	60.347	1.186	6.023	67.556
<b>2010</b>	62.900	1.175	6.298	70.373

Fonte: IBGE

**Tabela 7 - Taxas de Crescimento Urbano**

Período	Taxas de crescimento da população urbana da sede
<b>1991 a 1996</b>	2,08% ao ano
<b>1996 a 2000</b>	3,50% ao ano
<b>2000 a 2007</b>	1,51% ao ano
<b>2007 a 2010</b>	1,39% ao ano

Fonte: IBGE

### 3.2.1.6 Projeções Populacionais

O cenário de ocupação do espaço urbano no futuro é componente fundamental nos investimentos de saneamento básico, para que os projetos resultem em bom desempenho e funcionalidade dos serviços.

Os estudos de projeções populacionais buscam a obtenção de uma equação que, partindo dos dados históricos, traduza o comportamento da evolução da população para períodos futuros, de forma consistente e confiável, em todo o espaço urbano.

As estimativas de evolução da população podem ser realizadas com o uso de diversos métodos, a serem escolhidos com base na experiência e no bom senso. Para tanto, diversos fatores devem ser considerados, tais como condições topográficas, tendências de ocupação e expansão, custo das áreas, planos urbanísticos, facilidades de transporte e comunicação, hábitos e condições sócio-econômicas da população, conjuntura econômica, infra-estrutura sanitária, áreas de interesse público, etc.. São fundamentais, nestes estudos, base cartográfica e levantamentos cadastrais atualizados da cidade, bem como a existência de um adequado Plano Diretor, com firme execução.

O progresso técnico-econômico e acontecimentos pontuais podem alterar as projeções populacionais previstas para a área urbana, sendo um complicador a mais a ser avaliado em um estudo para determinação do crescimento da população. Por isto que equações obtidas para traduzirem o comportamento da evolução de uma população, com boa aproximação ao

desenvolvimento histórico e com ótimo fator de correlação, não asseguram que a extrapolação para períodos futuros leve automaticamente a resultados coerentes, consistentes e confiáveis.

Neste ponto é essencial a intervenção do técnico, realizando uma interpretação consciente dos cenários traçados para descartar todos aqueles que, por uma ou várias razões, são equivocados ou insustentáveis, mesmo que matematicamente aceitáveis. Isso acontece porque a aproximação que a modelagem matemática busca para representar as tendências do desenvolvimento demográfico no passado pode ser inadequada para a extrapolação de dados populacionais futuros.

**Os estudos e projeções populacionais desenvolvidos para Caçador focaram a População da Sede do Município**, onde estão mais concentrados os serviços públicos de saneamento básico e também pela premissa, extraída da série histórica, de que a população da sede do distrito de Taquara Verde e a população rural sejam consideradas estáveis ao longo do período do PMSB.

A partir dos dados históricos foi desenvolvida análise estatística através de modelos de regressão linear e da curva logística, variando inclusive a abrangência da base de dados históricos da área urbana municipal, buscando-se o modelo matemático mais representativo do desenvolvimento demográfico e da tendência de crescimento num horizonte de 30 anos. A série histórica analisada começa em 1991, pelo fato de que a partir deste Censo estão abertas as populações de Taquara Verde e Macieira, permitindo assim trabalhar com dados não contaminados. Desta forma os modelos testados consideraram os dados do IBGE do período histórico de 1991 a 2010, para obtenção de equações de projeções populacionais (Anexo B 01).

#### **3.2.1.6.1 Regressões Lineares**

Da análise por regressão linear e crítica de coerência dos modelos resultantes, se mostraram aceitáveis as regressões com o uso das funções inversa e linear, sendo daí extraídos 4 modelos, alternando o uso de dados históricos dos levantamentos censitários.

Inversa 1 – Modelo resultante com o uso de Censos e Contagens:

$$y = 2224951 - 434450000/x$$

Inversa 2 - Modelo resultante com o uso de Censos:

$$y = 2172105 - 423820000/x$$

Linear 1– Modelo resultante com o uso de Censos e Contagens:

$$y = 1.085,191928x - 2.117.723,408567$$

Linear 2- Modelo resultante com o uso de Censos:

$$y = 1.058,629151x - 2.064.296,178967$$

### 3.2.1.6.2 Curva Logística

Esta metodologia matemática de projeções demográficas está baseada na aplicação da chamada curva logística obtida pela integração feita por Verhulst da lei proposta pelo sociólogo inglês Thomas Malthus. A curva logística traduz de forma mais adequada as tendências realistas de desenvolvimento para a grande maioria dos municípios mais populosos, inclusive no que se refere às fases de crescimento acelerado, de crescimento estabilizado e de crescimento reduzido, fornecendo o número de habitantes que provavelmente será alcançado em diferentes fases no tempo.

Este modelo descreve o desenvolvimento demográfico futuro com taxas decrescentes de incremento populacional e com convergência assintótica para uma "População de Saturação", que é uma população fictícia que poderia ser alcançada em momento futuro. Esta população fictícia de saturação é obtida por meio de equação matemática. O problema mais delicado neste método é precisamente o da determinação da população de saturação por esta expressão matemática.

A aplicação da equação da curva logística requer uma sequência de 3 dados históricos equidistantes no tempo e que atendam duas condicionantes matemáticas. Os dados recentes de Caçador não são equidistantes no tempo, mas a análise da evolução histórica indica a aplicabilidade do método, no entanto optou-se pelo uso de variante da equação da curva logística, com os dois Censos mais recentes. Nesta variante a população fictícia de saturação é definida de forma determinística considerando que a área urbana seria adensada e ocupada dentro dos limites que o Plano Diretor vigente estabelece, com análise crítica do alcance destes limites. Este cálculo foi realizado nos projetos do sistema de esgotamento sanitário de Caçador elaborados pelas empresas ETEP (2001) e LART (2007/2009). A população de saturação do projeto de esgotos sanitários desenvolvido pela ETEP e ajustado pela LART não levou em consideração toda a área urbana atual, o que significa que usando a metodologia da época se obteria hoje uma população de saturação maior. Esta adequação às novas tendências, abrangência e disciplinamentos, resultou numa população de saturação de 307.221 habitantes.

O uso da curva logística com os dados dos Censos de 2000 e 2010, e com a população de saturação inferida, resultou na seguinte expressão:

**- Tendência Curva Logística  $y = 307.221 / (1 + e^{(1,537858885 - 0,01809229 * t)})$**

O Gráfico 4 e a Tabela 8 apresentam o prognóstico de 33 anos a partir do censo de 2010 para cada uma das projeções.



Versão Final do PMSB de Caçador

41

Tabela 8 - Projeções Propostas para a Sede Urbana

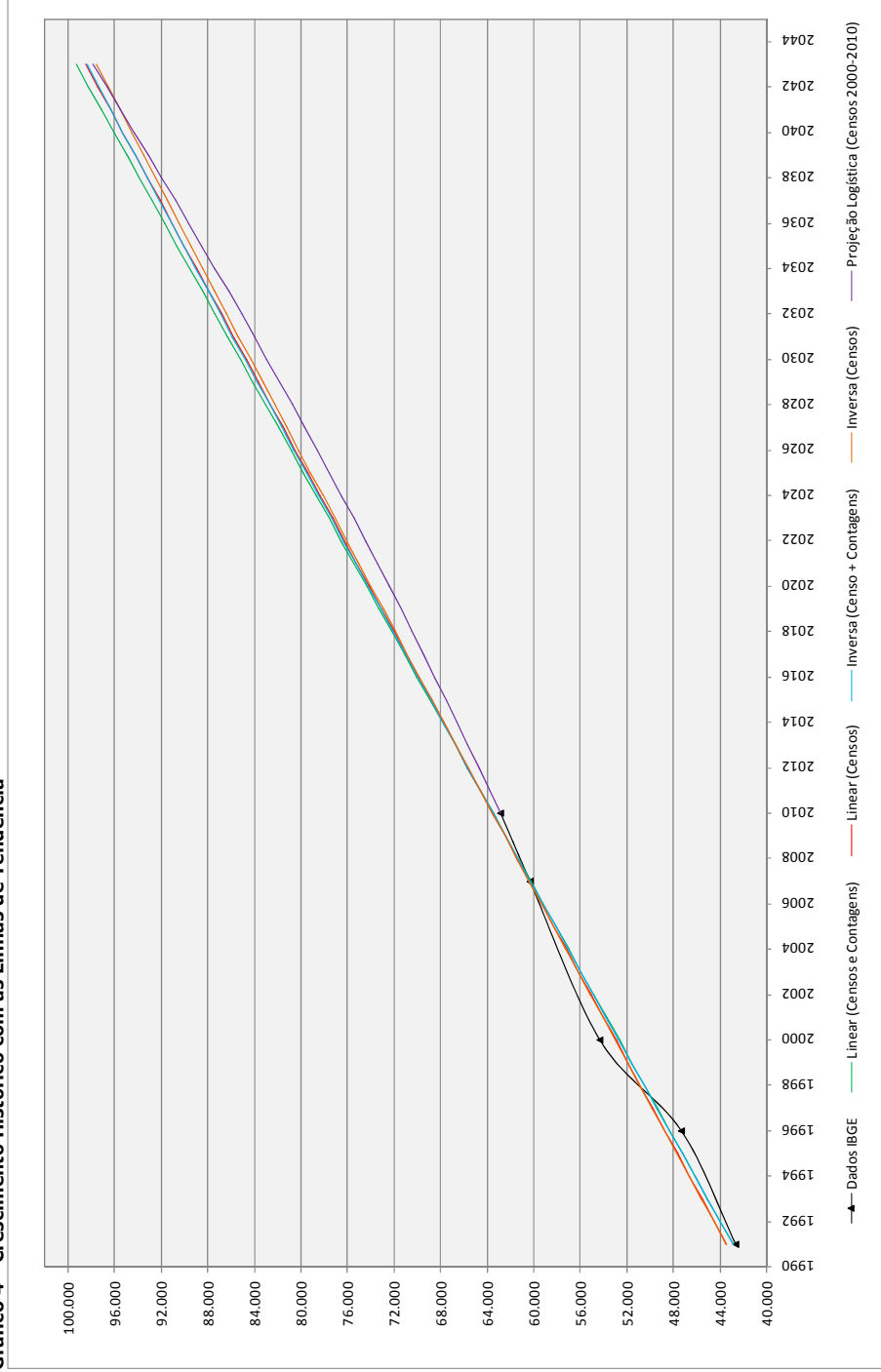
Ano	Projeções Lineares		Projeções Inversas		Projeção Logística (Censos 2000-2010)
	Censos e Contagens	Censos	Censos e Contagens	Censos	
2010	62.900	62.900	62.900	62.900	62.900
2011	63.975 1,71%	63.948 1,67%	63.965 1,69%	63.938 1,65%	63.810 1,45%
2012	65.049 1,68%	64.996 1,64%	65.028 1,66%	64.975 1,62%	64.729 1,44%
2013	66.124 1,65%	66.043 1,61%	66.090 1,63%	66.010 1,59%	65.659 1,44%
2014	67.199 1,63%	67.091 1,59%	67.152 1,61%	67.045 1,57%	66.597 1,43%
2015	68.274 1,60%	68.139 1,56%	68.212 1,58%	68.079 1,54%	67.546 1,42%
2016	69.348 1,57%	69.187 1,54%	69.271 1,55%	69.111 1,52%	68.504 1,42%
2017	70.423 1,55%	70.235 1,51%	70.329 1,53%	70.143 1,49%	69.472 1,41%
2018	71.498 1,53%	71.283 1,49%	71.387 1,50%	71.174 1,47%	70.450 1,41%
2019	72.573 1,50%	72.330 1,47%	72.443 1,48%	72.203 1,45%	71.437 1,40%
2020	73.647 1,48%	73.378 1,45%	73.498 1,46%	73.232 1,42%	72.433 1,40%
2021	74.722 1,46%	74.426 1,43%	74.552 1,43%	74.260 1,40%	73.440 1,39%
2022	75.797 1,44%	75.474 1,41%	75.605 1,41%	75.286 1,38%	74.456 1,38%
2023	76.871 1,42%	76.522 1,39%	76.657 1,39%	76.312 1,36%	75.481 1,38%
2024	77.946 1,40%	77.570 1,37%	77.708 1,37%	77.336 1,34%	76.516 1,37%
2025	79.021 1,38%	78.617 1,35%	78.757 1,35%	78.360 1,32%	77.560 1,36%
2026	80.096 1,36%	79.665 1,33%	79.806 1,33%	79.382 1,30%	78.614 1,36%
2027	81.170 1,34%	80.713 1,32%	80.854 1,31%	80.404 1,29%	79.677 1,35%
2028	82.245 1,32%	81.761 1,30%	81.901 1,29%	81.424 1,27%	80.749 1,35%
2029	83.320 1,31%	82.809 1,28%	82.946 1,28%	82.444 1,25%	81.831 1,34%
2030	84.395 1,29%	83.857 1,27%	83.991 1,26%	83.462 1,24%	82.921 1,33%
2031	85.469 1,27%	84.904 1,25%	85.035 1,24%	84.480 1,22%	84.021 1,33%
2032	86.544 1,26%	85.952 1,23%	86.077 1,23%	85.496 1,20%	85.130 1,32%
2033	87.619 1,24%	87.000 1,22%	87.119 1,21%	86.512 1,19%	86.248 1,31%
2034	88.693 1,23%	88.048 1,20%	88.160 1,19%	87.526 1,17%	87.375 1,31%
2035	89.768 1,21%	89.096 1,19%	89.199 1,18%	88.540 1,16%	88.510 1,30%
2036	90.843 1,20%	90.144 1,18%	90.238 1,16%	89.552 1,14%	89.655 1,29%
2037	91.918 1,18%	91.191 1,16%	91.275 1,15%	90.564 1,13%	90.808 1,29%
2038	92.992 1,17%	92.239 1,15%	92.312 1,14%	91.574 1,12%	91.969 1,28%
2039	94.067 1,16%	93.287 1,14%	93.347 1,12%	92.584 1,10%	93.139 1,27%
2040	95.142 1,14%	94.335 1,12%	94.382 1,11%	93.592 1,09%	94.318 1,27%
2041	96.217 1,13%	95.383 1,11%	95.415 1,09%	94.600 1,08%	95.504 1,26%
2042	97.291 1,12%	96.430 1,10%	96.447 1,08%	95.606 1,06%	96.699 1,25%
2043	98.366 1,10%	97.478 1,09%	97.479 1,07%	96.612 1,05%	97.902 1,24%

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

42

**Gráfico 4 - Crescimento Histórico com as Linhas de Tendência**

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**Projeção Populacional Adotada**

Os 5 modelos obtidos se mostraram muito próximos, no entanto analisando as taxas de crescimentos verificadas nos dados históricos observa-se que o uso das projeções obtidas pela curva logística se apresentam mais representativas da tendência, e considerada aceitável ao que tem se verificado na realidade regional. Desta forma, fica **adotada como a projeção de uso nos cenários deste PMSB, a obtida com o uso da curva logística.**

**Tabela 9 - Projeções Adotada para o PMSB**

Ano	Projeção Adotada (hab)	% Anual
2010	62.900	
2011	63.810	1,45%
2012	64.729	1,44%
2013	65.659	1,44%
2014	66.597	1,43%
2015	67.546	1,42%
2016	68.504	1,42%
2017	69.472	1,41%
2018	70.450	1,41%
2019	71.437	1,40%
2020	72.433	1,40%
2021	73.440	1,39%
2022	74.456	1,38%
2023	75.481	1,38%
2024	76.516	1,37%
2025	77.560	1,36%
2026	78.614	1,36%
2027	79.677	1,35%
2028	80.749	1,35%
2029	81.831	1,34%
2030	82.921	1,33%
2031	84.021	1,33%
2032	85.130	1,32%
2033	86.248	1,31%
2034	87.375	1,31%
2035	88.510	1,30%
2036	89.655	1,29%
2037	90.808	1,29%
2038	91.969	1,28%
2039	93.139	1,27%
2040	94.318	1,27%
2041	95.504	1,26%
2042	96.699	1,25%
2043	97.902	1,24%

Como já ressaltado o objetivo da definição de uma projeção populacional é estabelecer orientação para construção de cenário que permita a estruturação futura dos serviços de saneamento básico. No entanto, associada às projeções populacionais se faz necessário analisar como as estimativas de populações futuras serão distribuídas sobre a área urbana. Isto é tão importante que deve ser objeto de definição pela administração municipal, pois o que se tem observado nos municípios é que cada estudo ou projeto de saneamento tem um item dedicado à projeção populacional urbana, não dividida por setores, e que são sempre divergentes entre si. Salienta-se também que um sistema dimensionado com estimativas exageradas de populações a serem atendidas se torna antieconômico e um com projeções subdimensionadas compromete a funcionalidade de suas unidades componentes.

Considerando que a cobertura de fornecimento de energia elétrica atinge praticamente 100% da população urbana de Caçador, foi realizada uma verificação das projeções adotadas a partir do número de ligações residenciais da CELESC na data atual, multiplicado pela taxa de ocupação dos domicílios na sede urbana, considerada estável desde 2010, conforme demonstrado abaixo:

CELESC – Dados de setembro de 2013

- Consumidores residenciais = 20.383

- Consumidores residenciais fora do perímetro urbano = 2.143

$20.383 \text{ ligações} \times 3,18 \text{ hab/dom} = 64.818 \text{ habitantes na área urbana da sede.}$

Para setembro de 2013 a projeção adotada indica a população urbana da sede com 65.659 habitantes, do que se conclui que há uma boa convergência de números.

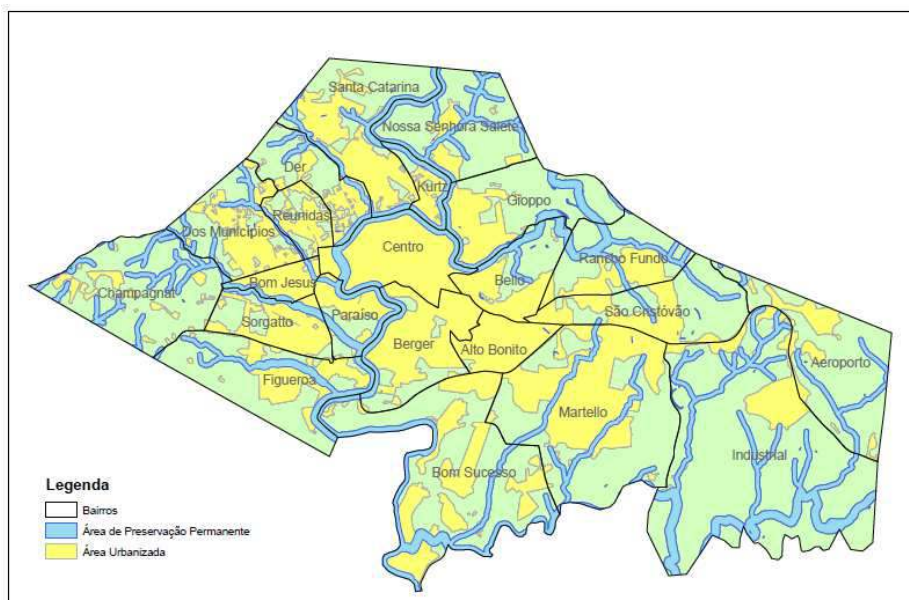
É essencial o monitoramento rotineiro da evolução populacional nos próximos anos para que ajustes de projeção sejam introduzidos. Uma recomendação pertinente é que a construção de cenários, sempre que possível, contemple um maior número de etapas para implantação dos serviços de saneamento básico, ajustando as populações de universalização em cada revisão do PMSB.

Não existindo uma projeção definida como a oficial para Caçador, recomenda-se que a projeção do PMSB seja adotada em qualquer trabalho futuro, fornecendo-a para quem for contratado em projetos que necessitam destas projeções, economizando recursos e padronizando os trabalhos para a visão do planejamento municipal.

A distribuição na área urbana das projeções populacionais deve ser apoiada nas tendências de crescimento e ocupação apontadas: no Plano Diretor; nos levantamentos censitários do IBGE; na disponibilidade de áreas de expansão urbana; facilidades de acesso e comunicação; preços de mercado; outros itens. A identificação das áreas disponíveis para expansão urbana é outro importante componente para as projeções de crescimento populacional, para tal foi realizado mapeamento individualizado por bairro, destacando as áreas urbanizadas e as possíveis áreas de expansão urbana. O Mapa 10 apresenta uma síntese da Ocupação Territorial dos bairros. Uma imagem de toda a área urbana está apresentada no Mapa 11.

Destaca-se que este levantamento foi realizado de forma orientativa tendo como base imagens do recente levantamento aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina SDS 2010-2011. Com base neste mapeamento foi realizada uma estimativa de distribuição da população por bairro, para final do PMSB, mesmo sabendo ser trabalhosa e um tanto empírica a fundamentação, mas com as contribuições ao longo das diferentes análises que sofra este Produto B, se espera poder alcançar este objetivo.

A Tabela 10 reúne as informações levantadas, conforme exposto acima, das áreas urbanizadas e as possíveis áreas de expansão urbana, contendo na penúltima coluna uma estimativa preliminar da distribuição da população por bairro, para o final de plano (PMSB). Observa-se que atualmente 36,46% de áreas urbanizadas no espaço definido pelo perímetro urbano dos bairros.



**Mapa 10 - Urbanização dos Bairros**

Versão Final do PMSB de Caçador

46

**Mapa 11 - Imagem 2010-2011 - SDS com APPs e a Área Urbanizada**

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

47

Tabela 10 - Ocupação Territorial e População de Saturação de Caçador

Bairros	População Censo 2010	Domicílios 2010	Taxa de Ocupação (hab/dom)	Áreas (ha)			% de Urbanização Atual	Densidades (hab/ha)		Projeções	
				Total Urbanizada	Disponível p/ Expansão Urbana	Urbanização Máxima Possível		Aparente Atual	Efetiva Atual	População em 2043	População de Saturação
Aeroporto	372	98	3,80	236,60	37,12	178,91	15,69%	1,57	10,02	60	1.184
Alto Bonito	3.801	1.211	3,14	71,92	70,50	1,42	98,03%	52,85	53,92	140	5.800
Bello	3.267	1.061	3,08	117,11	54,41	45,53	46,46%	27,90	60,04	100	6.000
Berger	4.491	1.490	3,01	170,60	121,61	39,60	71,28%	26,32	36,93	120	6.771
Bom Jesus	1.767	594	2,97	43,50	41,10	1,16	94,49%	40,62	42,99	120	2.105
Bom Sucesso	5.075	1.449	3,50	426,43	141,97	228,28	33,29%	11,90	35,75	100	10.400
Centro	5.194	2.044	2,54	156,72	146,40	0,00	93,42%	33,14	35,48	100	6.130
Champagnat	139	49	2,84	256,85	24,30	190,16	9,46%	0,54	5,72	30	1.000
DER	917	321	2,86	110,61	39,15	61,72	35,39%	8,29	23,43	60	1.845
Dos Municípios	3.600	1.189	3,03	154,62	77,01	63,76	49,81%	23,28	46,75	75	4.339
Figueira	1.504	456	3,30	229,65	70,81	134,42	30,83%	6,55	21,24	80	3.200
Gioppo	3.017	914	3,30	194,03	64,72	108,50	33,35%	15,55	46,62	80	4.738
Industrial	256	75	3,41	678,40	61,76	494,39	9,10%	0,38	4,15	20	1.300
Kurtz	1.495	448	3,34	42,15	23,09	7,46	54,78%	35,47	64,76	120	1.644
Martello	12.695	3.559	3,57	455,47	210,75	223,63	46,27%	27,87	60,24	140	17.700
Nossa Senhora Salete	1.295	384	3,37	203,68	28,47	137,23	13,98%	6,36	45,48	80	3.642
Paraíso	1.425	493	2,89	75,17	42,85	20,63	57,01%	18,96	33,25	80	1.915
Rancho Fundo	2.686	790	3,40	150,42	50,20	76,68	33,37%	17,86	53,51	100	4.296
Reunidas	904	335	2,70	61,18	36,93	23,40	60,35%	14,78	24,48	50	1.170
Santa Catarina	6.206	1.901	3,26	228,73	107,99	99,91	47,21%	27,13	57,47	100	8.000
São Cristóvão	1.298	403	3,22	182,65	66,35	107,04	36,33%	7,11	19,56	60	3.016
Sorgatto	1.496	521	2,87	103,89	68,66	30,36	66,09%	14,40	21,79	40	1.709
<b>Total da Sede Urbana</b>	<b>62.900</b>	<b>19.785</b>	<b>3,18</b>	<b>4.350,35</b>	<b>1.586,14</b>	<b>2.274,19</b>	<b>36,46%</b>	<b>14,46</b>	<b>39,66</b>	<b>80</b>	<b>97.902</b>
						<b>3.860,34</b>					<b>307.221</b>

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

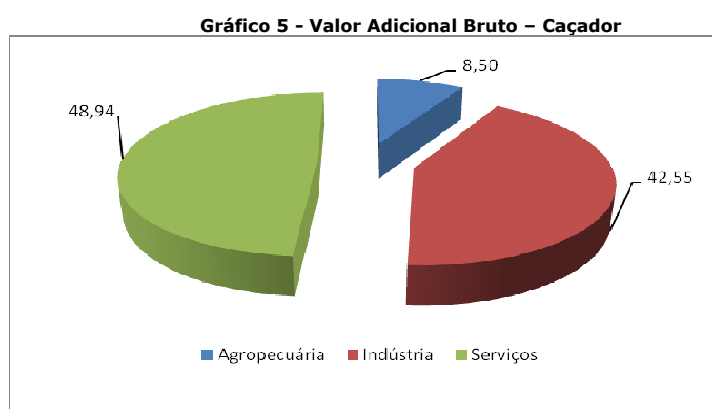
### 3.2.2 Economia

#### 3.2.2.1 PIB

O PIB municipal de 2008 foi de R\$ 1.241.191,78 ocupando a 19ª posição entre os municípios do Estado de Santa Catarina.

O PIB *per capita* municipal de 2008 foi de R\$ 17.709,05 ocupando a 84ª posição entre os municípios catarinenses. O PIB *per capita* estadual foi de R\$ 20.369,64.

A participação dos setores econômicos no VAB (Valor Adicionado Bruto) do município de Caçador está dividida, conforme dados de 2008, como segue:



Fonte: SPG de SC.

#### 3.2.2.2 Renda

Renda *per capita* não é a renda de fato auferida pelas pessoas e as reais possibilidades de consumo da população local, como também não expressa mais fielmente os recursos disponíveis para a população local suprir suas necessidades. Esta disponibilidade de recursos pode ser melhor expressa pelo *Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes (Reais)* fornecido pelo IBGE.

Como os dados apresentados são do levantamento realizado pelo IBGE em 2010, destaca-se que o salário mínimo da época da pesquisa era de R\$ 510,00.

**Tabela 11 - Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios**

Município e Distritos	Rendimento Nominal Mensal Domicílio
Caçador - SC	R\$ 2.109,86
Distrito Caçador	R\$ 2.142,63
Distrito Taquara Verde	R\$ 978,06

### 3.2.2.3 Renda por Bairro

Espelha com maior precisão o desenvolvimento humano da população que efetivamente reside no município e mesmo nas diferentes localidades dispersas no espaço geográfico do município. Na Tabela 12 está apresentado o rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes.

**Tabela 12 - Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios por Bairro**

Bairro	Rendimento Nominal Mensal Domicílio
Centro	R\$ 4.441,59
Bello	R\$ 1.883,19
Alto Bonito	R\$ 1.610,11
Martello	R\$ 1.330,37
Berger	R\$ 2.468,46
Paraíso	R\$ 3.142,99
Sorgatto	R\$ 2.398,26
Bom Jesus	R\$ 2.487,30
Reunidas	R\$ 4.073,99
Der	R\$ 4.409,60
Santa Catarina	R\$ 1.927,24
Kurtz	R\$ 1.842,81
Gioppo	R\$ 1.786,01
Rancho Fundo	R\$ 1.704,72
São Cristóvão	R\$ 2.138,49
Aeroporto	R\$ 1.464,91
Industrial	R\$ 1.396,79
Bom Sucesso	R\$ 1.474,89
Figueroa	R\$ 1.913,87
Champagnat	R\$ 2.240,88
Dos Municípios	R\$ 2.445,46
Nossa Senhora Salete	R\$ 1.313,60

Fonte: IBGE 2010.

### 3.2.2.4 Emprego

As tabelas abaixo mostram as atividades com maiores saldos (contratação – demissão) no município de Caçador no período de janeiro a agosto de 2013 e no ano 2012.

**Tabela 13 - Atividades com Maiores Saldos**

Período: Jan de 2013 a Ago de 2013				
CBO	Sal. Médio Adm.(R\$)	Frequencia		
		Adm.	Desl.	Saldo
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	845,05	2324	1.625	699
911305 - MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS. EM GERAL	928,97	215	83	132
411005 - AUXILIAR DE ESCRITORIO. EM GERAL	880,16	374	289	85
764005 - TRABALHADOR POLIVALENTE DA CONFECCAO DE CALCADOS	813,79	157	92	65
513505 - AUXILIAR NOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	803,88	86	48	38

Versão Final do PMSB de Caçador

50

Período: Jan de 2012 a Dez de 2012				
CBO	Sal. Médio Adm.(R\$)	Frequencia		
		Adm.	Desl.	Saldo
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	779,18	2637	2.040	597
515105 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	674	97	1	96
411005 - AUXILIAR DE ESCRITORIO. EM GERAL	850,06	425	333	92
622020 - TRABALHADOR VOLANTE DA AGRICULTURA	705,4	524	460	64
717020 - SERVENTE DE OBRAS	766,34	210	167	43

### 3.2.3 Mobilização Social

A mobilização social diagnosticada como a adequada para a realização de reuniões comunitárias e audiências públicas, em atendimento ao controle social definido no Termo de Referência do PMSB, é a divulgação destes eventos e o convite à população para participação às mesmas, com o uso de: divulgação ampla nos meios de comunicação listados no Produto A; de convites endereçados às associações de classe, sindicatos patronais e de trabalhadores, conselhos comunitários, conselhos profissionais e instituições de ensino; avisos em cultos religiosos; e uso de carro de som.

Para as Audiências Públicas esta Consultora sugere a elaboração de um folder com esclarecimentos do que é o PMSB, do seu conteúdo e metodologia e da importância da participação de todos.

Adicionalmente às consultas programadas também é sugerida uma pesquisa de satisfação com os serviços públicos de saneamento básico, aplicada através de agentes de saúde, o que não limita as contribuições à participação dos usuários nas reuniões e audiências, e proporciona uma visão mais abrangente de como a população avalia a prestação dos serviços.

Por último, destaca-se a fundamental participação ativa do Conselho Consultivo de Saneamento na análise dos produtos gerados nesta revisão do PMSB, pois esta forma de controle social é a única que a legislação condiciona como requisito essencial para a obtenção de recursos públicos destinados ao saneamento básico municipal.

### 3.2.4 Educação

#### 3.2.4.1 Alfabetização

A disponibilidade de dados sobre o alfabetismo é de extrema relevância na medida em que possibilita identificar áreas com carências educacionais. A Tabela 14 apresenta o percentual de alfabetizados no município.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

51

**Tabela 14 - Percentual de Pessoas de 5 anos ou mais Alfabetizadas**

Variável = Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade (Percentual)

Brasil, Unidade da Federação e Município	Ano = 2010									
	Idade									
	Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	100 anos ou mais
<b>Brasil</b>	89,08	68,43	96,09	97,8	96,63	93,44	90,13	86,17	73,48	36,79
<b>Santa Catarina</b>	94,64	76,1	98,82	99,19	99,05	97,9	96,22	93,98	85,93	48,15
<b>Caçador</b>	92,8	74,7	98,53	98,91	98,51	96,65	94,25	90,55	80,27	33,33
<b>Centro</b>	98,32	88,72	99,06	99,73	99,57	99,56	99,03	99,1	96,18	-
<b>Bello</b>	95,13	78,5	97,48	99,33	99,68	98,33	96,95	94,85	83,91	-
<b>Alto Bonito</b>	92,63	74,83	97,87	98,6	98,32	97,7	96,17	90,51	74,46	-
<b>Martello</b>	89,76	73,98	98,36	98,81	97,69	94,31	89,57	82,67	63,7	-
<b>Berger</b>	94,68	72,95	99,38	98,94	99,52	98,97	97,08	93,16	85,54	-
<b>Paraíso</b>	96,79	74,07	98,44	99,07	100	97,71	99,01	98,9	94,9	-
<b>Sorgatto</b>	96,97	90,24	98,94	100	100	99,08	98,35	94,97	90,2	100
<b>Bom Jesus</b>	96,82	89,9	100	99,32	100	99,6	98,15	95,79	88,93	-
<b>Reunidas</b>	99,19	96,67	100	100	100	100	99,3	97,69	99,12	-
<b>Der</b>	98,41	100	98,75	98,51	99,28	98,6	98,65	98,31	96,35	-
<b>Santa Catarina</b>	92,94	76,17	99,14	99,1	98,53	95,74	94,53	90,29	79,85	-
<b>Kurtz</b>	94,26	85,14	97,12	98,03	98,62	97,84	94,64	93,16	79,46	-
<b>Gioppo</b>	93,45	79,03	98,23	97,12	99,05	96,34	95,02	93,25	80,6	-
<b>Rancho Fundo</b>	92,02	73,68	99,04	98,23	98,58	98,09	95,52	85	67,98	-
<b>São Cristóvão</b>	98,18	99,15	100	99,14	100	99,59	99,01	92,52	90,53	-
<b>Aeroporto</b>	93,79	90,48	100	100	98,63	93,75	93,88	82,35	50	-
<b>Industrial</b>	89,82	75	95,83	100	100	94,59	94,12	73,68	66,67	-
<b>Bom Sucesso</b>	88,63	62,99	97,37	98,67	96,79	94,73	88,28	86,97	61,96	-
<b>Figueroa</b>	96,23	88,89	100	99,37	99,23	100	97,31	91,45	85,4	-
<b>Champagnat</b>	97,01	87,5	100	100	100	100	100	88	100	-
<b>Dos Municípios</b>	95,81	77,33	99,66	100	100	99,51	98,28	94,32	84,66	-
<b>Nossa Senhora Saleta</b>	87,77	60,15	98,53	99,22	98,58	93,3	90,12	79,66	69,72	-

Fonte: IBGE 2010.

**3.2.4.2 Escolaridade**

De fato, a educação não é apenas um serviço colocado à disposição de uma população. Ela é simultaneamente e por excelência um dos mecanismos através dos quais se distribuem as possibilidades de acesso às posições sociais. Assim, em relação à maior escolaridade, observa-se a probabilidade de ocupação de posições mais elevadas, as quais correspondem não só condições mais favoráveis de trabalho (menos manual e árduo), como também maior remuneração e maior prestígio. A educação se situa, por conseguinte, no ponto central de qualquer análise de estrutura social e de suas transformações.

Por outro lado, a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, afeta de duas formas seus familiares: orçamentariamente, em relação às oportunidades de bem-estar material de seus dependentes e sócio-educacionalmente condicionado às chances de escolarização de seus filhos e a própria ambiência cultural da família. Este condicionamento educacional e sociocultural dos responsáveis pelos domicílios é ressaltado nas avaliações de programas de igualdade de oportunidades escolares quando se enfatiza ser a "família educógena" geralmente mais importante do que os próprios fatores intraescolares no processo de desenvolvimento educacional das crianças.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

O grau de instrução é de suma importância no norteamento das Políticas de Educação Sanitária/ Ambiental, influenciando na forma e no tipo de material a ser implementado. A população pode ser envolvida nas formas de divulgação, dependendo do grau de instrução, através de: reuniões, assembleias, audiências, campanhas de rádio, tv e internet e na utilização de materiais como: folders, banners, outdoor e outros meios.

**Tabela 15 - Grau de instrução de Santa Catarina e Caçador**

Nível de instrução	Caçador	Santa Catarina
	Percentual	
Total	100	100
Sem instrução e fundamental incompleto	53,07	45,51
Fundamental completo e médio incompleto	19,04	19,51
Médio completo e superior incompleto	19,9	24,82
Superior completo	7,53	9,7
Não determinado	0,47	0,46

**Fonte: IBGE 2010.**

### 3.2.5 Saúde

Saúde pública é a ciência e a arte de prevenir doença, prolongar a vida e promover saúde e eficiência física e mental, através esforços organizados da comunidade para o saneamento do meio, o controle das doenças infecto-contagiosas, a educação do indivíduo em princípios de higiene pessoal, a organização dos serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e tratamento preventivo das doenças e o desenvolvimento da maquinaria social de modo a assegurar a cada indivíduo da comunidade um padrão de vida adequado à manutenção da saúde.

A salubridade ambiental é o estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural. Doenças como diarreias, dengue, febre tifóide e malária, que resultam mortes anuais, especialmente de crianças, são transmitidas por água contaminada com esgotos humanos, dejetos animais e lixo.

#### 3.2.5.1 Doenças

Principais doenças com veiculação hídrica são: Esquistossomose, Hepatite A/E, Leptospirose, Dengue, Malária, Cólera, Tuberculose, Amebíase, Giardíase, Febre Tifóide e Paratifóide.

A leptospirose é uma doença causada por bactéria que está intimamente ligada com a presença de ratos, que de modo geral, permanecem em locais onde a limpeza pública (coleta de resíduos sólidos "lixo") é deficiente, e cuja veiculação é potencializada no mau funcionamento dos sistemas de drenagem urbana. Já a Hepatite é causada por vírus e está dividida em tipos. As Hepatites "A" e "E" estão relacionadas com a falta de saneamento básico, pois sua transmissão é do tipo fecal oral, através do contato com alimentos e água contaminados.



**Tabela 16 - Doenças de Veiculação Hídrica em Caçador**

Agravos	Número de Casos			
	2009	2010	2011	2012
<b>Cólera</b>	0	0	0	0
<b>Dengue</b>	0	0	0	0
<b>Febre Tifóide</b>	0	0	0	0
<b>Hepatite</b>	5	8	15	6
<b>Leptospirose</b>	0	0	0	0
<b>Esquistossomose</b>	0	0	0	0
<b>Tuberculose</b>	11	20	13	-

**Fonte: MS - Sala de Situação****3.2.5.2 Infraestrutura dos Serviços da Saúde**

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNESweb) apresenta a seguinte infraestrutura dos Serviços de Saúde em Caçador:

**Tabela 17 - Leitos por Especialidades**

Descrição	Total	SUS	Não SUS
Total Cirúrgicos	36	15	21
Total Clínicos	50	26	24
Total Complementar	7	5	2
Total Obstétrico	18	18	0
Total Pediátrico	22	22	0
Total Outras Especialidades	1	1	0
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>87</b>	<b>47</b>

**Tabela 18 - Estabelecimentos de Saúde**

Descrição	Total
Posto de Saúde	11
Centro de Saúde/Unidade Básica	2
Policlínica	3
Hospital Geral	1
Consultório Isolado	68
Clinica/Centro de Especialidade	23
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	3
Unidade Móvel Terrestre	1
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência	1
Secretaria de Saúde	2
Centro de Atenção Psicossocial	2
Pronto Atendimento	1
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado	1
<b>Total</b>	<b>119</b>

**Fonte: CNES 2011**

### **3.2.5.3 Indicadores Epidemiológicos**

Indicadores epidemiológicos são importantes para representar os efeitos das ações de saneamento, ou da sua insuficiência, na saúde humana e constituem, portanto, ferramentas fundamentais para a vigilância ambiental em saúde e para orientar programas e planos de alocação de recursos em saneamento ambiental.

#### **Definições**

##### **Taxa de Fecundidade Total**

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade.

##### **Taxa Bruta de Mortalidade**

Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Número total de óbitos de residentes, sobre a população total residente (x 1.000).

##### **Taxa Bruta de Natalidade**

Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Número total de nascidos vivos residentes, sobre a população total residente (x 1.000).

#### **Indicadores**

Algumas populações são particularmente sensíveis às diversas patologias. As crianças de até um ano de idade são susceptíveis a diversas doenças, inclusive aquelas causadas por fatores ambientais. Idosos sofrem não só as consequências de toda a exposição a uma série de fatores químicos, exposições profissionais, etc., como são mais suscetíveis, pela diminuição da resistência orgânica, para uma série de doenças (respiratórias, fraturas, acidentes e outras). Então, para a análise dos indicadores epidemiológicos foi adotada a faixa etária que engloba crianças menores de um ano e menores de cinco anos, para avaliação de como as ações de melhoria das condições de saneamento estão refletindo mais especificamente na saúde das crianças.

A taxa de mortalidade infantil indica o risco de morte infantil através da frequência de óbitos de menores de um ano de idade na população de nascidos vivos. Este indicador utiliza informações sobre o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade, em um determinado ano, e o conjunto de nascidos vivos, relativos a um mesmo ano civil.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador importante das condições de vida e de saúde de uma localidade, região, ou país, assim como de desigualdades entre localidades. Pode também contribuir para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, especialmente ao pré-natal e seu acompanhamento. Por estar estreitamente relacionado à renda familiar, ao tamanho da família, à educação das mães, à nutrição e à disponibilidade de saneamento básico, é considerado importante para o desenvolvimento sustentável, pois a redução da mortalidade infantil é um dos importantes e universais objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para identificação e caracterização deste indicador, subdividiu-se o mesmo nas seguintes categorias abaixo, nas quais serão apresentados os valores para o município de Caçador e também do Estado e do País, a fim de possibilitar a comparação entre os mesmos além de possibilitar a visualização de suas evoluções:

**Tabela 19 - Taxa de Mortalidade Infantil por Diarréia (menores de 5 anos)**

Localidade	Período									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	1,02	1,00	0,96	0,84	0,82	0,76	0,51	0,44	0,39	0,30
Santa Catarina	0,51	0,42	0,36	0,32	0,17	0,21	0,06	0,12	0,10	0,09
Caçador	1,45	0,72	1,49	0,00	0,00	2,99	0,00	0,00	0,85	0,00

**Fonte: Sala de Situação de Saúde - MS**

Para o indicador de mortalidade (infantil), atribuiu-se à faixa etária de menores de cinco anos como a parte da população que mais é afetada por enfermidades conseqüentes de problemas voltados a falta de saneamento básico. Observa-se no que o município de Caçador não apresentou mortalidade por diarréia em menores de 5 anos em 2004, 2005, 2007, 2008 e 2010, no entanto, nos demais anos apresentou taxa sempre superior a média estadual.

**Tabela 20 - Número de Óbitos Infantis (menores de 5 anos)**

Localidade	Período									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	23,30	22,50	22,24	20,92	19,81	19,28	18,38	17,58	17,29	16,33
Santa Catarina	18,29	18,03	16,82	15,98	14,75	14,86	14,57	13,61	13,18	12,42
Caçador	18,09	16,62	21,63	24,14	12,72	26,18	22,38	20,15	19,62	14,27

**Fonte: Sala de Situação de Saúde - MS**

Observa-se no que o número de óbitos em Caçador nos últimos 5 anos da série, embora declinantes, se apresentam superiores aos números de óbitos infantis de Santa Catarina, estes declinantes em quase toda a série histórica.

**Tabela 21 - Taxa de Mortalidade Infantil (menores que um ano)**

Localidade	Período									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	19,80	19,18	18,86	17,80	16,94	16,39	15,66	14,99	14,73	13,89
Santa Catarina	15,50	15,27	14,10	13,62	12,59	12,55	12,77	11,69	11,32	10,50
São João Batista	17,37	13,73	20,13	21,21	10,48	24,68	18,93	16,12	15,36	12,49

**Fonte: Sala de Situação de Saúde - MS**

### 3.2.6 Habitação

As informações aqui mencionadas fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Pontos destacados do PLHIS de 2009:

<b>Tabela 22 - Necessidades Habitacionais</b>	
<b>Modalidade no Atendimento</b>	<b>Nº de Domicílios</b>
Déficit habitacional	3.498
Inadequação Habitacional	1.913
Reassentamento por estar em área de risco	204
Reforma, melhoria e ampliação das moradias	1.060

**Fonte: PLHIS 2009**

Os investimentos previstos para sanar as necessidades habitacionais foram estimados em R\$ 102.880.600,00, na base de referência de 2009, incluindo terrenos, construção de novas unidades habitacionais, conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidades habitacionais existentes, serviços de infra-estrutura básica e regularização fundiária. Se for considerada a demanda futura (10 anos) o valor total fica em R\$ 129.936.100,00.

### 3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às previsões de desenvolvimento populacional de uma cidade deve-se observar que os fatores que comandam esse crescimento apresentam características de instabilidade que podem ser questionadas para previsões de longo prazo. Como o próprio termo indica tratam-se de previsões. Qualquer que seja o modelo de previsão utilizado deve ser verificado periodicamente e ajustado às informações mais recentes que fugiram das previsões iniciais. O equacionamento matemático e aos parâmetros adotados representam apenas uma hipótese de cálculo com base em dados conhecidos, mas sujeitos às novas situações, imprevisíveis inicialmente.

A experiência desta Consultora é de que nos bairros mais carentes dos serviços de saneamento básico, normalmente mais afastados do Centro, a renda dos responsáveis dos domicílios cai a valores que representam um alerta para avaliação acurada da capacidade de pagamento de tarifas de serviços públicos, necessárias à sustentabilidade dos serviços, em especial dos serviços de esgotos sanitários.

No estabelecimento das prioridades de investimentos, será levada em consideração a existência de programas e projetos em andamento, a densidade populacional para maior abrangência dos benefícios, e a salubridade ambiental, contemplando aí todos os serviços de saneamento básico e agregando nesta priorização outros aspectos, como as áreas prioritárias de intervenção por interesse sanitário ambiental.

#### **4. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

##### **4.1 INTRODUÇÃO**

O conteúdo diagnóstico e prognóstico dos sistemas de abastecimento de água, denominado Produto C no Termo de Referência de elaboração do PMSB, apresenta uma visão da situação do abastecimento de água no Município, tanto nos aspectos pertinentes ao sistema público da sede do município e do distrito da Taquara Verde, como também em relação aos sistemas e às soluções coletivas ou individuais, públicas ou privadas, adotadas nas áreas urbana e rural.

As ações de saneamento básico no âmbito municipal estão disciplinadas através da Lei Municipal nº 2.531, de 12 de maio de 2008, que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências (Anexo C 01). Anteriormente a esta Lei e até mesmo à Lei Federal nº 11.445/2007 que estabeleceu mecanismos de controle social, foi criado Conselho Consultivo de Saneamento (Anexo C 02 - Lei nº 2.361 de 25 de agosto de 2006) como órgão supervisor e superior do Convênio de Gestão Compartilhada. O fundo municipal de saneamento foi criado através da Lei nº 2.330 de 7 de junho de 2006 (Anexo C 03).

Para subsidiar a elaboração deste Produto "C" foram disponibilizados pelo Município, através da FUNDEMA, os seguintes trabalhos técnicos:

"Projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água de Caçador" elaborado pelo consórcio APPE - Engevix em 1999 e revisado em 2002.

"Projeto de ampliação e de melhorias operacionais para a capacidade de produção de 220L/s" desenvolvido pela Hidráulica Engenharia Ltda, de 2007.

"Diagnóstico operacional e projeto básico de engenharia para a rede de distribuição do sistema de abastecimento da cidade de Caçador" elaborado pela CISM Engenheiros Consultores Ltda em 2007.

"Projeto de ampliação da captação, estação de recalque de água bruta, adutora de água bruta e tanque de contato do município de caçador", desenvolvido pela CISM Engenheiros Consultores Ltda em 2008.

"Projeto de Sistema de Abastecimento de Água Potável para a Localidade Adolfo Konder, Município de Caçador/SC", elaborado pelo Engº Guilherme Périco, em 2009.

##### **4.2. SISTEMAS EXISTENTES E SUA ABRANGÊNCIA**

O diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água abrange a caracterização e o inventário das diversas unidades componentes, sua gestão e os recursos existentes.

Os sistemas de abastecimento de água da sede do município de Caçador e do distrito de Taquara Verde são operados em Gestão Associada do Município com o Estado de Santa Catarina, tendo como interveniente a CASAN. Este modelo de Gestão teve início em 22 de dezembro de 2005, após término de convênio de concessão de 30 anos, com o contrato denominado Gestão Compartilhada entre Prefeitura Municipal de Caçador e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, com validade para 2 (dois) anos (Anexo C 04). Para suporte financeiro às ações em Gestão Compartilhada foi criado, através da Lei nº 2.330 de 7 de junho de 2006, o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador – FUNSAN (Anexo C 03). Para o controle social das ações de saneamento básico foi criado o Conselho Consultivo de Saneamento - CCS, conforme Lei Municipal nº 2.361 de 25 de agosto de 2006, sendo órgão supervisor e superior do Convênio de Gestão Compartilhada, portanto anterior a Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece mecanismos de controle social (Anexo C 02). Findo o prazo do Convênio de Gestão Compartilhada, novas negociações culminaram com a celebração, em junho de 2008, de novo Convênio, agora com o Governo do Estado e denominado de Convênio de Cooperação para Gestão Associada com o Estado de Santa Catarina, de nº 001/2008, tendo como interveniente a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN. O novo Convênio teve seus efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2008, com validade de 4 anos (Anexo C 06). Este convênio teve aditamento de prazo com validade estendida para final de 2013 (Anexo C 06).

O município de Caçador através da FUNDEMA opera dois sistemas coletivos, sendo uma na área urbana da sede (Sistema do Parque) e outra na comunidade de Adolfo Konder.

São conhecidas mais 5 soluções coletivas de abastecimento na sede urbana do município, operadas em condomínio, além de número não identificado de soluções alternativas de condomínios verticais e estabelecimentos comerciais. Levantamento realizado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, obtido em 2009, apresentava 106 poços profundos existentes em Caçador, atendendo através de soluções coletivas e individuais, o abastecimento de residências, comércio e indústrias, a maioria dentro dos limites do perímetro urbano (Anexo C 5).

Na área rural além do sistema da comunidade de Adolfo Konder operado pelo município, são conhecidos sistemas coletivos nas localidades de Rio Bugre, Turma 60, Castelli e Castelhana, esta última abastecida por poços profundos da empresa Adami que atendem a 400 moradores da localidade conhecida por Castelhana, às margens da SC-302, sentido Lebon Regis.

#### **4.3. CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS OPERADOS PELA CASAN NA SEDE URBANA**

O abastecimento de água da sede do município de Caçador tem como manancial principal o Rio do Peixe, sendo o bairro Figueroa atendido por manancial subterrâneo em sistema independente.

O sistema principal atende 16.178 ligações (set/2013) e o sistema do bairro Figueroa atende



a 444 ligações (set/2013). O Anexo C 07 apresenta a localização georreferenciada das unidades componentes destes dois sistemas.

#### 4.3.1 Mananciais e Disponibilidade Hídrica

O Rio do Peixe apresenta enquadramento classe II, conforme Resolução do CONAMA 357 (Conselho Nacional do Meio Ambiente), Art. 42 e Resolução 01/2008 do CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos). Nasce na Serra do Espigão, no Município de Calmon, numa altitude de 1.250 m. O ponto de captação tem coordenadas 498626 E 7039853 S e está na cota 889 metros. O Rio do Peixe caracteriza-se por apresentar elevada turbidez, originada pelo carreamento de partículas de argila em suspensão, proveniente de lavouras, estradas sem pavimentação e áreas de solo sem proteção vegetal.

A vazão máxima de captação do Rio do Peixe definida pelas regulamentações atuais, considerando a inexistência de dados fluviométricos é obtida com o uso de parâmetros de cálculo aplicados sobre a área drenada e a precipitação pluviométrica média anual da bacia do manancial.

A portaria SDS nº 36, de 29 de julho de 2008, alterada pela portaria nº 51, de 2 de outubro de 2008, estabelece os critérios de natureza técnica para outorga do direito de uso de recursos hídricos para captação de água superficial, em rios de domínio do Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e apresenta o seguinte:

*"Art. 2º - Para a análise de disponibilidade hídrica para captações ou derivação de cursos d'água de domínio do Estado de Santa Catarina, será adotada, como vazão de referência, a  $Q_{98}$  (vazão de permanência por 98% do tempo):*

*§ 1º - A vazão outorgável será equivalente a 50% da vazão de referência. (conforme alteração dada pela Portaria SDS 051/2008, de 02.10.2008).*

*§ 2º - Enquanto o limite máximo de derivações consuntivas em todas as seções de controle de uma bacia hidrográfica for igual ou inferior a 50% da vazão de referência  $Q_{98}$ , as outorgas poderão ser emitidas pela SDS, baseadas na inexistência de conflito quantitativo para uso consuntivo da água. (conforme alteração dada pela Portaria SDS 051/2008, de 02.10.2008).*

*§ 3º - O limite máximo individual para usos consuntivos a ser outorgado na porção da bacia hidrográfica limitada por cada seção fluvial considerada é fixado em 20% da vazão outorgável, podendo ser excedido até o limite de 80% da vazão outorgável quando a finalidade do uso for para consumo humano, desde que seu uso seja considerado racional". (§ incluído pela Portaria SDS 051/2008, de 02.10.2008)."*

Destes critérios se conclui que no caso da captação do Rio do Peixe para abastecimento público de Caçador, a vazão máxima possível de ser retirada é de 80% da vazão outorgável, que por sua vez é 50% da vazão de referência  $Q_{98}$ .

O cálculo da vazão de referência  $Q_{98}$  deriva da vazão média de longo termo. Para a

determinação da vazão média de longo termo no local de captação, foi utilizado o Método de Regionalização Hidrológica, uma vez que não existe estação fluviométrica com medições sistemáticas de níveis e curva de descarga calibrada para a seção, para possibilitar a obtenção de série de vazões e o seu tratamento. Para esta determinação foi utilizada a publicação "Regionalização de Vazões das Bacias Hidrográficas Estaduais do Estado de Santa Catarina" editada pelas Secretarias de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Sustentável de SC, no âmbito do Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAPEM – Microbacias 2 – Fevereiro de 2006 ([www.sirhesc.sds.sc.gov.br](http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br) no link Biblioteca Virtual). Neste estudo encontra-se a "Regionalização das Vazões Médias de Longo Termo", estando a bacia do Rio do Peixe enquadrada na região 72-M1-S3-V, sendo 72 a divisão da ANA para as sub-bacias federais (=RH3 - bacia hidrográfica 6/23 de SC=bacia do Rio do Peixe), M1 a região homogênea de vazão média de longo termo (QMLT), S3 região homogênea para coeficiente sazonais em relação à vazão média de longo termo (coeficiente sazonal) e V a região para aplicação da curva de permanência das vazões médias mensais.

Deste enquadramento se obtém:

$$Q_{MLT} = 1,240 \times 10^{-4} \times P^{0,759} \times AD^{0,968}$$

Onde:

$Q_{MLT}$  = vazão média de longo período, em m³/s.

$P$  = precipitação média anual, em mm/ano = 1.572 mm, obtida do estudo "Regionalização de Vazões das Bacias Hidrográficas Estaduais de SC".

$AD$  = área de drenagem no local da captação do Rio do Peixe, em Km². Do recente voo aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina SDS 2010/2011 a área drenada é de 236,38 km².

O cálculo da vazão de referência  $Q_{98}$  é feito a partir da aplicação de coeficiente sobre a vazão média de longo período, obtido a partir de outra classificação de zonas homogêneas. A bacia do Rio do Peixe está na região V e para o percentual de 98% de permanência, o coeficiente da tabela é 0,11. Assim a  $Q_{98}$  é dada pela expressão:

$$Q_{98} = Q_{MLT} \times K_i$$

Onde;

$Q_{98}$  = vazão média com 98% de tempo de permanência, em m³/s

$Q_{MLT}$  = vazão média de longo período, em m³/s

$K_i = 0,11$

Utilizando os dados da bacia de Captação do Rio do Peixe, ou seja, precipitação média anual

de 1.572 mm e área de drenagem de 236,38 km<sup>2</sup>, é obtida a vazão média de longo termo, através das equações acima apresentadas, de 6.564 l/s e uma vazão média de permanência em 98% do tempo de 722 l/s (vazão de referência=  $Q_{98}$ ). Com base no critério definido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, a vazão outorgável (máxima possível de ser retirada do Rio do Peixe no local de captação) é de 50% da vazão de referência, ou seja, 361 l/s. Desta vazão outorgável, a destinada ao abastecimento público pode atingir até 80%, ou seja, **289 l/s**. Conforme será demonstrado mais adiante esta vazão é suficiente para atender o cenário de demanda definido neste PMSB.

Duas considerações são importantes de se ressaltar.

A primeira diz respeito à vazão média de longo termo, que foi estabelecida através de metodologia que regionaliza as vazões. Estes modelos teóricos são representações simplificadas que procuram reproduzir a realidade do comportamento hídrico das bacias regionais ampliadas, mas isto não significa que sua aplicação consiga traduzir o comportamento de situações particulares. No entanto, é o modelo oficialmente adotado para outorgas, fruto de um longo trabalho, de aplicação bem aceita.

A segunda consideração é de que os valores de outorga deverão sofrer alterações. A situação dos recursos hídricos em Santa Catarina é preocupante e os limites de outorga dos atuais parâmetros já foram ultrapassados em muitos sistemas, mesmo naqueles sem conflitos de uso das águas. Em alguns casos a vazão dos sistemas tem ultrapassado as vazões mínimas dos mananciais (Oeste do Estado) e as alternativas de busca de novos mananciais demandam elevados investimentos. No caso do Rio do Peixe onde não há conflito de uso das águas e considerando o elevado interesse público, é inquestionável que a vazão máxima de captação possa ser superior ao que as regulamentações estabelecem, se isto se mostrar necessário.

A outorga de captação de água no Rio do Peixe ainda não foi obtida, fato que tem sido constatado na grande maioria dos mananciais de abastecimento público em Santa Catarina.

O sistema independente do bairro Figueroa tem como manancial um poço profundo de fratura de basalto com 84 metros de profundidade, perfurado em 6", com motobomba a 46 metros, com vazão de teste originalmente informada (PMSB 2009) de 45 m<sup>3</sup>/h ou 12,5 l/s, considerada excelente. O conjunto motobomba hoje instalado proporciona vazão de 23 m<sup>3</sup>/h (6,4 l/s), operando em média 20 horas por dia. A exploração racional deste poço não deve ultrapassar 16 h/dia na vazão de teste, o que resulta, para o per capita estimado de 120 l/hab dia e perdas projetadas de 25%, no potencial de atendimento de 4.154 habitantes. Atualmente o sistema abastece a 1.449 hab. Os estudos desenvolvidos para ampliação do sistema de abastecimento de água da sede urbana de Caçador mantêm este sistema independente para o futuro. Como este poço se encontra em terreno particular, deverá ser prevista a sua proteção, regularização da posse e fechamento da área.

**Tabela 23 - Sistema do Bairro Figueroa**

Dados		Poço Figueroa
Coordenadas captação WGS 84	E	497580
	S	7036143
Vazão de teste (l/s)		12,5
Vazão de retirada (l/s)		6,4
Horas de funcionamento (média)		20
Nº de ligações servidas		444
Nº de economias residenciais		439
Nº de economias comerciais		16
Nº de economias industriais		3
Nº de economias públicas		3
População abastecida		1.449
População abastecível (16h bomb.)		3.857

#### 4.3.2 Mananciais Alternativos

Como fontes alternativas e complementares ao abastecimento de água da cidade de Caçador, passíveis de serem utilizadas, temos dois mananciais superficiais, os Rios Caçador e Castelhana, os mananciais subterrâneos de fratura de rochas magmáticas, que podem ser utilizados em situações pontuais como se faz atualmente no abastecimento do Bairro Figueroa e as águas subterrâneas do aquífero Guarani.

Estudos desenvolvidos pela CASAN apontam para a possibilidade de perfuração de um poço de 530 m de profundidade no aquífero Guarani, com vazão esperada de até 50 l/s, mas os custos envolvidos e o grau de incerteza da perfuração indicam que esta alternativa não é recomendável em função das outras existentes.

Os mananciais superficiais, Rio Caçador e Rio Castelhana, devem ser considerados em primeira análise como alternativas futuras, o primeiro pela proximidade e o Rio Castelhana se a tendência de crescimento se confirmar para a região leste, embora se descortine conflitos de uso e outorga na bacia do Rio Castelhana, face à utilização daquele manancial pela indústria Adami. Para o manancial superficial atual e os dois alternativos, pode ser considerada a possibilidade futura de regularização de vazão por meio de barragens, como proposto no projeto da Engevix, mas esta alternativa não se mostra necessária no horizonte de estudo deste PMSB. Para os mananciais superficiais Rio Caçador e Rio Castelhana foi desenvolvido estudo de vazões máximas possíveis de serem retiradas, como realizado para o Rio do Peixe e os resultados estão na Tabela 24, juntamente com os do Rio do Peixe. Para o Rio Caçador foi imaginada uma captação a 400 m abaixo da foz do Rio Castelhaninho e para o Rio Castelhana foi escolhido como ponto de captação um local acima da SC – 350, nos dois casos posicionando os pontos de captação fora das ocupações urbanas.

**Tabela 24 - Dados dos Mananciais Superficiais de Caçador**

Dados		Mananciais		
		Rio do Peixe	Rio Caçador	Rio Castelhano
Coordenadas da captação	E	498626	502077	506307
	S	7039853	7039346	7036175
Precipitação (mm) = P		1.572	1.572	1.572
Área drenada (km <sup>2</sup> ) = AD		236	113	103
$p^{0,362}$		266,75	266,75	266,75
$AD^{1,092}$		198,45	97,19	88,81
Vazão média de longo termo (m <sup>3</sup> /s) = Q <sub>MLT</sub>		6,564	3,215	2,938
Q <sub>98</sub> (m <sup>3</sup> /s)		0,722	0,354	0,323
Q <sub>OUT</sub> (m <sup>3</sup> /s)		0,361	0,177	0,162
Vazão de retirada máxima (m <sup>3</sup> /s) = Q <sub>MAX</sub>		0,289	0,141	0,129
Q <sub>MAX</sub> (l/s)		289	141	129
Vazão de retirada Atual (l/s)		160	-	-
Vazão necessária para ano de 2043		262	-	-
Vazão a ser retirada poço Figueroa em 2043		6	-	-
Vazão a ser retirada Rio do Peixe em 2043		256	-	-

Com os dados de vazão dos Rios do Peixe, Caçador e Castelhano, e adotando o consumo per capita estimado para o futuro de 140 l/s, perda de processo estimada em 3% e perdas reais mais aparentes projetadas em 25%, foi montada a Tabela 25, de capacidade de atendimento dos mananciais. Destaca-se aqui que as perdas atualmente são superiores a 50%, indicando a necessidade de um vigoroso programa de controle de perdas para que estas caiam a níveis aceitáveis como o aqui proposto, já recomendado no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de 2009 e não iniciado. A Tabela 25 mostra que com esta perda projetada o Rio do Peixe atenderá com folga a demanda de final do período de projeções.

**Tabela 25 - Capacidade dos Mananciais**

Dados		Mananciais		
		Rio do Peixe	Rio Caçador	Rio Castelhano
População Abastecível (hab) (para Q <sub>MAX</sub> )		108.062	52.925	48.360
População Abastecível (hab) (para Q <sub>OUT</sub> )		135.078	66.156	60.450
População ano 2043 = 97.902 hab		25% de perdas		
		140,00 l/hab*dia		

Diante do aqui apresentado é inquestionável a conclusão de que o Município de Caçador deverá manter e apoiar todos os programas e ações que assegurem a preservação da bacia do manancial atual e dos que possibilitarão atender o suprimento da população no futuro, em especial o programa SOS Nascentes. Este programa, que teve sua origem no primeiro Convênio de Gestão Compartilhada, é mantido pelo retorno das contas de água que o Município paga de seus imóveis, cerca de R\$ 18.000,00 mensais. O SOS Nascentes vem sendo bem conduzido por pelo município com acompanhamento da CASAN e desenvolve ações de proteção e preservação na bacia do Rio do Peixe com fornecimento de mudas para recuperação de APPs, material para cercas de proteção ao plantio de mudas, conjuntos fossa/filtro para soluções individuais de tratamento de efluentes domésticos, fontes modelo caxambu para abastecimento de água, pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis e outras intervenções de proteção e recuperação ambiental.

É fundamental o estabelecimento de um programa, com força de Lei, definindo as aptidões físicas, disciplinando o uso e ocupação do solo nas bacias, e promovendo ações de proteção e recuperação ambiental, bem como a fiscalização de seu cumprimento. A gestão ambiental que compete aos Municípios vai muito além das necessárias ações de saneamento básico nas áreas urbanas. A eficácia de sua atuação depende de uma forte integração com todas as entidades que atuam no setor, somando esforços às ações coordenadas pelo Comitê da Bacia do Rio do Peixe, juntamente com EPAGRI, Secretaria de Agricultura do Estado, Secretarias Municipais, Polícia Ambiental, Ministério Público, Vigilância Sanitária, meios de comunicação e outros. Destaca-se também que o sucesso nas ações de preservação e recuperação de bacias requer a integração das populações rurais e urbanas.

#### **4.3.3 Diagnóstico das Unidades dos Sistemas**

A realização do diagnóstico das unidades teve início com a vistoria de todas as instalações e foi acompanhada do engenheiro da CASAN lotado na Agência de Caçador.

##### **4.3.3.1 Captação e Adução de Água Bruta do Sistema Principal**

A concepção inicial do sistema de abastecimento público de água do município de Caçador foi elaborada pela Fundação SESP - Serviço Especial de Saúde Pública em 1970. A CASAN em meados dos anos 1970 assumiu a concessão dos serviços de água e esgotos e promoveu ampliações do sistema de abastecimento de água, voltando a ampliá-lo em meados dos anos 1980. Em 1992 o município, diante da carência de investimentos em abastecimento de água, construiu um reservatório de 500 m<sup>3</sup> no Bairro Martelo e o repassou para a CASAN. Em 1999 a CASAN desenvolveu um novo projeto de ampliação em contrato com consórcio APPE - Engevix, revisado em 2002, que não foi implantado.

Em janeiro de 2008 a Empresa CISM concluiu, conforme contrato firmado com Fundo Municipal de Saneamento de Caçador (com aprovação do Conselho Consultivo de Saneamento), o Projeto de Ampliação da Captação, Estação de Recalque de Água Bruta, Adutora de Água Bruta e Tanque de Contato. Este trabalho foi contratado em função das precárias condições operacionais e de manutenção da captação, naquela data. Do projeto da CISM reproduzimos trechos do diagnóstico, que hoje consideramos importante destacar:

O ponto escolhido para captação e estação de recalque, na concepção inicial, foi o mais conveniente considerando as seguintes razões:

- margem suficientemente alta ao abrigo de inundações (o que foi comprovado posteriormente quando da ocorrência de cheias);
- velocidade suficiente para evitar a sedimentação de detritos;
- existência de corredeira a aproximadamente 1.500 m a jusante, o que contribui para minimizar a elevação do nível de água nas enchentes.

Alguns aspectos da concepção inicial do projeto foram modificados ao longo do tempo. Com

o aumento da demanda, a captação passou a ser insuficiente para atender ao sistema. Desta forma, foi executado um canal de tomada lateral em concreto que alimenta diretamente o poço de sucção existente. Os equipamentos de recalque foram substituídos e uma nova linha adutora de água bruta implantada. Visando evitar a entrada de materiais grosseiros provenientes do carreamento de galhos e folhas pelas águas do Rio do Peixe para dentro do poço de sucção, foram implantadas sequencialmente tela aramada e grade grossa, já na entrada do canal. Como medida auxiliar foi adotada barreira flutuante com garrafas PET, pois o sistema de gradeamento existente ainda permite afluxo de folhas para dentro do poço de sucção.

O recalque da água captada atualmente caracteriza-se por quatro bombas, trabalhando em paralelo duas a duas, sendo as bombas 1 e 2 responsáveis pelo abastecimento da adutora AAB 001 (vazão total 114 l/s), FºFº DN 300, operando simultaneamente sem reserva, e as bombas 3 e 4 responsáveis pelo abastecimento da adutora AAB 002 (vazão total de 102 l/s), FIBRA DN 300, sendo que a bomba 4 (menor) fica como reserva, em função do limite de capacidade de tratamento da ETA. Observa-se que se uma das 3 bombas maiores (que tem igual capacidade e atendem a vazão da ETA) apresentar problema o sistema terá redução de vazão com a entrada em funcionamento da bomba reserva de menor capacidade. As características técnicas dos conjuntos motobomba constam do cadastro técnico de equipamentos desenvolvido pela CASAN e apresentados no Anexo C 08.

As águas captadas no Rio do Peixe são aduzidas por recalque a partir da ERAB até a ETA através de duas linhas operando independentemente.

- AAB1 – adutora em FºFºDN 300 mm, com 450 m de extensão, alimentada pelas bombas B1 e B2.
- AAB2 – adutora em FIBRA DN 300 mm, com 748 m de extensão, alimentada pelas bombas B3 e B4.

As medições pitométricas apresentaram os seguintes dados operacionais, AAB1 com duas bombas e AAB2 com uma bomba:

AAB1 – FD DN 300 mm

- Vazão de saída da ERAB = 116 L/s;
- Vazão de chegada ETA = 110 L/s
- Pressão no EP ERAN = 68,5 mca
- Pressão no EP ETA = 4,5 mca

AAB2 – RPVC DN 300 mm

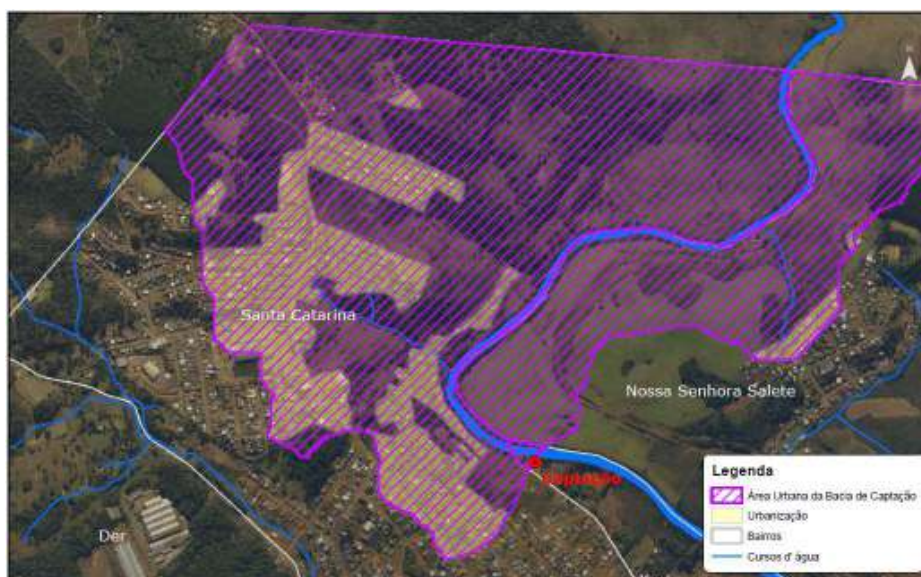




- Vazão de saída da ERAB = 52 L/s;
- Vazão de chegada ETA = 50 L/s
- Pressão no EP ERAN = 67 mca
- Pressão no EP ETA = 4,5 mca

O Rio do Peixe no local da captação caracteriza-se por apresentar largura significativamente superior a sua profundidade. O nível do rio é controlado ainda por uma queda d'água existente a aproximadamente 1.500 m a jusante do local da captação, minimizando efeitos de cheias, uma vez que propicia o escoamento com velocidades altas, porém apresentando níveis relativamente baixos durante os períodos de estiagem. A única ocorrência observada de inundação foi em 1983, uma cheia excepcional, que não atingiu os quadros elétricos. As outras ondas de cheia que atingiram o local de captação, não chegaram a adentrar na casa de bombas. A maior preocupação com relação à utilização do local de captação refere-se à determinação do nível de água seguro na ocorrência de vazões mínimas.

A ocupação urbana do Bairro Santa Catarina, que se desenvolveu em área que drena para montante da captação, deve merecer atenção prioritária com alternativas de esgotamento sanitário e o planejamento municipal deve inibir o crescimento populacional nestas áreas a montante da atual captação. A parte alta do bairro Nossa Senhora de Salete também começa a apresentar ocupação que drena para montante de Captação (Mapa 12).



**Mapa 12 - Ocupação Urbana na Bacia de Contribuição da Captação**

O projeto contratado com a CISM, tendo em vista os níveis mínimos do manancial em períodos de estiagem, concluiu que era importante a configuração de um canal de tomada que assegure o abastecimento do poço de sucção e ainda, de sistemas de retenção de vazão

sólidas que minimizem o volume de materiais em suspensão na elevatória (ERAB). Identificou que os equipamentos hoje em operação estão instalados em cota imprópria para a sua correta operação, e sem muitas condições topográficas para o rebaixamento das cotas dos motores, devido a possíveis inundações. Também o poço de sucção existente, com volume estimado em 12,37 m<sup>3</sup>, não está compatível com as necessidades de projeto, uma vez que o tempo de retenção, inferior a 1 minuto para Q = 220 l/s, é insuficiente para a equalização do fluxo das vazões a serem succionadas numa etapa imediata de ampliação da vazão aduzida.

A necessidade de projeto de nova estação de recalque verificou-se devido ao aumento da demanda gerada pelo incremento populacional do município, que ultrapassava a capacidade da ERAB existente; aos problemas decorrentes de nível de estiagem do rio, que não garantiam o NPSH requerido para operação dos equipamentos existentes; e ao nível de cheia que apresenta riscos de inundação da casa de bombas atual.

Diante do exposto e a disponibilidade de área para implantação das novas instalações paralelas à ERAB existente, sem interferência operacional durante a execução das obras, foi definido o desenvolvimento do projeto de nova captação com casa de bombas na mesma área. A ampliação da Captação, do Recalque e da Adução de Água Bruta do SAA, deve proporcionar em uma etapa imediata 220 l/s (0,22 m<sup>3</sup>/s). A retirada de até 289 l/s é compatível com a vazão máxima passível de ser outorgada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos para a Captação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Caçador, no atual ponto de captação.

As duas adutoras existentes tem capacidade de transporte de 239,55 l/s, assim o sistema de adução atual, poderia, com a troca de equipamentos de recalque, atender a vazão relativa à ampliação imediata de 220 l/s, capacidade máxima de tratamento que será alcançada com as melhorias em andamento na ETA. É importante ressaltar o alerta de que a adutora AAB1 se desenvolve sob edificações e moradias, as quais estão sujeitas a danos significativos no caso de rompimento da tubulação. O mesmo ocorre no segmento de chegada da AAB2. Desta forma, além das condicionantes hidráulicas, devem-se considerar os fatores ambientais relacionados com a opção de manutenção do sistema de adução existente. Tão logo possível recomenda-se que a AAB1 seja substituída por nova linha, de forma a desativar os segmentos que se desenvolvem sob edificações e colocam em risco construções e residências. Da mesma forma, propõe-se a substituição do segmento final da AAB2. Preliminarmente, sugere-se que nova linha adutora seja implantada em paralelo a AAB2, seguindo pela Rua Humberto Busato até a Rua Antonio Roseto, e vindo por ela até a Rua Ivo Rasel, onde teria uma deflexão a direita, seguindo pela Rua Ivo Rasel até a Rua Sergipe, atingindo a Rua Amazonas, quando deflexiona à esquerda até a entrada na ETA. Este traçado se desenvolve totalmente em vias urbanas, eliminando os riscos de novas construções sobre as adutoras. O projeto da CISM previa etapas de implantação como segue:

- Vazão Etapa Imediata : 220 l/s com novos conjuntos motobomba (AAB2).

- Vazão Etapa Emergencial: Máx. Diária (ano 2010): 262 l/s - com nova linha de adução.
- Máxima Diária (ano 2.020) : 308 l/s – com mais conjuntos motobomba.

A análise da projeção de demandas elaborada pela CISM indica que o crescimento populacional ali previsto superou em muito o que vem ocorrendo, de forma que o alcance das etapas propostas é consideravelmente aumentado. A comparação das projeções populacionais realizadas está a seguir apresentada na Tabela 26.

**Tabela 26 - Projeções Populacionais da Sede Urbana**

<b>Ano</b>	<b>PSB 2009</b>	<b>CISM</b>	<b>PSB 2013</b>
<b>2010</b>	64.481	72.853	62.900
<b>2011</b>	65.671	74675	63.810
<b>2012</b>	66.860	76542	64.729
<b>2013</b>	68.050	78457	65.659
<b>2014</b>	69.239	80419	66.597
<b>2015</b>	70.429	82430	67.546
<b>2016</b>	71.618	84491	68.504
<b>2017</b>	72.808	86604	69.472
<b>2018</b>	73.997	88770	70.450
<b>2019</b>	75.187	90990	71.437
<b>2020</b>	76.376	93265	72.433
<b>2021</b>	77.566	95597	73.440
<b>2022</b>	78.755	97988	74.456
<b>2023</b>	79.945	100438	75.481
<b>2024</b>	81.134	102950	76.516
<b>2025</b>	82.324	105525	77.560
<b>2026</b>	83.513	108164	78.614
<b>2027</b>	84.703	110869	79.677
<b>2028</b>	85.892	113641	80.749
<b>2029</b>	87.082	116483	81.831
<b>2030</b>	88.271	119396	82.921
<b>2031</b>	89.461		84.021
<b>2032</b>	90.650		85.130
<b>2033</b>	91.840		86.248
<b>2034</b>	93.029		87.375
<b>2035</b>	94.219		88.510
<b>2036</b>			89.655
<b>2037</b>			90.808
<b>2038</b>			91.969
<b>2039</b>			93.139
<b>2040</b>			94.318
<b>2041</b>			95.504
<b>2042</b>			96.699
<b>2043</b>			97.902

A etapa imediata do projeto da CISM compreende a construção da nova captação com casa de bombas para todas as etapas, instalação de 3 novos conjuntos motobomba verticais tipo turbina modelo 14B da ESCO Q=460 m<sup>3</sup>/h, sendo 1 como reserva e mantendo as 2 adutoras existentes, com alerta para substituição da AAB1 tão logo possível, o que então consistiria em um aumento de vazão para 262 l/s. A etapa seguinte do projeto da CISM seria

dispensável dentro do horizonte do PMSB face à nova projeção populacional e ao êxito esperado do programa de redução de perdas, e também por superar a capacidade máxima de captação de água do Rio do Peixe. O projeto da CISM definiu novo diâmetro de adutora para substituir a AAB1, previsto em 500mm, que pode ser mantido. Conforme nas Tabelas 23 e 24 a capacidade de atendimento de mananciais, obtido a partir de projeção populacional e de consumo per capita, o Rio do Peixe atende a demanda requerida pela sede do município de Caçador até o final do período de estudo do plano (2043), dentro do que está estabelecido pela Portaria SDS 051/2008 como vazão máxima outorgável para o Rio do Peixe, no atual ponto de captação.

Pela projeção de demandas a implantação de nova adutora de água bruta seria necessária, sem considerar risco aos moradores, por meados dos anos 2020, porém a nova captação com novos conjuntos motobomba deve ser contemplada no plano de investimentos de curto prazo. Importante salientar que para isto ser possível a perdas que hoje atingem níveis elevados devem cair de imediato para a casa dos 40%, seguindo em declínio até 25% em 2042. É inadmissível pensar em aumento de produção para jogar água fora.

#### 4.3.3.2 Estação de Tratamento

A estação de tratamento de água de Caçador é do tipo convencional completo, consistindo de unidades de coagulação com policloreto de alumínio (PAC), floculação, filtração, desinfecção com cloro e fluoretação. Foi concebida inicialmente para tratar 40 l/s, com possibilidade de ampliação para 60 l/s. Além da ampliação prevista no projeto original, a ETA passou por reformas, apresentando atualmente capacidade de tratamento nominal para tratar 130 a 150 l/s. A ETA está operando quase permanentemente em regime de sobrecarga (160 l/s), com tempo de funcionamento de até 24 horas por dia para atender a demanda.

A configuração consiste das seguintes unidades principais:

- Entrada de água e Mistura Rápida: as adutoras FD DN 300 e RPVC DN 300 chegam à ETA em uma caixa de seção retangular. O coagulante, PAC, é aplicado por gotejamento, imediatamente após a entrada na ETA, anterior à calha Parshall, sendo que a mistura é promovida pela turbulência do ressalto. Tem dimensões insuficientes para a vazão atual e já há projeto para sua adequação desenvolvido pela Hidráulica Engenharia.
- Medidor Parshall – localizado entre a câmara de admissão de água bruta e os floculadores, tem por finalidade o controle e medição das vazões afluentes à ETA, bem como a promoção da mistura do coagulante. Está subdimensionado para a vazão atual.
- Floculadores – O projeto original previa velocidade de 0,16 m/s para a vazão de 40 l/s e de 0,25 m/s para a vazão de 60 l/s. Segundo o projeto original, a mistura lenta para formação dos flocos se processaria em 3 câmaras com floculadores hidráulicos de fluxo vertical, dividido em 3 setores compartimentados de forma a permitir gradientes de velocidades decrescentes:

1º Setor, composto de 10 câmaras: 4 de 0,60 m x 0,70 m x 3,80 m; 4 de 0,60 x 0,70 x 3,60 m e 2 de 0,60 m x 0,70 m x 3,40 m

2º Setor, composto por 8 câmaras: 2 de 0,60 m x 0,80 m x 3,40 m; 6 de 0,60 m x 0,80 m x 3,20 m.

3º Setor, composto por 4 câmaras de 0,60m x 1,70 m e altura de 3,20 m.

A limpeza de cada floculador é independente e constituída de descarga de fundo. O canal de água floculada foi dimensionado com uma seção molhada de 0,40 m x 0,60 m.

A ETA conta ainda com 3 câmaras de floculadores mecânicos, implantados a jusante do canal floculador e a montante dos decantadores, agregados quando da última ampliação. Estes floculadores não tiveram o desempenho previsto em projeto, pois todas as tentativas de ativá-los se mostraram prejudiciais ao processo de decantação e estão atualmente desativados.

- Decantadores – consiste de canal distribuidor com largura variável e tirante de 0,40 m e três unidades decantadoras com seções retangulares, com 16,40 m x 4,50 m e 4,10 m de profundidade (300 m<sup>3</sup> por módulo) inicialmente dimensionadas para um tempo de retenção de 4 horas e taxa de escoamento no vertedor de saída de 2,8 l/s.m. A água entra no decantador através de comportas de acionamento manual e se distribui homogeneamente em toda a seção transversal por meio de cortina difusora, constituída por uma série de furos. A coleta e distribuição da água decantada aos filtros é feita através de uma canaleta.

O fundo do decantador possui declividades no sentido de um ponto distante 1/3 do seu comprimento a partir da entrada da água, de modo a permitir descargas de fundo periódicas, através de adufa de 300 mm, com acionamento manual, com saída para o canal de esgoto. Este sistema de descarga não funciona a contento e há projeto da Hidráulica Engenharia para sua adequação. Quando, no passado, da reforma para ampliação de sua capacidade, os decantadores receberam a implantação de placas de lona, longitudinais ao fluxo para aumento de taxa. As características de cada decantador são as seguintes:

- Volume útil: 300 m<sup>3</sup> (decantador e pré-sedimentador)
- Volume de escoamento superficial: 21 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>/dia
- Área: 74 m<sup>2</sup>
- Profundidade útil: 4,1 m
- Dimensões em planta:
- Comprimento: 16,4 m
- Largura: 4,5 m
- Relação Comprimento / Largura: 4:1
- Relação Comprimento / Profundidade: 5:1

Hoje há forte arraste de flocos para a canaleta que alimenta os filtros devido ao subdimensionamento da ETA para a vazão atual.

• Filtros – consistem de três unidades filtrantes do tipo gravidade, dimensionadas para operar a taxa de  $120 \text{ m}^3/\text{m}^2/\text{dia}$ . Em acordo com o projeto original, possuem fundo falso, com lajotas quadradas  $0,60 \text{ m} \times 0,60 \text{ m}$  e distribuidores de plástico instalados em linhas cruzadas e normais entre si, distanciados um dos outros de 20 cm. A lavagem dos filtros é feita por contracorrente e alta velocidade. Cada filtro é provido de calhas coletoras, de concreto armado, com seção variável separadas entre si, de eixo a eixo, 1,90 m e de eixo a parede de 0,95 m. A água de lavagem escoar por esse canal e segue para o sistema geral de esgotos através de uma comporta de controle manual. A tubulação de lavagem, DN 300mm, foi dimensionada para a vazão de 220 l/s e velocidade em torno de 3,2 m/s. A saída da água filtrada é feita através de tubulação DN 150 mm dimensionada para vazão de 20 l/s e velocidade de 1,1 m/s. A regulação de vazão é feita por controlador venturi de operação manual. O projeto admitiu a lavagem de um filtro por vez e por dia, prevendo-se a necessidade de  $65 \text{ m}^3/\text{dia}$  de água de lavagem, que seria fornecido pelo reservatório R2, de  $150 \text{ m}^3$  e torre de 12 m de altura, instalado na área da ETA. Este reservatório é responsável pelo abastecimento da região alta do sistema distribuidor, além de fornecer a pressão necessária para os aparelhos dosadores de cloro. Devido a não entrada em operação do novo decantador e a baixa eficiência no processo de decantação para a vazão atual, a ETA de Caçador está lavando um mesmo filtro em até 03 vezes ao dia.

Dados de projeto de cada filtro:

- Largura: 3,80 m
- Comprimento: 3,80 m
- Área de cada filtro:  $14,40 \text{ m}^2$
- Sistema de drenos: fundo falso
- Sistema de lavagem: contracorrente
- Suprimento de água de lavagem: reservatório elevado
- Sistema de operação: manual
- Velocidade de água de lavagem: 0,9 m/min
- Tempo de lavagem: 5 min
- Casa de Química – possui as seguintes dependências: Hall de entrada, escritório, laboratório, sala de preparo das soluções, depósito geral, sala de dosagem de cloro, sanitário, WC e vestiário.
- Aplicação de policloreto de alumínio: O tanque deste coagulante fica no pavimento térreo, sendo daí bombeado (sem bomba reserva instalada) para caixa dosadora de nível constante que faz a sua adição à água bruta na caixa de entrada.
- Aplicação de Cloro: é usado cloro gás em cilindro sob pressão, dosado por clorador contínuo a vácuo.
- Aplicação de Flúor: O flúor sob a forma de fluossilicato de sódio.

- Reservatório de Contato – com 100 m<sup>3</sup> de capacidade, constituído de chicanas horizontais. O poço de sucção do recalque para o reservatório elevado R2 está situado sob o piso da casa de bombas e é continuação do reservatório de contato.

A média de consumo de produtos químicos da ETA no período de 12 meses recentes está apresentada na Tabela 27.

**Tabela 27 - Consumo de Produtos Químicos (de out/2012 a set/2013)**

Itens	PAC	Cloro gás	Fluorssilicato de sódio
<b>g/m<sup>3</sup> produzido</b>	38,034	2,601	1,216
<b>Consumo médio mensal Kg)</b>	16.352	1.118	523

O tratamento da água captada no poço profundo do sistema Figueroa é feito nem casa de química junto à ERAT-9. São dosados cloro (hipoclorito de Cálcio) e flúor (fluorssilicato de Cálcio) com bomba dosadora única, sem reserva, tendo como tanque de contato o reservatório R-14 de 20 m<sup>3</sup> que também funciona como reservatório de sucção da ERAT-9.

Como já relatado a ETA não tem capacidade para tratar a demanda atual com a qualidade requerida. O subdimensionamento das unidades existentes tem apresentado problemas de qualidade do produto final, no caso a turbidez acima dos parâmetros permitidos. A variação da qualidade da água bruta tem mostrado grande influência na formação adequada de flocos, segundo o seu peso, tamanho e forma. O excessivo arraste na saída dos decantadores sobrecarrega os filtros, diminuindo a carreira de filtração, reduzindo a vida útil dos leitos filtrantes e aumentando o volume de água de processo. O volume produzido, o volume de processo e as perdas do sistema não apresentam valores informados confiáveis devido à inexistência de macromedidores e a calha Parshall existente é a mesma desde a implantação do sistema, imprecisa para as vazões atuais. Os macromedidores para o registro destas vazões foram adquiridos pelo Fundo Municipal de Saneamento em 2009 e desde então não foi providenciada a sua instalação, o que deve ser realizado de forma imediata.

Diante desta situação de subdimensionamento da ETA o Conselho Consultivo de Saneamento autorizou a elaboração de projeto de melhorias na ETA, com recursos do Fundo Municipal de Saneamento, para adequar a vazão atual à vazão da etapa imediata do projeto de ampliação da captação e adução de água bruta, ou seja, 220 l/s. Este projeto foi elaborado em 2007 pela empresa Hidráulica Engenharia Ltda tendo as obras civis sido concluídas há muito tempo, mas o funcionamento impedido pela não efetivação das interligações necessárias (falta de peças) e não instalação das lonas nos decantadores. As obras foram custeadas pelo Fundo Municipal de Saneamento, conforme aprovação do Conselho Consultivo de Saneamento. O projeto de ampliação da ETA previa:

- a) Instalação de medidor eletro-magnético na entrada da ETA (inclui a modificação das tubulações de adução). Adquirido pelo FUNSAM e não instalado;
- b) Instalação de misturador rápido do coagulante (misturador hidráulico). Não implantado;



- c) Desativação do canal Parshall existente, com nova distribuição de água coagulada para os três floculadores hidráulicos existentes e nova unidade, já em processo de implantação, em paralelo (floculador N.4); incluída a instalação de "stop-log" para equalização das vazões, na entrada de cada um dos quatro floculadores. Não realizado;
- d) Execução de novas aberturas para os três floculadores hidráulicos existentes (retirada das telas). Não realizado;
- e) Execução de novo floculador hidráulico (floculador N.4), paralelo às três unidades hidráulicas existentes, com a desativação dos floculadores mecânicos. Obras civis realizadas restando interligações;
- f) Inclusão do tanque de pré-sedimentação nas unidades de decantação existentes (desativação da unidade mecânica de floculação). Realização possível após ativação do novo decantador/filtro;
- g) Construção de novo decantador e instalação de sistema de drenagem de fundo nos três decantadores existentes. Obras civis concluídas restando colocação das lonas e interligações;
- h) Execução do canal de distribuição de água floculada aos 4 decantadores; inclui as duas entradas de água floculada, DN500, em cada decantador (instalação de válvula borboleta para a operação "ON-OFF"). Obras civis concluídas restando interligações;
- i) Elevação das calhas de coleta de água decantada para permitir o escoamento entre floculadores hidráulico e decantador sem a quebra de flocos. Não realizado;
- j) Instalação de sistema de lavagem com ar e água nos filtros (inclui a retirada de todo o material filtrante, camada de pedregulho e fundo falso, existentes); Inclui a instalação de soprador de ar, com as tubulações, conexões, válvulas e outros. Não executado;
- k) Instalação de comporta de entrada dos filtros em substituição a instalação existente (solução de problemas com vazamentos). Não executado;
- l) Instalação de válvula borboleta para a descarga da água de lavagem dos filtros em substituição a instalação existente (solução de problemas com vazamentos). Não executado;
- m) Interligação entre a tubulação de saída dos filtros e a câmara de desinfecção existente. Não executado;
- n) Ampliação da área de filtração existente com a edificação dos Filtros N.4 (obras civis concluídas restando interligação) e N.5 (este previsto em segunda etapa);
- o) Edificação da nova Câmara de Desinfecção e transformação da unidade existente em câmara de sucção das instalações de recalque existentes; A cota do nível de água da nova Câmara de Desinfecção, agora mais alta, garantirá a ligação adequada com os reservatórios

R3 e R3A. A portaria 2914 do MS introduziu cálculo do tempo de contato em função de pH, temperatura e teor de cloro. Esta tabela reduz drasticamente o volume necessário para o tanque de contato sendo recomendável a revisão do volume de contato quando do projeto executivo da nova ERAT-6, porém caso a câmara de sucção possa ser mantida, para a vazão de 220 l/s não haverá necessidade de ampliação do reservatório de contato. Não executado.

p) Interligação da nova Câmara de Desinfecção com os reservatórios e com a câmara de sucção das instalações de recalque existentes (ERAT-6). Não executado;

q) Execução da casa de química (inclui as obras civis e as instalações dos equipamentos, tubulações, conexões, válvulas e outros). Não executado;

r) Instalação do sistema de instrumentação e automatização da dosagem de coagulante, polímero e alcalinizante. Não executado;

s) Instalação de atuadores nas válvulas e comportas. Não executado.

A ampliação da ETA deve ser imediatamente concluída e uma nova ampliação deve ser contemplada até 2020, considerando o quadro de demandas que é apresentado mais adiante. Importante salientar que para isto ser possível as perdas que hoje atingem níveis elevados devem cair de imediato para a casa dos 40%, seguindo em declínio até 25% em 2043.

A estação de tratamento de lodos da ETA (ETL) foi projetada pela CISM em 2012 e consiste de:

Recolhimento das águas de lavagem dos filtros e decantadores em um tanque de equalização a ser construído com as seguintes dimensões: 10 m de comprimento por 8,40 m de largura, com uma profundidade útil de 4,00 m, com volume de 320 m<sup>3</sup>, o qual irá separar através da decantação o lodo do clarificado. O clarificado (água mais limpa) retornará para o sistema de entrada (Elevatória 1) e o lodo encaminhado para o adensador (Elevatória 2).

O tanque adensador terá seção circular em planta, com 16 metros de diâmetro e 2,50 m de altura útil. O lodo adensado será recalcado para os decanters centrífugos a uma vazão de 5,93 m<sup>3</sup>/h (carga de sólidos 3%). As tortas (lodo seco a uma concentração de 25%) formadas nas centrífugas serão recolhidas em caçambas com volume de 4 m<sup>3</sup> e posteriormente encaminhadas aos aterros sanitários. A fração líquida formada tanto no adensador como na centrífuga retornam por gravidade ao tanque de equalização.

O orçamento para implantação da ETL é de R\$ 1.240.528,54, referenciado a julho de 2012. A existência de ETL é requisito para obtenção de licenciamento operacional da ETA.

#### **4.3.3.3 Reservatórios, Elevatórias de Água Tratada e Redes**

A distribuição de água dos sistemas da sede urbana de Caçador conta atualmente com 12

zonas de pressão, assim divididas:

ZA: Zona próxima a ETA, bairro Santa Catarina, abastecida a partir do reservatório elevado da ETA, o R-2 de 150 m<sup>3</sup>, que também opera para lavagem dos filtros. A alimentação do R-2 é feita pela ERAT-6A, localizada sobre o tanque de contato, que tem compartimento anexo como reservatório de sucção.

ZB: Zona central, abastecida pelos 2 reservatórios apoiados, R-3 de 1.000 m<sup>3</sup> e R-3A de 2.000 m<sup>3</sup>, que são alimentados a partir do reservatório de contato da ETA.

ZC: Zona alta central, abastecida pelo reservatório elevado R-5, com 150 m<sup>3</sup>, alimentado pela ERAT-01, que é abastecida a partir da rede da zona ZB dos R-3 e R-3A.

ZB6 e ZD: Zona do Bairro Martello, abastecida a partir de 3 reservatórios apoiados, o R-7 de 100 m<sup>3</sup>, o R-7A de 500 m<sup>3</sup> e o R-7B de 1.800 m<sup>3</sup>, alimentados pela ERAT-02, que é abastecida a partir dos reservatórios R-3 e R-3A, em adutora virgem de 300 mm.

ZB5: Zona abastecida a partir da zona ZD dos reservatórios apoiados R-7, R-7A e R-7B após válvula de quebra pressão.

ZN: Zona do Bairro Santa Catarina, loteamento Santa Clara, abastecida pelos reservatórios apoiados denominados de R8 (4 reservatórios com total de 70 m<sup>3</sup>), alimentado pela ERAT-6, localizada sobre o tanque de contato da ETA, que tem compartimento anexo como reservatório de sucção.

ZH: Zona do Bairro N. Sra. Salete, abastecida pelo reservatório apoiado R-16 de 500 m<sup>3</sup>, alimentado pela ERAT-7, que é abastecida a partir da rede da zona ZB dos reservatórios R-3 e R-3A.

ZE: Zona do Bairro dos Municípios, abastecida pelos reservatórios apoiados denominados de R- 11 (concreto de 50 m<sup>3</sup>) e R-11A (3 reservatórios de fibra com total de 60 m<sup>3</sup>), alimentados pela ERAT-3, que é abastecida a partir da rede da zona ZB dos reservatórios R-3 e R-3A.

ZF: Zona do Bairro Aeroporto, abastecida pelo reservatório R-13 de 500 m<sup>3</sup>, alimentado pela ERAT-8, que é abastecida pela zona ZD dos reservatórios apoiados R-7, R-7A e R-7B.

ZI: Zona alta do bairro Nossa Sra. Salete abastecida pelo reservatório elevado de fibra com 20 m<sup>3</sup> (R-16<sup>a</sup>), alimentado pela ERAT-10, que é abastecida pela zona ZH do reservatório R-16.

ZG: Zona de pressão do sistema independente do bairro Figueroa abastecida pelo reservatório apoiado R-17 de fibra de 40 m<sup>3</sup> (2 x 20 m<sup>3</sup>), alimentado pela ERAT-9, que é abastecida por poço profundo através de adutora de 75 mm.

**Tabela 28 - Áreas de Influência e Zonas de Pressão Atuais dos SAA das Áreas Urbanas**

Influência				Zonas de Pressão	
				Zona	Nº
R1 (contato)	R2 - ZA			ZA	1
	R8 - ZN			ZN	2
	R3 / R3A - ZB			ZB	3
		R5		ZC	4
		R7 / R7A /R7B		ZD	5
				ZB5	6
				ZB6	7
			R13	ZF	8
		R11 / R11A		ZE	9
		R16		ZH	10
	R16A		ZI	11	
R17 (Figueroa)				ZG	12
RT (Taquara Verde)				ZT	1

As áreas de influência atuais dos reservatórios da sede urbana estão delimitadas no mapa do Anexo C 07. No Anexo C 09 o sistema de abastecimento de água de Caçador está representado em fluxograma.

O volume de reservação atual é de 7.060 m<sup>3</sup>, incluindo o reservatório de contato da ETA de 100 m<sup>3</sup>, os 20 m<sup>3</sup> do tanque de contato do Figueroa e os 150 m<sup>3</sup> do reservatório elevado R-2, atualmente quase todo comprometido com a lavagem dos filtros.

Os 16 reservatórios dos sistemas da sede urbana com suas localizações e características estão relacionados na Tabela 29. O volume de reservação existente é superior às necessidades atuais, no entanto, a sua localização não está otimizada. Alguns reservatórios ainda não dispõem da segurança desejada pela ausência de restrições ao acesso de terceiros, pois se encontram em área aberta (R11, R8 e R14). Os novos reservatórios R-16 e R-13 apresentam vazamentos conforme demonstra documentação fotográfica, sendo que o no caso do R-13, onde o custo de distribuição é o mais caro do sistema principal, o vazamento é significativo (em esguicho). Um dos reservatórios de fibra que compõe o R-17 estava com a tampa deslocada (aberto), provavelmente em função dos fortes ventos ocorridos na semana anterior à visita realizada. O aspecto estético dos reservatórios, e áreas onde estão inseridos, carecem de maiores cuidados, destacando as unidades de grande visibilidade, como os reservatórios, elevado e apoiados, da ETA e elevado junto ao escritório da CASAN. O BADOP analítico (relatório operacional mensal – Anexo C 16) indica que limpeza de reservatórios não é feita de forma sistemática, como exemplo temos o R-7B que desde que foi implantado (2007) não passou por limpeza.

As 9 elevatórias de água tratada dos sistemas da sede do município, sua localização e características, estão relacionados na Tabela 30. Destas 9 elevatórias 8 não apresentavam conjunto motobomba reserva instalado por ocasião de nossa visita, apenas uma, ERAT-10 fornecida pelo empreendedor do loteamento Contestado, tem reserva instalada. Esta

situação gera vulnerabilidade ao sistema que fica exposto a descontinuidade de suprimento quando da pane de um destes conjuntos motobomba, situação mais grave para a ERAT-2 responsável por abastecimento em série.

O relatório de fiscalização realizado pela Agência Reguladora ARIS no mês de setembro de 2013 e apresentado no Anexo C 15, complementa este diagnóstico no que diz respeito a não conformidades apresentadas na operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, relativas ao que se espera de um serviço adequado.

No Anexo C 10 é apresentado um conjunto de fotos de todas as unidades do sistema.

O sistema distribuidor tem 38.309 metros de adutoras de água tratada com diâmetros variando de 75 a 400 mm e um total de 244.591 Km de redes (Nov 2013) com diâmetros de 50 a 400 mm, sendo 235.570 m no sistema principal e 9.021 m no sistema independente do Figueroa. O cadastro técnico de redes desenvolvido em 2009 ficou um período sem manutenção devido à remoção do funcionário treinado para tal e pelo período que o sistema ficou sem engenheiro no seu quadro. O novo engenheiro procura recuperar informações descontinuadas e a partir de agora, tomando conhecimento do aplicativo CasanCAD, retomou a atualização do cadastro, cujo último relatório segue abaixo.

**Quadro 3 - Relação de Tubulação Caçador (exceto Figueroa)**

RELAÇÃO DOS MATERIAIS				
Nº	LEGENDA	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UN QUANT.
Existente				
1	FoFo(o)DN75		Tubo Ferro fundido (obsoleto) DN 75	m 780
2	FoFoDN100	4380	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 100 JE	m 1773
3	FoFoDN150	4381	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 150 JE	m 1073
4	FoFoDN200	4382	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 200 JE	m 2577
5	FoFoDN250	4383	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 250 JE	m 302
6	FoFoDN300	4384	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 300 JE	m 2076
7	FoFoDN350	4385	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 350 JE	m 545
8	FoFoDN400	6567	TUBO FOFO DUCTIL PB K-7 DN 400 JE	m 181
9	PVCDEFoFoDN200		Tubo PVC rígido Vitrifer DEFoFo DN 200	m 423
10	PVC DN50	41322	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 50 JEI	m 171794
11	PVC DN75	41323	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 75 JEI	m 7831
12	PVC DN100	41047	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 100 JEI	m 15849
13	PVC(o)DN125		Tubo PVC rígido PBA Classe 12 (obsoleto) DN 125	m 2568
14	PVC(o)DN140		Tubo PVC rígido PBA Classe 12 (obsoleto) DN 140	m 1488
15	PVC(o)DN180		Tubo PVC rígido PBA Classe 12 (obsoleto) DN 180	m 1121
16	PVC(o)DN220		Tubo PVC rígido PBA Classe 12 (obsoleto) DN 220	m 104
17	PVCel10DN50	41053	TUBO PVC PB CLASSE 0,75 MPA DN 50 JEI	m 5284
18	PVCel15DN75	41055	TUBO PVC PB CLASSE 0,75 MPA DN 75 JEI	m 435
19	PVCel20DN50	41057	TUBO PVC PB CLASSE 1,00 MPA DN 50 JEI	m 2696
20	PVC PB DN20	1273	TUBO PVC PB DE 20MM JS	m 1915
21	PVC PB DN25	1274	TUBO PVC PB DE 25MM JS	m 1500
22	PVC PB DN32	1275	TUBO PVC PB DE 32MM JS	m 381
23	PVC PB DN40	1276	TUBO PVC PB DE 40MM JS	m 364
24	PVCDEFoFoDN100	40256	TUBO PVC DEFOFO PB DN 100 JEI	m 72
25	PVCDEFoFoDN150	40257	TUBO PVC DEFOFO PB DN 150 JEI	m 1524
26	PVCDEFoFoDN200	40258	TUBO PVC DEFOFO PB DN 200 JEI	m 3688
27	PVCDEFoFoDN300	40260	TUBO PVC DEFOFO PB DN 300 JEI	m 2534
28	PE80e60N50		TUBO PEAD PN-6 DE 50MM	m 84
29	PEAD DN20		Tubo de Polietileno de Alta Densidade DN 20	m 4496
30	PEAD DN25		Tubo de Polietileno de Alta Densidade DN 25	m 78
TOTAL DE TUBULAÇÃO			235570 m	

Versão Final do PMSB de Caçador

78

Tabela 29 - Reservatórios dos Sistemas de Abastecimento de Água das Áreas Urbanas

Denominação	Localização	Coordenadas UTM	Abastec	Suprida pelo Reservatório	Volume (m³)	Nível Mínimo (m)	Observações	Estado de Conservação
R1 - Contato	Rua Amazonas - ETA	498606 E 7039403 S	R2 / R3 / R3A / R8	ETA	100	946	Concreto / Apoiado	Regular
R2 - Lavagem	Rua Amazonas - ETA	498591 E 7039415 S	ZC - Santa Catarina	R 1 - ERAT-6A	150	962	Concreto / Elevado	Regular
R3	Rua Amazonas - ETA	498623 E 7039347 S	ZB - Centro	ETA - R1	1.000	943	Concreto / Apoiado	Regular
R3A		498644 E 7039353 S			2.000	943	Concreto / Apoiado	Regular
R5	Rua Gen. Antônio Sampaio, 262	498999 E 7038257 S	ZC - Zona alta do Centro	ZB - ERAT-1	150	971	Concreto / Elevado	Regular
R7		501216 E 7037698 S	ZD / ZB5 / ZB6 - Martello, Bom Sucesso, Sta. Terezinha, São Cristóvão	R3 / R3A - ERAT-2	100	1.005	Concreto / Apoiado	Regular
R7A	Rua Otávio Moraes de Souza	501209 E 7037705 S			500	1.005	Concreto / Apoiado	Regular
R7B		501186 E 7037757 S			1.800	1.003	Concreto / Apoiado	Bom
R8	Próx. Rua Sylvano Proença	497704 E 7040504 S	ZN - Santa Clara	R1 / ERAT-6	70	1.010	Fibra / Apoiado (4)	Ruim
R11	Rod. Pres. Costa e Silva - Altos	496421 E 7038720 S	ZE - Bairro Dos Municípios	ZB - ERAT-3	50	1.004	Concreto / Apoiado	Ruim
R11A	Bairro Dos Municípios	496421 E 7038720 S			60	1.004	Fibra / Apoiado (3)	Ruim
R13	Rod. Avelino Mandelli	504547 E 7037636 S	ZF - Aeroporto	ZD - ERAT-8	500	1.056	Concreto / Apoiado	Regular
R16	Altos Loteamento Contestado	500246 E 7039627 S	ZH	ZB - ERAT-7	500	983	Concreto / Apoiado	Bom
R16A		500233 E 7039618 S	ZI	ZH - ERAT-10	20	993	Fibra / Elevado	Bom
R14 - Cont. Figueroa	Rua Helena Wisniewski	496908 E 7036890 S	R17	Poço Figueroa	20	895	Fibra / Apoiado	Ruim
R17	Rod. Honório Moro	496492 E 7037352 S	ZG - Bairro Figueroa	Poço Figueroa - ETS - ERAT-9	40	972	Fibra / Apoiado (2)	Ruim
<b>Reservação Total dos Sistemas</b>					<b>7.060 m³</b>			
RT	Rua Sen. Antônio C. Valadares	479703 E 7039563 S	Taquara Verde	Poço Profundo de Taquara Verde	20	1.119	Fibra / Elevado	Ruim
<b>Reservação Total Geral</b>					<b>7.080 m³</b>			

Tabela 30 - ERATs e Boosters dos Sistemas de Abastecimento de Água das Áreas Urbanas

Denominação	Localização	Coordenadas UTM	Abastec	Suprida pelo Reservatório	Reservatório de Sucção (m³)	Cota do Terreno (m)	Abastece em Marcha	Motobomba Reserva	Estado de Conservação
ERAT-6	Rua Amazonas - ETA	498591 E 7039396 S	R8	R1	R1 - Contato 100 m³	948	Sim	Sem reserva	Regular
ERAT-6A	Rua Amazonas - ETA	498591 E 7039396 S	R2	R1	R1 - Contato 100 m³	948	Não	Sem reserva	Regular
ERAT-2	Rua José Gioppo	500156 E 7037689 S	R7 / R7A / R7B	R3 / R3A	40	930	Não	Sem reserva instalada	Ruim
ERAT-1	Rua Campos Novos	498906 E 7038335 S	R5	R3 / R3A	25	939	Não	Sem reserva instalada	Regular
ERAT-3	Av. Barão do Rio Branco	497199 E 7038224 S	R11 / R11A	R3 / R3A	28	929	Sim	Sem reserva instalada	Ruim
ERAT-7	Rua Luiz Tortato	499593 E 7039388 S	R-16	R3 / R3A	6,5	904	Não	Sem reserva instalada	Bom
ERAT-8	Av. Engº Lourenço Faoro	502178 E 7037248 S	R-13	R7 / R7A / R7B	Booster	990	Sim	Sem reserva	Regular
ERAT-10	Altos Loteamento Contestado	500232 E 7039621 S	R16A	R-16	Booster	983	Não	Com reserva	Muito bom
ERAT-9	Rua Helena Wisniewski	496908 E 7036892 S	R17	Poço Figueroa	R14 - Contato 20 m³	895	Sim	Sem reserva	Regular

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Quadro 4 - Relação de Tubulação Figueroa

RELAÇÃO DOS MATERIAIS					
Nº	LEGENDA	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.
TOTAL DE TUBULAÇÃO					9021 m

Há pouca rede grossa de diâmetros compatíveis com a solicitação da demanda atual e a existente está concentrada em um eixo que já deixou de ser o corredor de expansão do Município. Para agravar, os vazamentos de rede na importante zona de distribuição do R-3 e R-3A, além das dificuldades no abastecimento desta zona, afetam outras que dela dependem em série.

#### **Prognóstico**

O estudo da CISM deu novo formato ao sistema distribuidor visando o atendimento atual e futuro do município, em um horizonte que deveria atender uma população urbana de 119.397 habitantes. O estudo quando realizado não dispunha dos dados da Contagem do IBGE de 2007 e das novas regras para vazão máxima outorgável do Rio do Peixe, razão pela qual deve sofrer revisão em função das novas projeções populacionais (97.902 hab em 2043) e da vazão outorgável do Rio do Peixe (289 l/s). **(Ver Item – CENÁRIOS deste PMSB que traz resultados da revisão).**

A adequação prevista no estudo da CISM propõe que o SAA de Caçador passe a ser alimentado a partir de 7 Centros de Reservação, a saber:

R3 e R3A: continuará alimentando diretamente os setores do R5 e R16. Será o setor com maior intervenção, uma vez que terá grande necessidade de implantação de anéis para o transporte das demandas até os pontos de interesse para sua distribuição. Deverá ter suas zonas de pressão adequadas visando a manutenção das pressões de serviço entre os limites 10 mca e 50 mca, sempre que possível. Para tanto está prevista a implantação de 3 válvulas redutoras de pressão. Os 3.000 m³ de reservação existentes são suficientes para atender a demanda deste setor, acrescida do déficit de reservação do setor R5, sob sua influência.

R5: basicamente continuará com seus limites próximos aos atuais, necessitando apenas de ajustes nas sua zona de pressão. O volume de reservação necessário para o seu abastecimento (482 m³) será garantido pelos 150 m³ existentes, complementados pela folga existente no setor R3. A bomba existente poderá ser mantida sem alteração no equipamento, porém com instalação de bomba reserva.

R7, R7A e R7B: passará a ser o setor de maior demanda e ainda responderá pelo atendimento do setor R-13, com características voltadas à implantação de indústrias e com possibilidades de expansão urbana. Deverá ter suas unidades de reservação ampliadas, para atender a demanda futura, sendo importante prever espaço físico para o aumento da



reservação. Devido às características topográficas, será o setor com maior número de zonas de pressão, já estando prevista a implantação de 6 válvulas redutoras de pressão. A ERAT-2 que alimenta este centro de reservação deverá ser adequada para vazão máxima diária requerida. Será necessário um aumento no reservatório de sucção desta elevatória, bem como nova adutora para operar em conjunto com as adutoras DN 200 e DN 100 existentes. Para a alimentação da ERAT2, a partir do barrilete do R3, foi também prevista uma nova linha de adução que deverá operar em paralelo com a DN 300 existente, ambas sem abastecimento ao longo de seu desenvolvimento. O dimensionamento desta ampliação como já afirmado deverá ser revisto em função dos novos dados populacionais.

R8: Este setor deverá ser ampliado, incorporando aos seus limites os atuais setores R2 (ZA) e R11 (ZE), com a desativação da ERAT-3. Necessitará de significativo aumento do volume de reservação, sendo recomendável a previsão de espaço para sua expansão. Sofrerá também algumas adequações nas redes de distribuição para atendimento da demanda e manutenção das pressões de serviço entre os limites 10 mca e 50 mca, estando preliminarmente previstas três válvulas redutoras de pressão. Para o abastecimento do R-8, a ERAT-6 deverá ter seu conjunto moto bomba substituído e implantada nova adutora que se desenvolverá sem distribuição. **(Ver Item – CENÁRIOS deste PMSB que traz resultados da revisão)**

R13: Deverá apresentar 3 zonas de pressão, com a implantação de 2 válvulas redutoras. Um novo booster que deverá substituir a ERAT-8 deverá ser implantado em local próximo a elevatória existente. A adução até o R13 se fará por nova linha sem distribuição. Deve ser corrigida a expressiva perda de água deste reservatório.

R-16 e R1-16A: Serão mantidos como estão atualmente, abastecidos pela ERAT-7 com adutora de 150 mm e ERAT-10. Deve ser corrigida a perda de água deste reservatório.

R-17: Será mantido como previsto atualmente, isto é, abastecido a partir do manancial subterrâneo, cuja vazão de 45 m³/h garante o suprimento da demanda futura. Portanto, o sistema produtor deverá ser futuramente ampliado com troca da bomba submersa. Este setor deverá ter suas zonas de pressão adequadas às pressões de serviço recomendadas. A estação elevatória ERAT-9 deverá ser ampliada com novos equipamentos moto bomba. A reservação deverá ser ampliada. Deverá apresentar duas zonas de pressão, com implantação de uma válvula redutora de pressão.

A configuração futura das áreas de influência dos reservatórios está apresentada, junto com a configuração atual, nos mapas do Anexo C 07. As populações abastecidas de cada uma das unidades de reservação, nos anos de 2014 e 2043, estão apresentadas nas Tabelas abaixo. **(Ver Item – CENÁRIOS deste PMSB que traz resultados da revisão)**.

**Tabela 31 - População Abastecida por Zona de Influência em 2014**

Zona de Influência	População 2014	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
R11	3.961	109,03	36,33
R13	3.671	192,49	19,07
R16	2.970	167,11	17,77
R16A	183	11,74	15,59
R17	1.559	102,06	15,28
R2	784	22,24	35,23
R3	19.171	637,45	30,07
R5	2.368	64,98	36,44
R7	27.468	820,86	33,46
R8	4.463	152,74	29,22
Total	66.597	2.280,70	

**Tabela 32 - População Abastecida por Zona de Influência em 2043**

Zona de Influência	População 2043	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
R13	7.158	192,49	37,19
R16	5.845	167,11	34,98
R16A	388	11,74	33,07
R17	2.517	102,06	24,67
R18	1.129	71,58	15,77
R3	24.630	637,46	38,64
R5	3.134	64,98	48,24
R7	41.947	980,23	42,79
R8	11.154	284,00	39,27
Total	97.902	2.511,65	

**Tabela 33 - Áreas de Influência e Zonas de Pressão Futura dos SAA das Áreas Urbanas**

Influência				Zonas de Pressão		
				Zona	Nº	
R1 (contato)	R8 - ZN			ZN	1	
				ZN1	2	
				ZN2	3	
				ZN3	4	
	R3 / R3A - ZB			ZB	5	
				ZB1	6	
				ZB2	7	
				ZB3	8	
		R5			ZC	9
		R7 / R7A /R7B		ZD	10	
				ZB5	11	
				ZB6	12	
				ZB7	13	
				ZB8	14	
				ZB9	15	
				ZB10	16	
				ZB11	17	
				R13	ZF	18
					ZF1	19
		ZF2	20			
		R16		ZH	21	
			R16A	ZI	22	
		R18 (Parque)			ZP	23
R17 (Figueroa)				ZG	24	
RT (Taquara Verde)				ZT	1	

As elevatórias de água tratada representam os pontos mais vulneráveis do sistema distribuidor, devem merecer especial atenção com instalação de equipamentos reserva para a garantia do suprimento continuado. Oito das nove elevatórias não contam com equipamento reserva instalado. Os sistemas mais avançados contam com geração de energia para assegurar a continuidade do abastecimento, e o SAA de Caçador carece do que é primário, que são as bombas reservas instaladas.

As redes de distribuição deverão ser ampliadas em todos os setores, sendo que o projeto da CISM prevê, sujeito aos ajustes das novas projeções populacionais e de consumo per capita, 37.608 m de tubulações novas, com as seguintes extensões por diâmetro: 2.310 m PVC DN 500 mm; 2.762 m PVC DN 400 mm; 6.514 m PVC DN 300 mm; 4.372 m PVC DN 250 mm; 6.146 m PVC DN 200 mm; 6.667 m PVC DN 150 mm; 3.470 m PVC DN 100 mm; 2.387 m PVC DN 75 mm; 2.980 m PVC DN 50 m. **(Ver Item – CENÁRIOS deste PMSB que traz resultados da revisão).**

Para obter a universalização do abastecimento público na área urbana terão que ser estendidas redes em áreas atualmente sem cobertura, ou seja, Jardim Dileta, Monge João Maria e Parque de Exposições (novo reservatório R-18), além de redes em novos parcelamento de solo, estas por conta de loteadores. O quadro abaixo apresenta uma projeção destas necessidades.

**Tabela 34 - Projeção das Necessidades de Redes**

Ano	Projeção de Ligações	Metros de rede por ligação	Extensão de redes (m)	Incremento anual da rede (m)	Incremento de redes pelo operador para ampliar a cobertura (m)	Incremento de redes por loteador para ampliar a cobertura (m)	Substituição de redes (m)
2013	16.568	14,22	235.570				
2014	16.824	14,20	238.969	3.399	952	2.447	8.593
2015	17.166	14,19	243.597	4.628	1.296	3.332	9.916
2016	17.908	14,18	253.873	10.276	2.877	7.399	9.915
2017	18.567	14,16	262.954	9.081	2.543	6.539	5.288
2018	19.037	14,15	269.353	6.399	1.792	4.608	5.288
2019	19.414	14,13	274.410	5.057	1.416	3.641	
2020	19.796	14,12	279.538	5.128	1.436	3.692	
2021	20.184	14,11	284.737	5.199	1.456	3.743	
2022	20.578	14,09	290.008	5.271	1.476	3.795	
2023	20.978	14,08	295.351	5.343	1.496	3.847	
2024	21.384	14,06	300.767	5.416	1.516	3.899	
2025	21.796	14,05	306.256	5.489	1.537	3.952	
2026	22.214	14,04	311.818	5.562	1.557	4.005	
2027	22.638	14,02	317.453	5.635	1.578	4.057	
2028	23.068	14,01	323.162	5.709	1.598	4.110	
2029	23.504	14,00	328.944	5.783	1.619	4.164	
2030	23.946	13,98	334.801	5.857	1.640	4.217	
2031	24.274	13,97	339.037	4.236	0	4.236	
2032	24.604	13,95	343.305	4.268	0	4.268	
2033	24.937	13,94	347.604	4.299	0	4.299	
2034	25.273	13,93	351.934	4.330	0	4.330	
2035	25.611	13,91	356.295	4.361	0	4.361	
2036	25.953	13,90	360.686	4.391	0	4.391	
2037	26.298	13,88	365.107	4.421	0	4.421	
2038	26.645	13,87	369.557	4.451	0	4.451	
2039	26.995	13,86	374.037	4.480	0	4.480	
2040	27.348	13,84	378.545	4.508	0	4.508	
2041	27.704	13,83	383.082	4.537	0	4.537	
2042	28.062	13,81	387.646	4.564	0	4.564	
2043	28.423	13,80	392.238	4.591	0	4.591	
TOTAL				156.668	27.785	128.883	39.000

#### 4.3.3.4 Ligações, Economias e Micromedição

Ao final de junho de 2013 o sistema de abastecimento de água de Caçador contava com 16.568 ligações e 19.902 economias atendidas, conforme apresentado na Tabela 35. Neste total estão incluídas as ligações e economias do sistema independente do bairro Figueroa que atende 444 ligações e 461 economias, sendo 439 residenciais, 16 comerciais, 3 industriais e 3 públicas. O bairro Figueroa não tem histograma em separado.

O índice de ligações micromedidas é de 100%.

**Tabela 35 - Ligações e Economias do SAA da Sede Municipal (Jun/2013)**

<b>Ligações</b>	<b>Residenciais*</b>	<b>Comerciais</b>	<b>Industriais</b>	<b>Públicas</b>	<b>Total</b>
Com Hidrômetros	15.345	883	102	238	16.568
Sem Hidrômetros	0	0	0	0	0
Total	15.345	883	102	238	16.568
%	92,62%	5,33%	0,62%	1,44%	100,00%

\*inclui 22 ligações sociais

<b>Economias</b>	<b>Residenciais*</b>	<b>Comerciais</b>	<b>Industriais</b>	<b>Públicas</b>	<b>Total</b>
Com Hidrômetros	18.228	1.309	106	259	19.902
Sem Hidrômetros	0	0	0	0	0
Total	18.228	1.309	106	259	19.902
%	91,59%	6,58%	0,53%	1,30%	100,00%

\*inclui 22 economias sociais

A idade média dos hidrômetros instalados está apresentada na Tabela 36, esclarecendo que o total diverge do quadro anterior por abranger toda a agência, e a data de referência não ser a mesma, porém 97% se referem aos dois sistemas da sede de Caçador.

**Tabela 36 - Idade Média dos Hidrômetros instalados (out/2013)**

<b>Idade de instalação</b>	<b>Nº de hidrômetros</b>	<b>% na faixa de idade</b>
0	1.174	7%
1	5.064	30%
2	1.092	6%
3	1.006	6%
4	712	4%
5	498	3%
6	579	3%
7	2.664	16%
8	727	4%
9	411	2%
>10	2.931	17%
<b>Total</b>	<b>16.858</b>	<b>100%</b>

out/13

A CASAN através de aplicativo comercial faz diagnóstico do histórico recente de leituras dos hidrômetros e assim programa a substituições, estando atualmente indicadas 69 substituições e 1.196 ligações em acompanhamento.

Os investimentos em hidrometração devem prosseguir com as novas ligações e na substituição de hidrômetros antigos e inadequados ao perfil e potencial de consumo dos usuários. Onde o consumo se revela acima do mínimo, as perdas de faturamento são proporcionais à idade dos medidores. Do estudo realizado pela empresa CISM se extrai:

*"Segundo Nilsen et all (Medição de água, 2003), o rendimento de medidores velocimétricos em função do tempo de instalação apresentam um erro relativo ao registro da vazão nominal de 5,6%, sendo que o erro admitido para medidores usados é de 10 %. O rendimento dos medidores decresce com o tempo. Para medidores multijatos Classe B (consumidores de 0 a 15 m³/mês),*

os rendimentos observados no experimento realizado pelo GECIP/USMV - SANEPAR/2002, variaram de 85% no início da operação, 83% com 5 anos e 75,5% com 10 anos e 69% com 15 anos. Para medidores MJ Classe C (consumidores de 15 m<sup>3</sup>/mês a 30 m<sup>3</sup>/mês), a variação foi de 93% inicial, 92% aos 5 anos, 90,5% aos 10 anos e 87% aos 15 anos”.

A Tabela 37, extraída da totalização das medições no período de um ano, apresenta o consumo médio por economia e categoria.

**Tabela 37 - Consumo Médio Mensal em m3 por Economia e Categoria em 2012**

Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
	9,86	12,18	30,37	50,93	10,61

**Tabela 38 - Consumos Medidos em 2012 (m<sup>3</sup>)**

Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
0	2.036.346	179.199	34.048	139.129	2.388.722
0%	85%	8%	1%	6%	100%

A projeção de ligações e economias em função do crescimento populacional, da evolução das taxas de ocupação por domicílio e da verticalização das edificações está apresentada na Tabela 40.

#### 4.3.3.5 Índice de Atendimento

No mês de junho de 2013 o número de economias residenciais atendidas pelos dois sistemas de abastecimento de água da sede de Caçador, era de 18.228. A taxa de ocupação de domicílios residenciais apurada no Censo do IBGE de 2010 foi de 3,18 habitantes por domicílio na área urbana, que se projeta 3,17 para 2013, pela tendência declinante. Aplicando esta taxa ao número de economias residenciais abastecidas pelos dois sistemas da CASAN na sede de Caçador em junho de 2013, ou seja, 18.228 economias multiplicado pela taxa de ocupação de 3,17 hab/dom, se obtêm a população abastecida de 57.736 habitantes (56.287 habitantes pelo sistema Rio do Peixe e 1.449 habitantes pelo sistema do Figueroa – poço). Esta população abastecida, dividida pela população urbana projetada para 2013, resulta num índice de atendimento de 87,93 %.

**Tabela 39 - Índice de Atendimento**

Ano	2010	2011	2012	2013
População Urbana (hab)	62.900	63.810	64.729	65.659
Economias Residenciais Ativas (junho)			17.756	18.228
Taxa de Ocupação (hab/dom)			3,17	3,17
População Abastecida (hab)			56.310	57.736
Índice de Atendimento			86,99%	87,93%

Domicílios residenciais urbanos da sede atendidos pela Celesc Set 2013 = 20.383

A explicação para este índice de atendimento são os sistemas operados por terceiros e as soluções alternativas coletivas e individuais de abastecimento de água dentro do perímetro urbano de Caçador.

Versão Final do PMSB de Caçador

Tabela 40 - Projeção de Ligações e Economias em função do Crescimento Populacional

Ano	Projeção da população urbana de instalação (hab)	Índice de Atendimento (%)	População abastecida	Projeção da taxa de ocupação por conexão	Social			Residencial			Comercial			Industrial			Pública		Total de Ligações	Total de Economias
					Ligações	Economias	Econ./lig	Ligações	Economias	Econ./lig	Ligações	Economias	Econ./lig	Ligações	Economias	Econ./lig	Ligações	Economias		
2010	62.900			3,18																
2011	63.810			3,18																
2012	64.729	86,99%	56.310	3,17	22	22	1,00	15.323	18.206	1,19	883	1.309	1,48	102	106	1,04	238	259	1,09	16.568
2013	65.659	87,93%	57.736	3,17	22	22	1,00	15.559	18.503	1,19	896	1.330	1,48	104	108	1,04	242	263	1,09	16.824
2014	66.597	88,00%	58.606	3,16	22	22	1,00	15.876	18.897	1,19	915	1.359	1,49	106	110	1,04	247	269	1,09	17.166
2015	67.546	88,50%	59.778	3,16	23	23	1,00	16.562	19.731	1,19	954	1.419	1,49	111	115	1,04	258	281	1,09	17.908
2016	68.504	91,00%	62.339	3,16	24	24	1,00	17.171	20.475	1,19	989	1.472	1,49	115	119	1,04	268	291	1,09	18.567
2017	69.472	93,00%	64.609	3,15	25	25	1,00	17.606	21.012	1,19	1.014	1.511	1,49	118	122	1,04	275	299	1,09	19.037
2018	70.450	94,00%	66.223	3,15	25	25	1,00	17.954	21.446	1,19	1.034	1.542	1,49	120	125	1,04	280	305	1,09	19.414
2019	71.437	94,50%	67.508	3,14	26	26	1,00	18.307	21.888	1,20	1.054	1.574	1,49	123	127	1,04	286	311	1,09	19.796
2020	72.433	95,00%	68.812	3,14	26	26	1,00	18.666	22.337	1,20	1.074	1.606	1,50	125	130	1,04	292	318	1,09	19.946
2021	73.440	95,50%	70.135	3,14	27	27	1,00	19.030	22.793	1,20	1.095	1.639	1,50	128	133	1,04	298	324	1,09	20.184
2022	74.456	96,00%	71.477	3,13	28	28	1,00	19.400	23.256	1,20	1.116	1.672	1,50	130	135	1,04	304	331	1,09	20.578
2023	75.481	96,50%	72.839	3,13	28	28	1,00	19.775	23.727	1,20	1.137	1.706	1,50	133	138	1,04	310	338	1,09	20.978
2024	76.516	97,00%	74.220	3,12	29	29	1,00	20.156	24.205	1,20	1.159	1.740	1,50	136	141	1,04	316	344	1,09	21.384
2025	77.560	97,50%	75.621	3,12	29	29	1,00	20.542	24.690	1,20	1.181	1.775	1,50	138	144	1,04	323	351	1,09	21.796
2026	78.614	98,00%	77.041	3,12	30	30	1,00	20.934	25.183	1,20	1.203	1.811	1,50	141	147	1,04	329	358	1,09	22.214
2027	79.677	98,50%	78.482	3,11	30	30	1,00	21.331	25.684	1,20	1.226	1.847	1,51	144	150	1,04	336	365	1,09	22.638
2028	80.749	99,00%	79.942	3,11	31	31	1,00	21.734	26.193	1,21	1.249	1.883	1,51	147	153	1,04	342	373	1,09	23.068
2029	81.831	99,50%	81.421	3,10	32	32	1,00	22.143	26.709	1,21	1.272	1.920	1,51	150	156	1,04	349	380	1,09	23.504
2030	82.921	100,00%	82.921	3,10	32	32	1,00	22.445	27.097	1,21	1.289	1.948	1,51	152	158	1,04	354	385	1,09	23.946
2031	84.021	100,00%	84.021	3,10	33	33	1,00	22.750	27.490	1,21	1.307	1.976	1,51	154	160	1,04	359	391	1,09	24.394
2032	85.130	100,00%	85.130	3,09	33	33	1,00	23.058	27.886	1,21	1.324	2.005	1,51	156	162	1,04	365	397	1,09	24.844
2033	86.248	100,00%	86.248	3,09	34	34	1,00	23.368	28.286	1,21	1.342	2.034	1,52	158	165	1,04	370	402	1,09	25.297
2034	87.375	100,00%	87.375	3,09	34	34	1,00	23.681	28.690	1,21	1.360	2.063	1,52	161	167	1,04	375	408	1,09	25.753
2035	88.510	100,00%	88.510	3,08	35	35	1,00	23.997	29.098	1,21	1.377	2.092	1,52	163	169	1,04	380	414	1,09	26.211
2036	89.655	100,00%	89.655	3,08	35	35	1,00	24.315	29.510	1,21	1.395	2.122	1,52	165	172	1,04	386	420	1,09	26.678
2037	90.808	100,00%	90.808	3,07	36	36	1,00	24.636	29.925	1,21	1.414	2.152	1,52	168	174	1,04	391	426	1,09	27.153
2038	91.969	100,00%	91.969	3,07	36	36	1,00	24.960	30.345	1,22	1.432	2.182	1,52	170	177	1,04	397	432	1,09	27.634
2039	93.139	100,00%	93.139	3,07	37	37	1,00	25.286	30.768	1,22	1.450	2.212	1,53	172	179	1,04	402	438	1,09	28.117
2040	94.318	100,00%	94.318	3,06	37	37	1,00	25.614	31.195	1,22	1.469	2.243	1,53	175	182	1,04	408	444	1,09	28.602
2041	95.504	100,00%	95.504	3,06	38	38	1,00	25.945	31.626	1,22	1.488	2.274	1,53	177	184	1,04	413	450	1,09	29.092
2042	96.699	100,00%	96.699	3,05	38	38	1,00	26.279	32.060	1,22	1.507	2.305	1,53	180	187	1,04	419	456	1,09	29.587
2043	97.902	100,00%	97.902	3,05	39	39	1,00			1,22										30.077

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



#### 4.3.3.6 Consumo Per Capita

O consumo per capita é informação primordial, juntamente com as projeções populacionais, para avaliação da demanda atual e definição do cenário para atendimento das demandas futuras. O trabalho de identificação do consumo *per capita* deve ser desenvolvido com o dimensionamento das perdas reais e aparentes conforme apresentado no Anexo C 11 (Quadro Conceitual de Perdas). A divisão do consumo micromedido pela população abastecida proporciona o *per capita* micromedido que pode ainda conter os erros da perda aparente, pelas condições de instalação, especificação e idade dos medidores.

Do ano de 2012 foi retirado o volume total micromedido das economias lidas, inclusive das economias comerciais, industriais e públicas. O volume micromedido total foi dividido pela soma das economias residenciais lidas, obtendo-se assim o per capita micromedido de 120 l/hab\*dia.

As perdas de micromedicação arbitradas em função da idade média dos micromedidores e outras causas de erro como instalação e dimensionamento não foram adicionadas ao per capita obtido, considerando-as incluídas no alto percentual de perdas apresentado.

O resumo dos histogramas de consumo, por categorias, utilizados no cálculo do per capita estão apresentados no Anexo C 12.

**Tabela 41 - Estimativa do Consumo Per Capita da Sede de Caçador**

Economias Residenciais no Período	17.215
Volume Micromedido no Período	2.388.722
Taxa de Ocupação das Economias Residenciais. (IBGE 2010)	3,17
Per Capita Micromedido Aparente (l/hab*dia)	120
Perdas arbitradas na micromedicação (l/hab*dia)	4
Per Capita Micromedido Real (l/hab*dia)	124
Perdas na distribuição (reais+ap.) em l/hab*dia	131
Consumo Per Capita Demandado em l/hab*dia	251
Dados de micromedicação do ano de 2012	

O per capita demandado estimado pela CASAN no BADOP de 2012 (Anexo C 16) foi de 240,83 l/hab\*dia, contra os 251 l/hab\*dia aqui calculados, em parte explicado pela diferente forma de compor o cálculo. É um número de partida muito elevado e sua queda deve ser buscada através de um consistente programa de redução de perdas na distribuição.

O per capita real adotado para final de plano foi de 140 l/hab\*dia.

#### 4.3.3.7 Índice de Perdas

A correta determinação do índice de perdas do sistema de abastecimento de água de Caçador fica prejudicada pela inexistência e macromedidores que permitam a obtenção do volume de água bruta aduzida (exceção ao poço do Figueroa que dispõe de macromedidor), do volume de processo na ETA, e do volume disponibilizado para a população. Os relatórios

da CASAN fazem estimativas destes volumes baseados em trabalhos de pitometria, mas as variações de vazão decorrentes dos problemas do nível de água na estiagem e obstruções de folhas na captação e as variações de rendimentos das bombas ao longo da vida útil, não são contempladas nas estimativas de vazão. O volume de processo também é definido por estimativa e o reservatório de lavagem de filtros é utilizado para o abastecimento das zonas altas próximas da ETA. O índice de perdas permite a obtenção do consumo per capita demandado e para as projeções de abastecimento futuro.

Dos dados do BADOP, relatório que a CASAN elabora para seus sistemas (Anexo C 16), foram calculadas as perdas do ano inteiro de 2012 de forma a apanhar todas as sazonalidades de consumo, que mesmo tendo a confiabilidade limitada pela ausência de macromedição, é o que se dispõe. A Tabela 42 apresenta o cálculo.

**Tabela 42 - Cálculo de Perdas do SAA (2012)**

Volume captado	5.316.851
Volume de processo	217.636
Volume operacional (descargas, outros)	67.650
Volume especial (pipas, outros)	15.510
Volume Macromedido Figueroa	93.468
Volume disponibilizado ETA + Figueroa	5.192.683
Volume micromedido	2.388.722
Volume faturado pela média de consumo	74.139
Volume estimado	30
Volume utilizado	2.478.401
Volume de perdas reais + aparentes	2.714.282
% de perdas reais + aparentes	52,27%
Vazam./extravaz./fraudes/erro micr.	2.646.632

Inegavelmente as perdas do SAA na distribuição são significativas, provavelmente decorrentes de pressões elevadas na rede, associadas aos rompimentos das tubulações, e não devem ser muito diferentes do apontado nos relatórios da CASAN, que indicam perdas de 52,43% em 2012 e 45,26% no acumulado de 2013. As já mencionadas obras necessárias à ampliação e melhorias do sistema, visando o atendimento da demanda futura, buscam a otimização das zonas de pressão, limitando os valores máximos de pressão nas horas de menor consumo em 50 mca (metros de coluna de água). Estima-se que, após a otimização das zonas de pressão, com distritos de distribuição com medição e controle, com eficiente trabalho de pesquisa de vazamentos, e com uma consistente atuação na manutenção e recuperação da rede de distribuição, as perdas possam cair a valores da ordem de 25%, índice previsto no cenário deste plano.

Levantamento do nº de vazamentos para os últimos 12 meses estão apresentados na Tabela 43, onde se observa um acréscimo em relação a igual levantamento realizado em 2009. Estes números estão muito elevados se comparados com outros sistemas.

**Tabela 43 - Vazamentos (10/2012 à 09/2013)**

<b>Itens</b>	<b>Cavalete</b>	<b>Ramal</b>	<b>Rede</b>	<b>Total</b>
<b>Total Ano</b>	3.040	1.229	582	4.851
<b>Média Mês</b>	253	102	49	404
<b>%</b>	62,7%	25,3%	12,0%	100%
<b>Média Mês/1000 ligações</b>	15,24	6,16	2,92	24,32
<b>Média Mês/Km de rede</b>	1,08	0,43	0,21	1,72
<b>Média Mês/Km de rede (2009)</b>	0,71	0,59	0,13	1,43

O programa de controle de perdas, aprovado pelo Conselho Consultivo de Saneamento, não passou da etapa inicial em 2009 quando foram adquiridos os macromedidores para água bruta, para água tratada disponibilizada e para distritos de medição e controle (DMCs). Estavam propostos 8 (DMCs) com vazão e pressão acompanhadas em tempo real pelo sistema supervísório, objetivando a pronta detecção de problemas na distribuição de água. Com o projeto integralmente implantado todas as zonas de pressão propostas e materializadas deveriam ser monitoradas por medidores de vazão implantados a jusante de cada centro de reservação, estação elevatória ou válvula redutora de pressão. O sistema supervísório existente é uma poderosa ferramenta para o controle de perdas e sua adequação para incorporar as informações dos distritos macromedidos e dos novos reservatórios deveria ser uma prioridade. No entanto, esta prioridade constante das recomendações do plano de saneamento de 2009 foi negligenciada. Decorridos 4 anos o programa de redução de perdas não foi iniciado e nenhum macromedidor foi instalado. Duas observações aqui são cabíveis: a falta de água que se verifica nos dias quentes de maior consumo não ocorreria se estas perdas tivessem se limitado a valores normais; para execução de obras de ampliação da produção certamente não será possível o acesso a recursos financiados oficiais, pois se sabe que a orientação é de não dar recursos para se jogar água fora, ou seja, primeiro se reduz a perda para depois pensar em aumento de produção. A redução das perdas se estende além da redução dos custos operacionais, pois aumenta a vida útil do sistema.

#### **4.3.3.8 Quadro de Pessoal, Manutenção e Controle Operacional**

A estrutura operacional disponibilizada pela CASAN tem se mostrado insuficiente para a perfeita operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, inclusive sem uso de plantão permanente de manutenção que uma cidade do porte de Caçador requer, ou seja, se repete aqui o já relatado no Plano de Saneamento Básico de 2009. Para renovação do Convênio de Gestão Associada foi exigência do Conselho Consultivo que o SAA de Caçador tivesse nos seus quadros um engenheiro, medida que resultou numa gestão mais técnica dos serviços, porém este profissional embora lotado em Caçador não tem dedicação exclusiva a Caçador, exigência que foi estabelecida no Convênio de Cooperação firmado entre o Município e o Estado de Santa Catarina.

Em 2009 foi projetado um quadro de pessoal de 38 funcionários para 31 existentes. Naquela época foi diagnosticado que o maior problema era o afastamento por motivo de saúde ou demissão, sem a devida substituição. Hoje o quadro ativo é de 27 funcionários e o chefe da

Agência local tem solicitado 8 novas contratações, a maioria para a manutenção. O déficit de pessoal tem gerado horas extras, isto sem equipes de plantão. Fica aqui a observação já realizada em 2009, de que na implantação de um programa de redução de perdas o quadro de pessoal (e sua qualificação técnica), de equipamentos e veículos deverá ser ampliado, assim como toda a política de manutenção e operação do sistema de abastecimento de água de Caçador deverá ser revista. A seguir está apresentado na 44 o quadro de pessoal atual com o pleito da Agência de Caçador para a sua ampliação.

Tabela 44 - Quadro Quantitativo de Pessoal (out/2013)

	Cargos	Nº de Funcinários	Função	Ampliação de Quadro Solicitada
Administrativas e Comerciais	Técnico de Contabilidade	1	Chefe da Agência	
	Técnico de Contabilidade	1	Adm. / Pessoal / Frota	
	Assistente Administrativo	2	Comercial / Atendimento	
	Agente Adm. Operacional	1	Micromedicação	
	Agente Adm. Operacional	1	AFASTADA	
Operação e Manutenção	Engenheiro	1	Engenheiro	
	Agente Adm. Operacional	1	Gerente Operacional	
	Auxiliar técnico	1	Manutenção Elétrica	2
	Operador de ETA	4	Operador de ETA	1
	Agente Adm. Operacional	1	Operador de ETA	
	Agente Adm. Operacional	1	Fiscalização	
	Agente Adm. Operacional	1	ETA / Manutenção	
	Agente Adm. Operacional	3	Manutenção	1
	Instalador Hidráulico	7	Manutenção	2
	Operador de Equipam. Pesado	1	Manutenção	2
	Motorista	1	Manutenção	
	Auxiliar Técnico	1	AFASTADO	
Total		29		8

\* Agente Adm. Operacional solicitado para o SAA da Taquara Verde

A estrutura de veículos e equipamentos está apresentada na Tabela 45. Com a política de locação de veículos pode-se afirmar que a frota, na média, está boa, porém é apontada a necessidade de mais um veículo para o setor operacional, e a substituição das duas retroescavadeiras que chegaram ao final da vida útil. Certamente uma retroescavadeira nova é mais útil do que as duas existentes. Os caminhões VW, da caçamba e da valetadeira, apesar do ano de fabricação, apresentam elevado custo de manutenção e o ideal seria a substituição de ambos. A Agência também revindica uma segunda caçamba.

Versão Final do PMSB de Caçador

91

**Tabela 45 - Relação de Veículos Equipamentos do SAA de Caçador**

Tipo	Nº	Modelo	Placa	Ano	Estado de Conservação	Propriedade	Uso
Leve	1	Automóvel VW Gol	MJR 8213	2012/2013	Ótimo	Locado	Administração
	2	Pick up leve FIAT Estrada	MIT 7143	2011/2012	Bom	Locado	Setor Operacional / Manutenção
	3	Pick up leve FIAT Estrada	MIT 7383	2011/2012	Bom	Locado	Setor Comercial / Corte
	4	Pick up leve FIAT Fiorino	MJJ 3032	2011/2012	Bom	Locado	Setor Operacional / Manutenção
	5	Pick up leve FIAT Fiorino	MJZ 7259	2011/2012	Bom	Locado	Setor Operacional / Manutenção
	6	Pick up leve VW Saveiro	MJR 8523	2012/2013	Ótimo	Locado	Setor Comercial / Fiscalização
	7	Pick up leve FIAT Fiorino	MDY 0357	2006/2007	Regular	CASAN	Setor Operacional
	8	Pick up leve FIAT Estrada	MEA 2408	2005/2006	Regular	CASAN	Setor Operacional / Eletromecânica
Pesado	1	Retroescavadeira Massey Ferguson	MAA 3503	1998/1998	Final vida útil	CASAN	Setor Operacional / Manutenção
	2	Retroescavadeira Massey Ferguson	MAA 9494	1997/1997	Final vida útil	CASAN	Setor Operacional / Manutenção
	3	Caminhão VW Caçamba	MFB 7298	2007/2007	Bom	FUNDEMA	Setor Operacional / Manutenção
	4	Caminhão VW Valetadeira	MGS 5432	2007/2007	Bom	FUNDEMA	Setor Operacional / Manutenção

A central de supervisionamento da operação do sistema de abastecimento de água deve ser ampliada com o controle de todas as suas unidades, bem como deverá ser agregado o controle de novas variáveis dos distritos de medição e controle (DMCs), tais como vazão e pressão.

Deverão ser dispensados maiores cuidados de manutenção dos reservatórios e estações elevatórias, em especial os reservatórios, elevado e apoiados, da ETA e elevado junto ao escritório da CASAN. Os centros de reservação R8 e R11 / R11A não têm cercas de contenção ao acesso de terceiros. A limpeza de reservatórios tem que seguir programação com a periodicidade recomendada, hoje inexistente.

O cadastro de redes deve ter mais de um técnico preparado para a sua permanente atualização, para que não se repita o que recentemente ocorreu com a manutenção e atualização deste cadastro.

#### **4.3.3.9 Imóveis Utilizados nos Sistemas Operados pela CASAN**

No Anexo C 13 está apresenta a relação de imóveis utilizados nos sistemas da sede urbana operados pela CASAN e sua propriedade.

#### **4.3.4 Padrões de Qualidade da Água**

Fundamentada no disposto no Art. 2º do Decreto nº 79.367/1977, a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde é o documento que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, conforme o total da população abastecida e o tipo de manancial, se superficial ou subterrâneo. A resolução nº 357 do CONAMA estabelece os procedimentos de monitoramento do manancial superficial (Rio do Peixe). Segundo a portaria ministerial, a amostragem exigida para os sistemas de abastecimento de água de Caçador está apresentada nas Tabelas abaixo.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

92

**Tabela 46 - Número Mínimo de Amostras para o Controle da Qualidade de Água do SAA de Caçador - Manancial Superficial (Portaria nº2914 e CONAMA 357)**

Locais	Análises	Amostras		
		Número	Frequência	Total Mês
Manancial Superficial	Cor	1	semestral	1/6
	Turbidez	1	semestral	1/6
	pH	1	semestral	1/6
	Cianobactérias	1	mensal <sup>1</sup>	1
	Demais Parâmetros	101	semestral <sup>2</sup>	101/6
Saída do Tratamento	Cor	1	cada 2h	360
	Turbidez	1	cada 2h	360
	pH	1	cada 2h	360
	Cloro Residual Livre	1	cada 2h	360
	Fluoreto	1	cada 2h	360
	Gosto e Odor	1	Trimestral	1/3
	Prod. Sec. da Cloração - THM	1	trimestral	1/3
	Coliformes	2	semanal	8,4
	Cianotoxinas	*	*	-
	Demais Parâmetros	66	semestral <sup>3</sup>	66/6
Redes e Reservatórios	Cor	7	mensal	7
	Turbidez	60	mensal	60
	Cloro Residual Livre	60	mensal	60
	Trihalometanos	4	trimestral	1,33
	Coliformes	60	mensal	60
	Heterotróficas	12	mensal	2
	Demais Parâmetros	1	semestral <sup>4</sup>	-

Nº mínimo estimado de procedimentos de análise por mês, para pop. = 65.000 hab abastecidos	2029
--	------

\* Quando exceder a 20.000 células/ml de cianobactérias nas análise do manancial, será exigida a análise semanal na saída do tratamento de cianotoxinas e a comunicação imediata às clínicas de hemodiálise e indústrias de injetáveis.

1 Quando exceder a 10.000 células/ml a frequência deve ser semanal, considerando, para efeito de alteração da frequência de monitoramento, o resultado da última amostragem. Quando exceder a 20.000 células/ml a frequência deve ser semanal.

2 Total de 101 parâmetros analisados. As análises devem atender à Resolução 347 do CONAMA, conforme a classe do manancial (classe II para o Rio das Pedras) e o disposto nos artigos 14, 15 e 16. As amostras coletadas junto à captação do manancial superficial devem também averiguar se o tipo de tratamento utilizado é compatível com o enquadramento do manancial conforme art.4 da Resolução 347 do CONAMA. A investigação de parâmetros radioativos será obrigatória somente quando de evidências de causas de radiação natural ou artificial.

3 Total de 66 parâmetros analisados. As análises devem atender ao disposto nos Anexos VII, VIII e IX da Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde e demais disposições pertinentes. A definição da periodicidade de amostragem para o quesito de radioatividade será definido após o inventário inicial, realizado semestralmente no período de 2 anos, respeitando a sazonalidade pluviométrica. O plano de amostragem para os parâmetros de agrotóxicos deverá considerar a avaliação dos seus usos na bacia hidrográfica do manancial de contribuição, bem como a sazonalidade das culturas.

4 A análise semestral na distribuição é dispensada para os parâmetros que não forem detectados na saída do tratamento e/ou no manancial, à exceção de substâncias que possam potencialmente ser introduzidas ao longo da distribuição.

Obs.: Em toda amostra microbiológica deve ser efetuada na hora da coleta a medida de cloro residual e determinada a turbidez. A autoridade de saúde poderá alterar a frequência mínima de amostragem conforme o disposto no art. 45 da Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

93

**Tabela 47 - Número Mínimo de Amostras para o Controle da Qualidade de Água SAAs do Figueroa e da Taquara Verde - Poços (Portaria nº2914 e CONAMA 357)**

Locais	Análises	Poço Profundo		
		Amostras		
		Número	Frequência	Total Mês
<b>Manancial Subterrâneo</b>	Coliformes	1	mensal	1
<b>Saída do Tratamento</b>	Cor	1	semanal	4,2
	Turbidez	2	semanal	8,4
	pH	2	semanal	8,4
	Cloro Residual Livre	2	semanal	8,4
	Fluoreto	2	semanal	8,4
	Gosto e Odor	1	semestral	4,2
	Coliformes	2	semanal	8,4
	Demais Parâmetros	66	semestral <sup>1</sup>	11
<b>Redes e Reservatórios</b>	Cor	5	mensal	5
	Turbidez	10	mensal	10
	Cloro Residual Livre	10	mensal	10
	Trihalometanos	1	anual	0,08
	Coliformes	10	mensal	10
	Heterotróficas	2	mensal	2
	Demais Parâmetros	1	semestral <sup>2</sup>	-
<b>Nº mínimo estimado de procedimentos de análise por mês para população abastecida</b>				<b>64</b>

<sup>1</sup> Total de 66 parâmetros analisados. As análises devem atender ao disposto nos Anexos VII, VIII e IX da Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde e demais disposições pertinentes. A definição da periodicidade de amostragem para o quesito de radioatividade será definido após o inventário inicial, realizado semestralmente no período de 2 anos, respeitando a sazonalidade pluviométrica. O plano de amostragem para os parâmetros de agrotóxicos deverá considerar a avaliação dos seus usos na bacia hidrográfica do manancial de contribuição, bem como a sazonalidade das culturas.

<sup>2</sup> A análise semestral na distribuição é dispensada para os parâmetros que não forem detectados na saída do tratamento e/ou no manancial, à exceção de substâncias que possam potencialmente ser introduzidas ao longo da distribuição.

Obs.: Em toda amostra microbiológica deve ser efetuada na hora da coleta a medida de cloro residual e determinada a turbidez. A autoridade de saúde poderá alterar a frequência mínima de amostragem conforme o disposto no art. 45 da Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

As análises apresentadas pela CASAN demonstram que a amostragem mínima exigida pela portaria nº 2914 do MS e pela resolução do CONAMA de nº 357 está sendo atendida.

As análises fornecidas pela CASAN permitiram montar planilha de % de resultados em desacordo com os padrões exigidos, que está apresentada nas Tabelas 48 e 49 a seguir, para o sistema do Rio do Peixe e para o sistema do bairro Figueroa.

O problema de turbidez na saída do tratamento do sistema do Rio do Peixe, embora bastante reduzido após a troca do coagulante (uso do PAC), ainda persiste, o que pode ser explicado pela sobrecarga da ETA com forte arraste de flocos para os filtros.

O que se mostra mais divergente dos padrões é o teor de flúor, revelando algum problema na sistemática de dosagem ou aplicação. O mesmo ocorre com o cloro residual do sistema do Figueroa.

Hoje não existe um profissional responsável pelo tratamento dos sistemas lotado em Caçador, pois a técnica que a Prefeitura disponibilizava não teve seu contrato renovado. O controle de qualidade é feito pela agência de CASAN em Videira.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

94

Tabela 48 - % de Análises Fora dos Parâmetros de Potabilidade - ETA

Parâmetros	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	Média Ano
<b>Saída do Tratamento</b>													
Cor	0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,05%
Turbidez	9,6%	0,3%	0,3%	11,6%	0,5%	-	0,3%	8,7%	-	-	8,7%	17,3%	4,76%
Cloro Residual Livre	0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,05%
Fluoreto	29,6%	24,7%	39,5%	30,7%	53,0%	16,0%	50,8%	48,1%	47,0%	13,3%	48,9%	43,9%	37,14%
<b>Rede de Distribuição</b>													
Coliformes	< 5%	< 5%	< 5%	< 5%	6,45%	< 5%	< 5%	< 5%	< 5%	< 5%	< 5%	< 5%	

Tabela 49% de Análises Fora dos Parâmetros de Potabilidade - Sistema Figueroa

Parâmetros	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	Média Ano
<b>Saída do Tratamento</b>													
Turbidez	2,6%	-	3,2%	8,3%	4,2%	-	-	22,7%	-	-	16,7%	-	4,81%
Cloro Residual Livre	18,4%	11,8%	12,5%	25,0%	33,3%	22,7%	33,3%	18,2%	9,5%	10,5%	25,0%	16,7%	19,75%
Fluoreto	39,5%	38,2%	36,7%	75,0%	25,0%	54,5%	88,9%	77,3%	52,4%	63,2%	59,1%	27,8%	53,12%
<b>Rede de Distribuição</b>													
Cloro Residual Livre	-	-	30,0%	-	-	30,0%	-	20,0%	-	-	40,0%	-	10,00%

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

#### 4.3.5 Prognóstico de Demandas

Para uma melhor visualização do cenário de necessidades de abastecimento através das projeções populacionais de Caçador, desenvolvidas no Diagnóstico Social, e do consumo per capita micromedido de 120 l/hab\*dia (demandado de 251 l/hab\*dia) com projeção de acréscimo para 130 l/hab\*dia em 2043 (demandado de 173 l/hab\*dia pela redução das perdas), com sistema operando em regime máximo de 24 horas por dia, para os dias de maior consumo, e perdas de processo projetadas de 3%, foi desenvolvida a Tabela 51 com projeção das vazões a captar e os volumes de reservação recomendados e necessários à universalização do abastecimento de água.

Observa-se que a vazão necessária para universalizar o atendimento da população urbana no horizonte do plano pode ser suprida pelos atuais mananciais. No entanto a capacidade atual da ETA do Rio do Peixe não atende a demanda do dia de maior consumo, com o atual nível de perdas de distribuição e processo, conforme mostra a Tabela 50. Este quadro demonstra a urgência do término da ampliação da ETA e do imediato início de um programa de redução das perdas de água.

**Tabela 50 - Capacidade de Atendimento dos SAAs**

<b>Sistema Principal do Rio do Peixe</b>	
Vazão de Água Bruta Atualmente Aduzida l/s	160,00
Perdas na ETA em l/s (estimadas em 4%)	6,40
Vazão Disponibilizada para o Consumo em l/s	153,60
Coefficiente do Dia de Maior Consumo	1,2
Consumo Per Capita Demandado para o Sistema (l/hab*dia)	251
População Abastecível Pelo Sistema Atual no Dia de Maior Consumo	44.034
População Abastecível com Ampliação de Vazão da ETA para 220 l/s	60.547
População Atendida pelo SAA do Rio do Peixe em Junho de 2013	56.287
Déficit de Atendimento Atual no Dia de Maior Consumo (em habitantes)	12.253
<b>Sistema Figueroa - Poço</b>	
Vazão de Água Bruta Atualmente Aduzida l/s	6,4
Vazão Disponibilizada para o Consumo em l/s	6,4
Coefficiente do Dia de Maior Consumo	1,2
Consumo Per Capita Demandado para o Sistema (l/hab*dia)	251
População Abastecível Pelo Sistema Atual no Dia de Maior Consumo	1.832
População Abastecível com Ampliação de Capacidade da Bomba do Poço	3.440
População Atendida Pelo Sistema do Figueroa em Junho de 2013	1.449

Versão Final do PMSB de Caçador

96

Tabela 51 - Vazão e Reservação Necessárias para Universalização dos Serviços (24h/dia)

Ano	População urbana	População abastecida	Per capita aparente l/hab*dia	% de perdas na distribuição	Per capita demandado l/hab*dia	Per capita dia maior consumo l/hab*dia	m³ no dia de maior consumo	Perda de processo	m³ dia a captar	Vazão a captar total no dia de maior consumo (l/s)	Vazão a captar pouco Figueroa (l/s)	Vazão a captar Rio do Peixe (l/s)	Reservação necessária (m³)
2010	62.900												
2011	63.810												
2012	64.729	56.310	120	52,27%	251	301	16.971	4,09%	17.695	205	4	201	5.657
2013	65.659	57.736	121	52,27%	253	303	17.495	4,09%	18.241	211	4	207	5.832
2014	66.597	58.606	121	40,00%	202	242	14.202	3,00%	14.642	169	4	165	4.734
2015	67.546	59.778	122	39,48%	201	242	14.440	3,00%	14.886	172	4	168	4.813
2016	68.504	62.339	122	38,97%	201	241	15.010	3,00%	15.474	179	4	175	5.003
2017	69.472	64.609	123	38,45%	200	240	15.058	3,00%	15.987	185	4	181	5.169
2018	70.450	66.223	124	37,93%	199	239	15.846	3,00%	16.336	189	4	185	5.282
2019	71.437	67.508	124	37,41%	199	239	16.104	3,00%	16.602	192	4	188	5.368
2020	72.433	68.812	125	36,90%	198	238	16.365	3,00%	16.872	195	6	189	5.455
2021	73.440	70.135	126	36,38%	198	237	16.630	3,00%	17.145	198	6	192	5.543
2022	74.456	71.477	126	35,86%	197	236	16.899	3,00%	17.421	202	6	196	5.633
2023	75.481	72.839	127	35,34%	196	236	17.171	3,00%	17.702	205	6	199	5.724
2024	76.516	74.220	128	34,83%	196	235	17.446	3,00%	17.986	208	6	202	5.815
2025	77.560	75.621	128	34,31%	195	234	17.725	3,00%	18.273	211	6	205	5.908
2026	78.614	77.041	129	33,79%	195	234	18.008	3,00%	18.565	215	6	209	6.003
2027	79.677	78.482	130	33,28%	194	233	18.294	3,00%	18.860	218	6	212	6.098
2028	80.749	79.942	130	32,76%	194	232	18.583	3,00%	19.158	222	6	216	6.194
2029	81.831	81.421	131	32,24%	193	232	18.877	3,00%	19.460	225	6	219	6.292
2030	82.921	82.921	132	31,72%	193	231	19.173	3,00%	19.766	229	6	223	6.391
2031	84.021	84.021	132	31,21%	192	231	19.377	3,00%	19.976	231	6	225	6.459
2032	85.130	85.130	133	30,69%	192	230	19.582	3,00%	20.187	234	6	228	6.527
2033	86.248	86.248	134	30,17%	191	229	19.788	3,00%	20.400	236	6	230	6.596
2034	87.375	87.375	134	29,66%	191	229	19.996	3,00%	20.615	239	6	233	6.665
2035	88.510	88.510	135	29,14%	190	228	20.205	3,00%	20.830	241	6	235	6.735
2036	89.655	89.655	135	28,62%	190	228	20.416	3,00%	21.048	244	6	238	6.805
2037	90.808	90.808	136	28,10%	189	227	20.628	3,00%	21.266	246	6	240	6.876
2038	91.969	91.969	137	27,59%	189	227	20.842	3,00%	21.487	249	6	243	6.947
2039	93.139	93.139	137	27,07%	188	226	21.057	3,00%	21.708	251	6	245	7.019
2040	94.318	94.318	138	26,55%	188	226	21.273	3,00%	21.931	254	6	248	7.091
2041	95.504	95.504	139	26,03%	188	225	21.491	3,00%	22.156	256	6	250	7.164
2042	96.699	96.699	139	25,52%	187	225	21.710	3,00%	22.381	259	6	253	7.237
2043	97.902	97.902	140	25,00%	187	224	21.930	3,00%	22.608	262	6	256	7.310

Reservação existente: 7.060 m³

Vazões média e máxima atualmente captada: 160 e 170 l/s

Capacidade da ETA: 160 l/s

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

#### 4.3.6 Política Tarifária e Regulação

A política tarifária da CASAN em Caçador segue o modelo único estadual, herança do sistema de subsídios cruzados, conforme o apresentado na Tabela 52 onde estão os valores aplicados para as diferentes categorias e faixas tarifárias, vigentes desde 13 de julho de 2013.

<b>Tabela 52 - Política Tarifária - Outubro/2013</b>			
<b>Estrutura Tarifária - Tarifa Social</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Residencial "A" (Social)	1	Até 10	5,61/mês
	2	11 a 25	1,5712/m³
	3	26 a 50	7,5536/m³
	4	maior que 50	9,2192/m³
<b>Estrutura Tarifária - Tarifa Residencial</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Residencial "B"	1	até 10	29,92/mês
	2	11 a 25	5,4836/m³
	3	26 a 50	7,6934/m³
	4	maior que 50	9,2192/m³
	5	Tarifa Sazonal	11,5238/m³
<b>Estrutura tarifária - Tarifa Comercial</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Comercial	1	Até 10	44,16/mês
	2	11 a 50	7,3289/m³
	3	> 50	9,2192/m³
<b>Estrutura Tarifária - Tarifa Micro e Pequeno Comércio</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Micro e Pequeno Comércio	1	até 10	31,20/mês
	2	Maior que 10	7,3289/m³
<b>Estrutura Tarifária - Tarifa Industrial</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Industrial	1	Até 10	44,16/mês
	2	Maior que 10	7,3289/m³
<b>Estrutura Tarifária - Poder Público</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Faixa</b>	<b>m³</b>	<b>Água R\$</b>
Pública	1	Até 10	44,16/mês
	2	Maior que 10	7,3289/m³

13/07/2013

Os preços para realização de serviços específicos constam de uma extensa lista que pode ser visualizada no site da CASAN > Tudo sobre sua conta > Orientações ao Cliente > Preços e Prazos de Serviços.

O estudo comparativo com tarifas de outros sistemas em Santa Catarina, Tabela 53, mostra que as tarifas praticadas pela CASAN estão acima de todas as demais praticadas pelos sistemas municipais pesquisados.

<b>Tabela 53 - Comparativo de Tarifas Residenciais Vigentes em Out/2013</b>				
<b>Sistemas</b>	<b>Faixas de Consumo</b>			
	<b>Até 10 m³</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>30</b>
<b>SAMAE Rio Negrinho</b>	21,35	42,10	66,70	127,30
<b>SAMAE Blumenau</b>	21,10	40,30	59,50	97,90
<b>SAMAE Brusque</b>	19,90	38,25	61,70	117,85
<b>SAMAE Tijucas</b>	21,00	33,50	47,85	83,10
<b>SAMAE S. Fco. do Sul</b>	23,00	37,50	56,15	101,90
<b>SAMAE Timbo</b>	18,00	33,30	48,60	84,75
<b>SAMAE São Bento do Sul</b>	23,11	39,56	58,01	96,76
<b>SAMAE Jaraguá do Sul</b>	19,51	37,21	56,71	101,21
<b>SIMAE Capinzal/Ouro</b>	26,90	45,80	68,80	118,60
<b>SISAM São João Batista</b>	17,05	31,95	46,85	82,05
<b>Média das Autarquias</b>	<b>21,09</b>	<b>37,95</b>	<b>57,09</b>	<b>101,14</b>
<b>CASAN</b>	29,92	57,34	84,76	150,64

A Agência reguladora definida pelo município, em consórcio, é a ARIS – Agência Intermunicipal de Saneamento, tendo a mesma efetuado no mês de setembro de 2013 ação fiscalizatória no sistema de abastecimento de água de Caçador.

#### 4.3.7 Receitas Despesas e Resultados

Os dados extraídos do relatório de custos analíticos apresentado pela CASAN referente ao ano de 2012 (incluem Taquara Verde), apresentados de forma sintética na Tabela 54, mostram um desequilíbrio financeiro na gestão do sistema de abastecimento de água, que impossibilita investimentos com recursos próprios. No entanto, observa-se que os critérios de rateio das estruturas centralizadas da CASAN oneram em 44,21% os custos e despesas locais, sendo que também foi atribuída significativa carga de serviço da dívida e de amortização de intangível, diretamente nos custos do sistema de Caçador. Constata-se que as despesas de pessoal das estruturas centralizadas se igualam às despesas de pessoal locais. É verdade também que muito dos custos locais são decorrentes da excessiva perda de água existente, ou seja, ser perde mais do que se entrega ao consumidor. Paralelamente a este Plano de Saneamento será desenvolvido estudo detalhado de viabilidade da exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com avaliação criteriosa dos números apresentados.

Versão Final do PMSB de Caçador

99

Tabela 54 - Mapa Geral de Custos, Receita e Resultados 2012 (R\$)

Item	Subitem	%
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>4.611.990,82</b>	<b>35,68%</b>
<b>Despesas de Material</b>	<b>784.518,41</b>	<b>6,07%</b>
Despesas com Produtos Químicos	255.596,70	1,98%
Despesas com Materiais de redes	158.161,99	1,22%
Despesas com Combustíveis e lubrificantes	150.041,25	1,16%
Despesas com Mat. Manutenção Veículos	93.060,02	0,72%
Despesa com Materiais de Operação de Sistemas	60.667,49	0,47%
Diversos	66.990,96	0,52%
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>2.290.655,66</b>	<b>17,72%</b>
Energia Elétrica (força)	1.178.707,39	9,12%
Serviços de Manutenção de Veículos	48.263,76	0,37%
Serviços de Locação de Bens Móveis	158.781,83	1,23%
Serviços de Cadastro Leitura e Entrega de Faturas	329.008,14	2,55%
Serviços de Processamento de Dados	63.701,42	0,49%
Serviços de Estagiários e Contratados	65.034,39	0,50%
Tarifas Bancárias	102.682,29	0,79%
Serviços de Manutenção Eletromecânica e Hidráulica	4.679,75	0,04%
Diversos	339.796,69	2,63%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>3.407.569,01</b>	<b>26,36%</b>
Fundo Municipal	1.985.182,22	15,36%
Regulação	102.652,32	0,79%
PASEP / COFINS	1.041.545,54	8,06%
Diversos	278.188,93	2,15%
<b>Depreciações, Provisões e Amortizações</b>	<b>335.811,91</b>	<b>2,60%</b>
Amortização do Intangível	272.847,57	2,11%
Diversos	62.964,34	0,49%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>502.502,40</b>	<b>3,89%</b>
Juros e Taxas de Empréstimos e Financiamentos	484.209,13	3,75%
Diversos	18.293,27	0,14%
<b>Despesas Fiscais Tirbutárias e Provisões</b>	<b>992.068,49</b>	<b>7,68%</b>
Imposto de Renda, CSLL e Refis	348.611,93	2,70%
Provisões Trabalhistas e Ambientais	640.245,53	4,95%
Diversos	3.211,03	0,02%
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>33,35</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total dos Custos e Despesas</b>	<b>12.925.150,05</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>11.212.329,98</b>	
<b>Resultado (Arrecadação - Despesas)</b>	<b>-1.712.820,07</b>	

Rateio das Estruturas Centralizadas(2012)		
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>2.304.078,08</b>	<b>17,83%</b>
<b>Despesas de Material</b>	<b>68.949,78</b>	<b>0,53%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>383.640,36</b>	<b>2,97%</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>177.287,60</b>	<b>1,37%</b>
<b>Depreciações, Provisões e Amortizações</b>	<b>35.469,36</b>	<b>0,27%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>1.163,80</b>	<b>0,01%</b>
<b>Despesas Fiscais Tirbutárias e Provisões</b>	<b>992.068,49</b>	<b>7,68%</b>
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>33,35</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total dos Valores Rateados</b>	<b>3.962.690,82</b>	<b>30,66%</b>
<b>Total dos valores locais</b>	<b>8.962.459,23</b>	<b>69,34%</b>
<b>Total dos Custos e Despesas</b>	<b>12.925.150,05</b>	<b>100,00%</b>

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

#### 4.4. OUTROS SISTEMAS COLETIVOS DE ABASTECIMENTO NA ÁREA URBANA

Na área urbana existem 6 (seis) sistemas coletivos de abastecimento de água implantados, na maioria dos casos para suprir as antigas deficiências existentes no sistema público de abastecimento explorado pela CASAN, ou pela inexistência de cobertura daquele sistema no local. São 3 sistemas dentro da área de cobertura do sistema operado pela CASAN e 3 fora desta área.

Existem também diversos condomínios verticais e hotéis com poços próprios e em alguns casos coexistindo com ligações do sistema público. A Lei Federal nº 11.445/2007 em seu artigo "45" estabelece que "toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços" e no § 2º deste artigo que "A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes". No entanto, o Decreto nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei permite interpretação conflitante quando define em seu artigo "7", § 1º, o que é instalação predial, ou seja, "entende-se como sendo a instalação hidráulica predial mencionada no caput a rede ou tubulação de água que vai da ligação de água da prestadora até o reservatório de água do usuário", deixando a interpretação de tolerância para poço ou fonte que se conecte independentemente ao reservatório domiciliar. Por outro lado a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde limita o uso de solução coletiva alternativa para o consumo humano e estabelece em seu Art. 12º, que "Compete às Secretarias de Saúde dos Municípios: I - exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com os responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano; ... III - inspecionar o controle da qualidade da água produzida e distribuída e as práticas operacionais adotadas no sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, notificando seus respectivos responsáveis para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s); ... X - cadastrar e autorizar o fornecimento de água tratada, por meio de solução alternativa coletiva, mediante avaliação e aprovação dos documentos exigidos no art. 14 desta Portaria. Parágrafo único. A autoridade municipal de saúde pública não autorizará o fornecimento de água para consumo humano, por meio de solução alternativa coletiva, quando houver rede de distribuição de água, exceto em situação de emergência e intermitência."

Para os sistemas e soluções alternativas coletivas autorizadas a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde estabelece deveres para o "Responsável pelo Sistema ou Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento de Água para Consumo Humano" conforme artigos, dentre outros, a seguir apresentados:

"Art. 13º. Compete ao responsável pelo sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano:

I - exercer o controle da qualidade da água;

II - garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável



*em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das demais normas pertinentes;*

*III - manter e controlar a qualidade da água produzida e distribuída, nos termos desta Portaria, por meio de:*

*a) controle operacional do(s) ponto(s) de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, quando aplicável;*

*b) exigência, junto aos fornecedores, do laudo de atendimento dos requisitos de saúde estabelecidos em norma técnica da ABNT para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento de água;*

*c) exigência, junto aos fornecedores, do laudo de inocuidade dos materiais utilizados na produção e distribuição que tenham contato com a água;*

*d) capacitação e atualização técnica de todos os profissionais que atuam de forma direta no fornecimento e controle da qualidade da água para consumo humano; e*

*e) análises laboratoriais da água, em amostras provenientes das diversas partes dos sistemas e das soluções alternativas coletivas, conforme plano de amostragem estabelecido nesta Portaria;*

*....*

*V - encaminhar à autoridade de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relatórios das análises dos parâmetros mensais, trimestrais e semestrais com informações sobre o controle da qualidade da água, conforme o modelo estabelecido pela referida autoridade;*

*VI - fornecer à autoridade de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios os dados de controle da qualidade da água para consumo humano, quando solicitado;*

*VII - monitorar a qualidade da água no ponto de captação, conforme estabelece o art. 40 desta Portaria;*

*VIII - comunicar aos órgãos ambientais, aos gestores de recursos hídricos e ao órgão de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios qualquer alteração da qualidade da água no ponto de captação que comprometa a tratabilidade da água para consumo humano;*

*...*

*X - proporcionar mecanismos para recebimento de reclamações e manter registros atualizados sobre a qualidade da água distribuída, sistematizando-os de forma compreensível aos consumidores e disponibilizando-os para pronto acesso e consulta pública, em atendimento às legislações específicas de defesa do consumidor;*

*XI - comunicar imediatamente à autoridade de saúde pública municipal e informar adequadamente à população a detecção de qualquer risco à saúde, ocasionado por anomalia operacional no sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano ou por não conformidade na qualidade da água tratada, adotando-se as medidas previstas no art. 44 desta Portaria; e*

*XII - assegurar pontos de coleta de água na saída de tratamento e na rede de distribuição, para o controle e a vigilância da qualidade da água.*

*Art. 14º. O responsável pela solução alternativa coletiva de abastecimento de água deve requerer, junto à autoridade municipal de saúde pública, autorização para o fornecimento de água tratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*I - nomeação do responsável técnico habilitado pela operação da solução alternativa coletiva;*

*II - outorga de uso, emitida por órgão competente, quando aplicável; e*

*III - laudo de análise dos parâmetros de qualidade da água previstos nesta Portaria.*

*...*

*Art. 16º. A água proveniente de solução alternativa coletiva ou individual, para fins de consumo humano, não poderá ser misturada com a água da rede de distribuição."*

Os sistemas coletivos com rede de distribuição estão sujeitos ao atendimento da frequência mínima de análise das tabelas XII e XIII da portaria 2914 do Ministério da Saúde, conforme detalhado no item "Qualidade da Água" deste Diagnóstico.

O Anexo XV da Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, apresenta a frequência mínima de amostragem para as soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.

Diante do exposto, compete à Vigilância Sanitária o exercício de fiscalização e cobrança dos responsáveis pelos sistemas e soluções alternativas coletivas, inclusive de condomínios verticais, para o cumprimento da rotina de análises para controle de qualidade da água para consumo humano, através laboratórios habilitados.

#### 4.4.1 Sistemas Coletivos Identificados

Foram identificados dentro do perímetro urbano da sede do município de Caçador 6 (seis) sistemas coletivos, conforme segue:

**Monge João Maria (Bairro Bom Sucesso):** sistema operado pela associação dos moradores, com manancial subterrâneo localizado no ponto de coordenadas WGS 84 E 499699 S 7036352, ao lado dos dois reservatórios apoiados de fibra com 20 m<sup>3</sup> cada, que abastecem cerca de 200 ligações com população atendida estimada em 700 habitantes (3,5 hab/domicílio). Os dados técnicos são incertos, pois o responsável anterior (Nilson Furtado dos Santos - fone 49 3567 5701) indicava o poço como tendo 120m de profundidade e vazão de 9,0 m<sup>3</sup>/h e a atual gestora do sistema, Sra. Ivete Antunes (fones 8842 4161 e 9935 8544), informa profundidade de 60 m e vazão de 5,2 m<sup>3</sup>/h. A Sra. Ivete mostra bastante dinamismo na condução de suas atribuições, tendo recentemente ampliado o poço e adquirido novo conjunto motobomba submerso de maior vazão (a ser instalado - sistema opera quase que continuamente) e implantado a cloração do sistema, e segundo informa faz análise diária de cloro residual e análise bacteriológica mensal pela vigilância sanitária. A tarifa cobrada dos usuários é de R\$ 12,00/mês, por ligação. A região de abrangência da solução alternativa coletiva não é atendida pelo sistema público operado pela CASAN e os usuários não mostram interesse de contar com tal serviço. Foi solicitado à Sra. Ivete o teste de vazão recentemente realizado no poço, mas até a confecção deste diagnóstico não



foi fornecido.

Na mesma comunidade existe uma ocupação ilegal por população extremamente carente que está desassistida por soluções coletivas, e que a FUNDEMA no objetivo de amenizar os problemas de saúde ali observados, implantou um ponto de distribuição de água potável, com reservatório de 3.000 litros que é abastecido regularmente por carro pipa, sendo que este ponto está a 500 metros da rede de abastecimento de água da CASAN.



**Jardim Dileta (Bairro Bom Sucesso):** sistema operado pela associação dos moradores, com manancial subterrâneo localizado no ponto de coordenadas WGS 84 E 498785 S 7035109, com 60 metros de profundidade e vazão de 10,5 m<sup>3</sup>/h, operando no limite. Dois reservatórios elevados de fibra, com 20 m<sup>3</sup> cada, estão localizados no ponto de coordenadas WGS 84 E 499448 S 7035017, e abastecem cerca de 180 ligações com população atendida estimada em 630 habitantes (3,5 hab/domicílio), além de um Colégio Estadual Domingos da Costa Franco com 430 alunos e 32 funcionários alunos, localizado nas proximidades. O sistema não clora a água distribuída. O informante é o Sr. Alcdir Paulo Schmidt (conhecido por Reno - fone 3563 9495), presidente da associação de moradores. É cobrada uma taxa anual de R\$ 70,00 até março ou R\$ 10,00/mês, por ligação. A região de abrangência da solução alternativa coletiva não é atendida pelo sistema público operado pela CASAN e os usuários não mostram interesse de contar com tal serviço, no entanto, solicitam que o colégio passe a ser atendido por ampliação do sistema público de abastecimento, para aliviar a sobrecarga do poço profundo. A propósito, o poço profundo está localizado em terreno da empresa Tedesco, que atualmente paga a conta de energia consumida, mas que segundo informes, deseja que este serviço de abastecimento de água se torne público e atendido por outro manancial.



**Bom Jesus 1 (Bairro Bom Jesus):** sistema mantido em condomínio com manancial subterrâneo localizado no ponto de coordenadas aproximadas WGS 84 E 497229 S 7037833, e reservatório apoiado de fibra com 20 m<sup>3</sup> localizado no ponto de coordenadas WGS 84 E 497230 S 7037915. Abastece cerca de 30 ligações (informação de 2009) com população atendida estimada em 89 habitantes



(2,97 hab/domicílio). A água distribuída não é clorada. A região de abrangência da solução alternativa coletiva é atendida pelo sistema público operado pela CASAN. O responsável pelo sistema, segundo informe, é o Sr. Picolli, morador da Rua Macieira, nº 84.

**Bom Jesus 2 (Bairro Bom Jesus):** sistema implantado e mantido em condomínio com manancial subterrâneo localizado na residência nº 75 da Rua Camboriú, do Sr Alcebíades Suzin, no ponto de coordenadas WGS 84 E 497028 S 7037841, e reservatório apoiado de fibra com 20 m³ localizado no ponto de coordenadas WGS 84 E 497090 S 7037951. Abastece cerca de 53 ligações com população atendida estimada em 157 habitantes (2,97 hab/domicílio). A água distribuída não é clorada. O preço cobrado é de R\$



10,00/mês, por ligação e responsável pelas cobranças, segundo informe, é a Sra. Helena Picolotto (Rua Joinville nº 300). A informante foi uma das usuárias da solução alternativa coletiva que enalteceu as qualidades da água e rejeita o sistema público pelas constantes falta de água que ocorriam no passado. A região de abrangência da solução alternativa coletiva é atendida pelo sistema público operado pela CASAN.



**Santelmo (Centro):** sistema operado por particulares (segundo informe, o Sr. Mário Mandelli) com manancial subterrâneo localizado na Rua Quintino Bocaiuva, no ponto de coordenadas WGS 84 E 497847 S 7038274, onde também se encontra o reservatório elevado em concreto com capacidade estimada de 15 m³, abastecendo, segundo informações de 2009, cerca de 20 ligações com população atendida estimada de 51 habitantes (2,54 hab/domicílio). A água distribuída não é clorada. A região de abrangência da solução alternativa coletiva é atendida pelo sistema público operado pela CASAN.



**Parque de Exposições (Bairro Champagnat):** sistema operado pela FUNDEMA com manancial subterrâneo localizado dentro do Parque, no ponto de coordenadas WGS 84 E 494817 S 7038071, e dois reservatórios sendo um elevado de concreto com volume de 15 m³ e outro elevado de fibra com



20 m<sup>3</sup>, localizados dentro do Parque, no ponto de coordenadas WGS 84 E 494966 S 7038150. A água distribuída é clorada e as análises de controle físico-químico e bacteriológico são realizadas pela FUNDEMA. Além das dependências do Parque a solução de abastecimento atende gratuitamente residências vizinhas, num total aproximado de 20 ligações com população abastecida estimada de 57 habitantes (2,84 hab/domicílio). A região de abrangência deste sistema coletivo não é atendida pelo sistema público operado pela CASAN.

#### 4.4.2 Índice de Atendimento dos Sistemas Coletivos

A população urbana de Caçador projetada para 2013 é de 65.659 habitantes e os 1.684 habitantes atendidos pelos sistemas coletivos de abastecimento de água não operados pela CASAN representam 2,56% da população urbana da sede do município de Caçador, sem contar os condomínios verticais (soluções alternativas coletivas), que reconhecidamente são em bom número.

**Tabela 55 -Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água na Sede Urbana de Caçador - Junho 2013**

	Monge João Maria	Jardim Dileta	Bom Jesus 1	Bom Jesus 2	Santelmo	Parque Exposições	Total
Economias Residenciais Ativas (junho)	200	180	30	53	20	20	<b>503</b>
Taxa de Ocupação (hab/dom)	3,50	3,50	2,97	2,97	2,54	2,84	-
População Abastecida (hab)	700	630	89	157	51	57	<b>1.684</b>
Índice de Atendimento (pop. urbana 65.659)	-	-	-	-	-	-	<b>2,56%</b>

#### 4.4.3 Recomendações

Recomenda-se que o Poder Público Municipal através de sua Secretaria de Saúde / Vigilância Sanitária exerça, conforme competência definida no artigo "12" da Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, a responsabilidade da vigilância dos sistemas e soluções alternativas coletivas de abastecimento de água e exija o cumprimento dos planos de amostragem e análises da portaria, pelos responsáveis. Sabe-se que, caso a estação de tratamento de água do sistema público operado pela CASAN não seja concluída até o próximo verão, haverá intermitência no abastecimento de água naquele período, razão pela qual a sugestão é para que de imediato se faça aos responsáveis pelos sistemas, apenas a exigência de cumprimento da portaria quanto à qualidade da água e seu acompanhamento por análises determinadas no plano de amostragem, incluindo aí os condomínios verticais e hotéis. Para os sistemas coletivos de abastecimento de água em áreas que não contam com a cobertura do sistema público, especificamente nas comunidades do Monge João Maria e Jardim Dileta, cuja maioria da população é de baixa renda e onde (Jardim Dileta) há um colégio estadual abastecido com 430 alunos e 32 funcionários, recomenda-se o apoio técnico e até mesmo material para adequação às exigências da portaria ministerial.

A invasão de terras verificada na comunidade Monge João Maria, em que a FUNDEMA atendeu emergencialmente com solução alternativa coletiva de água potável, requer um tratamento especial dos poderes constituídos para solução que proporcione dignidade

humana para aquela população marginalizada, seja pela regularização fundiária para implantação de serviços de abastecimento de água ou pelo reassentamento em área dotada de requisitos elementares de salubridade ambiental.

A tendência futura é de que estes sistemas comunitários e particulares, que proliferaram diante da ausência ou ineficiência, por longo período, do serviço público prestado, sejam incorporados ao sistema de abastecimento de água da cidade, na medida em que a cobertura dos serviços seja ampliada e que se estabeleça total confiabilidade de prestação de serviço adequado pelo sistema público.

#### 4.5. CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA OPERADO PELA CASAN NA ÁREA URBANA DO DISTRITO DE TAQUARA VERDE

O abastecimento de água da na área urbana da Taquara Verde tem como manancial poço profundo localizado no ponto de coordenadas 480054 E 7039367. As características do poço estão apresentadas na Tabela 56:

<b>Tabela 56 - Características do Poço da Taquara Verde</b>		
<b>Dados</b>		<b>Poço Taquara Verde</b>
Coordenadas captação WGS 84	E	480054
	S	7039367
Vazão de teste (l/s)		2,8
Vazão de retirada (l/s)		2,8
Horas de funcionamento (média)		15
Nº de ligações servidas		285
Nº de economias residenciais		286
Nº de economias comerciais		1
Nº de economias industriais		-
Nº de economias públicas		7
População abastecida		1.055
População abastecível (16h bomb.)		1.754

A adutora de água bruta, que vai do poço profundo até ao reservatório RT, é de PVC no diâmetro de 100 mm com 610 metros de extensão. No passado o tratamento da água distribuída era realizado junto ao poço sendo atualmente realizado junto ao reservatório, podendo eventualmente alguma ligação ter sido feita nesta adutora, que passou a ser de água bruta. Diante desta possibilidade a área de engenharia irá investigar e na eventualidade da ocorrência providenciar a necessária adequação.

O tratamento é realizado através de casa de química localizada sob o reservatório elevado. A dosagem de cloro e flúor é realizada por bomba dosadora única diretamente no reservatório de distribuição.

O abastecimento é realizado em uma única zona de pressão a partir do reservatório elevado em fibra com 20 m³ de capacidade. A rede de distribuição tem 6.476 metros com diâmetro de 20 mm a 75 mm conforme relação a seguir:



Versão Final do PMSB de Caçador

107

Quadro 5 - Relação de Taquara Verde

RELAÇÃO DOS MATERIAIS					
Nº	LEGENDA	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.
Existente					
1	PVC DN50	41322	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 50 JEI	m	936
2	PVC DN75	41323	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 75 JEI	m	580
3	PVC DN100	41047	TUBO PVC PB CLASSE 0,60 MPA DN 100 JEI	m	743
4	PVC PBSDN20	1273	TUBO PVC PB DE 20MM JS	m	49
5	PVC PBSDN25	1274	TUBO PVC PB DE 25MM JS	m	1009
6	PVC PBSDN32	1275	TUBO PVC PB DE 32MM JS	m	2301
7	PVC PBSDN40	1276	TUBO PVC PB DE 40MM JS	m	196
8	PEADDN20		Tubo de Polietileno de Alta Densidade DN 20	m	662
TOTAL DE TUBULAÇÃO					6476 m

Como o crescimento populacional está estabilizado não existem projetos de ampliação do sistema e o prognóstico para este sistema está voltado para melhoria da qualidade do serviço prestado, com ampliação da reservação, a substituição da rede em mangueiras e melhor controle operacional com admissão de um funcionário para aquele sistema.

Ao final de junho de 2013 o sistema de abastecimento da Taquara Verde contava com 285 ligações e 294 economias atendidas, conforme apresentado na Tabela 57.

Tabela 57 - Ligações e Economias do SAA da Taquara Verde (Jun/2013)

Ligações	Residenciais*	Comerciais	Industriais	Públicas	Total
Com Hidrômetros	278	0	0	7	285
Sem Hidrômetros	0	0	0	0	0
Total	278	0	0	7	285
%	97,54%	0,00%	0,00%	2,46%	100,00%

\*inclui 20 ligações sociais

Economias	Residenciais*	Comerciais	Industriais	Públicas	Total
Com Hidrômetros	286	1	0	7	294
Sem Hidrômetros	0	0	0	0	0
Total	286	1	0	7	294
%	97,28%	0,34%	0,00%	2,38%	100,00%

\*inclui 20 economias sociais

A Tabela 58, extraída da totalização das medições no período de um ano, apresenta o consumo médio por economia e categoria.

Tabela 58 - Consumo Médio Mensal em m³ por Economia e Categoria em 2012

Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
0	24.940	0	0	1.260	26.200
0%	1%	0%	0%	0%	1%

Tabela 59 - Consumos Medidos em 2012 (m³)

Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	Total
	7,37	0,00	-	20,32	7,58

O índice de atendimento do sistema da Taquara verde está apresentado na Tabela 60.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



**Tabela 60 - Índice de Atendimento**

Ano	2013
População Urbana (hab)	1.175
Economias Residenciais Ativas (junho)	286
Taxa de Ocupação (hab/dom)	3,69
População Abastecida (hab)	1.055
Índice de Atendimento	89,82%

Do ano de 2012 foi retirado o volume total micromedido das economias lidas, inclusive das economias comerciais, industriais e públicas. O volume micromedido total foi dividido pela soma das economias residenciais lidas, obtendo-se assim o per capita micromedido de 69 l/hab\*dia.

O resumo dos histogramas de consumo, por categorias, utilizados no cálculo do per capita estão apresentados no Anexo C 14.

**Tabela 61 - Per capita Taquara Verde**

Economias Residenciais no Período	282
Volume Micromedido no Período	26.200
Taxa de Ocupação das Economias Residenciais. (IBGE 2010)	3,69
Per Capita Micromedido Aparente (l/hab*dia)	69
Perdas arbitradas na micromedicação (l/hab*dia)	2
Per Capita Micromedido Real (l/hab*dia)	71
Perdas na distribuição (reais+ap.) em l/hab*dia	77
Consumo Per Capita Demandado em l/hab*dia	148

Dados de micromedicação do ano de 2012

O baixo per capita micromedido se deve ao reduzido poder aquisitivo dos moradores do distrito.

Mesmo considerando uma drástica redução das perdas do sistema, a reservação do sistema não atende às necessidades da população servida, devendo ser dobrada sua capacidade, de 20 m<sup>3</sup> para 40 m<sup>3</sup>.

O poço da Taquara Verde tem macromedidor, o que permite avaliar com maior precisão o volume de perdas (reais + aparentes). O índice de perdas permite a obtenção do consumo *per capita* demandado para as projeções de abastecimento futuro. O cálculo das perdas está apresentado a seguir:

**Tabela 62 - Per capita Taquara Verde**

Volume captado	58.226
Volume de processo	139
Volume operacional (descargas, outros)	25
Volume especial (pipas, outros)	0
Volume disponibilizado	58.062
Volume micromedido	26.200
Volume faturado pela média de consumo	982
Volume estimado	269
Volume utilizado	27.451
Volume de perdas reais + aparentes	30.611
% de perdas reais + aparentes	52,72%
Vazam./extravaz./fraudes/erro micr.	30.472

As perdas deste sistema são elevadas e suas causas devem ser investigadas. Certamente um funcionário lotado no sistema resultaria numa redução do volume das perdas.

As despesas de exploração, arrecadação e faturamento deste sistema estão integradas ao sistema da sede urbana.

Para o Sistema de Taquara Verde as amostras coletadas apresentam grande variação nos parâmetros de cloro residual e flúor, que em diversas amostras fogem dos padrões requeridos, com consequências negativas nas análises bacteriológicas. Mais uma vez aqui se mostra necessária a existência de um funcionário no sistema. A preparação e o acompanhamento das dosagens são feitas pela agência da CASAN em Caçador, mas a presença não é diária. A manutenção de redes também é realizada por equipes da sede.

Versão Final do PMSB de Caçador

110

Tabela 63 - % de Análises fora dos Parâmetros de Potabilidade - Sistema Taquara Verde

Parâmetros	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	Média Ano
<b>Saída do Tratamento</b>													
Cor	-	3,2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,27%
Turbidez	2,5%	2,9%	-	10,7%	15,4%	3,1%	13,6%	9,5%	5,3%	5,3%	14,3%	11,8%	7,86%
Cloro Residual Livre	5,0%	25,7%	33,3%	28,6%	30,8%	53,1%	22,7%	14,3%	5,3%	21,1%	9,5%	-	20,78%
Fluoreto	44,7%	58,1%	64,3%	70,8%	50,0%	50,0%	66,7%	85,7%	94,7%	82,4%	85,7%	64,7%	68,15%
Coliformes	12,5%	25,0%	50,0%	25,0%	12,5%	62,5%	25,0%	-	-	12,5%	-	-	28,13%
<b>Rede de Distribuição</b>													
Cor	-	-	-	-	-	-	-	-	20,0%	-	-	-	1,67%
Turbidez	-	-	-	-	6,3%	-	-	15,4%	10,0%	-	-	-	2,64%
Cloro Residual Livre	-	-	12,5%	24,0%	31,3%	24,3%	18,8%	7,7%	10,0%	20,0%	17,6%	10,0%	14,68%
Coliformes	< 5%	30,0%	20,0%	50,0%	20,0%	90,0%	20,0%	10,0%	< 5%	10,0%	20,0%	< 5%	-

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

#### 4.6. ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAIS

##### **Comunidade de Adolfo Konder**

Nesta comunidade a FUNDEMA, com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, implantou um sistema de abastecimento de água que conta com um reservatório de 15 m<sup>3</sup>, para atendimento de 40 ligações (38 residenciais) com cerca de 1.500 metros de redes de distribuição. Não é cobrada tarifa de abastecimento. A água é clorada e as análises de controle de qualidade são rotineiramente realizadas pela FUNDEMA. O consumo de água tem sido elevado, pois não há micromedição e existem informes de utilização da água para atividades diversas. Poço localizado nas coordenadas WGS 84 E 496452 S 7042870. Reservatório localizado nas coordenadas WGS 84 E 496682 S 7043028.



##### **Comunidade do Rio Bugre**

Atendida por sistema de poço comunitário com água distribuída sem tratamento. Poço e reservatório de 5 m<sup>3</sup> localizados nas coordenadas WGS 84 E 492352 S 7043414.



##### **Comunidade Turma 60**

Atendido por fonte Caxambu, localizada nas coordenadas WGS 84 E 496702 S 7046748, com água distribuída sem tratamento.



**Comunidade Castelli**

Poço e reservatório de 5 m<sup>3</sup> localizados nas coordenadas WGS 84 E 499838 S 7047106. Água distribuída sem tratamento.

**Comunidade Castelhana**

Aproximadamente 400 pessoas atendidas por dois poços de propriedade da empresa ADAMI (vazões de 27 e 25 m<sup>3</sup> por hora). A água distribuída não é clorada, no entanto a empresa informa que adquiriu equipamento de cloração que tão logo entregue será colado em operação. Informa também que controla a qualidade da água distribuída tendo apresentado algumas análise de monitoramento.

**4.7. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE 2009 E SUAS PROPOSTAS DE INVESTIMENTOS**

O diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água do plano de saneamento de 2009 apresentou conclusões finais para o estabelecimento de ações e investimentos nos programas e projetos que foram elencados na versão final do plano. Na sequência estão repetidas as recomendações daquele plano e as propostas de investimentos dele decorrentes, com os comentários do que foi e do que não foi realizado.

***Recomendação 1*** - Priorizar a continuidade das obras de adequação da ETA em função dos problemas de qualidade decorrentes do subdimensionamento desta unidade.

***Investimento 1*** – Obras de ampliação da capacidade de produção da ETA (2009 e 2010).

Comentários: Observa-se que quando da realização do plano de 2009 a obra de ampliação da ETA já havia se iniciado. O Fundo Municipal de Saneamento custeou as obras civis, que se encontram concluídas e a CASAN providenciou materiais e equipamentos. No entanto, a ampliação se arrasta por mais de 4 anos sem conclusão. Não houve um acordo formal das responsabilidades acerca de alguns investimentos como o caso das lonas do novo decantador, que o Conselho Municipal através do Fundo, para ver a obra concluída, assumiu a aquisição. Após entraves de procedimentos licitatórios estão prestes a serem entregues. O plano de saneamento de 2009 destacava em suas considerações finais que “*Fica muito claro*

*no diagnóstico elaborado que a maior prioridade dos investimentos elencados é a produção de água em volume e qualidade para o suprimento atual da população de Caçador. Nisto se insere também o programa de redução de perdas.” Esta prioridade foi negligenciada e hoje, nos dias de maior consumo, falta água. As análises de água mostram que problemas de qualidade ainda persistem e as perdas continuam elevadas. Alerta-se para o fato de que o conteúdo do projeto de ampliação da ETA é mais amplo do que a entrada em funcionamento do novo módulo decantador/filtro, sendo esta uma etapa básica e emergencial, sendo que um quinto filtro logo se mostrará necessário para que as taxas de filtração fiquem dentro dos valores recomendados.*

**Recomendação 2** - *Ativar o novo reservatório R-16, com implantação da nova ERAT-5 e nova rede adutora, desativando o R-16 antigo, o R-9 e a ERAT-7.*

*Investimento 5 – Nova ERAT-5 e adutora para o R-16 (2009).*

Comentários: Item cumprido, sendo os investimentos aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento e custeados pelo Fundo Municipal de Saneamento. A estação elevatória recebeu a denominação de ERAT-7.

**Recomendação 3** - *Implantar a etapa imediata da Captação e adução de água bruta, com a implantação de nova tomada de água, nova casa de bombas, 3 novos conjuntos moto bomba de eixo vertical, casa de força e quadros de comando. Observar a necessidade retirada dos trechos das adutoras sob moradias (2010 e 2011).*

*Investimento 3 - Obra de ampliação da capacidade de captação e adução de água bruta - etapa imediata (2010 e 2011).*

Comentários: Nada executado.

**Recomendação 4** - *Dar seguimento ao programa de controle de perdas que foi iniciado com a aquisição dos macromedidores e transmissores de pressão. Estes equipamentos devem ser instalados e deve ser adequado o sistema supervisório para agregar as informações por telemetria dos novos reservatórios e dos macro-medidores de vazão e medidores de pressão de redes, nos distritos de distribuição de água que serão implantados. Segundo palavras do Secretário Nacional de Saneamento, a existência de um consistente programa de redução de perdas de água será em curto prazo um pré-requisito de acesso aos recursos federais.*

*Investimento 4 – Programa de redução de perdas (2009 a 2013).*

*Investimento 13 – Implantação dos distritos macromedidos adicionais e redes para universalização dos serviços. (2011 a 2013).*

*Investimento 15 – Ações de Treinamento (2010 a 2013).*

Comentários: Os investimentos 4, 13 e 15 estavam relacionados a esta recomendação de nº

4. Nada foi executado e o índice de perdas continua muito elevado.

**Recomendação 5** - *Manter sempre atualizado o cadastro técnico de redes e equipamentos, e plano de manobras e descargas de redes.*

Comentários: Recomendação sem investimentos associados, porém é de se destacar que por problemas administrativos internos o funcionário treinado para a manutenção do cadastro técnico de redes foi removido do setor, as atualizações cadastrais desde 2009 foram perdidas e a rotina de informações para atualização foi interrompida. O Novo engenheiro lotado na agência local retomou as atividades de cadastro e procura resgatar informações perdidas. O cadastro de equipamentos foi realizado pela CASAN e o novo engenheiro lotado na agência de Caçador o mantém atualizado.

**Recomendação 6** - *Elaborar projeto de tratamento e reciclo das águas provenientes das descargas de fundo e lavagem dos decantadores e lavagem de filtros da ETA, e implantá-lo para assegurar a obtenção de licenciamento ambiental.*

*Investimento 2 – Projeto Executivo do tratamento dos efluentes da ETA (2009 e 2010).*

Comentários: Item cumprido, sendo o investimento aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento e custeado pelo Fundo Municipal de Saneamento.

**Recomendação 7** - *Elaborar os projetos executivos necessários e implantar as novas áreas de influência de reservatórios e setores de pressão no sistema distribuidor, conforme proposto no projeto básico da CISM, com adequação às novas projeções populacionais e vazão máxima de captação do Rio do Peixe. Para materializar o proposto neste projeto deverá ser construído um novo reservatório R8 de 1.000 m3, que englobará as atuais áreas de influência dos reservatórios R11 e R2, além de reforços em elevatórias, adutoras e redes. A rede de distribuição deverá ser reforçada com implantação de duas linhas tronco partindo do R3A e de redes de fechamento de anéis de distribuição para implantação de distritos de abastecimento de água.*

*Investimento 6 – Projeto Executivo da nova ERAT-6, nova adutora para o R-8, novo R-8 e redes de distribuição desta zona (2009 e 2010).*

*Investimento 7 – Projeto Executivo para implantação de zonas macromedidas adicionais. (2010 e 2011).*

*Investimento 12 – Obra da nova ERAT-6, nova adutora para o R-8, novo R-8 e redes de distribuição desta zona (2010 e 2011).*

Comentários: Os investimentos 6, 7 e 12 estavam relacionados a esta recomendação de nº 7. Nada foi executado.



**Recomendação 8** - Desenvolver Projeto de estruturação da área operacional, estabelecendo uma nova forma de gerir e intervir nos distritos de abastecimento macromedidos, para redução de mais de 50% das perdas de água atuais. Neste projeto devem ser monitorados, de forma permanente, os consumos e pressões de redes nos distritos de distribuição, via sistema supervisão, identificando as anormalidades de abastecimento no momento em que estas ocorrem, para rápida ação corretiva e ganhos de qualidade no atendimento aos usuários. As equipes próprias, ou terceirizadas, de manutenção passariam a ser avaliadas pelos índices de perdas e desempenho no atendimento das solicitações nos distritos de sua incumbência. As avaliações das perdas intradistritos passariam a ser ratificadas por ocasião das leituras simultâneas dos macro-medidores com a dos micro-medidores (100% micro-medido), que para esta verificação teriam novas rotas de leitura, internas ao distrito.

*Investimento 4 – Programa de redução de perdas (2009 a 2013).*

*Investimento 15 – Ações de Treinamento (2010 a 2013).*

Comentários: Os investimentos 4 e 15 estavam relacionados a esta recomendação de nº 8. Nada foi executado.

**Recomendação 9** - Proporcionar adequado suporte de veículos e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de operação, manutenção e cadastro.

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: A frota veículos disponível se apresenta satisfatória para o nível de atividades atualmente desenvolvidas, no entanto a administração local da CASAN opina que para um serviço adequado é necessário contar com mais uma pick up leve. Quanto aos equipamentos a CASAN conta com um caminhão valetadeira e um caminhão Caçamba cedidos pela FUNDEMA, que pede substituição pelo custo de manutenção dos caminhões VW. Já as duas retroescavadeiras estão no final da vida útil e deveriam ser substituídas por equipamento novo.

**Recomendação 10** - Assegurar reposição ágil de pessoal para manutenção e operação, mantendo as equipes em dimensionamento ideal. Implantar plantão permanente de manutenção.

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: Esta recomendação não vem sendo cumprida. Há falta de pessoal, no mínimo oito contratações devem ser realizadas (o quadro atual tem 27 funcionários ativos). O plantão permanente de manutenção nunca foi implantado.

**Recomendação 11** - Dotar todas as elevatórias e equipamentos de dosagens de produtos químicos com suas respectivas unidades reservas, reduzindo a fragilidade dos sistemas

*quanto à regularidade de abastecimento.*

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: Esta recomendação não vem sendo cumprida. Oito das nove elevatórias de água tratada não tem motobomba reserva instalada. Apenas a elevatória ERAT-10, fornecida pelo loteador, conta com bomba reserva instalada. Na captação existe uma linha de adução de água bruta com bomba reserva, porém com capacidade de vazão inferior às operantes, ou seja, quando necessária a sua ativação a vazão aduzida cai.

**Recomendação 12** - *Estruturar uma equipe volante de manutenção física das unidades do sistema e de limpeza de reservatórios de distribuição e de sucção, para garantir qualidade da água distribuída e melhorar o visual das unidades do SAA.*

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: Esta recomendação não é atendida devido ao quadro reduzido de pessoal. Os reservatórios, segundo dados dos relatórios mensais da CASAN, não tem limpeza regularmente realizada. O sistema ainda carece de maiores cuidados estéticos e de segurança.

**Recomendação 13** - *Restringir o acesso de terceiros às unidades do SAA através de cercas e muros. Recuperar e utilizar cadeados em todas as tampas de reservatórios.*

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: Houve uma melhora em relação a 2009, mas ainda foram observadas duas áreas de reservação sem o devido isolamento (R-8 e R-11).

**Recomendação 14** - *Manter funcionário de forma permanente operando o sistema de Taquara Verde.*

*Investimento 8 – Ações para segurança e confiabilidade de abastecimento. (2009 e 2010).*

Comentários: Recomendação não atendida.

**Recomendação 15** - *Orientar e exigir que os sistemas coletivos operados por associações de moradores e terceiros, tenham controle de qualidade da água distribuída.*

*Investimento 10 – Medidas para assegurar a qualidade da água distribuída nos sistemas alternativos. (2009 a 2013).*

Comentários: Recomendação não atendida.

**Recomendação 16** - *Impedir o crescimento urbano a montante da captação e dar solução*

ao esgotamento nas áreas já ocupadas.

Comentários: Recomendação sem proposta de investimento associada e não atendida.

**Recomendação 17 e 19** - Regularizar a titularidade do terreno do poço profundo do Bairro Figueroa.

*Investimentos 9 – Regularização da titularidade poços profundos e outorga do Rio do Peixe (2009 e 2010).*

Comentários: Recomendação não atendida.

**Recomendação 18** - Dar continuidade ao programa SOS Nascentes e estendê-lo aos mananciais alternativos do Rio Caçador e Rio Castelhano. Também através deste programa e com os apoios que vem recebendo de entidades como EPAGRI, Vigilância Sanitária, Secretaria da Agricultura do Município e Polícia Ambiental, estender as ações de saneamento básico às populações rurais, orientando-as nas soluções individuais de abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição de resíduos.

*Investimento 11 – Proteção dos Mananciais (SOS Nascentes) (2009 a 2013).*

Comentários: Programa mantido pela FUNDEMA dentro da sua concepção inicial.

**Recomendação 20** - Substituir os micromedidores com mais de 5 anos, priorizando os consumidores acima de 10m<sup>3</sup>/mês.

*Investimento 14 – Substituição de hidrômetros (2009 a 2013).*

Comentários: Recomendação vem sendo atendida pela CASAN.

**Recomendação 21** - Universalizar o abastecimento de água.

*Investimento 13 – Implantação dos distritos macromedidos adicionais e redes para universalização dos serviços. (2011 a 2013).*

Comentários: Esta recomendação visava atender a diretriz da Lei nº 11.445/2007 até 2013, porém o caminho passava pela solução dos problemas básicos apontados no plano de saneamento de 2009 e o resgate da confiabilidade. A falta de confiabilidade do passado motivou a proliferação de soluções comunitárias e individuais de abastecimento de água.

**Recomendação 22** - Ampliar a reservação de água no Distrito de Taquara Verde para 40 m<sup>3</sup>, e substituir redes em mangueira daquele sistema.

*Investimento 5 – Nova ERAT-5 e adutora para o R-16. Novo reserv. T. Verde, e substituição de redes de mangueira. (2009 e 2010).*

Comentários: Recomendação não foi atendida.

Considera esta consultora que faltou coordenação para atendimento das recomendações do plano de saneamento. Houve um período de demanda judicial, porém há cerca de 2 anos atrás um aditivo ao contrato de 2008 foi firmado, tendo encerrado a demanda. Na coleta de informações junto à CASAN foi observada a argumentação de que o município recebe dinheiro do Fundo Municipal para investimentos em água, deixando a percepção de uma posição firmada de que qualquer investimento cabe ao Fundo Municipal de Saneamento. De certa forma esta percepção é confirmada pela inércia em relação à solução dos problemas de abastecimento de água, cujas intervenções necessárias estavam indicadas nos estudos e projetos existentes. Enquanto que para obras de esgotamento sanitário a CASAN anuncia a obtenção R\$27 milhões, recursos estes financiados junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (R\$ 63 milhões eram mencionados no aditivo ao convênio entre Prefeitura e Estado). Até mesmo para custos de manutenção do SAA a CASAN tem buscado recursos do Fundo Municipal. Cabe destacar, no entanto, que o Convênio de Cooperação para Gestão Associada com o Estado de Santa Catarina, de nº 001/2008 e seu aditivo ainda vigentes, estabelecem que os recursos do fundo municipal devem ser aplicados em saneamento básico, e que a CASAN tem responsabilidades bem definidas de atender as demandas do sistema de abastecimento de água, conforme Cláusula Quinta (Atribuições), § 2º, incisos I e II. Outro aspecto a destacar é de que a figura do gestor municipal prevista no convênio de cooperação para gestão associada deixou de existir, tendo contribuído para o distanciamento entre os Convenientes.

#### 4.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda de água para o abastecimento atual supera a capacidade da estação de tratamento de água, considerando o per capita e índice de perdas existentes, além do fato de mais de 10% da população urbana ser suprida por outras fontes de abastecimento, por opção ou por ausência do serviço público. Observa-se que estes usuários de sistemas alternativos não almejam contar com o abastecimento público prestado pela CASAN, acredita-se mais pela não confiabilidade de abastecimento verificada no passado. O conceito de qualidade do serviço teve recuperação desde a Gestão Associada, mas ficou constatado em alguns sistemas alternativos que isto ainda não é suficiente para atraí-los, talvez também pela política tarifária aplicada.

Como conclusões deste diagnóstico e prognóstico, para o estabelecimento de prioridades de ação e investimentos nos programas e projetos que serão objeto de detalhamento em etapa posterior deste Plano, destacam-se as recomendações que seguem:

1. Concluir imediatamente a ampliação da ETA em andamento e na sequência dar início ao quinto filtro de forma a assegurar volume e qualidade da água distribuída para atendimento das demandas atuais.

2. Desenvolver o projeto de ampliação da ETA para atendimento do cenário de demandas, em diferentes etapas no horizonte deste PMSB.
3. Dotar todas as elevatórias e equipamentos de dosagens de produtos químicos com suas respectivas unidades reservas, reduzindo a fragilidade dos sistemas quanto à regularidade de abastecimento.
4. Implantar o tratamento e reaproveitamento dos efluentes da ETA, provenientes das descargas de fundo dos decantadores e lavagem de filtros, condição essencial para assegurar a obtenção de licenciamento ambiental de operação e obtenção de recursos para investimentos.
5. Instalar geradores de energia de forma a assegurar o a regularidade do abastecimento nos eventos de falta de energia elétrica, nas seguintes unidades: Captação (ERAB), estação de tratamento de água (ETA) e ERAT-2 (bairros Martello, Alto Bonito, Bom Sucesso, São Cristóvão, Aeroporto e Industrial)
6. Desenvolver programa de redução de perdas estruturando e capacitando a área operacional, estabelecendo uma nova forma de gerir e intervir nos distritos de abastecimento macromedidos (DMCs), para redução de mais de 50% das perdas de água atuais, ou seja, 25% ao final do horizonte de planejamento. Neste projeto devem ser monitorados, de forma permanente, os consumos e pressões de redes nos DMCs, via sistema supervisório.
7. Proporcionar adequado suporte de veículos, equipamentos e sistemas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de operação, manutenção, comercial e cadastro.
8. Assegurar reposição ágil de pessoal para manutenção e operação, mantendo as equipes em dimensionamento ideal, com plantão permanente de manutenção.
9. Manter profissional habilitado como responsável pelo tratamento de água lotado no sistema de Caçador, bem como manter o engenheiro lotado em Caçador com dedicação exclusiva aos sistemas do Município.
10. Manter funcionário de forma permanente operando o sistema de Taquara Verde.
11. Estruturar uma equipe volante para manutenção física das unidades do sistema, para limpeza de reservatórios de distribuição e de sucção, para execução e manutenção de cercas e para descargas programadas de redes, visando garantir qualidade da água distribuída e melhorar o visual das unidades do SAA.
12. Manter no mínimo dois profissionais com conhecimento técnico para gestão e aprimoramento dos cadastros técnicos das redes, reservatórios, elevatórias e equipamentos das unidades integrantes do sistema de abastecimento de água. O cadastramento comercial deverá sofrer no mínimo uma verificação face à grande

divergência entre o número de economias residenciais cadastradas em relação às ligações residenciais da CELESC, na mesma base (meados de 2013), que divergem em mais de 2100 economias, sendo que os sistemas condominiais identificados não atingem 600 economias, ficando a indagação de como é abastecido o restante da população urbana (outros sistemas condominiais não identificados? Soluções individuais? Ligações clandestinas? Erros de cadastro?).

13. Instalar os macromedidores já adquiridos para a adução de água bruta e para a água tratada disponibilizada à população, controlando também eventuais consumos autorizados e não cobrados. Simultaneamente implantar os primeiros 8 distritos de medição e controle (DMCs), cujos macromedidores já estão disponíveis, a serem monitorados pelo sistema supervisor existente que deverá ser adequado para tal.
14. Desenvolver os projetos executivos de ampliação e melhorias dos sistemas de distribuição de água da área urbana da sede de Caçador, conforme proposto no projeto básico da CISM, com adequação ao novo cenário de demandas, em diferentes etapas do horizonte deste PMSB. Nestes projetos estão incluídos, dentre outros, o novo R-17, o novo reservatório R-8, as adutoras e ERATs que lhes atendem, as novas redes e anéis de distribuição, os reforços de ERATs existentes, a nova ERAT-8 e a adutora para atendimento do R-13 e os demais 14 distritos de medição e controle, monitorados pelo sistema supervisor existente que deverá ser adequado para tal. A área atualmente abastecida pelo poço do parque de exposições deverá ser contemplada nestes projetos, com elevatória adutora e novo reservatório (R-18).
15. Implantar a etapa imediata da nova captação, elevatória e adução de água bruta, com nova tomada de água, nova casa de bombas, 3 novos conjuntos moto bomba, casa de força e quadros de comando. Na adutora de FºFº DN 300 mm devem ser implantados dois macromedidores, de saída da elevatória e de chegada à ETA, com sensor de desarme quando de vazões diferenciais significativas, para evitar danos maiores no caso de rompimento desta adutora, até que se implante a nova adutora que permita a desativação dos trechos sob edificações. Implantar as etapas futuras definidas para atendimento do cenário de demandas definidas no horizonte deste PMSB.
16. Dar continuidade ao programa SOS Nascentes apoiando as ações de saneamento básico às populações rurais não abastecidas pelo sistema público, orientando-as nas soluções individuais de abastecimento de água.
17. Orientar e exigir, através da vigilância sanitária, que os sistemas coletivos operados por associações de moradores e terceiros tenham tratamento e controle de qualidade da água distribuída, para que cumpram os dispositivos legais e a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, ou sua integração ao sistema público. Programar

campanhas de esclarecimento da importância do uso de água tratada com cloro e flúor.

18. Implantar a micromedição no sistema de Adolfo Konder.
19. Restringir o crescimento urbano a montante da captação e dar solução ao esgotamento nas áreas já ocupadas. Bairro Santa Catarina e altos do bairro Nossa Senhora Salete.
20. Manter política de micromedição total, substituindo os hidrômetros mais antigos (mais de 8 anos), especialmente para aqueles usuários com consumo superior ao mínimo de 10m<sup>3</sup>/mês e situados em cotas mais elevadas.
21. Ampliar a reservação de água no Distrito de Taquara Verde para 40 m<sup>3</sup>, e substituir redes em mangueira daquele sistema.
22. Obter outorga de uso das águas do Rio do Peixe.
23. Regularizar o uso de áreas de propriedade de terceiros em que estejam instaladas unidades do sistema de abastecimento de água.
24. Estender redes para atendimento da população servida por soluções ou sistemas alternativos, visando a universalização dos serviços pelo sistema público.
25. Substituir redes subdimensionadas e implantar novas redes tronco.



## **5. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

### **5.1 INTRODUÇÃO**

O conteúdo do diagnóstico e prognóstico, denominado Produto D no Termo de Referência de elaboração do PMSB, contempla o Sistema de Esgotamento Sanitário dos loteamentos Ulisses Guimarães e Santa Terezinha (bairros Bom Sucesso e Martello) e a apresentação do que no momento se dispõe a respeito da concepção global de esgotamento sanitário do município, dos projetos básicos existentes relativos a esta concepção e de outros estudos isolados.

Estes estudos, projetos e proposições serão aqui organizados para apresentação e discussão junto ao Conselho Consultivo de Saneamento e em audiência pública.

No centro das avaliações estarão as alternativas para o atendimento da população, tendo como diretriz de análise a busca da:

- Sustentabilidade sob aspectos sanitários, sociais e econômicos;
- Adequação às condições topográficas, e urbanísticas encontradas no município;
- Universalização do atendimento à população.

Perante o cenário geral em que as economias mundiais estão passando, de escassez de recursos, torna-se obrigatório adotar estratégias seletivas em programas de investimento no setor de saneamento. Também a viabilidade econômica dos investimentos, observada a modicidade tarifária, deve ser alcançada. Diante disso a concretização de projetos de implantação, de modernização ou de ampliação no ritmo desejável nem sempre é possível, até mesmo pelo fato do transtorno que um acelerado ritmo deste tipo de obra causa na mobilidade urbana, e no funcionamento das atividades econômicas municipais.

As diretrizes básicas do planejamento geral para os programas de investimento no setor do saneamento, portanto, visam:

- Alcançar a mais elevada taxa de atendimento possível, o que significaria a priorização das áreas de maior adensamento demográfico;
- Harmonizar necessidades sócio-sanitárias com aspectos econômicos;
- Desenvolver um programa equilibrado em que os investimentos sejam caracterizados pela funcionalidade da implantação e de uma boa relação custo-benefício que resulte em modicidade tarifária;

A importância do equacionamento dos déficits existentes no campo do esgotamento sanitário deriva do reconhecimento do impacto que a convivência com condições sanitárias precárias

causa potencialmente à saúde pública e da deterioração causada ao meio ambiente pelo lançamento indiscriminado de esgotos domiciliares.

#### 5.1.1 Aspectos Históricos

Entre os registros talvez mais antigos de uma “consciência sanitária” na história humana pode ser citada a Bíblia, onde no Antigo Testamento, no capítulo 23 do 5o livro de Moisés encontra-se a seguinte instrução de higiene:

**Limpeza nos acampamentos.** <sup>10</sup> Quando saíres para acampar contra os inimigos, guarda-te de todo mal. <sup>11</sup> Se houver alguém impuro por poluição noturna, saia para fora do acampamento, e ali não volte; <sup>12</sup> ao cair da tarde deverá banhar-se em água e, ao pôr-do-sol, poderá entrar no acampamento. <sup>13</sup> Fora do acampamento, terás um lugar onde te possas retirar para as necessidades. <sup>14</sup> Levarás no equipamento uma pá para fazeres uma fossa, quando saíres para fazer as necessidades. Antes de voltar, cobrirás os excrementos. <sup>15</sup> Pois o Senhor teu Deus anda no meio de teu acampamento, para te proteger e entregar em teu poder os inimigos. Teu acampamento deve ser santo, para que o Senhor não veja nada de inconveniente e não se afaste de ti.

Figura 1 - Citação da Bíblia, 5º livro de Moisés

Portanto, algo como uma “consciência sanitária”, como poderia ser interpretada esta instrução, já acompanha a Humanidade há mais de 3.000 anos.

Obras de cunho sanitário, como sistemas de abastecimento de água ou de escoamento de efluentes pluviais e esgotos, existiam em várias culturas antigas. Algumas dessas obras se mantiveram até os dias atuais, enquanto outras só foram descobertas por escavações arqueológicas. Assim sabe-se, por exemplo, das complexas instalações sanitárias de pirâmides no antigo Egito, e do sistema subterrâneo de galerias e canais, denominado “Cloaca”, na antiga Roma, que até os dias atuais espantam pelas suas dimensões.



**Figura 2 - Banheiro Público em Dion (Macedônia), século I depois de Cristo**

As civilizações greco-romanas foram as primeiras a utilizar o pensamento científico racional no campo das ciências exatas, estabelecendo critérios sanitários importantes na busca pela saúde. Os romanos desenvolveram grandes obras de Engenharia Sanitária, sendo pioneiros na organização institucional das ações de saneamento. Na antiga Roma, nas partes não dotadas de canalizações, existiam latrinas em que os excrementos eram coletados em recipientes. Esses povos atingiram um alto nível de conhecimento, mas muito se perdeu com as invasões bárbaras, um marco divisor do aparecimento de um novo sistema sócio-econômico: o feudalismo.

Durante a era medieval, no entanto, perderam-se muitas experiências e avanços dos romanos e era normal a existência de urina e lixo lançados simplesmente na rua. O surgimento de doenças devastadoras foi a consequência.

A situação por volta do século XII, em Paris, é relatada como segue:

*"As ruas estavam sem calçamento, lamacentas e constantemente cobertas de sujeira e lixo. Não havia escoamento para os esgotos e no verão espalhava-se um fedor espesso e nojento. Gansos, coelhos, porcos e outros animais corriam soltos por essa sujeira e disputavam os caminhos com os moradores."*

As casas localizadas junto a córregos ou rios contavam com pequenas sacadas por cima dos cursos de água para simplesmente despejar neles efluentes e outros dejetos. O mesmo procedimento foi adotado em casos quando existia uma pequena vala entre as casas. Esta prática se manteve na Europa até a segunda metade do século XIX.

A alternativa para casas em localização que não permitia o despejo direto foi a construção de fossas de infiltração. Daquela época também são reportadas as dificuldades relacionadas à limpeza das fossas que, não raro, custou vidas humanas em consequência de asfixia e

envenenamento com gás sulfídrico (H<sub>2</sub>S). Em função dessas mortes o governo francês encomendou, no final do século XVIII, pesquisas para conhecer a natureza dos gases liberados em fossas. Descobriu-se, então, que uma ventilação eficiente era necessária.

Somente grandes esforços e métodos científicos modernos conduziram paulatinamente, no século XIX, à compreensão das razões do desenvolvimento equivocado do saneamento em todo o período, desde o tempo dos romanos. Foram as primeiras iniciativas de solucionar os problemas de uma forma planejada.

Somente nos anos 80 do século XIX, o conceito bacteriológico cunhado por Robert Koch conseguiu o devido reconhecimento. Sua primeira descoberta ocorreu em 1876 quando identificou pela primeira vez um organismo vivo como causador de doença. Em 1882, então, descobriu a bactéria causadora da tuberculose e um ano depois o vírus da cólera, cuja propagação se dá principalmente pela água contaminada.

As descobertas de Koch passaram a constituir a fundamentação científica para observações e análises estatísticas realizadas na Inglaterra nos anos de 1840 a 1843 em 50 cidades, que constatarem uma correlação estreita entre a mortalidade geral da população e a densidade habitacional. Avaliou-se que anualmente morriam nas cidades estudadas 160.000 pessoas por causa das condições higiênicas inadequadas em que viviam.

Em função de todos esses avanços científicos formou-se o reconhecimento da importância da construção de sistemas de esgotamento sanitário. Entretanto existia inicialmente muita divergência com relação ao procedimento mais adequado para a coleta e o transporte dos efluentes. O engenheiro holandês Liernur tinha sugerido o transporte por meio de pressão negativa (sucção, a vácuo), um método que foi implantado nas cidades holandesas de Amsterdã, Leyden e Dortrecht. Em geral, todavia, prevaleceu o método do transporte (arraste) por água.

Os avanços na implantação de sistemas de esgotamento sanitário, porém, geraram um novo problema: a poluição das águas fluviais causada pelo lançamento dos efluentes brutos.

Sob a pressão da situação sanitária insuportável foram instauradas na Inglaterra três comissões de investigação que apresentaram seus relatórios nos anos de 1866, 1870 e 1871. **Hoje o ano de 1868 é considerado como início do conceito moderno do esgotamento sanitário.**

Como exemplo dos benefícios obtidos na área da saúde pública, através das melhorias consecutivas com relação ao esgotamento sanitário, serve a tabela abaixo:

**Tabela 64 - Mortalidade por Febre Tifóide x Ligação ao SES - BERLIN**

Ano	Casos de febre tifóide por 10.000 hab.	Domicílios conectados na rede de esgoto
1870	77	0
1872	140	0
1875	97	57
1880	45	7.448
1885	16	15.929
1890	9	20.051
1900	6	25.406
1910	3	29.554
1920	2	30.232

No final do século XIX e início do século XX as principais cidades brasileiras operavam saneamento através de empresas inglesas. Neste período, Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929) foi o engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "Patrono da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil". Escreveu diversas obras técnicas de saneamento que foram adotadas na França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi fundador do Escritório Saturnino de Brito (ESB) - que funcionou até 1978 quando da morte de seu filho e continuador da sua obra Francisco Rodrigues Saturnino de Brito Filho. O ESB foi considerado uma verdadeira escola de engenharia hidráulica e de engenharia sanitária no Brasil, tendo elaborado os projetos de abastecimento de água e de serviços de esgotos sanitários em cidades de Santa Catarina.

#### **Alguns registros do saneamento em SC:**

1910 - Com a Diretoria de Viação Terras e Obras Públicas é criada a Inspetoria de Águas e Esgotos. Inaugurado o primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis. - Decreto de 8 de janeiro - concessão à Company the State of Santa Catarina Brazil Ltd., para estabelecimento de redes de esgotos na Capital.

1911 - Realizado contrato para execução da primeira rede de esgotos no Estado (Florianópolis - Governo Gustavo Richard).

1913 - Implantação do canteiro de obras e início das obras da primeira rede de esgotos.

1913 - Paralisação total das obras da rede de esgotos de Florianópolis (prenúncios da Primeira Guerra Mundial) - Interrupção do envio de materiais da Europa para as obras do primeiro sistema de esgotos de Florianópolis.

1916 - É inaugurada oficialmente a primeira rede de esgotos de Santa Catarina (Capital). Construção da estação de tratamento de esgotos de Florianópolis.

1952 - Início de funcionamento do sistema de esgotos de Lages (Projeto do Escritório Saturnino de Brito).

## 5.2. CONCEITOS BÁSICOS

### 5.2.1 Fundamentos do Esgotamento Sanitário

A necessidade de se empregar meios técnicos para a coleta e o afastamento dos efluentes gerados surgiu no passado, sempre que aspectos sanitários se tornaram um problema nas aglomerações urbanas da época. Mas, com poucas exceções, a implantação de sistemas de esgotamento de uma forma ordenada e planejada somente inicia com o período da industrialização do século XIX que levou a um crescimento vertiginoso das populações urbanas e ao uso intensivo dos espaços físicos na periferia das cidades. Essa fase coincide com a implantação dos primeiros sistemas centrais de abastecimento com água potável. Todo este desenvolvimento se locou num ambiente em que cresceram as necessidades e exigências da população em termos higiênico-sanitários (instalação de banheiras, vasos sanitários) e na proporção em que o bem-estar material da população evoluiu.

Todavia, as medidas iniciais em termos de saneamento e higiene representaram apenas soluções parciais porque o que de fato ocorreu era uma transferência do problema para os cursos de água, aos quais os efluentes coletados foram lançados sem nenhum tratamento. Cabe registrar que esta situação ainda hoje é encontrada com frequência no Brasil e, sob a visão da proteção do meio ambiente, raramente solucionada de uma forma satisfatória, apesar dos esforços empregados. Por isso é hoje universalmente reconhecido que a solução definitiva da questão do saneamento requer a integração das ações relativas ao abastecimento com água potável, à coleta dos efluentes, ao tratamento dos efluentes antes de sua reintrodução ao ciclo natural da água e a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos.

Expressiva quantidade de projetos de sistemas de esgotamento sanitário propõem "metas arrojadas" para a implantação, prevendo concentração maciça de obras para a fase inicial, objetivando elevar em poucos anos a taxa de atendimento aos níveis considerados ideais por organismos internacionais na área. O mesmo acontece também com relação a metas qualitativo-ambientais, prevendo-se alcançar em poucos anos padrões internacionais. O planejamento físico de implantação precisa se enquadrar num contexto sequencial e cronológico às realidades econômico-financeiras do País e à capacidade de pagamento dos usuários.

Neste contexto vale lembrar que nem nos países do assim denominado "Primeiro Mundo", os padrões hoje alcançados em termos qualitativos e de abrangência do atendimento foram conquistados em poucos anos. Eles são resultados de investimentos permanentes durante décadas. Considera-se que seria também nesta dimensão cronológica que deveria se raciocinar para planejar os investimentos no setor do saneamento no Brasil, principalmente no setor do esgotamento sanitário que se apresenta menos desenvolvido ainda.

Um segundo aspecto relevante que precisa ser compreendido é o fato de que a elevação da taxa de atendimento não é relacionada por meio de uma expressão linear com os custos de

investimento. Para determinadas áreas limitadas e com características homogêneas de ocupação essa relação até pode se aproximar a uma expressão linear, mas geralmente, quanto mais se pretende aproximar as taxas de atendimento aos níveis considerados como ideais, mais onerosa torna-se a implantação, o que se traduz matematicamente numa relação quase exponencial. Isso se evidencia da maneira mais nítida quando o investimento nas áreas periféricas das cidades, com densidade de ocupação mais baixa, é comparado com o "benefício obtido", que seria o número de habitantes atendidos. É evidente que a densidade demográfica não pode servir como critério exclusivo para decidir se uma área necessita do atendimento por um sistema de esgoto sanitário com mais urgência do que outra. Inclusive com frequência se observa que áreas menos densamente habitadas (áreas periféricas) se encontram em situações sanitário-ambientais mais precárias do que áreas de ocupação densa, como as áreas centrais de cidades. A solução desses problemas compete à sociedade como um todo, porque ela é responsável tanto pelo surgimento de tais problemas à medida que não encontra respostas adequadas para ordenar melhor ocupação dos espaços urbanos das cidades, quanto pela solução dos problemas sociais, sanitários e ambientais que inevitavelmente surgem em função desse desordenamento. Neste cenário emerge a relevância de políticas de urbanização conseqüentes e repensadas desde suas raízes para ordenamento da ocupação dos espaços urbanos de maneira articulada com as soluções de saneamento básico e de infraestrutura.

Cabe destacar que o objetivo econômico sempre deveria ser o equilíbrio entre os investimentos e a arrecadação, preferencialmente no sentido de que o investimento inicial sirva apenas como ignição para um processo que deveria ser conduzido para um estado autossustentável economicamente. Reforça esta orientação a Lei Federal nº 11.455/2007 que estabelece a prestação dos serviços de forma universal, mas em condições de sustentabilidade. Este conceito parece bastante teórico porque a focalização exclusiva em aspectos econômicos, quando da tomada de decisões sobre os investimentos a serem realizados, desvia a atenção do fato, que o problema também tem dimensões sanitárias e sociais que não poderão ser desprezadas. Porém, defende-se com relação a este aspecto a posição de que um programa de investimento baseado no princípio do equilíbrio econômico terá flexibilidade suficiente para poder incluir nele também medidas que visam atender áreas nas condições sócio-sanitárias mais precárias. Medidas de ordem social, como tarifas diferenciadas para pessoas de baixa renda, só podem ser introduzidas a esse giro, se houver uma compensação, como a cobrança de tarifas mais altas em outras categorias.

Sob aspectos econômicos a modulação significa um ganho considerável, porque possibilita que os custos de investimento (de grande impacto na tarifa) e de operação, na difícil fase inicial sejam mantidos mais baixos.

Do acima exposto recomenda-se a implantação de projetos que contemplem:

- Uma divisão em etapas menores de implantação, opção sempre oferecida e possível na estrutura de redes.



- Alternativa de tratamento que permita uma implantação modular, tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos, com o uso, se necessário e adequado, de soluções alternativas temporárias, possíveis de integração futura em plano diretor de esgotamento sanitário e de tratamento dos efluentes de longo prazo.
- Busca de recursos não onerosos para os investimentos, extras aos orçamentos municipais, para redução do impacto tarifário.

No caso de uso de recursos financiados a arrecadação e, portanto, a capacidade econômica da população beneficiada de pagar pelo serviço prestado, torna-se um fator importante na avaliação da sustentabilidade econômica do projeto, definindo se a implantação proporcionará o retorno financeiro necessário para saldar as obrigações de devolução do empréstimo e pagamento dos juros.

Acrescenta-se a estes fundamentos a consideração que uma obra de implantação de sistema de esgotos sanitários se reveste de uma complexidade técnica acima de outras obras correntes e deve estar apoiada de forma permanente por campanhas de educação sanitária, para que sua funcionalidade seja alcançada ao longo da vida útil projetada.

#### **5.2.2 Quantidade e Composição do Meio Transportado**

O esgoto doméstico é composto de dejetos líquidos gerados pelas mais diversas atividades humanas, entre elas:

- preparo de alimentos;
- higiene pessoal;
- limpeza domiciliar;
- escoamento de excrementos;

Geralmente é constatado um consumo médio de água por habitante e dia entre 150 e 180 litros que são utilizados para as seguintes finalidades:

20 – 25 litros para lavar alimentos, cozinhar, lavar louça, limpeza geral e para beber;

20 – 25 litros para lavar roupa;

40 – 50 litros para descarga no vaso sanitário;

50 – 60 litros para a higiene pessoal;

10 – 20 litros para outros fins (irrigação, lavar carro, lavar calçada, etc.).

Cabe registrar que existem desvios, até bastante expressivos, destes valores médios que, via de regra, são relacionados com aspectos sócio-econômicos.

Observa-se que nem toda a água consumida retorna como esgoto, como, por exemplo, água utilizada para irrigação do jardim ou lavar a calçada. De uma forma simplificada calcula-se

que a quantidade de esgoto gerado corresponde a 80% da quantidade de água potável utilizada.

As finalidades do uso da água pelo ser humano determinam também quais as substâncias contidas no esgoto, entre elas, por exemplo:

- areia, sujeira
- restos de comida;
- óleo e gordura;
- fezes e urina;
- substâncias tenso-ativas (produtos de limpeza, sabão, sabonete, detergente, etc.);
- produtos químicos (restos de medicamentos, desinfetantes, odorizantes, outros restos, etc.).

Merece destacar que estas substâncias não são relevantes apenas para o tratamento dos efluentes. Elas podem causar também na rede coletora uma série de problemas operacionais, por exemplo, por sedimentação (areia, sujeira), obstrução (óleo, gordura), corrosão da tubulação e de equipamentos (produtos químicos), entre outros.

Uma parcela bastante significativa da vazão do esgoto sanitário é representada por infiltrações e águas pluviais parasitárias que, por definição, seriam efluentes não poluídos que agregam apenas uma carga hidráulica para a rede de esgoto sanitário. Sob o termo infiltração entendem-se águas subterrâneas que penetram para dentro da rede de esgoto através de:

- juntas não adequadamente executadas (anel de vedação não colocado ou não corretamente posicionado, deflexão do tubo acima do limite permitido) ou danificadas;
- paredes de tubos, caso o material do tubo não seja suficientemente impermeável (concreto poroso, não suficientemente compactado, granulometria imprópria, espessura da parede insuficiente, etc.) ou tubos danificados;
- execução inadequada (rígida) de transposições das paredes dos poços de visita (PVs) por e/ou falta do elemento vedante;
- utilização de material inadequado (permeável) para as paredes dos PVs e/ou execução com espessura insuficiente, falta e/ou execução inadequada do revestimento impermeabilizante externo.

A redução das infiltrações é extremamente importante porque sua vazão pode alcançar facilmente valores iguais, ou até superiores, à vazão do esgoto doméstico coletado. Uma elevada vazão de infiltrações requer dimensões maiores para os tubos da rede de esgoto e onera assim desnecessariamente sua implantação. O mesmo vale para as elevatórias e o

tratamento. Além disso, é onerada também a operação do sistema pelo consumo incrementado de energia elétrica.

Cabe destacar que praticamente todas as causas para uma elevada vazão de infiltração estão relacionadas com descuidos no projeto ou na execução das obras, o que significa que a maior parte poderia ser evitada.

Com o termo contribuição pluvial parasitária são denominadas águas que entram na rede de esgoto sanitário durante uma chuva, basicamente por três caminhos:

- água de chuva que cai diretamente sobre os orifícios de ventilação nas tampas dos PVs;
- água de chuva que entra nos PVs localizados em baixadas, onde durante uma chuva se acumula água sobre as tampas; e
- água de chuva de telhados, pátios, etc. que é coletada em terrenos e lançada de forma indevida à rede de esgoto sanitário.

As contribuições pluviais parasitárias são indesejadas na rede de esgoto sanitário do mesmo modo como as infiltrações. Porém, em parte são inevitáveis, como nos dois primeiros casos acima citados. Embora a utilização de tampas sem orifícios possa prevenir a entrada da água de chuva pelas tampas, merece destacar que esta medida pode comprometer a ventilação das tubulações da rede de esgoto, que é importante para a operação. Todavia a utilização de tampas sem orifícios de ventilação poderia ser cogitada em trechos alagadiços de extensão limitada caso outras medidas (operacionais) não levem à solução do problema.

Já a entrada de águas pluviais na rede de esgotos, provindas de telhados e pátios de terrenos ou pelo lançamento de águas subterrâneas captadas, precisa ser combatida rigorosamente. Essas contribuições têm suas origens em instalações inadequadas de esgotamento nos terrenos em que as tubulações dos efluentes domésticos são unidas com os coletores de águas pluviais e/ou subterrâneas. Por meio de campanhas de conscientização da população em conjunto com uma fiscalização firme, deve-se buscar o equacionamento deste problema.

### **5.3. SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CAÇADOR**

#### **5.3.1 Sistemas Existentes**

##### **5.3.1.1 Sistema Ulisses Guimarães**

Em 2009/2010 foi implantado, pelo município de Caçador com recursos do Fundo Municipal de Saneamento, o sistema de esgotos sanitários (SES) nos loteamentos Ulisses Guimarães e Cerro Bonito. O projeto elaborado pela LART Arquitetura e Engenharia LTDA, em 2006,

abrangia uma área de 27 hectares com 580 lotes, mas os loteamentos João de Barro e Novo Horizonte (Madecal) ali contemplados, não foram implantados. O loteamento Santa Terezinha, em localização não muito distante do Ulisses Guimarães, cuja rede de esgotos sanitários havia sido implantada no passado, dispunha de 4 polos de tratamento com sistema fossa séptica e filtro anaeróbico ascendente. Pelas deficiências do tratamento, recentemente estes polos foram interligados por um novo interceptor até elevatória 2 da Av. Albino Phelippe Potrich, e desta por recalque até a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Ulisses Guimarães, que passou a tratar os efluentes de todos os bairros servidos por rede pública. Esta integração dos sistemas também foi realizada com recursos do Fundo Municipal de Saneamento.

O sistema é operado pelo município que mantém um operador na ETE. A manutenção de redes não tem pessoal fixo. Os gastos mensais do sistema, que são conhecidos, estão registrados no quadro abaixo sendo que o consumo de energia abrange uma média mensal de agosto a novembro de 2013.

**Tabela 65 - Custos do Sistema Ulisses Guimarães**

<b>Custos</b>	<b>ETE</b>	<b>Recalque 1</b>	<b>Recalque 2</b>
<b>Energia Elétrica</b>	R\$ 1.290,08	R\$ 51,90	R\$ 581,33
<b>Pessoal</b>	R\$ 1.540,50	-	-

O SES dos loteamentos Ulisses Guimarães, Cerro Bonito, Santa Terezinha e parte do bairro Martello, compreende:

- Sistema Coletor: 7.700 metros de redes coletoras de 150 mm, 528 metros de interceptor de 150 mm, tudo em PVC. A linha de recalque da elevatória 2, que encaminha os efluentes da vila Santa Terezinha para o ETE tem 796 metros com 100 mm de diâmetro em PVC, seguida de trecho de 250 metros por gravidade, de PVC 150 mm, até a ETE do Loteamento Ulisses Guimarães. A linha de recalque da elevatória 1 do Cerro Bonito tem 118 metros com 100 mm de diâmetro em PVC, se conectando ao poço de visita do alto do Ulisses Guimarães.

- Área de Abrangência: 50 ha.

- População Atendida: 754 ligações (423 no Bairro Martello) correspondendo a 2.668 habitantes.

- Elevatórias: duas elevatórias, sendo uma unidade localizada no ponto de coordenadas SIRGAS 2000 UTM E 501380 S 7035731 que atende às redes do bairro Santa Terezinha, com vazão informada 3,5 m<sup>3</sup>/h, e outra no bairro Cerro Bonito no ponto de coordenadas SIRGAS 2000 UTM E 500501 S 7035112, com vazão informada de 1,8 m<sup>3</sup>/h.

Tratamento: localizado no ponto de coordenadas SIRGAS 2000 E 500860 S 7035299, o tratamento é constituído por gradeamento, desarenador, reator aeróbio através de dois aerotores (variante de biodiscos de eixo horizontal com condução forçada de ar) com bolsas laterais de decantação e leito de secagem de lodo. O gradeamento está projetado para a

vazão máxima de 18,3 l/s e o reator biológico para a vazão máxima diária de 9,15 l/s (2.500 habitantes do projeto). No entanto, se considerarmos as vazões de infiltração e demais parâmetros de projeto, na prática a capacidade populacional do reator biológico pode ser revista para maior em função do consumo per capita de água atual ser 40% inferior ao consumo per capita de projeto. As unidades de gradeamento e desarenação, projetadas para uma vazão de 18,3 l/s, atendem ao dobro da população de projeto. Já o reator biológico hoje recebe vazões menores e maiores concentrações de carga orgânica, sólidos suspensos e nutrientes (considerando 2668 hab. atendidos e carga por habitante, de projeto, mantida) o que teoricamente aumenta o seu desempenho. Isto se confirma na prática quando se observa que a eficiência do tratamento é boa, mesmo a população atendida já ter superado a capacidade informada em projeto. Não há medição de vazão afluente à ETE. O sistema de aeração apresenta reduzido consumo de energia, porém o investimento inicial é elevado.

O volume tratado não é medido. A limpeza de grades de elevatórias é feita por demanda e não há registro de volumes de areia e detritos removidos do sistema, seja das grades ou do desarenador. Dos 3 leitos de secagem do sistema um se encontra obstruído, sendo que não há registro de retirada de leito seco, certamente pela baixa produção de lodo do sistema de tratamento.

Um dos aerotores se encontrava parado por ocasião da visita, em face de quebra de corrente de acionamento. Não há um manual de manutenção dos aerotores. Após cerca de quatro anos de operação as correntes de acionamento dos aerotores estão chegando ao final de vida útil, e o seu custo de reposição é de cerca de R\$20.000,00 por aerotor, sendo este o único item informado de custo de manutenção. A estrutura do tanque de aeração apresenta fissuras no mesmo ponto em que se manifestaram no início de operação, que ensejou solicitação de reparos por parte da empreiteira que o construiu. A casa de operação também apresenta problemas na laje de cobertura, com armadura exposta e em processo de oxidação além de infiltrações provenientes de deficiências de isolamento.

Não há cadastro de redes e de ligações. A CASAN fiscalizou a implantação das redes dos loteamentos Ulisses Guimarães e Cerro Bonito, mas não foram encontrados os cadastros, que certamente na época foram realizados.

Não é cobrada tarifa pelos serviços prestados, o que deve ser revisto de imediato, evitando que novas situações semelhantes se configurem, pois se abre aí um precedente de equacionamento político complicado para os novos projetos. Destaca-se que a legislação é muito clara quanto à sustentabilidade econômica de prestação dos serviços, o que certamente será cobrado pela agência reguladora. Subsídios podem existir, mas a parte dos usuários sem tais benefícios terá que arcar com o impacto destes nas suas tarifas.

O corpo receptor dos efluentes tratados pela ETE Ulisses Guimarães é o Rio Castelhana. O sistema possui licença ambiental de operação. As análises de acompanhamento da eficiência do tratamento realizadas nos últimos meses, conforme estabelecido na licença ambiental,

estão apresentadas na Tabela 66.

**Tabela 66 - Principais Parâmetros das Análises da ETE Ulisses Guimarães**

Entrada	24/jun	02/jul	16/jul	23/jul	29/jul	06/ago	13/ago	20/ago	30/ago
Amônia	2,22	0,088	0	4,77	0	36,25	47,1	136,19	52,6
Sólidos Totais	740	730	676	998	738	440	568	572	296
DBO5	308,84	201,2	621,5	372,9	414,64	237,95	303,68	446,4	207,48
DQO	693	438	451	1980	1556	492	631	659	429
O2	3,95	5,93	5,8	5,49	4,83	5,2	6,64	9,46	4,82
Sólidos Sedimentáveis	1,5	4,73	2,94	25,64	2	1,26	2,25	0,23	<1
Saída	24/jun	02/jul	16/jul	23/jul	29/jul	06/ago	13/ago	20/ago	30/ago
Amônia	<1	0,425	0,8	0,092	0,75	19,97	30,89	40,22	40,59
Sólidos Totais	270	270	526	332	314	306	498	426	208
DBO5	18,69	26,3	39,43	3,02	11,55	29,91	76,68	23,97	42,02
DQO	42	69	298	79	116	61	429	68	121
O2	7,65	8,6	6,73	7,53	5,31	5,26	6,75	9,43	4,96
Sólidos Sedimentáveis	<1	<1	3,33	0,62	0,6	0,3	<1	0,12	0,87

Observa-se que a eficiência de oxidação da amônia foi severamente reduzida a partir de agosto, fato que deve estar associado à quebra da corrente de um dos aerotores do reator biológico.

As vazões atuais estimadas e as prognosticadas para o sistema estão apresentadas na Tabela 67. Não estão consideradas outras ampliações da área de atendimento deste sistema, o que poderá ocorrer com a diretriz de polos de tratamento que está sendo demandada neste diagnóstico, e sendo necessário este quadro será revisto na versão preliminar do PMSB.

Versão Final do PMSB de Caçador

135

**Tabela 67 - Vazões Prognosticadas para o Sistema Ulisses Guimarães**

Ano	População de ampliação da área de abrangência	População servida sistema Ulisses Guimarães	Q médio gerado (l/s)	Extensão de redes	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões do ETE			
						Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)
2013		2.668	3,71	8.478	0,42	2,28	4,13	4,87	7,09
2014		2.671	3,71	8.478	0,42	2,28	4,13	4,88	7,10
2015		2.673	3,71	8.478	0,42	2,28	4,14	4,88	7,11
2016	1080	3.756	5,22	9.478	0,47	3,08	5,69	6,73	9,86
2017	3600	7.360	10,22	21.138	1,06	6,17	11,28	13,32	19,46
2018		7.367	10,23	21.138	1,06	6,17	11,29	13,34	19,47
2019		7.374	10,24	21.138	1,06	6,18	11,30	13,35	19,49
2020		7.382	10,25	21.138	1,06	6,18	11,31	13,36	19,51
2021		7.389	10,26	21.138	1,06	6,19	11,32	13,37	19,53
2022		7.397	10,27	21.138	1,06	6,19	11,33	13,38	19,55
2023		7.404	10,28	21.138	1,06	6,20	11,34	13,40	19,57
2024		7.411	10,29	21.138	1,06	6,20	11,35	13,41	19,59
2025		7.419	10,30	21.138	1,06	6,21	11,36	13,42	19,60
2026		7.426	10,31	21.138	1,06	6,21	11,37	13,43	19,62
2027		7.434	10,32	21.138	1,06	6,22	11,38	13,45	19,64
2028		7.441	10,33	21.138	1,06	6,22	11,39	13,46	19,66
2029		7.449	10,35	21.138	1,06	6,23	11,40	13,47	19,68
2030		7.456	10,36	21.138	1,06	6,23	11,41	13,48	19,70
2031		7.463	10,37	21.138	1,06	6,24	11,42	13,50	19,72
2032		7.471	10,38	21.138	1,06	6,25	11,43	13,51	19,73
2033		7.478	10,39	21.138	1,06	6,25	11,44	13,52	19,75
2034		7.486	10,40	21.138	1,06	6,26	11,45	13,53	19,77
2035		7.493	10,41	21.138	1,06	6,26	11,46	13,55	19,79
2036		7.501	10,42	21.138	1,06	6,27	11,47	13,56	19,81
2037		7.508	10,43	21.138	1,06	6,27	11,49	13,57	19,83
2038		7.516	10,44	21.138	1,06	6,28	11,50	13,58	19,85
2039		7.523	10,45	21.138	1,06	6,28	11,51	13,60	19,87
2040		7.531	10,46	21.138	1,06	6,29	11,52	13,61	19,88
2041		7.538	10,47	21.138	1,06	6,29	11,53	13,62	19,90
2042		7.546	10,48	21.138	1,06	6,30	11,54	13,63	19,92
2043		7.554	10,49	21.138	1,06	6,30	11,55	13,65	19,94

Coeficiente de infiltração: 0,05 l/s\*Km Consumo per capita 150 l/hab\*dia

A ampliação da área de abrangência do sistema, como pretende o município, dependerá da ampliação da sua capacidade de tratamento, que mantida nas condições atuais atenderá apenas o crescimento vegetativo das áreas já servidas. No curto prazo o atendimento de mais população pelo Sistema Ulisses Guimarães se apresenta interessante, mas pode não ser a alternativa recomendável, pois agrega custos operacionais maiores, desviando de concepções abrangentes que se mostram mais viáveis no longo prazo. Como populações a serem agregadas ao sistema em 2016 e 2017, estão previstos 360 apartamentos do programa "Minha Casa, Minha Vida" e 71,4 ha do Bairro Martello (11.660m de redes e uma nova elevatória). Estima-se que no horizonte de 30 anos a população total a ser atendida pelo sistema Ulisses Guimarães seja próxima de 7.500 habitantes. No Mapa a seguir estão delimitadas as áreas e a ampliação do sistema.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



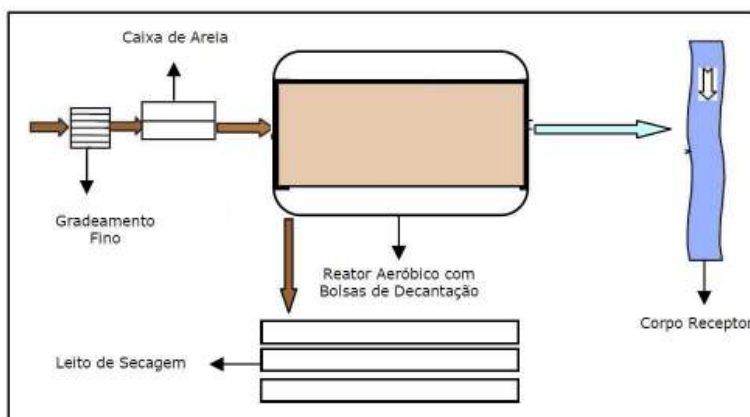


Figura 3- Fluxograma da ETE Ulisses Guimarães

**Fotos da Estação de Tratamento de Esgoto Ulisses Guimarães**

Caixa de Areia

Gradeamento



Tanque com Aerotores

Decantadores (bolsas) Laterais

Versão Final do PMSB de Caçador

137



Leito de Secagem

Centro de Operação e  
Controle

1ª Revisão do PMSB

julho/2014





### 5.3.1.2 Sistemas Coletivos Comunitários

São conhecidos mais dois outros sistemas de rede e tratamento coletivo de esgotos no município. Um próximo a Estação de Tratamento de Água (ETA), no bairro Santa Catarina, que denominamos de SES Santa Catarina, onde a fossa séptica fica na Rua Campos Salles esquina com Rua Marques de Olinda (SIRGAS 2000 UTM – E 498724 S 7039199) (Imagem 01). A rede deste sistema atende aproximadamente 60 domicílios (com população estimada em 180 habitantes). O corpo receptor deste efluente é o Rio do Peixe. O segundo sistema localiza-se próximo à pista de Kart, no bairro Bom Sucesso (Imagem 01), que denominamos de SES COHAB. Estima-se que este sistema atenda 60 domicílios (com população estimada em 180 habitantes). O sistema é composto por fossa séptica e filtro anaeróbico ascendente, que se encontra na coordenada (SIRGAS 2000 UTM – E 499660 S 7035268) e seu corpo receptor é o Rio Castelhana.

**Imagem 1 - Área de Abrangência dos Sistemas Alternativos Coletivos**



Fonte: Google Earth

### 5.3.1.3 Cobertura dos Serviços

O sistema de esgotamento sanitário do loteamento Ulisses Guimarães somado aos dois sistemas comunitários existentes beneficiam uma população estimada em 3.068 habitantes, correspondendo a 4,61% da população urbana da sede do município (4,06% com tratamento completo).

### 5.3.2 Situação Atual das Áreas Sem Sistemas de Esgotos Sanitários

No restante da área urbana do município de Caçador predominam as soluções individuais. Isto significa que a situação do esgotamento por soluções individuais seria regulamentada pela NBR 13969. Geralmente o enquadramento em determinações normativas – neste caso a NBR 13969 – corresponde à observação de padrões mínimos na implantação de soluções (individuais e/ou comunitárias) destinadas ao esgotamento sanitário. Ocorre que normalmente as soluções implantadas estão aquém dos conceitos normativos, prevalecendo as condições de um lançamento inadequado dos efluentes domésticos ao meio ambiente.

A gama das situações encontradas abrange desde as menos impactantes soluções em que os efluentes passam por fossa séptica, ou fossa séptica e filtro anaeróbico ascendente (geralmente deficitários com relação a sua manutenção), até o lançamento dos esgotos “in natura” em redes pluviais ou valas de drenagem. Em resumo os esgotos com ou sem tratamento individual são conduzidos por redes e valas aos cursos de água. Isso significa que a situação existente apresenta ainda muitas das deficiências que caracterizavam o período da revolução industrial do século XIX, conforme apontado na retrospectiva histórica, persistindo, portanto, todos os riscos higiênico-sanitários e ambientais que ameaçavam a saúde pública naquela época. Embora avanços na medicina e a melhor compreensão dos mecanismos e vetores possam sugerir uma situação mais tranquila, cabe alertar que os riscos estão se potencializando na medida em que as densidades demográficas aumentam e o esgotamento sanitário continua sendo realizado pelos caminhos arcaicos, em grande escala.

Na Tabela 68 é mostrado o tipo de esgotamento sanitário por bairro, distrito e área rural, segundo IBGE 2010. Observa-se que 70,71% dos domicílios apresentavam solução de esgotamento sanitário através de fossas sépticas.

Versão Final do PMSB de Caçador

141

Tabela 68 - Tipo de Esgotamento Sanitário por Bairro

Município, Distrito e Bairro	Tipo de esgotamento sanitário					
	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo
Centro	100	32,14	65,11	0,24	2,4	-
Bello	100	24,22	75,59	-	0,09	-
Alto Bonito	100	30,72	68,05	1,07	-	-
Martello	100	27,9	63,22	7,08	0,03	0,51
Berger	100	39,06	59,2	0,81	0,87	-
Paraíso	100	18,05	71,4	0,81	9,33	0,2
Sorgatto	100	34,36	62,19	3,07	0,19	0,19
Bom Jesus	100	28,96	69,36	0,51	1,18	-
Reunidas	100	8,96	91,05	-	-	-
Der	100	15,58	84,43	-	-	-
Santa Catarina	100	24,57	73,54	0,26	1,26	0,05
Kurtz	100	16,29	72,33	0,67	10,71	-
Gioppo	100	24,18	64,77	1,86	8,32	0,11
Rancho Fundo	100	24,05	74,43	0,13	0,51	0,76
São Cristóvão	100	18,86	81,14	-	-	-
Aeroporto	100	17,35	79,59	-	-	-
Industrial	100	-	78,67	21,33	-	-
Bom Sucesso	100	40,1	54,31	2,76	1,24	0,21
Figueroa	100	5,26	86,84	3,73	2,63	1,54
Champagnat	100	2,04	97,96	-	-	-
Dos Municípios	100	23,89	72,32	0,34	0,34	3,11
Nossa Senhora Salete	100	1,82	85,93	1,82	10,16	0,26
<b>Distrito de Caçador</b>	100	24,96	70,34	2,23	1,62	0,42
<i>Urbano</i>	100	26,89	68,43	2,09	1,74	0,39
<i>Rural</i>	100	0,27	94,66	3,84	0,14	0,96
<b>Distrito de Taquara Verde</b>	100	4,05	83,5	11,17	-	0,16
<i>Urbano</i>	100	7,87	70,13	19,49	-	0,31
<i>Rural</i>	100	-	97,67	2,33	-	-
<b>Caçador</b>	100	24,37	70,71	2,48	1,57	0,41
<b>Total Urbano</b>	100	26,60	68,46	2,37	1,70	0,38
<b>Total Rural</b>	100	0,24	95,15	3,66	0,12	0,71

As unidades fossa e filtro anaeróbico ascendente apresentam eficiência baixa, limitando-se a 40 – 50% nos casos onde ocorrem manutenção e limpeza periódicas, que normalmente não são realizadas. Apesar desta falha, ainda assim, apresentam importância, pois mesmo com a eficiência prejudicada, o esgoto sanitário não estará indo “in natura” para os cursos de água.

Por esta razão é extremamente importante que a municipalidade mantenha procedimentos de avaliação, aprovação e fiscalização que focalizem, em primeiro plano, numa “universalização” de, no mínimo, padrões de esgotamento conforme norma:

- para as áreas rurais, bem como áreas urbanas situadas fora do perímetro de atendimento do SES;
- para as áreas urbanas nas quais o atendimento pelo SES somente ocorreria em

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

etapas posteriores.

Entre as medidas necessárias destacam-se:

- a exigência de apresentação e análise de projeto de engenharia para a solução individual (ou comunitária) prevista para o empreendimento;
- a fiscalização da execução conforme projeto e condicionamento da liberação do "habite-se" à aprovação das instalações pela entidade municipal competente, com expedição de alvará sanitário;
- Verificação, quando da análise dos projetos, da compatibilidade entre as proposições de esgotamento apresentadas com as concepções gerais para o atendimento pelo sistema público de coleta e transporte dos efluentes, quando este estiver disponível, para que a conexão a esse sistema se torne possível com o avanço das obras e a expansão das áreas de atendimento.

No caso de loteamentos deveria ser analisada a possibilidade da implantação de uma solução comunitária. Entretanto, considera-se prudente estudar com consciência e cautela as opções para a implantação de soluções comunitárias porque recentemente, em vez das alternativas tradicionais mais simples, pouco onerosas e de operação fácil, por exemplo, fossa séptica filtro anaeróbico ascende, vêm sendo propostos (exigidos) tratamentos aeróbios compactos. Embora seu potencial de depuração seja indubitavelmente mais alto, considera-se no mínimo controverso seu emprego de forma universal, sabendo-se dos custos de implantação e operação significativamente mais altos, da demanda por cuidados operacionais em nível mais alto e, finalmente, do problema da geração de lodo, seu tratamento e seu destino final, pois o processo aeróbio de tratamento gera quantidades de lodo muito superiores ao processo anaeróbio.

Atual legislação municipal exige no mínimo a implantação de rede coletora de esgotos sanitários nos novos parcelamentos do solo, cujo projeto deve ser compatível com o planejamento de esgotamento sanitário futuro, sendo importante para a funcionalidade destes projetos a existência dos corredores sanitários para esgotamento dos lotes de soleiras baixas. Para a aprovação de loteamentos é exigida a apresentação de licenças ambientais expedidas pela FATMA, que também analisa a solução de disposição dos esgotos sanitários conforme a legislação vigente.

#### **5.3.2.1 Taquara Verde e Áreas Rurais**

Quanto ao distrito de Taquara Verde, que já conta com sistema público de abastecimento de água, recomenda-se em função de porte e capacidade de pagamento dos usuários, o uso de sistema de esgotamento sanitário com tratamento do tipo anaeróbio, com fixação de colônias de bactérias em suporte de fibras naturais. A área de abrangência do sistema seria de 13 ha com população beneficiada estimada em 850 habitantes e extensão de 2.500 metros de redes coletoras e 650 metros de emissário, com uma elevatória. A cobertura



efetiva da população urbana atingirá 72,34%, correspondendo a 230 ligações e vazão média de 1,10 l/s.

Segundo dados do IBGE de 2010, aquele distrito apresentava 74% dos domicílios com banheiros (chuveiro e vaso sanitário), 23% somente com vaso sanitário e o restante sem nenhuma instalação sanitária, revelando a carência de serviços internos de saneamento básico e a preocupação de se implantar um sistema público de esgotamento sanitário que contemple as ligações internas, e com custo de implantação e operação que atenda ao princípio fundamental de modicidade tarifária.

As áreas rurais vêm recebendo apoio da EPAGRI no tratamento dos efluentes domésticos. A FUNDEMA também participa deste trabalho, inclusive com recursos do programa SOS Nascentes, na bacia de captação do sistema de abastecimento de água. Dados do IBGE 2010 revelam, por exemplo, que a situação do esgotamento sanitário individual nas áreas rurais de Caçador está melhor equacionada do que nas áreas urbanas, ou seja, fossas em 95,15% dos domicílios rurais contra 68,43% nos domicílios urbanos. Este trabalho deve continuar para que a universalização dos serviços seja alcançada com a aplicação das melhores soluções de tratamento individual.

### 5.3.3 Projetos Existentes para Áreas sem Esgotamento Sanitário

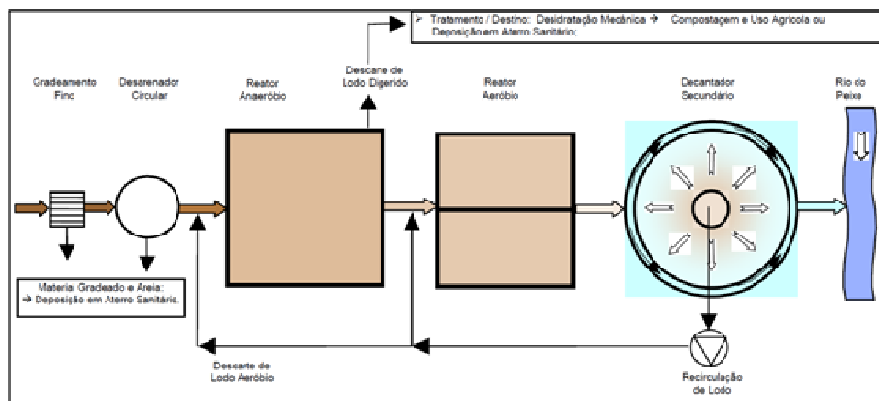
No mínimo 3 projetos abrangentes de esgotos sanitários já foram desenvolvidos para a cidade de Caçador, visto que além dos 3 conhecidos, há informes de um primeiro desenvolvido pela empresa ETAPA no início da década de 1970, não localizado.

Os projetos disponíveis atualmente são:

1. Projeto Final de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caçador, que foi objeto do Contrato nº 342/97 entre CASAN e a Estudos Técnicos e Projetos ETEP LTDA. Em 2001/2002 foi realizada uma revisão deste projeto pela mesma empresa de consultoria que o elaborou. Este projeto definiu numa primeira etapa o atendimento de 1.115 ha do perímetro urbano deixando o restante para etapas futuras. Para as etapas futuras não foram definidos polos de tratamento, bem como não estava previsto o atendimento de alguns bairros que hoje são densamente ocupados, como é o caso do bairro Martello. A parte que diz respeito às bacias de esgotamento e redes de coleta deste projeto tem grande aproveitamento atual, porém o tratamento proposto era por lagoas de estabilização, alternativa hoje descartada. O Mapa a seguir delimita a área de abrangência deste projeto.
2. Um estudo de Viabilização da Implantação do SES projetado pela ETEP, contratado pela CASAN e realizado pela LART Arquitetura e Engenharia LTDA em 2004, que descartou a alternativa de tratamento em lagoas proposta naquele projeto.
3. O relatório Técnico de Planejamento do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caçador, elaborado pela LART Arquitetura e Engenharia LTDA em 2007, fez um diagnóstico

abrangente da situação do esgotamento sanitário na cidade, avaliando quais os passos que deveriam ser tomados para dotar o município com serviço de esgotamento sanitário, tendo como base o “Projeto Final de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caçador” (ETEP). Este estudo considerou adequados os traçados de redes coletoras sugeridos no projeto ETEP que se orientaram na topografia, procurando o caminhar mais favorável no aproveitamento dos declives naturais. Sugeriu adequações em função de novas projeções demográficas e inclusão de novas vias implantadas nas bacias. Enfim, considerou o projeto existente um bom ponto de partida para se definir etapas de implantação que seriam ajustadas às disponibilidades de recursos, de forma sustentável. Quanto ao tratamento reforçou posição anterior de que a concepção continha equívocos nos pressupostos adotados e que a forma de tratamento deveria ser revista. Identificou 10 áreas de esgotamento fora dos limites de 1ª etapa do projeto da ETEP indicando alternativas de como contemplá-las com serviços de esgotamento sanitário, propondo no total 3 polos de tratamento, o do Rio do Peixe com estação no mesmo local indicado no projeto da ETEP, o do Rio Caçador próximo ao ponto de coordenadas 501952 E 7038427 S e o da vertente do Rio Castelhano em área a ser definida em projeto básico, por existirem vastas áreas próximas ao rio para implantação de uma ETE.

4. O Planejamento do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caçador – Etapa 01 de Implantação, elaborado pela LART Arquitetura e Engenharia LTDA em 2009 contém o projeto básico de engenharia para uma primeira etapa de implantação do sistema de esgotamento sanitário do Rio do Peixe, que foi delimitada de acordo com orientação do município dentro de uma ideia de dividir este sistema em quatro ou cinco etapas de implantação, de forma a ajustar os investimentos ao que já havia sido definido no relatório de planejamento, ou seja, às disponibilidades de recursos de forma economicamente sustentável. Este projeto, cujo termo de referência foi elaborado pelo corpo técnico da CASAN, definiu numa primeira etapa o atendimento de 222 ha do perímetro urbano, atendendo os bairros Alto Bonito (maior parte), Berger (maior parte) e Centro (cerca de 1/3). Para o tratamento dos efluentes está prevista a implantação de um módulo de tratamento de efluentes do total de 2 módulos, de forma a atender etapas seguintes sem necessidade de imediato de ampliar o tratamento. A concepção do ETE contempla tratamento preliminar com gradeamento e desarenação, tratamento primário por reator anaeróbico de manta de lodo (UASB) e tratamento secundário por lodos ativados com aerotores e decantador secundário. O Mapa a seguir delimita a área de abrangência deste projeto.

**Fluxograma da ETE (1º Módulo)**

**Fonte: Estação de Tratamento de Efluentes do projeto LART 2009**

5. Projeto de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Caçador – Etapa 01 de Implantação em desenvolvimento pelo corpo técnico da CASAN. Este projeto não está com o seu detalhamento finalizado, no entanto, a CASAN repassou algumas informações daquilo que já estava concluído, com uma estimativa de valor do investimento obtida por custos integrados. Não se teve acesso às peças técnicas do projeto e seu memorial descritivo, mas este tão logo concluído deve ser solicitado para a análise de viabilidade de investimentos. A concepção do sistema, segundo informações disponibilizadas, prevê apenas um polo de tratamento nas margens do Rio do Peixe, no mesmo ponto em que ETEP e LART, projetaram suas unidades de tratamento. Por concentrar todos os efluentes em um só ponto e por evitar a passagem das redes por terrenos que não fossem espaços públicos, esta alternativa resultou num número maior de elevatórias. A área de abrangência da primeira etapa foi definida pela quantidade de recursos que se poderia alocar do empréstimo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento, que no momento que fomos informados estava estimado em cerca de R\$ 40 milhões. O SES foi dividido em 73 bacias de esgotamento sanitário, sendo considerado para a 1ª Etapa o atendimento de 10 bacias correspondentes a 431 ha do perímetro urbano, constituído pelos bairros Reunidas (cerca de 50%), DER (cerca de 80%), Santa Catarina (cerca de 20%), Centro (quase totalidade), Berger (quase totalidade), Alto Bonito (cerca de 50%) e Gioppo (cerca de 70%). A Estação de Tratamento será do tipo Lodos Ativos. As unidades de tratamento serão as seguintes: tratamento preliminar, reator UASB (3 unidades de 60 l/s, sendo 1 unidade para cada etapa), tanque de aeração (3 unidades, sendo 1 unidade para cada etapa), decantador secundário (3 unidades, sendo 1 unidade para cada etapa), desinfecção, desaguador mecânico e leito de secagem. No entanto, no momento em que as informações nos foram repassadas não havia memorial descritivo confirmando os componentes do sistema, embora já estivessem definidas 3 etapas de tratamento, com módulos de 60 l/s cada. O Mapa a seguir delimita a área de abrangência deste projeto.

**Local do Tratamento dos Três Projetos**

Fonte: Google Earth

Versão Final do PMSB de Caçador

147

## Mapa - Área de Abrangência do Projeto de Esgotamento Sanitário ETEP - 2002



1ª Revisão do PMSB

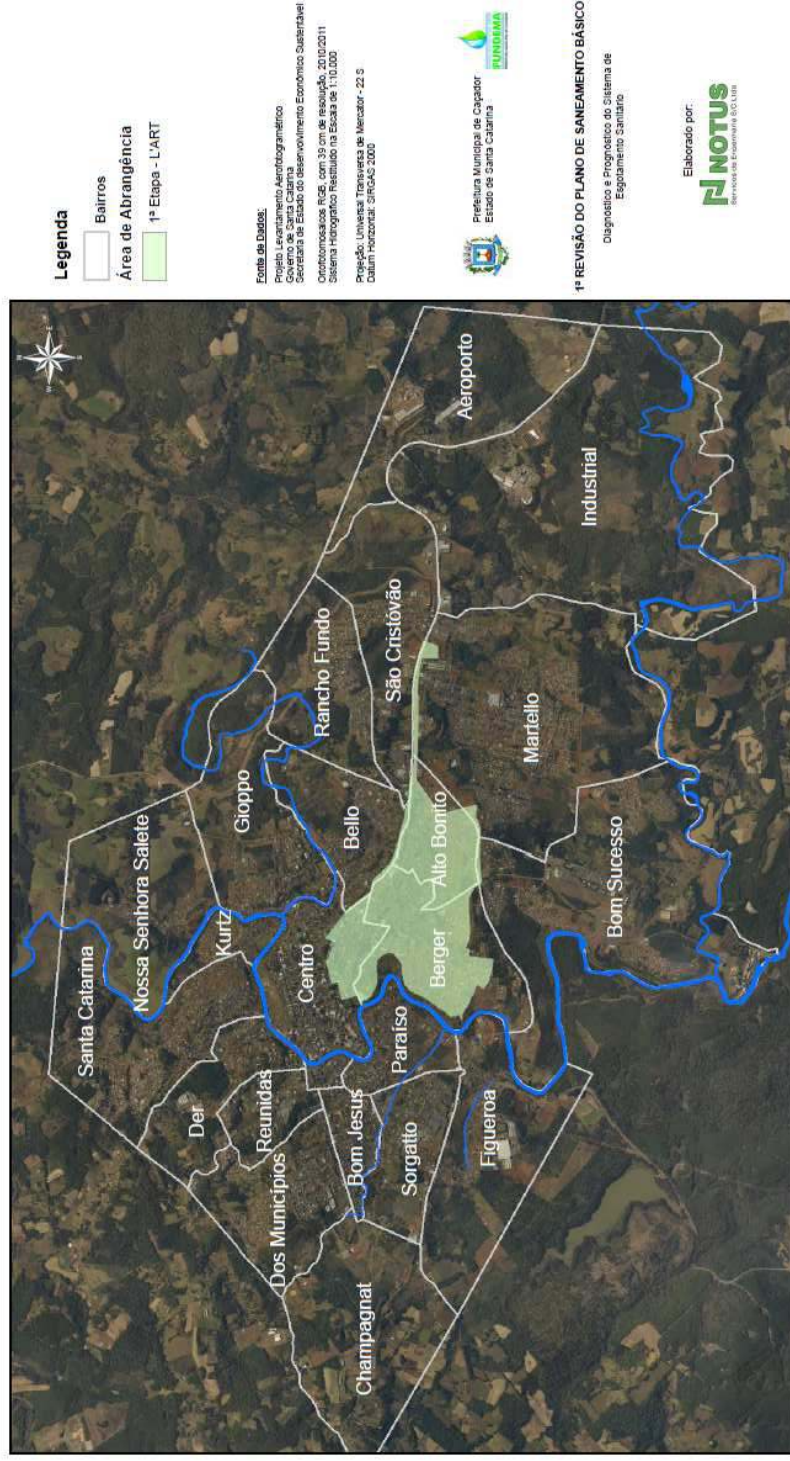
julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

148

## Mapa - Área de Abrangência do Projeto de Esgotamento Sanitário L'ART - 2009



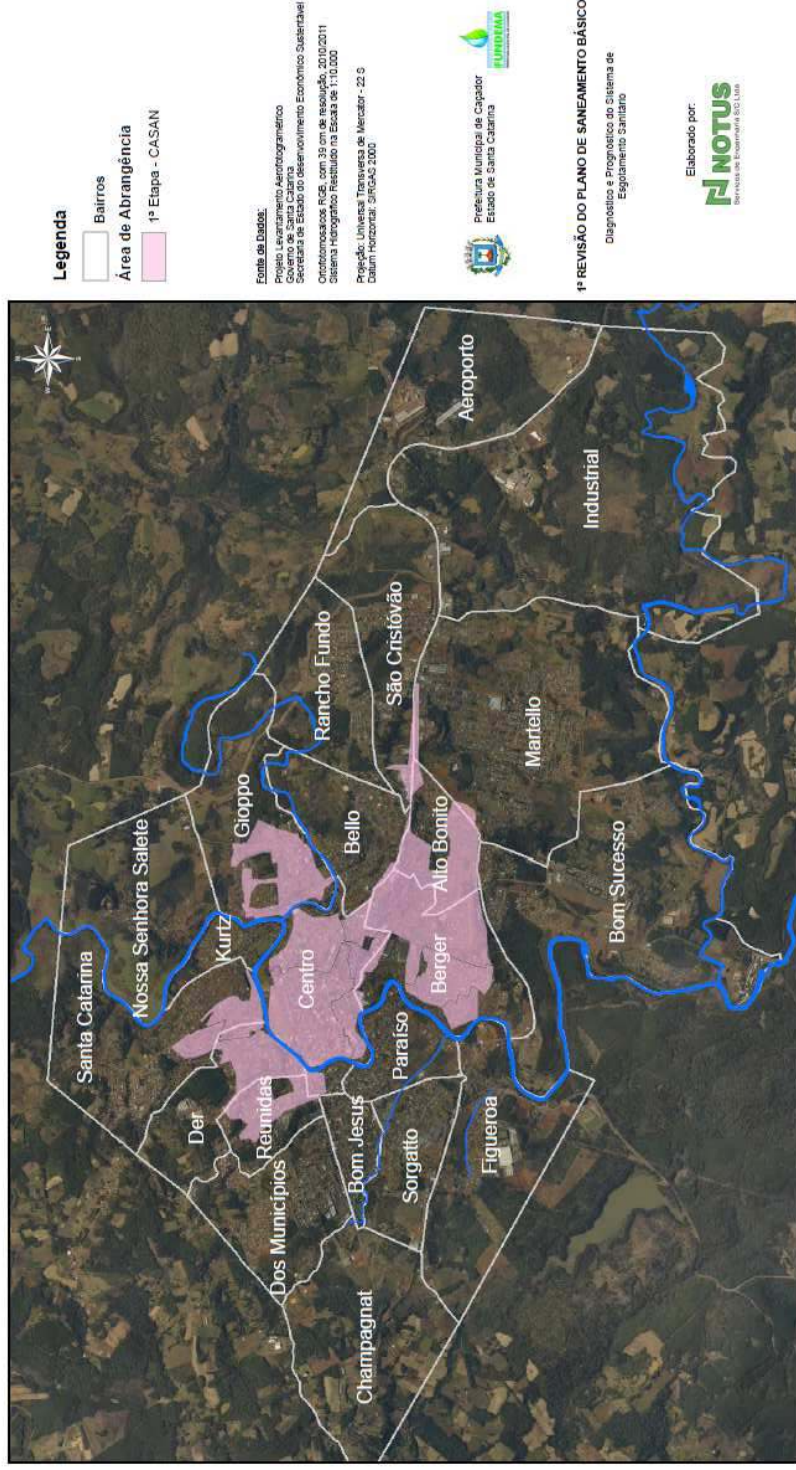
1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

149

## Mapa - Área de Abrangência do Projeto de Esgotamento Sanitário CASAN - 2013



1ª Revisão do PMSB

julho/2014



### 5.3.3.1 Considerações Sobre os Projetos Existentes

Em resumo, existem dois projetos atualizados que partindo do projeto da ETEP, contratado em 1997, apresentaram caminhos distintos:

- O projeto contratado pelo município, desenvolvido pela empresa LART em 2009 segundo termo de referência preparado pela CASAN, que apontou a mudança do tratamento e definiu primeira etapa (de redes e ETE) de atendimento para o polo de tratamento do Rio do Peixe (do total de 3 polos de tratamento) de acordo com os recursos que a época se pretendia investir. As redes teriam 5 etapas e a ETE duas de igual vazão.
- O projeto em fase final de elaboração pela CASAN que definiu um único polo de tratamento e dividiu a implantação do sistema em 3 etapas de tratamento de igual vazão para a ETE e em duas etapas para as redes coletoras, dimensionado o tamanho da primeira etapa à capacidade de captação de recursos junto à Agência Francesa de Desenvolvimento.

### 5.3.3.2 Quadro Comparativo

Os projetos elaborados pela LART e pela CASAN seguiram parâmetros de cálculo diferentes e projeções populacionais também diferentes. A tabela a seguir apresenta algumas destas diferenças:

**Tabela 69 - Parâmetros de Projeto**

Estudos	População urbana em 2034	População urbana de saturação	Per capita de água (l/hab.*dia)	Taxa de infiltração (l/s*Km)
PSB 2013	87.375	307.221	140	-
LART 2009	91.825	285.000	200	0,2
CASAN 2013	106.312	338.749	150	0,05
ETEP 1999	95.607*	256.282	200	0,05

\* Projeção da ETEP para em 2020

A construção de um quadro comparativo dos sistemas projetados é possível com a adequação de algumas informações, no entanto outras não se podem estabelecer comparações pelo fato de adotarem diferentes, parâmetros de projetos, projeções populacionais, estagiamentos e metodologias orçamentárias. Diante disto as adequações realizadas para comparação foram as seguintes:

População atendida: delimitadas as áreas de abrangência de cada projeto sobrepostas às urbanizações efetivas dos bairros e calculada a população atendida com base nos dados do Censo 2010.

Orçamentos: o orçamento apresentado pela CASAN utilizou a metodologia de custos integrados e por ser o mais recente, estes custos foram aplicados sobre os quantitativos dos

demais projetos, para comparação na mesma base referencial e com a mesma metodologia. Para as ligações domiciliares, foi aplicado o custo integrado por habitante. Os custos do tratamento não foram apresentados pelo fato de que os estagiamentos propostos foram muito diferentes. Como o tipo de tratamento do projeto da ETEP foi descartado e os demais são por lodos ativados, se considera que devam apresentar valores equivalentes se adotado o mesmo estagiamento, embora se saiba que o reator aeróbio proposto no projeto da LART tenha valor de investimento maior e custo operacional menor.

**Tabela 70 - Dados Comparativos de Projetos**

Projeto	Etapas	Abrangência efetiva (ha)	População atendida referenciada ao Censo IBGE 2010	Nº de bacias	Redes Coletoras (m)	Interceptor / Emissários (m)	Nº de elevatórias	Tipo de tratamento	Vazão ETE (l/s)
CASAN 2013	1 Etapa	431	16.611	10	71.373	6.411	10	UASB + lodos ativ.	60
LART 2009	1 Etapa	222	9.519	1	37.475	1.350	1	UASB + lodos ativ.	112
ETEP 1999	1 Etapa	1.115	37.344	9	124.975	14.547	8	Lagoas	154

Projeto	Etapas	Orçamento (R\$)							R\$/Hab
		Ligações domiciliares	Rede coletora	Interceptores	Estações elevatórias	ADM + Canteiro	ETE	Total	
CASAN 2013	1 Etapa	2.250.515	17.745.550	3.205.500	2.350.000	-	-	25.551.565	1.538
LART 2009	1 Etapa	1.289.666	9.368.837	675.000	500.000	-	-	11.833.503	1.243
ETEP 1999	1 Etapa	5.059.492	31.243.643	7.273.600	1.900.000	-	-	45.476.734	1.218

\* Custos integrados referenciados a 11/2013

Os dois projetos básicos hoje disponíveis foram elaborados por técnicos de capacidade inquestionável, mas seguiram orientações diferentes. Há aqui um problema bom, ou seja, existem alternativas para serem avaliadas conduzindo a decisão para um sistema otimizado que aproveite o que de melhor estiver proposto.

O projeto CASAN 2013, embora apresente apenas um polo de tratamento com 73 bacias de esgotamento, não invalida a adoção de outros polos de tratamento, pois sua primeira etapa tem área de abrangência que não extrapola o que o projeto LART 2009 define como área de influência da ETE Rio do Peixe, e o local da ETE é o mesmo nos dois projetos. A abrangência deste projeto como primeira etapa é bastante razoável, o problema no entendimento desta Consultora está no prazo de execução pretendido de 3 anos, e os reflexos desta intervenção na mobilidade urbana.

O projeto da LART tem um desequilíbrio entre o porte da primeira etapa de tratamento e a abrangência da rede coletora, que deve ser corrigido.

Há uma diferença acentuada no número de elevatórias propostas nos dois projetos. Esta Consultora não teve acesso às plantas do projeto da CASAN 2013, mas foi informada, ao questionar o número de elevatórias do resumo recebido, que há uma diretriz de minimizar o uso de áreas que não sejam de domínio público. O entendimento desta Consultora é de que isto deve ser reavaliado, em especial quanto ao uso da faixa de domínio da ferrovia, visto que o município de Caçador já possui experiência de como contornar esta dificuldade, de

empreendimentos anteriores. Um maior número de elevatórias implica em um maior número de pontos controvertidos do sistema que geram movimentos contrários aos locais de implantação escolhidos, além dos cuidados com tratamento de odores e de instalação de geradores de energia para evitar extravazamentos.

Considera esta Consultora que se faz necessário instalar a Câmara Técnica do Conselho Consultivo de Saneamento para que os dois projetos sejam apresentados à mesma pelos seus executores e que assim o município possa definir o que entende ser o melhor, pois a atividade de planejamento é seu direito e dever, indelegáveis.

Como sugestão de programação da ampliação dos serviços de esgotamento sanitário em Caçador, a Tabela 71 que apresenta o crescimento do atendimento à população da sede urbana, ano a ano, com extensões de redes e vazões. As estações de tratamento e estações elevatórias terão a programação contemplada na versão preliminar do PMSB, a partir de diretrizes formuladas pela Câmara Técnica / Conselho Consultivo Municipal para o planejamento de esgotamento sanitário da sede urbana.

O Anexo D 01 traz mais informações do resumo fornecido referente ao projeto CASAN 2013 e resumo do projeto LART 2009.

## Versão Final do PMSB de Caçador

153

Tabela 71 - Atendimento à população da sede urbana, ano a ano, com extensões de redes e vazões

Ano	Projeção da População Urbana da Sede (hab)	Área Servida (ha)	Extensão de Redes do Operador (m)	População na Área de Cobertura do Operador (hab)	Cobertura Operador (%)	Ligações Totais do Operador	População Atendida por loteamentos (hab)	Cobertura Total do Sistema (%)	Incremento de redes operador / ano	Incremento de redes / loteadores / ano	Extensão de Redes dos Loteadores (m)	Incremento de ligações de loteadores / ano	Ligações Totais dos loteamentos	Incremento de ligações do operador / ano	Q médio gerado (m³/ano)	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões afluentes às ETES			
																	Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)
2013	65.659	44	8.478	2.668	4,06%	754		4,06%	0		0		0		2,97	0,85	2,33	3,82	4,42	6,20
2014	66.597	44	8.478	2.671	4,01%	767		4,01%	10.490		0		0		2,99	0,85	2,34	3,84	4,44	6,23
2015	67.546	114	18.968	5.717	8,46%	1.642		8,46%	12.881		0		0		10,56	3,18	5,12	8,34	9,62	13,49
2016	68.504	192	31.849	9.324	13,61%	2.678		13,61%	12.193		0		0		14,54	4,40	8,46	13,74	15,85	22,19
2017	69.472	265	44.042	12.774	18,39%	3.671		18,39%	12.110		0		0		18,54	5,62	11,68	18,95	21,86	30,58
2018	70.450	336	56.151	16.197	22,99%	4.656		22,99%	12.756		0		0		22,64	6,89	14,88	24,15	27,86	38,98
2019	71.437	407	68.907	19.679	27,55%	5.659		27,55%	13.418		0		0		26,86	8,23	18,21	29,53	34,06	47,65
2020	72.433	478	82.325	23.222	32,06%	6.681		32,06%	13.482	2.000	2.000	0	0	1.021	31,14	9,58	21,66	35,09	40,47	56,58
2021	73.440	548	95.807	26.779	36,46%	7.707		36,46%	14.159	2.000	4.000	20	20	1.026	35,53	11,00	25,15	40,72	46,95	65,63
2022	74.456	618	109.966	30.394	40,92%	8.751	69	40,92%	13.907	2.000	6.000	50	70	994	39,75	12,39	28,76	46,60	53,63	74,94
2023	75.481	683	123.873	33.835	44,83%	9.745	243	45,15%	11.903	2.000	8.000	50	120	859	43,46	13,58	32,26	52,43	60,09	83,94
2024	76.516	740	135.776	36.804	48,10%	10.604	416	48,64%	11.915	3.000	11.000	50	170	860	47,21	14,77	35,31	57,53	65,74	91,81
2025	77.560	796	147.691	39.774	51,28%	11.464	590	52,04%	17.753	3.000	14.000	50	220	1.269	52,69	16,54	38,38	62,68	71,43	99,75
2026	78.614	879	165.444	44.159	56,17%	12.733	763	57,14%	18.043	3.000	17.000	50	270	1.290	58,30	18,35	42,89	70,14	79,77	111,38
2027	79.677	962	183.487	48.613	61,01%	14.022	936	62,19%	18.498	3.000	20.000	50	320	1.310	64,04	20,20	47,50	77,77	88,30	123,28
2028	80.749	1.045	201.985	53.135	65,80%	15.333	1.109	67,18%	18.074	3.000	23.000	60	380	1.264	69,64	22,01	52,22	85,58	97,05	135,47
2029	81.831	1.123	220.059	57.494	70,26%	16.597	1.316	71,87%	2.545	3.000	26.000	60	440	295	71,21	22,26	56,83	93,24	105,58	147,37
2030	82.921	1.131	222.604	58.494	70,54%	16.892	1.524	72,38%	2.575	4.000	30.000	70	510	298	72,80	22,52	57,87	95,33	107,71	150,44
2031	84.021	1.139	225.180	59.501	70,82%	17.190	1.765	72,92%	0	4.000	34.000	100	610	298	73,73	22,52	58,92	97,48	109,88	153,55
2032	85.130	1.139	225.180	59.963	70,44%	17.330	2.111	72,92%	2.621	4.000	38.000	100	710	301	75,35	22,78	59,38	98,84	110,99	155,23
2033	86.248	1.147	227.800	60.979	70,70%	17.631	2.456	73,55%	2.651	4.000	42.000	100	810	303	76,99	23,05	60,45	101,16	113,20	158,40
2034	87.375	1.155	230.451	62.002	70,96%	17.934	2.800	74,17%	2.681	4.000	46.000	100	910	305	78,65	23,31	61,54	103,51	115,43	161,62
2035	88.510	1.163	233.133	63.032	71,21%	18.239	3.145	74,77%	2.712	4.000	50.000	100	1.010	307	80,33	23,58	62,64	105,88	117,69	164,88
2036	89.655	1.171	235.844	64.068	71,46%	18.546	3.489	75,35%	2.742	4.000	54.000	100	1.110	309	82,03	23,86	63,75	108,29	119,98	168,18
2037	90.808	1.179	238.586	65.110	71,70%	18.856	3.833	75,92%	3.083	4.000	58.000	100	1.210	332	83,84	24,17	64,87	110,72	122,30	171,51
2038	91.969	1.188	241.669	66.230	72,01%	19.188	4.177	76,55%	0	4.500	62.500	250	1.460	147	84,86	24,17	66,09	113,30	124,78	175,09
2039	93.139	1.188	241.669	66.712	71,63%	19.335	5.037	77,03%	0	5.000	67.500	370	1.830	148	85,88	24,17	66,60	115,43	126,00	176,91
2040	94.318	1.188	241.669	67.193	71,24%	19.483	6.311	77,93%	0	5.500	73.000	480	2.310	148	86,90	24,17	67,11	118,11	127,22	178,75
2041	95.504	1.188	241.669	67.675	70,86%	19.631	7.963	79,20%	0	7.000	80.000	600	2.910	148	87,94	24,17	67,62	121,30	128,45	180,60
2042	96.699	1.188	241.669	68.156	70,48%	19.779	10.028	80,85%	0	7.000	87.000	700	3.610	148	88,97	24,17	68,14	125,04	129,69	182,45
2043	97.902	1.188	241.669	68.637	70,11%	19.927	12.435	82,81%	0	7.000	87.000	700	3.610	148	88,97	24,17	68,65	129,26	130,94	184,32

Tabela Verde

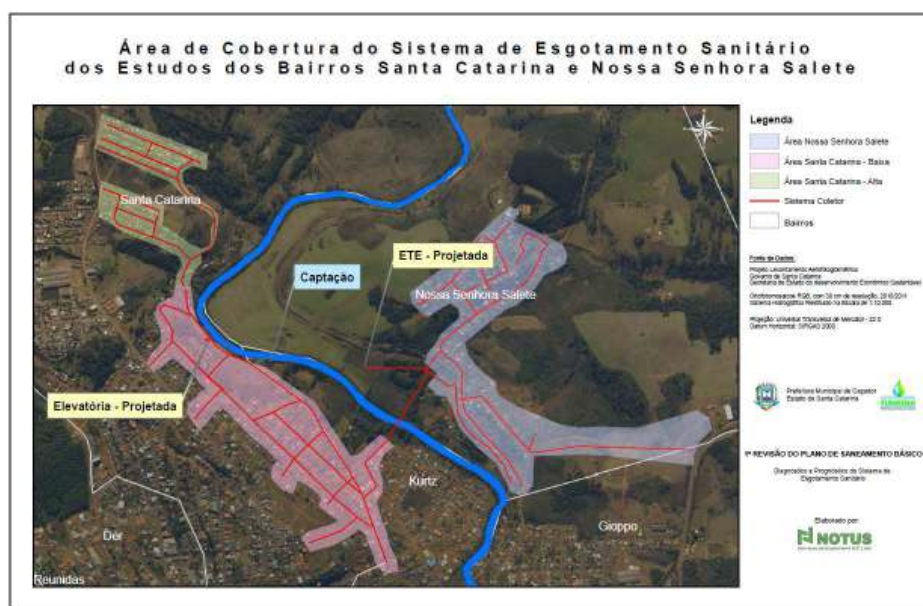
## 1ª Revisão do PMSB

julho/2014

### 5.3.4 Estudos Isolados

O Ministério das Cidades dentro do programa de mobilidade urbana tem exigido a existência de redes de drenagem e de esgotos sanitários funcionais para a liberação de recursos destinados à pavimentação de vias públicas. O município de Caçador tem protocolado pedido de recursos para pavimentações incluindo nesta solicitação anteprojeto de dois sistemas isolados de esgotamento sanitário, além da ampliação do bairro Martello integrado ao sistema do loteamento Ulisses Guimarães, conforme já relacionado nas previsões de ampliação daquele sistema.

Um sistema atenderá parte bairro Santa Catarina (alta e baixa), parte do bairro Kurtz e parte do bairro Nossa Senhora Salete, com uma elevatória, com tratamento dos efluentes nos moldes do existente no bairro Ulisses Guimarães, localizado na margem esquerda do Rio do Peixe. A área de abrangência deste sistema é de 70,92 ha, com um total de 11.207 metros, para uma população atendida de 3.690 habitantes. Áreas que drenam à montante da captação de água são abrangidas por este estudo.



Outro sistema está previsto para o bairro Rancho Fundo, com uma elevatória, também com tratamento nos moldes do existente no bairro Ulisses Guimarães, localizado na margem esquerda do Rio Caçador. A área de abrangência deste sistema é de 18,26 ha, com um total de 3.196 metros, para uma população atendida de 980 habitantes.



A observação que faz esta Consultora é de que o projeto que venha a ser desenvolvido a partir destes estudos preliminares observe a integração futura destes sistemas isolados ao planejamento de esgotamento sanitário de toda a cidade, evitando a proliferação de sistemas e seus custos operacionais decorrentes. Por outro lado, em se tratando de sistemas isolados e integráveis ao sistema de esgotamento futuro, as soluções imediatas de tratamento, dentro de um conceito de níveis progressivos de qualidade com modicidade tarifária (previstos em lei), devem ser de menor custo, como as adotadas em Fraiburgo onde se utilizou o tratamento anaeróbico com fixação de bactérias em suporte de fibras naturais. Quanto ao sistema do Rancho Fundo, existe a previsão numa das alternativas de planejamento municipal de esgotamento sanitário, em discussão, de um polo de tratamento nas imediações do ponto escolhido para a ETE do estudo isolado, sendo recomendável, no caso de se optar por mais este pólo de tratamento nas margens do Rio Caçador, que o projeto decorrente deste estudo isolado tenha a ETE na mesma área.

### 5.3.5 Irreversibilidade das Soluções

Dentre as soluções propostas nos projetos básicos de engenharia, a que for adotada deve merecer imediata ação do Poder Público Municipal, para assegurar as áreas e espaços necessários à implantação dos componentes do sistema de esgotamento sanitário, impedido, quando necessário, edificações e urbanizações ou condicionando o uso daqueles espaços urbanos. São áreas fora do sistema viário e dos espaços públicos, pertencentes a particulares ou mesmo áreas institucionais, que serão utilizadas para passagem ou implantação de componentes do sistema, ou seja, estações de tratamento, elevatórias e interceptores, emissários e coletores. A área da ETE do Rio do Peixe já foi objeto de declaração de utilidade pública no passado, mas não foi adquirida.

O projeto elaborado pela CASAN optou pela transposição de bacias e o tratamento em um único polo, além de evitar ao máximo o uso de terrenos de terceiros. Isto acarretou um maior número de elevatórias, no entanto, apenas duas elevatórias estão fora de áreas públicas (ruas e praças). Com a diretriz de não passar redes em áreas particulares também resultou no não atendimento de situações pontuais de ruas que requeriam elevatórias de pequeno porte.

### 5.3.6 Política Tarifária

Como não há cobrança de tarifas, não existe política tarifária definida. Embora o Convênio de Cooperação para Gestão Associada com o Estado de Santa Catarina, tendo como interveniente a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, contemple o esgotamento sanitário, a CASAN apenas fiscalizou a execução da obra e nunca operou o sistema, creditando-se a isto os desencontros de administrações anteriores e o desinteresse da gestão municipal à época, em cobrar pelos serviços prestados.

Estabelece a Lei Federal nº 11.445/2007 que compete à entidade reguladora a edição de normas relativas ao regime, estrutura e níveis tarifários bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão. Também compete a Agência Reguladora a edição de normas aos subsídios tarifários e não tarifários. Considera esta Consultora ser prioritário o enfrentamento deste assunto em conjunto com a Agência Reguladora, de forma a corrigir esta situação equivocada e evitar que novas situações semelhantes se configurem, e acrescentem grau de dificuldade no equacionamento político para a implantação de novos projetos. A sustentabilidade econômica de prestação dos serviços é um princípio fundamental da Lei Federal nº 11.445/2007, que admite o estabelecimento de subsídios para usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços, porém não trata de isenções. Em resumo, os subsídios podem existir, mas a parte dos usuários sem tais benefícios terá que arcar com o impacto destes nas suas tarifas.

Os custos dos serviços de esgotamento sanitário geralmente se situam acima dos custos de abastecimento de água, em especial os custos de implantação que pesam muito na composição tarifária. Levando-se em conta este fato, observa-se que programas de investimentos, baseados economicamente numa equação tarifária equivocada e que não proporcionam ao investidor as receitas necessárias, se apresentam como deficitários e desequilibrados e com isso, inviáveis. Se o planejamento econômico-financeiro não estiver considerando adequadamente todos estes elementos de custos na definição da equação tarifária, existe um grande risco de sistema de esgotamento sanitário iniciar, a partir do momento de sua conclusão, sua caminhada para o sucateamento. Gestores públicos seguidas vezes são seduzidos pelo novo, pela implantação inicial, em detrimento de um planejamento igualmente indispensável de manutenção, de sustentabilidade.



#### 5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico do sistema de esgotamento sanitário de Caçador revela um elevado déficit de atendimento da população urbana com sistema público de coleta, transporte e tratamento de esgotos sanitários (95,39%). A inexistência de sistema abrangente de esgotamento sanitário, que caracteriza o cenário atual, representa um risco latente para a saúde pública, uma degradação permanente do meio ambiente e um fator comprometedor para a qualidade de vida e o desenvolvimento do município. O que se tem de positivo é a existência de projetos e recursos para dar início a etapas importantes de ampliação do atendimento.

Os projetos de ampliação do sistema de esgotos sanitários existentes para Caçador não atendem o que pretende a Prefeitura como implantação imediata, mesmo o projeto da CASAN, desenvolvido no exercício da atual gestão municipal. Os três projetos isolados protocolados pelo município no Ministério das Cidades estão fora da área de abrangência de primeira etapa de implantação dos projetos existentes. Isto deve ser compatibilizado e o instrumento para tal é esta revisão do plano de saneamento básico. Não podem existir tratamentos diferenciados por bairros, com operadores diferentes, com tarifas e sem tarifas.

A Câmara Técnica de apoio ao Conselho Consultivo de Saneamento deve ser constituída e convocada para apoiar o Conselho Consultivo de Saneamento na avaliação das duas alternativas de planejamento do esgotamento sanitário no município, quanto ao estagiamento de implantação da alternativa escolhida, aos parâmetros de projeto, ao plano de execução de obras e da sua viabilidade técnica econômica, após exposição a ser feita pelos autores dos estudos. **O planejamento dos serviços de saneamento é tarefa indelegável do município e deve integrar o plano de saneamento básico municipal.** Considera esta Consultora que a alternativa escolhida deverá sofrer adequações conforme já descrito neste diagnóstico. No caso da alternativa do projeto CASAN 2013, considera que deve ser revista a premissa de não utilizar a faixa de domínio da ferrovia que resultou num maior número de elevatórias e revisto o cronograma de implantação dos 77.784 metros de redes (coletoras, interceptores e emissário). No caso da alternativa do projeto da LART 2009, considera que deve ser equilibrado o estagiamento da ETE com a abrangência das etapas de implantação. Quanto ao número de polos de tratamento, considera que as propostas devem ser objeto de exposição fundamentada pelos autores dos estudos para melhor subsidiar a escolha pelo Conselho.

A operação e manutenção do sistema existente do loteamento Ulisses Guimarães carece de evolução qualitativa e quantitativa, embora a qualidade dos efluentes tratados tenha o desempenho adequado. Faltam cadastro de redes, equipamentos e usuários. A manutenção operacional é realizada por demanda e não programada de forma a garantir a operacionalidade continuada. As elevatórias devem dispor de bomba reserva instalada e o ETE, para garantia quanto a não emissão de odor, deve ter gerador de energia para manter os aerotoretos operando continuamente. Os dados e custos operacionais devem ser registrados, especialmente volumes tratados, removidos de lodo, areia (desarenadores) e

entulhos (grades). O quadro de pessoal deverá ser adequado às necessidades operacionais, pois somente um funcionário não tem como operar o sistema adequadamente. As estruturas físicas cujos problemas foram apontados neste diagnóstico devem ser recuperadas (leito de secagem, reator e centro de operação e controle). Certamente a cobrança de tarifas resultará em condições para uma melhor manutenção do sistema e segurança operacional futura, pois os custos operacionais drenam recursos do orçamento municipal.

É imperativo que se estabeleça a cobrança dos serviços de esgotamento sanitário atualmente prestados. A estrutura tarifária a ser aplicada nas áreas de ampliação dos serviços deve ser definida para que se verifique o alcance da sustentabilidade econômica dos investimentos propostos, conforme definido em Lei. Atualmente a tarifa aplicada pela CASAN, em sistemas de esgotamento sanitário que opera, é de 100% da tarifa de água. Em etapa futura dos trabalhos desta Consultora, aprovados os investimentos a serem propostos na revisão do plano de saneamento básico, será desenvolvido estudo de viabilidade econômica para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Caçador, com as tarifas atualmente aplicadas pela CASAN.

O caminho para que a situação de esgotamento sanitário possa ser considerada solucionada, e compatível com níveis qualitativos e quantitativos de atendimento considerados desejáveis ou ideais, é bastante longo. O equacionamento dos problemas sanitários é um desafio enorme para as cidades, tanto sob aspectos técnicos quanto econômicos. Países de primeiro mundo levaram décadas para alcançarem o estágio em que se encontram e não se deve esperar que a universalização dos serviços em Caçador aconteça em curto prazo. A obra de implantação de sistema de esgotos sanitários se reveste de uma complexidade técnica acima de outras obras correntes e deve se revestir de cuidados técnicos e estar apoiada de forma permanente por campanhas de educação sanitária. Descuidos construtivos e uso inadequado dos sistemas podem comprometer a sua funcionalidade.

Cabe destacar como medidas importantes e com caráter complementar às obras de implantação do SES de Caçador, as considerações apresentadas que dizem respeito às adequações nas áreas que não serão atendidas de imediato pelo sistema de esgotamento sanitário, pois estão localizadas em regiões que só serão servidas em etapas futuras de implantação. É fundamental a observância das regras de ocupação do espaço urbano, conforme Plano Diretor, bem como o atendimento das determinações normativas em vigor quanto à realização de soluções individuais e comunitárias para o esgotamento sanitário, fiscalizando não somente a compatibilidade das obras de instalações com os projetos aprovados, mas verificando também a compatibilidade das concepções de esgotamento propostas com as concepções gerais do planejamento municipal de esgotamento. Isto tanto nos parcelamentos do solo como nas edificações novas ou reformadas.

---

Versão Final do PMSB de Caçador

159

## **5.5. FONTES DE CONSULTA**

Guia do Ministério das Cidades

Prefeitura Municipal de Caçador

Legislações Federal, Estadual e Municipal

Site IBGE

---

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

## **6. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **6.1. INTRODUÇÃO**

O conteúdo do Diagnóstico e o Prognóstico do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, denominado produto E no Termo de Referência de elaboração do PMSB, contempla os serviços: de varrição; de capina; de jardinagem; de poda; de coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos urbanos.

O diagnóstico engloba: a situação do município em relação ao manejo de seus resíduos sólidos num panorama geral; a classificação dos resíduos (conforme norma); e a identificação dos atuais responsáveis pela execução dos serviços públicos. Cada um dos serviços públicos é caracterizado, levantando a quantidade de resíduos gerados, os veículos usados no transporte, o destino final do mesmo, com a avaliação das condições do local de destino e os custos destes serviços.

Em 2 de agosto de 2010 o Governo Federal promulgou a Lei no 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A louvável iniciativa que tramitou durante quase 20 anos nas esferas legislativas, procura ordenar a questão dos resíduos sólidos, estabelecendo competências e responsabilidades entre os diferentes atores do setor. Em 23 de dezembro de 2010, através do Decreto Federal no 7.404 a Lei foi regulamentada. A Lei Federal no 12.305 estabelece que para terem acesso a recursos federais os municípios devem elaborar Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) com conteúdo mínimo diverso do que a Lei Federal no 11.445/2007 estabelece para o Plano Municipal de Saneamento Básico, no segmento de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. Para sanar esta exigência da nova legislação, Caçador em conjunto com os municípios que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Rio do Peixe (AMARP), com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, contratou a elaboração do seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). As informações apresentadas neste PMSB poderão contribuir para a elaboração do PGIRS, por conter itens comuns aos exigidos naquele plano.

### **6.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

A limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos são elementos essenciais ao planejamento urbano, à proteção e à conservação do Meio Ambiente e, acima de tudo, à garantia de uma qualidade de vida satisfatória à população. De acordo com o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal (1988), a limpeza pública e o manejo de resíduos sólidos urbanos é um serviço de responsabilidade do município.

Dentro do Saneamento Básico o setor dos Resíduos Sólidos é considerado um “primo pobre”. Bem ou mal, os setores de água e esgotamento sanitário se estruturaram melhor, criando companhias estaduais, serviços autônomos ou autarquias que puderam se organizar em busca de acesso a tecnologias e investimentos para solucionar as suas demandas. O setor de resíduos sólidos ficou sob responsabilidade única dos municípios. Ainda hoje a maioria dos municípios conta apenas com seus recursos próprios para resolver as questões do manejo destes resíduos, que em grande parte é realizada de forma não sustentável economicamente.

A crescente geração de resíduos sólidos (RS) nos meios urbanos e a necessidade de sua disposição final são um dos problemas econômicos e ambientais enfrentados pelos municípios. A diminuição da quantidade de resíduos gerados pela população é imprescindível, porém é impossível parar a produção destes. A atitude a ser tomada requer um sistema de gestão e gerenciamento com procedimentos otimizados, utilizando-se de tecnologias cada vez mais limpas.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), a população brasileira que era de aproximadamente 167 milhões de habitantes, produzia diariamente cerca de 183 mil toneladas de resíduos sólidos. Quanto à destinação final, os dados relativos às formas de disposição de resíduos sólidos distribuídos de acordo com a população dos municípios, obtidos com a PNSB (IBGE, 2008), indicavam que 71% dos municípios brasileiros depositavam seus resíduos sólidos em aterros controlados e “lixões” e 29% informaram que utilizavam aterros sanitários.

Entretanto nota-se uma tendência de melhora da situação da disposição final dos resíduos no Brasil nos últimos anos, que pode ser creditada a diversos fatores, tais como:

- maior consciência da população sobre a questão da limpeza urbana;
- forte atuação do Ministério Público, que vem agindo ativamente na indução à assinatura, pelas prefeituras, dos Termos de Ajuste de Conduta para recuperação dos lixões e para a adoção de técnicas adequadas de destino final dos resíduos sólidos urbanos e na fiscalização do seu cumprimento;
- aporte de recursos do governo federal para o setor;
- apoio de alguns governos estaduais; e
- participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de limpeza e manejo de resíduos urbanos.

#### 6.2.1 Legislação

No município de Caçador os serviços de Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos são regulamentados pelos seguintes dispositivos legais:

**No âmbito federal é regido pelas:****- Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.**

Destinação ambientalmente adequada a pneumáticos.

**- Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001.**

Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

**- Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002.**

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

**- Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.**

Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

**- Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.**

Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

**- Resolução CONAMA nº 431, de 24 de maio de 2011.**

Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.

**- Resolução CONAMA nº 448, de 18 de janeiro de 2012.**

Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

**- Lei Federal nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007.**

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

**- Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010.**

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

**- Decreto Federal nº 7.217, de 21 de Junho de 2010.**

Regulamenta a Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e dá outras providências.

**- Decreto Federal nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010.**

Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

**No âmbito estadual é regido pela:**

**- Lei Estadual nº 14.675, de 13 de Abril de 2009.**

Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

**No âmbito municipal é regido pelas:**

**- Lei nº 54/83, versão consolidada com as alterações até 16/12/13.**

Institui o novo código tributário do município de caçador.

**- Lei nº 2357, 11 de agosto de 2006.**

Institui o programa de coleta seletiva de resíduos sólidos no município de caçador e suas finalidades.

**- Lei Complementar nº 89, 16 de outubro de 2006.**

Institui o Plano Diretor do município de Caçador e dá outras providências.

*"Art. 37 Para os programas de resíduos sólidos deverão ser observados os seguintes objetivos, diretrizes e ações estratégicas:*

*§ 1º São objetivos relativos à Política de Resíduos Sólidos:*

*I - promover um ambiente limpo e agradável por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental;*

*II - implantar mecanismos de controle social do Estado e dos serviços contratados;*

*III - preservar a qualidade dos recursos hídricos pelo controle efetivo do descarte de resíduos em áreas de mananciais;*

*IV - implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana;*



*V - minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva e pelo incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;*

*VI - minimizar a nocividade dos resíduos sólidos por meio do controle dos processos de geração de resíduos nocivos e fomento à busca de alternativas com menor grau de nocividade;*

*VII - implementar o tratamento e o depósito ambientalmente adequados dos resíduos remanescentes;*

*VIII - controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental, oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva;*

*IX - repassar o custo das externalidades negativas aos agentes responsáveis pela produção de resíduos que sobrecarregam as finanças públicas.*

*§ 2º São diretrizes para a Política de Resíduos Sólidos:*

*I - o controle e a fiscalização dos processos de geração de resíduos sólidos, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas;*

*II - a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos;*

*III - a garantia de metas e procedimentos de reintrodução crescente no ciclo produtivo dos resíduos recicláveis, tais como metais, papéis e plásticos, e a compostagem de resíduos orgânicos;*

*IV - o desenvolvimento de programas de Controle da Gestão de Resíduos Sólidos com a participação Conselho Municipal do Meio Ambiente na sua formulação, acompanhamento e controle;*

*V - o estímulo ao uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;*

*VI - o estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;*

*VII - o reconhecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente como forma participativa e de controle da sociedade civil.*

*§ 3º São ações estratégicas para a Política dos Resíduos Sólidos:*

*I - estabelecer nova base legal relativa a resíduos sólidos, disciplinando os fluxos dos diferentes resíduos e os diferentes fatores;*

*II - institucionalizar a relação entre o Poder Público e as organizações sociais, facilitando parcerias, financiamentos e gestão compartilhada dos resíduos sólidos;*

*III - reservar áreas para a implantação de novos aterros sanitários e de resíduos inertes de construção civil;*

*IV - incentivar o desenvolvimento e o consumo de produtos não-tóxicos, de alto rendimento, duráveis, recicláveis e passíveis de reaproveitamento;*

*V - implementar unidades de tratamento e destinação final de resíduos industriais;*

*VI - elaborar do Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, com a participação de representações da sociedade civil e outras esferas de governo na sua formulação, execução, acompanhamento e controle.”*

**- Lei Municipal nº 2531 de 12 de maio de 2008.**

Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico, e dá outras providências.

**- Lei Municipal nº 2540, de 10 de junho de 2008.**

Dispõe sobre a instituição do programa de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e uso culinário no município e da responsabilidade da destinação dos mesmos.

**- Lei Municipal nº 2675, de 17 de dezembro de 2009.**

Institui o plano municipal de saneamento básico destinado à prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de caçador.

**- Decreto nº 5403, de 21 de novembro de 2012.**

Fixa a periodicidade da prestação do serviço de coleta de lixo para fins de cobrança da respectiva taxa, constante no art. 55 da lei nº 54/1983 - código tributário municipal.

**- Decreto nº 3687, de 08 de fevereiro de 2007.**

Regulamenta a Lei nº 2.357, dispondo sobre a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos no município de Caçador e define as responsabilidades sobre os resíduos produzidos.

**6.2.2 Classificação**

A Associação Brasileira de Normas técnicas em sua NBR 10.004/2004 define como:

*"Resíduos sólidos: Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível."*

A Norma também classifica os resíduos baseados:

**a) No risco potencial de contaminação do Meio Ambiente:****Resíduos Classe I – Perigosos**

São aqueles que, em função de suas características intrínsecas de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, apresentam riscos à saúde pública

através do aumento da mortalidade ou da morbidade, ou ainda provocam efeitos adversos ao meio ambiente quando manuseados ou dispostos de forma inadequada.

### **Resíduos Classe II – Não Perigosos**

Dividem-se em duas subclasses: não inertes e inertes.

#### Resíduos Classe II A – Não Inertes

São os resíduos que podem apresentar características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, com possibilidade de acarretar riscos à saúde ou ao meio ambiente, não se enquadrando nas classificações de resíduos Classe I – Perigosos – ou Classe II B – Inertes.

#### Resíduos Classe II B – Inertes

São aqueles que, por suas características intrínsecas, não oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente, e que, quando amostrados de forma representativa, segundo a norma NBR 10.007, e submetidos a um contato estático ou dinâmico com água destilada ou deionizada, a temperatura ambiente, conforme teste de solubilização segundo a norma NBR 10.006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, conforme listagem nº 8 (Anexo H da NBR 10.004), excetuando-se os padrões de aspecto, cor, turbidez e sabor.

A Lei Federal nº 12.305/2010 que Instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos também classifica os resíduos:

#### **I – quanto à origem:**

- a. resíduos domiciliares:** os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b. resíduos de limpeza urbana:** os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c. resíduos sólidos urbanos:** os resíduos englobados nas alíneas "a" e "b";
- d. resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços:** os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";
- e. resíduos dos serviços públicos de saneamento básico:** os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";
- f. resíduos industriais:** os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g. resíduos de serviços de saúde:** os gerados nos serviços de saúde, conforme definido pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;
- h. resíduos da construção civil:** os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

**i. resíduos agrosilvopastoris:** os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

**j. resíduos de serviços de transportes:** os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários, e passagens de fronteira;

**k. resíduos de mineração:** os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

## **II – quanto à periculosidade:**

**a. resíduos perigosos:** resíduos que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

**b. resíduos não perigosos:** resíduos não enquadrados na alínea "a".

*Parágrafo único.* Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea "d" do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo Poder Público Municipal.

O Estado de Santa Catarina na sua Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 que Instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, em seu art. 28 definiu:

"Art. 28. Para os fins previstos nesta Lei entende-se por:

XIX - coprocessamento de resíduos: técnica de utilização de resíduos sólidos industriais a partir do seu processamento como substituto parcial de matéria-prima ou combustível;

XXIII - disposição final de resíduos sólidos: procedimento de confinamento de resíduos no solo, visando à proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente, podendo ser empregada a técnica de engenharia denominada como aterro sanitário, aterro industrial ou aterro de resíduos da construção civil;

XXXIX - minimização de resíduos: redução dos resíduos sólidos, a menor volume, quantidade e periculosidade possíveis, antes do tratamento e/ou disposição final adequada;

XLVII - prevenção da poluição ou redução na fonte: constituísse na utilização de processos, práticas, materiais, produtos ou energia que evitam ou minimizam a geração de resíduos na fonte e reduzam os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente;

LI - reciclagem: consiste em prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados como matéria-prima ou insumo dentro da mesma atividade que o gerou ou em outra atividade, incluindo a necessidade de tratamento para alterar suas propriedades físico químicas;

LIII - resíduos sólidos: resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição;

*LIV - resíduo sólido urbano: são os provenientes de residências ou qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares, bem como os resíduos de limpeza pública urbana, ficando excluídos os resíduos perigosos;*

*LV - reutilização: consiste em prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados repetidamente na forma em que se encontram, sem necessidade de tratamento para alterar as suas características, exceto por atividades de limpeza ou segregação;*

*LVIII - tratamento de resíduos sólidos: processos e procedimentos que alteram as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos e conduzem à minimização dos riscos à saúde pública e à qualidade do meio ambiente;*

*LXI - valorização de resíduos: operação que permite a requalificação de resíduos, notadamente por meio de reutilização, reciclagem, valorização energética e tratamento para outras aplicações;...”*

Com relação ao gerenciamento dos resíduos descritos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, as Prefeituras Municipais são as responsáveis pelos resíduos domiciliares, públicos e comerciais, estes últimos quando equiparados aos domiciliares e gerados em pequenas quantidades. Os demais resíduos são de responsabilidade do gerador.

O poder público municipal também é responsável por definir a equiparação dos resíduos e os limites para classificação em pequeno e grande gerador de resíduos através de leis municipais.

### 6.2.3 Prestação dos Serviços Públicos

Conforme Constituição Federal os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos são de titularidade do Município. Em Caçador as responsabilidades e fiscalizações dos serviços de manejo, de coleta, de transporte, de destino final dos resíduos sólidos estão divididas nos entes municipais, conforme Tabela 72.

**Tabela 72 - Tipo de resíduos e ente Responsável**

<b>Tipo de resíduo</b>	<b>Ente responsável</b>
Resíduos domiciliares (úmidos)	FUNDEMA
Resíduos recicláveis (secos)	FUNDEMA
Resíduos da poda e jardinagem	FUNDEMA
Resíduos dos serviços públicos de saúde	Secretaria da Saúde*
Resíduos dos serviços de limpeza pública	FUNDEMA

**\* Responsabilidade de fiscalização dos privados.**

Cabe ressaltar que os resíduos comerciais que possuem as características dos domiciliares também são coletados pelo poder público. A Tabela 73 apresenta os atuais executores dos serviços de limpeza e manejo de resíduos sólidos no município.

**Tabela 73 - Serviços Públicos e seus Executores**

<b>Serviços</b>	<b>Executor</b>
Varrição	FUNDEMA
Capina e roçagem	FUNDEMA
Poda e jardinagem	FUNDEMA
Coleta de resíduos domiciliares	Terceirizado (Meioeste)
Disposição final dos resíduos domiciliares	Terceirizado - operação do aterro municipal (Meioeste)
Coleta seletiva	Terceirizado (Meioeste)
Triagem da seletiva	COOCIMA
Coleta de resíduos da saúde*	Terceirizado (Tucano)
Destino final dos resíduos da saúde*	Terceirizado (Tucano)

\* Estabelecimento Públicos

**6.3. DIAGNÓSTICOS**

Neste item serão abordados os serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos, bem como o gerenciamento dos demais resíduos sólidos urbanos.

**6.3.1 Resíduos de Limpeza Pública****6.3.1.1 Serviço de Varrição****Descrição do Serviço**

Varrição é o conjunto de procedimentos concernentes à limpeza manual ou mecanizada que se desenvolve em vias e logradouros públicos, abrangendo o arraste, o acondicionamento e o recolhimento ou a sucção dos resíduos comumente presentes numa faixa de aproximadamente 60 centímetros de largura a partir das sarjetas (meio-fio).

**Varrição mecanizada**

A varrição mecânica ou mecanizada é indicada para situações especiais que colocam em risco a vida dos trabalhadores tais como: pistas de trânsito rápido, túneis e viadutos. Apresenta melhores resultados em vias urbanas de grande extensão, em condições favoráveis de pavimentação (asfalto). A produtividade varia entre 5 a 10 km por hora dependendo do modelo utilizado e das condições das vias a varrer.

Outra opção de varrição mecanizada é a efetuada por varredeiras sopradoras ou aspiradoras individuais costais, aplicáveis em praças, parques e jardins, uma vez que torna o serviço mais ágil. As varredeiras costais são operadas por um único trabalhador e no caso da varredeira sopradora o trabalhador terá a tarefa adicional de acondicionar os resíduos varridos para disponibilizá-los à coleta. No caso das varredeiras aspiradoras, os resíduos são aspirados para sacos costais e os mesmos quando cheios, são trocados e disponibilizados para a coleta.

Varrição manual

A varrição manual exige elevado número de trabalhadores e de materiais para a sua execução e, portanto, requer ajustes e expansões constantes. Embora apresente menor rendimento quando comparada à varrição mecânica, há a expectativa do benefício social no que se refere ao emprego de mão de obra pouco qualificada.

No Diagnóstico de Resíduos Sólidos Urbanos 2006 (SNIS) foi apresentada uma faixa de produtividade esperada do pessoal da varrição, reproduzida na Tabela 74. A produtividade da equipe de varrição de Caçador deve atingir, segundo a Tabela 74, uma média de 1,4km/empregado/dia.

Tabela 74 - Produtividade do Pessoal (varredores) em Amostra de Municípios				
Faixa Populacional	Quantidade de Municípios	Produtividade do Pessoal da Varrição (I <sub>044</sub> )		
		Mínima	Máxima	Média
		Km/empregado/dia		
até 30.000 hab.	41	0,2	4,6	1,0
30.001 até 100.000 hab.	24	0,3	3,7	1,4
100.001 a 250.000 hab.	34	0,2	4,9	2,0
250.001 a 1.000.000 hab.	32	0,4	3,4	1,4
1.000.001 a 3.000.000 hab.	7	0,7	1,3	1,2
mais de 3.000.000 de hab.	0	-	-	-
Total	138	0,2	4,9	1,4

**Fonte: SNIS – Diagnóstico RSU 2006.**

Hoje o serviço de varrição é de responsabilidade da FUNDEMA – Fundação Municipal de Meio Ambiente através da Divisão de Limpezas de Ruas, Praças e Jardins, sendo executado por equipe própria. A varrição é realizada de forma individual com carrinhos móveis e vassouras e para a execução deste serviço o município conta com 10 varredores. Este serviço abrange além dos passeios e das sarjetas, a limpeza das lixeiras públicas dispostas ao longo das vias.

Conforme dados fornecidos pela FUNDEMA estima-se que seja gerado aproximadamente uma tonelada de resíduo reciclável que é recolhido das lixeiras públicas e 3 (três) toneladas de resíduo orgânico e rejeitos, no período de um mês. Os resíduos recicláveis são destinados a Central de Triagem (COOCIMA) e os resíduos orgânicos e os rejeitos são destinados ao aterro sanitário municipal.

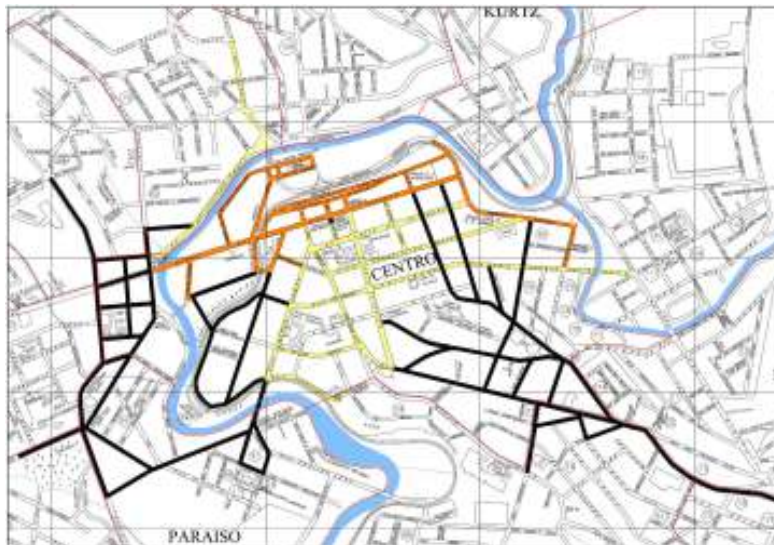
Anualmente são varridos 4800 km, considerando 20 dias/mês a produtividade é de 2 km/empregado/dia que se compararmos com a tabela 74 é considerada acima da média.

Mapa de Varrição



Versão Final do PMSB de Caçador

171

**Lista de Ruas**

Rua	Quantidade de vezes na semana em que é realizado o serviço					
	1	2	3	4	5	6
Porto União						
Prça Concórdia						
Prça João XXIII						
Prça Vereador Rodolfo Nickel						
Presidente Castelo						
Prudente de Moraes						
Quintino Bocaiuva						
Renato Mattiasoni						
Ricardo						
Rui Barbosa						
Rui Barbosa						
Salgado Filho						
Santa Catarina						
Santiago Rodrigues						
São Francisco de Assis						
Tio Roldano						
Tornaz Padilha						
Uruguai						
Urussanga						
Victor Baptista Adami						
Victor Baptista Adami						
Vitor Meireles						
Curitiba						
Elias Abdalla						
Emílio Joaquim						
Equador						
Ernesto Martello						
Fernando Machado						
Frei Rogério						
Heroldo Luz						
Herculano Coelho de Souza						
Hugo Honaiser						
Ivo A. Rovada						
José Botteus						
José Chamot						
José Gioppo Brasil						
Lauro Martins						
Lauro Müller						
Luz Carmona						
Mal Cândido Rondon						
Maturino Borges da Luz						
Moema						
Nereu Ramos						
Olavo Bilac						
Onio Pedrassani						
Orestes Pereira Gomes						
Ozório Timmerman						
Padre Fejo						
Paulino Leão						

Rua	Quantidade de vezes na semana em que é realizado o serviço					
	1	2	3	4	5	6
1º de Maio						
13 de Maio						
25 de Março						
Abelardo Corrêa						
Adelmir Pressante						
Altamiro Guimarães						
Antônio Garibaldi						
Argentina						
Aristeu Porto Lopes						
Arceliano Ramos						
Artur Trevisan						
Atílio Faoro- Trecho Victor						
Baptista Adami/ Fernando						
Machado						
Atílio Faoro- Trecho Victor						
Baptista Adami/ Salgado						
Filho						
Av. Barão do Rio Branco						
Av. Vidal Ramos						
Benjamin Constant						
Bento Pontano						
Bolívia						
Brasília						
Campos Novos						
Carlos Esperança						
Catedral						
Com. Casiano Balvedi						
Conselheiro Nalva						
Curitiba						
Elias Abdalla						
Emílio Joaquim						
Equador						
Ernesto Martello						
Fernando Machado						
Frei Rogério						

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**Custos dos Serviços de Varrição**

Conforme dados fornecidos pela FUDEMA estima-se que em média sejam utilizadas 65 vassouras, 240 pares de luvas e 28 consertos dos pneus dos carrinhos ao ano.

Estima-se que o custo mensal da varrição com pessoal + encargos + equipamentos seja de R\$ 18.580,00.

**6.3.1.2 Serviços de Capina, Poda e Jardinagem****Capina**

O serviço de capina consiste na remoção de espécies vegetais que prejudiquem o aspecto urbanístico das vias públicas. A capina é realizada mecanicamente através de duas máquinas adquiridas através do fundo de saneamento ambiental no ano de 2012. As máquinas possuem um itinerário e percorrem gradativamente as ruas da cidade. Conforme o tipo de atividade a ser realizada são trocados os implementos das máquinas para aqueles que mais se adaptam aos serviços a serem realizados.

**Foto 01 – Caçamba****Foto 02 – BobCat - Capina mecanizada****Foto 03 – Roçadeira****Foto 04 – Caminhão munck – Poda**

### Poda e Jardinagem

As árvores garantem o equilíbrio ecológico, transformam o gás carbônico em oxigênio, reduzem os índices de poluição ambiental dos centros urbanos, abrigam pessoas e construções dos raios solares, auxiliam na redução da velocidade dos ventos, bem como garantem uma paisagem urbana mais agradável. No entanto, necessitam de cuidados permanentes.

A poda de árvores consiste no corte e recolhimento dos galhos em espaços públicos, calçadas e canteiros centrais de vias urbanas. Estes serviços estão sob comando da FUNDEMA e são executados, em geral uma vez ao ano, por 3 (três) funcionários e um caminhão munck Modelo 270 6x2R 270CV, 2012/2012;

O serviço de jardinagem consiste em: plantio de árvores, replantio de flores, roçadas, capina e atividades gerais para a manutenção e embelezamento das praças e dos trevos de Caçador. Estes serviços também são executados pela FUNDEMA durante todo o ano. A equipe de jardinagem é composta por 6 funcionários.

Equipamentos utilizados para os três serviços (poda/jardinagem/capina): BobCat, Modelo S175 - 2012, produtividade de 5 a 8km/h, Retroescavadeira - Modelo RK406 - 2012-2013, Caminhão Munck - Modelo 270 6x2R - 2012, Caçamba - Modelo Ford Cargo Cabine Dupla 816, 2012/2012.

### Custos dos Serviços de Poda/Jardinagem/Capina

Gastos estimados com pessoal + encargos: R\$ 21.816,00/mês.

Gastos estimados com manutenção e combustível sem depreciação dos equipamentos: R\$ 4.500,00/mês.

É importante que o município (FUNDEMA) inicie a segregação dos custos por atividade, inclusive depreciações, para os serviços possam ser controlados e regulados (contabilidade regulatória).

Na Tabela 75 estão apresentados os custos anuais estimados dos serviços de varrição, poda, jardinagem e capina.

**Tabela 75 - Estimativa de Custos dos Serviços de Varrição/Poda/Jardinagem/Capina**

Serviços	Custo Anual
Varrição	R\$ 222.960,00
Poda/Jardinagem e Capina	R\$ 261.792,00
Manutenção e Combustíveis	R\$ 54.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 538.752,00</b>

### 6.3.2 Resíduos Domiciliares Recicláveis (Secos)

#### 6.3.2.1 Serviço de Coleta Seletiva (Secos)

##### Situação Atual da Coleta Formal

A coleta seletiva de recicláveis é realizada na área urbana e nas comunidades do interior (PEVs) pela empresa Meioeste Ambiental Ltda, através do contrato de prestação de serviço nº 031/2010 - FUNDEMA e seus aditivos (Anexo E 01). Este contrato engloba a coleta, transporte de materiais recicláveis até Cooperativa de Cidadania e Meio Ambiente - COOCIMA.

O sistema de coleta na área urbana é porta a porta, uma vez por semana em cada bairro, de segunda a sábado. Nas comunidades do interior a coleta é realizada nos pontos de entrega voluntária (PEVs) a cada 15 dias. A Tabela 76 mostra o roteiro semanal da coleta seletiva. No Anexo E 02 está apresentado o Informativo da Coleta Seletiva.

**Tabela 76 - Roteiro Semanal da Coleta Seletiva**

Período	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
<b>Matutino</b>	Bom Jesus Sorgatto Figueroa	Bello Rancho Fundo São Cristóvão	Martello	Reunidas Municípios Champagnat	Centro (parte residencial) *	Taquara Verde (15 em 15 dias)
<b>Vespertino</b>	Alto Bonito	DER Vila Sta Catarina Vila Kurtz	Bom Sucesso Tedesco	Vila Paraíso Berger	Gioppo N.Sra. Salete	

\* parte comercial do Centro ocorre todos os dias no período da tarde

Os veículos utilizados para a coleta são: Volkswagen 8140 - ano 2000 com capacidade de 15m<sup>3</sup> e um Mercedes-Benz 1718 - ano 2012 com capacidade de 25m<sup>3</sup>. A empresa dispõe de 08 funcionários para o serviço de coleta sendo: 2 (dois) motoristas e 6 (seis) coletores. Com a coleta seletiva são recolhidos em média 134 toneladas/mês de recicláveis. A composição gravimétrica dos recicláveis que chegam a COOCIMA foi realizada pelo estudante Roger Francisco Ferreira em 2013 (Tabela 77).

**Tabela 77 - Quantidade de Material Coletado pela Seletiva por Tipo**

Material	Composição	Estimativa (t/mês)
Papel	33%	45
Plástico	31%	42
Longa Vida	8%	10
Vidro	10%	13
Metais	3%	4
Aluminio	3%	4
Diversos	5%	7
Rejeito	7%	9
<b>Totais</b>	<b>100%</b>	<b>134</b>

Fonte: COOCIMA

Na Tabela 78 está apresentado o custo com o contrato da coleta seletiva.

<b>Tabela 78 - Custo do Serviço de Coleta Seletiva</b>	
<b>Contrato nº 031/FUNDEMA/2010</b>	
<b>1º Aditamento 09/10/12</b>	
Total ano	R\$ 441.293,88
Mês	R\$ 36.774,49
Toneladas Coletadas mês	134
<b>R\$/tonelada coletada</b>	<b>R\$ 274,62</b>

Os preços apresentados estão dentro das faixas de mercado acompanhadas por esta Consultora nos municípios de mesmo porte.

#### 6.3.2.2 Destino dos Recicláveis – Resíduos Secos

Os recicláveis coletados pela empresa Meioeste Ambiental Ltda são encaminhados para a Cooperativa de Cidadania e Meio Ambiente – COOCIMA, localizada na Rua Nelson Eugênio Busato, nº 70.

**Imagem 2 - Central de Triagem**



**Fonte: Google Earth**

O material coletado pela empresa é descarregado na cooperativa não passando por balança para aferição de peso, o que não interfere no contrato de coleta, pois é por itinerários. Porém frente à Nova Política de Resíduos Sólidos é importante que o município faça o controle de todos os resíduos gerados.

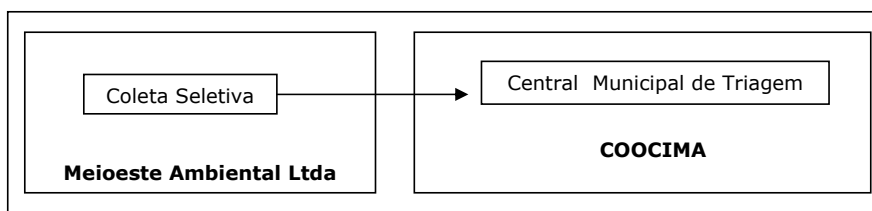
A central de triagem de materiais recicláveis está dividida em: local de chegada do material, esteiras, triagem, prensa, armazenamento e saída dos rejeitos. Os rejeitos (7% do peso)



advindos da coleta seletiva são destinados ao aterro municipal sem custo à cooperativa. O local possui Licença Ambiental de Operação (LAO nº 027/2009 com validade de 48 meses), em processo de renovação (Anexo E 03).

Para a execução dos serviços de triagem a cooperativa dispõe de 38 funcionários sendo: 1 Presidente, 1 Vice-presidente, 5 Fiscais, 5 Suplentes, 1 Encarregado e 25 Cooperados.

**Fluxograma do funcionamento da coleta seletiva formal**



**Acervo fotográfico da COOCIMA**



**Foto 05 – Recepção dos resíduos**



**Foto 06 – Esteira com triagem**



**Foto 07 – Material triado**



**Foto 08 – Prensas**

### 6.3.2.3 Coleta Informal

A coleta informal é a realizada pelos coletores de materiais recicláveis (catadores). Em pesquisa junto aos catadores de recicláveis não integrados à COOCIMA, não foi possível obter o quantidade em peso do que é vendido mensalmente, pois estes catadores não fazem registro de peso, controlando apenas a remuneração que é obtida. Já os comerciantes omitem esta informação, ou por não ter este controle por município ou por receio de alguma tributação. No entanto, a estimativa por índices teóricos do que representam os volumes de reciclado no total de resíduos domiciliares, descontados os volumes atualmente coletados e os volumes ainda contidos nos resíduos úmidos, estima-se que esta quantidade não chegue a casa das 50 toneladas por mês.

A composição dos resíduos recicláveis coletados pelos catadores é influenciada por diversos fatores como: preço pago pelo material, distância do mercado comprador e políticas econômicas. Alguns dos materiais recolhidos têm valor e uma demanda forte (é o caso das latinhas). Outros têm baixo valor, mas mesmo assim, é importante que estes materiais sejam retirados das ruas e destinados à reciclagem. Quando os catadores o fazem, estão prestando um serviço ambiental que deve ser remunerado e que não se confunde com aquilo que obtêm pela venda de seus produtos. Por este fato a remuneração dos catadores não deveria depender apenas da venda do que eles coletam, e de alguma maneira deveria ser revista a forma como se remunera este trabalho, no entanto, sabe-se que é uma equação de difícil solução.

### 6.3.2.4 Composição dos Resíduos Domiciliares

As características dos resíduos podem variar em função de aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos e climáticos, ou seja, os mesmos fatores que também diferenciam as comunidades entre si e as próprias cidades. Em geral as cidades apresentam uma de média 40% de recicláveis na composição dos resíduos domiciliares. Na Tabela 79 estão apresentadas as composições gravimétricas do município de Caçador nos anos de 2009 e 2012, já descontados o reciclável coletado.

**Tabela 79 - Composição gravimétrica de Caçador em 2009 e 2012 (em %)**

Componentes	2009	2012
Orgânico	35,83%	38,90%
Reciclável	27,95%	23,69%
Rejeito	34,84%	36,90%
Outro	1,37%	0,51%

**Fonte: Kleine 2009 e Almeida 2012 adaptado**

### 6.3.2.5 Estimativas de Recicláveis

Para quantificar o potencial de resíduos recicláveis nos resíduos domiciliares, partiu-se da composição gravimétrica realizada em 2012.



**Tabela 80 - Potencial de Materiais Recicláveis na Coleta Convencional**  
**Distribuição dos Recicláveis na Coleta**

Coleta Seletiva	134	t/mês
Coleta Informal (catadores)	40	t/mês
<b>Misturado na Coleta Domiciliar*</b>	<b>220</b>	<b>t/mês</b>
Total de Recicláveis	394	t/mês

\*Potencial de aumento da coleta seletiva

Observando as Tabelas 79 e 80 pode-se considerar que existe um potencial de separação adicional de 220 toneladas por mês de recicláveis que atualmente são encaminhados diretamente para o aterro municipal. Em comparação com outros municípios evidencia-se uma alta adesão ao sistema formal de coleta seletiva de resíduos e um aumento significativo se comparamos com 2009, onde eram coletados pela seletiva apenas 30 toneladas/mês.

Como já citado, o estudante de engenharia ambiental, Roger Francisco Ferreira de Campos realizou um estudo da composição gravimétrica dos resíduos que chegam na Cooperativa Cidadania e Meio Ambiente - COOCIMA, no período de 29 de Julho a 30 de agosto de 2013. O estudo determinou e caracterizou a porcentagem em peso de cada tipo de resíduo gerado nos bairros, linhas rurais e também no distrito de Taquara Verde.

Com esta composição podemos estimar o percentual de peso dos resíduos recicláveis contidos na coleta convencional (Tabela 81).

**Tabela 81 - Estimativa da Composição dos Resíduos Recicláveis Contidos na Coleta Convencional**

Material	Composição	Estimativa (t/mês)
Papel	33%	73
Plástico	31%	69
Longa Vida	8%	17
Vidro	10%	22
Metais	3%	7
Aluminio	3%	7
Diversos	5%	11
Rejeito	7%	15
<b>Totais</b>	<b>100%</b>	<b>220</b>

A coleta seletiva, não importando a maneira como é feita (sistema porta-porta, PEVs – Ponto de Entrega Voluntária - e catadores), é um importante instrumento na busca de soluções que visam a redução dos resíduos sólidos urbanos destinados ao aterro. Para tanto, políticas que sensibilizem a população, conscientizando-a de seu importante papel no processo de separação de resíduos, e que promovam ampliação dos índices de coleta seletiva, devem ser priorizadas uma vez que o resíduo devidamente separado pode ser em sua grande maioria, reciclado ou reutilizado. Não basta se queixar que as pessoas são descuidadas ou que não

têm consciência ambiental. É preciso orientá-las muito especificamente sobre a destinação a ser dada a cada tipo de material.

### 6.3.3 Resíduos Domiciliares (Úmidos)

#### 6.3.3.1 Serviço Coleta Convencional (Domiciliares Úmidos)

Dados do IBGE 2010 revelam que o município está com uma cobertura de coleta de resíduos domiciliares em torno de 93,64% do total de domicílios (99,44% dos domicílios urbanos e 31,23% dos rurais). Os fatores que podem ser determinantes para não universalização dos serviços de coleta dos resíduos domiciliares são:

- Residências isoladas na área rural;
- Condições de acesso das vias;
- Densidade populacional/custo da prestação do serviço.

A coleta convencional de resíduos domiciliares é realizada no perímetro urbano pela empresa Meioeste Ambiental Ltda, através do contrato de prestação de serviço nº 031/2010 - FUNDEMA e seus aditivos (Anexo E 01), seguindo os roteiros e frequências que estão apresentados na Tabela 82.

**Tabela 82 - Roteiro e Frequência de Coleta Convencional**

Período	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
<b>MANHÃ</b>	Belo	Martelo	Belo	Martelo	Belo	Martelo
	Gioppo	Km 4	Gioppo	Km 4	Gioppo	Km 4
	N. Salete	Vila S. Teresinha	N. Salete	Vila S. Teresinha	N. Salete	Vila S. Teresinha
	Rancho Fundo	Bairro Industrial	Rancho Fundo	Bairro Industrial	Rancho Fundo	Bairro Industrial
	São Cristóvão	Vila Adami	São Cristóvão			
<b>TARDE</b>	Reunidas	Berger	Reunidas	Vila Adami	São Cristóvão	Vila Adami
	Municípios	Bom Jesus	Municípios	Berger	Reunidas	Berger
	DER	Sorgatto	DER	Bom Jesus	Municípios	Bom Jesus
	Tabajara	Figueroa	Tabajara	Sorgatto	DER	Sorgatto
	Vila Kurtz	Alto Bonito	Vila Kurtz	Figueroa	Tabajara	Figueroa
	S. Clara	Bom Sucesso	S. Clara	Alto Bonito	Vila Kurtz	Alto Bonito
	Menegasso	Morada Do Sol	Menegasso	Bom Sucesso	S. Clara	Bom Sucesso
	Vila S. Catarina	Vereda dos Trevos	Vila S. Catarina	Morada Do Sol	Menegasso	Morada Do Sol
	Mutirão	Jardim Dileta	Mutirão	Vereda dos Trevos	Vila S. Catarina	Vereda dos Trevos
	Santelmo		Santelmo	Jardim Dileta	Mutirão	Jardim Dileta
	Paraíso		Paraíso		Santelmo	
	Champagnat		Champagnat		Paraíso	
	Monge João Maria		Monge João Maria		Champagnat	
					Monge João Maria	

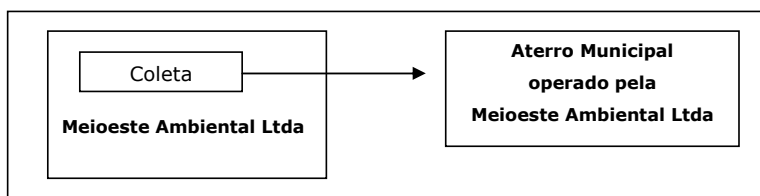
Para a coleta dos resíduos domiciliares a empresa dispõe de: 4 motoristas e 16 coletores. São utilizados 3 (três) caminhões compactadores sendo: um Volkswagen 17.210 - ano 2005, um Cargo 17-22 - ano 2005 e um Cargo 16-17 - ano 2010.

**Custos do Serviço de Coleta Convencional**

Na Tabela 83 estão apresentados os custos com a coleta de resíduos domiciliares.

**Tabela 83 -Custos da Coleta Convencional de Resíduos**

<b>Contrato nº 031/FUNDEMA/2010</b>	
<b>1º Aditamento 09/10/12</b>	
Total ano	R\$ 902.893,08
Mês	R\$ 75.241,09
Toneladas Coletadas mês	927
<b>R\$/tonelada coletada</b>	<b>R\$ 81,15</b>

**Fluxograma da Coleta ao Aterro Sanitário****6.3.3.2 Destino Final dos Resíduos Domiciliares Úmidos**

A disposição final dos resíduos domiciliares é o aterro sanitário municipal de Caçador (UTM 496146 E 7033648 S), que fica a aproximadamente a 3,5km da sede urbana, às margens da SC 303. Todo o material coletado pela coleta convencional e o rejeito da coleta seletiva são dispostos no aterro municipal, que é operado pela Meioeste Ambiental Ltda, através do contrato nº 05/2010.

**Imagem 3 - Localização do Aterro Sanitário**

Fonte: Google Earth

Na entrada do aterro existe uma balança rodoviária onde é realizado o controle de pesagem dos caminhões.



**Foto 09 – Balança rodoviária**



**Foto 10 – Controle de pesagem**

O Aterro Sanitário municipal dispõe de 5 funcionários. No dia da vistoria "in loco" o aterro estava sendo operado com uma frente de trabalho grande e sem recobrimento adequado, gerando odor e com presença de grande número de aves e o efluente tratado formava espuma, conforme fotos abaixo.



**Foto 11 – Resíduos a céu aberto**



**Foto 12 – Aves ao fundo**

O aterro sanitário possui estação de tratamento de efluentes com o seguinte tratamento: lagoa anaeróbica I + lagoa anaeróbica II + lagoa facultativa + tratamento físico-químico e decantação + tratamento complementar por meio de carvão ativado.



Foto 13 – Dosador de Sulfato de alumínio



Foto 14 – Tratamento físico-químico



Foto 15 – Decantador + Carvão ativado

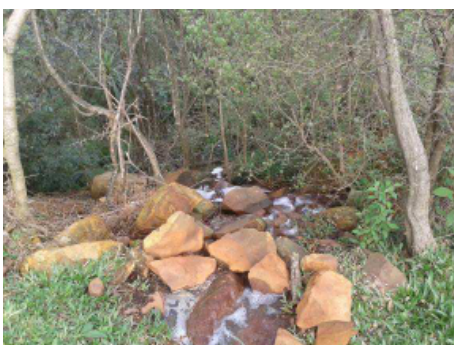


Foto 16 – Vala de saída do efluente tratado

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Licença Ambiental do Tratamento e ou Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos em aterro sanitário - LAO nº 7523/2011 – Início 27 de outubro de 2011 com validade de 48 meses (Anexo E 04);
- Os Boletins de Análises de 02/04/2013 – da entrada e saída da Estação de Tratamento de Efluentes (Anexo E 05);
- Os Boletins de Análises de 02/04/2013 – dos Poços de Monitoramento 01 e 05 (Anexo E 05).

Após vistoria e análise dos documentos fornecidos pode-se afirmar que as análises laboratoriais da ETE não estão seguindo o estabelecido na LAO. Estão faltando os parâmetros: nitrato e coliformes termotolerantes. A periodicidade das análises não pode ser confirmada devido ao não fornecimento do histórico.

#### **Avaliação Geral do Aterro Sanitário**

O aterro municipal foi avaliado pelo indicador de avaliação de aterros de resíduos sólidos urbanos, elaborado na dissertação de mestrado do curso de pós-graduação da UFSC, pelo



aluno Adriano Vitor Rodrigues Pina Pereira, que fez adequação do índice de avaliação de aterros do CETESB, melhorando a sua aplicação para a realidade catarinense.

O aterro foi classificado (Tabela 84) conforme pontuação adquirida nas respostas dos quesitos (Anexo E 06).

**Tabela 84 - Classificação do Aterro Conforme Pontuação**

Nota	Grupo	Condições
9,0 A 10,0	Aterro Sanitário	Ótimas
8,0 A 9,0		Adequadas
6,0 A 8,0	Aterro Controlado	Mínimas
4,0 A 6,0		Precárias
0,0 A 4,0	Lixão	-----

O aterro atingiu a pontuação de 8,77 sendo considerado um aterro sanitário em condições adequadas. Considera-se que com adequações operacionais o aterro pode funcionar com melhor controle.

#### **Custos de Operação do Aterro**

Na Tabela 85 estão apresentadas as despesas com a operação do aterro municipal.

**Tabela 85 - Custos de Operação do Aterro**

**Contrato nº 030/FUNDEMA/2012**

**2º Aditamento 09/10/12**

Total ano	R\$ 911.295,60
Mês	R\$ 75.941,30
Toneladas Coletadas mês	927
<b>R\$/tonelada coletada</b>	<b>R\$ 81,91</b>

Nestes custos não estão incluídos o valor do imobilizado na gleba, nem tampouco os custos com novas trincheiras e com o passivo ambiental de condução do aterro até o ano previsto no plano de encerramento.

A vida útil do aterro sanitário, cuja área total é de 18,5 ha e área útil de 5,5 ha está estimada em 8 anos.

#### **6.3.4 Geração de Resíduos Sólidos Urbanos (domiciliares e de limpeza urbana)**

Na Tabela 86 estimamos a produção per capita de resíduos gerados por habitante, com base nas informações fornecidas pela FUNDEMA, COOCIMA, empresas prestadoras de serviços, e na Projeção Populacional indicada no Diagnóstico Social. Foram desconsiderados, os resíduos de construção civil, pois são tratados separadamente neste diagnóstico.

**Tabela 86 - Produção Per Capita de RSU**  
**Produção de Resíduos**

Pop. Atendida (2013)	67.300 hab.	
Resíduos	Produção (t/mês)	%
Coleta Domiciliar	927	75,31%
Materiais Recicláveis *	174	14,13%
Limpeza Pública	130	10,56%
<b>Total</b>	<b>1.231,04</b>	<b>100%</b>
<b>Per capita</b>	<b>0,60</b>	<b>kg/hab.dia</b>

\* Coleta Seletiva + Catadores

A região sul apresenta um per capita médio de 0,81 kg/hab.dia e o estado de Santa Catarina tem um per capita de 0,75 kg/hab.dia (SNIS). Na Tabela 87 está estimada a Produção dos Resíduos Sólidos Urbanos para o município de Caçador, adotando como constante de produção o per capita 0,60 kg/hab.dia. Para a projeção de produção foi adotada a população urbana do diagnóstico social com 100% de atendimento e a população rural com atendimento 32%.

**Tabela 87 - Estimativa de Geração de Resíduos Sólidos Urbanos**

Ano	População Atendida (hab)	Coletados (t/mês)	Limpeza Urbana (t/mês)	Total (t/ano)
2013	<b>67.300</b>	1.101	130	14.773
2014	<b>68.608</b>	1.122	133	15.059
2015	<b>69.556</b>	1.138	134	15.268
2016	<b>70.514</b>	1.154	136	15.478
2017	<b>71.482</b>	1.169	138	15.690
2018	<b>72.460</b>	1.185	140	15.905
2019	<b>73.447</b>	1.202	142	16.122
2020	<b>74.444</b>	1.218	144	16.340
2021	<b>75.450</b>	1.234	146	16.561
2022	<b>76.466</b>	1.251	148	16.784
2023	<b>77.491</b>	1.268	150	17.009
2024	<b>78.526</b>	1.285	152	17.237
2025	<b>79.570</b>	1.302	154	17.466
2026	<b>80.624</b>	1.319	156	17.697
2027	<b>81.687</b>	1.336	158	17.930
2028	<b>82.759</b>	1.354	160	18.166
2029	<b>83.841</b>	1.372	162	18.403
2030	<b>84.931</b>	1.389	164	18.643
2031	<b>86.031</b>	1.407	166	18.884
2032	<b>87.140</b>	1.426	168	19.127
2033	<b>88.258</b>	1.444	170	19.373
2034	<b>89.385</b>	1.462	173	19.620

#### 6.3.4.1 Ouvidoria

Como o município é o titular dos serviços cabe a ele o exercício da Ouvidoria, que deve ser centralizada em um setor específico, para assim, avaliar, acompanhar e fiscalizar os serviços públicos prestados pela municipalidade. Hoje a ouvidoria sobre coleta e limpeza urbana é de



forma compartilhada entre a FUNDEMA e a Prefeitura. O município demonstra a intenção de criar uma única ouvidoria na Prefeitura.

#### 6.3.4.2 Custos Gerais dos Serviços

##### Taxa Atual

A Lei nº 54/83 institui o novo código tributário do município de caçador da qual destaca-se:

#### SEÇÃO III

##### BASE DE CÁLCULO E VALOR DA TAXA

*Art. 55 - A base de cálculo da taxa de coleta de lixo é o custo da prestação de serviços de coleta de resíduos residenciais e originários de estabelecimentos comerciais, industriais, prestação de serviços, órgãos públicos, religiosos e entidades sem fins lucrativos, observados os critérios de localização, periodicidade de recolhimento e tipo de estabelecimento gerador de resíduos, na forma da tabela abaixo.*

*§ 1º - A periodicidade de recolhimento será medida pelo número de passadas semanais. (Redação do art 6º da Lei 2008/2003)*

*§ 2º - Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada por unidade, considerados os critérios definidos no "caput" deste artigo. (Redação do art 6º da Lei 2008/2003)*

*§ 3º - No caso de edificações horizontais ou verticais com mais de uma unidade, a taxa de coleta de lixo poderá ser lançada na forma acima, podendo constar em documento único, o valor total correspondente a taxa de coleta de lixo de todas as unidades que compõe o condomínio e/ou edifício, ou similares, lançada em nome do condomínio ou do proprietário titular. (Redação do art 6º da Lei 2008/2003)*

Tipo de Estabelecimento	Localização	Valor por passada	Nº de passadas semanais	Nº de passadas mensais	Valor da Taxa
Residência	ZMC	0,45% do VRM	6	24	R\$ 20,41
	ZM4, ZR2B, ZM5, ZR1B, ZR2A, ZR1D A partir de ZR2B até Henriqueta Tedesco	0,45% do VRM	3	12	R\$ 10,21
	ZR3B, ZI1C, ZE3, ZR3A, ZR1D - A partir da Henriqueta Tedesco até a ZE3	0,35% do VRM	3	12	R\$ 7,94
	ZI2B, ZI1A, ZME, ZI2A, ZE2, ZME, ZI2C, ZER10, ZER1A, ZI1B	0,15% do VRM	3	12	R\$ 3,90
Com., Ind., Prest. Serv., Órgãos públicos, religiosos, entidades sem fins lucrativos	ZMC	0,67% do VRM	6	24	R\$ 30,40
	ZM4, ZR2B, ZM5, ZR1B, ZR2A, ZR1D A partir de ZR2B até Henriqueta Tedesco	0,67% do VRM	3	12	R\$ 15,20
	ZR3B, ZI1C, ZE3, ZR3A, ZR1D - A partir da Henriqueta Tedesco até a ZE3	0,52% do VRM	3	12	R\$ 11,79
	ZI2B, ZI1A, ZME, ZI2A, ZE2, ZME, ZI2C, ZER10, ZER1A, ZI1B	0,21% do VRM	3	12	R\$ 4,76

*§ 4º - Sendo lançado a Taxa de Coleta de Lixo em nome do condomínio e ocorrendo inadimplência, os valores unitários serão lançados em nome de cada proprietário das unidades*

*autônomas e cobrados com os acréscimos contidos nesta Lei. (Redação do art 6º da Lei 2008/2003).*

É de importante que o município defina quem é enquadrado como pequeno ou grande gerador comercial de resíduos e quais são equiparados aos resíduos domiciliares, para justiça tarifária, diferenciando o pequeno estabelecimento do grande gerador. O pequeno gerador será servido pela coleta convencional e o grande gerador poderá ser atendido por contrato especial, taxado de forma diferenciada.

Os custos que a seguir são apresentados englobam os serviços de limpeza pública, coleta e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. A Tabela 88 contém os custos de coleta e de destino final dos contratos vigentes. As receitas decorrentes da taxa de lixo cobrada, apresentadas na Tabela 88, são as auferidas em 2013. Para este cálculo da taxa foram considerados os domicílios residenciais urbanos estimados em 2013 e os comércios cadastrados na CELESC.

<b>Tabela 88 - Custos, Arrecadação da Limpeza Pública e Taxas Necessárias</b>	
<b>Itens</b>	<b>Total</b>
Custos com os Resíduos Sólidos Domiciliares *	R\$ 1.814.188,68
Custos com a Coleta Seletiva *	R\$ 441.293,88
Custos com os Serviços de Varrição/poda/jardinagem/capina *	R\$ 538.752,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.794.234,56</b>
<b>Lançado no IPTU</b>	<b>R\$ 1.945.081,68</b>
<b>Arrecadado pela Administração Pública (Taxa 2013)</b>	<b>R\$ 1.061.640,47</b>
<b>Resultado</b>	<b>R\$ 1.732.594,09</b>
Domicílios e Comércios Atendidos <sup>a</sup>	23.192
Arrecadado por Domicílio(dom./ano)	R\$ 45,78
Arrecadação Necessária (dom./ano)	R\$ 120,48
<b>Taxa de Limpeza Pública (dom./mês)</b>	<b>R\$ 3,81</b>
<b>Taxa de Limpeza Pública p/ Equilíbrio (dom./mês)</b>	<b>R\$ 10,04</b>
Acréscimo na Taxa de Limpeza Pública	163,20%

\* Valor Estimado - <sup>a</sup> domicílios estimados para 2013 (20.997 res. e 2.195 com.)

Observa-se que em 2013 a taxa de lixo lançada não cobriu os custos totais dos serviços de Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do Município, agravado pela inadimplência do IPTU que é o meio de cobrança desta taxa. A taxa de lixo para que ocorresse o equilíbrio financeiro em 2013, é de R\$120,48 ao ano, ou seja, R\$10,04 ao mês/unidade (residencial e comercial). A Lei Federal nº 11.445, estabelece que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados em regime de sustentabilidade, ou seja, com taxas que cubram os custos e garantam os investimentos para a prestação dos serviços adequadamente.

#### **6.3.4.3 Procedimentos Operacionais de Controle**

Os procedimentos operacionais e de controle carecem de avanços para um maior controle dos serviços gerenciados pelo município e prestados por terceiros, e para que se possa em futuras atualizações deste plano, e mesmo na elaboração do plano integrado de gestão de

resíduos sólidos, contar com informações mais seguras. Recomendam-se os seguintes procedimentos:

- 1 - Realizar um Monitoramento (pesagem) periódico da produção de todos os tipos de resíduos gerados e dar destino adequado aos resíduos sólidos urbanos da limpeza pública;
- 2 - Realizar um controle de todas as empresas e unidades integradas ao sistema público de manejo e destino final de resíduos sólidos através da cobrança das Licenças Ambientais pertinentes, como também das condicionantes de validade das mesmas, prevendo nos novos contratos penalidades e caducidade pelo não cumprimento das condicionantes ambientais.
- 3 - Estabelecer manual de procedimentos operacionais (como realizar determinadas operações, por exemplo, a condução das coletas, o bandeiramento, a condução da varrição e da poda, a atuação em equipe, etc.) e a especificação mínima de equipamentos e pessoal envolvidos nas operações (quantidade, idade de frota, materiais de segurança, etc.).
- 4 - Designar formalmente um gestor dos contratos para seus permanentes acompanhamentos.
- 5 - Estabelecer rotinas de vistorias a unidades de manejo, triagem e disposição final de resíduos sólidos;

Sempre que detectadas não conformidades legais identificadas no monitoramento exercido, o ente municipal responsável pela execução do PMSB (gestor do contrato) deve exercer toda a autoridade que os dispositivos legais lhe permitam para a implementação ou cobrança de medidas corretivas, bem como desenvolver ações que caracterizem a sua não omissão legal diante destas não conformidades.

#### **6.3.4.4 Indicadores de Desempenho Operacional e Ambiental**

Não existem indicadores aplicados rotineiramente na gestão dos serviços. Os indicadores em uso são os informados no Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento SNIS, ou seja:

- indicadores gerais;
- indicadores sobre a coleta de resíduos domiciliares e públicos;
- indicadores sobre a coleta seletiva e triagem;
- indicadores sobre a coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- indicadores sobre serviço de varrição; e
- indicadores sobre o serviço de capina e roçada.

Novos indicadores serão abordados em item específico da versão final deste plano, destacando a sugestão do indicador para a disposição final dos resíduos o índice de avaliação de aterros elaborado pela CETESB, adaptado na dissertação de mestrado do

Adriano Vitor Rodrigues Pina Pereira (UFSC) para a realidade catarinense, utilizado neste diagnóstico.

### 6.3.5 Resíduos dos Serviços Saúde (RSS)

Há uma grande quantidade de materiais que compõem os resíduos sólidos urbanos considerados perigosos, entre os quais estão os resíduos dos serviços de saúde (RSS), que podem causar, se não forem tratados corretamente, muitos problemas de ordem sócio-ambiental.

Os resíduos de serviços de saúde são parte importante do total de resíduos sólidos urbanos, não necessariamente pela quantidade gerada (cerca de 1% a 3% do total - SNIS), mas pelo potencial de risco que representam à saúde e ao meio ambiente.

Os RSS são classificados em função de suas características e conseqüentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde.

A classificação dos RSS vem sofrendo um processo contínuo de evolução, na medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de saúde e com o resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação.

De acordo com a RDC ANVISA nº 306/04 e Resolução CONAMA nº 358/05, os RSS são classificados em cinco grupos: A, B, C, D e E.

**Grupo A** - engloba os componentes com possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção. Exemplos: placas e lâminas de laboratório, carcaças, peças anatômicas (membros), tecidos, bolsas transfusionais contendo sangue, dentre outras.

**Grupo B** - contém substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Ex: medicamentos apreendidos, reagentes de laboratório, resíduos contendo metais pesados, dentre outros.

**Grupo C** - quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, como, por exemplo, serviços de medicina nuclear e radioterapia etc.

**Grupo D** - não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Ex: sobras de alimentos e do preparo de alimentos, resíduos das áreas administrativas etc.

**Grupo E** - materiais perfuro-cortantes ou escarificantes, tais como lâminas de barbear, agulhas, ampolas de vidro, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, espátulas e outros similares.

As Secretarias Municipais de Saúde são as responsáveis pelo Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde dos estabelecimentos públicos.

A Resolução CONAMA nº 358 /2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências, em seu art 4º define que: os geradores de resíduos de saúde, em operação ou a serem implantados, devem elaborar e implantar o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS).

Em seu art 1º, define os geradores:

"Art. 1º Esta Resolução aplica-se a todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.)."

O Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS) é o documento integrante do processo de licenciamento ambiental, e é baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos. Este aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

Em suma a Secretaria de Saúde em conjunto com a Vigilância Sanitária deve cobrar o PGRSS de todos os estabelecimentos de saúde, como também formular os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde dos Postos e Unidades de Saúde Municipais.

Os estabelecimentos de saúde de Caçador não têm os PGRSS elaborados, no entanto, mesmo sem o PGRSS o poder público já executa o gerenciamento de resíduos da saúde nos estabelecimentos públicos.

#### **6.3.5.1 Coleta, Transporte e Destino Final dos RSS de Estabelecimentos Públicos**

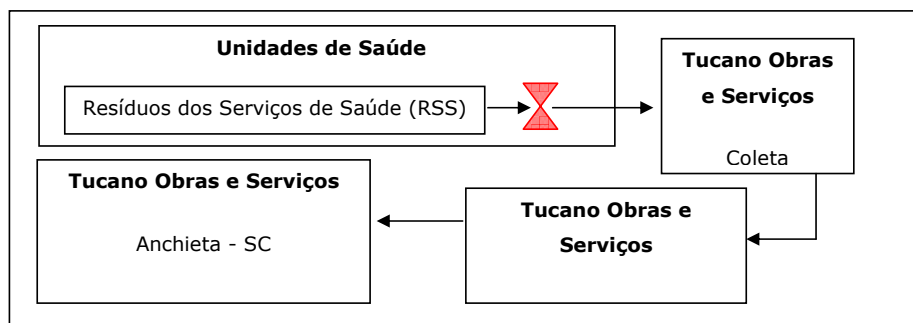
As coletas dos resíduos da saúde dos estabelecimentos públicos são realizadas pela empresa Tucano Obras e Serviços, conforme contrato nº115/2012 (Anexo E 01). Neste contrato a empresa é responsável pelos serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final adequado dos Resíduos de Saúde produzidos pelos serviços de saúde municipais.

A coleta é realizada semanalmente (terças-feiras) nas Unidades de Saúde. Segundo informações da Secretaria de Saúde a estimativa dos volumes que foram coletados são: em 2011 - 90m³/ano; em 2012 - 94m³/ano; e em 2013 - 101m³/ano. O município não realiza o controle de pesagem ou volume do que é coletado, pois o pagamento é por coleta.

O corpo funcional da empresa prestadora dos serviços é composto por: 1 diretor, 1 responsável técnico, 1 no monitoramento ambiental, 2 no setor de vendas, 1 gerente comercial, 1 ajudante, 1 motorista, 2 no sistema de tratamento e 3 na destinação final.

O veículo utilizado para o transporte é um caminhão Volkswagen 2013 com capacidade de 10 toneladas. O equipamento utilizado para a esterilização do material no aterro é uma autoclave Fhaizer 2013 com capacidade de esterilizar 4,4m³/ciclo. O aterro/autoclave dista aproximadamente 298km de Caçador.

#### **Fluxograma dos Resíduos do Serviço de Saúde**



✗ Local que deveria ser realizada o monitoramento/controle/quantidade

Até o momento da entrega deste diagnóstico a empresa Tucano Obras e Serviços LTDA forneceu apenas a numeração das licenças ambientais: LAO nº 4450/2011; 4428/2011; 4603/2011.

É importância que o município tenha contratos com empresas ambientalmente legalizadas para as atividades exercidas, pois mesmo sendo terceirizados os serviços a municipalidade é co-responsável pela gestão dos mesmos. O município deve notificar formalmente a empresa para que apresente as licenças ambientais e o cumprimento as condicionantes ambientais impostas pela FATMA.

#### **Custos dos Serviços**

No contrato nº115/2010, o custo para a execução dos serviços previstos no contrato (9 meses) ficou estabelecido em R\$ 7.997,35 por mês para a execução de coletas semanais, findando em dezembro de 2013.

Em relação ao preço de coleta, transporte e destino final praticado observa-se que o valor unitário, pelas quantidades estimadas, está dentro da faixa de preços de mercado acompanhados por esta Consultora.

#### **6.3.5.2 Coleta, Transporte e Destino Final dos RSS de Estabelecimentos Privados**

Em Caçador a Vigilância Sanitária exige para a abertura de novos estabelecimentos (alvará sanitário) o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, solicitando também o contrato com a empresa que realizará a coleta dos resíduos de saúde, bem como, o licenciamento ambiental da mesma. Anualmente para a renovação do alvará sanitário é cobrado novamente o contrato com a empresa prestadora de serviço, porém nem todos os estabelecimentos renovam seus alvarás, sendo que a fiscalização municipal para o setor é insuficiente e permite que vários estabelecimentos funcionem na ilegalidade. As quantidades geradas destes resíduos o município atualmente desconhece.

#### **6.3.6 Resíduos Domiciliares Especiais**

São considerados resíduos domiciliares especiais: óleo vegetal usado, pneus, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, volumosos e resíduos eletro-eletrônicos.

O município possui o programa "De óleo no futuro" onde o óleo vegetal usado é coletado pela coleta seletiva, ou pela FUNDEMA quando em grande volume (ex: um restaurante). Este óleo é encaminhado à COOCIMA, e esta efetua a venda do material para a NutriSeara. Os eletroeletrônicos são recolhidos juntamente com os materiais da coleta seletiva.

#### **Resíduos/Logística Reversa**

Em 2010 o Governo Federal instituiu a Política Nacional que Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) em art. 33 diz:

***"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:***

*I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;*

*II - pilhas e baterias;*

*III - pneus;*

*IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;*

*V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;*



**VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.**

....

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, **cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:**

**I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;**

**II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;**

**III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1o.**

**§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.**

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

**§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.**

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.” **(Grifo nosso)**

Em resumo os responsáveis pela coleta e pelo destino final dos resíduos eletrônicos, pneus, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes são os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes destes produtos, podendo o poder público

participar do sistema desde que remunerado para tal função. Mesmo após o regulamento da Lei nº 12.305/2010 pelo Decreto nº 7.404/2010 o sistema de logística reversa não foi totalmente disciplinado, ficando esta tarefa ao encargo do Comitê Interministerial Orientador.

### **Resíduos Volumosos**

Outros resíduos que merecem a atenção do município são os volumosos que consistem basicamente por material volumoso não removido pela coleta convencional rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados (mesa, sofá, cadeira, geladeira, etc.), grandes embalagens e peças de madeira, podas e assemelhados. A geração desses resíduos tem sido alimentada, em grande medida, pelas campanhas agressivas de propaganda e marketing dos grandes varejistas, que de forma cíclica, ao longo do ano, invadem os meios de comunicação com ofertas nas datas festivas, e conjuntamente, pela má qualidade dos produtos oferecidos. É reconhecível que, a cada "liquidação" destes varejistas, grande quantidade de sofás, cadeiras, mesas e uma infinidade de outros volumes domésticos são "desovados" nos logradouros, ruas e praças, originários de "renovação" do mobiliário dos domicílios dos municípes. O município deveria criar um sistema de coleta programada para estes resíduos volumosos (ex: trimestral em cada bairro), por demanda (paga) e também oferecendo ponto para entrega voluntária.

#### **6.3.7 Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços**

São os resíduos que não são equiparados aos resíduos domiciliares, na legislação municipal. Caçador não dispõe de Lei que defina o que é equiparável, o que impede de identificar os estabelecimentos que devem efetuar os seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, para que sejam cobrados destes as suas responsabilidades de destinação, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.305/2010.

#### **6.3.8 Resíduos da Construção Civil**

Resíduos da construção civil são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 307/2002, CONAMA nº 431/2011 e CONAMA nº 448) são os instrumentos legais determinantes no quesito dos resíduos da construção civil. Estas resoluções definem quem são os geradores, quais são os tipos de resíduos e as ações a serem tomadas quanto à geração e destinação destes.

*Os resíduos, conforme as referidas resoluções são classificados em:*

**Classe A:** são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

**Classe B** - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;

**Classe C** - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

**Classe D:** são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Geradores são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos; os transportadores são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação.

É pressuposto destas resoluções que a responsabilidade pela adequada destinação dos resíduos é do gerador, cabendo aos demais participantes da cadeia de manejo e destinação final, responsabilidade solidária no âmbito de sua participação e, ao poder público, o papel de disciplinar e fiscalizar as atividades dos agentes privados.

Um modo dos geradores assumirem responsabilidade é a cobrança de elaboração de Projetos de Gerenciamento dos Resíduos gerados no canteiro, que passariam a ser obrigatórios e deveriam ser apresentados ao poder público no processo de aprovação do projeto de qualquer empreendimento que envolvesse atividade de construção civil. Ao final do empreendimento, na concessão de habite-se, deve o empreendedor comprovar que realizou a destinação conforme apresentado no projeto de gerenciamento de resíduos.

Devido à necessidade de implementar diretrizes para a efetiva redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos oriundos da construção civil e considerando que a disposição de resíduos da construção civil (RCC) em locais inadequados contribui para a degradação da qualidade ambiental, o poder público municipal no cumprimento do papel de disciplinar o gerenciamento, deve elaborar um Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil conforme prevêem estas Resoluções.

Neste plano devem ser estabelecidos os procedimentos para o exercício das responsabilidades dos geradores, transportadores e receptores de Resíduos de Construção

Civil, em conformidade com a legislação ambiental específica (CONAMA nº 307/2002 e 448/2012), como segue:

Art 6º Deverão constar do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil:

- I - as diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores;"
- II - o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;
- III - o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e reservação de resíduos e de disposição final de rejeitos;"
- IV - a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;
- V - o incentivo à reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo;
- VI - a definição de critérios para o cadastramento de transportadores;
- VII - as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos;
- VIII - as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e possibilitar a sua segregação.

"Art. 11. Fica estabelecido o prazo máximo de doze meses, a partir da publicação desta Resolução, para que os municípios e o Distrito Federal elaborem seus Planos Municipais de Gestão de Resíduos de Construção Civil, que deverão ser implementados em até seis meses após a sua publicação.

Sendo assim o município deve elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e junto com este indicar áreas possíveis para o recebimento, triagem e destino final dos mesmos, mas não é de sua responsabilidade o licenciamento.

Os resíduos da construção civil em Caçador são coletados por empresas particulares. Vale ressaltar que a disposição destes resíduos não depende apenas de um entendimento entre partes envolvidas na geração e no recebimento, mas estão obrigatoriamente condicionadas ao licenciamento por parte do órgão ambiental.

#### **Estimativas de Produção de Resíduos da Construção Civil (RCC)**

Para estimar a quantidade de resíduos da construção civil gerados no município utilizou-se o incremento médio anual de domicílios entre a Contagem de 2007 e Censo de 2010 (Tabela

89) Considerou-se também que a geração de resíduos em uma obra é de 150 kg/m<sup>2</sup> construído (Manejo e Gestão de Resíduos da Construção Civil - CAIXA 2005).

**Tabela 89 - Número de Domicílios e Estimativa de RCC**

	Domicílios 2007	Domicílios 2010	Domicílios Estimados 2013	Cresciment o por ano	Estimativa de Anual de RCC (t) *
Total Urbano	18.573	19.785	20.997	404	4.848

\*Consideramos todos os domicílios com 80m<sup>2</sup> gerando 150kg/m<sup>2</sup> de RCC.

Com base na metodologia aplicada, Caçador gerou no período de 2010 a 2013 em média 404 t/mês de RCC, isto considerando todos os domicílios construídos com 80m<sup>2</sup>. Para o cálculo per capita de geração de RCC foram considerados 10% de acréscimo à produção mensal de RCC de reformas e demolição não computadas na metodologia.

**Tabela 90 - Per Capita 2010 de Resíduos da Construção Civil (RCC)**

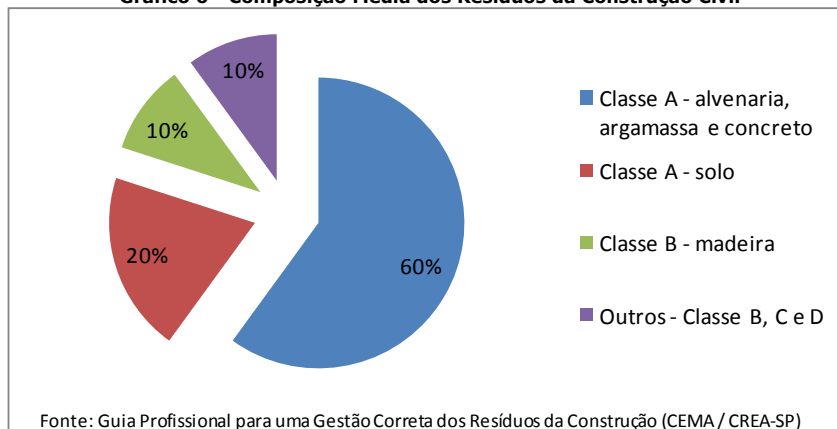
RCC - t/ano	10% (t/ano)	t/dia	Pop. Urbana <sup>1</sup>	Per capita
4.848	485	14,61	65.659	<b>0,22 Kg/hab.dia</b>

\* Projeção Populacional adotada do Diagnóstico Social

### **Composição dos Resíduos da Construção Civil**

No Gráfico 6 esta apresentada à composição média dos resíduos da construção civil e na Tabela 91 a estimava do potencial de reaproveitamento.

**Gráfico 6 - Composição Média dos Resíduos da Construção Civil**



**Tabela 91- Estimativa do Potencial de Reaproveitamento dos RCC**

<b>Tipo de RCC</b>	<b>Composição Média RCC</b>	<b>Geração Anual (T/ano)</b>	<b>Possível Reutilização no Canteiro</b>	<b>Possível Reutilização fora Canteiro</b>
Classe A - alvenaria, argamassa e concreto	60%	2.909	base de piso enchimentos	fabricação de agregados
Classe A - solo	20%	970	reaterro	aterro
Classe B - madeira	10%	485	reforço contra pisos	lenha
Classe B (plástico, metal, papel, gesso)	10%	485	-	reciclagem
Classe C			-	-
Classe D (tintas, solventes)			-	aterro sanitário classe I

Fonte: LIMA, 2009 adaptado

Os resultados obtidos nesse trabalho tornam legítima a preocupação com o gerenciamento dos resíduos de construção. Desta forma, é importante a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil por parte das empresas, e a criação do vínculo do Plano com o Habite-se (CONAMA nº 307 e 448).

#### **6.4. TECNOLOGIAS PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS**

Entre as tecnologias para a destinação dos resíduos não existe a melhor e sim a mais adequada, tendo em vista as características (físicas e químicas) dos resíduos sólidos e as quantidades geradas de cada resíduo, na região a ser abrangida pela destinação.

São tecnologias de destinação final de resíduos:

##### **Triagem**

Unidade em que é realizada a separação manual ou mecânica dos materiais recicláveis contidos nos resíduos sólidos urbanos. Conta, em geral, com mesas ou esteiras para catação dos recicláveis e baias para seu armazenamento. É comum a utilização do termo usina de reciclagem para nomear tais unidades, embora não ocorram no local o processo de reciclagem, mas sim a triagem dos materiais para posterior encaminhamento à reciclagem. A usina de triagem pode estar associada a uma usina de compostagem, onde ocorre o processamento da fração orgânica dos resíduos.

##### **Compostagem**

A compostagem é o processo biológico através do qual a matéria orgânica constituinte dos resíduos sólidos é transformada, pela ação de microrganismos existentes no próprio lixo, em

material estável e utilizável na preparação de húmus. A compostagem é um processo de oxidação biológica através do qual os microrganismos decompõem os compostos constituintes dos materiais libertando dióxido de carbono e vapor de água.

### **Aterro Sanitário**

Técnica de disposição de resíduos sólidos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais. Método que utiliza princípios de engenharia para confinar resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume possível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão da jornada de trabalho ou a intervalos menores. Esta técnica pode apresentar captura e queima de metano ( $\text{CH}_4$ ) ou seu uso na geração de energia, isto vai depender da quantidade de resíduos que chegam ao aterro e o investimento necessário.

### **Incineração**

A incineração é a oxidação dos materiais combustíveis contidos nos resíduos. Resíduos são geralmente, um material altamente heterogêneo, composto essencialmente de substâncias orgânicas, minerais, metais e água. Deve ocorrer em instalações bem projetadas e corretamente operadas, onde há a transformação de materiais e a destruição dos microrganismos dos resíduos sólidos, visando, essencialmente, a redução do seu volume para 5% e, do seu peso, para 10% a 15% dos valores iniciais. Em geral estas plantas estão acopladas a sistema produtores de energia térmica e ou elétrica.

### **Pirólise**

A pirólise pode ser definida como a degradação térmica de qualquer material orgânico na ausência parcial ou total de um agente oxidante, ou até mesmo, em um ambiente com uma concentração de oxigênio capaz de evitar a gaseificação intensiva do material orgânico. A pirólise geralmente ocorre a uma temperatura que varia desde os  $400^\circ\text{C}$  até o início do regime de gaseificação intensiva ( $700^\circ\text{C}$ ). O principal objetivo no processo de pirólise é a obtenção de produtos com densidade energética mais alta e melhores propriedades do que àquelas da biomassa inicial. Este tratamento também pode estar acoplado um sistema para produção de energia.

### **Biometanização**

Biometanização ou biogás é um processo de fermentação anaeróbia dos componentes orgânicos dos resíduos sólidos urbanos, onde os resíduos de matéria orgânica se decompõem em várias etapas até chegar ao produto final, o biogás, uma mistura de dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ) e o metano ( $\text{CH}_4$ ) utilizado na produção de energia. A fermentação é causada por bactérias ou microrganismos que se desenvolvem em ambientes sem oxigênio. Esta tecnologia também pode através do  $\text{CH}_4$  produzir energia.



Para a definição da tecnologia mais adequada deve-se elaborar primeiramente um inventário de todos os resíduos (domiciliares, comerciais e indústrias) gerados. Com isso se terá subsídios para contratar um estudo técnico de concepção para as alternativas almejadas.

Outro ponto importante, visto que o município já possui aterro licenciado, é a identificação das **possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios**, considerando, critérios de economia de escala, de proximidade dos locais escolhidos para tratamento e as formas de prevenção dos riscos ambientais, tendo como ponto de partida: o interesse dos municípios, distância entre as áreas urbanas, população a ser atendida, geração per capita (kg/hab./dia) e a composição dos resíduos.

#### **6.5. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES E METAS PROPOSTAS NO PMSB 2009**

O diagnóstico do sistema de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, do plano de saneamento de 2009, apresentou conclusões finais para o estabelecimento de ações e investimentos. Na sequência estão repetidas as recomendações daquele plano e as propostas de investimentos dele decorrentes, com os comentários do que foi e do que não foi realizado.

##### ***Recomendação - Elaborar seu Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos conforme prevê o Plano Diretor.***

Comentário – Foi iniciada a elaboração, em dezembro de 2013, do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, contratado via AMARP - Associação dos Municípios do Vale do Rio do Peixe em consórcio com mais 13 municípios da região.

##### ***Recomendação - Otimizar o uso dos recursos humanos e materiais em ações integradas na unificação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;***

Comentário – Parcialmente cumprida, visto que somente os resíduos da saúde é que não estão sob responsabilidade da FUNDEMA.

##### ***Recomendação - Elaboração de um Plano de Limpeza Logradouros;***

Comentário – Plano não elaborado.

##### ***Recomendação - Intensificar o Programa Caçador Recicla;***

Comentário – Houve um grande aumento na quantidade de material reciclável coletado pela seletiva. (2009 - 30t/mês para 2013 - 134t/mês). Esta recomendação volta neste diagnóstico visto que ainda existe potencial para aumento na separação de recicláveis que vêm sendo encaminhados ao aterro municipal.

Versão Final do PMSB de Caçador

200

***Recomendação - Estudar a utilização dos rejeitos orgânicos provenientes da coleta convencional, dos resíduos de poda e da jardinagem;***

Comentário – Estudo não realizado.

***Recomendação - Realizar melhorias nos sistemas de controle ambiental do aterro municipal;***

Comentário – Não cumprida. Deve ser cobrado da empresa operadora todos os controles ambientais constantes da LAO.

***Recomendação - Intensificar a fiscalização dos estabelecimentos de saúde.***

Comentário – Parcialmente cumprida. Na gravimetria dos resíduos domiciliares úmidos desenvolvida em 2012 ainda encontraram resíduos da saúde sendo encaminhados para o aterro sanitário de Caçador.

***Recomendação - Elaborar o do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;***

Comentário – Não elaborado.

***Recomendação - Elaborar e implantar Programas de coleta e destino final de resíduos domiciliares especiais;***

Comentário – Parcialmente cumprida. Foram implementadas as coletas de óleo e a coleta de eletroeletrônicos.

## **6.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O município deve tomar como base as seguintes recomendações, para melhorar os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos:

1. Propor legislação que defina quem é enquadrado como pequeno ou grande gerador comercial de resíduos e quais são equiparados aos resíduos domiciliares, para justiça tarifária, diferenciando o pequeno estabelecimento do grande gerador.
2. Designar formalmente um gestor dos contratos para seus permanentes acompanhamentos.
3. Realizar um monitoramento e pesagem periódicos da produção de todos os tipos de resíduos gerados de responsabilidade pública em especial os de limpeza urbana;

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

4. Realizar contabilidade regulatória para os serviços de limpeza urbana exercidos pela FUNDEMA.
5. Desenvolver Programas de Educação Sanitária continuada, em especial para a divulgação de medidas de incentivo à ampliação da separação dos resíduos destinados à Coleta Seletiva de Recicláveis, principalmente nas escolas, intensificando o Programa Caçador Recicla.
6. Realizar um controle sistemático de todas as unidades e atividades do sistema de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos através de vistorias e da cobrança das Licenças Ambientais pertinentes, como também do atendimento das condicionantes de validade das mesmas, para vigilância do cumprimento das condições contratuais dos prestadores de serviços e dos dispositivos legais, prevendo nos novos contratos cláusulas de penalidades e caducidade pelo não cumprimento das condicionantes ambientais.
7. Elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde dos Postos e Unidades de Saúde Municipais.
8. Elaborar o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, contemplando inclusive locais para entrega voluntária de pequenos volumes de resíduos da construção, conforme CONAMA 307 e 448.
9. Rever a legislação referente às taxas de limpeza públicas para o alcance da sustentabilidade do sistema.
10. Estabelecer a exigência de informações acerca de geração de resíduos quando da obtenção de alvará de funcionamento nas atividades sujeitas a planos de gerenciamento de resíduos.
11. Estudar a possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios para a disposição final em Caçador dos resíduos sólidos urbanos.
12. Estabelecer manual de procedimentos operacionais (como realizar determinadas operações, por exemplo, a condução das coletas, o bandeiramento, a condução da varrição e da poda, a atuação em equipe, etc.) e a especificação mínima de equipamentos e pessoal envolvidos nas operações (quantidade, idade de frota, materiais de segurança, etc.).
13. Elaborar e implantar Programa de Coleta de Resíduos Volumosos.
14. Estudar a utilização dos rejeitos orgânicos provenientes da coleta convencional, dos resíduos de poda e da jardinagem.
15. Estudos para otimização da área útil do aterro sanitário e se necessário de sua ampliação pela aquisição de terrenos lindeiros.

## **7. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

### **7.1. INTRODUÇÃO**

O diagnóstico e prognóstico do Sistema Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, denominado Produto F no Termo de Referência de elaboração do PMSB, apresenta uma visão da situação atual do Município no que diz respeito à drenagem urbana e numa etapa posterior apresenta propostas de ações para a solução das deficiências encontradas. Os impactos das cheias dos Rios do Peixe e Caçador, com medidas para o seu controle de vazão não são objeto deste Plano de Saneamento Básico.

Este diagnóstico foca a área urbana onde a ocupação das bacias gera um acelerado processo de impermeabilização da superfície dos terrenos. As impermeabilizações reduzem a infiltração no solo aumentando o volume e a velocidade de escoamento superficial. Outras alterações das características naturais de escoamento e infiltração como os aterros, escavações, modificações de macrodrenagem com revestimentos, erosão, eliminação de armazenamentos naturais, assoreamento e estrangulamentos de cursos de água, também são causadoras da mudança de comportamento e da resposta das bacias nos diferentes tipos de chuvas. Todas estas alterações se refletem no aumento da vazão e no surgimento de problemas de enchentes e alagamentos. Estes problemas são agravados pelo lançamento irregular dos esgotos sanitários e resíduos sólidos (lixo) na rede pluvial causando impacto ambiental por contaminação dos cursos de água e a propagação de doenças de veiculação hídrica.

### **7.2. DESENVOLVIMENTO DA DRENAGEM URBANA**

#### **7.2.1 Histórico**

Os homens começaram a manipular água em grande escala, em resposta à necessidade de irrigação, na antiga sociedade agrária. O primeiro projeto conhecido de irrigação em grande escala foi realizado no Egito, aproximadamente 5 mil anos atrás. Nos milênios seguintes muitos outros projetos surgiram no Mediterrâneo e no Oriente Próximo. Os projetos incluíam represas, canais, aquedutos e sistemas de esgoto. O transporte de água através de tubos foi também desenvolvido há muito tempo. Na China, tubos de bambu foram usados em 2500 a.C., e os romanos utilizaram tubos de chumbo e de bronze por volta de 200 a.C.

A capacidade dos romanos como engenheiros foi amplamente demonstrada em seus sistemas hidráulicos. Os famosos aquedutos estavam entre as maravilhas do mundo e permaneceram em uso durante dois milênios. Os gregos também deram importantes contribuições às teorias sobre hidráulica. Arquimedes é considerado o primeiro a contribuir com a hidráulica baseando-se em trabalhos realmente científicos. Por volta de 250 a.C. ele publicou um trabalho escrito sobre hidrostática que apresentou os princípios do empuxo (Princípio de Arquimedes) e da flutuação. Ele é considerado o Pai da Hidrostática.

De 500 a.C. até a Idade Média, a irrigação e os sistemas de abastecimento de água foram construídos e mantidos em locais diversos, como China e Império Romano. Tal engenharia foi projetada e construída por artesãos que usavam regras baseadas meramente em observações, que apesar dos trabalhos de Arquimedes, careciam dos benefícios da pesquisa científica. Os grandes engenheiros romanos, por exemplo, não entendiam o conceito de velocidade, e somente depois 1500 d.C. a relação entre precipitação e escoamento foi ser considerada seriamente.

Com o fim do Império Romano (460 d.C.), muitos dos avanços feitos durante o período greco-romano foram esquecidos, e depois redescobertos na Renascença, no início do século XVI. Foi nesse período que a hidráulica começou a se desenvolver como ciência.

O primeiro esforço para organizar os conhecimentos da engenharia foi a fundação, em 1760, da École des Ponts et Chaussées, em Paris. Em 1738 Daniel Bernoulli publicou sua famosa equação Bernoulli, formulando a conservação de energia na hidráulica. Nos séculos XVIII e XIX, chamados de período clássico da hidráulica, avanços na engenharia hidráulica lançaram as bases para outros desenvolvimentos durante o século XX.

No final de 1850 os projetos de engenharia se baseavam principalmente em regras empíricas, desenvolvidas com base na experiência e ajustados com fatores de segurança. A partir daí, a utilização de teorias aumentou rapidamente. Hoje a maioria dos projetos é constituída de uma vasta quantidade de cálculos meticulosos. No entanto, a drenagem urbana não se restringe aos aspectos puramente técnicos impostos pelos limites restritos à engenharia, pois compreende o conjunto de todas as medidas a serem tomadas que visem à atenuação dos riscos e dos prejuízos decorrentes de inundações, com o que vem sendo estabelecidos, nas últimas décadas, novos conceitos de drenagem urbana.

### **7.2.2 Novos Conceitos de Drenagem Urbana**

As concepções tradicionais de drenagem urbana estavam voltadas para obras estruturais de redes de drenagem, galerias, valas e retificações que buscavam facilitar o escoamento das águas e liberar espaços, até mesmo de acomodação natural das águas,

para lhes dar usos urbanos. Estas obras estruturais acabavam criando outros problemas de inundações, normalmente em áreas a jusante e exigiam cada vez mais investimentos públicos. Assim obras realizadas eram submetidas sucessivamente a demandas por novas intervenções para tratar vazões crescentes, com estruturas por vezes gigantescas. A partir dos anos 1990 começou a surgir a solução técnica de reservatórios de detenção como amortecimento de picos de vazões com o objetivo de liberação gradual das águas de acordo com a capacidade de vazão das estruturas de escoamento. Este tipo de solução envolve investimentos elevados em estruturas e a utilização de grandes espaços urbanos, muitas vezes de lazer, além dos problemas de deposição de sedimentos contaminados e de lixo, requerendo uma manutenção onerosa para que permaneçam operantes.

O novo e atual conceito de drenagem vai além da prática tradicional de escoar rapidamente as águas da chuva de uma determinada área, transferindo as vazões e problemas para jusante das bacias. Está voltado à sustentabilidade e agrega uma série de medidas de controle de vazões, estimulando a infiltração, a retenção e o armazenamento de águas pluviais. A drenagem sustentável envolve medidas aplicadas às sub-bacias, na origem das vazões, aumentando a infiltração da água no solo, nas áreas públicas (pavimentos, sarjetas, passeios, jardins, praças, parques e outros equipamentos públicos) e nas unidades imobiliárias, bem como a detenção e retenção de águas nestes mesmos espaços. Outra medida é a preservação dos espaços naturais de armazenamento e retenção, mantendo-os livres da urbanização, pois a supressão de áreas como várzeas e bacias naturais de acomodação das águas alteram as vazões naturais e ampliam as vazões máximas gerando inundações. Os novos parcelamentos do solo, nos municípios onde a legislação está atualizada aos conceitos de drenagem sustentável, têm como condicionante de aprovação a manutenção das condições de escoamento das águas pluviais na situação existente pré-urbanização, evitando vazões adicionais ao sistema.

A drenagem urbana vista pela ótica da sustentabilidade, além dos sistemas estruturais necessários, agrega, portanto, um novo conceito de padrão de urbanização que mantém o espaço natural das águas e prioriza medidas que evitem as causas na sua origem. Outra medida aplicável dentro desta concepção nova é a renaturalização de cursos de água, que hoje é uma diretriz da União Européia, contribuindo para redução de inundações e para o equilíbrio ambiental.

Não faz sentido que a gestão de águas pluviais de uma cidade ocorra sem o uso de todo o desenvolvimento das soluções de engenharia aplicáveis. O termo gestão de águas pluviais refere-se às práticas de engenharia e às políticas regulatórias aplicadas para abrandar os efeitos adversos do escoamento de águas pluviais resultantes de vários tipos de uso e ocupação dos solos. Ao longo deste diagnóstico está demonstrada a

necessidade de que as soluções aos problemas encontrados em Caçador estejam apoiadas em bons projetos técnicos, e em novos conceitos de drenagem sustentável e de urbanização, abandonando todas as decisões e soluções não fundamentadas nas boas práticas dos recursos de engenharia disponíveis.

### 7.2.3 Questões Legais e Ambientais

A chuva ao atingir a terra segue em declínio, impelida pela força da gravidade, cruzando o solo até alcançar riachos e rios que a carregam para o mar. Ao percorrer este caminho atua como o principal agente transformador e modelador do relevo terrestre. Nossa sociedade considera naturais todos esses deslocamentos da água, e, se a água causar algum estrago em seu caminho, como erosão ou enchente, ninguém é apontado como responsável legal. Mas, no momento em que as pessoas alteram a superfície do terreno, da mesma maneira como mudam o curso das águas pluviais, elas se tomam responsáveis por qualquer dano resultante dessa alteração.

Nas últimas três décadas, questões legais e ambientais mudaram a maneira como engenheiros civis praticam a sua técnica, e a engenharia hidráulica/hidrológica não é exceção. A gestão de águas pluviais deve também satisfazer uma variedade de leis e resoluções definidas por vários níveis da administração pública, tanto legais como ambientais, que ao final se sobrepõem, pois qualquer coisa que afeta o ambiente afeta o público.

O uso e a ocupação do solo geralmente resultam em vários poluentes indesejados misturando-se às águas pluviais conforme elas escoam. Isso inclui sais e óleos de áreas pavimentadas; fertilizantes e pesticidas de áreas cultivadas; partículas de silte de áreas de vegetação removida; sedimentos carregados de ruas não pavimentadas; resíduos sólidos (lixo) inadequadamente dispostos; e lançamento irregular de esgotos sanitários. Seguramente um dos maiores problemas ambientais de contaminação no sistema de drenagem urbana é o lançamento dos efluentes de esgotos domésticos tratados em soluções individuais de baixa eficiência, ou até mesmo sem tratamento, nas redes de drenagem, devido à inexistência de sistema público de esgotamento sanitário. Associado a isto resultam contaminados os resíduos provenientes da desobstrução e limpeza do sistema de drenagem.

Os banhados e áreas alagadiças adquiriram proeminência no aspecto ambiental. São áreas de terra, geralmente de origem natural, que retêm água durante boa parte do ano, como, por exemplo, várzeas e bacias naturais de acomodação, cuja supressão altera as condições de escoamento das águas pluviais. São benéficas ao ecossistema e particularmente sensíveis a rupturas por causa dos efeitos da urbanização. Um cuidado extra deve ser tomado para identificar, delinear e proteger essas áreas quando estão



inseridas ou adjacentes a uma área a ser utilizada para algum tipo de atividade antrópica. Observa-se que a ausência destes cuidados na ocupação do espaço urbano gera muitos dos problemas atualmente enfrentados nos sistemas de drenagem urbana e os agravarão em intensidade e extensão se não for mudada a cultura de urbanização.

Grande parte dos métodos aqui descritos devem ser estabelecidos e disciplinados por legislação municipal adequada e fiscalização atuante, pois o Poder Público Municipal é a instância responsável pelas políticas e diretrizes de ocupação do solo urbano, bem como pelos serviços de drenagem urbana, reconhecidamente de interesse local (Art. 30 da Constituição Federal e Lei Federal nº 11.445/2007). No desenvolvimento de projetos de drenagem estas questões legais e ambientais devem ser previamente identificadas e consideradas nas soluções adotadas de gestão ambiental, que passam necessariamente por uma nova forma de pensar para a expansão e a ocupação do espaço urbano.

No município de Caçador os serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais estão regulamentados pelos seguintes dispositivos legais:

**- LEI FEDERAL Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.**

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

**- LEI FEDERAL Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.**

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

**- DECRETO FEDERAL Nº 7.217 de 21 de junho de 2010.**

Regulamenta A Lei Federal nº 11.445 e estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

**- LEI ESTADUAL Nº 6.063/1982.**

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências.

**- LEI COMPLEMENTAR Nº 89, de 16 de outubro de 2006.**

Institui o Plano Diretor do Município de Caçador e dá outras providências.

**- LEI Nº 2531, de 12 de maio de 2008.**

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências.

**- RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 , de 19 de dezembro de 1997**

Conselho Nacional de Meio Ambiente regulamenta aspectos de licenciamento ambiental.

**- RESOLUÇÃO CONSEMA N.º 001/2006 14 de dezembro de 2006 e  
RESOLUÇÃO CONSEMA N.º 003/2008 25 de março de 2008.**

Conselho Estadual de Meio Ambiente aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

**7.3. DIAGNÓSTICO**

A drenagem de águas pluviais, embora seja um item básico e fundamental do planejamento urbano, tem sido relegada a um plano secundário por muitas administrações municipais e tratada, regra geral, de forma superficial, com deficiências no planejamento, nos projetos, na execução das obras e na fiscalização de construções irregulares sobre talvegues e galerias. Ruas e avenidas foram abertas e até mesmo pavimentadas sem projetos técnicos adequados para a drenagem urbana ou mesmo sem drenagem alguma. À medida que a urbanização avançou com novas edificações e pavimentações, a impermeabilização aumentou, cresceu a velocidade de escoamento, o tempo de retenção das chuvas diminuiu e os problemas surgiram.

Os efeitos da falta de gestão das águas pluviais no passado têm se convertido em ônus econômico cada vez maior e representam uma ameaça para a saúde, segurança e bem-estar das comunidades. As redes de drenagem deficientes em dimensões, extensão e número de bocas de lobo, sinalizam problemas crescentes para o futuro no sistema de drenagem.

**7.3.1 Componentes do Sistema de Drenagem**

A drenagem na fonte é definida pelo escoamento que ocorre no lote, condomínio ou empreendimento individualizado, estacionamento, área comercial, parques e passeios. A microdrenagem é definida pelo sistema de condutos pluviais no loteamento ou na rede primária urbana. Os componentes clássicos da microdrenagem são: os meios-fios, as sarjetas, as bocas de lobo, os poços de visita, as galerias, os condutores forçados, as estações elevatórias e os sarjetões.

A drenagem sustentável incorpora outros componentes para o controle na fonte e em pequenas áreas, tais como: sistemas de retenção e detenções (cisternas, telhados

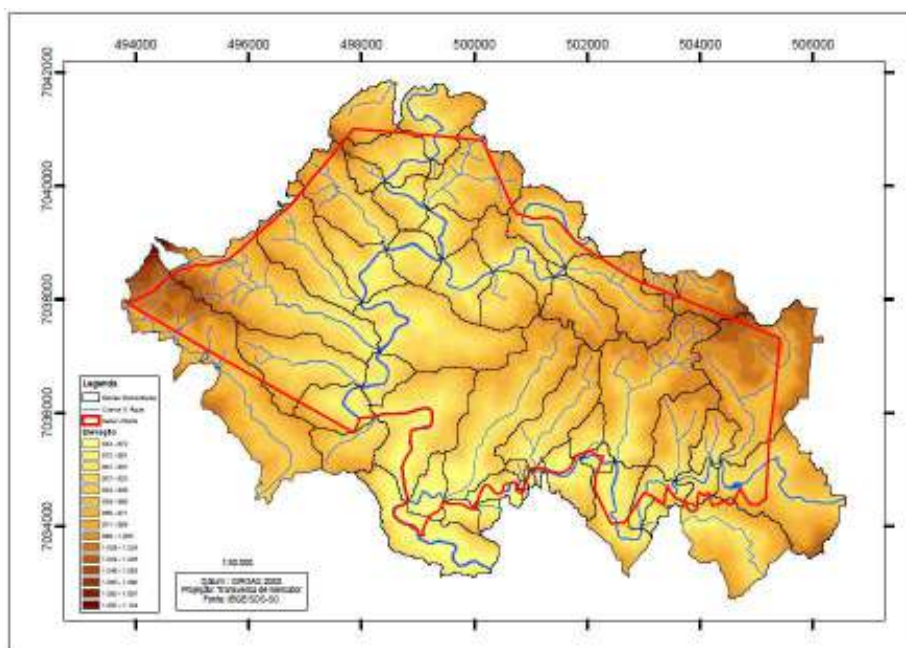
verdes, escadas d'água) e sistemas de infiltração (pavimentos permeáveis, valos de infiltração, canteiros pluviais, jardins de chuva).

A macrodrenagem é definida como sistema de escoamento no fundo de vale, responsável pelos recebimentos e condução das águas pluviais da microdrenagem, contando também com estruturas de retenção das águas, estações elevatórias e dissipadores de energia. Para as obras de macrodrenagem sustentável são incorporados: as bacias de retenção e retenção naturais, re-vegetação das margens dos rios, riachos e córregos e renaturalização dos rios.

### **7.3.2 Relevô**

O escoamento superficial constitui a parcela que excede a capacidade de retenção e absorção do solo dirigindo-se para as áreas mais baixas.

Observa-se ocorrência no passado de algumas ocupações de várzeas e áreas com banhados como zonas de expansão urbana, fora do controle do Poder Público. Além do não atendimento dos aspectos legais de ocupação, estas áreas ficaram desprovidas de infraestrutura de drenagem, sendo que as soluções para estas ocupações não planejadas são bastante onerosas ou até mesmo inviáveis em função do nível do lençol freático e do refluxo de elevação do nível dos rios, como é o caso do loteamento Tarumã. Para o desenvolvimento de bons projetos de engenharia é essencial o domínio do relevo, de forma a permitir tratamento técnico seguro. A base cartográfica recentemente desenvolvida, se consistente, permitirá o desenvolvimento de um plano diretor de drenagem que em item adiante será abordado. O Mapa 13 apresenta o relevo municipal.



**Mapa 13 - Bacias Elementares e Elevação da Sede Urbana**

### 7.3.3 Coleta de Dados

A composição deste diagnóstico foi desenvolvida nas formas a seguir descritas:

- Em 6 (seis) reuniões comunitárias programadas com o objetivo de servirem de controle social de elaboração do PMSB, especialmente visando avaliar a qualidade dos serviços prestados e a prioridade dos programas, projetos e ações a serem desenvolvidos.
- Visita às áreas problema em companhia de técnico da Secretaria de Infraestrutura.
- Uma segunda visita às áreas problema em companhia do Sr. Sérgio Elói Bizotto, coordenador da Defesa Civil em Caçador.
- Informações repassadas pela Secretaria de Infraestrutura acerca dos recursos humanos e materiais (equipamentos) disponíveis para operação e manutenção do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais e visita às instalações operacionais da Secretaria de Infraestrutura;
- Informações sobre estudos desenvolvidos e base cartográfica municipal junto a IPUC;
- Plano Diretor de Caçador.

#### 7.3.4 Áreas de Risco de Inundação

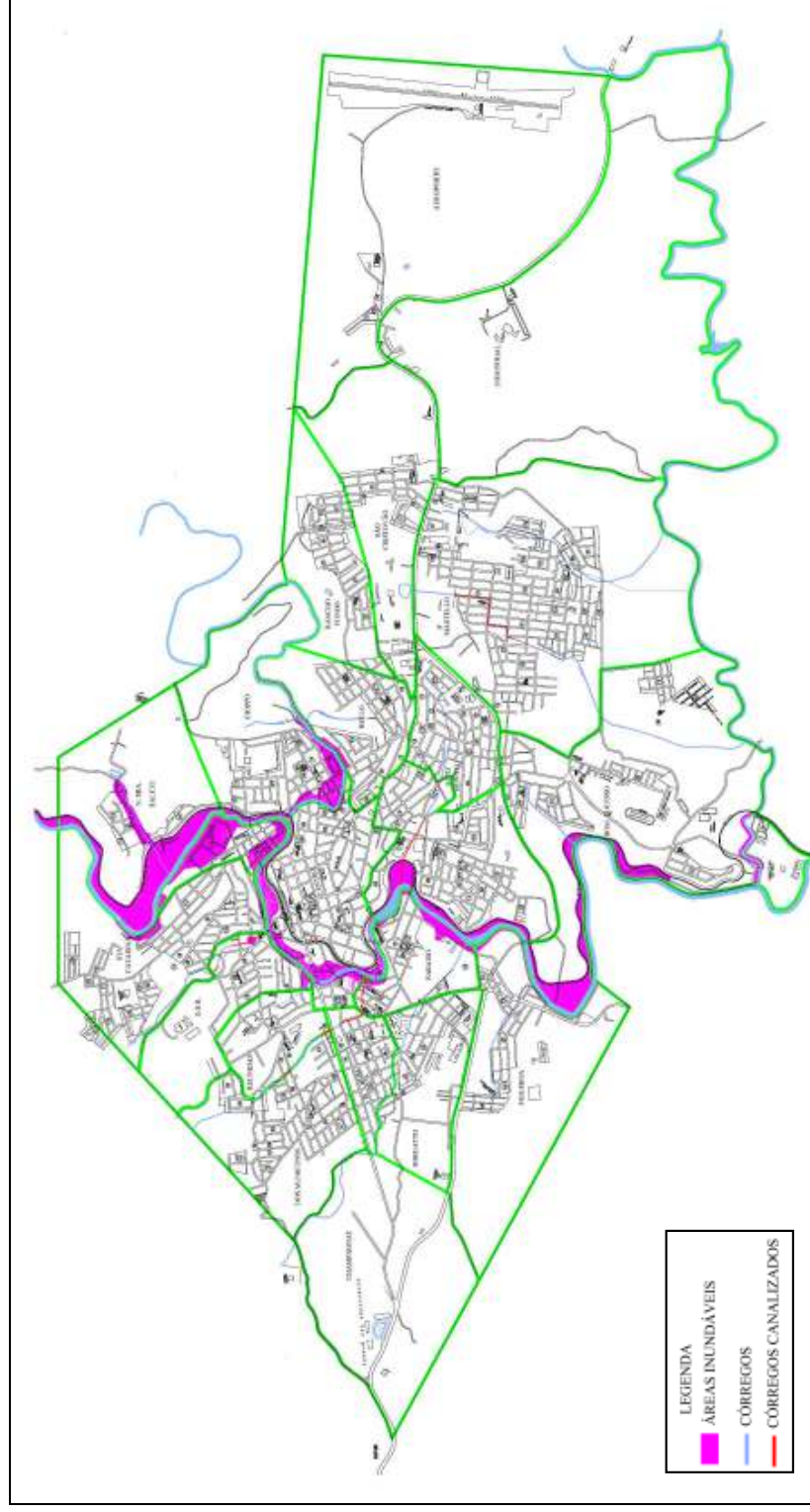
A relocação de ocupações em áreas de risco de inundações envolve elevados custos, mas não deve ser descartada nos locais em que as estruturas de drenagem urbana não conseguem reduzir estes riscos. No entanto, o grande esforço deve estar concentrado em não permitir a ocupação de espaços remanescentes críticos e frágeis, que sejam de risco ou cuja ocupação gere ou agrave problemas em outras áreas. Nestes espaços estão contempladas, por funções ambientais relevantes, as áreas de várzeas e bacias naturais de acomodação das águas, que se ocupadas alteram as vazões naturais ampliando as vazões máximas e gerando inundações. O município tem enfrentado este problema de forma elogiável no que se refere à remoção de famílias de áreas baixas, de risco, que além de não contarem com sistemas eficientes de drenagem são sujeitas a constantes enchentes dos rios do Peixe e Caçador. Mais de 200 famílias estão sendo retiradas de áreas de risco, no Bairro Berger (Rua Tiradentes e proximidades do Cibrazem) e margens do Rio do Peixe e Caçador, próximas ao encontro dos dois rios (ponte ferroviária).

O Mapa 14 a seguir, produzido a partir de arquivos gráficos da Secretaria de Planejamento Municipal, delimita as áreas sujeitas às inundações causadas pelas cheias dos rios do Peixe e Caçador, a partir dos registros de cheias.

As áreas inadequadas para uso urbano (área de elevado risco); de ocupação urbana restrita (várzeas, áreas de acomodação de águas e outras); e áreas de ocupação muito restrita ou proibida, destinada para usos ambientais – (várzeas, margens de retenção de sedimentos, áreas de acomodação de águas, talwegues, margens de valas e canais, áreas de uso futuro previsto no projeto de sistema integrado de drenagem urbana e outras) devem ser constantemente monitoradas, para que as ocupações ilegais não ocorram.

Versão Final do PMSB de Caçador

211



Mapa 14 - Áreas Sujeitas à Inundação

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

### **7.3.5 Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem**

A Secretaria de Infraestrutura é responsável pela execução das obras e manutenção da drenagem urbana. Para as obras de maior porte (recursos captados) o município contrata empresas de engenharia através de processo licitatório. Não há cadastro técnico das redes e não há rotina com frequência estabelecida para manutenção de redes, galerias e outros componentes do sistema de drenagem. Os trabalhos são realizados à medida que as necessidades se apresentam. Os pequenos cursos de água são componentes fundamentais do sistema de macrodrenagem de Caçador, e requerem atenção especial de manutenção. Estes cursos de água não devem ser canalizados e as travessias de vias urbanas devem preferencialmente ser realizadas com galerias, ou bueiros celulares dimensionados para o adequado escoamento das águas, para manutenção e também para que não sejam facilmente obstruídos por galhos e entulhos que limitem a sua capacidade de vazão.

As manutenções e obras de drenagem urbana são executadas por equipe da secretaria, composta, em tempo integral, por 15 servidores, sendo: 6 motoristas, 2 operadores de máquinas, 1 carpinteiro e 6 auxiliares. Os custos com salários totalizam R\$ 17.860,00 mensais.

O parque de máquinas para os serviços de drenagem urbana conta com: duas retroescavadeiras Randon ano 2010 (estado de conservação: operacional); quatro caminhões caçambas modelo 15.180 anos (2x2.000, 2002 e 2007) em estado de conservação operacional; um caminhão hidrojato ano 2012, em estado de conservação operacional; um caminhão munk ano 2000, em estado de conservação operacional.

Os custos dos serviços de drenagem urbana não são segregados na contabilidade municipal para o estabelecimento da remuneração justa que atenda o princípio fundamental de sustentabilidade econômica, definido pela Lei Federal nº 11.445/2007.

As aberturas de novas ruas e as obras de pavimentação estão atualmente condicionadas à existência de projetos de drenagem pluvial, que são elaborados por técnicos do IPUC. No entanto, muitas das intervenções de melhorias aos problemas que se apresentam no funcionamento do sistema de drenagem recebem tratamento fundamentado na experiência.

Para os novos parcelamentos do solo são exigidos projetos com responsabilidade técnica e o cumprimento de sua execução é fiscalizado pelo município.

### **7.3.6 Funcionalidade do Sistema de Drenagem**

Onde existente, a funcionalidade do sistema de drenagem é comprometida por fatores descritos ao longo deste diagnóstico, destacando-se os seguintes: subdimensionamento



de redes e componentes do sistema; deposição de sedimentos nas unidades componentes do sistema; adoção de soluções pontuais sem o devido tratamento técnico balizado por plano diretor de drenagem ou projeto básico integrado, que orientem as intervenções de ampliação e manutenção.

### 7.3.7 Redes Existentes e Índice de Cobertura

Não existem registros cadastrais da rede de drenagem. O malha viária do município atualizada em 2012 apresentava a seguinte configuração:

Tipo de pavimentação	Extensão (Km)	%
Com pavimento asfáltico	110,95	40%
Com pavimentação de pedras	63,43	23%
Sem pavimentação	106,04	38%
Total	280,42	100%

Considerando a existência de muitas ruas pavimentadas sem microdrenagem, se pode afirmar que os serviços de drenagem cobrem menos de 60% das vias urbanas.

É fundamental a elaboração de cadastro digitalizado de redes de drenagem para qualquer estudo de simulação do seu funcionamento. Para isto é essencial contar com as informações e o conhecimento de quem trabalha e opera o sistema antes que deixem suas atividades no município. Importante salientar que um cadastro requer manutenção e aprimoramento contínuo a cada intervenção de manutenção ou ampliação do sistema. Agora que o município dispõe de um levantamento aerofotogramétrico georreferenciado o cadastro de redes fica mais fácil de ser desenvolvido.

### 7.3.8 Projetos

O sistema de drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes na área urbana e é conveniente que seja planejado de forma integrada, ou seja, abrangendo as redes de água, de esgotos sanitários, de cabos elétricos e telefônicos, pavimentação de ruas, guias e passeios, parques, áreas de recreação e lazer, entre outros. Em relação aos outros melhoramentos urbanos, o sistema de drenagem tem uma particularidade: o escoamento de águas pluviais sempre ocorrerá independente de existir ou não sistema de drenagem adequado. A qualidade da concepção e dimensionamento desse sistema é que determinará se os benefícios ou prejuízos à população serão maiores ou menores.

As precipitações pluviométricas escoam na superfície terrestre seguindo a declividade natural das bacias hidrográficas, e o perfeito conhecimento topográfico destas bacias é essencial ao sucesso de um projeto de drenagem. A base cartográfica municipal foi atualizada recentemente, em escala 1:2.000 com curvas de nível de 1 em 1 metro,

portanto suficiente para o desenvolvimento de projeto básico de drenagem urbana, peça fundamental que se orientem todas as intervenções futuras no sistema. Embora tardiamente, desde final de 2011 os novos parcelamentos do solo devem ter vias pavimentadas e redes de drenagem, sendo que tais projetos devem ter sua condução respeitando um projeto básico de drenagem urbana, além de atender condicionantes que devem ser estabelecidas em legislação municipal, que deverá exigir que não geração de vazão adicional às pré-existentes na gleba parcelada.

#### **7.3.8.1 Projetos Existentes de Macrodrenagem**

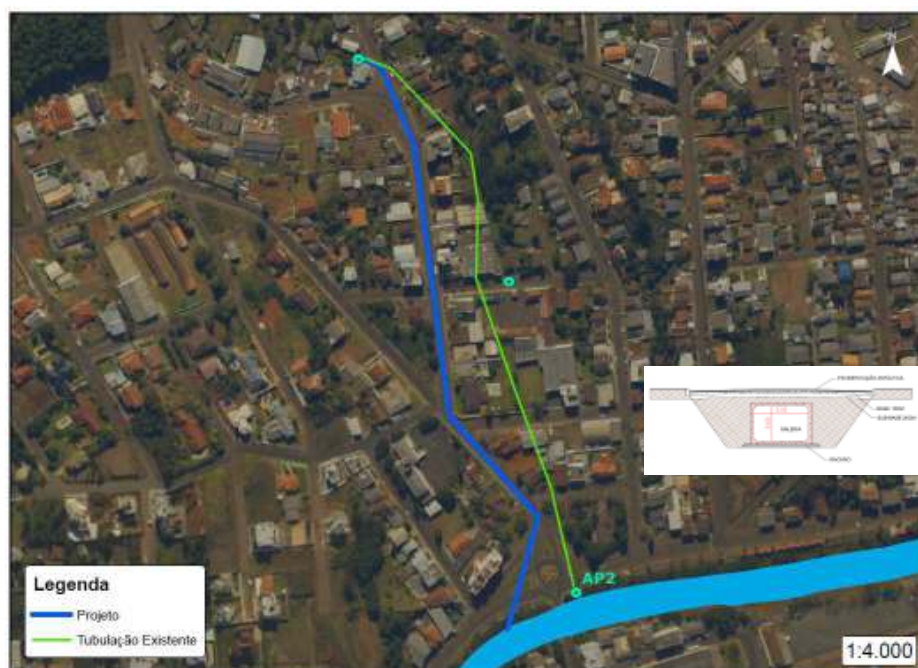
Dentro do perímetro urbano de Caçador são dez os córregos principais que formam o sistema de macrodrenagem, sendo eles: DER, Nhozinho, Cemitério, Figueroa, Berger, Martelo 1, Martelo 2, Rancho Fundo, Gioppo e Nossa Senhora Salete.

O município conta com dois projetos básicos para solução dos problemas mais graves da área urbana que são o córrego do DER e o córrego Nhozinho (Santelmo).

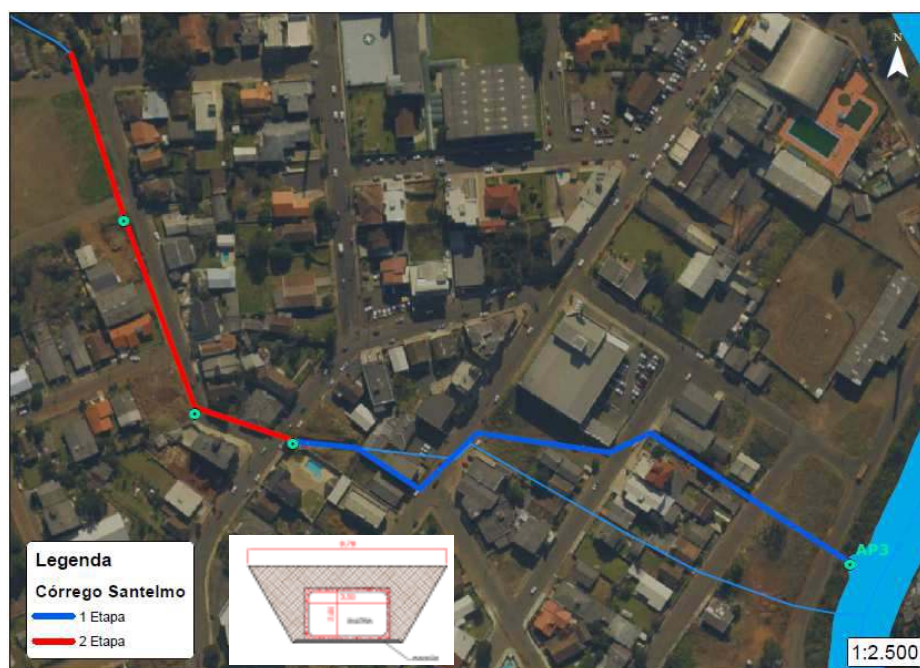
Para o córrego do DER está prevista galeria nas dimensões de 3,0 m de largura por 2,0 m de altura numa extensão de 531 m e quatro caixas de inspeção, partindo do cruzamento das ruas Goiás e Carlos Coelho, até ao Rio do Peixe, mudando o curso das águas para o traçado das ruas, ou seja, retirando debaixo de edificações. No Rio do Peixe esta galeria deverá desembocar abaixo da ponte da rodoviária municipal, em ângulo oblíquo no sentido do curso do Rio (Mapa 15). Observa-se que a urbanização que ocupou a antiga várzea (área de acomodação das águas de cheia do Rio do Peixe) não ficará livre do problema de inundação quando o sistema de drenagem afogar pela elevação do nível do rio do Peixe e ocorrer o refluxo das águas pela drenagem. Este problema somente será resolvido associando válvulas de retenção de fluxo na drenagem das áreas baixas, com bombeamento das águas pluviais de montante. O valor orçado para esta obra com base em jan/2013 é de R\$ 3.357.658,21.

Para execução da obra da galeria do córrego do DER estão sendo pleiteados recursos junto ao Ministério das Cidades e ao Governo do Estado.

Para o córrego Nhozinho estão previstas duas etapas. A primeira etapa com galeria nas dimensões de 3,5m de largura por 2,0m de altura numa extensão de 250 m e cinco caixas de inspeção, partindo da Rua São Francisco de Assis até o Rio do Peixe, mudando o curso das águas para o retirá-lo debaixo de edificações. O valor orçado para esta primeira etapa com base em mar/2011 é de R\$ 960.820,41. A segunda etapa com continuação da galeria para montante numa extensão de 279 m e três caixas de inspeção, desde a Rua Irmão Tomaz até a Rua São Francisco de Assis. O valor orçado para esta segunda etapa com base em mar/2011 é de R\$ R\$ 1.086.371,78.



**Mapa 15 - Visualização Espacial DER**  
Fonte: Projeto Básico IPUC



**Mapa 16 - Visualização Espacial Nhozinho**  
Fonte: Projeto Básico IPUC

### 7.3.8.2 Intensidade, Duração e Frequência (IDF)

O dimensionamento dos projetos de drenagem é baseado na intensidade máxima de chuva associada a um risco de ser atingida ou superada, em função do período de retorno definido. O período de retorno, também conhecido como período de recorrência ou tempo de recorrência, é o intervalo de tempo estimado de ocorrência de um determinado nível de precipitação pluviométrica, sendo que a probabilidade de sua ocorrência é representada matematicamente pelo inverso do período de retorno. O município é que deve decidir o risco aceitável, ou seja, a proteção que será conferida às obras através da definição do período de retorno que os projetistas devem trabalhar. Quanto maior o período de retorno adotado, menor a probabilidade da ocorrência do nível de precipitação pluviométrica de projeto e, portanto maior a proteção conferida à população, porém maiores serão os custos dos investimentos e o porte das intervenções.

Salvo a aplicação de critérios técnicos específicos do período de retorno pode-se usar os valores da Tabela 92 sugerida pelo DAEE/CETESB (1980), que são valores aceitos pelos técnicos e gozam de certo consenso.

**Tabela 92 - Períodos de Retorno em Função da Ocupação da Área**

Tipo de obra	Tipo de ocupação	Período de retorno (anos)
Microdrenagem	Residencial	2
	Comercial	5
	Edifícios de serviços ao públicos	5
	Aeroportos	2 a 5
	Áreas comerciais e artérias de tráfego	5 a 10
Macro drenagem	Áreas Comerciais e Residenciais	50 a 100
	Áreas de importância específica	500
Grandes Canais Urbanos	Sem Dique	25
	Com Dique	100
Pequenos Canais Urbanos	Sem Dique	10
	Com Dique	50
Pequenos Canais para a drenagem urbana		5 a 10
Bocas de Lobo		1 a 2

A dificuldade na obtenção de equações de intensidade, duração e frequência das chuvas (IDF) estão na falta de registros pluviométricos nos pequenos períodos de duração.

Algumas metodologias foram desenvolvidas para obtenção de chuvas de menor duração e maior intensidade, a partir dos dados pluviométricos da precipitação de 1 dia.

Trabalho realizado pelo Doutor Álvaro José Back (Epagri) denominado "Chuvas Intensas e Chuva de Projeto de Drenagem Superficial no Estado de Santa Catarina" analisou as precipitações registradas nos pluviômetros da estação de Caçador no período de 1976 a 1998, estabelecendo a equação de intensidade, duração e frequência das chuvas (IDF). Em contato recente com o Dr. Álvaro fomos informados que está sendo editada uma atualização de seu trabalho, agora mais abrangente, no entanto, afirmou que pode ser utilizada com segurança, para Caçador, a equação existente. A equação que relaciona os três aspectos da chuva, intensidade-duração-frequência é expressa pela fórmula  $i = KT^m/(t+b)^n$ , onde:

$i$  = intensidade média máxima da chuva em mm/h

$T$  = período de retorno em anos

$t$  = duração da chuva em minutos

$K$ ,  $m$ ,  $b$ ,  $n$  = parâmetros da equação determinados para cada local. Na equação ajustada para Caçador estes parâmetros têm os seguintes valores:

para	$t \leq 120$ min	para	$120 \leq t \leq 1.440$ min
$K=$	645,4	$K=$	1200
$m=$	0,1729	$m=$	0,1729
$b=$	8,1	$b=$	21,1
$n=$	0,6648	$n=$	0,7876
$R^2=$	0,9914	$R^2=$	0,9953

Abaixo está apresentada a Tabela 93 construída a partir da fórmula ajustada para Caçador, com intensidade das chuvas em mm/h para diferentes tempos de retorno e de duração. Destacamos que nos projetos elaborados pela área de engenharia do IPUC já vem sendo utilizada esta equação.

Versão Final do PMSB de Caçador

218

**Tabela 93 - Intensidade x Duração x Frequência - IDF**  
Intensidade da Chuva em mm/h

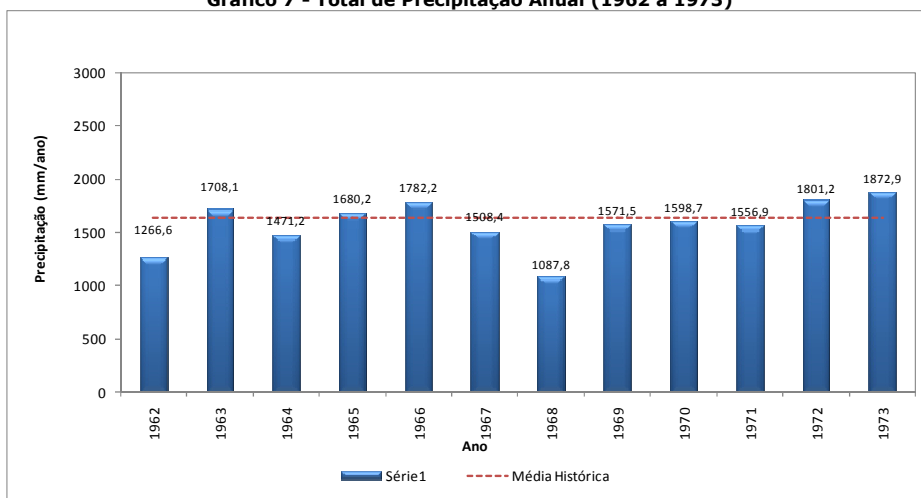
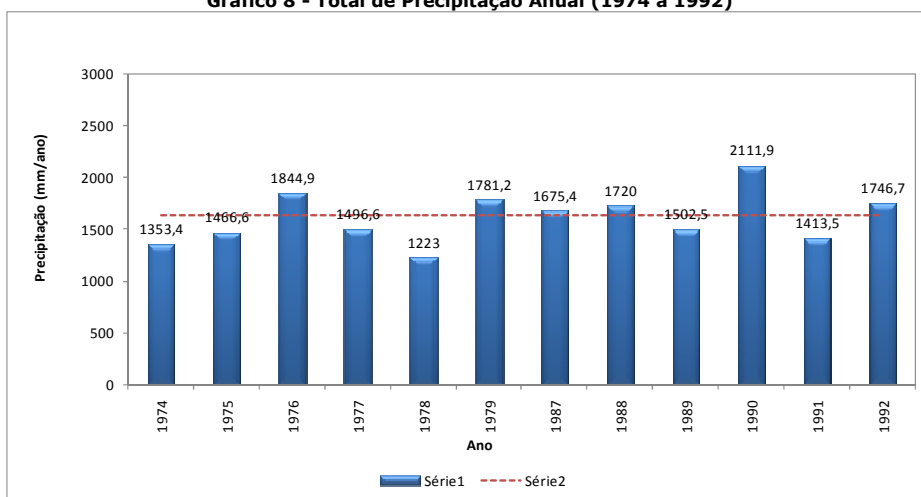
Duração (min)	Período de Retorno (Anos)						
	2	5	10	20	25	50	100
5	131,6	154,1	173,8	195,9	203,6	229,5	258,7
10	106,1	124,3	140,2	158,0	164,2	185,1	208,7
15	90,2	105,7	119,2	134,4	139,6	157,4	177,5
20	79,2	92,8	104,6	117,9	122,6	138,2	155,8
25	71,0	83,2	93,8	105,8	109,9	123,9	139,7
30	64,7	75,8	85,5	96,3	100,1	112,9	127,2
35	59,6	69,8	78,7	88,8	92,2	104,0	117,2
40	55,4	64,9	73,2	82,5	85,8	96,7	109,0
45	51,9	60,8	68,5	77,3	80,3	90,5	102,0
50	48,9	57,3	64,6	72,8	75,6	85,3	96,1
55	46,3	54,2	61,1	68,9	71,6	80,7	91,0
60	44,0	51,5	58,1	65,5	68,1	76,7	86,5
75	38,5	45,1	50,9	57,4	59,6	67,2	75,8
90	34,5	40,4	45,6	51,4	53,4	60,2	67,9
105	31,4	36,8	41,5	46,7	48,6	54,8	61,7
120	28,9	33,9	38,2	43,0	44,7	50,4	56,8
150	23,6	27,6	31,1	35,1	36,5	41,1	46,4
180	20,8	24,3	27,4	30,9	32,1	36,2	40,8
240	16,9	19,8	22,3	25,2	26,1	29,5	33,2
300	14,4	16,8	19,0	21,4	22,2	25,0	28,2
360	12,5	14,7	16,6	18,7	19,4	21,9	24,7
420	11,2	13,1	14,8	16,6	17,3	19,5	22,0
480	10,1	11,8	13,4	15,1	15,6	17,6	19,9
600	8,5	10,0	11,3	12,7	13,2	14,9	16,8
720	7,4	8,7	9,8	11,1	11,5	13,0	14,6
840	6,6	7,7	8,7	9,8	10,2	11,5	13,0
960	6,0	7,0	7,9	8,9	9,2	10,4	11,7
1080	5,4	6,4	7,2	8,1	8,4	9,5	10,7
1200	5,0	5,9	6,6	7,5	7,8	8,7	9,9
1320	4,7	5,5	6,2	6,9	7,2	8,1	9,2
1440	4,4	5,1	5,7	6,5	6,7	7,6	8,6

### 7.3.8.3 Precipitação Pluviométrica

Os dados das precipitações pluviométricas foram obtidos na EPAGRI com eles foram confeccionados gráficos das precipitações médias anuais, médias mensais e tabela de máximas diárias, apresentados abaixo.

Versão Final do PMSB de Caçador

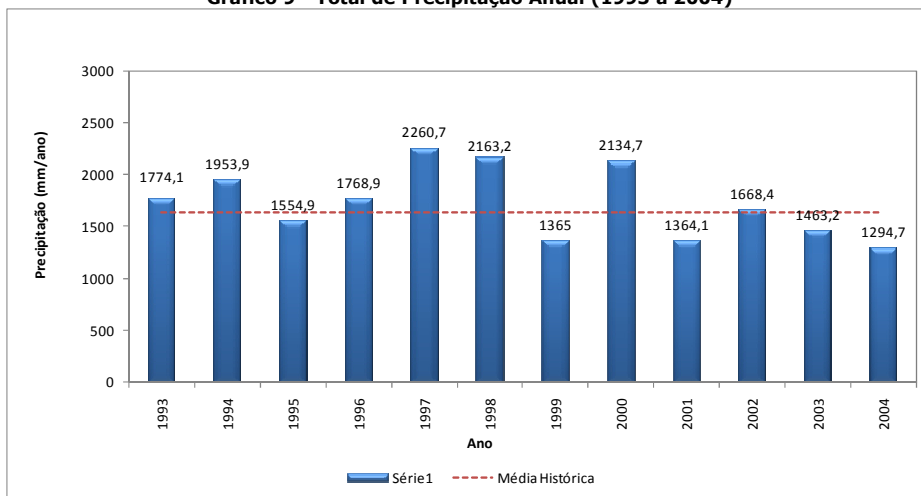
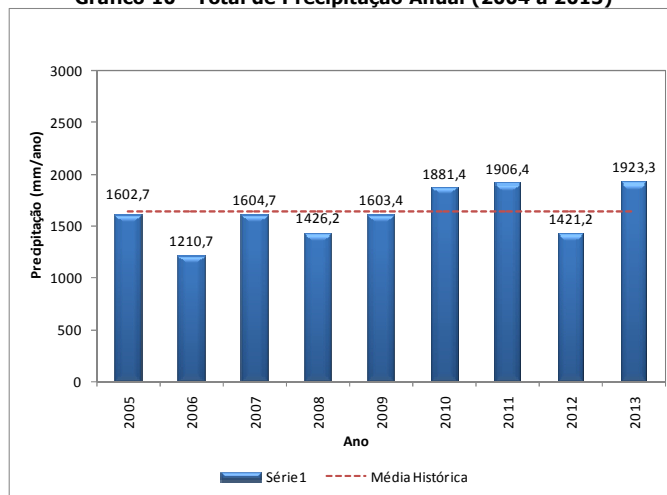
219

**Gráfico 7 - Total de Precipitação Anual (1962 a 1973)****Gráfico 8 - Total de Precipitação Anual (1974 a 1992)**

1ª Revisão do PMSB

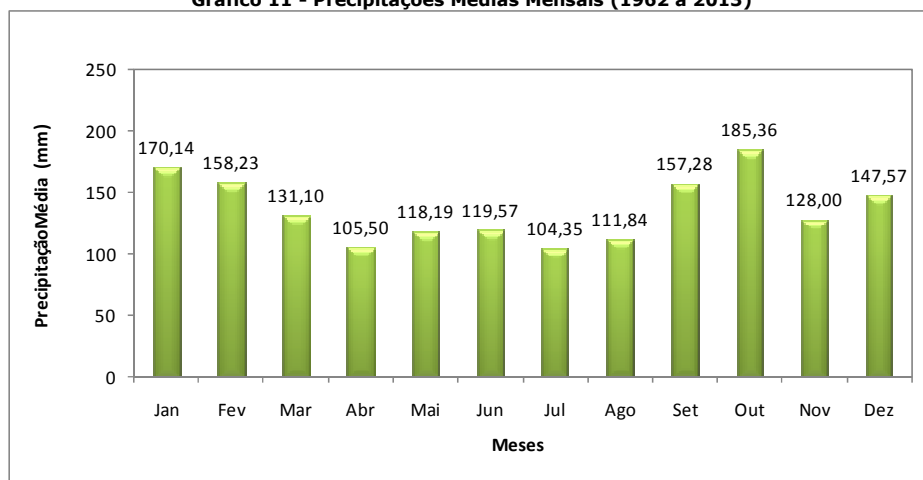
julho/2014



**Gráfico 9 - Total de Precipitação Anual (1993 a 2004)****Gráfico 10 - Total de Precipitação Anual (2004 a 2013)**

A média de chuva anual, no período de 1962 a 2013 é de 1637mm.

No Gráfico 11 de precipitações médias mensais do período de 1962 a 2013, percebe-se que as chuvas estão um pouco mais concentradas nas épocas da primavera e do verão. No período de registros da estação da EPAGRI a maior precipitação de 1 dia (Tabela 94) encontrada, foi no dia 03 de julho de 1999 com 109,3 mm. No entanto, as chuva do dia 11 de janeiro de 2014, verificada no pluviômetro automático da estação experimental da EPAGRI em Caçador indicou 143,8 mm das 9:00h do dia 11 às 9:00h do dia 12, sendo que em 3 horas do dia 11 (19, 20 e 21 horas) foi registrado 111,8mm (41,2 + 43,2 + 27,4), ou seja, em 3 horas choveu mais do que a maior chuva até então registrada na série histórica.

**Gráfico 11 - Precipitações Médias Mensais (1962 a 2013)****Tabela 94 - Máximas Precipitações Diárias do Ano (1961 a 2013)**

Ano	Máx. diária anual (mm/dia)	Dia	Ano	Máx. diária anual (mm/dia)	Dia
1961	74,8	02/nov	1991	100,2	06/out
1962	60,8	20/mai	1992	105,2	28/mai
1963	71,2	09/mar	1993	77,8	05/mai
1964	61,8	01/fev	1994	70	26/jul
1965	78,8	19/dez	1995	78,9	26/set
1966	98,6	27/out	1996	75,4	17/jan
1967	110	22/fev	1997	108,4	20/jun
1968	73,2	24/dez	1998	90,7	14/mar
1969	65,2	04/abr	1999	109,3	03/jul
1970	63	25/dez	2000	103,9	01/mar
1971	72,2	08/jun	2001	68,7	06/fev
1972	72,2	27/set	2002	77,7	24/mar
1973	63,4	21/mai	2003	69,8	14/dez
1974	105	31/ago	2004	62,1	16/jul
1975	76	11/set	2005	62,3	21/mai
1976	92,4	28/mai	2006	81,1	16/ago
1977	53,4	17/ago	2007	76,7	09/jul
1978	52	25/dez	2008	63,1	12/nov
1979	66,4	28/out	2009	75,2	28/set
1987	67,5	14/jan	2010	99,9	23/abr
1988	76,8	23/mai	2011	74,7	08/set
1989	62	12/set	2012	77,3	30/dez
1990	99,9	30/mai	2013	89,3	22/set

**7.3.8.3.1 Leptospirose x Precipitação**

A Leptospirose é uma doença infecciosa, causada por uma bactéria encontrada na urina dos ratos, transmitida, na maioria das vezes, através do contato com as águas, com a lama trazida pela enchente, com os alimentos contaminados, ou mesmo pelo solo

contaminado por animais portadores da leptospira. A bactéria penetra no corpo pela pele, com ou sem ferimentos. Entre os animais transmissores estão os roedores (ratos) que são os maiores responsáveis. A leptospirose constitui um problema de saúde pública, associado, principalmente à falta de controle de ratos e más condições de higiene, agravadas, principalmente, pela presença de água ou lama contaminada, normalmente por enchentes.

Em consulta à fonte "MS Sala de situação", desde 2009 não existem registros de leptospirose em Caçador.

### 7.3.9 Metodologia para as Áreas Problema

Para o diagnóstico da drenagem urbana foi utilizada a metodologia desenvolvida por Bruno Jardim da Silva e outros (UFBA – Universidade Federal da Bahia) na Elaboração do Componente Drenagem do Plano Municipal de Saneamento Ambiental do Município de Alagoinhas.

Esta metodologia é apoiada em **Indicadores de Fragilidade do Sistema – IFS** e tem como princípios básicos essenciais:

- Os dispositivos que compõem as redes de drenagem das águas pluviais devem possuir funções hidráulicas e urbanas bem definidas;
- Cabe ao Poder Público a iniciativa de promover uma série de ações que resultem na melhoria do desempenho dos Sistemas de Drenagem, envolvendo diversos setores;
- O Sistema de Drenagem Urbana, com todos os seus componentes, possuem uma responsabilidade relevante na qualidade ambiental das áreas onde estão situados;
- O Sistema de Drenagem Urbana deve possuir ampla integração com os demais serviços e sistemas relacionados com o Saneamento Ambiental, objetivando a otimização das ações e a excelência dos resultados ambientais.

Estes princípios permitem uma abordagem ambiental adequada para o problema. O diagnóstico é estabelecido a partir da definição de Fatores Intervenientes e dos IFS. Uma primeira análise é efetuada com abordagem mais geral e o aprofundamento é feito a partir da análise das **Áreas Problema - APs**, sendo estes os locais onde se manifesta o mau funcionamento do Sistema.

Cada AP recebe um indicador que caracteriza o somatório das relevâncias dos Indicadores de Fragilidade do Sistema, designado por **Índice Geral de Fragilidade - IGF**. O sistema de pontuação permite estabelecer a hierarquização dos principais

problemas a serem atacados. Na obtenção do **IGF** foram atribuídos pesos para os problemas de natureza tecnológica, ambiental e institucional nos valores de 2, 3 e 1, respectivamente.

A definição de valores do IGF para cada AP serve também como referência para a partida de um processo permanente de planejamento do Sistema estudado. O Prognóstico é montado a partir da definição de diretrizes, objetivos e metas estabelecidas, partindo-se então para a identificação dos diversos tipos de serviços e ações a serem propostas com vistas a resolver os problemas identificados.

**Quadro 6 - Fatores que Afetam o Sistema de Drenagem**

<b>Natureza</b>	<b>Fatores</b>	<b>Abordagem</b>
Climatológico	Regime de chuvas intensas	representatividade da equação intensidade x duração x frequência
Ambiental	Arranjo do traçado urbano	interação com a topografia respeito ao sistema natural de drenagem
	Uso do solo	nível de impermeabilização dos terrenos erodibilidade dos terrenos ocupação marginal dos corpos receptores
	Padrões de conforto das vias	de pedestres de grande fluxo de veículos e de pedestres de grande fluxo de veículos e baixo fluxo de pedestres de médio movimento de acesso local
	Interação com demais equipamentos de saneamento urbano	lançamento de efluentes domésticos na rede lançamento de outros efluentes na rede deposição de lixo nas galerias e canais dispersão de sedimentos nas vias
Tecnológico	Estrutura de micro drenagem	dimensão dos dispositivos hidráulicos padrão construtivo adequação do conjunto de dispositivos manutenção e conservação dos dispositivos
	Estrutura de macro drenagem	dimensão dos dispositivos hidráulicos padrão construtivo adequação do conjunto de dispositivos manutenção e conservação dos dispositivos
Institucional	Aspectos gerenciais	interatividade dos componentes aporte financeiro no orçamento recursos humanos planejamento das ações e estudos existentes
	Aspectos legais	existência de normas e outros instrumentos aplicação dos dispositivos

**Quadro 7 - Indicadores de Fragilidade do Sistema (IFS)**

<b>Natureza</b>	<b>Indicadores</b>
Tecnológico	ineficiência do escoamento nas vias ineficiência dos dispositivos de coleta ineficiência da capacidade de transporte dos condutos demanda de soluções de maior custo redução da vida útil dos equipamentos redução da vida útil dos pavimentos
Ambiental	degradação física de terrenos instabilidade estrutural dos terrenos adjacentes as galerias favorecimento da produção de sedimentos diminuição da recorrência das cheias mais significativas restrição à implantação de áreas de inundação interferência inadequada no trânsito de veículos interferência inadequada no movimento de pedestres ocorrências de alagamentos contaminação de corpo receptor potencialização do aumento dos índices de insalubridade da população marginal ao corpo receptor deposição de sedimentos nas vias públicas assoreamento do corpo receptor
Institucional	elevação dos gastos com manutenção dos equipamentos elevação dos gastos com conservação aumento da demanda de recursos financeiros para implantação de obras perda de credibilidade da administração públicas desgastes das relações inter-institucionais ineficiência operacional perda de oportunidade de arrecadação financeira deterioração da possibilidade de aplicação de recursos legais e normativos

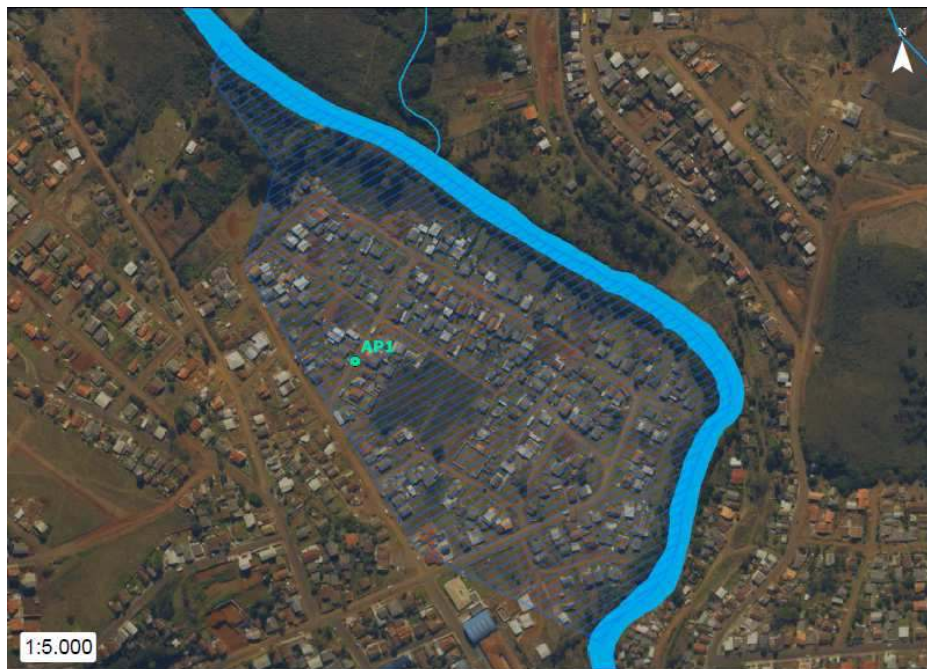
### 7.3.10 Análises das Áreas Problema

O PMSB não contempla a elaboração de projetos de engenharia, mas propõe diretrizes para a atuação do Poder Público Municipal, e ao apontar as áreas problema indica alternativas de solução para ser objeto de estudos quando da elaboração dos projetos básicos. Problemas latentes sem condições de diagnóstico atual, até mesmo pela inexistência de cadastro técnico, terão o tratamento futuro através da previsão de recursos para melhoria de sistemas de micro e macrodrenagem.

Destaca-se que as soluções dos problemas levantados serão orientativas para estudos mais aprofundados e foram colhidas do que se percebeu nas visitas técnicas, nas reuniões comunitárias e através das contribuições apresentadas pela Secretaria de Infraestrutura e especialmente pela Defesa Civil, através do seu coordenador Sr. Sérgio Elói Bizotto. As soluções finais terão sua definição em projeto básico de drenagem urbana que está sendo proposto neste diagnóstico.

#### 7.3.10.1 Descrições das Áreas

Para aplicação da metodologia de diagnóstico apoiada em Indicadores de Fragilidade do Sistema – IFS a seguir são descritas as áreas problema, com o uso de imagens do Aerolevantamento de Santa Catarina realizado pela SDS 2010/2011.

**AP 01 - Área problema 01 – Loteamento Tarumã (Bairro Kurtz)**

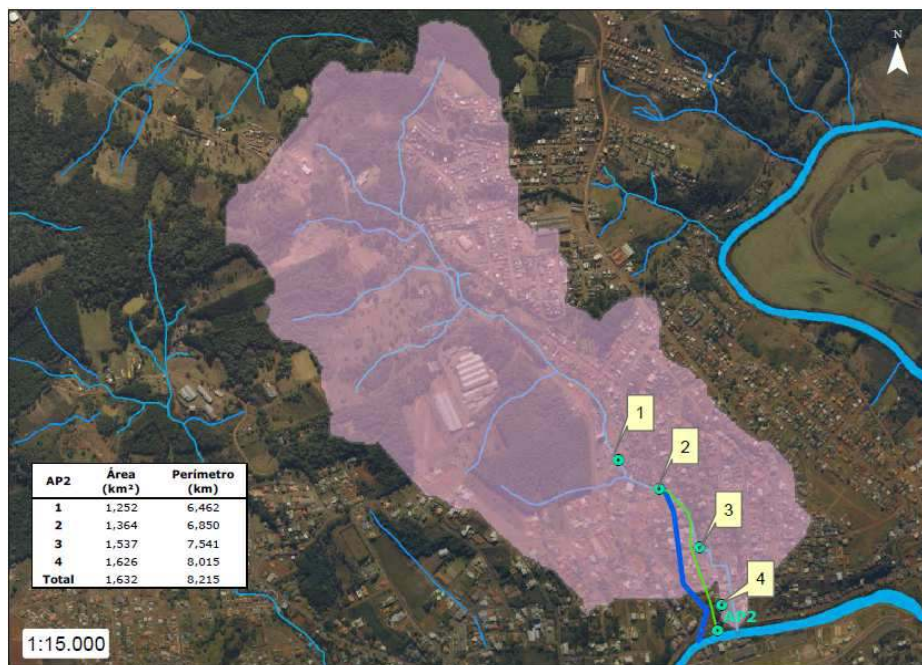
Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Aqui se trata de um loteamento problema. O loteamento é irregular e ocupa uma área de várzea integrante da bacia de inundação periódica do Rio do Peixe, que seguidamente é atingida pela elevação do nível de cheia. Estas áreas de acomodação dos níveis de cheia jamais poderiam ser urbanizadas, pois quando isto acontece se tornam preocupações permanentes para o Poder Público e toda a população paga pela negligência no impedimento das ocupações indevidas.

O nível do lençol freático praticamente aflora e afoga o sistema de drenagem que aí foi implantado, impedindo sua funcionalidade, e a pequena diferença de nível em relação ao Rio do Peixe, faz com que ocorra refluxo das águas mesmo nas menores cheias do rio.

O rio sempre vai querer recuperar o seu leito maior e a solução ideal para esta área é remover a população, mesmo sabendo que os custos são muito elevados. Uma eventual solução por diques e bombeamento é economicamente inviável.

**AP02 - Área problema 02 – Córrego do DER**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Os problemas nesta macrodrenagem não se resumem a um ponto e proliferam ao longo dos trechos em que o curso do córrego foi canalizado. A diretriz de drenagem sustentável não admite mais o fechamento dos cursos de água. Em Caçador e na maioria das cidades de Santa Catarina, quando os cursos de água ficam restritos a tubos ou galerias, estes dispositivos não recebem o adequado dimensionamento técnico, e quando dimensionados não consideram a ocupação futura da bacia que aumenta a impermeabilização e diminui o tempo de concentração dos volumes afluentes. Por outro lado os dispositivos de entrada das canalizações fechadas, em especial dos tubos, não recebem o tratamento construtivo para reduzir as obstruções de galhos e materiais descartados na macrodrenagem, que associado a falta de manutenção preventiva, baixam drasticamente a capacidade de escoamento das águas pluviais, provocando alagamentos. Outro aspecto negativo é o de edificações que irregularmente são implantadas nas margens, quando não sobre os cursos de água (que ocorrem no presente caso), estrangulando-os. Com ou sem edificações as águas pluviais vão seguir seu escoamento natural e as obstruções ou estrangulamentos são vencidos pelo alagamento e a busca de novos caminhos, gerando os danos, incômodos e desvalorizações imobiliárias. A contrapor a racionalidade das soluções está a busca de um ganho de espaço a qualquer custo ou o argumento de que os córregos se



transformaram em esgotos a seu aberto e o odor é insuportável, como se o problema da insalubridade se resolvesse com canalização e não com o tratamento dos efluentes gerados a montante.

Nos altos da Rua José Bento Tristão onde o córrego começa a apresentar os primeiros trechos tubulados, existem duas residências construídas praticamente sobre o córrego tubulado. São candidatas a problemas futuros. Após estas duas casas há um pequeno trecho aberto e o córrego volta a ser tubulado em 1,5 metros de diâmetro no ponto de coordenadas UTM 498109 E 7039607 S.



A partir desta nova tubulação começam os relatos de problemas de alagamento nos seguintes pontos:

1. Rua São Paulo: na travessia da rua a rede que vem com diâmetro de 1,5 metros é reduzida para 1,0 metro e na sequência ao passar por terreno com edificação (nº 70) é reduzida para 0,6 metros e após pequeno trecho em aberto volta a ser tubulada em 2 tubos com diâmetro de 1,0 metros. Após atravessar outro lote com edificação voltar a ser aberto, e na sequência adentrando na tubulação de 1,5 metros de diâmetro (Rua Carlos Coelho de Souza próximo a Rua Goiás). Desnecessário dizer que nos estrangulamento e entradas de tubulações ocorrem alagamentos e as águas pluviais acabam encontrando caminhos alternativos com danos ao patrimônio.



2. Rua Carlos Coelho de Souza próximo esquina com Rua Goiás: neste local inicia novo trecho canalizado do córrego com tubos de 1,5 metros de diâmetro. Por deficiência de dimensionamento e entrada na tubulação a vazão afluyente provoca alagamento atingindo casas próximas.



3. Rua Marques de Olinda: Nesta rua onde está localizada a Secretaria Regional de Desenvolvimento, a tubulação de drenagem passa de 1,5 metros para 2,0 metros de diâmetro. A região inunda, pois o sistema de drenagem não consegue escoar a vazão afluyente de novas contribuições e a jusante já começa o refluxo das águas de cheia do Rio do Peixe reduzindo a capacidade de escoamento.



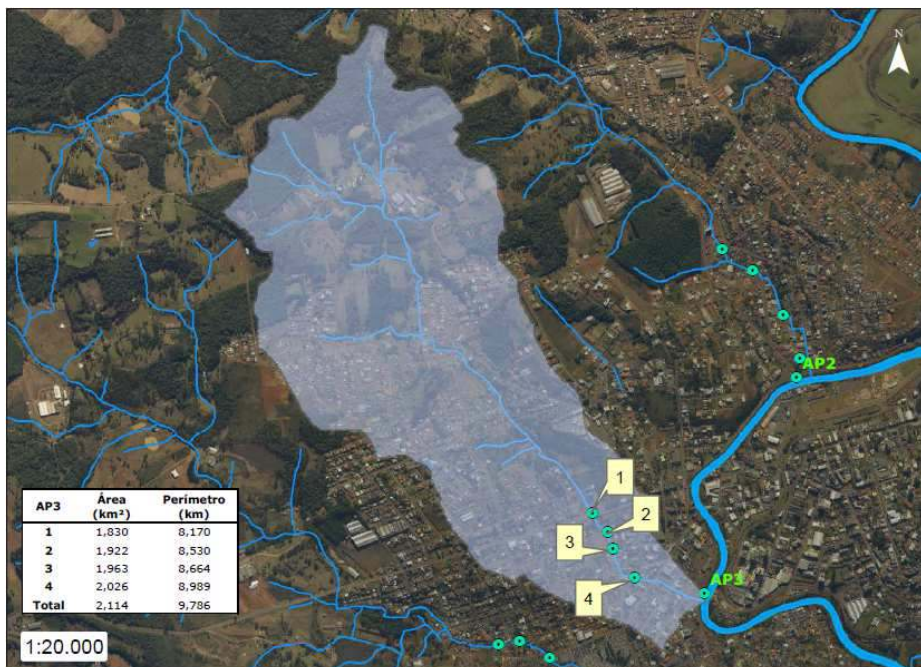
4. Praça Concórdia e Rua Ivo A. Roveda: esta região situada em área tomada do leito maior do Rio do Peixe sofre inundação por refluxo das águas do rio pelo sistema de drenagem, quando da ocorrência de cheias. Mesmo com um novo sistema de

drenagem o problema persistirá a não ser que se implantem comportas e sistema de bombeamento com gerador próprio de energia.



Para este córrego o município, como já informado, tem desenvolvido um novo projeto partindo da Rua Carlos Coelho de Souza, proximidades da esquina com a Rua Goiás, em galeria de 3,0 x 2,0 metros seguindo novo traçado que desvia o leito do córrego, retirando tubulações de sob as edificações e lançando as águas no rio do Peixe abaixo da ponte da rodoviária municipal, em entrada oblíqua, no sentido do fluxo do rio. Esta consultora não teve acesso à memória de cálculo desta estrutura, mas supõe que tenha sido desenvolvida para a ocupação atual da bacia o que poderia resultar em subdimensionamento futuro, face ao aumento da impermeabilização que normalmente acompanha a urbanização.



**AP03 - Área problema 03 – Córrego Nhozinho**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Os problemas nesta macrodrenagem não se resumem a um ponto e identicamente ao problema do córrego do DER, proliferam ao longo dos trechos em que o curso do córrego foi canalizado.

Os problemas começam a se manifestar na Av. Barão do Rio Branco, altura da revenda FIAT COLUSSI, onde a tubulação que atravessa o terreno daquela empresa e na sequência atravessa a avenida, está subdimensionada provocando represamentos a montante. Seguindo em vala aberta o córrego ao cruzar pelas ruas Irmão Tomaz e Orleães também provoca alagamentos por subdimensionamento das tubulações de travessia e na sequência ao meio da quadra da Rua Urussanga, entre a Orleães e Camboriú, quando se inicia novo trecho tubulado do córrego, com 1,5 metros de diâmetro, o problema se repete. Na deflexão da Rua Urussanga a tubulação de 1,5

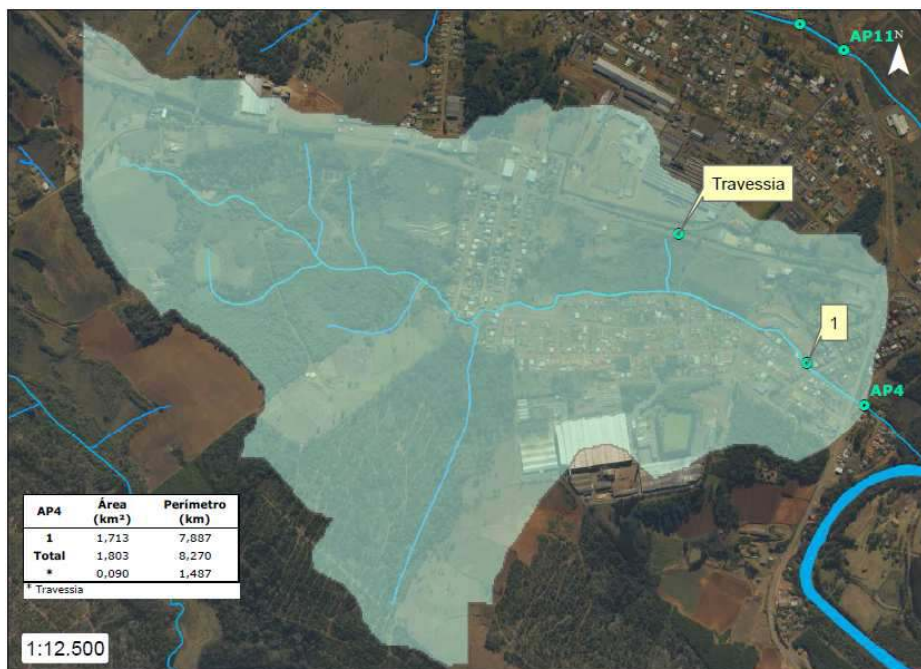


metros de diâmetro sofre transição para galeria de 1,5 x 1,0 metros e após atravessar a Rua São Francisco de Assis retorna para vala aberta, e volta na sequência a ser tubulada com 1,5 metros de diâmetro, seguindo assim por sob edificações. Em continuidade atravessa a Rua Orestes Pereira Gomes, atravessa terrenos baldios, atravessa a Rua Presidente Castelo Branco, atravessa terrenos particulares, atravessa a Rua Presidente Kennedy, novamente atravessa terrenos particulares, atravessa a Rua Irmão Guido Gabriel e desemboca no Rio do Peixe.



Para este córrego o município, como já informado, tem desenvolvido um novo projeto partindo da Rua Irmão Tomaz em galeria de 3,5 x 2,0 metros, seguindo novo traçado que desvia o leito do córrego retirando tubulações sob edificações e segue até desembocar no Rio do Peixe.



**AP04 - Área problema 04 – Córrego do Figueroa**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Há o represamento de água no pontilhão (Rua Estefano Boiko) de coordenadas UTM 497678 E 7036721 S que não possui cabeceiras ou dispositivos para evitar a obstrução por entulhos e materiais lançados no córrego.

Embora relatado como uma área problema, pela Secretaria de Infraestrutura, a travessia do córrego do Figueroa na SC -135, não é assim considerado pela Defesa Civil, desde que assegurada a manutenção para bom escoamento nas entradas das 3 tubulações existentes, um armco de 2,0 metros de diâmetro e dois tubos de concreto com 1,0 metro de diâmetro cada. Segundo a defesa civil o dimensionamento desta travessia atende a vazão do córrego e o problema maior são os entulhos e galhos que obstruem as entradas reduzindo a capacidade de escoamento das tubulações. No outro lado da rodovia, na Rua Ricardo Fendt em frente ao ferro velho a tubulação lateral de 1,0 metros de diâmetro não tem caixa de inspeção e boca de lobo no ponto em que se





conecta com as tubulações da travessia, provocando alagamento. Um abertura na tubulação de 1,0 metro de diâmetro foi realizada para o escoamento e se observa pedras e sedimentos adentrando à mesma.



Na bacia deste córrego há um talvegue que cruza a rodovia SC-350 (Rodovia Honório Moro), em frente à indústria Sincol, cuja drenagem que direciona as águas pluviais para o bueiro da rodovia está subdimensionada, provocando extravasamento e erosão de talude.





**AP 05 - Área problema 05 – Córrego do Martello 1**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

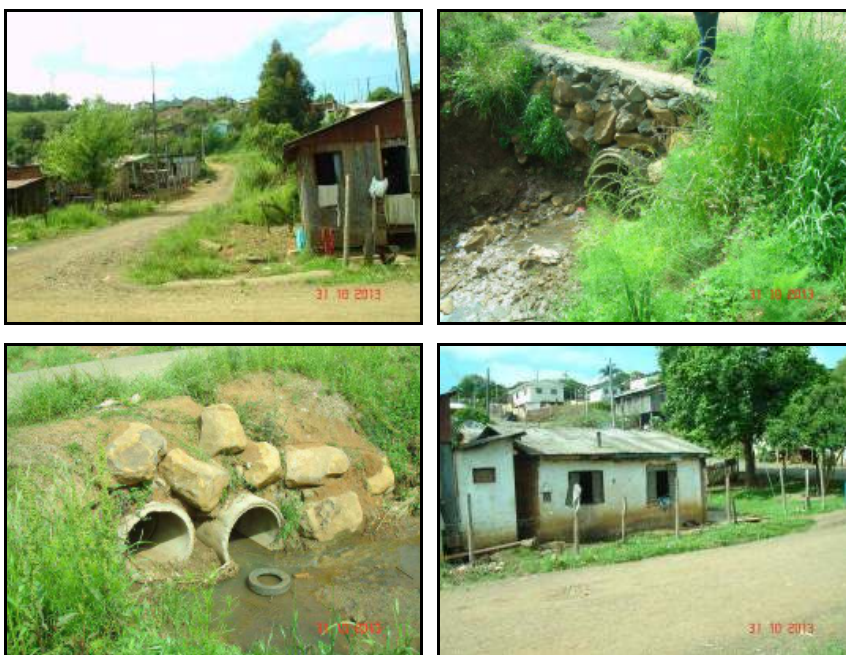
Os problemas observados neste córrego podem ser sintetizados na ocupação das margens do curso d' água, muito próximo do leito vazante, com edificações e nas travessias do córrego por vias públicas, em que o mesmo é tubulado com dimensões insuficientes para as vazões de cheia, provocando alagamentos. Para agravar o problema de subdimensionamento, os tubos não têm alas, cabeceiras ou dispositivos de entrada que minimizem a possibilidade de serem obstruídos por galhos e entulhos, além do que a manutenção preventiva é falha e as intervenções são episódicas, feitas quando detectado o problema de obstrução ou assoreamento.

Os pontos do córrego indicados como mais problemáticos estão nas travessias de coordenadas: 1-UTM 501827 E 7036468 S; 2-UTM 501904 E 7036387 S; 3-UTM 501756 E 7036108 S; 4-UTM 501727 E 7036111 S; 5-UTM 501388 E 7035763 S.

Nos pontos 1 e 2 as travessias em tubos de

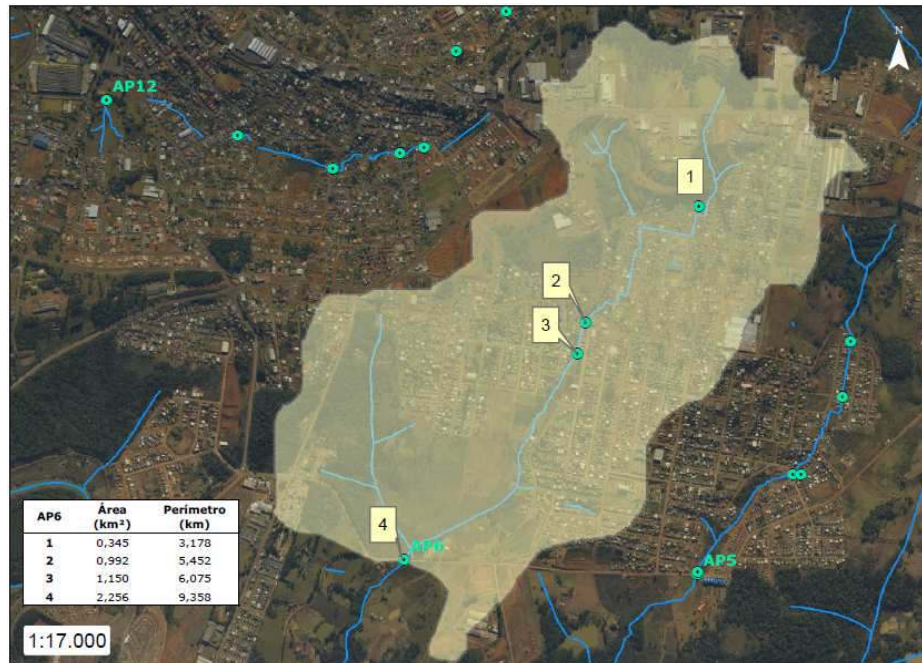


concreto com 1,0 metros de diâmetro são insuficientes para escoar as vazões de cheia, que represadas inundam as áreas vizinhas. No ponto 2 o alagamento atinge casas vizinhas. No ponto 3, na travessia da Rua Andorinha, o antigo pontilhão foi substituído por tubo de concreto com 1,0 metros de diâmetro, que não vencendo a vazão de cheia alaga casas próximas. Na sequência este córrego se une com outro e este novo curso de água na travessia da Rua Tico-tico (asfaltada e sem drenagem) em dois tubos de concreto com 1,0 metros de diâmetro (ponto 4) também represam as vazões de cheia, provocando inundação do leito da rua.



No ponto 5, na Rua José Ioos Júnior, loteamento Santa Terezinha, próximo a elevatória de esgotos sanitários, os dois tubos de diâmetro de 1,5 metros não vencem as vazões de cheia, provocando alagamentos que interrompem o trânsito de veículos.



**AP 06 - Área problema 06 – Córrego do Martello 2**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Os problemas observados neste córrego, como no caso anterior, podem ser sintetizados na ocupação das margens do curso de água, muito próximo do leito vazante, com edificações e nas travessias do córrego por vias públicas, em que o mesmo é tubulado com dimensões insuficientes para as vazões de cheia, provocando alagamentos.

Os pontos do córrego indicados como mais problemáticos estão nas travessias de coordenadas: 1-UTM 501397 E 7037058 S; 2-UTM 500994 E 7036648 S; 3-UTM 500963 E 7036536 S; 4-UTM 500363 E 7035815 S.

No ponto 1 observa-se edificação de duas casas praticamente sobre o córrego, que na sequência, tubulado, passa por sob igreja. A tubulação é subdimensionada e provoca inundações que atingem edificações.





Nos pontos 2 e 3 as travessias das Ruas estrangulam o córrego e provocam alagamentos. No ponto 2 os dois tubos de 1,0 metros de diâmetro são insuficientes e alagam a Rua Silvio Gioppo e na sequência o córrego segue passando de tubulado para galeria por debaixo de edificações novas.



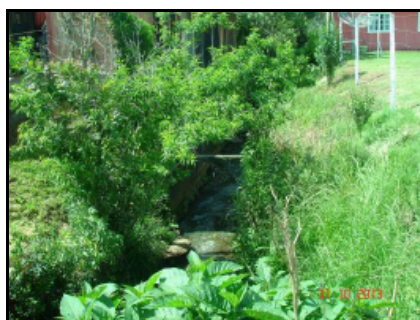
No ponto 4, na Rua Albino Phellippe Potrich, bairro Martello, os dois tubos de concreto, um no diâmetro de 2,0 metros e outro com diâmetro de 1,5 metros, não vencem as vazões de cheia, provocando alagamentos que interrompem o trânsito de veículos.

**AP 7 - Área problema 7 – Arroio Rancho Fundo**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Na Rua Curitiba, altura da travessia do córrego do Rancho Fundo os dois tubos de concreto são insuficientes para escoar as vazões de cheia (um de 1,0 metro e outro de 0,8 metros de diâmetro). O represamento do córrego alaga casas a montante da travessia.



**AP 08 - Área problema 08 – Nossa Senhora Salete**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

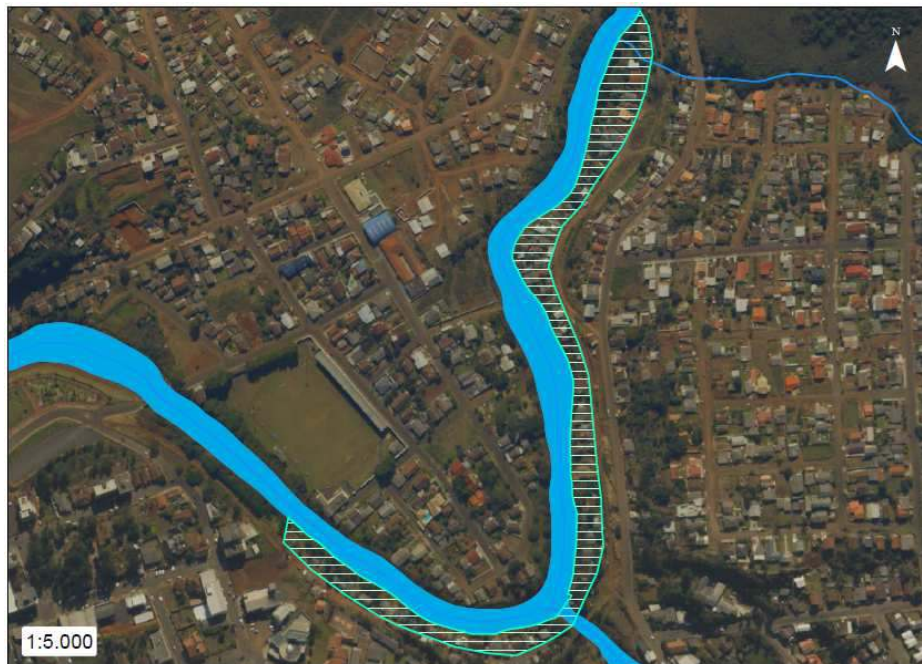
A travessia do córrego do bairro Nossa Sra. Salete na Rua Luiz Tortato, feita em tubo de concreto de 1,6 metros de diâmetro e a travessia da ferrovia na sequência, em duas galerias de aproximadamente 0,7 x 1,0 metros cada, são insuficientes para escoar a vazão afluyente de cheia do arroio. A galeria sob a ferrovia pode estar assoreada, ou mesmo já subdimensionada no passado, ou para as vazões atuais, que são crescentes devido à urbanização que avança para a bacia de contribuição. O alagamento provocado atinge edificações na vizinhança.





**AP 9 - Área problema 9 – Cibraçem e Margens do Rio do Peixe**





**Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina**

### **Comentários**

Os problemas relatados referentes à população atingida nas margens do Rio do Peixe, seja na antiga Cibrazem ou ao longo da Rua Tiradentes, são causados pelas cheias do Rio do Peixe e não por problemas de drenagem urbana. A ocupação urbana ocorreu no leito menor do rio que nas menores cheias extravaza a sua calha e inunda o espaço que lhe foi tomado por edificações. A melhor solução para o problema é a remoção da população residente, que, em medida louvável, já está em andamento (cerca de 80 famílias). Situação semelhante ocorre com a ocupação nas margens do Rio do Peixe, próximo da ponte de ferroviária do Rio Caçador, onde cerca de 125 famílias serão removidas.

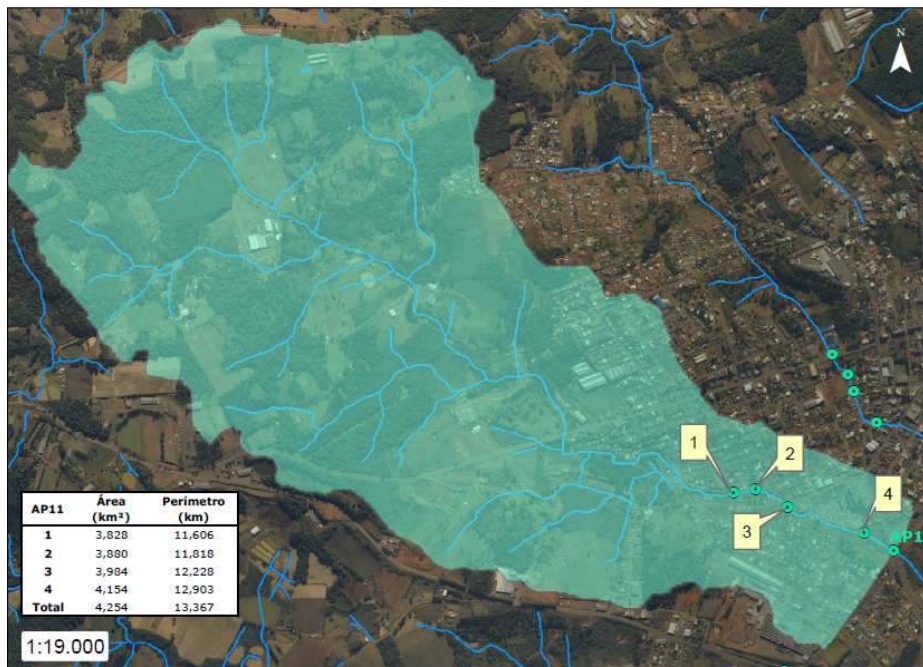
**AP 10 - Área problema 10 – Rua Curitiba**

**Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina**

**Comentários**

Os problemas relatados em reunião comunitária do bairro, referentes à inundação de casas por águas pluviais, nos pontos de coordenadas 1-UTM 500713 E 7037748 S e 2-UTM 500536 E 7037610 S, são derivadas da inexistência de sistema de drenagem urbana. Inexistindo drenagem as águas pluviais seguem o curso moldado pela topografia do terreno se avolumando nos talwegues, e invadem os lotes sobre estes talwegues. Em passado recente os loteamentos eram aprovados sem a obrigatoriedade de implantação de pavimentação e redes de drenagem urbana, jogando este ônus para o Poder Público, ou seja, para toda a população. O Poder Público em muitas situações, como esta da Rua Curitiba, fez a pavimentação e não implantou a microdrenagem.

Para interromper a geração de mais situações semelhantes a esta no futuro, além da implantação simultânea de pavimentação com redes de drenagem nos arruamentos hoje existentes, os novos parcelamentos do solo devem prever corredores sanitários em talwegues e em fundo de lotes de soleira baixa para que se assegure espaço à passagem de redes de drenagem urbana e de esgotos sanitário de forma que todo o universo de futuras unidades imobiliárias possa ser atendido com adequados serviços de saneamento.

**AP 11 - Área problema 11 – Córrego do Cemitério**

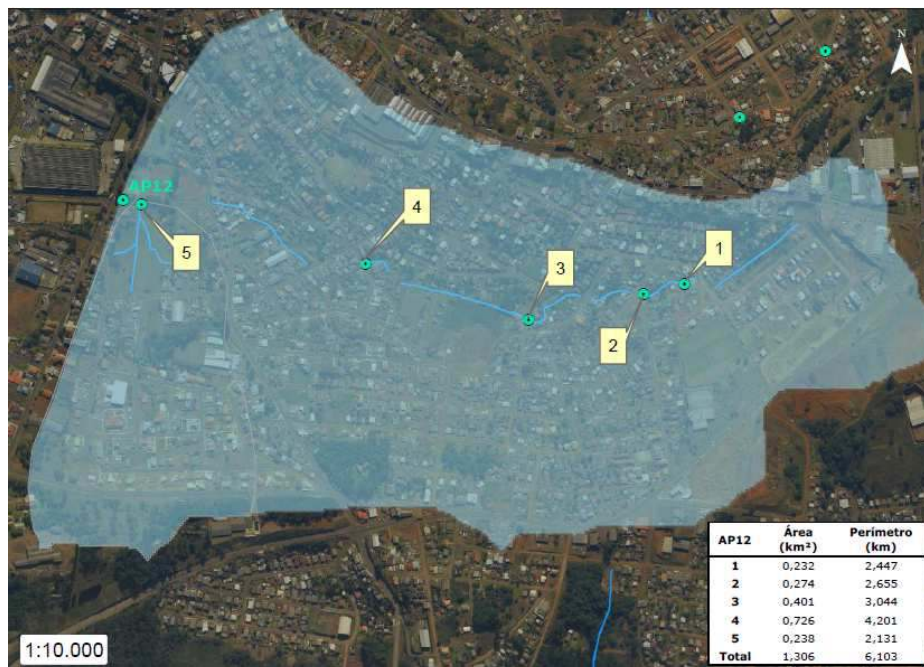
Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Os problemas que ocorrem neste córrego são motivados pelos extravazamentos em travessias de vias públicas, onde as tubulações utilizadas têm dimensionamento insuficiente para escoar as vazões de cheia.

Os pontos do córrego indicados como mais problemáticos estão nas travessias de coordenadas: 1-UTM 50 E 70 S; 2-UTM 50 E 70 S; 3-UTM 50 E 70 S; 4-UTM 50 E 70 S. Destes os de maior potencial de danos estão nas travessias das ruas Joinville (ponto 1) e Macieira (ponto 2). Mais a montante destas duas áreas existe estrangulamentos do córrego por edificações na sua margem, provocando alagamentos. As partes baixas do cemitério municipal também são atingidas por alagamentos.



**AP 12 - Área problema 12 – Córrego Berger**

Fonte: Levantamento Aerofotogramétrica do Estado de Santa Catarina

**Comentários**

Este córrego se desenvolve aberto até o começo da Rua Hugo Torres Cruz, na praça em frente ao curtume Viposa. Neste ponto (5) há alagamento por ocasião de chuvas intensas, pois a tubulação de 1,5 metros de diâmetro que segue para o terreno do curtume Viposa, não escoar a vazão afluente. No trecho aberto a montante da praça os alagamentos ocorrem nas travessias de ruas, por subdimensionamento das tubulações (pontos 1, 2, 3 e 4).

**7.3.10.2 Índice de Fragilidade**

Cada área problema foi avaliada nos quesitos tecnológicos, ambientais e institucionais. O Anexo F 01 apresenta o detalhamento de cada ponto.

Através do cálculo do Índice Geral de Fragilidade se pode hierarquizar as áreas problemas (APs). Quanto maior o índice geral de fragilidade maior a prioridade da área problema. Os Índices Gerais de Fragilidade estão apresentados na Tabela 95:

**Tabela 95 - Índices Gerais de Fragilidade (IGF)**

Área	AP2	AP3	AP4	AP5	AP6	AP7	AP8	AP10	AP11	AP12
<b>IGF</b>	34	34	23	27	30	18	26	25	28	25

Versão Final do PMSB de Caçador

246

**7.3.10.3 Ações Propostas por Área Problema**

IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES POR ÁREA-PROBLEMA					
ÁREAS-PROBLEMA:					
<b>AP02</b> Córrego do DER <b>AP03</b> Córrego Nhozinho <b>AP04</b> Córrego do Figueroa <b>AP05</b> Córrego do Martello 1 <b>AP06</b> Córrego do Martello 2					
AÇÃO	ÁREAS-PROBLEMA:				
	AP02	AP03	AP04	AP05	AP06
Elaboração de Projetos Executivos	x	x	x	x	x
Elaboração de Projetos Básicos ou Estudos Preliminares	x	x		x	x
Implantação de obras de micro-drenagem	x	x			
Implantação de obras de macro-drenagem	x	x	x	x	x
Desobstrução de dispositivos hidráulicos					
Recuperação física de dispositivos existentes					
Adequação ou melhoramento de dispositivos existentes			x		
Recuperação de pavimentos	x	x			
Implantação de pavimentos					
Controle de processos erosivos					
Campanhas de educação pública ambiental	x	x	x	x	x
Serviços de comunicação social	x	x	x	x	x
Fiscalização	x	x	x	x	x
Recrutamento de mão de obra					
Treinamento de mão de obra					
Reordenação institucional					
Monitorização					
Definição de referenciais técnicos	x	x	x	x	x
Criação de dispositivos legais	x	x	x	x	x
Ação conjunta com outros componentes do Saneamento Ambiental	x	x	x	x	x

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

247

**IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES POR ÁREA-PROBLEMA****ÁREAS-PROBLEMA:**

**AP07** Arroio Rancho Fundo  
**AP08** Nossa Senhora Salete  
**AP10** Rua Curitiba  
**AP11** Córrego do Cemitério  
**AP12** Córrego do Berger

AÇÃO	ÁREAS-PROBLEMA:				
	AP07	AP08	AP10	AP11	AP12
Elaboração de Projetos Executivos	x	x	x	x	x
Elaboração de Projetos Básicos ou Estudos Preliminares		x	x	x	x
Implantação de obras de micro-drenagem			x		
Implantação de obras de macro-drenagem	x	x	x	x	x
Desobstrução de dispositivos hidráulicos					
Recuperação física de dispositivos existentes					
Adequação ou melhoramento de dispositivos existentes					
Recuperação de pavimentos			x		
Implantação de pavimentos			x		
Controle de processos erosivos					
Campanhas de educação pública ambiental	x	x	x	x	x
Serviços de comunicação social	x	x	x	x	x
Fiscalização	x		x	x	x
Recrutamento de mão de obra					
Treinamento de mão de obra					
Reordenação institucional					
Monitorização					
Definição de referenciais técnicos	x	x	x	x	x
Criação de dispositivos legais	x	x	x	x	x
Ação conjunta com outros componentes do Saneamento Ambiental	x	x	x	x	x

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



**7.3.10.4 Propostas de Estruturação das Ações a Serem Implementadas**

<b>Tipo de Ação</b>	<b>Demanda</b>	<b>Proposta de Estruturação</b>
Elaboração de Projetos Executivos	10	Contratar Projetos Executivos para todas as áreas problema.
Elaboração de Projetos Básicos ou Estudos Preliminares	8	Contratar Projeto Básico de Drenagem da Cidade.
Implantação de obras de micro-drenagem	3	Realizar obras de microdrenagem na áreas nas AP2, AP3 e AP10 conforme definido em projetos executivos.
Implantação de obras de macro-drenagem	10	Realizar obras de macro-drenagem na áreas AP2 AP3, AP4, AP5, AP6, AP7, AP8, AP10, AP11 e AP12 conforme definido em projetos executivos.
Adequação ou melhoria de dispositivos existentes	1	Definir forma operacional entre as opções de contratar e/ou programar equipes compostas por seus quadros.
Recuperação de pavimentos	3	Definir forma operacional entre as opções de contratar e/ou programar equipes compostas por seus quadros.
Implantação de pavimentos	1	Definir forma operacional entre as opções de contratar e/ou programar equipes compostas por seus quadros.
Campanhas de educação pública ambiental	10	Desenvolver Programas de Educação Sanitária e Ambiental.
Serviços de comunicação social	10	Desenvolver Programas de Educação Sanitária e Ambiental.
Fiscalização	9	Desenvolver rotinas de fiscalização de projetos e obras com interferências no sistema de drenagem.
Definição de referenciais técnicos	10	Assegurar o tratamento técnico a todas as intervenções relativas a melhorias e implantação de redes.
Criação de dispositivos legais	10	Instituir servidões de passagem, faixas sanitárias, áreas de uso restrito para implantação e manutenção, e condicionantes para parcelamento do solo.
Ação conjunta com outros componentes do Saneamento Ambiental	10	Desenvolver temas de integração entre os diversos segmentos do Saneamento Ambiental.

**7.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os trabalhos de diagnóstico permitiram identificar a fragilidade do sistema de drenagem que sofreu ao longo dos anos intervenções pontuais e descontinuadas, e na sua maioria sem haver um projeto básico, conduzido com boa técnica, para ser seguido. Observou-se também o uso indiscriminado de tubos de concreto com diâmetros abaixo dos requeridos, incompatíveis com as vazões a escoar, além da ausência de alas, cabeceira

de bueiros ou de outros dispositivos de entrada que minimizem a possibilidade de serem obstruídos por galhos e entulhos. A manutenção preventiva deverá ser realizada de forma sistemática buscando minimizar os problemas de obstrução ou assoreamento. O assoreamento se verifica de forma mais pronunciada nos locais em que ruas não pavimentadas e áreas sem cobertura vegetal escoam as águas pluviais para o sistema de drenagem.

As deficiências do sistema de drenagem urbana são agravadas pelos lançamentos indevidos dos efluentes das soluções individuais de esgotos sanitários (ineficientes ou mesmo em lançamento direto), que são responsáveis por intensas reclamações de insatisfação quanto ao mau odor emanado das bocas de lobo, conforme manifestado pela população.

A principal recomendação deste diagnóstico é de que qualquer intervenção a ser realizada receba o tratamento técnico adequado e siga as diretrizes de um projeto básico integrado de drenagem urbana. O dimensionamento dos dispositivos de drenagem deve ser desenvolvido prevendo as situações desfavoráveis de impermeabilização do solo trazidas pela urbanização futura, caso contrário os problemas vão aflorando em áreas que se imaginavam equacionadas pelos serviços de drenagem urbana.

#### **7.4.1 Da Materialização das Propostas**

As propostas apresentadas neste diagnóstico devem ser objeto de tratamento técnico para avaliação de sua viabilidade e dimensionamento, no entanto as soluções projetadas não devem, salvo exceções, terem tratamento pontual e sim estarem compatibilizadas pelas diretrizes de um projeto de concepção abrangente da bacia em que se encontram inseridas.

A interação e as interferências do sistema de drenagem urbana com os demais serviços públicos devem ser observadas no planejamento das ações definidas em projeto.

#### **7.4.2 Irreversibilidade das Soluções**

Soluções propostas neste diagnóstico para a implantação de redes, galerias, melhorias de valas e outras, que venham a ser estabelecidas em projeto, devem merecer imediata ação do Poder Público Municipal, assegurando as áreas e espaços, impedido quando necessário, edificações e urbanização ou condicionando o seu uso.

#### **7.4.3 Confiabilidade e Segurança das Soluções**

O processo de contratação das consultoras para elaboração e gerenciamento dos projetos básicos e executivos deve se revestir de todas as precauções para que sejam

selecionadas empresas com habilitação e capacidade técnica para conduzir soluções necessárias.

Os mesmos cuidados na definição dos períodos de retorno para as diferentes unidades do sistema de drenagem e na obtenção dos valores de precipitações pluviométricas (IDF), objetivando a segurança e a funcionalidade, devem ser estendidos a todos os componentes do sistema de drenagem.

#### 7.4.4 Macrodrenagem

O sistema de macrodrenagem de Caçador está fundamentado pelo escoamento ao longo dos pequenos cursos de água do perímetro urbano, ou seja, a topografia acidentada faz com que córregos e arroios sejam os seus componentes principais. Neste sistema é que se verificam os maiores problemas de drenagem, e dentre estes os que mais se destacam são os dos córregos do DER e Nhozinho. Praticamente inexistem valas de drenagem, características de áreas planas.

Os novos conceitos de drenagem sustentável impõem a manutenção dos cursos de água em seu curso natural e aberto. A canalização dos cursos de água deve ser radicalmente proibida. Como já dito anteriormente, o argumento de que os córregos se transformaram em esgotos a seu aberto e o odor é insuportável, não pode ter como solução a sua canalização, e sim o tratamento dos efluentes domiciliares gerados a montante.

As travessias dos córregos em vias públicas devem ser desenvolvidas preferencialmente por galerias, com cabeceiras que reduzam a possibilidade de obstrução por galhos e outros entulhos, mais difícil de obter com tubos de concreto.

Devem ser previstas faixas não urbanizáveis ao longo destes cursos de água que assegurem o espaço de acomodação das vazões de cheia e o acesso para manutenção e limpeza.

Para o dimensionamento dos investimentos esta consultora elaborou um estudo de vazão para as áreas problema diagnosticadas, conforme segue:

#### AP2 - Córrego do DER

AP2	Área (Km <sup>2</sup> )	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Galeria (m)
1	1,25	1,75	126,70	0,60	10,00	16,87	113,18	23,62	2x(2 x 2,5)
2	1,36	1,92	128,60	0,61	10,00	18,67	108,06	24,98	2x(2 x 2,5)
3	1,54	2,16	132,76	0,62	10,00	21,12	101,93	26,99	2x(2 x 2,5)
4	1,63	2,43	133,18	0,63	10,00	24,17	95,42	27,15	2x(2 x 2,5)
Total da bacia	1,63	2,56	138,73	0,64	10,00	25,27	93,32	27,07	2x(2 x 2,5)

Versão Final do PMSB de Caçador

251

**AP3 - Córrego Nhozinho**

AP3	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	1,83	2,44	104,87	0,60	10,00	26,63	90,88	27,72	2x(2 x 2,5)
2	1,92	2,54	110,08	0,61	10,00	27,38	89,60	29,18	2x(2,5 x 2,5)
3	1,96	2,61	111,41	0,62	10,00	28,12	88,38	29,87	2x(2,5 x 2,5)
4	2,03	2,77	111,77	0,63	10,00	30,08	85,33	30,26	2x(2,5 x 2,5)
Total da bacia	2,11	3,08	117,81	0,64	10,00	33,32	80,83	30,38	2x(2,5 x 2,5)

**AP4 - Córrego do Figueroa**

AP4	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	1,71	2,13	92,36	0,60	10,00	23,90	95,96	27,40	2x(2 x 2,5)
Total da bacia	1,80	2,32	93,64	0,60	10,00	26,24	91,56	27,52	2x(2 x 2,5)
*	0,09	0,43	40,96	0,60	10,00	5,15	172,46	2,58	1,5 x 1,5

**AP5 - Córrego do Martello 1**

AP5	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	0,24	0,68	69,18	0,60	10,00	7,15	157,10	6,36	2 x 2
2	0,40	0,88	77,43	0,60	10,00	9,22	144,35	9,52	2 x 2
3	0,04	0,30	52,00	0,60	10,00	3,10	192,85	1,38	1,5 x 1,5
4	0,68	1,23	92,22	0,60	10,00	12,68	127,85	14,39	2,5 x 2,5
5	1,01	1,74	105,95	0,60	10,00	17,95	110,03	18,47	3 x 2,5

**AP6 - Córrego do Martello 2**

AP6	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno ) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	0,35	0,67	65,69	0,60	10,00	7,17	156,96	9,03	2 x 2
2	0,99	1,42	83,15	0,60	10,00	15,58	117,22	19,38	3 x 2,5
3	1,15	1,53	84,97	0,60	10,00	16,84	113,25	21,70	2x (2 x 2,5)
4	2,26	2,55	106,38	0,60	10,00	27,87	88,79	33,39	2x (2,5 x 2,5)

**AP7 - Arroio Rancho Fundo**

AP7	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno ) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
Total	0,78	1,23	91,25	0,60	10,00	12,74	127,64	16,63	2,5 x 2,5

**AP8 - Nossa Senhora Salete**

AP8	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno ) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
Total	2,45	2,41	115,29	0,60	10,00	25,31	93,25	38,06	2x (3 x 2,5)

**AP 11 - Córrego do Cemitério**

AP11	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	3,83	3,29	141,31	0,60	10,00	33,53	80,57	51,40	2x (3 x 3)
2	3,88	3,38	141,74	0,61	10,00	34,55	79,28	52,12	2x (3 x 3)
3	3,98	3,53	142,43	0,62	10,00	36,26	77,24	52,99	2x (3 x 3)
4	4,15	3,86	144,97	0,63	10,00	39,93	73,26	53,25	2x (3 x 3)
Total da bacia	4,25	4,00	145,82	0,64	10,00	41,51	71,70	54,22	2x (3 x 3)

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**AP 12 - Córrego Berger**

AP12	Area (Km²)	Comprim. (Km)	Desnível (H) (m)	c	T(retorno) (anos)	Tc (min)	Intensidade (mm)	Vazão (m³/s)	Galeria (m)
1	0,23	0,48	58,90	0,60	10,00	5,08	173,03	6,68	2 x 2
2	0,27	0,57	63,84	0,60	10,00	6,01	165,39	7,54	2 x 2
3	0,40	0,85	77,08	0,60	10,00	8,87	146,30	9,78	2 x 2
4	0,73	1,22	93,89	0,60	10,00	12,48	128,70	15,56	2,5 x 2,5
5	0,24	0,77	73,82	0,60	10,00	8,04	151,23	5,99	2 x 1,5
Total da bacia	1,31	1,77	93,44	0,60	10,00	19,21	106,61	23,21	2x(2 x 2,5)

**7.4.5 Detenção e Permeabilidade**

A detenção e a infiltração das águas pluviais devem ser incentivadas e disciplinadas para que se realize na fonte (unidades imobiliárias), condicionada nos parcelamentos do solo e praticadas nas áreas públicas, dentro de um novo conceito de drenagem sustentável.

Recomenda-se o uso de incentivo fiscal para a manutenção de um maior percentual de permeabilidade dos solos e medidas de retenção/detenção das águas em unidades residenciais, comerciais e industriais. As obras públicas, praças e calçadas, direcionadas para uma valorização da permeabilidade do solo, são também alternativas que contribuem para este objetivo.

**7.4.6 Remuneração dos Serviços**

De forma recorrente nos municípios os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais são os mais desassistidos com recursos e não existe cobrança de taxa específica. Embora a delicada discussão acerca de taxas para estes serviços, a busca da sustentabilidade deverá ser enfrentada, conforme determina a legislação. A manutenção do sistema de drenagem demanda equipes estruturadas para atuação preventiva que assegure a funcionalidade de bocas de lobo, redes, galerias e córregos. Os investimentos demandados também são significativos. Para fazer frente a estes investimentos o Poder Público Municipal tem buscado recursos federais não onerosos, mas sabe-se que estes são limitados e sempre condicionam a contrapartida municipal, de forma que as taxas de drenagem quando estabelecidas devem ter previsão de

recursos para investimentos.

Segue no Anexo F 02 está apresentado um relatório do seminário realizado pela USP (2009) abordando alternativas para cobrança de taxas de drenagem urbana.

#### **7.4.7 Recomendações**

Como conclusões deste diagnóstico, para o estabelecimento de investimentos nos programas e projetos que serão objeto de detalhamento em etapa posterior deste Plano, destacam-se, sem ordem de prioridade:

1. Elaborar o cadastro técnico digitalizado da malha de drenagem e seus acessórios, e treinar o pessoal local para a manutenção e atualização contínua deste cadastro.
2. Elaborar Plano Diretor de Drenagem Urbana detalhando as soluções globais e localizadas, métodos construtivos e serviços a executar com o orçamento do custo das obras necessárias.prioritariamente para os córregos do DER e Nhozinho.
3. Realizar obras de macrodrenagem e microdrenagem nas áreas problema conforme definido em projetos executivos, na busca da universalização dos serviços.
4. Impedir o fechamento dos cursos de água, mantendo o máximo possível as condições naturais de escoamento.
5. Desenvolver Programas Permanentes de Educação Sanitária e Ambiental para divulgação e conscientização dos efeitos da impermeabilização e de incentivo à permeabilidade, dos conceitos de drenagem sustentável e do adequado uso do sistema de drenagem urbana.
6. Exercer as atividades de fiscalização e monitoramento de lançamentos indevidos no sistema de drenagem urbana através das equipes de desobstrução de dispositivos hidráulicos. Quando identificados exigir a adequação à legislação e às normas vigentes, especialmente quando da solicitação de alvará de reforma ou ampliação da edificação.
7. Recomendar temas para atualização da legislação existente e para a criação de normas, critérios e outros dispositivos relativos ao setor;
8. Incentivar a manutenção da permeabilidade dos solos em residências e instalações comerciais e industriais. Incentivar o reaproveitamento das águas

de chuvas;

9. Valorizar a permeabilidade do solo e a retenção das águas pluviais nas obras públicas, praças e calçadas.
10. Minimizar o arraste de sedimentos para o sistema de drenagem com medidas de pavimentação de ruas e retenção destes sedimentos.
11. Manter permanente fiscalização para evitar a ocupação ilegal de áreas inadequadas para uso urbano por apresentarem elevado risco como várzeas, margens de retenção de sedimentos, áreas de acomodação de águas, margens de córregos e arroios, áreas de uso futuro previsto para componentes de drenagem urbana.
12. Adequar a legislação de parcelamento do solo para que todos os loteamentos mantenham as vazões e as condições de escoamento pré-existent, reservando também faixas sanitárias quando pertinentes. Manter rigor na análise técnica e na fiscalização da implantação dos projetos.
13. Estudar uma forma de cobrança da taxa de drenagem. Para isto é necessária a segregação em contabilidade regulatória de todos os custos que envolvem os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.
14. Estabelecer rotinas de manutenções periódicas e preventivas para todos os componentes dos sistemas de drenagem, destacando: a limpeza de redes, travessias e bocas de lobo.
15. Ampliar as redes de microdrenagem e macrodrenagem para universalização dos serviços.



## 8. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES NA ELABORAÇÃO DO PMSB

A Lei de Políticas Públicas Municipais de Saneamento Básico (Lei nº 2531 de 2008), que estabelece os princípios e diretrizes para a elaboração do PMSB, deverá ser revista para adequá-la ao que estabelece Lei Federal nº 11.445/2007, ao Decreto Federal nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei e à Resolução Recomendada nº 75 do Ministério das Cidades. No entanto, esta lei definiu a elaboração do plano de saneamento, estabeleceu funções de controle social para o conselho consultivo de saneamento, este criado anteriormente à Lei e até mesmo à Lei Federal nº 11.445/2007. O fundo municipal de saneamento também é anterior a Lei Federal e foi criado através da Lei nº 2.330 de 7 de junho de 2006. A regulação dos serviços de saneamento básico também foi definida para ser executada por órgão regulador externo, posteriormente estabelecido em consórcio intermunicipal (ARIS). Assim, embora carecendo de adequação que já está sendo encaminhada ao legislativo municipal, a lei municipal contempla os 3 (três) pilares básicos de uma política pública de saneamento, estabelecidos na Lei Federal nº 11.445/2007, que são: a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, o Controle Social e a Regulação dos Serviços.

## 9. CONTROLE SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PMSB

### 9.1. REUNIÕES COMUNITÁRIAS

Para coleta de subsídios visando a composição dos diagnósticos dos quatro serviços de saneamento básico, foram realizadas 6 (seis) reuniões comunitárias, em locais e datas conforme Tabela 96 abaixo apresentada:

Tabela 96 - Data, Hora e Local das Reuniões Comunitárias Realizadas			
Data	Hora	Local	Abrangência
08/10/2013	19:00	Bairro Bello - Centro Comunitário	Bello, Gioppo, Rancho Fundo e São Cristóvão
08/10/2013	20:00	Bairro Martello - Centro Comunitário	Martello, Bom Sucesso, Aeroporto e Industrial
09/10/2013	19:00	Bairro Berger - Centro Comunitário	Berger, Alto Bonito, Paraíso e Figueroa
09/10/2013	20:00	Bairro dos Municípios - Centro Comunitário	Municípios, Reunidas, Bom Jesus e Sorgatto
10/10/2013	19:00	Centro - Câmara de Vereadores	Centro e DER
10/10/2013	20:00	Santa Catarina - Centro Comunitário	Santa Catarina, Vila Kurtz e Nossa Sra. Salete



Fotos das reuniões comunitárias

Embora precedidas de ampla comunicação prévia, a presença de público nas reuniões comunitárias foi abaixo das piores expectativas. No entanto, as poucas contribuições havidas, com o devido filtro técnico foram incorporadas aos diagnósticos setoriais.

## 9.2. PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Embora não previsto no Termo de Referência de elaboração do Plano de Saneamento básico, foi sugerido por esta Consultora e acolhido pela FUNDEMA, a realização de pesquisa de satisfação para com os serviços de saneamento básico. A pesquisa foi conduzida pelas assistentes sociais da Secretaria de Saúde, e embora sem o rigor técnico que uma consulta deste tipo exige, proporcionou uma ideia do sentimento dos munícipes com relação aos serviços e consistência às ações e prioridades propostas.

Foram pesquisados 988 moradores de 17 bairros através de questionário que se encontra reproduzido no Anexo G 01. A Tabela 97 apresenta o resumo dos resultados por bairro. Os bairros Aeroporto, Champanat, DER, Industrial e Reunidas não foram consultados.

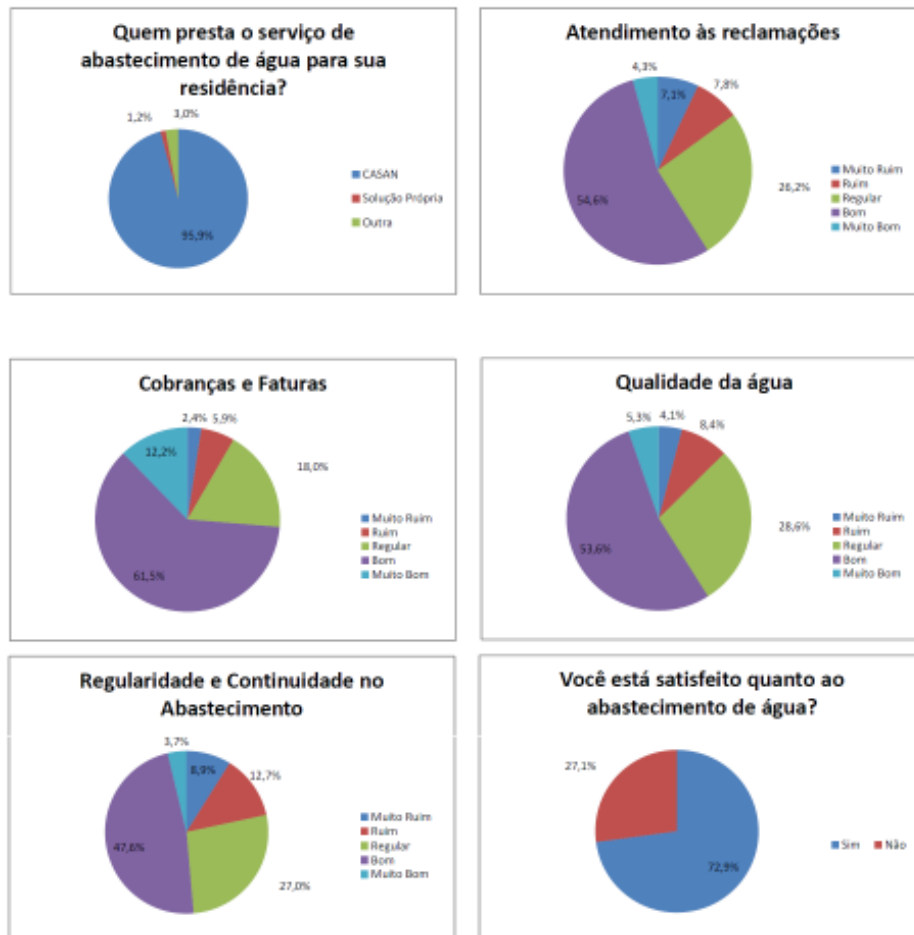
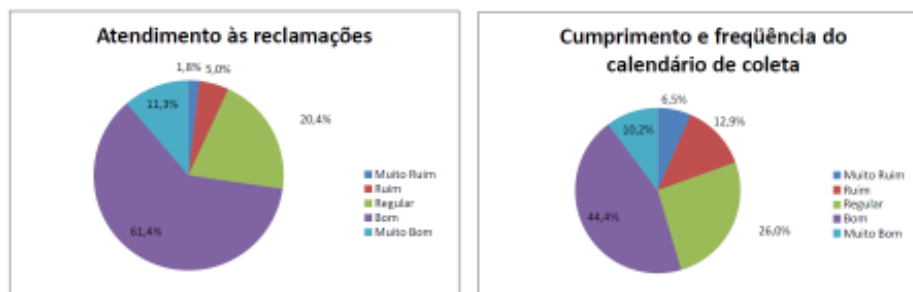
**Tabela 97 - Resultados da Pesquisa de Satisfação**

BAIRRO	Você está satisfeito com os serviços de							
	Abastecimento de Água		Coleta Convencional		Coleta Seletiva		Drenagem	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Alto Bonito	84,1%	15,9%	93,6%	6,4%	86,0%	14,0%	66,7%	33,3%
Bello	100,0%	0,0%	92,9%	7,1%	94,1%	5,9%	52,9%	47,1%
Berger	66,7%	33,3%	82,0%	18,0%	83,7%	16,3%	33,3%	66,7%
Bom Jesus	80,0%	20,0%	94,1%	5,9%	81,3%	18,8%	64,3%	35,7%
Bom Sucesso	67,1%	32,9%	78,6%	21,4%	83,3%	16,7%	58,8%	41,2%
Centro	80,0%	20,0%	80,0%	20,0%	90,0%	10,0%	80,0%	20,0%
Dos Municípios	96,3%	3,7%	96,4%	3,6%	100,0%	0,0%	42,1%	57,9%
Figueroa	97,5%	2,5%	94,4%	5,6%	94,9%	5,1%	58,8%	41,2%
Gioppo	86,5%	13,5%	91,4%	8,6%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
Kurtz	77,3%	22,7%	77,3%	22,7%	72,7%	27,3%	0,0%	100,0%
Martelo	58,3%	41,7%	67,2%	32,8%	76,4%	23,6%	30,7%	69,3%
Nossa Senhora Salete	55,6%	44,4%	77,8%	22,2%	88,9%	11,1%	11,1%	88,9%
Paraíso	93,3%	6,7%	81,3%	18,8%	93,8%	6,3%	42,9%	57,1%
Rancho Fundo	78,1%	21,9%	100,0%	0,0%	84,4%	15,6%	42,9%	57,1%
Santa Catarina	85,9%	14,1%	92,0%	8,0%	92,9%	7,1%	26,0%	74,0%
São Cristóvão	77,3%	22,7%	87,5%	12,5%	91,7%	8,3%	22,7%	77,3%
Sorgatto	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	95,2%	4,8%	41,7%	58,3%

Os resultados estão apresentados por bairro e por item pesquisado (Anexo G 01) e a totalização foi feita em relação ao montante das pesquisas efetuadas e não pode ser entendida como uma estatística perfeita da população, pois não tem a ponderação das populações dos bairros. Abaixo estão apresentados os graficos de torta para todo o município.

Versão Final do PMSB de Caçador

258

**VISÃO GERAL DO MUNICÍPIO****Sistema de Abastecimento de Água****Coleta Convencional de Lixo**

1ª Revisão do PMSB

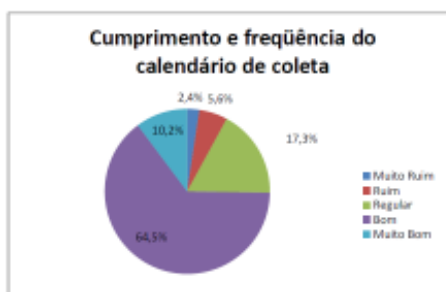
julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

259



### Coleta de Materiais Recicláveis



1ª Revisão do PMSB

julho/2014

### Drenagem Urbana



### 9.3. REUNIÕES COM CONSELHO CONSULTIVO DE SANEAMENTO

O Conselho Consultivo de Saneamento foi instituído através da Lei Ordinária nº 2.361/2006 e teve seu regimento interno estabelecido pelo Decreto nº 3.611/2006.

No dia 08 de outubro de 2013 foi realizada a primeira reunião do Conselho Consultivo de Saneamento Básico para a apreciação dos produtos A (relatório de características gerais e de planejamento) e B (diagnóstico social) da 1ª revisão do plano de saneamento básico. No dia 28 de novembro de 2013 foi realizada a segunda reunião do Conselho Consultivo de Saneamento Básico para a apreciação do produto C (diagnóstico de sistema de abastecimento de água) e no dia 16 de janeiro de 2014 foram realizadas a terceira e quarta reuniões do Conselho para apreciação dos produtos D (diagnóstico do sistema de esgotamento sanitários) e F (diagnóstico do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais). A apresentação do produto E (diagnóstico do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos) ao Conselho foi realizada no dia 13/04 na parte da manhã e no mesmo dia na parte da tarde foi apresentada a versão preliminar da 1ª revisão do plano de saneamento básico (produto G).



#### 9.4. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Após apreciação pelo Conselho Consultivo de Saneamento da Versão Preliminar do Plano de Saneamento Básico, e tendo a aprovação deste Conselho, a mesma foi levada à Audiência Pública de apresentação e disponibilização do seu teor para coleta de subsídios visando adequação da proposta ao interesse público, conforme estabelece a legislação. A Audiência contou com boa participação de vereadores (11 dos 13 vereadores estavam presentes) e de lideranças municipais, e após apresentação do PMSB as manifestações foram para esclarecimentos de alguns itens, sendo que ao final o PMSB foi integralmente aprovado. As indagações de alternativas de modelo institucional para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não foram levadas adiante visto que não são atribuições do PMSB defini-las e sim das políticas públicas municipais de saneamento básico definidas em Lei.



**Foto da Audiência Pública**  
**Fonte Prefeitura de Caçador**

O Anexo G 04 traz a lista de presenças e notas da mídia Caçadoreense a respeito da Audiência Pública.



## 10. CENÁRIOS

A construção de cenários é cercada de incertezas e dificuldades para se obter algo consistente, e o aprofundamento deste tipo de trabalho carece de laboriosos estudos e base de dados, que, no entanto, estão sujeitos a eventos imponderáveis, que não podem sequer ser imaginados pela carência de sinais e indicações. O que ocorreu no passado não garante a continuidade no futuro, sendo que este não está pré-determinado, mas sujeito, além das políticas urbanas, aos eventos sócio-econômicos e culturais, não restritos somente ao município. O que há de concreto é a realidade diagnosticada das carências e déficits de atendimento dos serviços públicos de saneamento básico.

Daquilo que o Guia do Ministério das Cidades apresenta, sem sugestão de metodologia, e daquilo que foi pesquisado e analisado, esta Consultora pôde inferir que a definição de cenários deve estar estruturada nos relatórios com diagnósticos e prognósticos setoriais e nas previsões de como o espaço urbano poderá vir a ser modificado.

Desta forma, na construção dos cenários foram considerados os seguintes aspectos:

- Estudos Demográficos e da Habitação
- Plano Diretor Urbano e Outras Políticas Públicas
- Informações Recolhidas, Prognósticos e Recomendações dos Diagnósticos Setoriais
- Atividades Econômicas
- Comportamento Humano
- Vetores e Condicionantes Físicos e de Infraestrutura
- Princípios Fundamentais da Prestação dos Serviços de Saneamento (universalização do acesso, integralidade, eficiência e sustentabilidade econômica, etc.).

Nas considerações finais dos diagnósticos setoriais foram apresentadas recomendações que para o atendimento dos cenários definidos serão tratadas como programas, projetos, metas e ações.

A definição de um cenário permite antever as dificuldades e necessidades futuras, orientando o planejamento de ações para transpor estas dificuldades na prestação dos serviços de saneamento básico. Um cenário não é necessariamente uma previsão concreta, mas é uma visão de futuro que permite vigilância nas ações programadas, monitorando a evolução dos fatores condutores, e reduzindo riscos pela prontidão e flexibilidade nestas ações.

Com o uso destas conclusões como roteiro de orientação, fugindo de tratamentos acadêmicos, o que deve ser focado é o que de prático se aplica ao PMSB, formulando ações dentro das possibilidades reais, na busca da salubridade ambiental. Primeiro interpretando o

que o legislador buscou através do estabelecimento da Lei Federal nº 11.445/2007, ou seja, que as ações de saneamento sejam conduzidas de forma planejada e interativa com outras políticas municipais de desenvolvimento urbano e social, seguindo princípios fundamentais de prestação dos serviços estabelecidos na Lei, dentre eles o da sustentabilidade econômico-financeira com modicidade tarifária. Em segundo lugar considerando a situação diagnosticada de grande déficit atual dos serviços de saneamento básico que requerem elevada disponibilidade de recursos para superá-lo, além das necessidades de investimentos para atendimento das demandas do crescimento futuro apresentadas nos diagnósticos, num cenário ideal que desconsidere as descontinuidades de recursos que normalmente ocorrem, conforme observado ao longo da história do saneamento no Brasil. Em terceiro lugar considerando que o Plano de Saneamento Básico é um instrumento de gestão com o devido controle social que não ficará ao sabor de casuísmos das diferentes administrações municipais, devendo ser revisado periodicamente no mínimo a cada 4 (quatro) anos e, portanto, ajustável aos impactos de fatores novos de mudança de cenários projetados.

O horizonte de planejamento dos serviços de saneamento básico é de 20 anos, com as metas, programas, projetos e ações propostas apresentadas como imediatas (até 3 anos), de curto prazo (do 4º ao 8º ano), de médio prazo (do 9º ao 12º ano) e de longo prazo (do 13º ao 20º ano), conforme estabelecido no Termo de Referência de elaboração do PMSB. No entanto, para que se possa examinar a proposta de contrato de programa para 30 anos a ser apresentada pela CASAN, este foi o horizonte de planejamento adotado para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, passando o período de longo prazo para “do 13º ano ao 30º ano”.

O maior obstáculo para o estabelecimento de projeções de investimentos e de construção de cenários para uma gradual e continuada melhoria da salubridade ambiental com o estabelecimento de metas em cronogramas físico financeiros, é a carência de bons e atualizados projetos, em especial, para os sistemas de resíduos sólidos e de drenagem urbana.

#### **10.1. POPULAÇÃO**

Com a publicação da população da sede urbana de Caçador no Censo de 2010, as projeções populacionais foram realizadas no diagnóstico social, especializadas segundo os bairros existentes. A população urbana do Distrito da Taquara Verde e a população rural foram consideradas estáveis ao longo do horizonte do plano.

Na elaboração de prognósticos no diagnóstico social foram construídos cenários de projeção populacional e aquele adotado está apresentado nas tabelas 98 e 99. O cenário apresentado de expansão urbana por setor bairro considerou vetores e condicionantes físicos e de infraestrutura. Deve ser monitorado neste cenário o comportamento futuro de verticalização das moradias, a cadente taxa de ocupação domiciliar e as projeções populacionais por bairros, para os ajustes necessários. O crescimento populacional e a forma que este

crescimento se processa no espaço urbano certamente é a essência da construção de cenários futuros.

**Tabela 98 - Cenário de Crescimento Populacional Urbano da Sede**

<b>Ano</b>	<b>Projeção Adotada (hab)</b>	<b>% Anual</b>
<b>2010</b>	62.900	
<b>2011</b>	63.810	1,45%
<b>2012</b>	64.729	1,44%
<b>2013</b>	65.659	1,44%
<b>2014</b>	66.597	1,43%
<b>2015</b>	67.546	1,42%
<b>2016</b>	68.504	1,42%
<b>2017</b>	69.472	1,41%
<b>2018</b>	70.450	1,41%
<b>2019</b>	71.437	1,40%
<b>2020</b>	72.433	1,40%
<b>2021</b>	73.440	1,39%
<b>2022</b>	74.456	1,38%
<b>2023</b>	75.481	1,38%
<b>2024</b>	76.516	1,37%
<b>2025</b>	77.560	1,36%
<b>2026</b>	78.614	1,36%
<b>2027</b>	79.677	1,35%
<b>2028</b>	80.749	1,35%
<b>2029</b>	81.831	1,34%
<b>2030</b>	82.921	1,33%
<b>2031</b>	84.021	1,33%
<b>2032</b>	85.130	1,32%
<b>2033</b>	86.248	1,31%
<b>2034</b>	87.375	1,31%
<b>2035</b>	88.510	1,30%
<b>2036</b>	89.655	1,29%
<b>2037</b>	90.808	1,29%
<b>2038</b>	91.969	1,28%
<b>2039</b>	93.139	1,27%
<b>2040</b>	94.318	1,27%
<b>2041</b>	95.504	1,26%
<b>2042</b>	96.699	1,25%
<b>2043</b>	97.902	1,24%

Versão Final do PMSB de Caçador

265

Tabela 99 - Cenário de Crescimento Populacional nos Bairros

Bairros	População Censo 2010	Domicílios 2010	Taxa de Ocupação (hab/dom)	Áreas (ha)			% de Urbanização Atual	Densidades (hab/ha)		Projeções	
				Total	Urbanizada	Disponível p/ Expansão Urbana		Atual	Efetiva	População em 2043	de Saturação
Aeroporto	372	98	3,80	236,60	37,12	178,91	216,03	15,69%	1,57	10,02	60
Alto Bonito	3.801	1.211	3,14	71,92	70,50	1,42	71,92	98,03%	52,85	53,92	140
Beilo	3.267	1.061	3,08	117,11	54,41	45,53	99,94	46,46%	27,90	60,04	100
Berger	4.491	1.490	3,01	170,60	121,61	39,60	161,21	71,28%	26,32	36,93	120
Bom Jesus	1.767	594	2,97	43,50	41,10	1,16	42,26	94,49%	40,62	42,99	120
Bom Sucesso	5.075	1.449	3,50	426,43	141,97	228,28	370,25	33,29%	11,90	35,75	100
Centro	5.194	2.044	2,54	156,72	146,40	0,00	146,40	93,42%	33,14	35,48	100
Champagnat	139	49	2,84	256,85	24,30	190,16	214,46	9,46%	0,54	5,72	30
DER	917	321	2,86	110,61	39,15	61,72	100,86	35,39%	8,29	23,43	60
Dos Municípios	3.600	1.189	3,03	154,62	77,01	63,76	140,77	49,81%	23,28	46,75	75
Figueroa	1.504	456	3,30	229,65	70,81	134,42	205,23	30,83%	6,55	21,24	80
Gioppo	3.017	914	3,30	194,03	64,72	108,50	173,22	33,35%	15,55	46,62	80
Industrial	256	75	3,41	678,40	61,76	494,39	556,15	9,10%	0,38	4,15	20
Kurtz	1.495	448	3,34	42,15	23,09	7,46	30,55	54,78%	35,47	64,76	120
Martello	12.695	3.559	3,57	455,47	210,75	223,63	434,37	46,27%	27,87	60,24	140
Nossa Senhora Salete	1.295	384	3,37	203,68	28,47	137,23	165,71	13,98%	6,36	45,48	80
Paraiso	1.425	493	2,89	75,17	42,85	20,63	63,48	57,01%	18,96	33,25	80
Rancho Fundo	2.686	790	3,40	150,42	50,20	76,68	126,88	33,37%	17,86	53,51	100
Reunidas	904	335	2,70	61,18	36,93	23,40	60,33	60,35%	14,78	24,48	50
Santa Catarina	6.206	1.901	3,26	228,73	107,99	99,91	207,90	47,21%	27,13	57,47	100
São Cristóvão	1.298	403	3,22	182,65	66,35	107,04	173,39	36,33%	7,11	19,56	60
Sorgatto	1.496	521	2,87	103,89	68,66	30,36	99,02	66,09%	14,40	21,79	40
<b>Total da Sede Urbana</b>	<b>62.900</b>	<b>19.785</b>	<b>3,18</b>	<b>4.350,35</b>	<b>1.586,14</b>	<b>2.274,19</b>	<b>3.860,34</b>	<b>36,46%</b>	<b>14,46</b>	<b>39,66</b>	<b>80</b>
<b>Total da Sede Urbana</b>										<b>97.902</b>	<b>307.221</b>

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

## 10.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O índice de atendimento do sistema da sede municipal, operado pela CASAN, se apresenta em cerca de 90%. Os 10% restantes são atendidos por sistemas condominiais e soluções individuais de abastecimento. O prognóstico é alcançar a universalização de acesso, pelo sistema público da sede, no ano de 2030, consolidando esta situação com qualidade e segurança no abastecimento, seguindo recomendações apresentadas ao final do diagnóstico setorial, com reversão da imagem e da falta de confiabilidade do passado. O índice de atendimento do sistema do distrito de Taquara Verde, operado pela CASAN, também se apresenta em torno de 90%, sendo o restante atendido por soluções individuais.

Para abastecimento de água no meio rural, aonde os sistemas públicos não atendem, é fundamental que se assegure a continuidade da soma de esforços que vem sendo realizada entre a FUNDEMA e EPAGRI, evitando a pulverização de recursos e aproveitando as experiências acumuladas para orientação de soluções seguras de abastecimento.

Identificam-se como desafios futuros, o abastecimento de água de forma segura e continuada, com os padrões de qualidade atendidos, bem como uma nova forma de gestão operacional dos serviços, monitorada através dos indicadores de desempenho sugeridos. O objetivo é de uma evolução continuada de eficiência, com especial atenção a redução rápida do elevado índice de perdas dos sistemas públicos, para a ampliação do horizonte de atendimento do manancial Rio do Peixe.

O cenário de evolução das ligações e economias nas diferentes categorias está apresentado na tabela 100.

O cenário prognosticado para, perdas, vazões e reservação está apresentado na Tabela 101 e de extensão de redes na Tabela 102. As unidades do sistema que necessitam de melhorias, ampliações, substituições e implantações, para atendimento destas demandas estão apresentadas no diagnóstico setorial.

Versão Final do PMSB de Caçador

267

Tabela 100 - Projeções de Economias e Ligações

Ano	Projeção da população urbana de universalização (hab)	Índice de Atendimento (%)	População abastecida	Projeção da taxa de ocupação por domicílio	Social			Residencial			Comercial			Industrial			Pública			Total de Economias	Total de Ligações
					Ligações	Economias	Econ/lig	Ligações	Economias	Econ/lig	Ligações	Economias	Econ/lig	Ligações	Economias	Econ/lig	Ligações	Economias	Econ/lig		
2010	62.900			3,18																19.902	16.568
2011	63.810	86,99%	56.310	3,18	22	22	1,00	15.323	18.206	1,19	883	1.309	1,48	102	106	1,04	238	259	1,09	16.824	20.227
2012	64.729	87,93%	57.736	3,17	22	22	1,00	15.559	18.503	1,19	896	1.330	1,48	104	108	1,04	242	263	1,09	17.166	20.657
2013	65.659	88,00%	58.606	3,16	23	23	1,00	15.876	18.897	1,19	915	1.359	1,49	106	110	1,04	247	269	1,09	17.508	21.087
2014	66.597	88,50%	59.778	3,16	24	24	1,00	16.562	19.731	1,19	934	1.419	1,49	111	115	1,04	258	281	1,09	17.969	21.569
2015	67.546	91,00%	62.339	3,16	25	25	1,00	17.171	20.475	1,19	989	1.472	1,49	115	119	1,04	268	291	1,09	18.567	22.382
2016	68.504	93,00%	64.609	3,15	25	25	1,00	17.606	21.012	1,19	1.014	1.511	1,49	118	122	1,04	275	299	1,09	19.037	22.969
2017	69.472	94,00%	66.223	3,15	25	25	1,00	17.954	21.446	1,19	1.034	1.542	1,49	120	125	1,04	280	305	1,09	19.414	23.444
2018	70.450	94,50%	67.508	3,14	26	26	1,00	18.307	21.888	1,20	1.054	1.574	1,49	123	127	1,04	286	311	1,09	19.796	23.927
2019	71.437	95,00%	68.812	3,14	26	26	1,00	18.666	22.337	1,20	1.074	1.606	1,50	125	130	1,04	292	318	1,09	20.184	24.417
2020	72.433	95,50%	70.135	3,14	27	27	1,00	19.030	22.793	1,20	1.095	1.639	1,50	128	133	1,04	298	324	1,09	20.578	24.916
2021	73.440	96,00%	71.477	3,13	28	28	1,00	19.400	23.256	1,20	1.116	1.672	1,50	130	135	1,04	304	331	1,09	20.978	25.422
2022	74.456	96,50%	72.839	3,13	28	28	1,00	19.775	23.727	1,20	1.137	1.706	1,50	133	138	1,04	310	338	1,09	21.384	25.937
2023	75.481	97,00%	74.621	3,12	29	29	1,00	20.156	24.205	1,20	1.159	1.740	1,50	136	141	1,04	316	344	1,09	21.796	26.459
2024	76.516	97,50%	75.621	3,12	29	29	1,00	20.542	24.690	1,20	1.181	1.775	1,50	138	144	1,04	323	351	1,09	22.214	26.990
2025	77.560	98,00%	77.041	3,12	30	30	1,00	20.934	25.183	1,20	1.203	1.811	1,50	141	147	1,04	329	358	1,09	22.638	27.529
2026	78.614	98,50%	78.482	3,11	30	30	1,00	21.331	25.684	1,20	1.226	1.847	1,51	144	150	1,04	336	365	1,09	23.068	28.077
2027	79.677	99,00%	79.942	3,11	31	31	1,00	21.734	26.193	1,21	1.249	1.883	1,51	147	153	1,04	342	373	1,09	23.504	28.633
2028	80.749	99,50%	81.421	3,10	32	32	1,00	22.143	26.709	1,21	1.272	1.920	1,51	150	156	1,04	349	380	1,09	23.946	29.197
2029	81.831	100,00%	82.921	3,10	32	32	1,00	22.445	27.097	1,21	1.289	1.948	1,51	152	158	1,04	354	385	1,09	24.274	29.622
2030	82.921	100,00%	84.021	3,10	33	33	1,00	22.750	27.490	1,21	1.307	1.976	1,51	154	160	1,04	359	391	1,09	24.604	30.051
2031	84.021	100,00%	85.130	3,09	33	33	1,00	23.058	27.886	1,21	1.324	2.005	1,51	156	162	1,04	365	397	1,09	24.937	30.484
2032	85.130	100,00%	86.248	3,09	34	34	1,00	23.368	28.286	1,21	1.342	2.034	1,52	158	165	1,04	370	402	1,09	25.273	30.921
2033	86.248	100,00%	87.375	3,09	34	34	1,00	23.681	28.690	1,21	1.360	2.063	1,52	161	167	1,04	375	408	1,09	25.611	31.363
2034	87.375	100,00%	88.510	3,08	35	35	1,00	23.997	29.098	1,21	1.377	2.092	1,52	163	169	1,04	380	414	1,09	25.953	31.809
2035	88.510	100,00%	89.655	3,08	35	35	1,00	24.315	29.510	1,21	1.395	2.122	1,52	165	172	1,04	386	420	1,09	26.298	32.259
2036	89.655	100,00%	90.808	3,07	36	36	1,00	24.636	29.925	1,21	1.414	2.152	1,52	168	174	1,04	391	426	1,09	26.645	32.713
2037	90.808	100,00%	91.969	3,07	36	36	1,00	24.960	30.345	1,21	1.432	2.182	1,52	170	177	1,04	397	432	1,09	26.995	33.172
2038	91.969	100,00%	93.139	3,07	37	37	1,00	25.286	30.768	1,22	1.450	2.212	1,53	172	179	1,04	402	438	1,09	27.348	33.634
2039	93.139	100,00%	94.318	3,06	37	37	1,00	25.614	31.195	1,22	1.469	2.243	1,53	175	182	1,04	408	444	1,09	27.704	34.101
2040	94.318	100,00%	95.504	3,06	38	38	1,00	25.945	31.626	1,22	1.488	2.274	1,53	177	184	1,04	413	449	1,09	28.062	34.572
2041	95.504	100,00%	96.699	3,06	38	38	1,00	26.279	32.060	1,22	1.507	2.305	1,53	180	187	1,04	419	456	1,09	28.423	35.047
2042	96.699	100,00%	97.902	3,05	39	39	1,00	26.629	32.460	1,22	1.527	2.336	1,53	182	189	1,04	425	462	1,09	28.784	35.522
2043	97.902	100,00%			39	39	1,00							182	189	1,04	425	462	1,09	28.784	35.522

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

268

Tabela 101 - Vazão e Reservação Necessárias para a Universalização do SAA (24h/dia)

Ano	População urbana	População abastecida	Per capita aparente l/hab*dia	% de perdas na distribuição	Per capita demandado l/hab*dia	Per capita dia maior consumo l/hab*dia	m³ no dia de maior consumo	Perda de processo	m³ dia a captar	Vazão a captar total no dia de maior consumo (l/s)	Vazão a captar poço Figueira (l/s)	Vazão a captar Rio Pelike (l/s)	Reservação necessária (m³)
2010	62.900												
2011	63.810		120	52,27%	251	301	16.971	4,09%	17.695	205	4	201	5.657
2012	64.729		121	52,27%	253	303	17.495	4,09%	18.241	211	4	207	5.832
2013	65.659		121	40,00%	202	242	14.202	3,00%	14.642	169	4	165	4.734
2014	66.597		122	39,48%	201	242	14.440	3,00%	14.886	172	4	168	4.813
2015	67.546		122	38,97%	201	241	15.010	3,00%	15.474	179	4	175	5.003
2016	68.504		123	38,45%	200	240	15.508	3,00%	15.987	185	4	181	5.169
2017	69.472		124	37,93%	199	239	15.846	3,00%	16.336	189	4	185	5.282
2018	70.450		124	37,41%	199	239	16.104	3,00%	16.602	192	4	188	5.368
2019	71.437		125	36,90%	198	238	16.365	3,00%	16.872	195	6	189	5.455
2020	72.433		126	36,38%	198	237	16.630	3,00%	17.145	198	6	192	5.543
2021	73.440		127	35,86%	197	236	16.899	3,00%	17.421	202	6	196	5.633
2022	74.456		127	35,34%	196	236	17.171	3,00%	17.702	205	6	199	5.724
2023	75.481		128	34,83%	196	235	17.446	3,00%	17.986	208	6	202	5.815
2024	76.516		128	34,31%	195	234	17.725	3,00%	18.273	211	6	205	5.908
2025	77.560		129	33,79%	195	234	18.008	3,00%	18.565	215	6	209	6.003
2026	78.614		130	33,28%	194	233	18.294	3,00%	18.860	218	6	212	6.098
2027	79.677		130	32,76%	194	232	18.583	3,00%	19.158	222	6	216	6.194
2028	80.749		131	32,24%	193	232	18.877	3,00%	19.460	225	6	219	6.292
2029	81.831		132	31,72%	193	231	19.173	3,00%	19.766	229	6	223	6.391
2030	82.921		132	31,21%	192	231	19.377	3,00%	19.976	231	6	225	6.459
2031	84.021		133	30,69%	192	230	19.582	3,00%	20.187	234	6	228	6.527
2032	85.130		134	30,17%	191	229	19.788	3,00%	20.400	236	6	230	6.596
2033	86.248		134	29,66%	191	229	19.996	3,00%	20.615	239	6	233	6.665
2034	87.375		135	29,14%	190	228	20.205	3,00%	20.830	241	6	235	6.735
2035	88.510		135	28,62%	190	228	20.416	3,00%	21.048	244	6	238	6.805
2036	89.655		136	28,10%	189	227	20.628	3,00%	21.266	246	6	240	6.876
2037	90.808		137	27,59%	189	227	20.842	3,00%	21.487	249	6	243	6.947
2038	91.969		137	27,07%	188	226	21.057	3,00%	21.708	251	6	245	7.019
2039	93.139		138	26,55%	188	226	21.273	3,00%	21.931	254	6	248	7.091
2040	94.318		139	26,03%	188	225	21.491	3,00%	22.156	256	6	250	7.164
2041	95.504		139	25,52%	187	225	21.710	3,00%	22.381	259	6	253	7.237
2042	96.699		140	25,00%	187	224	21.930	3,00%	22.608	262	6	256	7.310
2043	97.902		140	25,00%	187	224	21.930	3,00%	22.608	262	6	256	7.310

Reservação existente: 7.070 m³

Vazões média e máxima atualmente captada: 160 e 170 l/s

Capacidade da ETA: 160 l/s

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

269

Tabela 102 - Extensões de Redes Previstas

Ano	Projeção de Ligações	Metros de rede por ligação	Extensão de redes (m)	Incremento anual da rede (m)	Incremento de redes pelo operador para ampliar a cobertura (m)	Incremento de redes por loteador para ampliar a cobertura (m)	Substituição de redes (m)
2013	16.568	14,22	235.570				
2014	16.824	14,20	238.969	3.399	952	2.447	8.593
2015	17.166	14,19	243.597	4.628	1.296	3.332	9.916
2016	17.908	14,18	253.873	10.276	2.877	7.399	9.915
2017	18.567	14,16	262.954	9.081	2.543	6.539	5.288
2018	19.037	14,15	269.353	6.399	1.792	4.608	5.288
2019	19.414	14,13	274.410	5.057	1.416	3.641	
2020	19.796	14,12	279.538	5.128	1.436	3.692	
2021	20.184	14,11	284.737	5.199	1.456	3.743	
2022	20.578	14,09	290.008	5.271	1.476	3.795	
2023	20.978	14,08	295.351	5.343	1.496	3.847	
2024	21.384	14,06	300.767	5.416	1.516	3.899	
2025	21.796	14,05	306.256	5.489	1.537	3.952	
2026	22.214	14,04	311.818	5.562	1.557	4.005	
2027	22.638	14,02	317.453	5.635	1.578	4.057	
2028	23.068	14,01	323.162	5.709	1.598	4.110	
2029	23.504	14,00	328.944	5.783	1.619	4.164	
2030	23.946	13,98	334.801	5.857	1.640	4.217	
2031	24.274	13,97	339.037	4.236	0	4.236	
2032	24.604	13,95	343.305	4.268	0	4.268	
2033	24.937	13,94	347.604	4.299	0	4.299	
2034	25.273	13,93	351.934	4.330	0	4.330	
2035	25.611	13,91	356.295	4.361	0	4.361	
2036	25.953	13,90	360.686	4.391	0	4.391	
2037	26.298	13,88	365.107	4.421	0	4.421	
2038	26.645	13,87	369.557	4.451	0	4.451	
2039	26.995	13,86	374.037	4.480	0	4.480	
2040	27.348	13,84	378.545	4.508	0	4.508	
2041	27.704	13,83	383.082	4.537	0	4.537	
2042	28.062	13,81	387.646	4.564	0	4.564	
2043	28.423	13,80	392.238	4.591	0	4.591	
TOTAL				156.668	27.785	128.883	39.000

Após a elaboração do diagnóstico setorial, e por indicação deste, foi dado início à revisão do estudo da CISM que deu novo formato ao sistema distribuidor visando o atendimento atual e futuro do município, visto que naquela época não se dispunha dos dados populacionais do Censo de 2010, que modificaram substancialmente as projeções populacionais. Esta revisão inclui também diferentes projeções de consumo per capita e de redução de perdas. Este novo cenário, já conhecido da revisão que está em sua fase final, resultou numa alteração de formato do sistema distribuidor e na extensão e diâmetros das redes de reforço necessárias. O centro de reservação R-11 e a elevatória ERAT-3 que o abastece, diferentemente do estudo inicial da CISM, continuam existindo, porém com estruturas totalmente novas. Os centros de reservação e suas áreas de influência, as zonas de pressão e os distritos de medição e controle tiveram alterações diante do novo estudo. As Tabelas 103 e 104 apresentam a configuração futura dos centros de reservação, das zonas de influência e das populações abastecidas em cada centro de reservação.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

270

Tabela 103 - Novo Arranjo do Sistema Distribuidor

Influência		Zonas de Pressão		
		Zona	Sub-Zonas	Nº
futura	R1 ETA (contato)	R3 / R3A - ZB	ZB	1
			ZN	2
				3
				4
			ZE	5
				6
				7
				8
			ZC	9
				10
			ZD	11
				12
				13
				14
				15
				16
				17
				18
				19
				20
			ZF	21
				22
			ZH	23
				24
			ZI	25
				26
			ZP	27
				28
				29
			ZG	30
			ZG1	31
			ZT	1

Tabela 104 - População Abastecida por Zona de Influência em 2043

Zona de Influência	População 2043	Área (ha)	Densidade (hab/ha)
R11	4.282	109,03	39,27
R13	7.158	192,49	37,19
R16	5.845	167,11	34,98
R16A	388	11,74	33,07
R17	2.517	102,06	24,67
R18	1.129	71,58	15,77
R3	24.630	637,46	38,64
R5	3.134	64,98	48,24
R7	41.947	980,23	42,79
R8	6.872	174,98	39,27
Total	97.903	2.512	

As redes de distribuição serão reforçadas em todos os setores prevendo a revisão do sistema distribuidor, em fase final, 37.608 m de tubulações novas.

O distrito de Taquara Verde permanecerá com a mesma configuração atual.

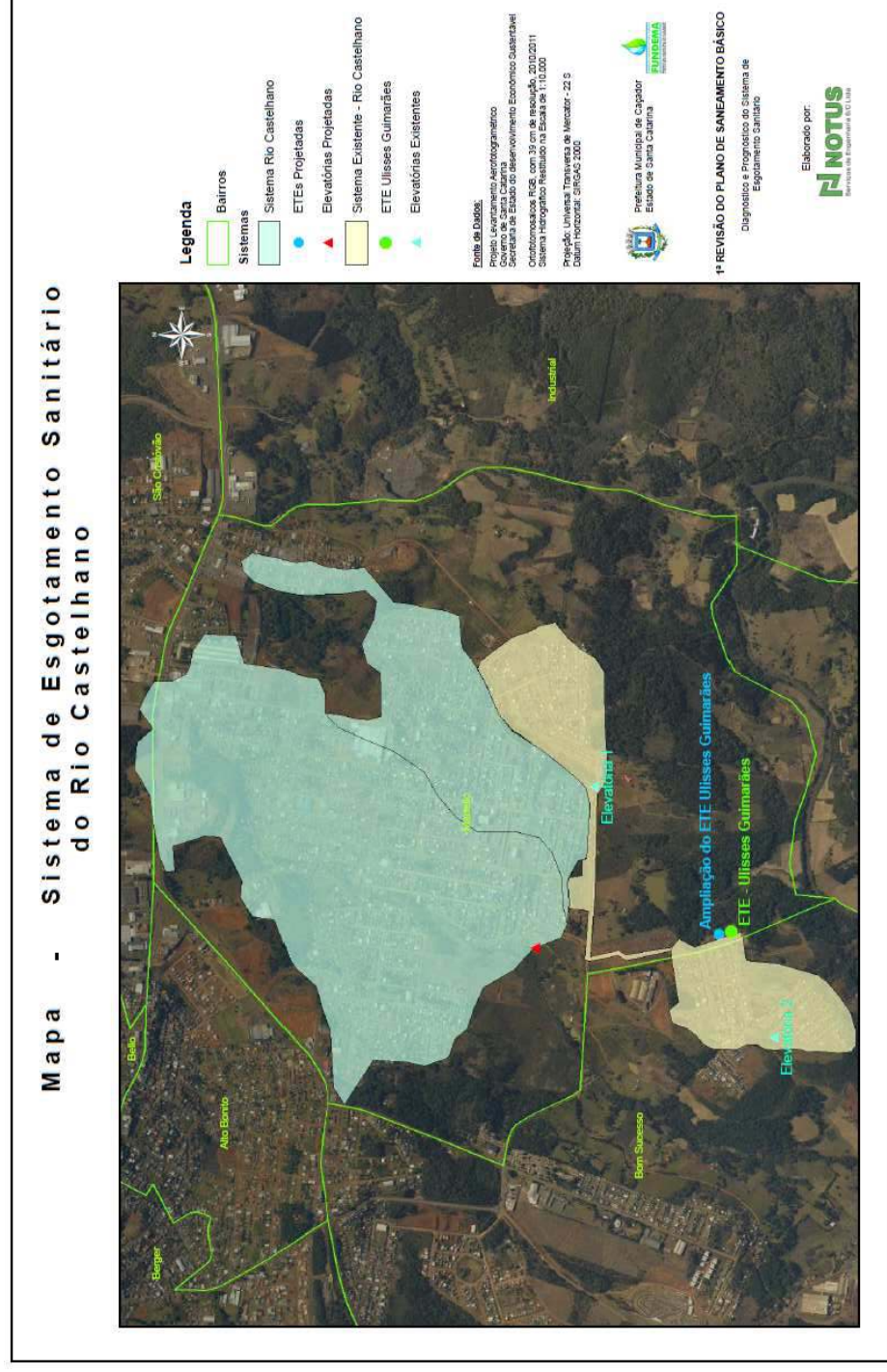
1ª Revisão do PMSB

julho/2014

### 10.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O município de Caçador conta com menos de 5% de sua população urbana atendida com serviços de esgotamento sanitário. Há um longo caminho a percorrer para dotar o município com uma cobertura adequada com estes serviços. O desafio está na implantação do Sistema Rio do Peixe e na ampliação do Sistema Ulisses Guimarães de forma planejada sem afetar em muito a mobilidade urbana e sem comprometer a sustentabilidade econômica de prestação dos serviços. O cenário construído no diagnóstico setorial foi apreciado pelo Conselho Consultivo de Saneamento que decidiu pela constituição de Câmara Técnica para avaliar as variantes de concepção do sistema de esgotamento da sede e as divergências entre parâmetros técnicos, dos estudos existentes. A Câmara Técnica, convidou os projetistas da Consultora LART, responsável por 3 estudos desenvolvidos, e os projetistas da CASAN que desenvolvem o projeto para implantação do SES com recursos captados junto à Agência Francesa. Após ouvir a explanação dos autores destes estudos, a Câmara Técnica se manifestou através de parecer técnico (Anexo G 02) que agora direciona a construção do cenário deste PMSB. Assim estão propostos 3 polos de tratamento para o sistema de esgotos sanitários da sede urbana de Caçador, ou seja, o do Rio do Peixe, o do Rio Caçador e o do Rio Castelhana.

A área de cobertura dos sistemas está apresentada nos mapas a seguir.



Versão Final do PMSB de Caçador

273

Mapa - Área de Abrangência Sistema de Esgotamento Sanitário do Rio Caçador

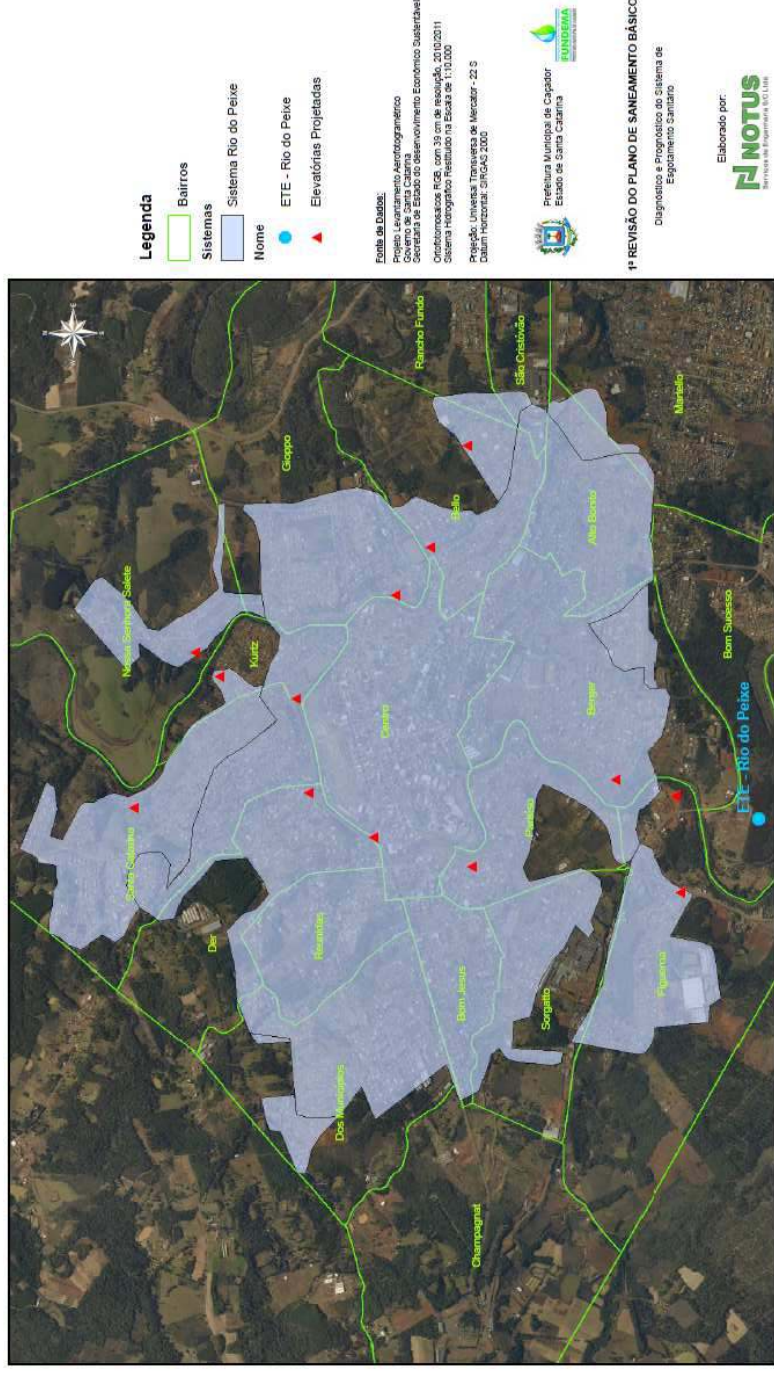


1ª Revisão do PMSB

julho/2014



**Mapa - Área de Abrangência do Sistema de Esgotamento Sanitário do Rio do Peixe**

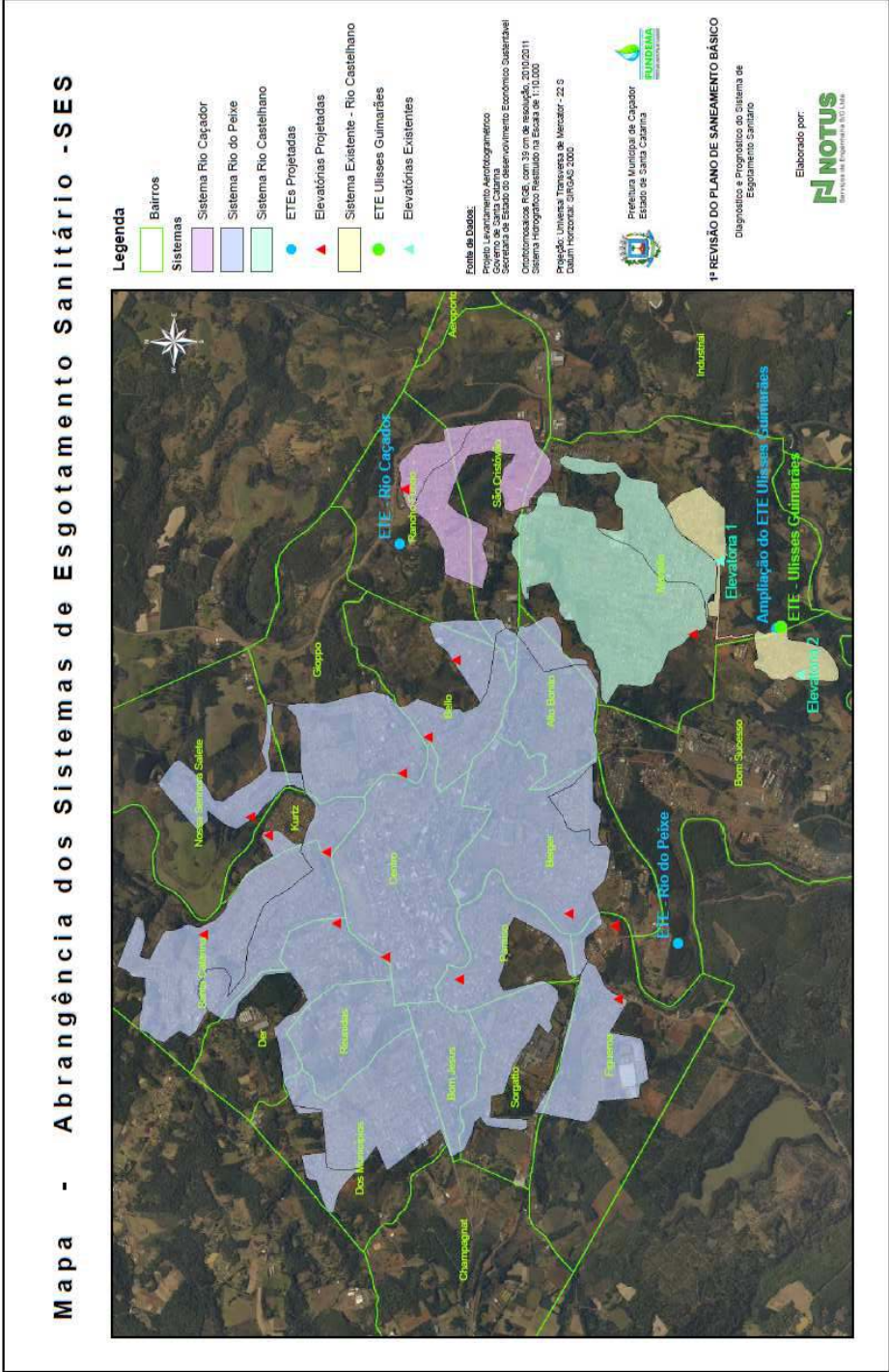


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

275



1ª Revisão do PMSB

julho/2014



O cenário de ampliação da cobertura dos serviços prognosticado no diagnóstico, está apresentado para cada um dos sistemas e em resumo condensado, nas Tabelas 105, 106, 107, 108, 109 e 110. Os anos assinalados em cor indicam o momento de obras de implantação ou ampliação de estações de tratamento. O plano de investimentos foi sucessivamente alimentado no estudo de viabilidade econômico-financeira que se desenvolveu em paralelo ao PMSB, com as variantes de projeções da cobertura e estagiamento, até se atingir a sua sustentabilidade econômica em conjunto com o sistema de abastecimento de água.

A adoção de 3 polos reduziu a vazão do sistema do Rio do Peixe e o estagiamento do ETE foi reduzido de três para duas etapas sendo a segunda de maior capacidade. A nova orientação de uso de áreas particulares resultou em 13 elevatórias no sistema Rio do Peixe.

O polo de tratamento do Rio Castelhana que tem 3 etapas de ETE, poderá ser subdivido em 2 pólos, se assim se mostrar interessante, sendo que a segunda e terceira etapa de ampliação da ETE são maiores do que a primeira. Para efeito de planejamento toda a ampliação está estimada para o atual local da ETE. Para este sistema além das duas elevatórias existentes está prevista mais uma elevatória.

Para o pólo de tratamento do Rio Caçador está prevista uma única etapa de ETE e uma estação elevatória.

As redes de coleta e transporte de esgotos sanitários tem implantação cadenciada, mas continuada, de forma a preservar a diretriz de minimizar os impactos na mobilidade urbana.

Destaca-se que o cenário apresentado neste PMSB deve ser cumprido em suas metas físicas de população atendida, com qualidade de tratamento que atenda às exigências ambientais. Os investimentos são projetados com o nível de informação hoje disponível, podendo sofrer variações, mas a meta a ser atendida é a de cobertura física.

Versão Final do PMSB de Caçador

277

Tabela 105 - Sistema Rio do Peixe

Ano	Área (ha)	População na área de abrangência da ampliação	Q médio gerado (l/s)	Extensão de redes (m)	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões do ETE				Ligações Totais	Incremento de redes / ano	Incremento de ligações / ano
						Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)			
2013	0											
2014	0											
2015	70	3.044	3,43	10.490	1,05	2,76	4,48	5,16	7,22	874	10.490	874
2016	140	6.148	6,96	21.192	2,12	5,60	9,08	10,47	14,65	1.766	10.702	892
2017	205	9.089	10,35	31.342	3,13	8,31	13,48	15,55	21,76	2.612	10.151	846
2018	268	11.996	13,73	41.382	4,14	11,00	17,87	20,61	28,85	3.449	10.040	837
2019	331	14.956	17,21	52.040	5,20	13,81	22,41	25,86	36,18	4.301	10.658	853
2020	394	17.970	20,79	63.333	6,33	16,73	27,12	31,28	43,75	5.170	11.293	869
2021	456	20.992	24,41	74.662	7,47	19,67	31,87	36,76	51,40	6.041	11.329	871
2022	518	24.066	28,13	86.640	8,66	22,73	36,79	42,42	59,30	6.929	11.978	887
2023	575	26.958	31,67	98.339	9,83	25,67	41,51	47,84	66,85	7.764	11.699	836
2024	632	29.899	35,31	110.242	11,02	28,68	46,33	53,40	74,58	8.614	11.903	850
2025	688	32.841	38,98	122.157	12,22	31,71	51,20	59,00	82,39	9.466	11.915	851
2026	743	35.781	42,69	134.080	13,41	34,75	56,10	64,64	90,25	10.317	11.922	852
2027	798	38.769	46,49	146.200	14,62	37,87	61,11	70,41	98,30	11.183	12.120	866
2028	853	41.803	50,38	158.519	15,85	41,04	66,24	76,31	106,54	12.063	12.319	880
2029	907	44.835	54,31	170.836	17,08	44,24	71,39	82,26	114,84	12.943	12.318	880
2030	907	45.220	55,05	170.836	17,08	44,61	72,13	83,14	116,18	13.059	0	116
2031	907	45.605	55,80	170.836	17,08	44,98	72,88	84,04	117,52	13.175	0	116
2032	907	45.991	56,55	170.836	17,08	45,36	73,63	84,94	118,87	13.292	0	117
2033	907	46.376	57,30	170.836	17,08	45,73	74,39	85,85	120,23	13.409	0	117
2034	907	46.761	58,06	170.836	17,08	46,11	75,15	86,76	121,60	13.525	0	117
2035	907	47.146	58,83	170.836	17,08	46,50	75,91	87,68	122,97	13.642	0	117
2036	907	47.531	59,60	170.836	17,08	46,88	76,68	88,60	124,36	13.759	0	117
2037	907	47.917	60,37	170.836	17,08	47,27	77,45	89,53	125,75	13.876	0	117
2038	907	48.302	61,15	170.836	17,08	47,66	78,23	90,46	127,15	13.994	0	117
2039	907	48.687	61,93	170.836	17,08	48,05	79,01	91,40	128,56	14.111	0	117
2040	907	49.072	62,72	170.836	17,08	48,44	79,80	92,35	129,98	14.229	0	118
2041	907	49.457	63,51	170.836	17,08	48,84	80,59	93,30	131,40	14.346	0	118
2042	907	49.843	64,31	170.836	17,08	49,24	81,39	94,25	132,84	14.464	0	118
2043	907	50.228	65,11	170.836	17,08	49,64	82,19	95,22	134,28	14.582	0	118

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

278

Tabela 106 - Sistema Rio Castelhanos

Ano	Área (ha)	População na área de abrangência da ampliação	População servida sistema Ulisses Guimarães	População servida sistema Rio Castelhanos	Q médio gerado (l/s)	Extensão de redes (m)	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões do ETE				Ligações Totais	Incremento de redes / ano	Incremento de ligações / ano
								Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)			
2013	44		2.668	2.668	2,97	8.478	0,85	2,33	3,82	4,42	6,20	754		
2014	44		2.671	2.671	2,99	8.478	0,85	2,34	3,84	4,44	6,23	755	0	1
2015	44		2.673	2.673	3,01	8.478	0,85	2,35	3,86	4,46	6,27	756	0	1
2016	52	500	2.676	3.176	3,60	10.657	1,07	2,86	4,66	5,38	7,54	912	2.179	156
2017	60	1.007	2.679	3.685	4,20	12.699	1,27	3,37	5,47	6,30	8,82	1.059	2.043	147
2018	68	1.520	2.681	4.201	4,81	14.769	1,48	3,88	6,29	7,25	10,13	1.208	2.070	149
2019	76	2.039	2.684	4.723	5,43	16.867	1,69	4,40	7,12	8,21	11,47	1.358	2.098	151
2020	84	2.565	2.687	5.252	6,07	18.992	1,90	4,94	7,97	9,19	12,83	1.511	2.125	153
2021	92	3.097	2.689	5.787	6,73	21.145	2,11	5,48	8,84	10,19	14,23	1.665	2.153	155
2022	100	3.636	2.692	6.328	7,40	23.325	2,33	6,03	9,73	11,21	15,65	1.822	2.180	157
2023	108	4.181	2.695	6.876	8,08	25.534	2,55	6,59	10,63	12,25	17,10	1.980	2.208	159
2024	108	4.207	2.697	6.905	8,15	25.534	2,55	6,63	10,71	12,34	17,23	1.989	0	9
2025	108	4.233	2.700	6.933	8,23	25.534	2,55	6,67	10,78	12,43	17,37	1.998	0	9
2026	116	4.791	2.703	7.494	8,94	27.797	2,78	7,25	11,72	13,51	18,87	2.161	2.264	162
2027	124	5.356	2.706	8.062	9,67	30.089	3,01	7,84	12,68	14,61	20,41	2.325	2.292	164
2028	132	5.927	2.708	8.635	10,41	32.575	3,26	8,46	13,67	15,75	21,99	2.492	2.485	166
2029	140	6.505	2.711	9.216	11,16	35.090	3,51	9,09	14,67	16,90	23,60	2.660	2.515	168
2030	148	7.089	2.714	9.802	11,93	37.635	3,76	9,73	15,70	18,08	25,24	2.831	2.545	170
2031	156	7.679	2.716	10.395	12,72	40.211	4,02	10,38	16,74	19,28	26,91	3.003	2.575	172
2032	156	7.724	2.719	10.443	12,84	40.211	4,02	10,44	16,86	19,43	27,13	3.018	0	15
2033	164	8.324	2.722	11.046	13,65	42.832	4,28	11,11	17,93	20,66	28,85	3.194	2.621	176
2034	172	8.931	2.725	11.656	14,47	45.483	4,55	11,78	19,02	21,92	30,60	3.371	2.651	178
2035	180	9.544	2.727	12.271	15,31	48.164	4,82	12,47	20,13	23,19	32,38	3.551	2.681	180
2036	188	10.163	2.730	12.894	16,17	50.876	5,09	13,17	21,25	24,49	34,19	3.732	2.712	182
2037	196	10.789	2.733	13.522	17,04	53.617	5,36	13,88	22,40	25,81	36,03	3.916	2.742	184
2038	205	11.493	2.736	14.229	18,01	56.700	5,67	14,68	23,68	27,29	38,09	4.122	3.083	206
2039	205	11.558	2.738	14.296	18,19	56.700	5,67	14,76	23,86	27,49	38,40	4.144	0	21
2040	205	11.623	2.741	14.364	18,36	56.700	5,67	14,85	24,03	27,70	38,72	4.165	0	21
2041	205	11.688	2.744	14.432	18,53	56.700	5,67	14,94	24,20	27,91	39,03	4.186	0	21
2042	205	11.753	2.746	14.500	18,71	56.700	5,67	15,02	24,38	28,12	39,34	4.208	0	21
2043	205	11.818	2.749	14.567	18,88	56.700	5,67	15,11	24,55	28,33	39,66	4.229	0	21

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

279

Tabela 107 - Sistema Rio Caçador

Ano	Área (ha)	População na área de abrangência da ampliação	Q médio gerado (l/s)	Extensão de redes (m)	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões do ETE				Ligações Totais	Incremento de redes / ano	Incremento de ligações / ano
						Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)			
2013												
2014												
2015												
2016												
2017												
2018												
2019												
2020												
2021												
2022												
2023												
2024												
2025												
2026	20	884	1,05	3.567	0,36	0,88	1,41	1,62	2,25	255	3.567	255
2027	40	1.782	2,14	7.198	0,72	1,79	2,86	3,28	4,57	514	3.631	259
2028	60	2.696	3,25	10.892	1,09	2,71	4,34	4,99	6,94	778	3.694	264
2029	76	3.444	4,17	14.133	1,41	3,50	5,58	6,42	8,92	994	3.241	216
2030	76	3.472	4,23	14.133	1,41	3,53	5,64	6,49	9,02	1003	0	9
2031	76	3.500	4,28	14.133	1,41	3,55	5,70	6,55	9,12	1011	0	9
2032	76	3.529	4,34	14.133	1,41	3,58	5,75	6,62	9,22	1020	0	9
2033	76	3.557	4,40	14.133	1,41	3,61	5,81	6,69	9,33	1029	0	9
2034	76	3.586	4,45	14.133	1,41	3,64	5,87	6,76	9,43	1037	0	9
2035	76	3.614	4,51	14.133	1,41	3,67	5,92	6,83	9,53	1046	0	9
2036	76	3.643	4,57	14.133	1,41	3,70	5,98	6,89	9,63	1055	0	9
2037	76	3.671	4,63	14.133	1,41	3,73	6,04	6,96	9,74	1063	0	9
2038	76	3.700	4,68	14.133	1,41	3,76	6,10	7,03	9,84	1072	0	9
2039	76	3.728	4,74	14.133	1,41	3,78	6,16	7,10	9,95	1081	0	9
2040	76	3.757	4,80	14.133	1,41	3,81	6,21	7,18	10,06	1089	0	9
2041	76	3.785	4,86	14.133	1,41	3,84	6,27	7,25	10,16	1098	0	9
2042	76	3.814	4,92	14.133	1,41	3,87	6,33	7,32	10,27	1107	0	9
2043	76	3.842	4,98	14.133	1,41	3,90	6,39	7,39	10,38	1115	0	9

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

280

Tabela 108 - Taquara Verde

Ano	Área (ha)	Projeção da População Urbana do Distrito (hab)	População efetivamente atendida	Cobertura Efetiva (%)	Q médio gerado (l/s)	Extensão de redes	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões do ETE				Incremento de redes / ano	Incremento de ligações / ano
								Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)		
2013													
2014													
2015													
2016													
2017													
2018													
2019													
2020													
2021													
2022													
2023													
2024													
2025													
2026													
2027													
2028													
2029													
2030	13,0	1.175	850	72,34%	0,61	3.150	0,32	0,62	0,92	1,05	1,41	239	239
2031	13,0	1.175	850	72,34%	0,61	3.150	0,32	0,62	0,93	1,05	1,42	239	0
2032	13,0	1.175	850	72,34%	0,61	3.150	0,32	0,62	0,93	1,05	1,42	240	0
2033	13,0	1.175	850	72,34%	0,61	3.150	0,32	0,62	0,93	1,05	1,42	240	0
2034	13,0	1.175	850	72,34%	0,61	3.150	0,32	0,62	0,93	1,05	1,42	241	0
2035	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,62	0,93	1,05	1,42	241	0
2036	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,62	0,93	1,06	1,43	241	0
2037	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,62	0,93	1,06	1,43	241	0
2038	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,63	0,94	1,06	1,43	242	0
2039	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,63	0,94	1,06	1,44	242	0
2040	13,0	1.175	850	72,34%	0,62	3.150	0,32	0,63	0,94	1,06	1,44	243	0
2041	13,0	1.175	850	72,34%	0,63	3.150	0,32	0,63	0,94	1,07	1,44	243	0
2042	13,0	1.175	850	72,34%	0,63	3.150	0,32	0,63	0,94	1,07	1,45	244	0
2043	13,0	1.175	850	72,34%	0,63	3.150	0,32	0,63	0,94	1,07	1,45	244	0

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

## Versão Final do PMSB de Caçador

281

Tabela 109 - Condensado dos 3 Sistemas e Taquara Verde

Ano	Projeção da População Urbana da Sede (hab)	Área Servida (ha)	Extensão de Redes de Operador (m)	População na Área de Cobertura do Operador (hab)	Cobertura do Operador (%)	Ligações Totais do Operador	População Atendida por loteamentos (hab)	Cobertura Total do Sistema (%)	Incremento de redes de operadores / ano				Incremento de ligações de operadores / ano	Ligações Totais dos loteamentos	Incremento de ligações de operadores / ano	Q médio gerado (l/s)	Q Infiltração (m³/ano)	Vazões afluentes às ETEs				
									Incremento de redes de operadores / ano	Incremento de redes de operadores / ano	Incremento de redes de operadores / ano	Incremento de redes de operadores / ano						Q mínima (l/s)	Q média (l/s)	Q dia maior consumo (l/s)	Q máxima (l/s)	
2013	65.659	44	8.478	2.668	4,06%	754		4,06%	0	0	0	0	0	13	2,99	0,85	2,33	3,82	4,42	6,20		
2014	66.597	44	8.478	2.671	4,01%	767		4,01%	10,490	0	0	0	0	875	2,98	0,85	2,34	3,84	4,44	6,23		
2015	67.546	114	18.968	5.717	8,46%	1.642		8,46%	12,881	0	0	0	0	1.037	10,56	3,18	5,12	8,34	9,62	13,49		
2016	68.504	192	31.849	9.324	13,61%	2.678		13,61%	12,981	0	0	0	0	993	14,54	4,40	8,46	13,74	15,85	22,19		
2017	69.472	265	44.042	12.774	18,39%	3.671		18,39%	12,193	0	0	0	0	985	18,54	5,62	11,68	18,95	21,86	30,58		
2018	70.450	336	56.151	16.197	22,99%	4.656		22,99%	12,110	0	0	0	0	1.003	22,64	6,89	14,88	24,15	27,86	38,98		
2019	71.437	407	68.907	19.679	27,55%	5.659		27,55%	12,756	0	0	0	0	1.021	26,86	8,23	18,21	29,53	34,06	47,65		
2020	72.433	478	82.325	23.222	32,06%	6.681		32,06%	13,418	0	0	0	0	1.026	31,14	9,58	21,66	35,09	40,47	56,58		
2021	73.440	548	95.807	26.779	36,46%	7.707		36,46%	13,482	2.000	2.000	0	0	1.026	31,14	9,58	21,66	35,09	40,47	56,58		
2022	74.456	618	109.966	30.394	40,92%	8.751	69	40,92%	14,159	2.000	4.000	20	20	1.026	35,53	11,00	28,76	46,60	53,63	74,94		
2023	75.481	683	123.873	33.835	44,83%	9.745	243	45,15%	13,907	2.000	6.000	50	70	994	39,75	12,39	32,26	52,43	60,09	83,94		
2024	76.516	740	135.776	36.804	48,10%	10.604	416	48,64%	11,903	2.000	8.000	50	120	859	43,46	13,58	35,31	57,53	65,74	91,81		
2025	77.560	796	147.691	39.774	51,28%	11.464	590	52,04%	11,915	3.000	11.000	50	170	860	47,21	14,77	38,38	62,68	71,43	99,75		
2026	78.614	879	165.444	44.159	56,17%	12.733	763	57,14%	17,753	3.000	14.000	50	220	1.269	52,69	16,54	42,89	70,14	79,77	111,38		
2027	79.677	962	183.487	48.613	61,01%	14.022	936	62,19%	18,043	3.000	17.000	50	270	1.290	58,30	18,35	47,50	77,77	88,30	123,28		
2028	80.749	1.045	201.985	53.135	65,80%	15.333	1.109	67,18%	18,498	3.000	20.000	50	320	1.310	64,04	20,20	52,22	85,58	97,05	135,47		
2029	81.831	1.123	220.059	57.494	70,26%	16.597	1.316	71,87%	18,074	3.000	23.000	60	380	1.264	69,64	22,01	56,83	93,24	105,58	147,37		
2030	82.921	1.131	222.604	58.494	70,54%	16.892	1.524	72,38%	2.545	3.000	26.000	60	440	295	71,21	22,26	57,87	95,33	107,71	150,44		
2031	84.021	1.139	225.180	59.501	70,82%	17.190	1.765	72,92%	2.575	4.000	30.000	70	510	298	72,80	22,52	58,92	97,48	109,88	153,55		
2032	85.130	1.139	225.180	59.963	70,44%	17.330	2.111	72,92%	0	4.000	34.000	100	610	140	73,73	22,52	59,38	98,84	110,99	155,23		
2033	86.248	1.147	227.800	60.979	70,70%	17.631	2.456	73,55%	2.621	4.000	38.000	100	710	301	75,35	22,78	60,45	101,16	113,20	158,40		
2034	87.375	1.155	230.451	62.002	70,96%	17.934	2.800	74,17%	2.651	4.000	42.000	100	810	303	76,99	23,05	61,54	103,51	115,43	161,62		
2035	88.510	1.163	233.133	63.032	71,21%	18.239	3.145	74,77%	2.681	4.000	46.000	100	910	305	78,65	23,31	62,64	105,88	117,69	164,88		
2036	89.655	1.171	235.844	64.068	71,46%	18.546	3.489	75,35%	2.712	4.000	50.000	100	1.010	307	80,33	23,58	63,75	108,29	119,98	168,18		
2037	90.808	1.179	238.586	65.110	71,70%	18.856	3.833	75,92%	2.742	4.000	54.000	100	1.110	309	82,03	23,86	64,87	110,72	122,30	171,51		
2038	91.969	1.188	241.669	66.230	72,01%	19.188	4.177	76,55%	3.083	4.000	58.000	100	1.210	332	83,84	24,17	66,09	113,30	124,78	175,09		
2039	93.139	1.188	241.669	66.712	71,63%	19.335	5.037	77,03%	0	4.500	62.500	250	1.460	147	84,86	24,17	66,60	115,43	126,00	176,91		
2040	94.318	1.188	241.669	67.193	71,24%	19.483	6.311	77,93%	0	5.000	67.500	370	1.830	148	85,88	24,17	67,11	118,11	127,22	178,75		
2041	95.504	1.188	241.669	67.675	70,86%	19.631	7.963	79,20%	0	5.500	73.000	480	2.310	148	86,90	24,17	67,62	121,30	128,45	180,60		
2042	96.699	1.188	241.669	68.156	70,48%	19.779	10.028	80,85%	0	7.000	80.000	600	2.910	148	87,94	24,17	68,14	125,04	129,69	182,45		
2043	97.902	1.188	241.669	68.637	70,11%	19.927	12.435	82,81%	0	7.000	87.000	700	3.610	148	88,97	24,17	68,65	129,26	130,94	184,32		
Taquara Verde																0,61	0,32	0,62	0,92	1,05	1,41	
2031	1.175	13	3.150	850	72,34%	239			3.150					239	0,61	0,32	0,62	0,92	1,05	1,41		

## 1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Como já comentado no diagnóstico setorial, não há como se alcançar adequados níveis de atendimento da população urbana sem cobrança de tarifas e para que estas tarifas tenham a modicidade desejada pelo município é importante que a busca de recursos para investimentos inclua a maior parcela possível de recursos não onerosos, não importando o modelo institucional adotado, pois são os investimentos que impactam mais fortemente no valor das tarifas. É urgente um plano de cobrança de tarifas da população atendida

Para o alcance dos índices de atendimento projetados para o horizonte futuro há um longo caminho a ser percorrido, mas de imediato é fundamental que se inicie a ampliação do atendimento e se garanta a irreversibilidade das soluções assegurando os espaços urbanos necessários às unidades componentes de todos os sistemas projetados. O estagiamento das obras de implantações e ampliações, como proposto e acolhido, permitirá uma melhor prática de engenharia nas obras de implantação e ampliação e na operação dos sistemas, permitindo também que se consiga uma dinâmica própria e gradual de expansão, com sustentabilidade econômica financeira e modicidade tarifária.

No atendimento do cenário projetado se revelam também importantes: campanhas de educação sanitária para conscientização da população ao adequado uso dos sistemas de esgotamento sanitário; campanhas de orientação e apoio às soluções individuais de esgotamento sanitário no meio rural, nas áreas não servidas pelos sistemas públicos, com a FUNDEMA somando esforços com Vigilância Sanitária, EPAGRI e Secretarias da Agricultura e Saúde, para otimização dos recursos e aproveitamento de experiências, especialmente da EPAGRI e do programa SOS Nascentes.

#### **10.4. LIMPEZA PÚBLICA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

O alcance de um cenário desejado enfrenta como obstáculos principais a adequação do destino final dos resíduos sólidos domiciliares e a sustentabilidade dos serviços.

A primeira dificuldade se deve à necessidade de um melhor controle operacional. Embora a avaliação do aterro pela metodologia apresentada no diagnóstico tenha sido satisfatória, tal metodologia não dá o devido peso aos aspectos operacionais, como exemplo dentre outros, a observância das condicionantes da licença ambiental de operação. Também a periodicidade das análises laboratoriais não é definida. O modelo institucional vigente de terceirização da operação do aterro municipal não é o mais adequado, pois deixa o operador na posição de que tudo o que tem que ser investido depende do município, estando ali só para operar o que está implantado. Entende esta consultora que este modelo deva ser revisto, buscando prioritariamente o consórcio intermunicipal em que os custos sejam compartilhados, num modelo sustentável de tarifas módicas, não necessariamente afastando a empresa privada, mas definindo claramente as competências e composição dos preços dos serviços prestados.

A segunda dificuldade deve ser enfrentada com a recuperação gradual das taxas praticadas garantindo a sustentabilidade dos serviços, medida esta comum a diversos municípios.



Em paralelo a este PMSB se desenvolve o plano de gestão integrada de resíduos sólidos – PGIRS dos municípios da região da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, estando Caçador integrado neste trabalho. Embora em fase inicial, este PGIRS está voltado preferencialmente para soluções consorciadas, sendo que o aterro sanitário de Caçador será alvo de proposta neste sentido. Destaca-se, no entanto, que a vida útil do aterro sanitário, para a demanda projetada de Caçador, é de 8 anos e para sua extensão novos estudos, de otimização da área útil existente ou de sua ampliação pela aquisição de terrenos lindeiros, devem ser desenvolvidos.

Tabela 110 apresenta uma projeção dos volumes de resíduos domiciliares destinados ao aterro sanitário sem variação dos atuais volumes per capita de geração.

**Tabela 110 - Projeções do Atual dos Destinos dos Resíduos Coletados e Volumes Aterrados**

Ano	Coletados (t/mês)	Reciclados (t/ano)	Compostado (t/mês)	Aterrado (t/ano)	Volume aterrado (m³/ano)
2013	13.213	2.087	0	11.126	13.907
2014	13.469	2.127	0	11.342	14.177
2015	13.655	2.157	0	11.498	14.373
2016	13.843	2.187	0	11.657	14.571
2017	14.033	2.217	0	11.817	14.771
2018	14.225	2.247	0	11.978	14.973
2019	14.419	2.278	0	12.142	15.177
2020	14.615	2.308	0	12.306	15.383
2021	14.812	2.340	0	12.473	15.591
2022	15.012	2.371	0	12.641	15.801
2023	15.213	2.403	0	12.810	16.013
2024	15.416	2.435	0	12.981	16.227
2025	15.621	2.467	0	13.154	16.442
2026	15.828	2.500	0	13.328	16.660
2027	16.037	2.533	0	13.504	16.880
2028	16.247	2.566	0	13.681	17.101
2029	16.460	2.600	0	13.860	17.325
2030	16.674	2.634	0	14.040	17.550
2031	16.890	2.668	0	14.222	17.778
2032	17.107	2.702	0	14.405	18.007
2033	17.327	2.737	0	14.590	18.238
2034	17.548	2.772	0	14.776	18.471

\* Domiciliares e Recicláveis (formal e informal)

As projeções de produção do total de resíduos sólidos urbanos foram realizadas sem variações dos percentuais atuais de produção (Tabela 111).

**Tabela 111 - Projeção da Produção de Resíduos Sólidos Urbanos**

<b>Ano</b>	<b>População Atendida (hab)</b>	<b>Domiciliares (t/mês)</b>	<b>Recicláveis (t/mês)</b>	<b>Limpeza Urbana (t/mês)</b>	<b>Total (t/ano)</b>
2013	<b>67.300</b>	927	174	130	14.773
2014	<b>68.608</b>	945	177	133	15.059
2015	<b>69.556</b>	958	180	134	15.268
2016	<b>70.514</b>	971	182	136	15.478
2017	<b>71.482</b>	985	185	138	15.690
2018	<b>72.460</b>	998	187	140	15.905
2019	<b>73.447</b>	1.012	190	142	16.122
2020	<b>74.444</b>	1.026	192	144	16.340
2021	<b>75.450</b>	1.039	195	146	16.561
2022	<b>76.466</b>	1.053	198	148	16.784
2023	<b>77.491</b>	1.068	200	150	17.009
2024	<b>78.526</b>	1.082	203	152	17.237
2025	<b>79.570</b>	1.096	206	154	17.466
2026	<b>80.624</b>	1.111	208	156	17.697
2027	<b>81.687</b>	1.125	211	158	17.930
2028	<b>82.759</b>	1.140	214	160	18.166
2029	<b>83.841</b>	1.155	217	162	18.403
2030	<b>84.931</b>	1.170	219	164	18.643
2031	<b>86.031</b>	1.185	222	166	18.884
2032	<b>87.140</b>	1.200	225	168	19.127
2033	<b>88.258</b>	1.216	228	170	19.373
2034	<b>89.385</b>	1.231	231	173	19.620

A coleta de recicláveis só não é mais eficaz por falta de uma maior conscientização na separação dos resíduos. Na Tabela 112 se observa que há uma margem teórica de crescimento da coleta de recicláveis de 126% da quantidade atual, ou seja, 220 toneladas a mais do que a quantidade atualmente coletada.

**Tabela 112 - Potencial de aumento da coleta seletiva**  
**Média Mês dos Resíduos Coletados em 2013**

Coleta Domiciliar	927	t/mês
Coleta Seletiva	134	t/mês
Coleta Informal (catadores)	40	t/mês
<b>Total Coletado</b>	<b>1.101</b>	<b>t/mês</b>
<b>Distribuição dos Recicláveis na Coleta</b>		
Coleta Seletiva	134	t/mês
Coleta Informal (catadores)	40	t/mês
<b>Misturado na Coleta Domiciliar*</b>	<b>220</b>	<b>t/mês</b>
Total de Recicláveis	394	t/mês

\*Potencial de aumento da coleta seletiva

A Tabela 113 apresenta uma projeção das quantidades anuais de resíduos sólidos urbanos coletados com ganhos graduais na eficiência da coleta e tratamento dos resíduos, obtidas com ações propostas neste PMSB, que se refletem nos volumes enviados para o aterro sanitário

**Tabela 113 - Metas de Eficiência na Coleta e no Tratamento dos Resíduos**

Ano	Coletados	Tratamento dos Resíduos Domiciliares						
	Total (t/ano)	Reciclados Metas %	Projeção (t/ano)	Compostado Metas %	Projeção (t/ano)	Aterrado Metas%	Projeção (t/ano)	Projeção (m³/ano)
2013	<b>13.213</b>	16%	2.087	0%	0	0%	11.126	13.907
2014	<b>13.469</b>	16%	2.127	0%	0	0%	11.342	14.177
2015	<b>13.655</b>	16%	2.157	0%	0	0%	11.498	14.373
2016	<b>13.843</b>	16%	2.187	0%	0	0%	11.657	14.571
2017	<b>14.033</b>	16%	2.217	0%	0	0%	11.817	14.771
2018	<b>14.225</b>	20%	2.845	0%	0	5%	11.380	14.225
2019	<b>14.419</b>	20%	2.884	0%	0	5%	11.535	14.419
2020	<b>14.615</b>	20%	2.923	0%	0	5%	11.692	14.615
2021	<b>14.812</b>	20%	2.962	0%	0	5%	11.850	14.812
2022	<b>15.012</b>	20%	3.002	0%	0	5%	12.009	15.012
2023	<b>15.213</b>	20%	3.043	0%	0	5%	12.171	15.213
2024	<b>15.416</b>	20%	3.083	5%	649	10%	11.684	14.605
2025	<b>15.621</b>	20%	3.124	5%	658	10%	11.839	14.799
2026	<b>15.828</b>	20%	3.166	5%	666	10%	11.996	14.995
2027	<b>16.037</b>	20%	3.207	5%	675	10%	12.154	15.193
2028	<b>16.247</b>	25%	4.062	10%	1.368	21%	10.817	13.522
2029	<b>16.460</b>	25%	4.115	10%	1.386	21%	10.959	13.698
2030	<b>16.674</b>	25%	4.168	10%	1.404	21%	11.101	13.877
2031	<b>16.890</b>	25%	4.222	10%	1.422	21%	11.245	14.056
2032	<b>17.107</b>	25%	4.277	10%	1.441	21%	11.390	14.238
2033	<b>17.327</b>	25%	4.332	10%	1.459	21%	11.536	14.420
2034	<b>17.548</b>	25%	4.387	10%	1.478	21%	11.683	14.604

### 10.5. DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

O aumento da frequência e magnitude de inundações, erosão do solo e contaminação das águas pluviais são problemas na drenagem urbana decorrentes da urbanização acelerada, sem controle do impacto no escoamento das águas pluviais.

À medida que a urbanização avança o problema tem se agravado com a transferência de impactos de montante para jusante ou mesmo de represamento das águas. O crescimento das cidades não tem sido acompanhado de instrumentos reguladores, em seus Planos Diretores, do uso e ocupação do solo. Este cenário se repete em Caçador onde os diagnósticos apontaram ser o serviço atualmente prestado com maior carência e a sua mudança exige alterar o padrão do planejamento da cidade envolvendo o planejamento urbano integrado de uso do solo, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com aplicação de conceitos de desenvolvimento sustentável de ocupação do espaço urbano, obedecendo a

drenagem natural e priorizando a infiltração e detenção das águas pluviais.

O cenário projetado para os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais é para reversão do quadro de tratamento marginal deste serviço público garantindo os recursos necessários e o uso das melhores ferramentas técnicas na solução dos problemas encontrados. O ponto de partida é a obtenção do cadastro de redes existentes, para o desenvolvimento de um **plano diretor de drenagem urbana**, alicerçado no diagnóstico do comportamento do escoamento pluvial em cada unidade de análise (bacia hidrográfica), com os cenários de ocupação atual e futura e propondo medidas, estruturais e não estruturais, de controle deste escoamento como forma de eliminar os problemas detectados e evitar o surgimento de novos no futuro. Este plano balizará todas as medidas disciplinadoras, intervenções e prevenções que se façam necessárias. Enquanto não se dispõe deste plano, esta consultora, partindo do diagnóstico das áreas problema, pré dimensionou e pré orçou as intervenções necessárias e, segundo ordem de prioridades definida pela forma de hierarquizar que adotou (índice de fragilidade), definiu metas para o cronograma físico financeiro.

Na apresentação do diagnóstico setorial, ocorrida logo após a intensa precipitação pluviométrica do dia 11 de janeiro de 2014 (a maior da série histórica da EPAGRI desde de 1961), o Município tomou a decisão de elaborar o plano diretor de drenagem, juntamente com o projeto executivo das galerias dos córregos DER e Santelmo, e já desenvolve negociações para sua contratação. O plano diretor de drenagem urbana representará um marco de mudança do equacionamento dos problemas de drenagem urbana em Caçador, com a definição de ações e obras estruturantes, orientadas e fundamentadas nas melhores práticas de engenharia disponíveis.

## 11. OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos gerais deste Plano de Saneamento estão balizados pelo estabelecido nas políticas públicas federais, estaduais e municipais para o saneamento básico e buscam:

- Promoção da salubridade ambiental e da saúde coletiva, garantindo o acesso universal dos cidadãos aos serviços e sistemas de saneamento.
- Proteção dos recursos hídricos preservando e recuperando sua qualidade, principalmente os mananciais destinados ao consumo humano.
- Promoção e controle da qualidade ambiental pela prestação dos serviços públicos em sua integralidade, no atendimento às populações com sistemas de drenagem, tratamento dos efluentes, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- Abastecimento de água às populações assegurando uma gestão racional da demanda de água, garantindo a qualidade adequada e as vazões necessárias à totalidade das populações urbanas.
- Apoio às Populações Rurais e núcleos urbanos isolados na adoção de soluções individuais de saneamento básico, aonde os sistemas coletivos não promovam o atendimento.
- Proteção Contra Situações Extremas e Acidentes de Poluição, contribuindo para o ordenamento do uso do solo em várzeas e áreas ribeirinhas sujeitas a inundações, para o estabelecimento de áreas de uso restrito, para a regularização e a conservação da rede de drenagem, e buscando também promover a minimização dos efeitos econômicos e sociais da descontinuidade episódica na prestação dos serviços de saneamento e de acidentes de poluição, via o estabelecimento de plano de ação para emergências e contingências.
- Valorização Social e Econômica dos Recursos Ambientais estabelecendo prioridades de uso para os mesmos e: definir a destinação dos diversos resíduos provenientes da atividade humana; promover a identificação dos locais com aptidão para usos específicos relacionados ao saneamento ambiental; promover a valorização econômica dos recursos ambientais, ordenando os empreendimentos no território.
- Contribuição para Ação Interinstitucional, na busca de melhoria na interação eficaz e ações coordenadas entre todos os entes que atuam no saneamento básico.
- Contribuição para Atualização da Legislação visando corrigir eventuais deficiências e aprimorar os instrumentos legais na busca continuada de melhoria da salubridade ambiental.
- Promoção da Sustentabilidade Econômica e Financeira e da modicidade tarifária, assegurando a aplicação dos recursos financeiros com maximização da relação benefício-custo e de retorno social, e a utilização racional dos serviços de saneamento.
- Promoção da Educação Sanitária e da Participação da População através da informação, formação e sensibilização para o uso racional dos serviços de saneamento e da necessidade de proteger os recursos naturais.

## 12. PLANO DE METAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

As ações de planejamento partiram dos princípios fundamentais, diretrizes e políticas públicas de saneamento que constam dos textos legais, para definição dos objetivos gerais. A partir dos objetivos gerais foram definidas as metas setoriais fundamentadas na realidade apresentada nos diagnósticos e nos cenários conforme já descritos anteriormente. Atrrelados às metas setoriais foram definidos programas, projetos e ações, e quantificados recursos para sua implementação.

A estimativa de recursos apresentada nas planilhas deste item, para diferentes medidas propostas no Plano e distribuídas temporalmente como metas no horizonte de planejamento, em cronograma físico financeiro, representam uma resposta ativa aos problemas e déficits de atendimento dos serviços de saneamento básico apontados nos diagnósticos setoriais. As planilhas detalham recursos para alcance das metas, e realização dos programas, projetos e ações, de cada um dos quatro eixos do saneamento básico.

Para o horizonte de abrangência deste PMSB, de 30 anos para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de 20 anos para os serviços de drenagem urbana e de resíduos sólidos, o valor global dos recursos estimados, necessários à sua execução, é de R\$ 181.504.052,57 referenciados a dezembro de 2013.

Sistemas	Horizonte de Planejamento (anos)	Totais dos Investimentos Referenciados a dez/13
Sistema de Abastecimento de Água	30	R\$ 52.088.266,61
Sistema de Esgotos Sanitários	30	R\$ 109.375.285,96
Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	20	R\$ 1.609.500,00
Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	20	R\$ 18.431.000,00
<b>Total dos Sistemas</b>		<b>R\$ 181.504.052,57</b>

### 12.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os serviços de abastecimento de água na área urbana cobrem pouco menos de 90% da população urbana, e os investimentos programados visam a segurança no abastecimento com avanço continuado na qualidade, bem como ampliações destinadas ao atendimento das demandas futuras e à universalização do acesso a estes serviços.

Do diagnóstico setorial foram extraídas as recomendações apresentadas abaixo:

1. Concluir imediatamente a ampliação da ETA em andamento e na sequência dar início ao quinto filtro de forma a assegurar volume e qualidade da água distribuída para atendimento das demandas atuais.
2. Desenvolver o projeto de ampliação da ETA para atendimento do cenário de demandas, em diferentes etapas no horizonte deste PMSB.
3. Dotar todas as elevatórias e equipamentos de dosagens de produtos químicos com

suas respectivas unidades reservas, reduzindo a fragilidade dos sistemas quanto à regularidade de abastecimento.

4. Implantar o tratamento e reaproveitamento dos efluentes da ETA, provenientes das descargas de fundo dos decantadores e lavagem de filtros, condição essencial para assegurar a obtenção de licenciamento ambiental de operação e obtenção de recursos para investimentos.
5. Instalar geradores de energia de forma a assegurar o a regularidade do abastecimento nos eventos de falta de energia elétrica, nas seguintes unidades: Captação (ERAB), estação de tratamento de água (ETA) e ERAT-2 (bairros Martello, Alto Bonito, Bom Sucesso, São Cristóvão, Aeroporto e Industrial)
6. Desenvolver programa de redução de perdas estruturando e capacitando a área operacional, estabelecendo uma nova forma de gerir e intervir nos distritos de abastecimento macromedidos (DMCs), para redução de mais de 50% das perdas de água atuais, ou seja, 25% ao final do horizonte de planejamento. Neste projeto devem ser monitorados, de forma permanente, os consumos e pressões de redes nos DMCs, via sistema supervisorio.
7. Proporcionar adequado suporte de veículos, equipamentos e sistemas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de operação, manutenção, comercial e cadastro.
8. Assegurar reposição ágil de pessoal para manutenção e operação, mantendo as equipes em dimensionamento ideal, com plantão permanente de manutenção.
9. Manter profissional habilitado como responsável pelo tratamento de água lotado no sistema de Caçador, bem como manter o engenheiro lotado em Caçador com dedicação exclusiva aos sistemas do Município.
10. Manter funcionário de forma permanente operando o sistema de Taquara Verde.
11. Estruturar uma equipe volante para manutenção física das unidades do sistema, para limpeza de reservatórios de distribuição e de sucção, para execução e manutenção de cercas e para descargas programadas de redes, visando garantir qualidade da água distribuída e melhorar o visual das unidades do SAA.
12. Manter no mínimo dois profissionais com conhecimento técnico para gestão e aprimoramento dos cadastros técnicos das redes, reservatórios, elevatórias e equipamentos das unidades integrantes do sistema de abastecimento de água. O cadastramento comercial deverá sofrer no mínimo uma verificação face à grande divergência entre o número de economias residenciais cadastradas em relação às ligações residenciais da CELESC, na mesma base (meados de 2013), que divergem em mais de 2100 economias, sendo que os sistemas condominiais identificados não



atingem 600 economias, ficando a indagação de como é abastecido o restante da população urbana (outros sistemas condominiais não identificados? Soluções individuais? Ligações clandestinas? Erros de cadastro?).

13. Instalar os macromedidores já adquiridos para a adução de água bruta e para a água tratada disponibilizada à população, controlando também eventuais consumos autorizados e não cobrados. Simultaneamente implantar os primeiros 8 distritos de medição e controle (DMCs), cujos macromedidores já estão disponíveis, a serem monitorados pelo sistema supervisório existente que deverá ser adequado para tal.
14. Desenvolver os projetos executivos de ampliação e melhorias dos sistemas de distribuição de água da área urbana da sede de Caçador, conforme proposto no projeto básico da CISM, com adequação ao novo cenário de demandas, em diferentes etapas do horizonte deste PMSB. Nestes projetos estão incluídos, dentre outros, o novo R-17, o novo reservatório R-8, as adutoras e ERATs que lhes atendem, as novas redes e anéis de distribuição, os reforços de ERATs existentes, a nova ERAT-8 e a adutora para atendimento do R-13 e os demais 14 distritos de medição e controle, monitorados pelo sistema supervisório existente que deverá ser adequado para tal. A área atualmente abastecida pelo poço do parque de exposições deverá ser contemplada nestes projetos, com elevatória adutora e novo reservatório (R-18).
15. Implantar a etapa imediata da nova captação, elevatória e adução de água bruta, com nova tomada de água, nova casa de bombas, 3 novos conjuntos moto bomba, casa de força e quadros de comando. Na adutora de FºFº DN 300 mm devem ser implantados dois macromedidores, de saída da elevatória e de chegada à ETA, com sensor de desarme quando de vazões diferenciais significativas, para evitar danos maiores no caso de rompimento desta adutora, até que se implante a nova adutora que permita a desativação dos trechos sob edificações. Implantar as etapas futuras definidas para atendimento do cenário de demandas definidas no horizonte deste PMSB.
16. Dar continuidade ao programa SOS Nascentes apoiando as ações de saneamento básico às populações rurais não abastecidas pelo sistema público, orientando-as nas soluções individuais de abastecimento de água.
17. Orientar e exigir, através da vigilância sanitária, que os sistemas coletivos operados por associações de moradores e terceiros tenham tratamento e controle de qualidade da água distribuída, para que cumpram os dispositivos legais e a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, ou sua integração ao sistema público. Programar campanhas de esclarecimento da importância do uso de água tratada com cloro e flúor.
18. Implantar a micromedição no sistema de Adolfo Konder.

19. Restringir o crescimento urbano a montante da captação e dar solução ao esgotamento nas áreas já ocupadas. Bairro Santa Catarina e altos do bairro Nossa Senhora Salete.
20. Manter política de micromedição total, substituindo os hidrômetros mais antigos (mais de 8 anos), especialmente para aqueles usuários com consumo superior ao mínimo de 10m3/mês e situados em cotas mais elevadas.
21. Ampliar a reservação de água no Distrito de Taquara Verde para 40 m3, e substituir redes em mangueira daquele sistema.
22. Obter outorga de uso das águas do Rio do Peixe.
23. Regularizar o uso de áreas de propriedade de terceiros em que estejam instaladas unidades do sistema de abastecimento de água.
24. Estender redes para atendimento da população servida por soluções ou sistemas alternativos, visando a universalização dos serviços pelo sistema público.
25. Substituir redes subdimensionadas e implantar novas redes tronco.

#### 12.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os serviços públicos de esgotamento sanitário existentes em Caçador atendem a menos de 5% da população urbana e as ações programadas estão voltadas principalmente para ampliação do atendimento, pela implantação de novos sistemas e pela ampliação do sistema existente no bairro Ulisses Guimarães, não deixando de contemplar a melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados. Todos os investimentos foram programados em conformidade com as diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Saneamento e de sua Câmara Técnica.

Medida primordial contemplada na previsão de valores de investimento, se refere à imediata ação liderada pelo Poder Público Municipal, para assegurar as áreas e espaços necessários à implantação dos serviços de esgotamento sanitário, impedido, quando necessário, edificações e urbanização ou condicionando o uso daqueles espaços urbanos. São áreas públicas e de particulares, por onde passam redes, coletores principais e interceptores ou estão previstas estações de tratamento e elevatórias.

Destacam-se como medidas relevantes e com caráter complementar às obras de ampliação dos serviços de esgotamento sanitário em Caçador:

- Orientação, apoio e fiscalização para soluções individuais de esgotamento sanitário nas áreas rurais e nas áreas urbanas aonde o sistema da sede não atenda e naquelas áreas cujo atendimento ainda pode demorar alguns anos, pois estão localizadas em regiões que só serão servidas em etapas futuras de implantação.

- Dar início à cobrança de tarifas nas áreas já atendidas com serviços públicos de esgotamento sanitário.
- Campanhas de educação sanitária visando a conscientização da população para o adequado uso dos sistemas de esgotamento sanitário.

### **12.3. SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Para compor os investimentos do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, esta consultora optou pela proposta de consórcio público para a destinação dos resíduos sólidos urbanos. A vida útil do atual aterro sanitário, como já manifestado, está estimada em 8 anos, e a sinergia obtida em ação consorciada para os investimentos que se fazem necessários, em compartilhamento de custos e economia de escala, irá ao encontro da modicidade pretendida.

Os investimentos propostos se apresentam mais significativos no que diz respeito a destinação dos resíduos, visto que para os serviços de coleta de resíduos domiciliares (lixo úmido) e dos resíduos recicláveis, o que se propõe é a manutenção da terceirização.

Do diagnóstico setorial foram extraídas as proposições abaixo numeradas:

1. Propor legislação que defina quem é enquadrado como pequeno ou grande gerador comercial de resíduos e quais são equiparados aos resíduos domiciliares, para justiça tarifária, diferenciando o pequeno estabelecimento do grande gerador.
2. Designar formalmente um gestor dos contratos para seus permanentes acompanhamentos.
3. Realizar um monitoramento e pesagem periódicos da produção de todos os tipos de resíduos gerados de responsabilidade pública em especial os de limpeza urbana;
4. Realizar contabilidade regulatória para os serviços de limpeza urbana exercidos pela FUNDEMA.
5. Desenvolver Programas de Educação Sanitária continuada, em especial para a divulgação de medidas de incentivo à ampliação da separação dos resíduos destinados à Coleta Seletiva de Recicláveis, principalmente nas escolas;
6. Realizar um controle sistemático de todas as unidades e atividades do sistema de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos através de vistorias e da cobrança das Licenças Ambientais pertinentes, como também do atendimento das condicionantes de validade das mesmas, para vigilância do cumprimento das condições contratuais dos prestadores de serviços e dos dispositivos legais, prevendo nos novos contratos cláusulas de penalidades e caducidade pelo não cumprimento das condicionantes ambientais.;

7. Elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde dos Postos e Unidades de Saúde Municipais;
8. Elaborar o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, contemplando inclusive locais para entrega voluntária de pequenos volumes de resíduos da construção, conforme CONAMA 307 e 448;
9. Rever a legislação referente às taxas de limpeza públicas para o alcance da sustentabilidade do sistema;
10. Estabelecer a exigência de informações acerca de geração de resíduos quando da obtenção de alvará de funcionamento nas atividades sujeitas a planos de gerenciamento de resíduos.
11. Estudar a possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios para a disposição final em Caçador dos resíduos sólidos urbanos.
12. Estabelecer manual de procedimentos operacionais (como realizar determinadas operações, por exemplo, a condução das coletas, o bandeiramento, a condução da varrição e da poda, a atuação em equipe, etc.) e a especificação mínima de equipamentos e pessoal envolvidos nas operações (quantidade, idade de frota, materiais de segurança, etc.).
13. Elaborar e implantar Programa de Coleta de Resíduos Volumosos.
14. Estudar a utilização dos rejeitos orgânicos provenientes da coleta convencional, dos resíduos de poda e da jardinagem.
15. Estudos para otimização da área útil do aterro sanitário e se necessário de sua ampliação pela aquisição de terrenos lindeiros.

#### **12.4. SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

A metodologia adotada para elaboração do diagnóstico conduziu ao estabelecimento de ações para: solução das áreas identificadas como problema; a contratação de plano diretor de drenagem urbana para apoio à condução técnica das intervenções futuras neste sistema; elaboração de projetos executivos das duas áreas prioritárias (DER e Nhozinho); confecção de cadastro técnico; correção das insuficiências e deficiências das redes, unidades componentes e outras melhorias e ampliações; e educação sanitária. As ações também se voltam para o estabelecimento de medidas e normas legais de desenvolvimento sustentável na implementação da ocupação do solo, preservando várzeas e áreas de acomodação das águas, obedecendo a drenagem natural, priorizando a infiltração e medidas de retenção natural ou implantadas, de forma a controlar o aumento das vazões pré-existentes. Dentre as recomendações se destaca o estabelecimento de taxas de cobrança dos serviços para sustentabilidade econômica do sistema.

Do diagnóstico setorial foram extraídas as proposições abaixo numeradas:

1. Elaborar o cadastro técnico digitalizado da malha de drenagem e seus acessórios, e treinar o pessoal local para a manutenção e atualização contínua deste cadastro.
2. Elaborar Plano Diretor de Drenagem Urbana detalhando as soluções globais e localizadas, métodos construtivos e serviços a executar com o orçamento do custo das obras necessárias.prioritariamente para os córregos do DER e Nhozinho.
3. Realizar obras de macrodrenagem e microdrenagem nas áreas problema conforme definido em projetos executivos, na busca da universalização dos serviços.
4. Impedir o fechamento dos cursos de água, mantendo o máximo possível as condições naturais de escoamento.
5. Desenvolver Programas Permanentes de Educação Sanitária e Ambiental para divulgação e conscientização dos efeitos da impermeabilização e de incentivo à permeabilidade, dos conceitos de drenagem sustentável e do adequado uso do sistema de drenagem urbana.
6. Exercer as atividades de fiscalização e monitoramento de lançamentos indevidos no sistema de drenagem urbana através das equipes de desobstrução de dispositivos hidráulicos. Quando identificados exigir a adequação à legislação e às normas vigentes, especialmente quando da solicitação de alvará de reforma ou ampliação da edificação.
7. Recomendar temas para atualização da legislação existente e para a criação de normas, critérios e outros dispositivos relativos ao setor;
8. Incentivar a manutenção da permeabilidade dos solos em residências e instalações comerciais e industriais. Incentivar o reaproveitamento das águas de chuvas;
9. Valorizar a permeabilidade do solo e a retenção das águas pluviais nas obras públicas, praças e calçadas.
10. Minimizar o arraste de sedimentos para o sistema de drenagem com medidas de pavimentação de ruas e retenção destes sedimentos.
11. Manter permanente fiscalização para evitar a ocupação ilegal de áreas inadequadas para uso urbano por apresentarem elevado risco como várzeas, margens de retenção de sedimentos, áreas de acomodação de águas, margens de córregos e arroios, áreas de uso futuro previsto para componentes de drenagem urbana.
12. Adequar a legislação de parcelamento do solo para que todos os loteamentos mantenham as vazões e as condições de escoamento pré-existentes, reservando

também faixas sanitárias quando pertinentes. Manter rigor na análise técnica e na fiscalização da implantação dos projetos.

13. Estudar uma forma de cobrança da taxa de drenagem. Para isto é necessária a segregação em contabilidade regulatória de todos os custos que envolvem os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.
14. Estabelecer rotinas de manutenções periódicas e preventivas para todos os componentes dos sistemas de drenagem, destacando: a limpeza de redes, travessias e bocas de lobo.
15. Ampliar as redes de microdrenagem e macrodrenagem para universalização dos serviços.

#### **12.5. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PMSB - CRONOGRAMAS FINANCEIROS**

As planilhas a seguir apresentam os valores necessários para os programas, projetos e ações definidos para execução do PMSB nos quatro serviços que compõem o saneamento básico.

Versão Final do PMSB de Caçador

296

## Investimentos no Sistema de Abastecimento de Águas

1ª Revisão do PMSB

julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

297

## Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

298

## Investimentos no Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

299

### **Investimentos no Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais**

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

### **13. HIERARQUIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS**

No PMSB de 2009 foi proposto o estabelecimento de um indicador de prioridades, através de uma equação formada por 3 outros indicadores, dentre eles um indicador de salubridade ambiental. A aplicação prática deste indicador se mostrou inviável, por falta de estrutura de gestão do PMSB e especialmente pela dificuldade na obtenção de dados de alimentação dos indicadores.

No atual entendimento desta consultora, o estabelecimento de hierarquia para intervenção em áreas prioritárias deve ser desenvolvido, como foi nesta revisão do PMSB, através de mobilização social e de diagnósticos objetivos setoriais fundamentados que identifiquem as maiores carências de atendimento com serviços de saneamento básico, para aplicação otimizada de recursos que resultem na maior elevação do nível de salubridade ambiental.

#### 14. AÇÕES DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

As ações de resposta a emergências e contingências visam descrever as medidas e intervenções que devem ser adotadas para o enfrentamento de situações atípicas (anormais), para prevenir e reduzir os impactos destas, como por exemplo, quando da ocorrência de sinistros, acidentes e desastres naturais, ou outras ocorrências adversas e de circunstâncias não controláveis, conferindo assim maior segurança e confiabilidade operacional aos sistemas.

A definição de medidas e ações em resposta a situações de emergências estão estabelecidas no Quadro 8, onde estão contempladas as potenciais situações emergenciais e contingenciais, e as medidas que devem ser adotadas em cada evento adverso, nos diferentes sistemas que integram o saneamento básico municipal.

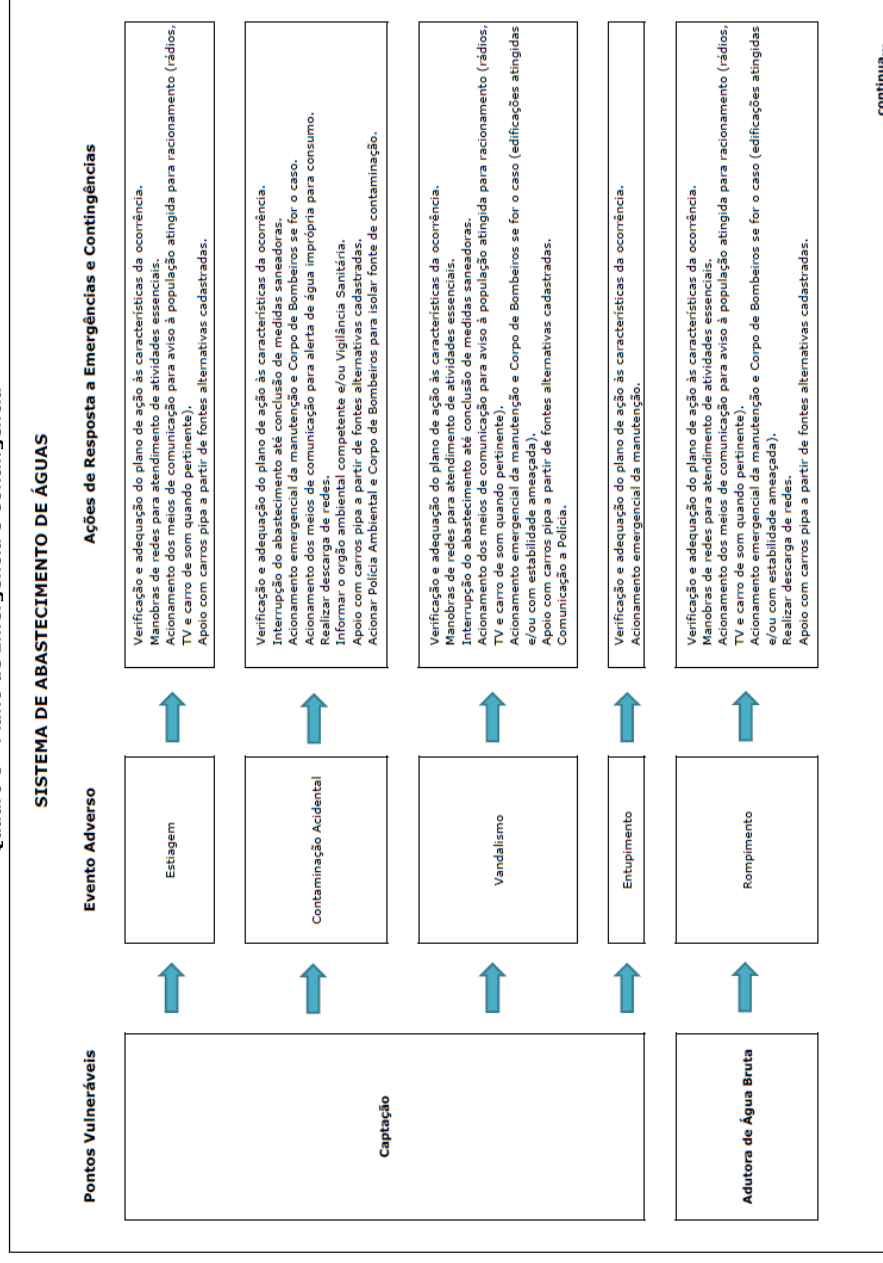
Recomenda-se também que os operadores dos serviços façam o registro das situações emergenciais com a avaliação crítica dos procedimentos sugeridos neste quadro, para a introdução dos aperfeiçoamentos necessários, com o detalhamento que cada caso requer.

Deverão ser cadastradas **fontes alternativas de abastecimento de água para situações emergenciais**, que atendam as exigências da Portaria nº 2.914 de 12/12/2011 do Ministério da Saúde.

Versão Final do PMSB de Caçador

302

Quadro 8 - Plano de Emergência e Contingência

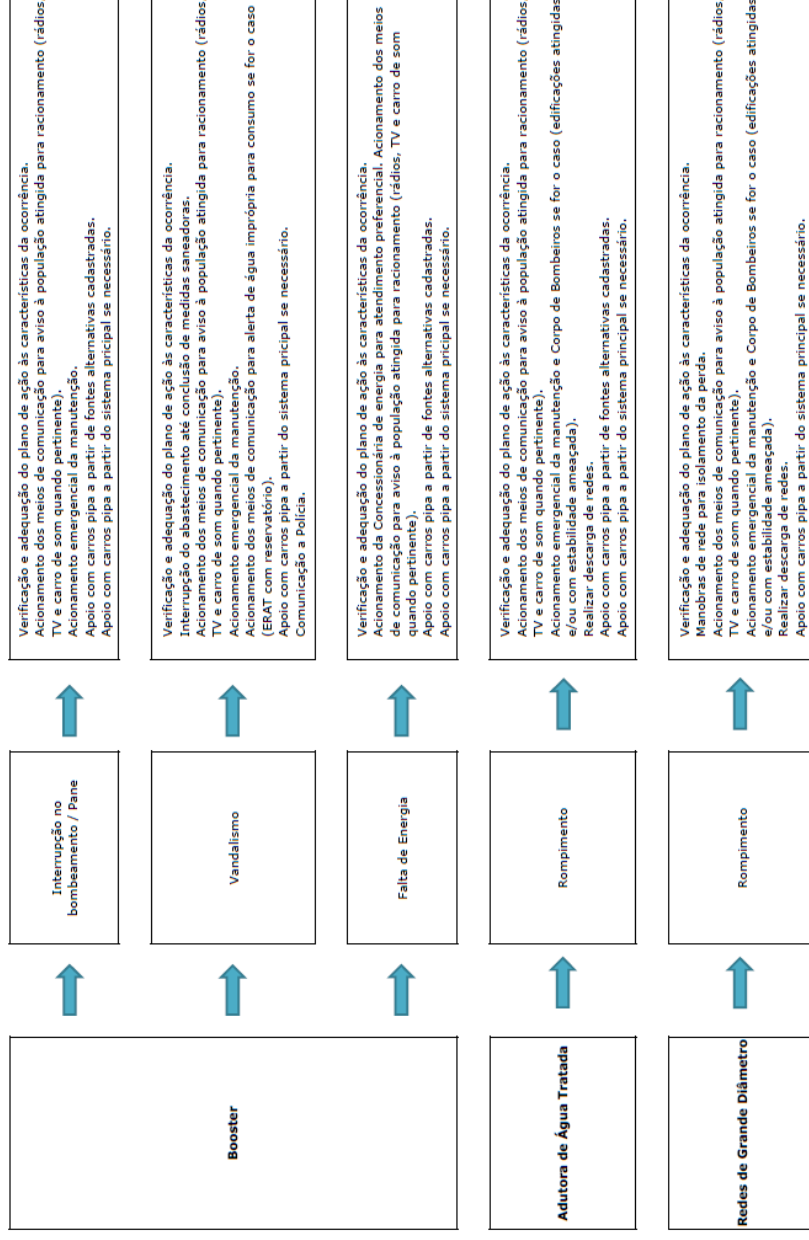


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

## Versão Final do PMSB de Caçador

303



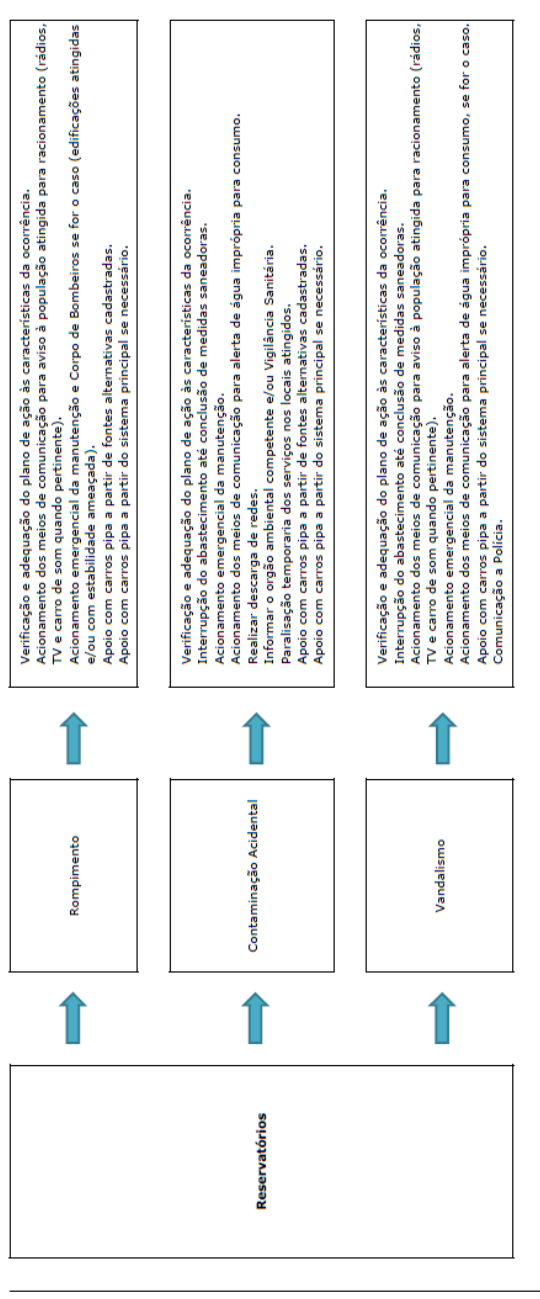
1ª Revisão do PMSB

julho/2014



Versão Final do PMSB de Caçador

304

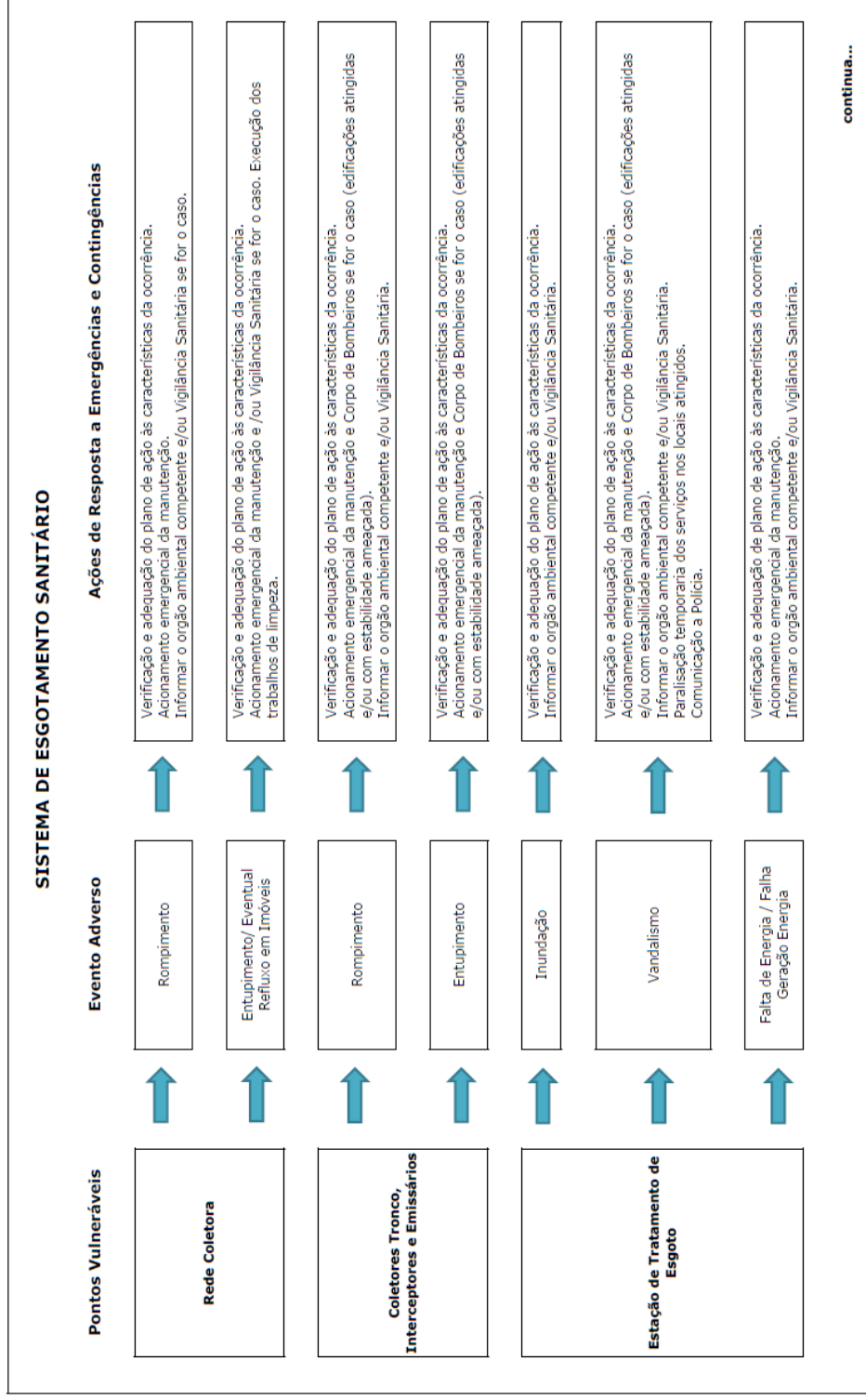


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

305

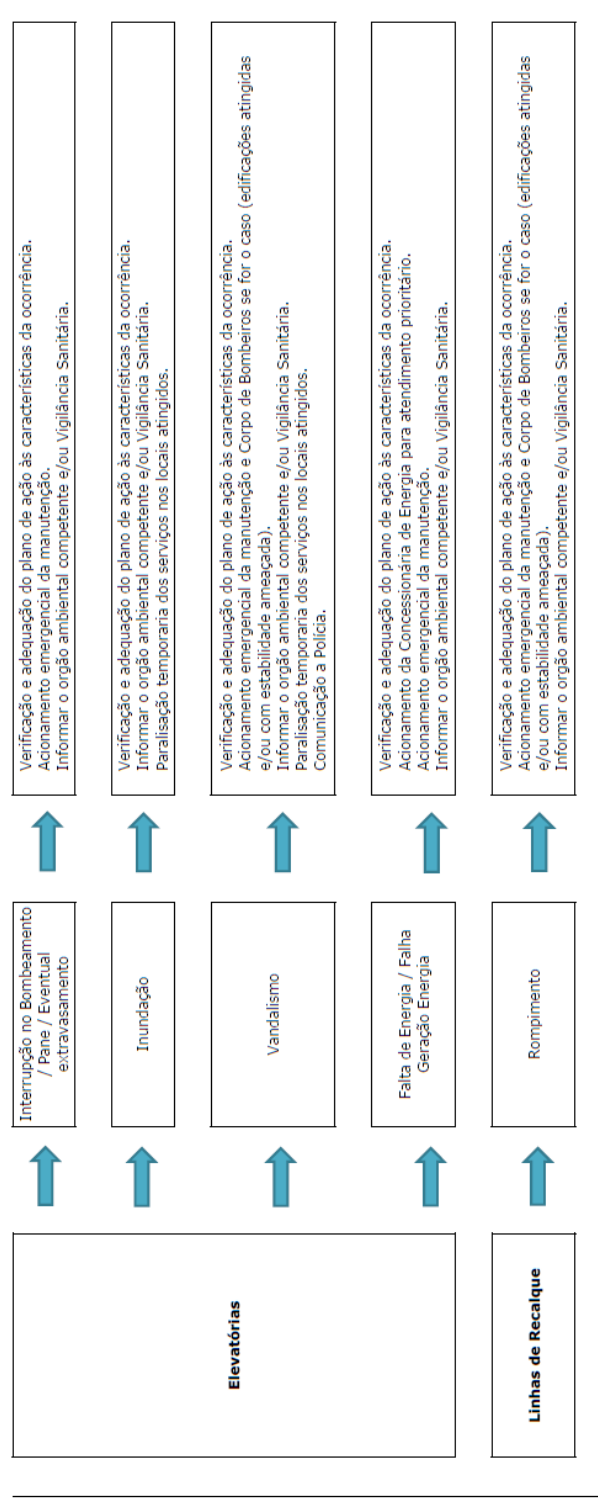


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

## Versão Final do PMSB de Caçador

306

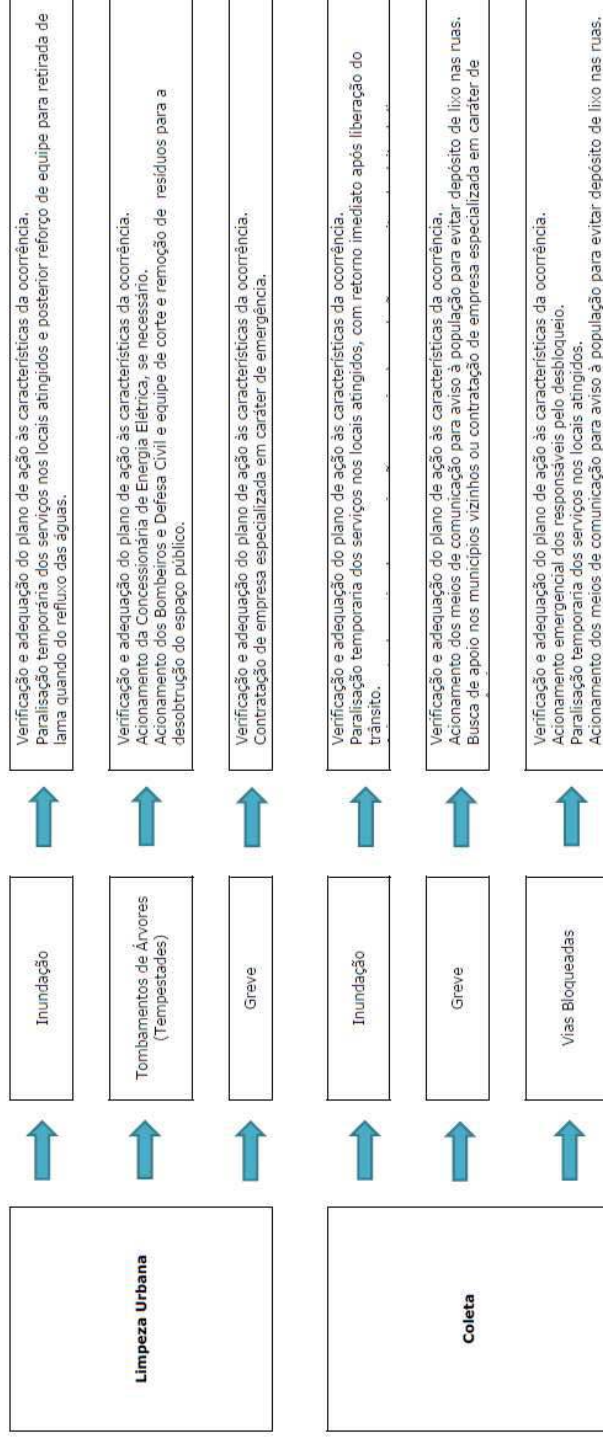


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

307

**SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Ações de Resposta a Emergências e Contingências****Evento Adverso****Pontos Vulneráveis**

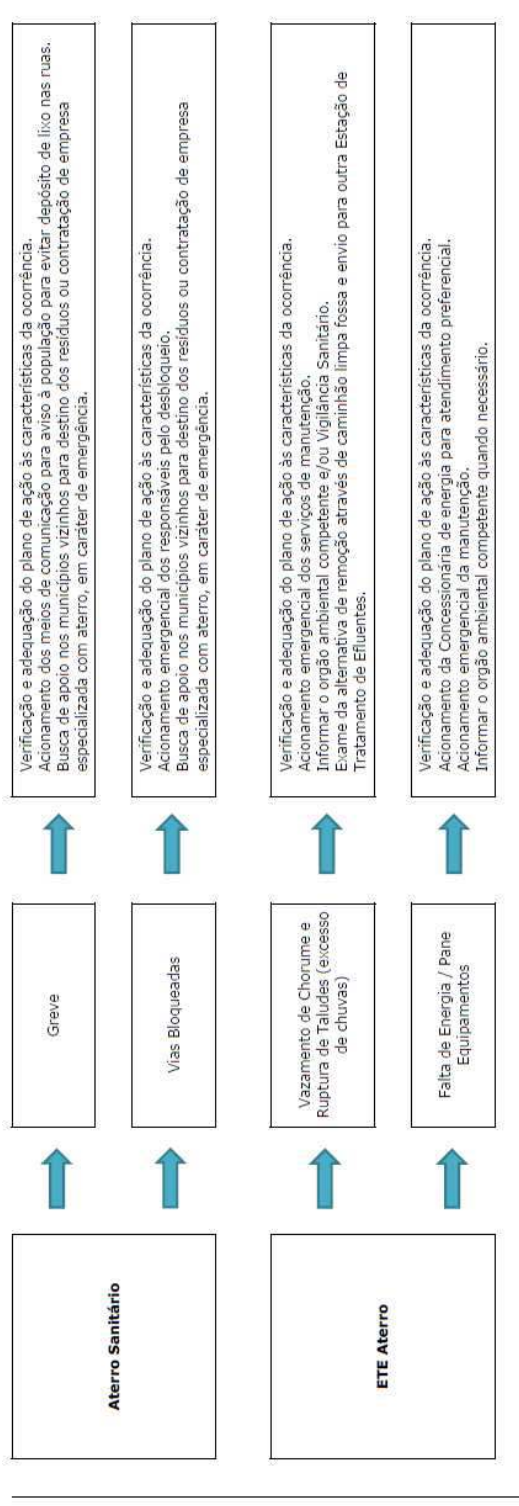
continua....

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

308

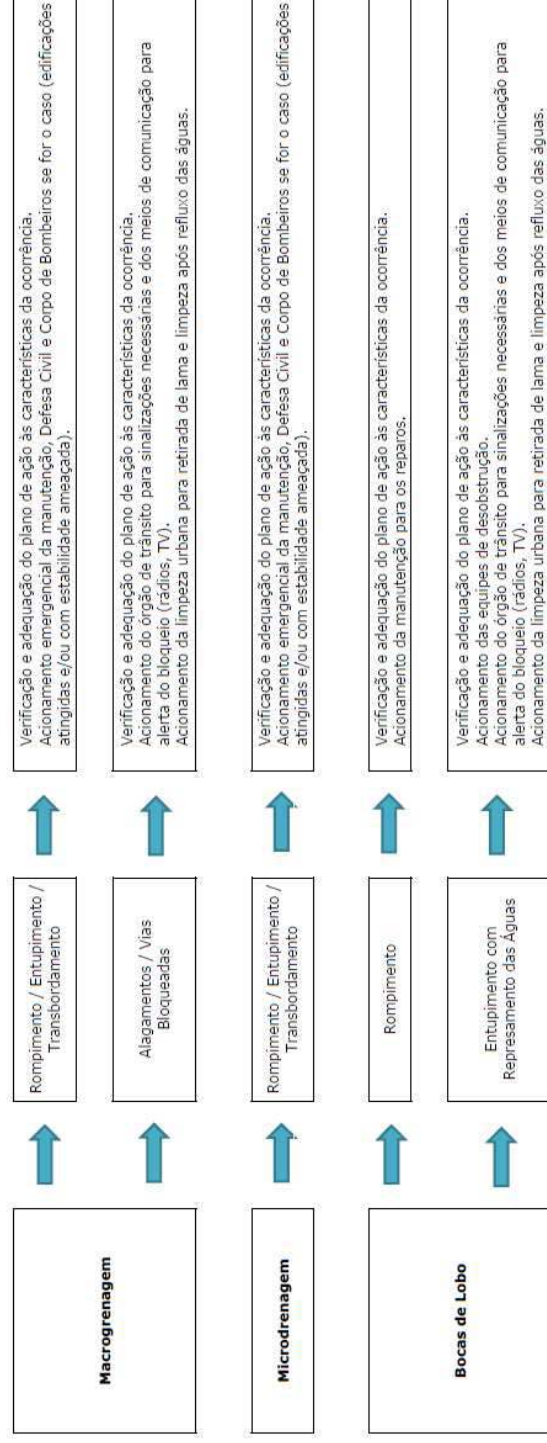


1ª Revisão do PMSB

julho/2014

Versão Final do PMSB de Caçador

309

**SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS****Ações de Resposta a Emergências e Contingências****Evento Adverso****Pontos Vulneráveis**

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**15. INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS E PLANOS NACIONAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS**

As diferentes ações de planejamento deste PMSB foram analisadas e propostas de forma a compatibilizá-las com as demais políticas públicas e planos setoriais, em âmbito Nacional, Estadual e Municipal, buscando sempre o cumprimento da Legislação, e das normas e resoluções vigentes. Destaca-se também que esta revisão do PMSB está compatibilizada com a recente edição do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Os planos setoriais são desenvolvidos em épocas diferentes a sua compatibilização não é imediata, pois um não se sobrepõe aos outros, não são estáticos e a interação é multilateral, exigindo ajustes periódicos com alterações e adaptações. No entanto recomendações foram feitas, sempre que identificadas e pertinentes, para a necessidade de ajuste de outros planos, como é o caso do Plano Diretor Municipal.

A principal recomendação para compatibilização das ações de saneamento básico com as políticas e planos, nacional e estadual, de recursos hídricos é a de uma intensa integração do Município de Caçador com o Comitê da Bacia do Rio do Peixe, com ênfase ao programa SOS Nascentes. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina – SDS tem em seus objetivos principais o fortalecimento técnico e institucional dos Comitês de Bacias e este é um caminho de concentração dos esforços na busca de uma gestão adequada dos recursos hídricos de Caçador.

Uma providência básica de compatibilização foi o destaque para a obtenção e acompanhamento do cumprimento das licenças ambientais das unidades integrantes dos sistemas, com especial atenção ao aterro sanitário, unidades de triagem de resíduos sólidos e de disposição de resíduos da construção civil e especiais. Para os serviços de abastecimento de água foi observada a condicionante de licenciamento ambiental de operação que é o tratamento dos efluentes da ETA.

No caso do esgotamento sanitário, paralelamente às medidas para implantação de sistema coletivo foram estabelecidas recomendações de programas e ações mitigadoras da situação atual e para a continuidade da fiscalização e orientação das soluções individuais nas áreas urbanas e rurais.

Diante de dificuldades normalmente encontradas na implantação de redes de drenagem e de soluções de esgotamento sanitário em áreas de ocupação urbana consolidada, serviços essenciais à proteção dos recursos hídricos, os dispositivos legais municipais devem ser discutidos e revistos para assegurar o uso de técnicas adequadas às peculiaridades existentes. Assim, destaque especial deve ser conferido aos novos parcelamentos do solo, para que contemplem corredores sanitários para fundo de lotes com soleira baixa e talvegues, garantindo um adequado manejo das águas pluviais nas unidades imobiliárias e a adoção de soluções econômicas de implantação de serviços públicos.



## 16. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Para o acompanhamento da eficácia das ações do PMSB de Caçador, o Município deverá promover sua avaliação sistemática através da estrutura de gestão, monitorando a execução e os indicadores de desempenho propostos para avaliação dos serviços de saneamento básico e da eficácia das ações propostas.

### 16.1. ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO

Recomenda-se que o município implante estrutura mínima de gestão deste Plano, para que o mesmo não se configure apenas como o atendimento a uma exigência legal. Somente assim alcançará o seu objetivo que é o de importante instrumento de gestão dos serviços públicos e da melhoria da salubridade ambiental, caso contrário não se alcançará eficácia de implantação.

A dimensão dos desafios a serem enfrentados e o valor dos investimentos projetados requerem um estrutura de gestão qualificada. Esta estrutura deverá contar com no mínimo um profissional de formação superior relacionada ao saneamento básico e com boa capacidade de articulação e interação com todas as entidades envolvidas, além de uma estrutura mínima de apoio às atividades de gestão. Recomenda-se que nesta estrutura seja organizada a **Ouvidoria** dos serviços de saneamento básico, para que a mesma possa atender aos quatro sistemas de titularidade do Poder Executivo Municipal, como forma de avaliar o desempenho das estruturas próprias e dos prestadores de serviços. Os recursos para manutenção desta estrutura devem provir das tarifas e taxas de prestação dos serviços.

A estrutura gestora do Plano de Saneamento Básico terá como atribuições:

- Supervisionar os programas, projetos e ações previstas no PMSB informando ao Conselho Municipal de Saneamento, às esferas superiores da administração municipal e às entidades ligadas ao saneamento básico municipal a respeito do seu andamento.
- Acompanhar e documentar as aplicações de recursos do Fundo Municipal de Saneamento, para garantir a transparência e o controle social, em especial do Conselho Municipal de Saneamento.
- Apoiar a elaboração de propostas orçamentárias.
- Organizar sistema de informações para acompanhar os indicadores de gestão e subsidiar a avaliação dos operadores e prestadores dos serviços de saneamento básico, bem como as atualizações futuras, mais fundamentadas, do PMSB. O Sistema de Informações deverá atender ao Art. 9º da Lei nº 11.445/2007 e ao Art. 23º do Decreto nº 7.217/2010.
- Assegurar fácil acesso para o controle social do desempenho na gestão do Plano e na prestação dos serviços, com informações de interesse ao conhecimento da qualidade e cobertura dos serviços, dos resultados dos programas, projetos e ações propostos no PMSB.

O uso de pesquisas de satisfação dos usuários é um importante instrumento de avaliação das ações de saneamento propostas neste PMSB, razão pela qual se sugere que o município use deste procedimento de forma periódica, que pode até mesmo como medida de contenção de gastos, ser conduzida por intermédio das(os) agentes de saúde.

#### 16.2. INDICADORES SETORIAIS

A Lei Federal nº 11.445/2007 instituiu em seu Art. 53º o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA com os objetivos de:

*" I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;*

*II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;*

*III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.*

*§ 1º As informações do SINISA são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.*

*§ 2º A União apoiará os titulares dos serviços a organizar sistemas de informação em saneamento básico, em atendimento ao disposto no inciso VI do caput do art. 9º desta Lei."*

O Decreto federal nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei nº 11.445/2007 define que o SINISA deverá ser desenvolvido e implementado de forma articulada ao Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos - SNIRH e ao Sistema Nacional de Informações em Meio Ambiente – SINIMA e no seu Art. 67º estabelece que o SINISA será organizado mediante instrução do Ministro de Estado das Cidades, ao qual competirá, ainda, o estabelecimento das diretrizes a serem observadas pelos titulares no cumprimento do disposto no inciso VI do art. 9º da Lei nº 11.445/2007, e pelos demais participantes. Estabelece também que o Ministério das Cidades apoiará os titulares, os prestadores e os reguladores de serviços públicos de saneamento básico na organização de sistemas de informação em saneamento básico articulados ao SINISA. As orientações para os sistemas municipais de informações, pelo Ministério das Cidades, ainda não foram expedidas.

O Ministério dispõe desde 1995 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico – SNIS, com indicadores de sistemas de águas e esgotos e desde 2002 indicadores de resíduos sólidos, mas ainda não contempla a drenagem urbana. O SNIS consolidou-se como o maior e mais importante banco de dados do setor saneamento brasileiro e foi concebido e vem sendo desenvolvido e administrado pelo Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades. O SNIS consiste de um banco que contém informações sobre a prestação de serviços de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos de caráter operacional, gerencial, financeiro, contábil e sobre a qualidade dos serviços prestados.

O Ministério das Cidades deverá promover uma avaliação do atual Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS e a sua transformação em SINISA conforme estabelece o art. 53º da Lei nº 11.445/2007. O SINISA deverá contemplar: Tecnologia da Informação; Indicadores e índices para a política de saneamento quanto à oferta, demanda, acesso, gestão, eficiência e eficácia, qualidade, saúde e salubridade ambiental; Transparência e disponibilização da informação; Monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações; Apoio aos Estados e Municípios para a definição de seus sistemas de informação.

#### **16.2.1 Abastecimento de Água**

Considerando a compulsoriedade de alimentação do SNIS/SINISA, estabelecida no Art. 9º da Lei nº 11.445/2007, abaixo reproduzido, e para manter a mesma matriz de dados oficiais exigidos, serão adotados no PMSB de Caçador os atuais indicadores do SNIS (futuramente ajustados ao SINISA) para compor o sistema de informações dos serviços de abastecimento de água.

"Art. 9º O titular dos serviços **formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:**

.....

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

....."

A fixação de metas para os Indicadores do SNIS fica prejudicada pela insuficiência de informações históricas seguras, restando a orientação para assim que possível se estabeleçam metas de melhora progressiva destes, para o horizonte do PMSB.

No Anexo G 03 estão reproduzidas as fórmulas de cálculo dos indicadores do SNIS.

Até que o SINISA aponte outros indicadores de eficiência e eficácia dos serviços sugere-se a adoção para o sistema de abastecimento de água dos seguintes indicadores, com metas de evolução progressiva de melhor desempenho visando avaliação da prestação de serviço adequado:

#### **Indicadores Técnicos**

**IQA= Índice de Qualidade da Água será obtido através da seguinte expressão:**

$$IQA = 0,20 \times P(TB) + 0,25 \times P(CRL) + 0,10 \times P(pH) + 0,15 \times P(FLR) + 0,30 \times P(BAC)$$

onde:

P(TB) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a turbidez;

P(CRL) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para o cloro residual;

P(pH) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para o pH;

P(FLR) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para os fluoretos;

P(BAC) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a bacteriologia.

PARÂMETRO	SÍMBOLO	CONDIÇÃO EXIGIDA	PESO
Turbidez	TB	Menor que 1,0 (uma) U.T. (unidade de turbidez)	0,20
Cloro residual livre	CRL	Maior que 0,2 (dois décimos) e menor que um valor limite a ser fixado de acordo com as condições do sistema	0,25
pH	pH	Maior que 6,5 (seis e meio) e menor que 8,5 (oito e meio).	0,10
Fluoreto	FLR	Maior que 0,7 (sete décimos) e menor que 0,9 (nove décimos) mg/l (miligramas por litro)	0,15
Bacteriologia	BAC	Menor que 1,0 (uma) UFC/100 ml (unidade formadora de colônia por cem mililitros).	0,30

Valores do IQA	Classificação
Menor que 80% (oitenta por cento)	Ruim
Maior ou igual a 80% (oitenta por cento) e menor que 90% (noventa por cento)	Regular
Maior ou igual a 90% (noventa por cento) e menor que 95% (noventa e cinco por cento)	Bom
Maior ou igual a 95% (noventa e cinco por cento)	Ótimo

#### **CBA= Cobertura do Sistema de Abastecimento de Água**

A cobertura do sistema de abastecimento de água será apurada pela expressão seguinte:

$$CBA = ( NIL \times 100 ) / NTE$$

onde:

CBA - cobertura pela rede distribuidora de água, em porcentagem;

NIL - número de imóveis ligados à rede distribuidora de água;

NTE - número total de imóveis edificadas na área de prestação.

Cobertura (%)	Classificação do serviço
Menor que 80% (oitenta por cento)	Insatisfatório
Maior ou igual a 80% (oitenta por cento) e inferior a 95% (noventa e cinco por cento)	Satisfatório
Maior ou igual a 95% (noventa e cinco por cento)	Adequado

#### **ICA= Continuidade do Abastecimento de Água**

O ICA será calculado através da seguinte expressão:

$$\text{ICA} = [ (\sum \text{TPM8} + \sum \text{TNMM}) \times 100 ] / \text{NPM} \times \text{TTA}$$

onde:

ICA - índice de continuidade do abastecimento de água, em porcentagem (%);

TTA - tempo total da apuração, que é o tempo total, em horas, decorrido entre o início e o término do período de apuração.

TPM8 - tempo com pressão maior que 8 (oito) metros de coluna d'água. É o tempo total, medido em horas, dentro do período de apuração, durante o qual um determinado registrador de pressão registrou valores iguais ou maiores que 8 (oito) metros de coluna d'água;

TNMM - tempo com nível maior que o mínimo. É o tempo total, medido em horas, dentro do período de apuração, durante o qual um determinado reservatório permaneceu com o nível d'água em cota superior ao nível mínimo de operação normal, sendo este definido no âmbito operacional do SISAM;

NPM - número de pontos de medida, que é o número total dos pontos de medida utilizados no período de apuração, assim entendidos os pontos de medição de nível de reservatório e os de medição de pressão na rede de distribuição.

Valores do ICA	Classificação do sistema
Inferior a 95% (noventa e cinco por cento)	Abastecimento intermitente
Entre 95% (noventa e cinco por cento) e 98% (noventa e oito por cento)	Abastecimento irregular
Superior a 98% (noventa e oito por cento)	Abastecimento satisfatório

#### **IPD= Índice de Perdas na de Água no Sistema de Distribuição**

O índice de perdas de água no sistema de distribuição será calculado pela seguinte expressão:

$$\text{IPD} = ( \text{VLP} - \text{VAF} ) \times 100 / \text{VLP}$$

onde:

IPD - índice de perdas de água no sistema de distribuição em porcentagem (%);

VLP - é o volume total de água potável efluente das unidades de produção em operação no sistema de abastecimento de água.

VAF = volume de água fornecido, em metros cúbicos, resultante da leitura dos micromedidores e do volume estimado das ligações que não os possuam. O volume estimado

consumido de uma ligação sem hidrômetro será a média do consumo das ligações com hidrômetro de mesma categoria de uso.

Nível de perdas	Classificação
Acima de 40% (quarenta por cento)	Inadequado
Entre 30% (trinta por cento) e 40% (quarenta por cento)	Regular
Entre 25% (vinte e cinco por cento) e 30% (trinta por cento)	Satisfatório
Abaixo de 25% (vinte e cinco por cento)	Adequado

### 16.2.2 Esgotamento Sanitário

A gestão do sistema existente de esgotos sanitários (bairro Ulisses Guimarães) não dispõe de registro sistematizado de dados operacionais, comerciais e financeiros (não é cobrada tarifa), nem tampouco cadastro de usuários. A proposta primeira é de que se iniciem estes registros com simultânea cobrança de tarifas.

No Anexo G 03 estão reproduzidas as fórmulas de cálculo dos indicadores do SNIS, de uso compulsório.

Até que o SINISA aponte outros indicadores de eficiência e eficácia dos serviços sugere-se a adoção para o sistema de esgotamento sanitário dos seguintes indicadores com metas de evolução progressiva de melhor desempenho, visando avaliação da prestação de serviço adequado:

#### **CBE = Cobertura pela Rede Coletora de esgotos**

A cobertura pela rede coletora de esgotos será calculada pela seguinte expressão:

$$CBE = ( NIL \times 100 ) / NTE$$

onde:

CBE - cobertura pela rede coletora de esgoto, em porcentagem;

NIL - número de imóveis ligados à rede coletora de esgoto;

NTE - número total de imóveis edificados na área de prestação.

Porcentagem de Cobertura	Classificação do serviço
Menor que 60% (sessenta por cento)	Insatisfatório
Maior ou igual a 60% (sessenta por cento) e inferior a 80% (oitenta por cento)	Satisfatório
Maior ou igual a 80% (oitenta por cento)	Adequado

O sistema de esgotos sanitários é considerado adequado quando apresentar cobertura igual ou superior a 90 % (oitenta por cento).

**ESC= Eficiência do Sistema de Coleta de Esgotos Sanitários.**

A eficiência do sistema de coleta de esgotos sanitários será medida pelo número de desobstruções de redes coletoras e ramais prediais que efetivamente forem realizadas por solicitação dos usuários.

O índice de obstrução de ramais domiciliares – IORD, deverá ser apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de ramais realizadas no período por solicitação dos usuários e o número de imóveis ligados à rede, no primeiro dia do mês, multiplicada por 10.000 (dez mil).

O índice de obstrução de redes coletoras – IORC, será apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de redes coletoras realizadas por solicitação dos usuários e a extensão desta em quilômetros, no primeiro dia do mês, multiplicada por 1.000 (um mil).

O serviço de coleta dos esgotos sanitários é considerado eficiente e, portanto adequado, se:

A média anual dos IORD's, calculados mensalmente, for inferior a 20 (vinte), podendo este valor ser ultrapassado desde que não ocorra em 2 (dois) meses consecutivos nem em mais de 4 (quatro) meses em 1 (um) ano.

A média anual dos IORC's, calculados mensalmente, deverá ser inferior a 200 (duzentos), podendo ser ultrapassado desde que não ocorra em 2 (dois) meses consecutivos nem em mais de 4 (quatro) meses em 1 (um) ano.

**IQE= Índice de Qualidade dos Efluentes**

A qualidade dos efluentes lançados nos cursos de água naturais será medida pelo índice de qualidade do efluente - IQE.

O IQE é calculado como a média ponderada das probabilidades de atendimento da condição exigida para cada um dos parâmetros constantes da tabela a seguir, considerados os respectivos pesos:



Versão Final do PMSB de Caçador

318

PARÂMETRO	SÍMBOLO	CONDIÇÃO EXIGIDA	PESO
Materiais sedimentáveis	SS	Menor que 1,0 ml/l (um mililitro por litro) - ver observação 1	0,35
Substâncias solúveis em hexano	SH	Menor que 100 mg/l (cem miligramas por litro)	0,30
DBO	DBO	Menor que 60 mg/l (sessenta miligramas por litro) - ver observação 2	0,35

Observação 1: em teste de uma hora em cone **Imhoff**

Observação 2: DBO de 5 (cinco) dias a 20° C (vinte graus Celsius)

O IQE será obtido através da seguinte expressão:

$$IQE = 0,35 \times P(SS) + 0,30 \times P(SH) + 0,35 \times P(DBO)$$

onde:

P(SS) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para materiais sedimentáveis;

P(SH) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para substâncias solúveis em hexana;

P(DBO) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a demanda bioquímica de oxigênio.

Valores do IQE	Classificação
Menor que 80% (oitenta por cento)	Ruim
Maior ou igual a 80% (oitenta por cento) e menor que 90% (noventa por cento)	Regular
Maior ou igual a 90% (noventa por cento) e menor que 95% (noventa e cinco por cento)	Bom
Igual ou maior que 95% (noventa e cinco por cento)	Ótimo

O efluente lançado será considerado adequado se a média dos IQE's apurados nos últimos 12 (doze) meses for igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) - conceito "Bom", não podendo ocorrer, no entanto, nenhum valor mensal inferior a 90% (noventa por cento) - conceito "Ruim".

### **Indicadores Gerenciais**

#### **IESAP= Índice de eficiência na prestação do serviço e no atendimento ao público**

O IESAP será calculado com base na avaliação de 5 fatores indicativos da performance do prestador quanto à adequação de seu atendimento às solicitações e necessidades dos usuários.

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

**FATOR 1** - prazos de atendimento dos serviços de maior frequência, que corresponderá ao período de tempo decorrido entre a solicitação do serviço pelo usuário e a data efetiva de conclusão. A tabela padrão dos prazos de atendimento dos serviços é a apresentada a seguir:

Serviço	Prazo para atendimento das solicitações
Ligação de água	5 (cinco) dias úteis
Reparo de vazamentos na rede ou ramais de água	24 (vinte e quatro) horas
Falta d'água local ou geral	24 (vinte e quatro) horas
Ocorrências relativas à ausência ou má qualidade da repavimentação	5 (cinco) dias úteis
Verificação da qualidade da água	12 (doze) horas
Restabelecimento do fornecimento de água	24 (vinte e quatro) horas
Ocorrências de caráter comercial	24 (vinte e quatro) horas

O índice de eficiência para o FATOR 1 será obtido através da fórmula:

**FATOR 1 = (Quantidade de serviços realizados no prazo estabelecido x 100) / (Quantidade total de serviços realizados).**

O valor do FATOR 1 obedecerá a tabela a seguir:

Índice de eficiência dos prazos de atendimento - %	Valor
Menor que 75% (setenta e cinco por cento)	0
Igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) e menor que 90% (noventa por cento)	0,5
Igual ou maior que 90% (noventa por cento)	1,0

**FATOR 2 - eficiência da programação dos serviços que definirá o índice de acerto do prestador quanto à data prometida para a execução do serviço, obedecendo, no máximo, os limites estabelecidos na tabela de prazos.**

O índice de acerto da programação dos serviços será medido pela relação porcentual:

$I 2 = (Quantidade de serviços realizados no prazo estabelecido \times 100) / (Quantidade total de serviços realizados)$

O valor a ser atribuído ao FATOR 2 obedecerá à tabela que segue:

Versão Final do PMSB de Caçador

320

Índice de eficiência da programação - %	Valor
Menor que 75% (setenta e cinco por cento)	0
Igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) e menor que 90% (noventa por cento)	0,5
Igual ou maior que 90% (noventa por cento)	1,0

**FATOR 3 - disponibilização de estruturas de atendimento ao público avaliada pela oferta ou não das seguintes possibilidades:**

- a) atendimento em escritório do prestador;
- b) sistema "0800" para atendimento telefônico dos usuários, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h às 19h e aos sábados, domingos e feriados das 7h às 16h;
- c) atendimento telefônico através de sistema "0800" para recepção de solicitações emergenciais relacionados ao serviço de abastecimento de água, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano;
- d) atendimento personalizado domiciliar, ou seja, o funcionário do prestador responsável pela leitura dos hidrômetros e ou entrega de contas, aqui denominado "agente comercial", deverá atuar como representante da administração junto aos usuários, prestando informações de natureza comercial sobre o serviço, sempre que solicitado.
- e) os programas de computadores de controle e gerenciamento do atendimento que deverão ser processados em rede de computadores do prestador;

O valor a ser atribuído ao FATOR 3 será obtido pela disponibilização ou não das estruturas elencadas, e obedecerá a tabela que segue:

Estruturas de atendimento ao público	Valor
2 (duas) ou menos estruturas	0
3 (três) ou 4 (quatro) das estruturas	0,5
as 5 (cinco) estruturas	1,0

**FATOR 4 - adequação da estrutura de atendimento em prédio(s) do prestador será avaliada pela oferta ou não das seguintes possibilidades:**

- a) distância inferior a 500m (quinhentos metros) de pontos de confluência dos transportes coletivos;
- b) distância inferior a 500m (quinhentos metros) de pelo menos um agente de recebimento de contas;
- c) facilidade de estacionamento de veículos ou existência de estacionamento próprio;
- d) facilidade de identificação;
- e) conservação e limpeza;
- f) coincidência do horário de atendimento com o da rede bancária local;

1ª Revisão do PMSB

julho/2014

g) número máximo de atendimentos diários por atendente menor ou igual a 72 (setenta e dois);

h) período de tempo médio entre a chegada do usuário ao escritório e o início do atendimento menor ou igual a 30 (trinta) minutos;

i) período de tempo médio de atendimento telefônico no sistema "0800" menor ou igual a 3 (três) minutos;

O valor a ser atribuído ao FATOR 4 será obtido pelo atendimento ou não dos itens elencados, e obedecerá a tabela que segue:

Adequação das estruturas de atendimento ao público	Valor
Atendimento de 6 (seis) ou menos itens	0
Atendimento de 7 (sete) itens	0,5
Atendimento de mais que 7 (sete) itens	1,0

**FATOR 5 - adequação das instalações e logística de atendimento, em prédios do prestador, ao conforto e conceito do usuário, considerando:**

1. separação dos ambientes de espera e atendimento;
2. disponibilidade de banheiros;
3. disponibilidade de bebedouros de água;
4. iluminação e acústica do local de atendimento;
5. existência de normas padronizadas de atendimento ao público;
6. preparo dos profissionais de atendimento;
7. disponibilização de som ambiente, ar condicionado, ventiladores.

O valor a ser atribuído ao FATOR 5 será obtido pelo atendimento ou não dos itens elencados, e obedecerá a tabela que segue:

Adequação das instalações e logística de atendimento ao público	Valor
Atendimento de 4 (quatro) ou menos itens	0
Atendimento de 5 (cinco) ou 6 (seis) itens	0,5
Atendimento dos 7 (sete) itens	1,0

O Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IESAP será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IESAP} = 3 \times \text{Valor Fator 1} + 3 \times \text{Valor Fator 2} + 2 \times \text{Fator 3} + 1 \times \text{Fator 4} + 1 \times \text{Fator 5}$$

O sistema de prestação de serviços e atendimento ao público do SISAM, a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente, será considerado:

I - inadequado se o valor do IESAP for igual ou inferior a 5 (cinco);

II - adequado se for superior a 5 (cinco), com as seguintes gradações:

- a) regular se superior a 5 (cinco) e menor ou igual a 7 (sete);
- b) satisfatório se superior a 7 (sete) e menor ou igual a 9 (nove);
- c) ótimo se superior a 9 (nove).

**IACS = Índice de adequação do sistema de comercialização do serviço**

A adequabilidade do sistema comercial para garantia da equidade no relacionamento comercial que assegure ao usuário o direito de defesa é verificada por meio de 6 condicionantes:

**CONDIÇÃO 1** - índice de micromedição: calculado mês a mês, de acordo com a expressão:

$$I_1 = (\text{Número total de ligações com hidrômetro em funcionamento no final do mês} \times 100) / (\text{Número total de ligações existentes no final do mês})$$

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 1 será obtido de acordo com a média aritmética dos valores mensais calculados, a ser apurada anualmente, e obedecerá a tabela que segue:

Índice de micromedição (%)	Valor
Menor que 98% (noventa e oito por cento)	0
Maior que 98% (noventa e oito por cento)	1,0

**CONDIÇÃO 2** - o sistema de comercialização adotado pelo prestador deverá favorecer a fácil interação com o usuário, evitando o máximo possível o seu deslocamento até ao prestador para informações ou reclamações. Os contatos deverão preferencialmente realizar-se no imóvel do usuário ou através de atendimento telefônico.

A verificação do cumprimento desta diretriz será feita através do indicador que relaciona o número de reclamações comerciais realizadas diretamente nas agências comerciais, com o número total de ligações:

$$I_2 = (\text{Número de atendimentos feitos diretamente no balcão no mês} \times 100) / (\text{Número total de atendimentos realizados no mês - balcão e telefone})$$

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 2 obedecerá à tabela a seguir:

Faixa de valor do $I_2$	Valor a ser atribuído à Condição 2
Menor que 20% (vinte por cento)	1,0
Entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento)	0,5
Maior que 30% (trinta por cento)	0

**CONDIÇÃO 3** - o sistema de comercialização adotado deverá prever mecanismos que garantam que contas com consumo excessivo, em relação à média histórica da ligação, só sejam entregues aos usuários após a verificação pelo prestador, sem custos para o usuário, das instalações hidráulicas do imóvel, de modo a verificar a existência de vazamentos. O sistema a ser utilizado deverá selecionar as contas com consumo superior a 2 (duas) vezes o consumo médio da ligação. Constatado o vazamento a conta deverá ser emitida pela média (apenas uma), perdendo esse direito o usuário que não consertar o vazamento e a situação persistir na próxima emissão.

A avaliação da adoção desta diretriz será feita através do indicador:

$I_3 = (\text{Número de exames prediais realizados no mês} \times 100) / (\text{Número de contas emitidas no mês com consumo maior que duas vezes a média})$

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 3 será:

Faixa de valor do $I_3$	Valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 3
Maior que 98% (noventa e oito por cento)	1,0
Entre 90% (noventa por cento) e 98% (noventa e oito por cento)	0,5
Menor que 90% (noventa por cento)	0

**CONDIÇÃO 4** - o prestador deverá contar com um número adequado de locais para o pagamento das contas de seus usuários, devendo para isso credenciar, além da rede bancária do município, estabelecimentos comerciais tais como lojas, farmácias e casas lotéricas, distribuídos em diversos pontos da cidade. O nível de atendimento a essa condição pelo prestador será medido através do indicador:

$I_4 = (\text{Número de pontos credenciados} \times 1000) / (\text{Número total de ligações de água no mês})$

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 4 será:

Faixa de valor do $I_4$	Valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 4
Maior que 0,7 (sete décimos)	1,0
Entre 0,5 (cinco décimos) e 0,7 (sete décimos)	0,5
Menor que 0,5 (cinco décimos)	0

**CONDIÇÃO 5** - para as contas não pagas sem registro de débito anterior, o prestador deverá manter um sistema de comunicação por escrito com os usuários, informando-os da existência do débito e definição de data limite para regularização da situação antes da efetivação da suspensão de fornecimento. O nível de atendimento a essa condição pelo prestador será efetuado através do indicador:

$I_5 = (\text{Número de comunicações de suspensões emitidas pelo prestador no mês} \times 100) /$   
 (Número de contas sujeitas a suspensão de fornecimento no mês)

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 5 será:

Faixa de valor do $I_5$	Valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 5
Maior que 98% (noventa e oito por cento)	1,0
Entre 95% (noventa e cinco por cento) e 98% (noventa e oito por cento)	0,5
Menor que 95% (noventa e cinco por cento)	0

**CONDIÇÃO 6** - o prestador deverá garantir o restabelecimento do fornecimento de água ao usuário em até 24 (vinte e quatro) horas da comprovação da efetuação do pagamento de seus débitos.

a) o indicador que avaliará tal condição é:

$I_6 = (\text{Número de restabelecimentos do fornecimento realizados em até 24 horas} \times 100) /$   
 (Número total de restabelecimentos)

O valor a ser atribuído à CONDIÇÃO 6 será:

Faixa de valor do $I_6$	Valor a ser atribuído à Condição 6
Maior que 95% (noventa e cinco por cento)	1,0
Entre 80 % (oitenta por cento) e 95% (noventa e cinco por cento)	0,5
Menor que 80% (oitenta por cento)	0

O IACS - índice de adequação da comercialização dos serviços será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

**$IACS = 5 \times \text{Valor Condição 1} + 1 \times \text{Valor Condição 2} + 1 \times \text{Valor Condição 3} + 1 \times \text{Valor Condição 4} + 1 \times \text{Valor Condição 5} + 1 \times \text{Valor Condição 6}$**

O sistema comercial do prestador, a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente será considerado:

I - inadequado se o valor do IACS for igual ou inferior a 5 (cinco);

II - adequado se superior a este valor, com as seguintes gradações:

a) regular se superior a 5 (cinco) e igual ou inferior a 7 (sete);

b) satisfatório se superior a 7 (sete) e igual ou inferior a 9 (nove);

c) ótimo se superior a 9 (nove).



**ICQP= Indicador do nível de cortesia e de qualidade percebida pelos usuários na prestação do serviço**

Os profissionais envolvidos com o atendimento ao público, em qualquer área e esfera da organização do prestador, deverão contar com treinamento especial em relações humanas e técnicas de comunicação, além de normas e procedimentos que deverão ser adotados nos vários tipos de atendimento: no posto, telefônico ou domiciliar, visando a obtenção de um padrão isonômico de comportamento e tratamento a todos os usuários.

As normas de atendimento deverão fixar, entre outros pontos:

- I - a forma como o usuário deverá ser tratado;
- II - uniformes para o pessoal de campo e do atendimento;
- III - diagramação dos crachás de identificação dos profissionais;
- IV - conteúdo obrigatório do treinamento a ser dado ao pessoal de empresas contratadas que venham a ter contato com o público.

A verificação dos resultados obtidos pelo prestador será feita anualmente, até o mês de dezembro, através de uma pesquisa de opinião realizada preferencialmente por empresa independente, capacitada para a execução do serviço.

A pesquisa a ser realizada deverá abranger um universo representativo de usuários que tenham tido contato devidamente registrado com o prestador, no período de 3 (três) meses que antecederem a realização da pesquisa. Os usuários deverão ser selecionados aleatoriamente, devendo, no entanto, ser incluído no universo da pesquisa, os três tipos de contato possíveis:

- I - atendimento via telefone;
- II - atendimento personalizado;
- III - atendimento na ligação para execução de serviços diversos.

Para cada tipo de contato o usuário deverá responder a questões que avaliem objetivamente o seu grau de satisfação em relação ao serviço prestado e ao atendimento realizado, assim, entre outras, o usuário deverá ser questionado:

- I - se o funcionário foi educado e cortês;
- II - se o funcionário resolveu satisfatoriamente suas solicitações;
- III - se o serviço foi realizado a contento e no prazo comprometido;
- IV - se, após a realização do serviço, o pavimento foi adequadamente reparado e o local limpo;
- V - outras questões de relevância poderão ser objeto de formulação, procurando inclusive atender a condições peculiares.

As respostas a essas questões devem ser computadas considerando-se 5 (cinco) níveis de satisfação do usuário:

I – ótimo; II – bom; III - regular; IV – ruim; V – péssimo.

A compilação dos resultados às perguntas formuladas, sempre considerando o mesmo valor relativo para cada pergunta independentemente da natureza da questão ou do usuário pesquisado, deverá resultar na atribuição de porcentagens de classificação do universo de amostragem em cada um dos conceitos acima referidos.

Os resultados obtidos pelo prestador serão considerados adequados se a soma dos conceitos ótimo e bom corresponderem a 80% (oitenta por cento) ou mais do total.

### 16.2.3 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

No Anexo G 03 estão reproduzidas as fórmulas de cálculo dos indicadores do SNIS.

Até que o SINISA aponte outros indicadores de eficiência e eficácia dos serviços sugere-se a adoção para o sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de mais um indicador:

#### IESRS – Índice de eficiência na prestação do serviço de resíduos sólidos

O IESRS será calculado com base em três condicionantes:

**CONDIÇÃO 1** – índice de reclamações referentes à coleta domiciliar, calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$$I_1 = (\text{Número de reclamações do desempenho da coleta domiciliar} \times 10.000) / (\text{Domicílios do último levantamento censitário disponível do IBGE})$$

O valor a ser atribuído à Condição 1 será:

<b>I<sub>1</sub></b>	<b>Valor</b>
Maior do que 8	0
Entre 4 e 8	0,5
Menor do que 4	1,0

**CONDIÇÃO 2** – índice de reclamações referentes à coleta seletiva, calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$$I_2 = (\text{Número de reclamações do desempenho da coleta seletiva} \times 10.000) / (\text{Domicílios do último levantamento censitário disponível do IBGE})$$

O valor a ser atribuído à Condição 2 será:

$I_2$	Valor
Maior do que 8	0
Entre 4 e 8	0,5
Menor do que 4	1,0

**CONDIÇÃO 3** – índice referente ao tempo de resposta para o atendimento das reclamações, calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$I_3 = (\text{Número de reclamações atendidas/encaminhadas até 24h do registro da ocorrência} \times 100) / (\text{número de reclamações recebidas})$

O valor a ser atribuído à Condição 3 será:

$I_3$	Valor
Maior que 95%	1,0
Entre 85% e 95%	0,5
Menor que 85%	0

O **IESRS – Índice de eficiência na prestação do serviço de resíduos sólidos** será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

**IESRS = 3 x Valor Condição 1 + 3 x Valor Condição 2 + 4 x Valor Condição 3**

O sistema de prestação de serviços a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente, será considerado:

I - inadequado se o valor do IESRS for igual ou inferior a 5 (cinco);

II - adequado se for superior a 5 (cinco), com as seguintes gradações:

- a) regular se superior a 5 (cinco) e menor ou igual a 7 (sete);
- b) satisfatório se superior a 7 (sete) e menor ou igual a 9 (nove);
- c) ótimo se superior a 9 (nove).

Como não há histórico, a fórmula deste indicador deverá ser reavaliada ou validada após período de um ano de verificações.

#### 16.2.4 Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Para o sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais não há indicadores definidos no SNIS, nem sistema de informações municipais com históricos. Até que o SINISA aponte indicadores de eficiência e eficácia dos serviços sugere-se a adoção para o sistema drenagem urbana e manejo de águas pluviais o seguinte indicador:

**IESDU – Índice de eficiência na prestação do serviço de drenagem urbana**

O IESDU será calculado com base em três condicionantes:

**CONDIÇÃO 1** – índice de reclamações referentes a bocas de lobo entupidas, calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$I_1 = (\text{Número de reclamações referentes a bocas de lobo entupidas} \times 1.000) / (\text{Número total de bocas de lobo existentes no momento da apuração do índice})$

O valor a ser atribuído à Condição 1 será:

<b>I<sub>1</sub></b>	<b>Valor</b>
Maior do que 8	0
Entre 4 e 8	0,5
Menor do que 4	1,0

**CONDIÇÃO 2** – índice de reclamações referentes à limpeza e desassoreamento redes e canais, calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$I_2 = (\text{Número de reclamações referentes à limpeza e desassoreamento de redes e canais} \times 50) / (\text{km total de redes e canais})$

O valor a ser atribuído à Condição 2 será:

<b>I<sub>2</sub></b>	<b>Valor</b>
Maior do que 8	0
Entre 4 e 8	0,5
Menor do que 4	1,0

**CONDIÇÃO 3** – índice de reclamações referentes a alagamentos em vias públicas (alagamentos), calculado mês a mês de acordo com a expressão:

$I_3 = (\text{Número de reclamações referentes a alagamentos em vias públicas (alagamentos)} \times 50) / (\text{Km total de redes de drenagem})$

O valor a ser atribuído à Condição 3 será:

<b>I<sub>3</sub></b>	<b>Valor</b>
Maior do que 8	0
Entre 4 e 8	0,5
Menor do que 4	1,0

O **IESDU – Índice de eficiência na prestação do serviço de drenagem urbana** será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IESDU} = 2 \times \text{Valor Condição 1} + 2 \times \text{Valor Condição 2} + 6 \times \text{Valor Condição 3}$$

O sistema de prestação de serviços a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente, será considerado:

I - inadequado se o valor do IESDU for igual ou inferior a 5 (cinco);

II - adequado se for superior a 5 (cinco), com as seguintes gradações:

- a) regular se superior a 5 (cinco) e menor ou igual a 7 (sete);
- b) satisfatório se superior a 7 (sete) e menor ou igual a 9 (nove);
- c) ótimo se superior a 9 (nove).

Como não há histórico, a fórmula deste indicador deverá ser reavaliada ou validada após período de um ano de verificações.

**17. DIVULGAÇÃO DO PLANO**

Além das exigências legais de divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico, através do controle social previsto na legislação, é fundamental que todos os agentes de saneamento incorporem as metas do Plano e concentrem seus esforços no alcance destas.

Na fase de elaboração do PMSB a divulgação buscou informar o seu objetivo, abrangência e a importância da participação de todos na sua elaboração. Após a aprovação do PMSB a divulgação deverá focar o seu andamento, com informações do desempenho dos envolvidos na gestão e prestação dos serviços, para o cumprimento das metas propostas. Para tanto deverá ser assegurada ampla divulgação e acesso da população aos indicadores de desempenho e ao acompanhamento das ações realizadas versus cronogramas projetados.

Sabe-se da dificuldade de fazer com que o Plano Municipal de Saneamento Básico seja do conhecimento público, mas deverá ser de domínio público, tendo seu acesso facilitado, com esclarecimento e orientação para quem dele se interessar, providência que deve ser desenvolvida pelos agentes públicos encarregados de seu monitoramento. O site da Prefeitura Municipal deve conter um acesso para o PMSB e que nele fiquem disponíveis proposições, metas e principais indicadores, mantidos atualizados pelos gestores do PMSB. Adicionalmente ao uso da Internet todas as oportunidades de uso dos demais meios de comunicação devem ser aproveitadas e esta deve ser uma responsabilidade primeira da estrutura de gestão do PMSB, que deve estar muito próxima do setor de relações públicas e institucionais do executivo municipal e do Conselho Municipal de Saneamento.

**18. REGULAÇÃO**

A Agência Reguladora definida pelo Município é a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS ligada à Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

O Decreto Federal nº 7.217/2010 que regulamentou a Lei nº 11.445/2007, define no Art. 27 os objetivos da regulação, que são:

*"I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;*

*II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;*

*III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência; e*

*IV - definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quanto à modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.*

*Parágrafo único. Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para execução dos contratos e dos serviços e para correta administração de subsídios."*

A Agência Reguladora é um braço do poder público capaz de controlar e fiscalizar com eficiência e rapidez as atividades públicas desempenhadas pelos prestadores de serviços.

Destaca-se que os serviços de saneamento básico prestados pela administração direta deverão observar a adoção de contabilidade regulatória, segregando e identificando os reais custos de prestação dos serviços, para a definição de taxas ou tarifas que assegurem a sustentabilidade econômica.



## 19. MODELOS INSTITUCIONAIS

A Resolução Recomendada de nº 75 de 02 de julho de 2009 do Ministério das Cidades Estabeleceu orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico. Diz o seu Art. 2º:

*"O Titular dos Serviços, por meio de legislação específica, deve estabelecer a respectiva Política de Saneamento Básico, que deve contemplar: I. A definição da forma como serão prestados os serviços, se diretamente ou por delegação, e as condições a serem observadas nos contratos, em particular a definição de critérios de qualidade e o estabelecimento de metas de atendimento; [...].*

A Lei de políticas públicas municipais em vigor omite a o modelo institucional de prestação dos serviços de saneamento e a sua revisão, em andamento, deverá suprir esta lacuna.

Para qualquer modelo institucional de prestação dos serviços é fundamental ter em mente que este deve contemplar:

- A importância social dos serviços.
- O necessário profissionalismo e capacitação dos recursos humanos empregados.
- O domínio da gestão de todos os sistemas pelo município.
- A geração de recursos para novos investimentos de ampliação da cobertura, atualização tecnológica e manutenção da qualidade adequada dos serviços.

A caracterização das responsabilidades contratuais, para o caso de contratos de programa, concessões, consórcios e contratos de prestação de serviços, devem estar bem definidas e reguladas para que assegurem a prestação de serviço adequado, nos termos da legislação e normas específicas.

Para os serviços que o Município opte pela delegação ou terceirização deve fazê-la de forma a manter o controle da gestão com supervisão vigorosa dos contratos, para que numa troca de prestadores não ocorra descontinuidade na qualidade dos serviços e nem se crie dependência técnica com os mesmos.

## 20. SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS

As etapas imediatas e de curto prazo para os investimentos já apresentam grau de previsão com certa margem de erro e quando se remete estas previsões para médio e longo prazo as imprecisões são maiores, causadas pela falta de projetos com orçamentos detalhados para os sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Isto dificulta as análises de sustentabilidade.

Para o sistema de abastecimento de água, na estrutura tarifária vigente, não existem dúvidas quanto à sustentabilidade econômica financeira, que foi demonstrada em estudo específico, que acompanha este PMSB (TIR de 23,94%).

As tarifas para os serviços de esgotamento sanitário que garantam a sustentabilidade deverão ser estabelecidas em estudo tarifário específico. A busca de recursos não onerosos é um passo importante para que o sistema seja sustentável, pois o item “investimentos” responde pela maior parcela do custo das tarifas, podendo chegar a mais de 50% deste custo. A universalização da prestação dos serviços envolve a sua extensão para áreas periféricas com custos crescentes de implantação, onde está a população mais carente tanto de recursos financeiros como de condições sanitárias. Incluindo investimentos onerosos no custo das tarifas, estas certamente serão bem superiores às tarifas de abastecimento de água, ultrapassando a capacidade de pagamento dos usuários. Em resumo, pela capacidade de pagamento das populações periféricas mais carentes a sustentabilidade econômica do sistema de esgotamento sanitário só será viável com uso de recursos não onerosos para os investimentos, ou com a análise conjunta apoiada na lucratividade do sistema de abastecimento de água. O estudo de viabilidade para o esgotamento sanitário, com 82,81% de cobertura na área urbana da sede e 72,34% no distrito de Taquara Verde, e após sucessivas reprogramações de investimentos, resultou, para o atendimento do cenário apresentado no PMSB, numa TIR de 1,41%, no entanto, quando a análise é integrada ao sistema de abastecimento de água a TIR resulta em 7,72%, mostrando a viabilidade conjunta, para a estrutura tarifária atual, de atendimento ao proposto no PMSB, considerando despesas de exploração e investimentos em melhorias e ampliações destes serviços. As áreas não servidas no horizonte deste PMSB deverão ser objeto de soluções individuais. A universalização de atendimento com sistemas coletivos, com sustentabilidade econômico-financeira será alcançada em projeções posteriores ao ano 2043, ou anteriormente com uso de recursos a fundo perdido.

Para os serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos as projeções de recursos para a execução do PMSB se mostram insuficientes, pois atualmente não cobrem nem mesmo os custos operacionais. Conforme apresentado na análise tarifária do diagnóstico setorial, ficou demonstrado que para **custear somente a operação**, sem considerar os investimentos, a taxa média mensal em 2013 para todos os domicílios atendidos, inclusive os comerciais, deveria ser da ordem de **R\$ 10,04/domicílio**. No entanto, a taxa média lançada via IPTU foi de R\$6,99/domicílio e a efetivamente arrecadada, face à inadimplência,

foi de **R\$ 3,81/domicílio**. Este desequilíbrio entre o valor gasto e o valor arrecadado gerou a necessidade do aporte de **R\$ 1.732.594,09** do orçamento municipal de 2013, para cobrir a operação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, sem considerar qualquer valor para investimentos. O valor justo desta tarifa certamente não é o atualmente praticado, pois os custos dos serviços se situam em patamares compatíveis com o mercado. Há que se encontrar uma forma gradual de alcance da sustentabilidade destes serviços, interrompendo uma sangria continuada de recursos do orçamento municipal.

Para os Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais não existe cobrança de taxa específica. Embora a delicada discussão acerca de taxas para estes serviços, a busca da sustentabilidade deverá ser enfrentada. Os custos de manutenção destes serviços não se apresentam, atualmente, em valores expressivos, mas a sua perfeita identificação remete a uma separação contábil da unidade de negócio para fins de regulação tarifária. Os investimentos necessários são significativos, pois além das deficiências das áreas já servidas há um elevado déficit de atendimento. Dos cerca de 280 km de vias urbanas aproximadamente 38% não são pavimentadas e uma considerável parcela das pavimentadas não tem drenagem. Diante da magnitude dos recursos envolvidos, estes investimentos foram protelados por muitas administrações municipais. O Poder Executivo Municipal demonstra atualmente grande preocupação em reverter esta situação e paralelamente a esta revisão PMSB desenvolve ações para o atendimento das recomendações do diagnóstico setorial. Atualmente a busca de recursos onerosos é inimaginável, pois consumirá capacidade de endividamento, sem a receita necessária para o serviço da dívida. No Anexo F 02 do diagnóstico do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais foi apresentado, como subsídio para a cobrança de taxa de drenagem urbana, o relatório de um seminário sobre o tema. Trata-se de um tema de difícil discussão e aplicação, mas pelo que estabelece a legislação federal nas diretrizes e políticas do saneamento básico, é compulsório o seu equacionamento.

**21. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O PMSB deverá ser revisado periodicamente em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual, conforme estabelece o Art. 19, § 4º da Lei Federal nº 11.445/2007. Para que esta revisão se processe em bases mais consistentes recomenda-se:

- Implantação do sistema de informações municipais com monitoramento e divulgação do Plano conforme definido na Lei e destacado neste PMSB.
- Reuniões periódicas do Conselho Municipal de Saneamento Básico para avaliação da eficácia de gestão do PMSB.
- Aplicação periódica de pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços públicos em todos os bairros, de forma representativa do universo de usuários.
- Maior número de reuniões comunitárias em bairros e reuniões com o Conselho Municipal de Saneamento para a elaboração dos diagnósticos nas futuras revisões do PMSB, realizando as audiências públicas para a apreciação da versão preliminar do PMSB.

**22. ANEXOS**

Anexo A 01 - Lei de criação dos Bairros

Anexo A 02 - Anotação de Responsabilidade Técnica

Anexo B 01 - Resumo dos Censos e Contagem IBGE 2010;

Anexo C 01 - Lei Municipal nº 2.531, de 12 de maio de 2008, que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências;

Anexo C 02 - Lei nº 2.361 de 25 de agosto de 2006, que cria o Conselho Consultivo de Saneamento;

Anexo C 03 - da Lei nº 2.330 de 7 de junho de 2006, que cria o Fundo Municipal de Saneamento;

Anexo C 04 - Convênio de Gestão Compartilhada entre Prefeitura Municipal de Caçador e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Anexo C 05 - Relação de Poços perfurados em Caçador;

Anexo C 06 - Convênio de Cooperação para Gestão Associada com o Estado de Santa Catarina;

Anexo C 07 - Mapas de localização georreferenciada das unidades componentes dos diferentes sistemas, com áreas de influência de reservatórios, atual e futura;

Anexo C 08 - Cadastro técnico de equipamentos desenvolvido pela CASAN;

Anexo C 09 - Fluxograma do sistema de abastecimento operado pela CASAN;

Anexo C 10 - Registros fotográficos de todas as unidades dos Sistemas operados pela CASAN;

Anexo C 11 - Quadro Conceitual de Perdas;

Anexo C 12 - Resumo dos histogramas utilizados no cálculo do per capita - Rio do Peixe (Sede);

Anexo C 13 - Relação de imóveis utilizados nos sistemas operados pela CASAN e sua propriedade.

Anexo C 14 - Resumo dos histogramas utilizados no cálculo do per capita - Distrito de Taquara Verde;

Anexo C 15 - Relatório de fiscalização da Agência Reguladora ARIS.

**Versão Final do PMSB de Caçador****337**

Anexo C 16 – Boletins DADOP CASAN Caçador se e Taquara Verde, 2012 e 2013.

Anexo D 01 - Resumo fornecido referente ao projeto CASAN 2013 e resumo do projeto LART 2009.

Anexo E 01 - Contratos.

Anexo E 02 - Roteiro Coleta Seletiva.

Anexo E 03 - Licença Ambiental de Operação – COOCIMA.

Anexo E 04 - Licença Ambiental de Operação – Aterro.

Anexo E 05 - Os Boletins de Análises Químicas realizadas: da entrada e saída da Estação de Tratamento de efluentes e dos poços.

Anexo E 06 - Avaliação do Aterro Municipal.

Anexo F 01 – Índice de Fragilidades das Áreas Problema

Anexo F 02 – Relatório do Seminário sobre Cobrança de Taxa de Drenagem Urbana

Anexo G 01 – Modelo de Pesquisa de Satisfação e Resultado da Pesquisa;

Anexo G 02 – Parecer Técnico da Câmara Técnica;

Anexo G 03 – Fórmula de Cálculo dos Indicadores SNIS;

Anexo G 04 – Lista de Presença na Audiência Pública e Notas da Mídia.

**23. FONTES CONSULTADAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN;
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- Guia de Elaboração Planos de Saneamento, Ministério das Cidades;
- Informações das operadoras dos serviços de saneamento básico.
- Prefeitura Municipal de Caçador;
- Legislações Federal, Estadual e Municipal;
- Trabalhos Técnicos LART Engenharia;
- Trabalhos Técnicos CSIM Engenharia;
- Associação Brasileira de Normas técnicas em sua NBR 10.004/2004;
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS;
- Seminário Saneamento Básico realizado pela FECAM, 2009;
- Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE;
- Guia Profissional para uma Gestão Correta dos Resíduos da Construção (CEMA/CREA-SP);
- Plano de Bacia do Rio Do Peixe;
- Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 13 n.3 Jul/Set 2008, Avaliação dos Cenários de Planejamento na Drenagem Urbana, Marcus Aurélio Soares Cruz, Carlos Eduardo Morelli Tucci;
- Águas urbanas – Drenagem Sustentável, Carlos E. M. Tucci;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;
- Agencia Nacional de Águas – ANA;
- Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - PNUD – 2000;



---

**Versão Final do PMSB de Caçador****339**

- Plano Diretor Municipal de Caçador;
- Hidráulica, Hidrologia e Gestão das Águas Pluviais (John E. Gribbin).
- Plano Local de Habitação de Interesse Social;
- Panorama dos Recursos Hídricos de Santa Catarina;
- Gerenciamento dos Recursos Hídricos (2007), Santa Catarina "Regionalização de Vazões das Bacias Hidrográficas Estaduais do Estado de Santa Catarina" editada pelas Secretarias de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Sustentável de SC, no âmbito do Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAPEM – Microbacias 2 – Fevereiro de 2006 ([www.sirhesc.sds.sc.gov.br](http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br) no link Biblioteca Virtual);
- DATASUS
- Levantamento Aerofotogramétrico de Santa Catarina SDS 2010 - 2011

---

**1ª Revisão do PMSB****julho/2014**

**Editais de Notificação de Trânsito NºS 1915 A 1912**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1912/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACE8756	55696987D	5118/0	04/10/2014	164 c/c 162 * I
ACE8756	55696988D	6599/2	04/10/2014	230 * V
ACE8756	55696992D	5010/0	04/10/2014	162 * I
ACF2032	55697621D	5010/0	06/10/2014	162 * I
ALC8992	55702895D	5010/0	09/09/2014	162 * I
ARL1179	55697413D	5274/1	01/10/2014	175
CRA7183	55702737D	6610/2	08/09/2014	230 * VII
DEC4595	55702993D	6599/2	01/10/2014	230 * V
DEC4595	55702994D	6912/0	01/10/2014	232
ELR7765	55132704E	6599/2	07/09/2014	230 * V
HQL8518	55135313E	6610/2	30/09/2014	230 * VII
LXU7357	55702319D	6610/2	06/10/2014	230 * VII
LXU7357	55702320D	6726/1	06/10/2014	230 * XVIII
LXU7357	55702321D	6637/1	06/10/2014	230 * IX
LYK5550	55698477D	7340/0	02/10/2014	252 * IV
LZO2585	55698530D	5045/0	11/09/2014	162 * V
MDU0255	55701240D	6599/2	25/08/2014	230 * V
MEH2923	55697483D	6912/0	06/10/2014	232
MEN7954	54959498E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MGR9435	55696982D	5010/0	30/09/2014	162 * I
MGU9764	55135485E	5045/0	01/10/2014	162 * V
MHZ9140	55697620D	5010/0	06/10/2014	162 * I
MIG2124	54959437E	6599/2	20/09/2014	230 * V
MIV7704	55697470D	6599/2	02/10/2014	230 * V
MIV7704	55697471D	5010/0	02/10/2014	162 * I
MJP5489	55702740D	5010/0	11/09/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMA0016	55701243D	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1913/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGK5457	54959482E	5380/0	19/09/2014	181 * I
AHH8168	55697472D	5185/1	02/10/2014	167
AJD2035	54959497E	5509/0	07/10/2014	181 * XIII
AKJ1624	54959487E	5967/0	23/09/2014	203 * V
ALU8351	55135262E	6050/1	08/09/2014	208
ANO5566	55697555D	5185/1	01/10/2014	167
ARC0904	55697416D	5185/1	02/10/2014	167
CHZ9329	55133463E	5185/1	08/09/2014	167
CQW4964	55697475D	5185/1	02/10/2014	167
DKT0095	55697463D	5185/1	01/10/2014	167
JZE3550	55697592D	5185/1	01/10/2014	167
LXK6199	55697606D	5185/1	02/10/2014	167
LXX2561	55702900D	5185/1	12/09/2014	167
LYN2032	55135258E	6041/2	02/09/2014	207
LYV9545	55703209D	5185/1	10/09/2014	167
MDT1124	55703212D	5185/1	10/09/2014	167
MEF9918	55698482D	5185/1	02/10/2014	167
MEH2923	55697596D	6050/1	06/10/2014	208
MFG1741	55697482D	7030/2	06/10/2014	244 * I
MFN6977	55697610D	5185/1	02/10/2014	167
MGI3373	55133442E	6041/2	04/09/2014	207
MGR2796	55702887D	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MGY4531	55697617D	5967/0	06/10/2014	203 * V
MHH7585	54959492E	6041/2	07/10/2014	207
MHZ1991	55697473D	5185/1	02/10/2014	167
MIE7324	55135454E	6041/2	09/09/2014	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIG2124	54959436E	5541/2	20/09/2014	181 * XVII
MIR7350	55702998D	5967/0	06/10/2014	203 * V
MLA1683	54959290E	6041/2	15/08/2014	207
MLH3810	55135548E	6041/2	09/09/2014	207
MLN5931	55133284E	5835/0	01/10/2014	195
MLU8602	55133644E	6041/2	07/09/2014	207
MMI5824	55133646E	6041/2	07/09/2014	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1914/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALB3266	55695965D	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZX8114	55702514D	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE5498	55699035D	6599/2	24/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDE5498	55699036D	5010/0	24/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE5498	55699037D	5169/1	24/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MIN0783	55696638D	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIN0783	55696639D	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1915/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABG6463	55696722D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
AJT4986	55702612D	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
ALQ1236	55696250D	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167
DAI9007	55698471D	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW7317	55133061E	5428/4	26/05/2014	R\$ 191,53	181 * V
MCD9845	55700918D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MCP8876	55696245D	5185/1	28/07/2014	R\$ 127,69	167
MLC1887	55696744D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MLK7776	55696702D	5207/0	19/08/2014	R\$ 53,20	169
MLT0043	55701011D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**IPASC****Portaria N.º 755, de 25 de Setembro de 2014.**

PORTARIA n.º 755, de 25 de setembro de 2014.

Nomeia Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 29, da Lei Complementar nº 56/2004,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, **ALCEDIR FERLIN, ELIETE CATARINA D'AGOSTINI e FERNANDA FIORELLI**, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Servidora do IPASC, **DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI**, ocupante do cargo de Advogado e apresentar avaliação sobre o período de exercício de 25 de março a 25 de setembro de 2014, no prazo de 30 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 25 de setembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA N.º 757, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA n.º 757, de 10 de outubro de 2014.

Concede férias à Servidora **IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO**.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 93, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. Conceder férias à Servidora **IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por dez (10) dias, referentes ao período de aquisição de 01/11/2011 a 31/10/2012, com início de gozo a contar de 13/10/2014 a 22/10/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de outubro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Camboriú****PREFEITURA****Aviso de Audiência Pública****AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Prefeito Municipal em exercício de Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, comunica a todos os interessados que o Município de Camboriú realizará no próximo dia 7 de novembro de 2014, no horário das 19 horas, no Auditório Ulisses Guimarães, localizado na Rua Getúlio Vargas, 77, centro, nesta cidade, **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, para apreciação pública do prognóstico, diagnóstico, soluções técnicas e modelagem dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico do município de Camboriú e das minutas de Edital de Concorrência Pública e respectivo Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e de Operação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário do Município de Camboriú, em atendimento ao previsto no artigo 11, inciso IV, da Lei nº 11.445/07 e art. 39 da Lei nº 8.666/93.

Camboriú, 24 de outubro de 2014.

**JOSÉ RODRIGUES PEREIRA**

Prefeito Municipal em exercício

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.568 DE 19 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1568

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DIRETOR DE FINANÇAS – JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.567 DE 19 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1567

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 14, 15 E 16 DE FEVEREIRO DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.566 DE 08 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1566

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA DO SERVIDOR POR MERECIMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.565 DE 04 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1565

DISPÕE SOBRE COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.564 DE 04 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1564

REVOGA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 1.542 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1.563 DE 04 DE JANEIRO DE 1994

DECRETO Nº 1563

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM – MAURITA EVANGELINO BELANDRINO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.562 DE 01 DE JANEIRO DE 1994**

DECRETO Nº 1562

DISPÕE SOBRE TABELAS DE DIÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.561 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1561

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ANA MARIA DOS SANTOS HERBST DO CARGO DE ATENDENTE DE ENFERMAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.560 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1560

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE 7 Á 14 ANOS – SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

trinta dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.559 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1559

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.558 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1558

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.557 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1557

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO – ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.556 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1556

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DA SECRETARIA DE FINANÇAS – ODENILSON CONTRAT EHLKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.555 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1555

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OFICINA E MANUTENÇÃO – ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.554 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1554

FIXA UPM PARA O EXERCÍCIO DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.553 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1553

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO II O SERVIDOR – JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.552 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1552

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO – ODENILSON CONTRAT EHLKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.551 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1551

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE ASSISTENTE DE GABINETE – SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.550 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1550

ALTERA O IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.549 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1549

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.548 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1548

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.547 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1547

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.546 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1546

DECLARA PONTO FACULTATIVO DIAS 24, 27, 31 DE DEZEMBRO DE 1993, E DIA 03 DE JANEIRO DE 1994.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.545 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1545

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES, ATIVOS E INATIVOS E EM CARGO DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.544 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1544

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.543 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1543

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.542 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1542

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.541 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1.541 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1993

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LUIZ CARLOS STEFANES, para exercer função de Mecânico, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.540 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1540

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – ZUZANA MERI DOS PASSOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.539 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1539

DISPÕE SOBRE OUTORGA DE PODERES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.538 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1538

DISPÕE SOBRE TABELA DE DIÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.537 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1537

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.536 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1536

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR E POSTERIOR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.535 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1535

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.533 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1533

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1.532 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1532

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.



DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.531 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1531

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.530 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1530

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS EM CARGO DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.529 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1529

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS DO CONCURSO PÚBLICO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.528 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1528

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO QUADRO DE PESSOAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.527 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1527

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.526 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1526

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.525 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1525

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ADRIANA APARECIDA PYKOCZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.524 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1524

DISPÕE SOBRE TABELA DE DIÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.523 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1523

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO – MARLI DE FÁTIMA ZESZOTKO DREVECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.522 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1522

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO – SANDRA REGINA LEPECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.521 DE 26 DE OUTUBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1521

DECRETA PONTO FACULTATIVO DIA 01 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.520 DE 26 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1520

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E EM CARGOS DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.519 DE 26 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1519

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.518 DE 25 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1518

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DE FINAÇAS – ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.517 DE 08 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1517

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – MARGIT LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.516 DE 08 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1516

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DA SECRETARIA DE FINANÇAS – ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.515 DE 08 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1515

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO ESTAGIÁRIA – SIRLONE DE SOUZA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.514 DE 08 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1514

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.513 DE 08 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1513

DECLARA PONTO FACULTATIVO DIA 11 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.512 DE 01 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1512

DISPÕE SOBRE TABELA DE DIÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.511 DE 01 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1511

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS – JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.510 DE 01 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1510

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO MOTORISTA – VALDIVÍO GOMES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.509 DE 01 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1509

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA DIRETORA DE FINANÇAS – SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.508 DE 01 DE OUTUBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1508

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR – JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.507 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1507

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.506 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1506

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO – FABÍOLA SCHEFFER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.505 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1505

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO – ELVIS ALEXSANDRO VIER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.504 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1504

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.503 DE 14 DE SETEMBRO DE 1993**

DECRETO Nº 1503

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E EM CARGO DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.502 DE 14 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1502

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.501 DE 09 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1501

REGULAMENTA LEI MUNICIPAL Nº 1.764 DE 29 DE JUNHO DE 1993.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.500 DE 01 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1500

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA NO CARGO DE ATENDENTE DE ENFERMAGEM – ANA MARIA DOS SANTOS HERBST.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.499 DE 01 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1499

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – KLEBIANE MORAIS CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.498 DE 01 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1498

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.497 DE 01 DE SETEMBRO DE 1993**  
DECRETO Nº 1497

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.496 DE 31 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1496

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – CINTIA MARIA HORNIG.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.495 DE 31 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1495

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO DE ODONTÓLOGO – PAULO CESAR SADESKI DE OLIVEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.494 DE 31 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1494

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIO – MARCELO GIESE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.493 DE 30 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1493

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO DE MÉDICO – CLEISON CEZAR DO AMARAL DIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.492 DE 27 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1492

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – TATIANA REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.491 DE 27 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1491

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – TATIANA REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 1.490 DE 24 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1490

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES, ATIVOS, INATIVOS E EM CARGO DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.489 DE 24 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1489

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.488 DE 20 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1488

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.764 DE 29 DE JUNHO DE 1993.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.487 DE 10 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1487

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.486 DE 10 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1486

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – MARLI OLINDA DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.485 DE 09 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1485

AUTORIZA A EMPRESA INDUSTRIA DE MÓVEIS TRÊS IRMÃOS LTDA A FAZER USO DAS INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.484 DE 03 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1484

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.483 DE 02 DE AGOSTO DE 1993**

DECRETO Nº 1.483 DE 02 DE AGOSTO DE 1993

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, para exercer função de Bioquímico, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 02 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.482 DE 27 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1482

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.481 DE 23 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1481

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.480 DE 14 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1480

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.479 DE 14 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1479

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA – RAQUEL BENTA PEREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

quatorze dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.478 DE 14 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1478

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quatorze dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.477 DE 07 DE JULHO DE 1993**

DECRETO Nº 1477

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
sete dias do mês de julho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.476 DE 29 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1476

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO – ROSANE VIEIRA DOS  
SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e nove dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.475 DE 29 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1475

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e nove dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.474 DE 25 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1474

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – BERTINA BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e cinco dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.473 DE 24 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1473

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA – BERTINA BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

vinte e quatro dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.472 DE 22 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1472

DESIGNA A SERVIDORA LILIAN TEREZINHA BARTSCH PARA RESPONDER PELO CARGO DE AUXILIAR LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.471 DE 22 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1471

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.470 DE 22 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1470

REAJUSTA VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E EM CARGOS DE COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.469 DE 15 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1469

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.468 DE 14 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1468

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA RESPONDER PELO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO – ODENILSON CONTRAT EHLKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.467 DE 08 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1467

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.466 DE 03 DE JUNHO DE 1993**

DECRETO Nº 1466

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER PARA RESPONDER PELO CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de junho de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1.465 DE 27 DE MAIO DE 1993**

DECRETO Nº 1465

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DE FINANÇAS O SR. GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de maio de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **Lei Nº. 4.081/14 de 23/10/2014 Autoriza O Poder Executivo Municipal A Celebrar Convenio de Mutua Cooperação com A Câmara de Dirigentes Lojistas - Cdl de Campos Novos E Dá Outras Providências**

LEI Nº 4.081/14 DE 23/10/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, com a finalidade de desenvolver a programação alusiva ao Natal Celeiro da Paz 2014, na forma da minuta anexa (Anexo I), que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, para fins de concretização do convênio, até o montante de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), que serão suportados por dotação consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral  
Elementos de despesa: 99 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.00  
00.00000 - Transf. a Instituições Priv.sem fins Lucrativos .. R\$ 160.000,00

Art. 4º - A Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - deverá prestar contas dos recursos repassados pelo Município, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento dos valores, cuja cópia será remetida a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º - Fica autorizada a Câmara de Dirigentes Lojistas a captar recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, que se destinem à realização do Natal Celeiro da Paz 2014, os quais serão movimentados em contas bancárias específicas e diferente da conta de movimentação dos valores repassados pelo Município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### ANEXO I MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO

Pelo presente Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. NELSON CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Coronel Farrapo, 1578, Centro, Cidade de Campos Novos - SC, inscrito no CPF nº 445.587.329-53, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº /2014, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, de Campos Novos, Associação Civil, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, com sede na Rua Cel. Pedro Carlo, nº 974 Campos Novos - SC, representado por seu Presidente senhor Janio Eustaquio Pereira, brasileiro, casado, empresário, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua São João Batista, 146, Centro, Cidade de Campos Novos, doravante denominado simplesmente de CDL, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONVÊNIO

Desenvolver ações, através de mútua cooperação, para a realização de programação natalina, denominada Natal Celeiro da Paz, proporcionando congregar a comunidade através da cultura, das tradições, do lazer, de demonstrações artísticas, de atrações de iluminação, atraindo consumidores ao comércio local, e em consequência, incrementando a arrecadação do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - conceder auxílio financeiro no valor de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para fins de cobertura de despesas com a coordenação de toda a programação, na implantação da iluminação natalina, contratação de shows e divulgação, entre outros, destinado ao desenvolvimento das atividades definidas na cláusula primeira do presente convênio.

II - fiscalizar a aplicação do auxílio financeiro no objeto do convênio.

Parágrafo único - O auxílio financeiro de que trata o inciso I, será repassado ao CDL, na forma da presente cláusula, em parcela única, até o dia 20 de novembro de 2014.

III - auxiliar na sua disponibilidade na colocação de enfeites, iluminação, transporte de materiais, montagem da casa do Papai Noel, programação artística e cultural.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CDL

I - coordenar toda a programação do Natal Celeiro da Paz 2014;

II - receber auxílio financeiro do MUNICÍPIO creditado em conta bancária vinculada específica, em nome da CDL, e aplicá-lo exclusivamente no objeto do convênio;

III - firmar instrumento, em seu nome, para aquisição de serviços e materiais;

IV - realizar o pagamento das despesas oriundas das contratações e aquisições estabelecidas no presente convênio;

V - responsabilizar-se por toda e qualquer despesa oriunda do desenvolvimento do convênio, seja de ordem administrativa, taxas, tarifas, manutenção, reposição entre outras, eximindo o MUNICÍPIO neste tocante;

VI - prestar contas do auxílio financeiro recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, conforme Instrução Normativa nº 003/SIC2010.

§ 1.º Toda a programação deverá salientar a participação conjunta do Município e da CDL.

§ 2.º: A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item I desta cláusula, deverá ser constituída pelas peças e documentos previstos na Instrução Normativa nº 003/SIC2010, sendo encaminhada pelo CDL, a via original ao Município de Campos Novos, e uma cópia para Câmara Municipal de Vereadores.



§ 3.º: A falta de prestação de contas por parte da CDL facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

§ 4.º: Os equipamentos e materiais adquiridos pela CDL, através do repasse do auxílio, não poderá ser cedido, alugado, ou vendido, a quem quer que seja, e deverá ser destinado exclusivamente para as atividades no Município de Campos Novos.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente convênio é firmado pelo prazo de sua assinatura até a conclusão do seu objeto.

Parágrafo único - Considerar-se-á extinto o presente convênio, tão logo seja concluído o seu objeto, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

#### CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO CONVÊNIO

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste convênio, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único - Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes na forma avençada através do presente convênio, correrão por conta do orçamento do Município, da seguinte forma:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral

Elementos de despesa: 99 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.00 00.00000 - Transf. a Instituições Priv.sem fins Lucrativos .. R\$ 160.000,00

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos, SC., para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste convênio.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, de de 2014.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS

TESTEMUNHAS:

1 ..... 2 .....

### LEI Nº 4.082/14 DE 23/10/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

LEI Nº 4082/2014 DE 23/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no

valor de R\$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.1.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... R\$ 298.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Orçamento do SAMAE:

17.512.0036.1.036 - Reequipamento do Sistema de Captação, Tratamento e Redes de Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

17.512.0036.1.037 - Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... R\$ 28.000,00

17.512.0036.1.038 - Obras, Ampliações e Reforma no sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 7.156/14 de 23/10/2014 Regulamenta A Lei Nº. 4.082/14

DECRETO Nº 7.156/14 DE 23/10/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.082/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 298.000,00 (Duzentos e noventa e oito mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.082/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



### **Lei Nº. 4.083/14 de 23/10/2014 Autoriza Ceder Uso de Veículo do Município E Dá Outras Providências**

LEI Nº 4.083/2014 DE 23/10/2014

AUTORIZA CEDER USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, através do 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado neste município de Campos Novos, o uso do veículo relacionado no parágrafo 1º deste artigo, pelo prazo determinado de 5 (cinco) anos, cabendo ao cessionário zelar pela manutenção, funcionamento, cobertura de despesas normais de uso, tributos e taxas incidentes, bem como, integral responsabilidade sobre eventuais danos, inclusive a terceiros, e sobre multas por infração de trânsito.

§1º. A presente cessão refere-se ao veículo PAS/AUTOMÓVEL, marca/modelo VW/VOYAGE TL MB, combustível a álcool/gasolina, ano/modelo 2014/2015, placas MLT-7247, chassi 9BWD-B45U8FT036515, com todos os equipamentos obrigatórios.

Art. 2º. Fica expressamente vedado ao 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, a sub cessão ou empréstimos a terceiros, a qualquer título, ou a sua utilização para fins diversos daqueles a que se destinam.

Art. 3º. Ao final do prazo previsto no Art. 1º desta Lei, poderão as partes prorrogar o prazo da cessão, ou então, o 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar deverá devolver o veículo recebido.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº. 4.085/14 de 23/10/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município**

LEI Nº 4.085/2014 DE 23/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 621.345,12 (seiscentos e vinte e um mil trezentos e quarenta e cinco reais e doze centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO :05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E

TRABALHO

UNIDADE: 14- DEP. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERENCIAIS

PROJETO ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção departamento de assistência social e da Família-gerenciais

Elemento de despesa: 77- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 7.100,00

ÓRGÃO :09- SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 274- DEPARTAMENTO DE ESPORTES- GERENCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO ATIVIDADE: 2.039 - Manutenção do departamento de esportes

Elemento de despesa: 138- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do departamento de ensino fundamental

Elemento de despesa: 64- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 610.045,12

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do orçamento do município:

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02- DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO ATIVIDADE:2.001-Manutenção do Departamento de Planejamento, organização e Coordenação Geral

Elemento de despesa: 07- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$15.563,44

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03- DEP.DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 1.002-Reequipamento da Administração Pública

Elemento de despesa: 12- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 8.146,80

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEP.DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE:2.004-Manutenção do Departamento de tributação, arrecadação e fiscalização

Elemento de despesa: 19- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$2.484,16

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.002-Manutenção da secretaria de administração

Elemento de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$23.000,00

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 2.003-Manutenção do departamento de modernização administrativa e informatização

Elemento de despesa: 14- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 5,85

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE:1.19- Reequipamento do ensino fundamental  
 Elemento de despesa: 42- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000- aplicações diretas R\$ 2.634,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.010-Manutenção do Departamento de Planejamento Educacional  
 Elemento de despesa: 34- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000- aplicações diretas R\$ 1.668,69

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.020-Manutenção do Ensino - Escolas Itinerantes  
 Elemento de despesa: 35- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000- aplicações diretas R\$ 2.679,81

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.027-Manutenção do Programa COMAD  
 Elemento de despesa: 45- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 10- DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL/ PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.014-Construções, Ampliações e reforma nas creches  
 Elemento de despesa: 47- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 8.744,25

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE 10- DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL/ PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.016-Reequipamento das Creches  
 Elemento de despesa: 48- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 64.985,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 10- DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL/ PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.017-Reequipamento do ensino Infantil  
 Elemento de despesa: 49- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000  
 000- aplicações diretas R\$ 880,60

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 10- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL/PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.015-Manutenção de Creches  
 Elemento de despesa: 54- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.015-Construções , Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 59- 4.4.90.00.00.00.00.01.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 6.811,31

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.018-Construção da Biblioteca  
 Elemento de despesa: 62- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.00.00.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 1.000,00

ÓRGÃO :06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 UNIDADE: 19- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA - Gerencia  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.079-Manutenção do programa horas máquina- Sec. De Agricultura  
 Elemento de despesa: 92- 3.3.90.00.00.00.00.01.00.00.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 15.299,97

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.033-Manutenção do departamento de engenharia  
 Elemento de despesa: 108- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
 UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.033-Manutenção do departamento de engenharia  
 Elemento de despesa: 109- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 1.500,00

ÓRGÃO :07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.081-Realização da Festa do Município  
 Elemento de despesa: 97- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 7.519,22

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO  
 UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.011-reequipamento da secretaria de transportes obras e urbanismo  
 Elemento de despesa: 129- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 146.672,18

ÓRGÃO :09- SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
 UNIDADE: 27- DEPARTAMENTO DE ESPORTES- Gerencia Administrativa  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.056-Construções Ampliações e Reformas no Esporte Municipal  
 Elemento de despesa: 139- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 50.704,68

ÓRGÃO :05- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL FAMILIA E TRABALHO  
 UNIDADE: 16- DEPARTAMENTO HABITACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.024-Manutenção do departamento Operacional  
 Elemento de despesa: 80 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 266,52

ÓRGÃO :05- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMILIA E TRABALHO  
 UNIDADE: 16- DEPARTAMENTO HABITACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.024- Manutenção do Departamento Habitacional  
 Elemento de despesa: 81- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Aplicações Diretas R\$ 306,00

ÓRGÃO :06- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 UNIDADE: 20- Departamento de Meio Ambiente  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.029- Manutenção do Departamento do

Meio Ambiente  
Elemento de despesa: 93- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 2.708,50

ÓRGÃO :07- SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO  
UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO  
PROJETO ATIVIDADE: 2.032- Realizações de Eventos em Geral  
Elemento de despesa: 99- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- Transferências a Instituições Privadas sem Privadas sem Fins  
Lucrativos R\$ 6.000,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 13- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERENCIA TRANSPORTE  
PROJETO ATIVIDADE: 2.014- Manutenção do Departamento de Transporte Escolar - Gerencia Transporte  
Elemento de despesa: 72- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 13.210,36

ÓRGÃO :32- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
UNIDADE: 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
PROJETO ATIVIDADE: 1.023 Reequipamento do Fundo Agropecuário  
Elemento de despesa: 02- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - aplicações diretas R\$15.651,09

ÓRGÃO :32- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
UNIDADE: 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
PROJETO ATIVIDADE: 2.041-Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário  
Elemento de despesa: 08- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - aplicações diretas R\$20.000,00

ÓRGÃO :32- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
UNIDADE: 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
PROJETO ATIVIDADE: 2.073- Manutenção do Horto Florestal Municipal  
Elemento de despesa: 01- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - aplicação diretas R\$10.000,00

ÓRGÃO :32- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
UNIDADE: 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO  
PROJETO ATIVIDADE: 4.042-Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários  
Elemento de despesa: 09- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - aplicações diretas R\$30.000,00

ÓRGÃO :35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistencia Social  
Elemento de despesa: 15- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000  
0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 100.000,00

ÓRGÃO :35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE: 2.053 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais  
Elemento de despesa: 04- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000 - Aplicações Diretas R\$ 3.802,69

ÓRGÃO :33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE  
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE  
PROJETO ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural  
Elemento de despesa: 8- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas R\$ 9.100,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 7.160/14 de 23/10/2014 Regulamenta Lei Nº. 4.085/14**

DECRETO Nº 7.160/14 DE 23/10/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.085/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 621.345,12 (Seiscentos e vinte e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e doze centavos) as dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.085/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,  
33 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**LEI Nº. 4.086/14 DE 23/10/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS**

LEI Nº 4086/2014 DE 23/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 36 - FUNREBON - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE: 01 - FUNREBON - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS PROJETO/ATIVIDADE: 2.056 - Manutenção das Atividades do FUNREBON

Elemento de despesa: 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 36 - FUNREBON - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS

UNIDADE: 01 - FUNREBON - FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. CORPO DE BOMBEIROS PROJETO/ATIVIDADE: 1.030 - Reequipamento do FUNREBON

Elemento de despesa: 2 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 7.159/14 de 23/10/2014 Regulamenta Lei Nº. 4.086/14**

DECRETO Nº 7.159/14 DE 23/10/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.086/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.086/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,  
23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº. 4.087/14 de 23/10/2014 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Município**

LEI Nº 4.087 /2014 DE 23/10/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ./ATIV.: 2.090 - Manutenção do Progr. Piso Básico Variável - SCFV

Elemento Desp.: 29 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0052.000000- Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos  
23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 7.158/14 de 23/10/2014 Regulamenta Lei Nº. 4.087/14**

DECRETO Nº 7.158/14 DE 23/10/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.087/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.087/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,  
23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº. 4.088/14 de 23/10/2014 Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento do Município**

LEI Nº 4.088 /2014 DE 23/10/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL



PROJ./ATIV.: 2.038 - Manutenção da Iluminação Pública  
Elemento Desp.: 177 - 3.1.90.00.00.00.00.03.0017.00000  
0- Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit financeiro apurado no exercício anterior - COSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº. 7.157/14 de 23/10/2014 Regulamenta A Lei Nº. 4.088/14**

DECRETO Nº 7.157/14 DE 23/10/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.088/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.088/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente

Decreto em,  
23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº. 14/14 de 23/10/2014 Altera Redação da Lei Complementar Nº. 08/13 de 13/05/2014 Que Dispõe A Regularização de Obras Clandestinas E/Ou Irregulares**

LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2014 DE 23/10/2014

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 08/13 DE 13/05/2013, QUE DISPÕE A REGULARIZAÇÃO DE OBRAS CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo 6º, a seguir:

“Art. 2º (...)

§6º. Nos casos edificações consolidadas, comprovada sua execução anterior ao ano de 2012, que tenham a projeção de elementos

construídos, tais como sacadas e terraços de pavimentos superiores de edificações, dentro do limite de alinhamento do passeio publico, será concedida licença mediante a apresentação de documentação que comprove a sua existência, sujeita a aceitação da municipalidade. A licença só será expedida mediante a apresentação de parecer favorável da concessionária de energia elétrica, quanto à distancias das redes de entrada e distribuição de energia.”

Art. 2º. O artigo 5º da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso X, a seguir:

“Art. 5º. (...)

X - Tratando-se de edificações que tenham elementos construídos dentro do limite de alinhamento do passeio público, tais como sacadas e terraços de pavimentos superiores de edificações, computar-se-ão 10 (dez) UFM por metro quadrado da área construída irregularmente.”

Art. 3º. A Cláusula Segunda da minuta do Termo de Compromisso (Modelo III) da Lei Complementar nº 08/13 de 13/05/2013, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

( ) construção dentro do limite de alinhamento do passeio publico, tais como sacadas e terraços de pavimentos superiores de edificações, representando \_\_\_\_m² construídos, implicando em compensação monetária de R\$ \_\_\_\_.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
23 de outubro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.161/14 DE 24/10/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 7.161/14 DE 24/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Orçamento do Município, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002- Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 27 - 3.1..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do seguinte projeto/ atividade:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002- Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 28 - 3.3..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 22 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 7.162/14 de 24/10/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município**

DECRETO Nº 7.162/14 DE 24/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Orçamento do Município, no valor de R\$ 31.041,17 ( Trinta e um mil, quarenta e um reais e dezessete centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000- Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 2- 3.1..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 31.041,17.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do seguinte projeto/ atividade:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000- Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 3- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000- Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$22.050,00.

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000- Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 4- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações diretas ..... R\$8.991,17.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 24 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 7.163/14 de 24/10/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social**

DECRETO Nº 7.163/14 DE 24/10/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Orçamento do Município, no valor de R\$ 38.132,00 (Trinta e oito mil e cento e trinta e dois reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 16- 3.3..90.00.00.00.00.00.01.0000- Aplicações Diretas ..... R\$ 38.132,00.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do seguinte projeto/ atividade:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.048- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 15- 3.3..50.00.00.00.00.00.01.0000-Transferências a Instituições Financeiras se fins lucrativos .....R\$ 38.132,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,  
em 24 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 7.164/14 de 24/10/2014 Homologa Inscrições do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 001/2014**

DECRETO Nº 7.164 /14 DE 24/10/2014

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2014

Nelson Cruz, Prefeito Municipal De Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 100, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do concurso público, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, conforme descrição constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, SC,  
24 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

Prefeitura Municipal de Campos Novos

Processo Seletivo Edital 001/2014

LISTA DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - CAIC - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12314	ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA
10420	ADRIANA DE ALMEIDA
15784	ALINE FRANCIELE GIACOMELI CEREGATTI
11648	ANA LUCIA PADILHA MOREIRA
11347	ANA PAULA AZEVEDO BETIN
15907	ANDRÉA ANTUNES RODRIGUES
14908	ANDREA APARECIDA MOREIRA DA SILVA RECALCATTI
9676	ANIELI MECABO
14377	ÉDINA CRISTINA DA SILVA
11652	BRUNA GABRIELA MARTINS
11287	BRUNA NAYARA DE MORAES
9410	BRUNO KUHNEN
9792	CAMILA BERWIG
16169	CAREN ELIS BARTZSCH
10987	CARLA RIBEIRO CORREA
11624	CAROLINE ESTEFANI RIBAS
15935	CINTHIA REGINA BITTENCOURT
15383	CLAUDIA CRISTINA SANGUANINI DELFES
12584	DANIELA DO NASCIMENTO
11350	DANIELLA FERREIRA DA SILVA
16131	ELIANE BORTOLI FREITAS
9361	EMA MARGARETE DA SILVA
15051	GABRIELA CASSIANO DA SILVA
10874	INES TELES VALTER
10973	IOLETE RIBEIRO DOS CORREA
14662	JÉSSICA TATIANE EGER
12545	JULIA CRISTINA BUZZACARO
13220	JULIANA APARECIDA DE ALMEIDA COTESCKI
13076	JULIANA DIAS
10690	JULIANA VALTER
10596	JUSSEMARA SEVERO SILVEIRA
15950	LOIDES MARIA CARVALHO
15953	LUCINEIA DE FATIMA DOS SANTOS
15909	MAIARA ERLI APARECIDA DOS SANTOS
11254	MARGARETE DE FATIMA DELF
13438	MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO DE SOUZA
15797	MARIA MARGARETE BITTENCOURT
10796	MARIA MARGARETE GONÇALVES
10407	MARILENE ANTUNES DE CARVALHO
11229	MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI
13440	MARIZIANE MAXIMILIANO CARDOSO

10815	MARLENE PEDROSO
15694	MARTA SANTOS CAMARGO
12909	PAULA CAROLINA OLIVEIRA ARAUJO
10376	ROSA CRISTINA DA CRUZ
10529	SCHEILA DE CÁSSIA AMARAL
16315	SILVANA TEREZINHA PRIGOL DE SOUZA
13531	TAILA APARECIDA RECALCATTI
10724	TAINÁ EDIÉLE SUTIL MOREIRA
10929	TANIA REGINA FOGAÇA DE CARVALHO
15890	TATIANE PAES PADILHA
13079	TATIANI RECALCATTI
12260	VIVIANI BASTOS TONIN

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - COHAB - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9480	ALINE GOMES DE OLIVEIRA
11038	ANA CAROLINA VIEIRA
15342	ANGÉLICA RIBEIRO
13717	ANGELITA APARECIDA GUIZONE GOMES
14868	CRISTIANE FORTES
11586	DANIELE ORTIZ DE CASTRO LORENTZ
12109	DEISE CAROLINE MACHADO
15921	DINAH PAULA AGUIAR GASPERIN
14429	EVANETE DE MELO SLHESSARENKO
11234	GABRIELE RODRIGUES LEMOS
16180	GESIANE PADILHA DOS SANTOS
13888	IOLEDI FABIENSKI
13215	IVANETE FATIMA DE ALMEIDA BRISOLA
10833	IVONETE ALVES DE SOUZA CARNEIRO
9577	JESSICA MISLAINE PEREIRA DA SILVA
12386	JULIANA CRISTINA ROSA MENEGAZZO
12753	LUCIANA DE OLIVEIRA MOREIRA
12751	LURDES MARIA DE OLIVEIRA SILVA
12575	MARIA ELIANE GONÇALVES
16181	MARILU RODRIGUES
10902	MARIZETE FATIMA COELHO
12611	QUELI PRISCILA HEINZEN SCHIMITE
12565	ROBERTA APARECIDA DA SILVA
15254	SILMARA FERREIRA DA SILVA
16302	SILVANA MARTINS FERREIRA PINTO
13224	SIMONE FERREIRA DA SILVA
13218	SUZANETE APARECIDA MARTINELLI
13792	TIAGO FELIPE MAI



Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Integração - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11609	ADRIANE CARVALHO
10453	ALEXSANDRA DE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA
10581	ANA APARECIDA DOS SANTOS
13694	ANA FABIULA CORREA GAUER
16285	ANGELA MARA DUTRA PINHEIRO
9938	ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA SCHELEDER
10533	ÉDINA BASILIO LESSA
13465	CARLA FERNANDA VELASQUES
15895	DANIELA GLAUCIA DIAS MIRANDA DE MELLO
12678	DILVANE CONCEIÇÃO DA SILVA
12214	ELIZETE SAURIN PEREIRA
10993	EZEANE FAGUNDES OLEINICK
13845	GIANE DA SILVA
14434	JANAINA DOS SANTOS
11598	JANETE APARECIDA DE CASTRO
9941	JÓICE MARIA DOS SANTOS
13540	JEFERSON EDINEI DE CAMPOS
15469	JESSICA MOREIRA DE BARROS
14025	JESSICA TAISE FABIANO
16259	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9801	JOSIANE LUIZA MOREIRA DOS SANTOS
11242	JULIANA APARECIDA MACIEL NEVES
10910	JULIANA DE LIMA ALVES
10414	JULIANA ROSSI
14561	KELLY PALOMA DOS SANTOS PINTO
12224	LAURA REGIANE DA ROSA RIBEIRO
15264	LEIDIANE CAROLINE RIETA DE MELO
11600	LEILA MORESCO FERNANDES
13412	LETICIA SURDI
12150	LILIAMARA APARECIDA MORESCO
15352	LUANA GABRIELI GOIS DOS SANTOS
12297	LUCIMAR RODRIGUES DOS REIS
10716	LUSIMONE APARECIDA VICENTE
10507	LUZIA BORTOLI
12170	MARCIA FRANCISCA DE ASSIS
9498	MARCIA RODRIGUES
15022	MARIA DANIELA DO SANTOS CESA
10876	MARIA DIRLENE OLIVEIRA DA SILVA
15087	MARIELLEN CORREA DE LIMA
15347	MARILIA NERES DA SILVA
15803	MARIZANGELA FATIMA FERNANDES BUZZACARO
15379	MARLY APARECIDA MARTINS BUGANÇA
11873	PATRICIA MUTERLE DA LUZ

15839	RAQUEL MACHADO CANANI
10889	ROSEMERI ANTUNES
12571	ROSEMERI ANTUNES
14368	RUBIA TATIANE PELISSARI
14731	SIMONE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS
10536	SUZANA DOS SANTOS
10312	SUZANA PADILHA
13316	TATIANE DOS SANTOS
11257	TATIANE ZANAO DA SILVA
11840	THAINÁ DA COSTA
10057	VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS
10866	VANUSSA BASILIO LESSA
13938	VERÔNICA FRANÇA MAR
12677	WILZA APARECIDA LESSE CARVALHO
12321	ZELIA ALEXANDRE DOS SANTOS

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Nossa Sra. Aparecida - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11276	ALAERCIA LUIZA TELLES
15343	ALINE APARECIDA DE MORAIS
14886	ANA JÚLIA SANDRI DA SILVA
14802	ANA PAULA CAMARGO
10826	ANDREIA VESSARO DA SILVA
10575	ÉDINA DO AMARAL
11553	CAMILA ALEXANDRE DE OLIVEIRA
12642	CAMILA CAROLINA MOCELIN
10473	CARINE APARECIDA DOS SANTOS
15341	CARLISE PEREIRA DE OLIVEIRA
14360	CAROLINA APARECIDA MARTINELLI
10132	CELITA KONECHEFF
15349	CIBELE TEREZINHA PINTO NO-WOTNY
13219	DAYANE APARECIDA SAURIN
10878	DENISE MADALENA DOS SANTOS
11763	DENIZ BORNAGUI
9524	DIANA CARNEIRO SOUZA
15929	DILMA OLIVEIRA DA SILVA
13590	DIRCE BEATRIZ CORREIA CORDEIRO MARGOTI
10365	EDINÉIA ANTONIAZZI
10832	ELISANGELA GONÇALVES MARTINS TELLES
16212	FERNANDA DA SILVA RONSONI
15301	FLAVIA CRISTIANE FRANÇA
9935	FLAVIA CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS
11335	GRACIELA BRITO DA SILVA
12602	GRACIELE APARECIDA DE MELLO-CARLESSO
13068	JOSIANE GARIPUNA
10394	JOVANA FARIAS RIBEIRO

10491	JUCELEI FERREIRA RIBEIRO
15332	JUCIANI GOMES RAMOS
13772	LEDIANE DELFES
15736	LEILA APARECIDA DE ANDRADE
13776	LEILA SUSANA TOLOMEOTTI
15339	LENICE SOARES DOS SANTOS
13229	LETICIA DEON CRISTOFOLI
13537	LIANA SABEI DE ALMEIDA
10462	LORENI ALVES PINTO
15730	LORENI APARECIDA DE ANDRADE
14873	LUCIMARA ANTUNES DA FONSECA
9473	LURDES DAS GRAÇAS ROSA MARTINS
10482	MAIARA GONÇALVES GOMES
12427	MARIA CAROLINE HENKEL
15753	MARIELI AMARAL DE MELO
10080	MARILENE GARCIA
10884	MARINA PRATTO
11811	MIRIAM JAQUELINE DE OLIVEIRA
13902	NAIR MANOELA GOMES
14497	PATRICIA DEMARCHI
13971	PATRICIA PAZ SEIFERT
16032	RAFAEL JOAQUIM DALABRIDA
14898	ROSA APARECIDA ZANON DE OLIVEIRA
13475	ROSANE PATRICIA INACIO
11838	ROSANGELA APARECIDA LINS MANTOVANI
12574	ROSECLÉIA STANCK NAVA
10834	SIMONE FAUSTINO FRANCISCO DE ASSIS
13149	SOLANGE MOREIRA DE BARROS
11864	SONIA IOLANDA MRTINS
15844	TAIZE VARELA
10516	TATIANE CRISTINA DA SILVA
10512	VITORIA APARECIDA LOPES
10456	ZENEIDE LUVISON DALCORTIVO ARAUJO

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Santo Antonio - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9890	ADRIANA VEDDOY PINHEIRO
14115	ALINE GRAZIELE SANTOS
12140	ANA LUCIA ANTUNES PALAVRO
13176	ANA PAULA MATOS DE JESUS
12650	ANDREIA DIAS CASSANIGA
13624	ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA
10577	ARIANI IZABEL GERHARDT BET
16312	BRUNA FELICETTI BOEIRA
16171	CARINE MOCELIM
13702	CARLA ROSSI
16200	CHEILA DOARTE
12307	CREMIR DIAS DE OLIVEIRA

10769	CRISTIANI ALESSANDRA SAMPAIO MAFFIOLETTI
13038	DANIELI CRESCÊNCIO
16263	DÉBORA MENDES DA SILVA
12166	DELMA APARECIDA DA SILVA MERGAREFO
10742	DEVAIR ANTUNES DE SOUZA
15600	DOMINGAS FERREIRA DA SILVA CHAGAS
15507	EDENILCE TONIELO
11667	EDNEIA ANA DIEHL
15099	ELISIANE RODRIGUES DA SILVA
13346	ELIZANE DA SILVEIRA MECABÔ
15802	FRANCIELI DA SILVA CORREA
16028	GEOVANA MARIA BECKER NHOATO
16215	GILVANE TEREZINHA BECKER DOS SANTOS
10579	GISELY BESEN PEREIRA
13825	ILCEMARA MOCELIN GIRARDI
14857	JOICE DALPIVA
11647	JOSLAYNE TAINA POLEZA
10598	JUSSEANA SEVERO SILVEIRA
16006	KAREN ALINE SANTOS ORTIZ
15920	KARINE LOPES THIBES NUNES
13074	KARISE RIBAS DAMBROZ
10909	KELI SAMANTA DA SILVA MOREIRA
10906	KENIA KANANDA DA SILVA MOREIRA
11370	LEANDRO DE MELO DA SILVA
10450	LEONILDA DE FATIMA MORAES
12651	LORI TEREZINHA MACIEL
9645	LUCI ANTUNES VIEIRA
15884	LUCINEIA VOLL
13018	MARCIA APARECIDA PADILHA
16165	MARIA ELIZABETH POLEZA
12924	MARIA SALETE RODRIGUES MACIEL
14880	MARILISA GANZALA
9950	MIRIAM SANTINA FERREIRA SPIASSI
14877	MONIQUE NEIS MAURICIO
10649	MONIZE SANTOS ALMEIDA
15613	MURILO GABRIEL DE SOUZA
13226	PAULA BRUNA VARELA
15187	RAQUEL CAMARGO
15159	RENATA TORMEN
10819	SABRINA ANTUNES CARVALHO RENOSTO
9397	SAMIRA RIBEIRO
16268	SHEILA NICOLE FERNANDES DE ALMEIDA
13490	SIRLENE HERMES ANTUNES
9906	SONIA MARA MIGUEL DE OLIVEIRA
15505	TALESKA KARINE RODRIGUES
11279	THAIS ELIZA NERIS

14819	VERA LUCIA GONÇALVES WALTER
-------	-----------------------------

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São José - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13491	ALBERTO LISBOA DE CAMPOS JUNIOR
13012	ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS
10567	ANA CLÁUDIA LOPES CORDEIRO
16244	BRUNA EDUARDA BECKER
11714	CAMILA ESTER RIBEIRO
12600	CAMILA HENKEL
10183	CHAYENE LINS DE SOUZA
15501	CLAUDIA FRANCIELI DE SOUZA
9807	CLEUSENI VIECELI
13141	DAIANE DA SILVA RIBEIRO
10758	DAIANE ESCAINI
10671	DAIANE PEREIRA
11565	DELICY SALETE NERES DA SILVA VARELA
14154	EMANUELLE DE MATTOS
13767	FABIANE DE FATIMA FOGAÇA LOPES
14928	GABRIELA FOGAÇA DA SILVA
10426	GERUSA LEMOS DOS SANTOS
11612	GRAZIELLE CANAL CAMPAGNONI
12617	JANDIRA APARECIDA CORDEIRO
10844	JANICE ALVES DE GOES
16184	JAQUELINE APARECIDA MACHADO
9727	JÉSSICA EMANUELE DE SOUZA
13740	JHANE PAGANINI DE MATTOS
10477	JOICE FABIANO LOPES
13510	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9440	JUCELIA SPADER DE MATTOS
15338	KATIUSSI FAE PAGANINI
9430	LAIS APARECIDA DE PROENÇA
13000	LOCENI DE FATIMAMACIEL DOS SANTOS CRUZ
9650	LUCI TURELLA DOMINGUES
13053	LUCILEIA DA SILVA
11160	LUCIMARA FERREIRA DA SILVA
15567	MARGARETE AUXILIADORA DA SILVA CORRÊA
12797	MARIA JULIA FLORES
11482	MARIANA ANTUNES DE OLIVEIRA
15484	MARIANA PEREIRA DA CRUZ DA SILVA
13094	MARILEIDE CRISTINA MUNIZ PEREIRA MORAES
13010	MARIVONE LUZ DOS SANTOS
11266	MICHELE MARIANO AGUIDA
13544	RAQUEL FERNANDES
14432	ROSELI DE FATIMA PALHANO
11583	ROSEMERI TEREZINHA INACIO

14446	SILMARA REGINA PALHANO
11269	SIMONE DIAS GOMES
15898	SOLANGE FÁTIMA DE SOUZA
11894	VALÉRIA DE LIMA FERREIRA
15158	VALKIRIA DUTRA
10505	VERONICA APARECIDA FLORES
13098	VIVIANE APARECIDA RAYZEL

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São Sebastião - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16037	ADRIANA FRANCISCA THIBES
10244	ANDRESSA FÁTIMA BAGNARA
14929	ANGELICA SABRINA BASTOS PADILHA
9529	ANNA MARIA DE PAULA GAVA
15205	CINARA FRANCELI CAREZIA
11592	CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO
13415	DANIELE TESSER
16303	DANIELI SOARES BORGES DA SILVA
9615	DENISE SANTINA FRIGERI
15012	DIEINI ALESSANDRA BARDINI
13418	ELISA APARECIDA DE MORAIS CAVICHON
12226	ELISANGELA GREEF
16190	EMANUELI MARIA GONÇALVES
9618	ERICA DOS SANTOS MATOS
11567	GABRIELLA MACHADO
13779	JANAINA PAGANINI DE MATTOS
13441	JOELMA APARECIDA LINS MARTINS
11334	JUCIANE DALL' OGLIO RIBEIRO
13433	LORECI MACIEL DOS SANTOS
13706	MARIA CRISTINA SAMPAIO
13908	MARINES TERESINHA CERVI RIBEIRO
10932	MONALISA MOREIRA PIRES
12577	PATRICIA APARECIDA VELASQUES SCHIZZI
14987	PATRICIA LUCAS DE MELLO
15305	REJANE DE CASSIA SALMORIA PAULI
14422	ROSANE APARECIDA CARPES
10408	ROSIMERI LEITE BASTOS
15328	ROZE APARECIDA TEIXEIRA
13511	SIMONE CORRÊA COELHO
10437	SIMONE SAURIN DE SOUZA
15036	TANIA APARECIDA DE SOUZA BARBOSA
16205	VANESSA ILDA DA SILVEIRA
16210	VANESSA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO
11274	VANETE TAVARES

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Sr. Bom Jesus - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15805	ADRIANA DE FÁTIMA ANDRADE GONÇALVES
16213	ADRIANA MARIA BUZZACARO
13039	ALICE DEBASTIANI
12585	ALINE FERREIRA LOPES MACEDO
9444	ANA CARLA DA SILVA
13158	ANA FLÁVIA GRESKI
10042	ANDREIA DIAS RIBEIRO
10580	ANGELA SANTINA RIBEIRO LOPES
14947	ARIELLI RIBEIRO ESTEVES
13741	BEATRIZ DOS SANTOS
12181	BRUNA PELOZATTO
11982	CASSIA NAYARA ZANCHETT DA SILVA
12184	CLAUDIZITA APARECIDA GRASSI
16188	DIANA DE OLIVEIRA
15832	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA
15384	ELIZANGELA ANDREIA SCOLARO
13520	FABIELI MAIARA PEREIRA VARELA
15345	FATIMA MARIA STOLFO
9352	FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA
14951	JESSICA LUANA SALMORIA
16175	JHENNIFER CAROLINA ALVES DE SOUZA
12201	JULIA MARQUES
15801	KARINA DE LIMA
12709	LEDIANE APARECIDA CARVALHO DE ALMEIDA
10509	LILIAN DE FATIMA LOPES DE LARA
13064	LUANA DE CARVALHO NUNES
16045	LUCIANE APARECIDA JAQUES
16209	MARILEIDE APARECIDA BUZZACARO
13785	MARINEZ ANTUNES TELLES
10869	MARINEZ TELES DE SOUZA
15340	NAIARA TEIXEIRA SCHEIS
15366	NEUZA TEREZINHA FIALHO RIGHES
11496	PATRÍCIA TAINA RODRIGUES
11575	PATRICIA FERNANDA ZANCHETT
15533	SIRLEI DE FATIMA ALVES MACIEL
15924	SIRLEY APARECIDA DA SILVA DEBASTIANI
14397	SOLANGE DO NASCIMENTO CARVALHO
13424	SONIA APARECIDA DIAS SERAFIN
16196	SONIA GORETI MARTINS
12264	SUZANA RODRIGUES DA SILVA
16043	TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO
15391	THAISE PEREIRA

Assistente Social NASF - Superior

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13067	ADRIANA FATIMA RECALCATTI
15597	ANA PAULA QUADROS
10976	CAROLINA FLESCHE
12418	DANIELA SILVESTRIN
9694	JAIANE RAYZEL
16178	JOANA VIEIRA FRANÇA MENE-GATTI
15062	LIDIANE DELFESSCHOENARDIE
9811	LIZETE DE CASTRO OTERBACH
14744	MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA
15665	MARISTELA LORENZONI
10811	NATHALIA FERREIRA
13264	RITA IZABEL ALVES
10890	SUSANA MARIA PEREIRA
14865	SUSANA VIEIRA SARMENTO
9815	SUZIANE VIEIRA SARMENTO
14881	TAIANE APARECIDA ALMEIDA
13207	VANIA FERNANDES DA SILVA BOCHI

Auxiliar de Enfermagem Comunitário- ESF - Médio

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14607	ALINE APARECIDA CARNEIRO DE SOUZA
10544	CAMILA SIDELY CORREA GAUER
10200	CLAUDIA DA SILVA MOREIRA INFELD
16018	CLEMILDE A BARBOZA
11807	CLEONICE DA SILVA PASSOS FAGUNDES
13482	FABIULA DE OLIVEIRA COUTO
16204	IVETE DE OLIVEIRA PASSOS
14904	IVONE CAMARGO FONSECA
12018	JAINÉ DE OLIVEIRA
12159	JAQUELINE VICENTE
11650	JESIANE DE OLIVEIRA PINTO
13587	JOSIANE CORDEIRO
14976	JULIANE LARA CAVICHON
11556	KARINE ANDRÉIA VARELA
10568	LARISSA APARECIDA VARGAS
10014	LENICE COMIM KELER
12637	LUCIANA DIAS
10881	PALOMA DA SILVA
10829	PATRICIA ALVES DOS SANTOS
13442	PRISCILA FERNANDES DA SILVA
14664	ROSELI ALVES DA SILVA BIZOTTO
9470	SIMARA COLTTS
9347	SUZEMARY DOARTE
15433	THAYS APARECIDA DE BAROS
16214	VANIA TONIELO NOHATTO
10086	VERA LUCIA ANTUNES

**Auxiliar de Odontologia Comunitário (Auxiliar em Saúde Bucal)  
ESF - Fundamental**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13509	ANA PAULA ANTUNES DORNELES
16208	IDETE DAS GRAÇAS DE BARROS FRACARO
9963	LILIANE MARIA LOPES
10636	SIBELI ANGELA BET
12218	SONIA APARECIDA VARGAS

**Educador Físico NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
10601	MURILO CAMPAGNONI

**Fisioterapeuta NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16095	BÁRBARA DE BORTOLI GAIO
11735	CHEILA CIBELI CAREZIA FORNARA
14243	FELIPE GAMBA COSTA
12697	FERNANDA BAGATINI STEFANES
15822	GISIANE BARETA DE MATHIA
16216	LEONARDO FARIAS SANTOS
9437	LUIZA CRISTINA LEANDRO
10173	MARÍLIA NUNES GODINHO
14418	MICHELLE GEANE MATOS
10818	MONALIZA DOS SANTOS
15901	PATRÍCIA ANTUNES KUNEN
14126	ROBSON SANTOS FERREIRA JUNIOR
9630	THAÍS GOMES DE ALMEIDA

**Fonoaudiólogo NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12996	TATIANE TRINDADE SANTOS

**Médico Comunitário - Clínica Geral (ESF) - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15085	CLEUSA MARGARETI FRANCHINI BERMUDEZ
10978	FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT
16357	GRACIELE BIANCHI MARCON
11909	GUSTAVO BUTZGE RUBENICH
12644	GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI
13461	JÉSSICA MANFROI
16041	KAREN FRANCINE PIVETTA
11806	LUIZA SALVADOR SCHMID
12549	MAYARA THAYS BECKHAUSER
9907	MÁRCIA DA SILVA FORTUNATO

**Nutricionista NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9488	ANA CHRISTINA MARTINS RECALCATTI
12239	ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN
14683	ANGELA FORESTI
12249	BRUNA GLEMBOSKI SPADER
12185	CARINE LUFT
16155	CHAIANA BORSOI
16311	CRISTIANE TRES
9985	DIANE FAVRETTO
15592	ELIZANGELA APARECIDA DELAVY MARQUES
15581	JOANA DA ROCHA SCHREINER
12596	KARINE SILVESTRIN
12802	KELY DA SILVA SCUSSEL
10937	THAINAN BERNARDI MENDES

**Técnico em Enfermagem SAMU - Médio**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14967	ADRIANA TAVARIOL
12096	ALCIMAR LUFT
16270	AMIR RODRIGO EVERLING
16098	CAROLINA LIMA BELMIRO SEVERO
16021	DANIELI CRISTINA VASCO
11480	EDILSA CARDOSO DOAS PASSOS
12004	EDUARDO JANIR DE SOUZA
10401	ELISABETE MARTINELLI
10490	FÁTIMA RECALCATTI
12217	ISABELA BUZZACARO BORTOLI
10309	PATRÍCIA MENEGAZZO RIBEIRO
10158	ROSANGELA FATIMA ALVES DE SA
9490	SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS
16262	SANDRA MARIA BECKER DA SILVA
15241	SIRLENE DE FATIMA LANGARO
14423	THAIS MAIARA MENDES
15893	VANIA TONIELO NOHATTTO

# **LISTA DE INSCRITOS DEFERIDOS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014**

Prefeitura Municipal de Campos Novos

Processo Seletivo Edital 001/2014

LISTA DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - CAIC - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12314	ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA
10420	ADRIANA DE ALMEIDA
15784	ALINE FRANCIELE GIACOMELI CEREGATTI
11648	ANA LUCIA PADILHA MOREIRA
11347	ANA PAULA AZEVEDO BETIN
15907	ANDRÉA ANTUNES RODRIGUES
14908	ANDREA APARECIDA MOREIRA DA SILVA RECALCATTI
9676	ANIELI MECABO
14377	ÉDINA CRISTINA DA SILVA
11652	BRUNA GABRIELA MARTINS
11287	BRUNA NAYARA DE MORAES
9410	BRUNO KUHNEN
9792	CAMILA BERWIG
16169	CAREN ELIS BARTZSCH
10987	CARLA RIBEIRO CORREA
11624	CAROLINE ESTEFANI RIBAS
15935	CINTHIA REGINA BITTENCOURT
15383	CLAUDIA CRISTINA SANGUANINI DELFES
12584	DANIELA DO NASCIMENTO
11350	DANIELLA FERREIRA DA SILVA
16131	ELIANE BORTOLI FREITAS
9361	EMA MARGARETE DA SILVA
15051	GABRIELA CASSIANO DA SILVA
10874	INES TELES VALTER
10973	IOLETE RIBEIRO DOS CORREA
14662	JÉSSICA TATIANE EGER
12545	JULIA CRISTINA BUZZACARO
13220	JULIANA APARECIDA DE ALMEIDA COTESCKI
13076	JULIANA DIAS
10690	JULIANA VALTER
10596	JUSSEMARA SEVERO SILVEIRA
15950	LOIDES MARIA CARVALHO
15953	LUCINEIA DE FATIMA DOS SANTOS
15909	MAIARA ERLI APARECIDA DOS SANTOS
11254	MARGARETE DE FATIMA DELF
13438	MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO DE SOUZA
15797	MARIA MARGARETE BITTENCOURT
10796	MARIA MARGARETE GONÇALVES
10407	MARILENE ANTUNES DE CARVALHO
11229	MARIZETE FATIMA CHISTE BRAGHIROLI

13440	MARIZIANE MAXIMILIANO CARDOSO
10815	MARLENE PEDROSO
15694	MARTA SANTOS CAMARGO
12909	PAULA CAROLINA OLIVEIRA ARAUJO
10376	ROSA CRISTINA DA CRUZ
10529	SCHEILA DE CÁSSIA AMARAL
16315	SILVANA TEREZINHA PRIGOL DE SOUZA
13531	TAILA APARECIDA RECALCATTI
10724	TAINÁ EDIÉLE SUTIL MOREIRA
10929	TANIA REGINA FOGAÇA DE CARVALHO
15890	TATIANE PAES PADILHA
13079	TATIANI RECALCATTI
12260	VIVIANI BASTOS TONIN

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - COHAB - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9480	ALINE GOMES DE OLIVEIRA
11038	ANA CAROLINA VIEIRA
15342	ANGÉLICA RIBEIRO
13717	ANGELITA APARECIDA GUIZONE GOMES
14868	CRISTIANE FORTES
11586	DANIELE ORTIZ DE CASTRO LORENTZ
12109	DEISE CAROLINE MACHADO
15921	DINAH PAULA AGUIAR GASPERIN
14429	EVANETE DE MELO SLHESSA-RENKO
11234	GABRIELE RODRIGUES LEMOS
16180	GESIANE PADILHA DOS SANTOS
13888	IOLEDI FABIENSKI
13215	IVANETE FATIMA DE ALMEIDA BRISOLA
10833	IVONETE ALVES DE SOUZA CARNEIRO
9577	JESSICA MISLAINE PEREIRA DA SILVA
12386	JULIANA CRISTINA ROSA MENEGAZZO
12753	LUCIANA DE OLIVEIRA MOREIRA
12751	LURDES MARIA DE OLIVEIRA SILVA
12575	MARIA ELIANE GONÇALVES
16181	MARILU RODRIGUES
10902	MARIZETE FATIMA COELHO
12611	QUELI PRISCILA HEINZEN SCHIMITE
12565	ROBERTA APARECIDA DA SILVA
15254	SILMARA FERREIRA DA SILVA
16302	SILVANA MARTINS FERREIRA PINTO
13224	SIMONE FERREIRA DA SILVA
13218	SUZANETE APARECIDA MARTINELLI
13792	TIAGO FELIPE MAI



Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Integração - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11609	ADRIANE CARVALHO
10453	ALEXSANDRA DE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA
10581	ANA APARECIDA DOS SANTOS
13694	ANA FABIULA CORREA GAUER
16285	ANGELA MARA DUTRA PINHEIRO
9938	ARLETE IZABEL DE OLIVEIRA SCHELEDER
10533	ÉDINA BASILIO LESSA
13465	CARLA FERNANDA VELASQUES
15895	DANIELA GLAUCIA DIAS MIRANDA DE MELLO
12678	DILVANE CONCEIÇÃO DA SILVA
12214	ELIZETE SAURIN PEREIRA
10993	EZEANE FAGUNDES OLEINICK
13845	GIANE DA SILVA
14434	JANAINA DOS SANTOS
11598	JANETE APARECIDA DE CASTRO
9941	JÓICE MARIA DOS SANTOS
13540	JEFERSON EDINEI DE CAMPOS
15469	JESSICA MOREIRA DE BARROS
14025	JESSICA TAISE FABIANO
16259	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9801	JOSIANE LUIZA MOREIRA DOS SANTOS
11242	JULIANA APARECIDA MACIEL NEVES
10910	JULIANA DE LIMA ALVES
10414	JULIANA ROSSI
14561	KELLY PALOMA DOS SANTOS PINTO
12224	LAURA REGIANE DA ROSA RIBEIRO
15264	LEIDIANE CAROLINE RIETA DE MELO
11600	LEILA MORESCO FERNANDES
13412	LETICIA SURDI
12150	LILIAMARA APARECIDA MORESCO
15352	LUANA GABRIELI GOIS DOS SANTOS
12297	LUCIMAR RODRIGUES DOS REIS
10716	LUSIMONE APARECIDA VICENTE
10507	LUZIA BORTOLI
12170	MARCIA FRANCISCA DE ASSIS
9498	MARCIA RODRIGUES
15022	MARIA DANIELA DO SANTOS CESA
10876	MARIA DIRLENE OLIVEIRA DA SILVA
15087	MARIELLEN CORREA DE LIMA
15347	MARILIA NERES DA SILVA
15803	MARIZANGELA FATIMA FERNANDES BUZZACARO
15379	MARLY APARECIDA MARTINS BUGANÇA
11873	PATRICIA MUTERLE DA LUZ

15839	RAQUEL MACHADO CANANI
10889	ROSEMERI ANTUNES
12571	ROSEMERI ANTUNES
14368	RUBIA TATIANE PELISSARI
14731	SIMONE LUZIA MOREIRA DOS SANTOS
10536	SUZANA DOS SANTOS
10312	SUZANA PADILHA
13316	TATIANE DOS SANTOS
11257	TATIANE ZANAO DA SILVA
11840	THAINÁ DA COSTA
10057	VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS
10866	VANUSSA BASILIO LESSA
13938	VERÔNICA FRANÇA MAR
12677	WILZA APARECIDA LESSE CARVALHO
12321	ZELIA ALEXANDRE DOS SANTOS

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Nossa Sra. Aparecida - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
11276	ALAERCIA LUIZA TELLES
15343	ALINE APARECIDA DE MORAIS
14886	ANA JÚLIA SANDRI DA SILVA
14802	ANA PAULA CAMARGO
10826	ANDREIA VESSARO DA SILVA
10575	ÉDINA DO AMARAL
11553	CAMILA ALEXANDRE DE OLIVEIRA
12642	CAMILA CAROLINA MOCELIN
10473	CARINE APARECIDA DOS SANTOS
15341	CARLISE PEREIRA DE OLIVEIRA
14360	CAROLINA APARECIDA MARTINELLI
10132	CELITA KONECHEFF
15349	CIBELE TEREZINHA PINTO NOWOTNY
13219	DAYANE APARECIDA SAURIN
10878	DENISE MADALENA DOS SANTOS
11763	DENIZ BORNAGUI
9524	DIANA CARNEIRO SOUZA
15929	DILMA OLIVEIRA DA SILVA
13590	DIRCE BEATRIZ CORREIA CORDEIRO MARGOTI
10365	EDINÉIA ANTONIAZZI
10832	ELISANGELA GONÇALVES MARTINS TELLES
16212	FERNANDA DA SILVA RONSONI
15301	FLAVIA CRISTIANE FRANÇA
9935	FLAVIA CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS
11335	GRACIELA BRITO DA SILVA
12602	GRACIELE APARECIDA DE MELLO-CARLESSO
13068	JOSIANE GARIPUNA
10394	JOVANA FARIAS RIBEIRO



10491	JUCELEI FERREIRA RIBEIRO
15332	JUCIANI GOMES RAMOS
13772	LEDIANE DELFES
15736	LEILA APARECIDA DE ANDRADE
13776	LEILA SUSANA TOLOMEOTTI
15339	LENICE SOARES DOS SANTOS
13229	LETICIA DEON CRISTOFOLI
13537	LIANA SABEI DE ALMEIDA
10462	LORENI ALVES PINTO
15730	LORENI APARECIDA DE ANDRADE
14873	LUCIMARA ANTUNES DA FONSECA
9473	LURDES DAS GRAÇAS ROSA MARTINS
10482	MAIARA GONÇALVES GOMES
12427	MARIA CAROLINE HENKEL
15753	MARIELI AMARAL DE MELO
10080	MARILENE GARCIA
10884	MARINA PRATTO
11811	MIRIAM JAQUELINE DE OLIVEIRA
13902	NAIR MANOELA GOMES
14497	PATRICIA DEMARCHI
13971	PATRICIA PAZ SEIFERT
16032	RAFAEL JOAQUIM DALABRIDA
14898	ROSA APARECIDA ZANON DE OLIVEIRA
13475	ROSANE PATRICIA INACIO
11838	ROSANGELA APARECIDA LINS MANTOVANI
12574	ROSECLÉIA STANCK NAVA
10834	SIMONE FAUSTINO FRANCISCO DE ASSIS
13149	SOLANGE MOREIRA DE BARROS
11864	SONIA IOLANDA MRTINS
15844	TAIZE VARELA
10516	TATIANE CRISTINA DA SILVA
10512	VITORIA APARECIDA LOPES
10456	ZENEIDE LUVISON DALCORTIVO ARAUJO

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Santo Antonio - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9890	ADRIANA VEDDOY PINHEIRO
14115	ALINE GRAZIELE SANTOS
12140	ANA LUCIA ANTUNES PALAVRO
13176	ANA PAULA MATOS DE JESUS
12650	ANDREIA DIAS CASSANIGA
13624	ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA
10577	ARIANI IZABEL GERHARDT BET
16312	BRUNA FELICETTI BOEIRA
16171	CARINE MOCELIM
13702	CARLA ROSSI
16200	CHEILA DOARTE
12307	CREMIR DIAS DE OLIVEIRA

10769	CRISTIANI ALESSANDRA SAMPAIO MAFFIOLETTI
13038	DANIELI CRESCÊNCIO
16263	DÉBORA MENDES DA SILVA
12166	DELMA APARECIDA DA SILVA MERGAREFO
10742	DEVAIR ANTUNES DE SOUZA
15600	DOMINGAS FERREIRA DA SILVA CHAGAS
15507	EDENILCE TONIELO
11667	EDNEIA ANA DIEHL
15099	ELISIANE RODRIGUES DA SILVA
13346	ELIZANE DA SILVEIRA MECABÔ
15802	FRANCIELI DA SILVA CORREA
16028	GEOVANA MARIA BECKER NHOATO
16215	GILVANE TEREZINHA BECKER DOS SANTOS
10579	GISELY BESEN PEREIRA
13825	ILCEMARA MOCELIN GIRARDI
14857	JOICE DALPIVA
11647	JOSLAYNE TAINA POLEZA
10598	JUSSEANA SEVERO SILVEIRA
16006	KAREN ALINE SANTOS ORTIZ
15920	KARINE LOPES THIBES NUNES
13074	KARISE RIBAS DAMBROZ
10909	KELI SAMANTA DA SILVA MOREIRA
10906	KENIA KANANDA DA SILVA MOREIRA
11370	LEANDRO DE MELO DA SILVA
10450	LEONILDA DE FATIMA MORAES
12651	LORI TEREZINHA MACIEL
9645	LUCI ANTUNES VIEIRA
15884	LUCINEIA VOLL
13018	MARCIA APARECIDA PADILHA
16165	MARIA ELIZABETH POLEZA
12924	MARIA SALETE RODRIGUES MACIEL
14880	MARILISA GANZALA
9950	MIRIAM SANTINA FERREIRA SPIASSI
14877	MONIQUE NEIS MAURICIO
10649	MONIZE SANTOS ALMEIDA
15613	MURILO GABRIEL DE SOUZA
13226	PAULA BRUNA VARELA
15187	RAQUEL CAMARGO
15159	RENATA TORMEN
10819	SABRINA ANTUNES CARVALHO RENOSTO
9397	SAMIRA RIBEIRO
16268	SHEILA NICOLE FERNANDES DE ALMEIDA
13490	SIRLENE HERMES ANTUNES
9906	SONIA MARA MIGUEL DE OLIVEIRA
15505	TALESKA KARINE RODRIGUES
11279	THAIS ELIZA NERIS

14819	VERA LUCIA GONÇALVES WALTER
-------	-----------------------------

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São José - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13491	ALBERTO LISBOA DE CAMPOS JUNIOR
13012	ALESSANDRA APARECIDA DOS SANTOS
10567	ANA CLÁUDIA LOPES CORDEIRO
16244	BRUNA EDUARDA BECKER
11714	CAMILA ESTER RIBEIRO
12600	CAMILA HENKEL
10183	CHAYENE LINS DE SOUZA
15501	CLAUDIA FRANCIELI DE SOUZA
9807	CLEUSENI VIECELI
13141	DAIANE DA SILVA RIBEIRO
10758	DAIANE ESCAINI
10671	DAIANE PEREIRA
11565	DELCE SALETE NERES DA SILVA VARELA
14154	EMANUELLE DE MATTOS
13767	FABIANE DE FATIMA FOGAÇA LOPES
14928	GABRIELA FOGAÇA DA SILVA
10426	GERUSA LEMOS DOS SANTOS
11612	GRAZIELLE CANAL CAMPAGNONI
12617	JANDIRA APARECIDA CORDEIRO
10844	JANICE ALVES DE GOES
16184	JAQUELINE APARECIDA MACHADO
9727	JÉSSICA EMANUELE DE SOUZA
13740	JHANE PAGANINI DE MATTOS
10477	JOICE FABIANO LOPES
13510	JOSEANE APARECIDA MAGAGNIEN
9440	JUCELIA SPADER DE MATTOS
15338	KATIUSSE FAE PAGANINI
9430	LAIS APARECIDA DE PROENÇA
13000	LOCENI DE FATIMAMACIEL DOS SANTOS CRUZ
9650	LUCI TURELLA DOMINGUES
13053	LUCILEIA DA SILVA
11160	LUCIMARA FERREIRA DA SILVA
15567	MARGARETE AUXILIADORA DA SILVA CORRÊA
12797	MARIA JULIA FLORES
11482	MARIANA ANTUNES DE OLIVEIRA
15484	MARIANA PEREIRA DA CRUZ DA SILVA
13094	MARILEIDE CRISTINA MUNIZ PEREIRA MORAES
13010	MARIVONE LUZ DOS SANTOS
11266	MICHELE MARIANO AGUIDA
13544	RAQUEL FERNANDES
14432	ROSELI DE FATIMA PALHANO
11583	ROSEMERI TEREZINHA INACIO
14446	SILMARA REGINA PALHANO

11269	SIMONE DIAS GOMES
15898	SOLANGE FÁTIMA DE SOUZA
11894	VALÉRIA DE LIMA FERREIRA
15158	VALKIRIA DUTRA
10505	VERONICA APARECIDA FLORES
13098	VIVIANE APARECIDA RAYZEL

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - São Sebastião - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16037	ADRIANA FRANCISCA THIBES
10244	ANDRESSA FÁTIMA BAGNARA
14929	ANGELICA SABRINA BASTOS PADILHA
9529	ANNA MARIA DE PAULA GAVA
15205	CINARA FRANCELI CAREZIA
11592	CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO
13415	DANIELE TESSER
16303	DANIELI SOARES BORGES DA SILVA
9615	DENISE SANTINA FRIGERI
15012	DIEINI ALESSANDRA BARDINI
13418	ELISA APARECIDA DE MORAIS CAVICHON
12226	ELISANGELA GREEF
16190	EMANUELI MARIA GONÇALVES
9618	ERICA DOS SANTOS MATOS
11567	GABRIELLA MACHADO
13779	JANAINA PAGANINI DE MATTOS
13441	JOÉLMA APARECIDA LINS MARTINS
11334	JUCIANE DALL'OGGIO RIBEIRO
13433	LORECI MACIEL DOS SANTOS
13706	MARIA CRISTINA SAMPAIO
13908	MARINES TERESINHA CERVI RIBEIRO
10932	MONALISA MOREIRA PIRES
12577	PATRICIA APARECIDA VELASQUES SCHIZZI
14987	PATRICIA LUCAS DE MELLO
15305	REJANE DE CASSIA SALMORIA PAULI
14422	ROSANE APARECIDA CARPES
10408	ROSIMERI LEITE BASTOS
15328	ROZE APARECIDA TEIXEIRA
13511	SIMONE CORRÊA COELHO
10437	SIMONE SAURIN DE SOUZA
15036	TANIA APARECIDA DE SOUZA BARBOSA
16205	VANESSA ILDA DA SILVEIRA
16210	VANESSA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO
11274	VANETE TAVARES

Agente Comunitário de Saúde - ACS - ESF - Sr. Bom Jesus - Fundamental

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15805	ADRIANA DE FÁTIMA ANDRADE GONÇALVES
16213	ADRIANA MARIA BUZZACARO
13039	ALICE DEBASTIANI
12585	ALINE FERREIRA LOPES MACEDO
9444	ANA CARLA DA SILVA
13158	ANA FLÁVIA GRESKI
10042	ANDREIA DIAS RIBEIRO
10580	ANGELA SANTINA RIBEIRO LOPES
14947	ARIELLI RIBEIRO ESTEVES
13741	BEATRIZ DOS SANTOS
12181	BRUNA PELOZATTO
11982	CASSIA NAYARA ZANCHETT DA SILVA
12184	CLAUDIZITA APARECIDA GRASSI
16188	DIANA DE OLIVEIRA
15832	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA
15384	ELIZANGELA ANDREIA SCOLARO
13520	FABIELI MAIARA PEREIRA VARELA
15345	FATIMA MARIA STOLFO
9352	FRANCISCA ILIAMAR DA SILVA SOUZA
14951	JESSICA LUANA SALMORIA
16175	JHENNIFER CAROLINA ALVES DE SOUZA
12201	JULIA MARQUES
15801	KARINA DE LIMA
12709	LEDIANE APARECIDA CARVALHO DE ALMEIDA
10509	LILIAN DE FATIMA LOPES DE LARA
13064	LUANA DE CARVALHO NUNES
16045	LUCIANE APARECIDA JAQUES
16209	MARILEIDE APARECIDA BUZZACARO
13785	MARINEZ ANTUNES TELLES
10869	MARINEZ TELES DE SOUZA
15340	NAIARA TEIXEIRA SCHEIS
15366	NEUZA TEREZINHA FIALHO RIGHES
11496	PATRÍCIA TAINÁ RODRIGUES
11575	PATRICIA FERNANDA ZANCHETT
15533	SIRLEI DE FATIMA ALVES MACIEL
15924	SIRLEY APARECIDA DA SILVA DEBASTIANI
14397	SOLANGE DO NASCIMENTO CARVALHO
13424	SONIA APARECIDA DIAS SERAFIN
16196	SONIA GORETI MARTINS
12264	SUZANA RODRIGUES DA SILVA
16043	TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO
15391	THAISE PEREIRA

Assistente Social NASF - Superior

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13067	ADRIANA FATIMA RECALCATTI
15597	ANA PAULA QUADROS
10976	CAROLINA FLESCHE
12418	DANIELA SILVESTRIN
9694	JAIANE RAYZEL
16178	JOANA VIEIRA FRANÇA MENE-GATTI
15062	LIDIANE DELFESSCHOENARDIE
9811	LIZETE DE CASTRO OTERBACH
14744	MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA
15665	MARISTELA LORENZONI
10811	NATHALIA FERREIRA
13264	RITA IZABEL ALVES
10890	SUSANA MARIA PEREIRA
14865	SUSANA VIEIRA SARMENTO
9815	SUZIANE VIEIRA SARMENTO
14881	TAIANE APARECIDA ALMEIDA
13207	VANIA FERNANDES DA SILVA BOCHI

Auxiliar de Enfermagem Comunitário- ESF - Médio

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14607	ALINE APARECIDA CARNEIRO DE SOUZA
10544	CAMILA SIDELY CORREA GAUER
10200	CLAUDIA DA SILVA MOREIRA INFELD
16018	CLEMILDE A BARBOZA
11807	CLEONICE DA SILVA PASSOS FAGUNDES
13482	FABIULA DE OLIVEIRA COUTO
16204	IVETE DE OLIVEIRA PASSOS
14904	IVONE CAMARGO FONSECA
12018	JAINE DE OLIVEIRA
12159	JAQUELINE VICENTE
11650	JESIANE DE OLIVEIRA PINTO
13587	JOSIANE CORDEIRO
14976	JULIANE LARA CAVICHON
11556	KARINE ANDRÉIA VARELA
10568	LARISSA APARECIDA VARGAS
10014	LENICE COMIM KELER
12637	LUCIANA DIAS
10881	PALOMA DA SILVA
10829	PATRICIA ALVES DOS SANTOS
13442	PRISCILA FERNANDES DA SILVA
14664	ROSELI ALVES DA SILVA BIZOTTO
9470	SIMARA COLTTS
9347	SUZEMARY DOARTE
15433	THAYS APARECIDA DE BAROS
16214	VANIA TONIELO NOHATTTO
10086	VERA LUCIA ANTUNES

**Auxiliar de Odontologia Comunitário (Auxiliar em Saúde Bucal) ESF - Fundamental**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
13509	ANA PAULA ANTUNES DORNELES
16208	IDETE DAS GRAÇAS DE BARROS FRACARO
9963	LILIANE MARIA LOPES
10636	SIBELI ANGELA BET
12218	SONIA APARECIDA VARGAS

**Educador Físico NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
10601	MURILO CAMPAGNONI

**Fisioterapeuta NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
16095	BÁRBARA DE BORTOLI GAIO
11735	CHEILA CIBELI CAREZIA FORNARA
14243	FELIPE GAMBA COSTA
12697	FERNANDA BAGATINI STEFANES
15822	GISIANE BARETA DE MATHIA
16216	LEONARDO FARIAS SANTOS
9437	LUIZA CRISTINA LEANDRO
10173	MARÍLIA NUNES GODINHO
14418	MICHELLE GEANE MATOS
10818	MONALIZA DOS SANTOS
15901	PATRICIA ANTUNES KUNEN
14126	ROBSON SANTOS FERREIRA JUNIOR
9630	THAÍS GOMES DE ALMEIDA

**Fonoaudiólogo NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
12996	TATIANE TRINDADE SANTOS

**Médico Comunitário - Clínica Geral (ESF) - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
15085	CLEUSA MARGARETI FRANCHINI BERMUDEZ
10978	FRANCISMAR DE MIRANDA SCHMIDT
16357	GRACIELE BIANCHI MARCON
11909	GUSTAVO BUTZGE RUBENICH
12644	GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI
13461	JÉSSICA MANFROI
16041	KAREN FRANCINE PIVETTA
11806	LUIZA SALVADOR SCHMID
12549	MAYARA THAYS BECKHAUSER
9907	MÁRCIA DA SILVA FORTUNATO

**Nutricionista NASF - Superior**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
9488	ANA CHRISTINA MARTINS RECALCATTI
12239	ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN
14683	ANGELA FORESTI
12249	BRUNA GLEMBOSKI SPADER
12185	CARINE LUFT
16155	CHAIANA BORSOI
16311	CRISTIANE TRES
9985	DIANE FAVRETTO
15592	ELIZANGELA APARECIDA DELAVY MARQUES
15581	JOANA DA ROCHA SCHREINER
12596	KARINE SILVESTRIN
12802	KELY DA SILVA SCUSSEL
10937	THAINAN BERNARDI MENDES

**Técnico em Enfermagem SAMU - Médio**

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
14967	ADRIANA TAVARIOL
12096	ALCIMAR LUFT
16270	AMIR RODRIGO EVERLING
16098	CAROLINA LIMA BELMIRO SEVERO
16021	DANIELI CRISTINA VASCO
11480	EDILSA CARDOSO DOAS PASSOS
12004	EDUARDO JANIR DE SOUZA
10401	ELISABETE MARTINELLI
10490	FÁTIMA RECALCATTI
12217	ISABELA BUZZACARO BORTOLI
10309	PATRÍCIA MENEGAZZO RIBEIRO
10158	ROSANGELA FATIMA ALVES DE SA
9490	SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS
16262	SANDRA MARIA BECKER DA SILVA
15241	SIRLENE DE FATIMA LANGARO
14423	THAIS MAIARA MENDES
15893	VANIA TONIELO NOHATTTO

**Lei 4.075/14 de 22/10/2014 Institui Cobrança de Contribuição de Melhoria Em Decorrência da Obra de Urbanização Que Especifica**

LEI Nº 4.075/2014 DE 22/10/2014

INSTITUI E AUTORIZA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EM DECORRÊNCIA DA OBRA DE URBANIZAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação em paralelepípedo da Servidão da Rua Coronel Augusto Carlos (Trecho entre a Rua Coronel Augusto Carlos até o final da servidão); Rua Antônio Ribeiro de Lima (Trecho da Rua Prefeito Luiz Fabrício até o calçamento existente - área total: 346,40m<sup>2</sup>); Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua Agenor Farias até a Rua Felicita Bresola); e Rua Benjamin Colla (Trecho da Rua Osvaldo Delavy até a Rua Prefeito Luiz Fabrício), compreendendo serviços iniciais, pavimentação em paralelepípedo da pista de rolamento, meio fio, mobiliário urbano, serviços complementares e outros necessários à execução dos serviços de pavimentação, tendo como limite global a parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles localizados na área descrita no Anexo II da presente Lei.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área beneficiada pela obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele contra quem for lançado o tributo terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

§ 4º. Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

Art. 3º. O Prefeito Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos referidos neste artigo, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei, especialmente, a publicação de Edital, através de meio oficial do Município, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- I - plantas e memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento de custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;
- V - determinação do fator de absorção (previsto) do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas;
- VI - avaliação inicial dos imóveis situados na zona beneficiada.

§ 1º. O contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata este artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos constantes deste artigo serão dirigidas à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, que deverá proferir decisão em prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data em que tiver recebido o processo concluso.

§ 3º. As decisões proferidas na forma do parágrafo anterior serão

definitivas e terão efeito tão somente em relação ao impugnante.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo da obra entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais de valorização.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei e na Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário Municipal.

§ 2º. O valor de cada imóvel antes da execução da obra será o que resultar da avaliação efetuada por comissão especialmente nomeada para este fim, composta dos seguintes representantes:

- I. Responsável pelo Cadastro Imobiliário Municipal;
- II. Um representante da Secretaria de Obras e Urbanismo;
- III. Dois representantes do mercado imobiliário.

§ 3º. O valor de cada imóvel após a conclusão total ou parcial da obra, conforme o caso será o que resultar de avaliação efetuada por comissão especialmente constituída na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 4º. A Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

Art. 5º. A obra a ser executada está orçada em R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), sendo que o valor máximo de R\$ 66.503,00 (sessenta e seis mil quinhentos e três reais), correspondente a 38% do valor da obra, será financiado pela arrecadação obtida com a Contribuição de Melhoria instituída pela presente Lei.

Art. 6º. O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) do valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

Art. 7º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo Edital contendo o demonstrativo de custos em meio oficial do Município, contendo, ainda, os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição;
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas, após a execução total ou parcial da obra;
- III - laudo de avaliação individual de cada imóvel após a execução parcial ou total da obra; e
- IV - prazo em que será exigida a Contribuição de Melhoria.

Art. 8º. Escoado o prazo do Edital a que se refere o artigo anterior e no exercício seguinte à publicação da presente Lei, respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal, o Município lançará de ofício as contribuições a cada sujeito passivo, emitindo as respectivas



notificações de lançamento, conforme estipulado na legislação municipal vigente.

Art. 9º. O pagamento poderá ser efetuado das seguintes maneiras:

I - À vista, com desconto de 20% (vinte por cento), com vencimento a partir de 30 (trinta) dias, após a publicação do edital, desde que notificado o contribuinte; ou

II - Parceladamente, em até 48 (quarenta e oito) parcelas sem benefício de desconto.

Art. 10. As impugnações contra lançamentos da contribuição de melhoria formarão processo comum e deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias e julgadas no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único. As impugnações aos lançamentos deverão ser dirigidas à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração e da decisão proferida caberá recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias da intimação do contribuinte.

Art. 11. São partes integrantes da presente Lei, o Anexo I - Memorial descritivo do projeto; Anexo II - Mapa/planta das ruas com a delimitação da zona beneficiada, relação dos imóveis nela situados e respectivos proprietários; Anexo III - Orçamento de custo da obra;

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 22 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Cancelamento Edital Nº. 02/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE CANCELAMENTO  
CONVITE Nº 02/2014

Levamos ao conhecimento dos interessados o Cancelamento do Convite nº 02/2014, que tem por objeto a aquisição de material e mão de obra para instalação de sistema de climatização nas dependências da Câmara Municipal, devido à alteração da Modalidade Licitatória.

Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Campos Novos, das 08:30 às 12:00hs e das 13:30 às 18hs, ou através do fone 49 3541 0599, ou e-mail: [contabilidade@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaracamposnovos.sc.gov.br).

Campos Novos, SC, 23 de outubro de 2014.

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI  
PRESIDENTE E.E

## Canoinhas

### PREFEITURA

### Publicação do Edital de Chamamento Para Credenciamento Nº FME 02/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º FME 02/2014

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS - ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.914.543/0001-02, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA - PESSOAS FÍSICAS. Número de jogos, modalidades e valores, conforme o descrito na tabela:

Demonstrativo de modalidades e numero de jogos previstos para o ano de 2.014

MODALIDADE	Nº DE JOGOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Basquete	23	R\$ 57,50	R\$ 1.322,50
Futsal	78	R\$ 57,50	R\$ 4.485,00
Voleibol	26	R\$ 57,50	R\$ 1.495,00
Handebol	17	R\$ 57,50	R\$ 977,50
Futebol Sintético	51	R\$ 57,50	R\$ 2.932,50
Bocha	32	R\$ 11,50	R\$ 368,00
Vôlei de Areia	28	R\$ 34,50	R\$ 966,00
Tênis de Mesa	25	R\$ 13,80	R\$ 345,00
Tênis	16	R\$ 20,75	R\$ 332,00
Bolão 23	22	R\$ 11,50	R\$ 253,00
TOTAL:		R\$ 13.476,50	

Após a publicação deste dar-se-á início ao recebimento dos documentos para credenciamento. Informações e esclarecimentos serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) link licitações.

Ricardo Pereira Martin  
Presidente da Fundação

**COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO DA CARTA CONVITE CONVITE N.º PMC 01/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO, protocolado pela empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP contra

Cláusula do edital de Carta Convite n.º 01/2014.

Impugnação acolhida e negado provimento.

Protocolo n.º 6033 de 22/10/2014.

Processo de licitação n.º PMC 182/2014 na modalidade de Convite n.º PMC 01/2014.

O teor da resposta do Prefeito deste Município, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA contra habilitação das empresas ÊXITO CONSTRUÇÕES LTDA E IMPLANTEST CONSTRUÇÕES LTDA.

Recurso acolhido e, negado provimento com relação ao pedido de inabilitação da empresa ÊXITO CONSTRUÇÕES LTDA e dado provimento ao pedido de inabilitação da empresa IMPLANTEST CONSTRUÇÕES LTDA.

Protocolo n.º 5645 de 02/10/2014.

Processo de licitação n.º PMC 121/2014 na modalidade de Tomada de Preços n.º PMC 13/2014.

O teor da resposta da comissão e da manifestação do Prefeito deste Município, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, está disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

As empresas participantes têm o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação.

Caso não haja interposição de recursos, as propostas serão abertas pela Comissão de Licitação às 12h00min do dia 05/11/2014

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 178/2014, TOMADA DE PREÇOS N.º 22/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO JESUS NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS

Aos 24 (quinze) dias do mês de outubro, do ano de 2014, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cibeli Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a

fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes. Todos os CNPJ participantes da licitação foram consultados no portal [www.portaltrparpencia.gov.br](http://www.portaltrparpencia.gov.br), não constando restrição à nenhuma das empresas participantes. Dando sequência aos tramites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação. A Comissão de Licitação após análise detalhada da documentação apresentada, resolveu suspender os tramites por 03 (três) dias úteis a fim de analisar o Atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA, tendo em vista que a obra constante do mesmo compreende a execução de 01 depósito de frutas com área de 375 m2 em 60 dias. A Comissão reunir-se-á às 09h00min do dia 31/10/2014 para decidir quanto ao julgamento dos documentos de habilitação e dar prosseguimento ao certame. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli

Presidente

Cleison Tarcisio Fuck

Secretário

Cibeli Neudorf Batista

Membro

**PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CONVITE Nº 01/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 182/2014, CONVITE N.º 01/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA EM AREAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro, do ano de 2014, às 14h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cibeli Neudorf Bastista, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber dar continuidade aos trabalhos que foram paralisados durante o horário de almoço, conforme previsto em ata. Iniciando os trabalhos a Comissão de Licitação, deu a palavra aos participantes para que os mesmos se manifestassem com relação a documentação apresentada, sendo que todos declinaram de usá-la. A Comissão proferiu então sua decisão, A Comissão por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou as empresas SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM, QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, ELETROBOX MATERIAIS ELÉTRICOS, MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA e inabilitada a empresa SADENCO SUL - AMERICANA DE ENGENHARIA E COM. LTDA por ter apresentado a Certidão Trabalhista vencido no dia 03/10/2014. Tendo em vista que as empresas participantes assinaram o termo de renúncia referente ao julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação resolveu proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas no certame, ou seja, SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM, QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, ELETROBOX MATERIAIS ELÉTRICOS, MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos: Em 1.º a empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA



LTDA, com o valor global de R\$ 115.364,09, em 2.º a empresa QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, com o valor global de R\$ 133.906,50, Em 3.º a empresas INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM, com o valor global de R\$ 139.535,83. Em 4.º a empresas, ELETROBOX MATERIAIS ELÉTRICOS, com o valor global de R\$ 139.758,00. Em 5.º a empresas MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA, com o valor global de R\$ 141.203,60. A comissão de licitação considerou a empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA vencedora desta licitação com o valor global de R\$ 115.364,09. A comissão de licitação abre o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck  
Secretário

Cibeli Neudorf Batista  
Membro

SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA  
Edson da Silva Júnior

INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM  
Valdeci Alves de Lima

QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA  
Marcio Voigt

#### **Publicação da Ata da Reunião do Convite Nº 01/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 182/2014, CONVITE N.º 01/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA PARA ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro, do ano de 2014, às 11h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cibeli Neudorf Bastista, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM, QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, ELETROBOX MATERIAIS ELÉTRICOS, MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA, SADENCO SUL - AMERICANA DE ENGENHARIA E COM. LTDA. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, também lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Todos os CNPJ participantes da licitação foram consultados no portal [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br), não constando restrição à nenhuma das empresas participantes. Dando sequência aos trâmites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representantes presentes. A Comissão de Licitação após análise detalhada da documentação apresentada, resolveu suspender os trâmites durante o horário de almoço. A Comissão reuniu-se às 14h00min de hoje 24/10/2014 para decidir quanto ao julgamento dos documentos de habilitação e dar prosseguimento ao certame.

E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck  
Secretário

Cibeli Neudorf Batista  
Membro

SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA  
Edson da Silva Júnior

INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM  
Valdeci Alves de Lima

QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA  
Marcio Voigt

#### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 20/2014**

TOMADA DE PREÇO Nº 20/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/14

HOMOLOGAÇÃO: 24/10/14

CONTRATADO: ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DO C.E.I RUTH ROCHA, LOCALIZADO NA RUA ADÃO TISKA, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 998.029,21 (novecentos e noventa e oito mil e vinte e nove reais e vinte e um centavos)

DATA: 24/10/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

#### **Publicação do Comunicado de Prazo Para Contrarrrazões da Concorrência Pública Nº PMC 14/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 100/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2014.

A empresa SERMOG LTDA, protocolou recurso contra decisão da Comissão que habilitou a empresa Décio Pacheco & Cia Ltda.

Protocolo n.º 6086 de 23/10/2014 - 15h37min.

Processo de licitação n.º PMC 100/2014 na modalidade de Concorrência n.º PMC 14/2014.

As empresas participantes têm 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, para que prestem os esclarecimentos que acharem necessários, contrarrrazoando os fatos apontados.

O teor do recurso protocolado pela empresa SERMOG LTDA, está a disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DA ERRATA DO TERMO DE CONTRATO  
Nº PMC 130/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO PMC 130/2014  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 139/2014  
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 16/2014  
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público errata referente ao CONTRATO PMC 130/2014 que tem por objeto EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA THEODORO HUMENHUK COM EXTENSÃO DE 1.086,91 METROS, portanto, na CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR, onde LIA-SE: - dividido da seguinte forma: R\$ 793.554,72 referentes à mão de obra e; R\$ 340.094,88 referente a materiais, LEIA-SE: dividido da seguinte forma: R\$ 793.554,72 referentes à materiais e; R\$ 340.094,88 referente a mão de obra.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**Catanduvás****PREFEITURA****Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0059/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0059/2014  
PREGÃO Nº 0055/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VALDIR LUIZ SOSTER & CIA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 14 de agosto de 2014, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VALOR: O valor total do contrato passa a ser de 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), perfazendo um total de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvás - SC, 23 de outubro de 2014.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvás - SC  
Elizete Cardoso da Silva

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo N. 039/2014, de 24 de Outubro de 2014.**

Decreto Legislativo n. 039/2014, de 24 de outubro de 2014.  
"Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências."

ODAIR JOSÉ GABRIELLI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvás, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno. CONSIDERANDO, que no dia 28 de outubro, terça-feira, comemora-se o dia do servidor público;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás no dia 31 de outubro de 2014, sexta-feira, comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, retornando ao expediente normal no dia 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 24 de outubro de 2014.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI  
Presidente

## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto 146/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000146/14 de 24 de Outubro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.010-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 5.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Outubro de 2014

VILMAR FOPPA

PREFEITO

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Extrato do Termo de Convênio N. 03/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 03/2014

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITUPORANGA, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA, para assegurar a inclusão e o exercício da cidadania às pessoas portadoras de necessidades especiais residentes ou domiciliadas no território do CONVENIENTE.

DO VALOR: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

09 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 - DIVISÃO DE ENSINO

2016 - - MANUTENÇÃO/PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.50.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

DA VIGÊNCIA: 01.09.2014 à 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 01.09.2014.

orlando paul

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

#### PORTARIA Nº 418 DE 24.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 418/2014

CONSIDERANDO - a apresentação do Certificado de conclusão no Curso de Pedagogia.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Artigo 9º da Lei nº. 0085 de 30.06.99 e nos termos do Anexo III do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Grupo I - Docente, constante da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.1999.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Equiparação Salarial a Servidora Pública RAFAELA GUIMARÃES, que exerce a função do Cargo de Professora ACT- 20 horas, nomeada pela Portaria nº. 129 de 14.03.2014, matriculada sob o nº 2616/05, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, passando esta a receber o vencimento inicial previsto no Nível II, Anexo VII da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
24 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA Nº 420 DE 24.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 420/2014

CONSIDERANDO, os efeitos da portaria nº 419 de 24.10.2014 da servidora publica RAFAELA GUIMARÃES;

CONSIDERANDO, o disposto no Termo de Aceitação de Vaga Excedente anexo;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008, de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professora de Series Iniciais ACT - 20 horas, na turma do 5º ano, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar no Centro Educacional de Ensino Fundamental, pelo período de 28/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 24 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

## **Cocal do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Contrato 140.14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 104/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 53/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA. ASSINATURA: 24/10/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 0901.2041.4490(133);(208)-FUNREBOM.OBJETO: aquisição de 01(um) veículo zero KM, tipo Sedan. VALOR: R\$ 42.700,00(quarenta e dois e setecentos reais).

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato Nº 9/2014 -Fmc

Contrato Nº : 9/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : METROPOLE COMERCIO SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados de consultoria, acompanhamento e prestação de contas referente os recursos provenientes do Ministério da Cultura, patrocinado pela Empresa Tractebel Energia S.A, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao Projeto beneficiado "Finalização do Centro Cultural Concórdia", cadastrado junto ao PRONAC sob o nº 145465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/10/2014 Término: 01/10/2015

Assinatura : 02/10/2014

Valor R\$: 33.000,00 (Trinta e Três Mil Reais)

Dotação : 381 - 16.001.2403.333903905000000.01240000

#### Extrato Contrato Nº 10/2014 -Fmc

Contrato Nº : 10/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : GRUPO PATIBIRIBIA

Licitação : Pregão Presencial 3/2014

Objeto : Contratação de empresa, para coordenação de Jurados durante o Festival Concórdia em Dança 2014, visando à realização de oficinas e avaliação dos candidatos que participarão da 6ª Edição do Festival Concórdia em Dança, nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, conforme especificações constantes nos anexos A, B e F do edital.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/12/2014

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$: 10.900,00 (Dez Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 267 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

#### Extrato 6º TA Contrato Nº 2/2013 -Fmc

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 14/10/2014 Término: 05/05/2015

Execução : Início :08/10/2014 Término:08/11/2014

Assinatura : 14/10/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 269 - 16.001.2403.344905198000000.01000001

Dotação : 320 - 16.001.2403.344905198000000.03000001

#### Extrato Contrato Nº 11/2014 -Fmc

Contrato Nº : 11/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 5/2014

Objeto : Aquisição de troféus para premiação aos candidatos vencedores da 6ª Edição do Festival Concórdia em Dança 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 12/12/2014

Assinatura : 13/10/2014

Valor R\$: 5.390,00 (Cinco Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 267 - 16.001.2403.333903101000000.01000001

#### Aviso de Licitação Modalidade Concorrência Nº 13/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 13/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA - BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto Básico e Relação de Lotes, constantes nos Anexos "D" e "E" do Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/11/2014.

Abertura: dia 28/11/2014, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 24 de outubro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras



**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 126/2014 – PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 126/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de tecidos para as entidades que irão participar no evento da Parada Natalina, no Sonho de Natal 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 06/11/2014.

Abertura: dia 07/11/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 24 de outubro de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretario Municipal de Desenvolvimento  
Econômico e Turismo**Rescisão de Contrato Nºº 64/2014-FMS**

Contrato Nº : 64/2014

Aditivo Nº : 1 Recisão/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Arquitetônico e complementares, para Unidade Básica de Saúde - Estratégia da Saúde da Família, localizada no Bairro da Gruta, neste Município.

Vigência : Início: 29/05/2014 Término: 27/08/2014

Assinatura : 29/09/2014

Valor R\$ : 13.899,00 (Treze Mil e Oitocentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 212 - 13.001.2102.3449051800000000.01640000

**Extrato do Resultado da Sessão de Classificação Tomada de Preços Nº 12/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe,

na seguinte conformidade: Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 528.008,79 (quinhentos e vinte e oito mil, oito reais e setenta e nove centavos). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora é igual ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital.. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer da proponente que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 24 outubro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

**Portaria Nº 36/2014 - Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 36/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e Equipes de Rendimento da FMEC;
- a concordância do servidor.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar horário especial de trabalho à servidora CRISTIELE ANA FINGER, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, na forma abaixo:

- I - Segundas-feiras: Das 08h às 11h30 e das 13:15 às 17h15;
- II - Terças-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 18h15;
- III - Quartas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h;
- IV - Quintas-feiras: Das 08h às 11h30 e das 13h15 às 18h15;
- V - Sextas-feiras: Das 07h30 às 11h30 e das 13h15 às 16h15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2014.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 21/2014, de 1º de setembro de 2014.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**Portaria Nº 37/2014 - Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 37/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário de trabalho ao melhor

andamento dos serviços no Parque de Exposições;  
- a concordância do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o horário de trabalho do servidor ANTÔNIO DA CRUZ NETO, ocupante do cargo de Servente Braçal, previsto na Portaria nº 35/2014, de 1º de setembro de 2014, na forma abaixo:

I - De Segunda à Sextas-Feiras: Das 07h às 11h e das 13h às 17h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2014.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

**EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DE UNIDADES ESCOLARES Nº 1/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DE UNIDADES ESCOLARES Nº 1/2014

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo de eleição de Diretores de Unidades Escolares, considerando o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alteração; na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações e no Decreto nº 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações.

1. As inscrições estarão abertas no período de 03 a 04 de novembro de 2014, nas Unidades Escolares - UEs, abaixo relacionadas, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h:

- 1.1. Escola Básica Municipal Ângelo Ary Bieus;
- 1.2. Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella;
- 1.3. Escola Básica Municipal Concórdia;
- 1.4. Escola Básica Municipal Elizabetha Pavan;
- 1.5. Escola Básica Municipal Eugênio Pozzo;
- 1.6. Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon;
- 1.7. Escola Básica Municipal Giuseppe Sette;
- 1.8. Escola Básica Municipal Imigrantes;
- 1.9. Escola Básica Municipal Irmão Miguel;
- 1.10. Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos;
- 1.11. Escola Básica Municipal Maria Petroli;
- 1.12. Escola Básica Municipal Melvin Jones;
- 1.13. Escola Básica Municipal das Nações;
- 1.14. Escola Básica Municipal Natureza;
- 1.15. Escola Básica Municipal Parque de Exposições;
- 1.16. Escola Básica Municipal Romeu de Sisti;
- 1.17. Escola Básica Municipal Santa Cruz;
- 1.18. Escola Básica Municipal Santa Rita;
- 1.19. Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer;
- 1.20. Grupo Escolar Municipal Cinquentenário;
- 1.21. Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira;
- 1.22. Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora da Salete;
- 1.23. Grupo Escolar Municipal Nova Brasília;
- 1.24. Grupo Escolar Municipal Petrópolis.

1.2. Para as UEs constantes nos itens 1.3, 1.4, 1.7, 1.18 e 1.23, a eleição será para os cargos de Diretor e Diretor Adjunto.

1.3. As eleições serão realizadas simultaneamente, nas UEs, no dia 29 de novembro de 2014, das 8h às 17h.

1.4. A íntegra deste Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, nos murais das Unidades Escolares e no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br).

1.5. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria

Municipal de Educação, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

Concórdia, SC, 20 de outubro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 56/2014 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 56/2014

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wołoszym Brum de Oliveira, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 24 de outubro de 2014, para o fornecimento de passes para idosos do interior do município, conforme Contrato de Concessão de Exploração nº 9/2014 e 10/2014, em favor da empresa TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA-ME, no valor total estimado total de R\$15.674,40 (quinze mil seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos) e da empresa TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME, no valor total estimado total de R\$13.733,28 (treze mil setecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação



## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Retificação Edital Licitação PP 57/2014

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta

##### ERRATA

Onde lê-se:

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 078/2014.

Pregão Presencial n. 053/2014.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o a contratação de serviço de monitoramento eletrônico nas repartições públicas do município e do fundo municipal de saúde .

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 23/09/2014

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 23/09/2014

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de setembro de 2014.

Leia-se:

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 087/2014.

Pregão Presencial n. 057/2014.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o a contratação de empresa para realização de substituição de telhas e instalação de luminárias no prédio do centro administrativo do município, com fornecimento do material.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 07/11/2014.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 07/11/2014.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 23 de outubro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial FMS Nº 19/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial FMS Nº 19/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR; 3.0 GHZ E CACHE DE 6 MB; PROCESSADOR I5 3A. GERAÇÃO; MEMÓRIA DDR3 SDRAM 4 GBYTES, 1,6 GHZ, DIMM; UNIDADE DE DVD-RW, UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 500 GBYTES; MONITOR DE VÍDEO LED 18 SVGA.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 06/11/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 06/11/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 27 de Setembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 772/14 Dispõe Sobre Ponto Facultativo Na Administração Pública Direta E Autarquia.**

DECRETO Nº 772/14

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO nos Órgãos Públicos Municipais nos dias 22, 23, 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria e Autarquia, e os serviços essenciais que deverão ser mantidos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
08 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Decreto Nº 773/14 Dispõe Sobre Horário Reduzido Nos Dias de Ponto Facultativo E Férias Coletivas Na Administração Pública Direta E Autarquia.**

DECRETO Nº 773/14

DISPÕE SOBRE HORÁRIO REDUZIDO NOS DIAS DE PONTO FACULTATIVO E FÉRIAS COLETIVAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Em virtude do Ponto Facultativo decretado nos dias 22, 23, 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 pelo Decreto 772/2014 e das Férias Coletivas dos servidores municipais entre os dias 02 de janeiro a 01 de fevereiro de 2015, fica declarado que, em tais datas, não haverá paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis à coletividade, sendo que, nestes casos, tais serviços serão prestados em horário reduzido, das 07 horas às 13 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
08 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Portaria Nº 3033/14**

PORTARIA Nº 3033/14

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 3, DA SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 3, da servidora LUANA DANTAS IZIDRO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2977/14 de 18 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
17 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Portaria Nº 3036/14**

PORTARIA Nº 3036/14

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2 DA SERVIDORA JANINHA STAROSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a função gratificada, com denominação de FG - 2, da servidora JANINHA STAROSKY, para responder pela Recepção e Controle de Arquivos, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3037/14**

PORTARIA Nº 3037/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4 A SERVIDORA JANINHA STAROSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida a função gratificada, com denominação de FG - 4, a servidora JANINHA STAROSKY, para responder pela Recepção e Controle de Arquivos, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3038/14**

PORTARIA Nº 3038/14

EXONERA O SR. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO, do cargo de Chefe da Divisão de Cultura, percebendo a remuneração prevista no fator 28 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09, e suas alterações.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3039/14**

PORTARIA Nº 3039/14

NOMEIA O SERVIDOR SR. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, o servidor SR. CLAUDIO AUGUSTO ARAÚJO SILVINO, para ocupar o cargo em comissão de Assessoria de Comunicação Social, percebendo a remuneração prevista no Fator 35, conforme Lei Municipal nº 014/09 suas alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3040/14**

PORTARIA Nº 3040/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. ROSA SIMÕES DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ROSA SIMÕES DE SOUZA, a partir de 01 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, no C.M.E.I. Franz Dorn, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de substituição da funcionária ACT Angela Maria da Silva, que pediu demissão, assim, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3041/14**

PORTARIA Nº 3041/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICO DE ENFERMAGEM ACT, A SRA. AYME KAMILE DIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. AYME KAMILE DIAS, a partir de 01 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnico de Enfermagem ACT, na Unidade de Saúde PSF3, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude da saída de técnica em enfermagem Rubia Oliari e ausência de candidato em concurso público, assim, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria Nº 3042/14**

PORTARIA Nº 3042/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. ELEDIR DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELEDIR DA SILVA, a partir de 01 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, no C.E.I. Bomplandt, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de ausência de profissional habilitado em concurso público e em substituição do funcionário Cristiano Darós, que está afastado, respondendo a processo administrativo, junto à Prefeitura de Corupá, assim, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
20 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 37/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e as empresas Comércio de aviamentos Agulha de Ouro Ltda. EPP e Sport Bikes Comércio de Bicicletas Ltda. ME, com o valor total de R\$ 4.926,90 (Quatro mil novecentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CURSOS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteadó  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 23 de outubro de 2014.  
João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo

### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 69/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CEIS, NUCLEOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 11/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 11/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 24 de Outubro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 257/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 257/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E REATORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS BAIRROS CENTRO, ÁGUA SANTA, BOSQUE, NOSSA SENHORA APARECIDA, GETÚLIO VARGAS E COHAB I, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 07/11/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 10/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 24 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro



**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 44/2014.**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 44/2014.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", objetivando A AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR, NOVO (0 km), COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 PASSAGEIROS + 1, CONFORME EDITAL, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 11/11/2014, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 11/11/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 23 de OUTUBRO de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**Forquilha****PREFEITURA****Aviso de Licitação: Dispensa de Licitação Nº. 199/PMF/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Dispensa de Licitação Nº. 199/PMF/2014.

OBJETIVO: Alienação do bem imóvel: terreno urbano do Loteamento Dal Toé, situado no Centro, neste município e comarca de Forquilha/SC, no lado ímpar da Rua Delfina Arns Steiner, distante 99,20 metros da Rua Adélia Arns Back, com área de 317,44 m<sup>2</sup> (trezentos e dezessete vírgula quarenta e quatro metros quadrados),

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V, Lei Federal nº. 8.666/93. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou [oi.licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:oi.licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 23 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aditivo.573.2014

TERMO ADITIVO Nº 573, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 517/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/5/2014 a 1/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 3/11/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

LUCIANA CORREA BECKER  
Contratado

### Aditivo.574.2014

TERMO ADITIVO Nº 574, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 580/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/7/2014 a 1/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 3/11/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOCELIA CAMARGO DA SILVA  
Contratado

### Aditivo.575.2014

TERMO ADITIVO Nº 575, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 582/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/8/2014 a 3/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JESSICA FERRAZ DE OLIVEIRA  
Contratado

### Aditivo.576.2014

TERMO ADITIVO Nº 576, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 583/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/8/2014 a 3/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARLI SCHABERLE BILIK  
Contratado

### Aditivo.577.2014

TERMO ADITIVO Nº 577, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 584/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/8/2014 a 3/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 3/11/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CINTIA RAMOS  
Contratado



**Aditivo.578.2014**

TERMO ADITIVO Nº 578, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 595/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 6/8/2014 a 3/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOELMA VICENTINA DOS SANTOS  
Contratado

**Aditivo.579.2014**

TERMO ADITIVO Nº 579, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 605/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 25/8/2014 a 24/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOSE CICERO FERREIRA DE CARVALHO  
Contratado

**Aditivo.580.2014**

TERMO ADITIVO Nº 580, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 556/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/6/2014 a 28/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

CAMILA RODRIGUES NATALIO  
Contratado

**Aditivo.581.2014**

TERMO ADITIVO Nº 581, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 600/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/8/2014 a 1/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 29 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JESSICA BATISTA  
Contratado

**Aditivo.582.2014**

TERMO ADITIVO Nº 582, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 622/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/9/2014 a 15/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

LANA OLIVEIRA DA SILVA  
Contratado

**Aditivo.583.2014**

TERMO ADITIVO Nº 583, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 394/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA  
Contratado

**Aditivo.584.2014**

TERMO ADITIVO Nº 584, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 708/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/12/2013 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANTONIO NAZARIO  
Contratado

**Aditivo.585.2014**

TERMO ADITIVO Nº 585, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 393/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/2/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANTONIO LUIZ BLEICHVHL  
Contratado

**Aditivo.586.2014**

TERMO ADITIVO Nº 586, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 703/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/12/2013 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

PEDRO ARCANGELO PEREIRA  
Contratado

**Aditivo.587.2014**

TERMO ADITIVO Nº 587, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 701/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/12/2013 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ARCELINO SANTIAGO  
Contratado

**Aditivo.588.2014**

TERMO ADITIVO Nº 588, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 389/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/2/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ADILSE ELEODORO ALVES  
Contratado

**Aditivo.589.2014**

TERMO ADITIVO Nº 589, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 413/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 6/3/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ATANIR SCHISSI  
Contratado

**Aditivo.590.2014**

TERMO ADITIVO Nº 590, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 698/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/11/2013 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA  
Contratado

**Aditivo.591.2014**

TERMO ADITIVO Nº 591, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 606/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 25/8/2014 a 24/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 22 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

MARCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA  
Contratado

**Aditivo.592.2014**

TERMO ADITIVO Nº 592, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 548/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/6/2014 a 31/10/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 22 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS  
Contratado

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0134/2014-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0134/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços na recuperação da controladora do motor de passo da Escavadeira Hidráulica PC 150 nº 290. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 07.11.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 24 de outubro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1963/2014**

PORTARIA Nº 1.963, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ANDRÉA PUHL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.703.289-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1964/2014**

PORTARIA Nº 1.964, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 1.120, de 11 de junho de 2014, que concedeu à servidora ANDREA APARECIDA CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 918.670.029-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICOPEDAGOGO, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada FGM - Diretor da Coordenação Escolar, a partir de 24 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1965/2014**

PORTARIA Nº 1.965, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 01246/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 01 de novembro 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1966/2014**

PORTARIA N.º 1.966, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01249/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BEATRIZ APARECIDA GOMES DOMINSKI RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 072.540.499-03, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**LEI Nº 2263/2014**

LEI Nº 2263, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas para a concessão dos serviços funerários do Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Os serviços funerários no Município de Fraiburgo têm caráter público e essencial, podendo ser delegados pelo Poder Executivo à iniciativa privada através de concessão mediante prévia licitação, e reger-se-á por esta Lei, Decretos, Portarias, Resoluções e demais atos normativos expedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º. O prazo de duração da concessão será de 10 (dez) anos nas condições previstas no respectivo contrato.

§ 2º. A concessão é intransferível sob qualquer hipótese.

§ 3º. O serviço funerário no Município de Fraiburgo será prestado conforme o número de habitantes na seguinte proporção:

I - até 15.000 (quinze mil) habitantes, 01 (uma) empresa funerária;

II - até 30.000 (trinta mil) habitantes, 02 (duas) empresas funerárias;

III - até 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, 03 (três) empresas funerárias.

§ 4º. O processo licitatório para concessão do serviço funerário deverá condicionar a empresa vencedora ao pagamento de valores para cobrir gastos destinados exclusivamente ao serviço de coveiro, conforme definido no respectivo edital.

Art. 3º. Os serviços funerários compreendem as seguintes atividades:

I - Venda de ataúdes;

II - Transporte de cadáveres;

III - Aluguel de altares e mesas;

IV - Locação de banquetas, castiçais, velas e paramentos afins;

V - Obtenção de certidão de óbito e documentos para funerais;

VI - Preparação de cadáveres, com realização de tanatopraxia;

VII - Confeção de coroas de flores;

VIII - Ornamentação de flores sobre o cadáver;

IX - Exumação e transporte de cadáveres humanos.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal regulamentará, através da edição de Decreto Municipal, a forma de execução do serviço funerário, definindo e fiscalizando outros serviços considerados como facultativos, que poderão, também, ser prestados pelas empresas às quais, na forma do art. 2º desta lei, foi delegada a execução do serviço funerário.

§ 2º. Os serviços descritos no inciso VII deste artigo não terão caráter de exclusividade.

Art. 4º. Mediante comprovação do munícipe que contribua com seguro funeral e assemelhados, será facultado, às empresas conveniadas, realizarem o sepultamento e fazerem traslados no Município de Fraiburgo.

Art. 5º. As empresas funerárias sediadas em outra localidade somente poderão executar o sepultamento em outra localidade e somente poderão executar o serviço funerário no Município de Fraiburgo nas seguintes situações:

I - quando o óbito tenha ocorrido em Fraiburgo e a família opte por efetuar o sepultamento em outra localidade, desde que a funerária seja do local onde será efetuado o sepultamento, comprovando mediante documentação hábil.

II - quando o óbito ocorrer em outro município e a família optar pelo sepultamento em Fraiburgo com prévia autorização da Secretaria de Finanças;

Parágrafo Único. As funerárias de outros municípios deverão apresentar toda documentação necessária para a sua perfeita identificação, bem como dos seus funcionários.



Art. 6º. A transladação de corpos para sepultamento em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal de todos os serviços efetivamente prestados e autorização da Secretaria de Finanças.

§ 1º. O transporte de corpos dentro do Município de Fraiburgo será feito somente por meio de veículos fúnebres devidamente autorizados e veículos do Instituto Médico Legal, no exercício de suas atividades.

§ 2º. Quando o corpo for trasladado para município localizado a uma distância superior a 250 Km (duzentos e cinquenta quilômetros) exigir-se-á sua devida preparação visando a assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais e de saúde.

§ 3º. Nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as normas procedimentais específicas.

Art. 7º. Para os efeitos desta lei, usuário do serviço funerário é o familiar da pessoa falecida ou seu representante legalmente constituído, desde que, em qualquer das circunstâncias, encontre-se em pleno exercício de sua capacidade civil.

Parágrafo Único. Fica proibida a representação do usuário junto à Secretaria de Finanças por pessoas que possuam vinculação societária ou funcional com empresas do serviço funerário, bem como com empresas que realizam atividades de seguro funeral ou a estas assemelhadas, podendo, no entanto, o usuário, ser assistido e acompanhado perante o Setor de Fiscalização por qualquer pessoa.

Art. 8º. Constituem direitos do usuário do serviço funerário:

I - receber o serviço adequado.

II - receber informações relativas aos serviços funerários e sua forma de execução;

III - exercer o direito de petição perante o Poder Público e as empresas autorizadas prestadoras do serviço quando existentes;

IV - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis;

V - garantir a oferta dos diversos padrões de produtos e material;

Parágrafo Único. Serviço adequado, para os fins desta lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 9º. São obrigações do usuário:

I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços;

II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes em quaisquer esferas de Governo para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;

III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos.

Art. 10. Os serviços funerários terão tipos, padrões e preços aprovados pela concedente.

§ 1º. Os preços dos serviços referidos no caput deste artigo são fixados pela concedente através de Decreto do Executivo, de acordo com os valores constantes da proposta vencedora da licitação e preservados pelas regras de revisão previstas na Lei Federal n. 8987 de 13 de fevereiro de 1995 e no Edital.

§ 2º. Os artefatos funerários adquiridos para revender serão obrigatoriamente adaptados à tabela de preços fixada por Decreto, independentemente da denominação pela qual tenham sido adquiridos junto aos fabricantes.

§ 3º. Constituir-se-á em infração a presente Lei a prática de preços superiores aos permitidos.

§ 4º. Na reincidência da prática de preços superiores aos permitidos, a infratora perderá a concessão.

§ 5º. As mercadorias adquiridas com denominação diversa da existente no Decreto, para efeitos de revenda e estipulação de

preços, serão classificadas por analogia dentro do padrão e categorias lá descritos.

§ 6º. Para atendimento aos usuários, as concessionárias manterão uma Central de Luto do Serviço Funerário, em período de 24 horas, de forma ininterrupta, com fiscalização permanente do poder público municipal através da unidade administrativa competente, com o objetivo de sistematizar a divisão equitativa, em forma de rodízio, do número de atendimento entre todas as empresas.

§ 7º. O funcionamento do rodízio e os demais itens relativos à Central de Luto do Serviço Funerário serão estabelecidos em regulamento por ato do Poder Executivo.

§ 8º. Todos os serviços na Central de Luto do Serviço Funerário serão informatizados, às custas das concessionárias, gerando relatórios mensais a serem encaminhados ao concedente.

§ 9º. É obrigação da empresa concessionária manter estoque de todos os tipos de funerais previstos no Decreto e a falta de qualquer um deles obrigará a concessionária a fornecer o funeral de preço superior pelo mesmo preço do produto faltante, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 14, desta Lei.

Art. 11. Com o objetivo de permitir a fiscalização dos preços praticados, as concessionárias fornecerão mensalmente à concedente cópias das notas fiscais emitidas referentes aos serviços prestados.

Parágrafo Único. É de competência da Secretaria Municipal de Finanças a fiscalização de todo o serviço funerário municipal previsto nesta Lei.

Art. 12. É expressamente proibido, no território do Município de Fraiburgo, acobertar, remunerar ou agenciar funerais.

Art. 13. Constituem obrigações das concessionárias:

I - Sujeitar-se às normas e aos regulamentos expedidos pelo Executivo Municipal e à fiscalização dos serviços prestados;

II - Assegurar aos agentes fiscalizadores do município o livre acesso às funerárias e ao complexo funerário;

III - Manter os documentos contábeis e despesas operacionais à disposição da concedente;

IV - Manter instalações adequadas ao fornecimento dos serviços no município;

V - Cumprir as ordens de serviço expedidas pela concedente;

VI - Prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal de Ação Social, não tiver condições financeiras para suportar as despesas com o sepultamento de restos humanos resultantes de intervenções cirúrgicas, na forma do regulamento desta Lei;

VII - Oferecer o serviço de tanatopraxia para o preparo do corpo, exercido por profissional legalmente habilitado, mediante pagamento respectivo, às expensas da concessionária;

VIII - Manter estoques com todos os tipos de ataúdes previstos no regulamento.

§ 1º. Os serviços gratuitos referidos no inciso VI deste artigo serão prestados pelo mesmo sistema de rodízio previsto para o serviço oneroso.

§ 2º. Cada concessionária fica obrigada a construir uma capela mortuária, como forma de compensação financeira pela concessão, em local a ser indicado pela Administração Pública, conforme a necessidade e demanda da população, sujeitando-se as regras de construção estabelecidas em legislação própria.

Art. 14. O Poder Público Municipal, quando da inobservância das obrigações e deveres previstos nesta Lei e em atos regulamentares, aplicará aos infratores, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas, de acordo com a natureza leve, grave ou gravíssima da infração:

I - A qualquer infrator, pessoa física ou jurídica:

a) advertência por escrito em que o infrator será notificado para

fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa, a qual será sucessivamente dobrada a cada infração, independentemente de outras sanções previstas nesta lei;

b) apreensão e perda em favor da municipalidade de artigos e materiais utilizados pelos infratores;

c) multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

II - Às empresas prestadoras do serviço funerário Municipal, quando existentes:

a) advertência por escrito em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa, a qual será sucessivamente dobrada a cada infração, independentemente de outras sanções previstas nesta Lei;

b) suspensão da atividade até correção da irregularidade;

c) aplicação de multas de até 40 (quarenta) UFM's, definidas em Decreto;

d) rescisão do contrato ou cassação do ato de permissão ou concessão da empresa prestadora do serviço funerário.

Art. 15. O município, ao tomar ciência de qualquer infração, promoverá sua apuração, mediante processo administrativo próprio, assegurado o princípio da ampla defesa que será instruído no mínimo com os seguintes elementos:

I - cópia do auto de infração com relatório circunstanciado da situação verificada;

II - cópia da notificação, indicando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa pelo infrator.

Art. 16. Ao infrator, punido na forma do art. 12 desta Lei, assiste o direito de interpor recurso, dirigido ao Secretário de Finanças, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação das penalidades aplicadas.

§ 1º. Os bens apreendidos nos termos do inciso I, letra "b", do art. 12 desta Lei, serão devidamente discriminados em termo de apreensão constante do auto de infração e somente serão devolvidos na hipótese de ser provido o recurso interposto pelo infrator.

§ 2º. A função descrita no caput deste artigo poderá ser desempenhada pelo setor de fiscalização e tributos.

Art. 17. Se indeferido o apelo previsto no artigo anterior, poderá ser interposto, em última instância, recurso ao Chefe do Poder Executivo, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação do indeferimento do primeiro, mediante apresentação de comprovante de recolhimento da multa quando aplicada, isolada ou cumulativamente.

Art. 18. As multas deverão ser pagas pelo infrator no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ciência da notificação prevista no art. 13 ou indeferimento do recurso previsto no art. 14, ambos desta Lei. Parágrafo Único. Findo esse prazo sem recolhimento, será determinada a remessa do Processo Administrativo para inscrição do débito em dívida ativa, sem prejuízo da instauração de outras medidas eventualmente cabíveis.

Art. 19. Na observância da contagem dos prazos previstos nesta lei, será considerado como prazo inicial (termo) o primeiro dia útil subsequente ao da ciência do ato.

Art. 20. O Instituto Médico Legal, as instituições de saúde e entidades afins instaladas no município, por seus representantes legais, funcionários ou contratados, deverão obrigatoriamente possuir registro próprio do óbito verificado em seu estabelecimento, bem como orientar e encaminhar os familiares enlutados ou representantes legais ao Serviço Funerário Municipal.

Art. 21. O Poder Executivo poderá instituir, através de Decreto, Conselho específico, para o qual será transferida a competência para administração dos serviços funerários municipais.

Parágrafo Único. As atuais autorizações, a título precário, para

funcionamento de empresas funerárias cessam de pleno direito tão logo a vencedora do processo licitatório inicie a prestação de serviços.

Art. 22. Fica expressamente revogada a Lei municipal n. 1935, de 14 de dezembro de 2007, com manutenção dos seus efeitos até a efetivação das concessões, e revogadas as disposições em contrário.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 23 DE OUTUBRO De 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0270/2014**

**DECRETO Nº. 0270, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0034, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0034 de 01 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0034 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (feminino)**

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	106	MARIA JOSÉ DO AMARAL DE OLIVEIRA	17	0	6	1	NÃO	21/9/1960
2	128	SALETE APARECIDA TEDESCO	16	2	6	2	NÃO	8/12/1976
3	116	EDIT DE OLIVEIRA PONTES	16	2	6	0	NÃO	18/10/1963
4	95	LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA	15	0	6	2	NÃO	4/7/1984
5	112	JANETE ANTUNES BENTA ALVES	12	2	6	0	NÃO	16/8/1957
6	113	MARIA ELIZETE WALTER	12	2	1	1	NÃO	8/8/1977
7	58	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR	11	2	4	2	NÃO	25/1/1985
8	117	MARIZETE DOS SANTOS	11	2	3	2	NÃO	6/3/1979
9	143	TEREZINHA DE OLIVEIRA VIDAL	11	2	0	1	NÃO	11/11/1974
10	57	ROSA PIRES DE SOUZA FELISBINO	10	0	2	0	NÃO	10/4/1970
11	37	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA	9	2	3	0	NÃO	29/9/1964
12	96	VERA LUCIA PEREIRA	9	2	3	0	NÃO	6/2/1967
13	101	JULIANA TOMAZ DE SANTIAGO	9	2	1	1	NÃO	14/10/1992
14	55	SOLANGE FONTOURA LEMES	9	0	4	6	NÃO	4/3/1979
15	51	LUCILENE DOS SANTOS	9	0	3	2	NÃO	11/6/1985
16	10	ELIZANGELA RODRIGUES DE SOUZA DOS SANTOS	9	0	1	4	NÃO	14/4/1985
17	4	JOSEANE APARECIDA FERREIRA	9	0	1	1	NÃO	6/9/1980
18	120	TEREZINHA RIBEIRO DE SOUZA	9	0	0	0	NÃO	17/8/1972
19	133	EDINEIA TEODORO GONÇALVES DE ARAUJO	9	0	0	0	NÃO	5/6/1995
20	105	JOCINEIA DA SILVA PEREIRA	8	0	1	1	NÃO	16/9/1987
21	17	EDIMARA PEREIRA BORBA	8	0	1	1	NÃO	5/5/1991
22	135	JESSICA MUSSOLIN	8	0	0	2	NÃO	10/8/1991

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 3



23	111	LORENI DE ALMEIDA	7	2	1	2	NÃO	12/5/1973
24	61	DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS	7	2	1	2	NÃO	15/12/1980
25	35	GESSI FERREIRA	7	2	0	0	NÃO	25/6/1973
26	42	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	7	0	2	2	NÃO	9/3/1984
27	74	DORACY CAMPOLIM DOS SANTOS	7	0	2	1	NÃO	15/1/1965
28	11	IVONETE TEREZINHA PAGANINI	7	0	2	1	NÃO	5/9/1973
29	19	MÁRCIA TEREZINHA HUNING	7	0	1	1	NÃO	10/2/1987
30	66	MARIA ROSELI DE GOEIS KUHN	7	0	1	0	NÃO	22/8/1962
31	41	MARLI CARDOSO PADILHA	7	0	1	0	NÃO	28/8/1975
32	129	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	7	0	0	4	NÃO	14/2/1978
33	44	MARCIA DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA	7	0	0	3	NÃO	13/5/1980
34	70	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO	6	2	2	1	NÃO	23/5/1962
35	78	MARILUCI DE OLIVEIRA	6	2	1	3	NÃO	17/7/1981
36	146	MARIANE CLAUDIA GARIPUNA	6	2	0	2	NÃO	17/3/1988
37	123	FATIMA APARECIDA DAVE	6	0	2	4	NÃO	30/5/1979
38	63	CELIA ALVES	6	0	2	3	NÃO	28/10/1986
39	34	MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA	6	0	2	0	NÃO	2/9/1957
40	56	LUCIMARA DE MELLO GOETTEN	6	0	1	0	NÃO	6/7/1979
41	22	JANETE CORTE	6	0	0	1	NÃO	27/2/1984
42	40	JULIANA DOS SANTOS	6	0	0	0	NÃO	30/3/1982
43	62	SIMONE FERREIRA DA CRUZ	5	0	1	2	NÃO	29/4/1986
44	139	DANIELA VANESSA LEANDRO	5	0	1	1	NÃO	23/6/1992
45	104	ADRIANA FERREIRA MARTINS	5	0	0	2	NÃO	15/8/1988
46	108	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	5	0	0	0	NÃO	23/12/1970
47	92	JANIZERA APARECIDA DE CORDUVA	4	0	2	0	NÃO	13/1/1974
48	45	EDIR TEREZINHA NEUHOZ	4	0	1	3	NÃO	21/12/1973
49	118	JULIANE DIAS DE OLIVEIRA MELLO	4	0	0	2	NÃO	13/7/1981
50	49	JOSMARINE DE FATIMA LACERDA	4	0	0	2	NÃO	21/8/1982
51	83	LUCIANA SILVEIRA	4	0	0	1	NÃO	16/10/1975
52	87	LENITA ANA DS SANTOS	4	0	0	1	NÃO	12/1/1976
53	137	CLAUDETE RODRIGUES DE MATIAS	4	0	0	1	NÃO	24/5/1984
54	20	MARGARETH DE FÁTIMA ROSA	4	0	0	0	NÃO	15/10/1964
55	1	FRANCELI GONCALVES RODRIGUES	4	0	0	0	NÃO	11/7/1988
56	122	JANICE DE FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS	3	2	1	3	NÃO	20/11/1976
57	102	ZELINDA DA SILVA RIBEIRO	3	2	0	0	NÃO	8/1/1963
58	67	ROSELI DOS ANJOS RODRIGUES	3	0	2	0	NÃO	1/10/1971
59	119	GISLANE MUSSOLIN PEREIRA	3	0	1	2	NÃO	29/3/1985

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 2 de 3

60	15	KATIA PINHEIRO DE OLIVEIRA	3	0	1	2	NÃO	28/5/1988
61	107	NOELI RICHTER DE SOUZA	3	0	1	1	NÃO	3/10/1973
62	59	CLAUDIA DE FATIMA MACIEL	3	0	1	1	NÃO	5/3/1980
63	36	TATIANE FLECK	3	0	1	1	NÃO	15/12/1989
64	134	SALETE RAYZER DA CRUZ DE CORDOVAS	2	0	2	1	NÃO	24/8/1969
65	103	BERENICE CONRADI DOS SANTOS	2	0	2	1	NÃO	30/11/1970
66	28	MARISETE MEDEIROS	2	0	2	0	NÃO	7/9/1968
67	30	MARCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA	2	0	0	3	NÃO	11/1/1987
68	73	RAQUEL VALER LOPES	2	0	0	2	NÃO	2/2/1983
69	39	JULIANA MARTINS CHAVES	2	0	0	2	NÃO	9/11/1990
70	52	ELAINE PAZ MAURICIO	2	0	0	1	NÃO	18/8/1996
71	38	LUANA CRISTINA DA CRUZ	2	0	0	1	NÃO	28/5/1997
72	12	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	2	0	0	0	NÃO	31/7/1985
73	64	SIZA DE FÁTIMA RIBEIRO	1	0	1	3	NÃO	15/5/1985
74	60	ANDREIA FERREIRA	1	0	1	2	NÃO	26/9/1980
75	25	TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO	1	0	1	2	NÃO	30/11/1980
76	18	CELIA MARIA PIRES DE LIMA	1	0	0	1	NÃO	19/1/1979
77	79	SILVIA PALHANO RIBEIRO	0	0	0	4	NÃO	2/7/1981
78	86	NILSEIA RODRIGUES DA SILVA	0	0	0	4	NÃO	9/11/1984
79	7	JANEITE MOREIRA DOS SANTOS FOSCARINI	0	0	0	2	NÃO	4/4/1973
80	90	IVETE DE OLIVEIRA	0	0	0	2	NÃO	17/1/1975
81	99	NEIDI DIS SANTOS PAGANINI	0	0	0	2	NÃO	20/9/1976
82	89	EDNA FATIMA GOMES DE OLIVEIRA	0	0	0	2	NÃO	31/10/1982
83	82	ADRIANA APARECIDA RODRIGUES	0	0	0	2	NÃO	16/10/1983
84	75	PATRICIA NAZÁRIO	0	0	0	2	NÃO	17/4/1987
85	8	CLAUDINEIA DE OLIVEIRA	0	0	0	2	NÃO	18/5/1987
86	53	NEUZA MARIA FERREIRA	0	0	0	1	NÃO	2/10/1967
87	121	CLEONICE FERREIRA	0	0	0	1	NÃO	12/10/1986
88	43	SOLANGE COSTA DOS SANTOS	0	0	0	1	NÃO	10/6/1989
89	32	MARIA OTÍLIA PALHANO	0	0	0	0	NÃO	7/10/1956
90	136	CLEUSA DIAS DE OLIVEIRA	0	0	0	0	NÃO	3/5/1957
91	65	MARIA JOSÉ DE LIMA	0	0	0	0	NÃO	19/3/1967
92	26	CATARINA BERNABE DE OLIVEIRA	0	0	0	0	NÃO	7/1/1968
93	9	DEVANIR DE FÁTIMA ANDREIS	0	0	0	0	NÃO	16/10/1974
94	23	IVONILDE FATIMA PAGANINI	0	0	0	0	NÃO	7/6/1978

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 3 de 3



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0034 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Agente de Serviços Ger Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 2 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Agente de Serviços Gerais (masculino)

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	OTÁVIO HENRIQUE CORRÊA DE JESUS	9	0	0	0	NÃO	11/9/1994
2	3	JOÃO MARIA DIAS DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	1/11/1969
3	2	ADILSON PEREIRA	0	0	0	0	NÃO	22/5/1972



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0034 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Auxiliar de Alimentação Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 3 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino)

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	48	NOELI PRATES SILVEIRA	28	10	6	0	NÃO	6/9/1959
2	16	JACIRA DOS SANTOS	22	10	2	2	NÃO	27/9/1977
3	91	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES	22	10	1	3	NÃO	30/6/1988
4	93	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	22	10	1	2	NÃO	4/9/1974
5	100	ELIDIOMARA DE MORAIS	21	8	3	1	NÃO	5/5/1984
6	80	URIA IRIA BECKEMBACH DOS SANTOS	20	10	6	0	NÃO	2/7/1958
7	27	JOSIELE DE FÁTIMA GOIS RODRIGUES	17	10	2	0	NÃO	20/8/1982
8	50	SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL	17	8	0	1	NÃO	25/1/1964
9	98	SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUÍNO	17	2	1	0	NÃO	27/8/1992
10	125	MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS	16	8	2	0	NÃO	27/8/1962
11	54	CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI	16	2	6	0	NÃO	5/9/1963
12	144	VANESA FÁTIMA CHAVES FELIX	14	10	0	1	NÃO	2/11/1990
13	109	NICELI GOMES SCOLARO	14	2	3	0	NÃO	5/7/1952
14	140	LUANA APARECIDA DOS SANTOS	13	2	2	2	NÃO	12/6/1983
15	46	ROSANE MARIA GRAFF	13	2	2	0	NÃO	29/11/1973
16	94	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	13	2	2	0	NÃO	14/6/1988
17	77	TEREZINHA THIBES DE SOUZA	12	2	4	0	NÃO	23/10/1956
18	24	VERA LÚCIA SANTIAGO	11	2	6	0	NÃO	5/7/1957
19	147	OLIVETE MARIZE FUNK	11	2	1	2	NÃO	23/8/1983
20	127	JUCILENIMONTANARI	11	2	1	0	NÃO	15/9/1973
21	69	JOSIANE DOS SANTOS	10	10	0	3	NÃO	25/8/1983
22	110	MARGARETE DA SILVA MACHADO	10	2	3	1	NÃO	14/8/1968

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 2

23	71	ALINE JISSELA ROSA	10	2	2	2	NÃO	8/8/1977
24	138	MARCIA TORRI	10	2	2	0	NÃO	26/11/1967
25	88	JOSEANE DE FÁTIMA DA ROSA	10	2	1	1	NÃO	1/5/1980
26	130	LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA	10	2	1	1	NÃO	14/4/1985
27	6	TAMARA BALTEZAN FERREIRA	10	0	1	1	NÃO	19/3/1982
28	84	CLAUDIA ADRIANA MELO DE ALMEIDA	9	2	2	1	NÃO	30/8/1973
29	131	CILCE LARIÊTE MELLO CORDEIRO	9	2	1	1	NÃO	29/6/1987
30	132	LUCIANA APARECIDA ANDREIS	8	2	1	1	NÃO	28/3/1983
31	81	MARILENE MOREIRA	8	0	1	1	NÃO	23/10/1970
32	97	ROSELI FATIMA DOS SANTOS	7	2	2	1	NÃO	15/10/1965
33	115	JANICE DE FÁTIMA ZANCANARO	7	2	2	0	NÃO	18/1/1961
34	124	CLENIR GONZAGA	7	0	0	1	NÃO	5/12/1984
35	5	MARIA ANGELA TOMIM	6	2	2	1	NÃO	11/3/1979
36	85	NEUZA RODRIGUES RICARDO	6	2	1	0	NÃO	8/8/1958
37	47	IZALINA SANTOS FIGUEIREDO DO AMARAL	6	2	1	0	NÃO	20/8/1967
38	31	OSNIRA RIBEIRO FURTADO	6	2	0	1	NÃO	4/4/1962
39	141	LAURA BOTTCHER	6	0	1	0	NÃO	14/2/1964
40	14	FRANCILIANE APARECIDA PEDROSO	5	0	0	1	NÃO	8/10/1987
41	13	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES	5	0	0	1	NÃO	1/9/1994
42	114	JANE TE DOMINGUES GOMES DA SILVA	4	2	2	2	NÃO	23/9/1970
43	29	ANA CRISTINA DE SOUZA FOGAÇA	4	0	2	1	NÃO	26/10/1974
44	68	JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA	4	0	1	2	NÃO	7/12/1974
45	142	ELIANE DA SILVA FERREIRA	4	0	0	2	NÃO	15/9/1972
46	33	MARIA CLEANE DA SILVA ANDRADE	4	0	0	2	NÃO	11/5/1988
47	145	DANIELI DA SILVA PAZ MAURICIO	4	0	0	1	NÃO	8/5/1994
48	76	DENIR CORREA DE FIGUEIREDO	3	2	0	1	NÃO	22/2/1963
49	21	ROSANGELA APARECIDA SILVANO	2	0	0	3	NÃO	24/8/1980
50	126	LURDES DE OLIVEIRA DE ABREU	0	0	0	0	NÃO	30/6/1957
51	148	NELCI FATIMA RIBEIRO	0	0	0	0	NÃO	29/11/1975

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 2 de 2

**Decreto Nº 0271/2014**

**DECRETO Nº. 0271, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0033, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0033 de 01 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0033 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	23	10	5	3	0	NÃO	24/5/1966
2	13	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	21	10	5	2	0	NÃO	24/9/1985
3	3	SIMONE CONTE	21	10	5	2	0	NÃO	9/4/1986
4	10	KARINE CAMPAGNARO MATIAS	21	10	5	2	0	NÃO	29/4/1987
5	12	ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	21	10	5	1	1	NÃO	3/11/1980
6	9	ELISÂNGELA APARECIDA JAEGER	15	10	5	0	0	NÃO	22/6/1976
7	14	MALARA DE CÁSSIA BOLZANI	14	10	4	0	0	NÃO	24/3/1990
8	15	HEIDI APARECIDA DE BARROS	13	10	2	1	0	NÃO	4/3/1987
9	6	JESSICA CESCO	6	0	5	1	0	NÃO	24/8/1991
10	7	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA	5	0	5	0	0	NÃO	20/3/1990
11	2	ELIANE INES TENCONI BORGES	3	0	3	0	1	NÃO	28/9/1972
12	1	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	2	0	2	0	0	NÃO	4/1/1991



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0033 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Coordenador Pedagógico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Coordenador Pedagógico**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	11	AYDIR FÁTIMA BALVEDI	19	10	5	4	0	NÃO	19/11/1966
2	4	CILA ZONTA MARTINS	16	10	5	1	0	SIM	9/2/1964
3	5	ILUIR TIBES DOS SANTOS	15	10	5	0	1	NÃO	9/2/1982

terça-feira, 2 de janeiro de 1900

Página 1 de 1

**Decreto Nº 0272/2014**

**DECRETO Nº. 0272, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0032, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0032 de 01 de setembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** O código 24 deixou de ser divulgado por não haver inscritos.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: - Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: -

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	195	MARCIA EULINA LUCIANO	22	4	5	6	NÃO	5/1/1970
2	117	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMKIEWICZ	21	6	5	4	NÃO	4/1/1979
3	255	LUCI DOS SANTOS	21	6	5	3	NÃO	9/12/1974
4	1	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE	21	6	5	3	NÃO	30/7/1981
5	247	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	20	6	5	6	NÃO	31/1/1975
6	87	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	19	6	5	4	NÃO	22/6/1966
7	7	ELENICE MELLO PHILIPPUS	17	6	5	2	NÃO	10/7/1982
8	36	IVANIR BENKE	17	4	5	2	NÃO	4/4/1973
9	201	NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA	16	6	5	3	NÃO	14/3/1963
10	90	JOCELI DE SOUZA	16	6	5	3	NÃO	23/6/1982
11	123	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	16	6	5	2	NÃO	21/9/1957
12	51	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	16	6	5	2	NÃO	25/5/1963
13	103	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	16	6	5	1	NÃO	25/12/1972
14	147	RITA PRATES RIBEIRO	16	6	5	0	NÃO	7/7/1978
15	12	MARILI APARECIDA DO PRADO	16	6	5	0	NÃO	2/11/1981
16	111	GIANE COELHO DE ALMEIDA	15	6	5	4	NÃO	23/10/1973
17	33	VANESSA BRANDT	15	6	5	1	NÃO	7/5/1982
18	182	ROSANGELA DORNELLES	15	4	5	2	NÃO	26/9/1981
19	288	EDIANE MOLIM BITENCOURT	15	4	5	1	NÃO	19/11/1989
20	109	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	14	6	5	3	NÃO	12/4/1964
21	140	ELIZIANE ANDRADE BARRETTI	14	6	5	3	NÃO	16/8/1978
22	231	ANA CLAUDIA RIBEIRO	14	6	5	3	NÃO	10/2/1982

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 3



23	139	NANDINE DE FATIMA GUEDES	14	6	5	2	NÃO	19/7/1976
24	11	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	14	6	5	0	NÃO	22/2/1989
25	281	ROZENIDE FATIMA GAIO	14	4	5	3	NÃO	4/11/1968
26	244	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	14	4	5	3	NÃO	22/8/1969
27	34	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	14	4	5	3	NÃO	15/2/1973
28	121	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	14	4	5	1	NÃO	7/2/1971
29	248	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	14	4	5	1	NÃO	5/10/1984
30	80	FABIANA TELLE	14	4	5	1	NÃO	21/2/1989
31	19	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	13	6	5	2	NÃO	23/11/1969
32	114	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13	6	5	2	NÃO	20/3/1973
33	76	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13	6	5	2	NÃO	22/6/1981
34	204	JACINTA PEREIRA	13	6	5	2	NÃO	21/7/1983
35	268	FABIANA DE FREITAS	13	6	5	0	NÃO	23/8/1980
36	272	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	13	6	1	4	NÃO	13/8/1979
37	38	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	13	4	5	2	NÃO	9/4/1965
38	82	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13	4	5	2	NÃO	30/10/1979
39	249	ROSALINA MUNIZ	13	4	5	1	NÃO	31/10/1965
40	145	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	13	4	5	1	NÃO	13/11/1979
41	39	DIANE DINO DOS SANTOS PRADO	13	4	5	0	NÃO	23/7/1981
42	25	KELLY MORAES ANTUNES	13	4	5	0	NÃO	19/2/1989
43	107	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA	13	4	1	3	NÃO	6/8/1983
44	100	RENICE PRATES	12	6	5	1	NÃO	19/8/1979
45	29	JACIRA KERVALD REZZADORI	12	4	5	3	NÃO	22/1/1964
46	221	FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS	12	4	5	1	NÃO	11/2/1987
47	27	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	12	0	5	2	NÃO	9/9/1971
48	185	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	12	0	5	1	NÃO	3/2/1980
49	74	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	12	0	5	0	NÃO	19/9/1977
50	129	ANA CAROLINI GOMES VANZ	11	4	5	2	NÃO	13/1986
51	6	GRAZIELE BOGO	11	4	5	2	NÃO	7/11/1988
52	186	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	11	4	5	1	NÃO	14/11/1974
53	46	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	11	4	5	0	NÃO	27/6/1979
54	35	MARLI APARECIDA DA ROSA	10	4	5	1	NÃO	27/1970
55	192	MARLENE PEREIRA	10	4	5	1	NÃO	21/3/1971
56	59	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	10	4	5	1	NÃO	17/3/1983
57	30	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	10	4	5	1	NÃO	17/4/1984
58	308	ANDREIA RINALDI	10	4	5	1	NÃO	13/4/1986
59	173	MARISA RODRIGUES	10	0	5	1	NÃO	5/11/1966

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 2 de 3

60	188	LUCIANE GERLACH DE MORAES	10	0	5	0	NÃO	14/12/1985
61	162	SALETE IVANIR MAITELI DE OLIVEIRA	9	6	1	0	NÃO	20/8/1958
62	223	NEUSA TERESINHA TREI	9	4	5	0	NÃO	1/3/1959
63	44	GEISA KARINE SOLIGO	9	4	5	0	NÃO	5/2/1986
64	229	CRISTIANE MICHELON	9	4	0	0	NÃO	28/3/1987
65	155	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	9	0	5	0	NÃO	30/5/1977
66	58	LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA	9	0	5	0	NÃO	24/1/1991
67	119	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	8	0	5	0	NÃO	28/4/1979
68	18	DILCE ZAGO DA SILVA	7	0	5	2	NÃO	11/1/1969
69	112	NILSEIA APARECIDA LEMOS	7	0	5	2	NÃO	21/11/1976
70	75	DEJANIRA MOREIRA	7	0	5	1	NÃO	8/9/1984
71	120	ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES	7	0	2	1	NÃO	12/5/1991
72	101	EVELIZE CRISTINA GARCIA	7	0	2	0	NÃO	7/7/1990
73	42	NEIVA DÓRIS BARTEL	6	0	5	1	NÃO	23/5/1967
74	169	SABRINA VERONA	6	0	5	1	NÃO	8/7/1988
75	267	MARILZA BILIK	6	0	4	0	NÃO	23/5/1985
76	289	TACIANA BOGO	5	0	5	0	NÃO	20/3/1990
77	326	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	5	0	3	0	NÃO	14/9/1982
78	245	KÁTIA FRANCIELLE FELTRIN	4	4	0	0	NÃO	26/3/1989
79	254	FRANCIELE BUENO SCOPEL PAVARIN	4	0	2	2	NÃO	11/5/1978
80	297	CLAIR DA FONSECA	3	0	0	1	NÃO	4/9/1983
81	40	rita de cassia simões	3	0	0	0	NÃO	31/5/1988
82	260	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	2	0	0	2	NÃO	23/11/1985
83	136	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI	1	0	1	0	NÃO	12/7/1967
84	161	DANIELA DE BAIRROS CERON DE MERA	1	0	0	1	NÃO	25/1/1981
85	143	SILMARA APARECIDA OLIVIO BARBOSA	0	0	0	0	NÃO	27/9/1982
86	315	SUSAN CORRÊA	0	0	0	0	NÃO	3/1/1988

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 3 de 3





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

*Critérios de Desempate*

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	72	GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE	22	6	5	6	NÃO	5/1/1965
2	152	ROSE DORINI RIBEIRO	22	6	5	4	NÃO	21/6/1975
3	253	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	21	6	5	4	NÃO	24/7/1978
4	290	JUCENI MELLO CAREGNATTO	20	6	5	3	NÃO	28/7/1978
5	118	ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTIO	19	6	5	3	NÃO	1/3/1967
6	196	MARINÉZ DA ROSA	18	4	5	2	NÃO	14/7/1975
7	200	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	17	6	5	3	NÃO	12/8/1961
8	64	ANDREA VICENTE	17	4	5	3	NÃO	24/1979
9	93	MARICLEIA PIROLA	17	4	5	2	NÃO	11/4/1984
10	184	EVA MARISTELA TELES REZENDES	16	4	5	2	NÃO	9/10/1973
11	153	GISLAINE DA SILVA CARACHO	16	4	5	0	NÃO	10/6/1986
12	322	ROSANA APARECIDA COMACHIO	15	6	5	2	NÃO	30/7/1978
13	84	IRIA LEONI BEAL	15	0	5	2	NÃO	6/4/1958
14	220	LUCIANE DA ROSA	14	6	5	3	NÃO	17/2/1986
15	115	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	13	6	5	2	NÃO	26/5/1974
16	219	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	13	6	5	2	NÃO	30/6/1976
17	180	JOSIANE GHELLER	13	6	5	2	NÃO	3/3/1987
18	305	ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE	13	4	5	3	NÃO	26/4/1969
19	218	IVANA REGINA BELLINCANTA	13	4	5	2	NÃO	21/11/1968
20	239	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13	4	5	2	NÃO	25/5/1977
21	205	JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA	13	4	4	3	NÃO	31/10/1980
22	301	TEREZINHA FERREIRA	13	4	4	1	NÃO	8/10/1967

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 2

23	252	CARLA TATIANE MARTINS	12	4	5	3	NÃO	8/1/1978
24	304	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	11	6	2	3	NÃO	5/8/1977
25	291	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	11	4	5	2	NÃO	15/6/1975
26	52	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	11	4	5	2	NÃO	29/9/1981
27	68	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	11	4	3	1	NÃO	21/1/1981
28	37	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	10	0	5	3	NÃO	14/10/1983
29	159	MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO	10	0	5	0	NÃO	22/4/1975
30	16	JUCÉLIA DAS GRACAS RIBEIRO	9	4	5	0	NÃO	28/7/1983
31	149	ROSELI DOS SANTOS	9	0	5	0	NÃO	18/10/1978
32	285	ANGELA DOS SANTOS	9	0	5	0	NÃO	27/1984
33	158	JULIANA LOPES DE SOUZA	9	0	4	0	NÃO	13/11/1988
34	302	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	8	0	5	3	NÃO	20/7/1973
35	181	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	8	0	5	0	NÃO	5/9/1979
36	144	JANICE HAMMES	8	0	2	2	NÃO	30/7/1969
37	8	EVA SIMONE THOMAS DA SILVA	6	6	0	0	NÃO	25/8/1977
38	282	MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES	6	0	5	1	NÃO	25/12/1966
39	94	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	6	0	5	1	NÃO	26/11/1976
40	105	JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA	6	0	4	2	NÃO	23/10/1973
41	154	CARMEN TEREZINHA MARI	6	0	0	1	NÃO	26/6/1958
42	55	ROSEMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	5	0	5	0	NÃO	29/8/1969
43	206	MARINÊS TELLES	5	0	5	0	NÃO	10/4/1979
44	269	ANA PAULA MORAES	5	0	5	0	NÃO	3/1/1981
45	321	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	5	0	5	0	NÃO	19/3/1988
46	97	MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO	4	0	0	2	NÃO	16/4/1975
47	17	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	3	0	0	1	NÃO	30/8/1979
48	266	EDERLEY CRUZ SOBRINHO PARISE	2	0	2	0	NÃO	5/5/1976

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	138	VERA LUCIA PEREIRA	20	6	5	4	NÃO	4/3/1981
2	102	DONIZETE APARECIDA MEIRELES	19	6	5	3	NÃO	3/2/1973
3	232	PATRICIA APARECIDA GUEDES	18	6	5	3	NÃO	4/10/1980
4	214	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	16	6	5	2	NÃO	21/1/1982
5	71	ILENIR DE OLIVEIRA FADANI	13	6	5	2	NÃO	12/11/1962
6	263	MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA	5	4	0	1	NÃO	25/6/1959
7	299	LUIZ ANDRE FAGUNDES	4	4	0	0	NÃO	24/3/1969



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Matemática** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	251	NARCISO PRATES	11	0	5	2	NÃO	18/5/1985
2	283	CLEUSA ALVES DE LIMA	9	0	5	2	NÃO	15/11/1983
3	4	MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER	8	4	0	2	NÃO	7/5/1975
4	318	MARCOS ANTONIO DA SILVA CANDIDO	3	0	3	0	NÃO	28/3/1985



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	28	ELIZETE LAMP	11	4	5	2	NÃO	27/9/1974
2	163	CAMILA POBENGA DOS SANTOS	10	0	4	2	NÃO	20/6/1989
3	135	IVONETE PADILHA DE MORAES	9	0	5	0	NÃO	22/7/1970
4	63	CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER	7	0	1	1	NÃO	14/4/1952
5	166	ROSELEI GOLYNSKI NOGUEIRA	4	4	0	0	NÃO	20/2/1983
6	9	REGINALDO JOSÉ DE MELLO	1	0	1	0	NÃO	24/11/1988
7	199	EDNA WALTRICK DE SOUZA	0	0	0	0	NÃO	12/6/1982



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Geografia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	222	MARCIA APARECIDA CRUZ	17	4	5	6	NÃO	22/1/1973
2	207	IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE	10	4	5	1	NÃO	15/12/1970
3	91	JUSSARA GONÇALVES SEISL SOLANHA	6	0	5	1	NÃO	20/6/1983
4	197	MARINA DA SILVA CRUZ FELISTROVESCKI	5	0	5	0	NÃO	29/9/1984



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Ciências e Programas d Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 7 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Ciências e Programas de Saúde

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	276	HELiany GOETTEN RIBEIRO	13	4	5	2	NÃO	11/7/1978
2	211	ADRIANE FÁTIMA BEÊ	8	0	4	0	NÃO	9/5/1987
3	190	DAYANA PULCENO	6	0	5	1	NÃO	22/9/1983
4	293	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	6	0	5	1	NÃO	14/8/1990





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Artes Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 8 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Artes

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	146	ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS	15	4	5	2	NÃO	4/3/1977
2	298	CLACIR STIEVEN ARALDI	12	4	5	3	NÃO	6/7/1966
3	156	JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	12	4	5	3	NÃO	7/4/1967
4	228	MÁRCIA FERREIRA LOSS	11	4	5	2	NÃO	27/5/1976
5	178	DELAIR DA COSTA	11	0	5	1	NÃO	19/5/1970
6	106	ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA	8	0	2	2	NÃO	18/7/1973
7	13	MIRIAN CARLA CRUZ	7	4	3	0	NÃO	16/3/1989
8	236	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS	7	0	5	0	NÃO	7/6/1968
9	137	CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD	6	0	5	1	NÃO	31/1/1983
10	238	JANAINA ALMEIDA DA SILVA	6	0	2	1	NÃO	4/3/1990



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Filosofia ou Teologia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

***Critérios de Desempate***

**1º      2º      3º      4º      5º**

<b>Ordem Classific.</b>	<b>Número Inscrição</b>	<b>Nome do Candidato</b>	<b>Soma de Pontos</b>	<b>Pós</b>	<b>Cursos</b>	<b>Tempo Serviço</b>	<b>Portador Defic.</b>	<b>Data Nascimento</b>
1	98	GELSON CARLOS RODRIGUES LOPES	6	0	5	1	NÃO	22/9/1980
2	174	PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON	5	4	0	1	NÃO	10/5/1987



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Inglesa** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	234	DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI	9	4	4	1	NÃO	15/5/1990
2	300	LUIZ ANDRE FAGUNDES	0	0	0	0	NÃO	24/3/1969



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

**Critérios de Desempate**

Ordem Classif. Inscrição	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento																				
1	325	MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS	20	6	5	3	NÃO	2/11/1978																				
2	319	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA BOAVENTURA	13	6	5	2	NÃO	5/10/1985																				
3	23	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	13	6	5	2	NÃO	26/8/1986																				
4	116	JOSIÉLE PADILHA DA SILVA	13	6	5	2	NÃO	4/5/1987																				
5	280	GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS	13	6	5	2	NÃO	1/11/1987																				
6	212	GISLEI SAGAS ZORNITTA	12	6	5	1	NÃO	25/1/1987																				
7	250	MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO	12	0	5	2	NÃO	6/2/1984																				
8	85	ANA CARLA DE SOUZA	11	4	5	2	NÃO	11/1/1976																				
9	65	MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU	11	4	5	2	NÃO	6/9/1986																				
10	225	JORGE COSTA ANDRADE	11	0	5	1	NÃO	25/8/1962																				
11	324	MAURICIO FRANCESCATO	10	0	5	1	NÃO	24/8/1991																				
12	216	BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS	9	0	5	1	NÃO	25/1/1991																				
13	242	KATIA JULIANA DE LARA	7	0	5	0	NÃO	23/1/1991																				
14	224	ROBERTO RODRIGUES BELLO	6	0	0	1	NÃO	29/9/1985																				
15	70	PATRICIA ANGREVSKI	5	0	5	0	NÃO	9/5/1991																				
16	160	TIAGO ANTONIO VAZ	4	0	4	0	NÃO	20/8/1988																				
17	246	ELAINE NAZÁRIO DE ALMEIDA	4	0	4	0	NÃO	14/2/1992																				
18	271	ADRIANO FRANCO DE CAMARGO	3	0	3	0	NÃO	28/7/1976																				
19	261	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	2	0	2	0	NÃO	17/10/1989																				
20	78	TIAGO JOSÉ BECHER	2	0	1	1	NÃO	2/12/1991																				
21	165	PAULO HENRIQUE DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	12/3/1971																				

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Atendimento Educacio	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	12	Área de Atuação:	Ensino Fundamental				
Disciplina:	Atendimento Educacional Especializado - AEE						
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato			Soma de Pontos		
1	148	JULIANE TERESINHA CORDEIRO			15		

Critérios de Desempate					
1º	2º	3º	4º	5º	
	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	
	6	5	4	NÃO	17/12/1975

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Interprete de Libras** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Interprete de Libras**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	227	SANDRA CEZARIA RONCHI ROCHA	14	4	5	3	NÃO	6/11/1977
2	26	IVONETE APARECIDA VICENTE	12	6	5	1	NÃO	3/12/1974
3	125	CÉLIA INHAIA AMÉRICO	12	4	5	0	NÃO	14/1/1982



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:	-	Quadro:	II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
Código:	14	Área de Atuação:	Auxiliar de Sala da Educação Infantil		
Disciplina:	-				

***Critérios de Desempate***

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º						Portador Defic.	Data Nascimento
				Curso Téc.	Ensino Sup.	Cursos Área	Filhos	5º	6º		
1	31	IVONE BORGES DE MATTOS	27	10	2	10	0	NÃO		NÃO	12/11/1967
2	41	WANUSA ZAGO DOS SANTOS	23	10	4	4	0	NÃO		NÃO	27/7/1993
3	88	GISELI DE PROENÇA DA SILVA	22	10	2	10	1	NÃO		NÃO	2/2/1984
4	99	MARILENE COSTA	21	10	2	4	1	NÃO		NÃO	28/10/1976
5	94	FABIANA DE FÁTIMA DA SILVA	21	10	2	4	1	NÃO		NÃO	10/11/1993
6	69	ROSMARI DE SOUZA	19	10	4	0	1	NÃO		NÃO	15/10/1968
7	117	JULIANA ANTON DE SOUZA	19	10	4	0	1	NÃO		NÃO	11/6/1990
8	91	JOSEANE DE LARA	19	10	4	0	0	NÃO		NÃO	11/7/1978
9	45	JOCELI APARECIDA DOS SANTOS	19	10	4	0	0	NÃO		NÃO	22/8/1979
10	68	JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA	19	10	4	0	0	NÃO		NÃO	18/6/1989
11	95	SANDRA REGINA DE PAULA	19	10	2	2	1	NÃO		NÃO	28/11/1967
12	16	SILVANA APARECIDA COSTA	19	0	4	10	0	NÃO		NÃO	22/10/1981
13	82	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	18	10	2	4	0	NÃO		NÃO	20/7/1995
14	71	SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA	17	10	0	2	1	NÃO		NÃO	19/2/1973
15	38	CRISTIANE APARECIDA ROSA	16	10	2	4	1	NÃO		NÃO	13/1/1984
16	106	ELIZANDRA DE OLIVEIRA FORLIN	16	10	0	4	0	NÃO		NÃO	1/6/1995
17	26	LUCIANA APARECIDA RICHTER	15	0	4	6	1	NÃO		NÃO	27/2/1988
18	97	JUCELENE MENDES DE BORBA	14	10	0	4	2	NÃO		NÃO	18/5/1978
19	42	ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	14	10	0	4	1	NÃO		NÃO	17/1/1991
20	105	MARIA JUVINDE HIRSCH	14	10	0	0	2	NÃO		NÃO	23/11/1966
21	60	JULIANA MOREIRA VALTER	13	0	4	4	1	NÃO		NÃO	26/2/1989
22	93	MARIA JANETE VEDOVATTO SETTI	12	10	0	2	0	NÃO		NÃO	22/4/1972

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 4



23	107	JANETE TEREZINHA DE OLIVEIRA FORLIN	11	10	0	0	0	1	NÃO	17/8/1974
24	10	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES	11	10	0	0	0	1	NÃO	1/9/1994
25	78	SAMARA DE OLIVEIRA	11	10	0	0	0	0	NÃO	3/5/1996
26	81	SOLANGE DE SOUZA	11	0	4	2	2	2	NÃO	29/8/1985
27	5	JOCELI PEREIRA	11	0	4	2	0	0	NÃO	20/6/1980
28	112	DENISE CORRÊA	10	10	0	0	0	1	NÃO	25/4/1983
29	90	CINTHIA DANIELI DE CORDOVA DA FONSECA	10	10	0	0	0	1	NÃO	3/2/1985
30	86	LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA	10	10	0	0	0	1	NÃO	14/4/1985
31	115	VANESSA DOS SANTOS MOTTA	10	10	0	0	0	1	NÃO	6/5/1989
32	111	FERNANDA DIAS LEIRIAS	10	10	0	0	0	1	NÃO	19/12/1991
33	55	ROSANGELA APARECIDA FUSSIGER PIROLI	10	10	0	0	0	0	NÃO	1/1/1974
34	54	IVONE APARECIDA DE LARA SCALABRIN	10	10	0	0	0	0	NÃO	12/10/1994
35	18	KAROLINE APARECIDA DO PRADO	10	0	0	10	1	1	NÃO	12/10/1984
36	61	MIRIAN LILIAN RUCHEL	9	0	4	0	0	3	NÃO	27/7/1984
37	65	MARINES MARCONDES	9	0	4	0	0	2	NÃO	21/11/1974
38	59	LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA	9	0	4	0	0	2	NÃO	4/7/1984
39	84	MARISTELA MARCONDES SCAIN	9	0	4	0	0	1	NÃO	27/1/1979
40	108	PRISCILA MACIEL DA SILVA	9	0	4	0	0	0	NÃO	24/4/1987
41	66	LEILANE RODRIGUES AUGUSTIN	9	0	4	0	0	0	NÃO	6/10/1994
42	19	ELIZA ANDREIA MAGAGNIN	9	0	2	2	1	1	NÃO	7/3/1990
43	47	TAINARA APARECIDA GOMES DE CAMPOS	7	0	4	2	0	0	NÃO	19/9/1994
44	74	IVONETE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	7	0	2	0	0	3	NÃO	8/2/1979
45	119	MARILUCY YARA ALONSO DOS SANTOS	7	0	2	0	0	3	NÃO	17/5/1986
46	48	MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO	7	0	2	0	0	2	NÃO	30/8/1972
47	76	BEATRIZ APARECIDA GOMES DOMINSKI	7	0	2	0	0	1	NÃO	22/5/1990
48	70	DANIELE DE LIMA	7	0	2	0	0	1	NÃO	11/3/1992
49	87	FRANCIELE DA SILVA	7	0	2	0	0	0	NÃO	20/11/1991
50	22	DAIANE SERAFINI	5	0	0	2	0	0	NÃO	21/3/1994
51	83	SUZANA GOMES MARCONDES ANTONIASSI	5	0	0	0	0	3	NÃO	14/8/1981
52	58	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	5	0	0	0	0	2	NÃO	4/9/1974
53	89	CIBELE APARECIDA DOS SANTOS ROSA	5	0	0	0	0	2	NÃO	22/10/1988
54	2	MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS	5	0	0	0	0	1	NÃO	27/7/1983
55	92	EDNA ALVES DE LIMA	5	0	0	0	0	1	NÃO	3/1/1985
56	28	JULIANA DA SILVA	5	0	0	0	0	1	NÃO	15/11/1988
57	77	ELAINE DOMINGUES GRANEMANN	5	0	0	0	0	1	NÃO	1/3/1990
58	57	SALETE DE PROENÇA KONFLANZ	5	0	0	0	0	0	NÃO	15/9/1974
59	102	EDINEIA TEODORO GONÇALVES DE ARAUJO	5	0	0	0	0	0	NÃO	5/6/1995

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 2 de 4

60	15	SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO	5	0	0	0	0	0	NÃO	31/10/1995
61	101	RAIANE RIBEIRO	4	0	4	0	0	2	NÃO	31/10/1995
62	63	CHEILA KELEN SCHULZE	4	0	4	0	0	0	NÃO	22/3/1990
63	53	MARCIA VELOSO DE LINHARES	4	0	2	0	0	3	NÃO	7/6/1982
64	62	GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU	4	0	2	0	0	1	NÃO	16/2/1977
65	44	MIRIAM CRISTINA CORREA DE JESUS	4	0	2	0	0	0	NÃO	25/6/1982
66	23	ANA PAULA SANTOS DA SILVA	4	0	2	0	0	0	NÃO	14/10/1993
67	9	ELISANGELA MARQUES DA SILVA	4	0	2	0	0	0	NÃO	29/11/1993
68	35	ALINE APARECIDA FERNANDES	4	0	0	0	0	0	NÃO	13/11/1989
69	17	MARIA APARECIDA STEFANES CONTI	3	0	2	0	0	1	NÃO	6/5/1969
70	27	MARCIA DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA	3	0	0	0	0	3	NÃO	13/5/1980
71	1	SILVIA APARECIDA RIBEIRO	3	0	0	0	0	1	NÃO	24/1/1990
72	100	ANDRESSA MELO MORAES	3	0	0	0	0	0	NÃO	25/1/1995
73	21	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS JAPPE	3	0	0	0	0	0	NÃO	18/4/1995
74	40	SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA	2	0	2	0	0	1	NÃO	4/7/1984
75	39	IVONETE BIERHALZ	2	0	2	0	0	1	NÃO	22/11/1984
76	73	DANIELA DIAS DE ALMEIDA	2	0	2	0	0	1	NÃO	18/2/1989
77	30	VALERIA CLARA RIBEIRO	2	0	2	0	0	0	NÃO	29/7/1991
78	75	ANA CAMILA MARCONDES	2	0	2	0	0	0	NÃO	3/7/1996
79	12	FERNANDA VICENTE	2	0	2	0	0	0	NÃO	27/7/1996
80	110	MARCIA TORRI	2	0	0	0	0	0	NÃO	26/11/1967
81	29	ROSANE MARIA GRAFF	2	0	0	0	0	0	NÃO	29/11/1973
82	37	DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS	1	0	0	0	0	2	NÃO	15/12/1980
83	25	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	1	0	0	0	0	2	NÃO	9/3/1984
84	52	JOSEANE DE FÁTIMA DA ROSA	1	0	0	0	0	1	NÃO	1/5/1980
85	85	CILCE LARIÊTE MELLO CORDEIRO	1	0	0	0	0	1	NÃO	29/6/1987
86	114	LAURA BOTTCHE	1	0	0	0	0	0	NÃO	14/2/1964
87	67	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	1	0	0	0	0	0	NÃO	23/12/1970
88	11	CHIRLE SOUZA DOS ANJOS	1	0	0	0	0	0	NÃO	24/11/1980
89	79	MARIZETE APARECIDA SUBTIL MARQUES	1	0	0	0	0	0	NÃO	30/7/1982
90	116	ELIANE DA SILVA FERREIRA	0	0	0	0	0	2	NÃO	15/9/1972
91	33	LEIRI ALVES	0	0	0	0	0	2	NÃO	24/11/1972
92	13	LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA	0	0	0	0	0	2	NÃO	20/3/1975
93	8	JULIANA FINK DIAS DA SILVA	0	0	0	0	0	2	NÃO	11/12/1981
94	32	JOSMARINE DE FATIMA LACERDA	0	0	0	0	0	2	NÃO	21/8/1982
95	20	JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ	0	0	0	0	0	2	NÃO	10/4/1985
96	34	LUCILENE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	2	NÃO	11/6/1985

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 3 de 4

97	24	MARIA CLEANE DA SILVA ANDRADE	0	0	0	0	0	0	2	NÃO	11/5/1988
98	6	IVONETE TEREZINHA PAGANINI	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	5/9/1973
99	49	LUCIANA SILVEIRA	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	16/10/1975
100	43	ELIANE RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	20/5/1978
101	104	LÚCIA FÁTIMA BARBOSA FARIAS DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	9/9/1978
102	103	MARIZETE APARECIDA PEREIRA	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	16/2/1981
103	50	SARAJANE APARECIDA ARAUJO	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	13/4/1982
104	51	VANUZA APARECIDA CANDIAGO FELISBINO	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	25/5/1982
105	72	ANDRÉA APARECIDA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	24/11/1982
106	46	JULIANA APARECIDA VICENTE	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	28/3/1985
107	80	ILISA DAL MAGRO	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	17/6/1988
108	113	DANIELA VANESSA LEANDRO	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	23/6/1992
109	3	ELIANE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	25/10/1993
110	118	DANIELI DA SILVA PAZ MAURICIO	0	0	0	0	0	0	1	NÃO	8/5/1994
111	120	NELOI FÁTIMA RIBEIRO	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	29/1/1975
112	56	DAYANA CARLA VELASCO	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	17/2/1983
113	109	JESSICA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	15/1/1991
114	98	YOHANA SIRINO DE ANDRADE	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	5/4/1993
115	14	ANA PAULA DA SILVA GAIO	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	28/8/1994
116	4	LUANA DOS SANTOS CAMPOS	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	7/2/1995
117	36	JEISIANE MUSSOLIN	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	29/3/1995
118	7	KARINE MÜLLER BARTOLOMEU	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	1/8/1995
119	64	VANESSA LIMA DA VEIGA	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	30/9/1995
120	96	PAMELA CINTYELLE BARBOSA	0	0	0	0	0	0	0	NÃO	5/6/1996



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	-	Quadro:	III - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"				
Código:	15	Área de Atuação:	Educação Infantil				
Disciplina:	-						

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	86	FRANCIELE REOLON DE MORAES	14	4	4	4	NÃO	29/12/1981



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:  IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código:  16 Área de Atuação:  Educação Infantil

Disciplina:  -

*Critérios de Desempate*

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	270	TALITA FABIULA DA SILVA	18	0	5	3	NÃO	17/10/1981
2	176	ALESSANDRA MARIA DORNELLES	17	0	5	1	NÃO	18/4/1980
3	237	MARINA DE FREITAS	17	0	5	1	NÃO	27/1/1989
4	110	AGUIDA REGINA DRUN ZANELA	13	0	5	1	NÃO	12/2/1979
5	284	LUCIANA DOMINGUES	13	0	2	2	NÃO	6/12/1980
6	22	LECILDA GOMES RIBEIRO	10	0	5	0	NÃO	31/1/1957
7	258	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	10	0	5	0	NÃO	19/1/1966
8	311	FRANCIELI PEDROSO RAUBER	10	0	5	0	NÃO	30/8/1981
9	306	BIANCA GOMES	9	0	5	0	NÃO	13/6/1994
10	88	ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DUARTE	8	0	5	0	NÃO	19/4/1978
11	208	GISELI DE MATOS	8	0	5	0	NÃO	29/1/1984
12	194	MAGALI CRISTINA PONTES	8	0	5	0	NÃO	25/6/1989
13	256	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	8	0	0	1	NÃO	21/3/1981
14	43	OLEDIR FERREIRA CORREA	7	0	5	0	NÃO	25/3/1971
15	61	SIMONE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA ROSA	7	0	5	0	NÃO	16/8/1977
16	67	MISCHELI FAGUNDES	7	0	5	0	NÃO	15/5/1987
17	235	PRISCILA DE CASSIA ALVES	7	0	5	0	NÃO	5/7/1990
18	203	DIANA KONFLANZ DA SILVA	6	0	5	0	NÃO	28/6/1987
19	130	ALINE CLAUDIA ZEN FANTIN	6	0	1	0	NÃO	19/12/1983
20	60	ALESSANDRA QUILMASCIMO	4	0	2	0	NÃO	5/7/1981
21	77	JESSICA KAROLINE DA SILVA	4	0	0	0	NÃO	12/1/1993
22	313	RENATA APARECIDA ALVES	1	0	0	0	NÃO	10/3/1988

segunda-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **17** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

*Critérios de Desempate*

Disciplina: Anos Iniciais

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º		2º		3º		4º		5º	
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento					
1	124	ELAINE DA LUZ	15	0	5	1	NÃO						
2	69	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	13	0	5	1	NÃO						
3	142	ELAINE FERREIRA	13	0	5	1	NÃO						
4	66	MARTA TIZIAN CORREA DE ALMEIDA	11	0	4	0	NÃO						
5	287	JESSICA MUSSOLIN	10	0	5	1	NÃO						
6	141	ELIANE FERREIRA	10	0	5	0	NÃO						
7	151	PATRICIA DE ALMEIDA	8	0	5	0	NÃO						
8	95	DAIANE FALETTI	8	0	5	0	NÃO						
9	175	LIA ANI CAREGNATO	8	0	5	0	NÃO						
10	198	ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA	8	0	5	0	NÃO						
11	202	SANDRA RODRIGUES	8	0	0	0	NÃO						
12	132	MARIZETE ANTUNES PINTO	6	0	5	0	NÃO						
13	122	JANILDE DIAS DOS SANTOS	6	0	4	0	NÃO						
14	320	ELISANGELA SILVEIRA	6	0	2	0	NÃO						
15	294	CLAUDIA ALINE PONTES	6	0	1	0	NÃO						
16	134	ANA PAULA MACIEL DE MELO	4	0	1	0	NÃO						
17	170	ANGELITA APARECIDA MOREIRA	3	0	0	0	NÃO						
18	49	LUCIANE MARCONDES DOS SANTOS	1	0	0	0	NÃO						
19	131	DELIR MORAES FANTIN	0	0	0	0	NÃO						



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Portuguesa** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **18** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	314	EMANOELI DE FÁTIMA GOMES	12	0	1	1	NÃO	10/10/1990
2	3	JOSELITA LORENCINI	8	0	5	0	NÃO	7/11/1983
3	10	TAMARA BALTEZAN FERREIRA	7	0	5	0	NÃO	19/3/1982
4	48	SULAMARA IACHITZKI	2	0	0	0	NÃO	18/4/1993
5	73	LÉA FERNANDA FANTIN	1	0	0	0	NÃO	5/6/1987





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Matemática** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

**Critérios de Desempate**

**1º 2º 3º 4º 5º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	56	ADRIANA APARECIDA DENARDI	17	0	5	2	NÃO	11/4/1988
2	62	ARIJAISOM WALTER	14	0	5	3	NÃO	9/8/1974
3	57	MARLEI BENTO DA COSTA	13	0	5	1	NÃO	19/8/1974
4	179	FLAVIA BASTOS PRATES	13	0	5	0	NÃO	10/2/1994
5	113	LUIZ HENRIQUE MOREIRA	10	0	5	0	NÃO	9/8/1994
6	230	MICHELI TOMCHAK GIANELLO PRATES	8	0	5	0	NÃO	18/8/1981
7	127	BRUNA CÁSSIA VOCKES	6	0	5	0	NÃO	25/9/1995
8	213	ADRIANA ALICE SCRAMOCIM	4	0	0	0	NÃO	5/8/1975
9	257	ELIANE MUMBERGER	3	0	0	0	NÃO	1/7/1988
10	92	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	3	0	0	0	NÃO	8/1/1991
11	172	SIDINEI MARTINS RIBEIRO	1	0	0	0	NÃO	22/8/1983
12	277	CAMILA DOS SANTOS	1	0	0	0	NÃO	30/10/1992
13	265	MEIRIANE CAMPAGNARO	1	0	0	0	NÃO	14/2/1996
14	295	PATRICIA SOUZA COUTO	0	0	0	0	NÃO	10/10/1978
15	32	THAIZA DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	6/7/1990
16	177	JOCIELE BARTEL	0	0	0	0	NÃO	24/6/1994

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **20** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

*Critérios de Desempate*

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	303	MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO	21	0	5	2	NÃO	26/7/1972
2	292	MARILSE PRIGOL	16	0	5	6	NÃO	18/5/1970
3	54	SONIA BRAZ DE OLIVEIRA WEBER	13	0	5	0	NÃO	3/11/1971
4	210	ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA	12	0	5	2	NÃO	20/7/1981
5	96	MARIZETE FÁTIMA GAIO	11	0	5	3	NÃO	15/3/1975
6	273	ANA CAROLINA VICENTE	11	0	5	0	NÃO	21/5/1986
7	89	JÉSSICA BATISTA	6	0	5	0	NÃO	23/4/1990
8	262	ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI	6	0	1	3	NÃO	19/11/1975
9	128	ANTONIO LAÉRCIO CARVALHO	3	0	0	0	NÃO	26/8/1981
10	14	SIDNEI MOREIRA DA TRINDADE	2	0	1	0	NÃO	10/4/1978
11	104	ANDERSON FERREIRA DUTRA	2	0	0	0	NÃO	20/12/1970
12	5	CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA	1	0	0	0	NÃO	10/11/1982
13	126	NEWLEY RODRIGO DE OLIVEIRA	1	0	0	0	NÃO	5/9/1984
14	259	JULIANO LAZZARETTI	1	0	0	0	NÃO	4/5/1993
15	226	LUIZA FRITZEN	1	0	0	0	NÃO	6/6/1995



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Geografia** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **21** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	264	VANDERLEI ALBUQUERQUE	5	0	2	0	NÃO	19/11/1968



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Ciências e Programas d Quadro: IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código: 22 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Ciências e Programas de Saúde

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	99	ALEX ZANELLA	14	0	5	2	NÃO	20/4/1978
2	41	DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA	12	0	5	0	NÃO	17/4/1983
3	241	JANAINA VILMARA ORTIZ	11	0	3	2	NÃO	6/10/1982



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Artes Quadro: IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código: 23 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Artes

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	312	IVONEIDE INÁCIO	16	0	5	2	NÃO	23/2/1982
2	309	ANGELA BALESTRIN	16	0	5	0	NÃO	8/3/1976
3	187	CLEONICE DE OLIVEIRA	15	0	5	1	NÃO	19/10/1981
4	274	GRAZIEL APARECIDA ANTON	15	0	5	1	NÃO	23/5/1983
5	83	DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA	12	0	5	2	NÃO	19/10/1968
6	189	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	12	0	5	0	NÃO	23/7/1967
7	133	KATIANE THONHOLLI SAVIAN	12	0	5	0	NÃO	11/8/1986
8	233	NAIANE REGINA DE ASSIS	10	0	3	0	NÃO	23/10/1987
9	47	JOSEANE FLORES	1	0	0	0	NÃO	6/10/1995
10	168	FABIOLA RIBEIRO DE GOES	1	0	0	0	NÃO	2/2/1996



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Inglesa** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **25** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	278	CAROLINA APARECIDA MENEZINHINI	18	0	5	3	NÃO	27/3/1976
2	150	VALDERMIR PERSCH SOBRINHO	7	0	4	2	NÃO	4/3/1987



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Física** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **26** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

**Críticos de Desempate**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	81	JORGE LUIZ RIVA	17	0	4	2	NÃO	23/10/1990
2	323	JEAN CARLOS LIESCH	15	0	5	0	NÃO	4/2/1993
3	164	RAFAEL SAVIAN FERNANDES	15	0	4	0	NÃO	5/1/1987
4	171	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	14	0	5	0	NÃO	24/9/1986
5	20	SAIMON ZOLETT	14	0	5	0	NÃO	19/7/1994
6	53	JOSUE MACHADO DE SOUZA	11	0	5	1	NÃO	24/1/1989
7	279	RAFAELA ANDRESSA SETTI	11	0	5	0	NÃO	4/4/1992
8	167	JESSICA FERNANDA VICENTE	10	0	5	0	NÃO	2/11/1992
9	240	PATRICIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS TIBES	10	0	1	0	NÃO	25/4/1992
10	296	VIVIANE CAREGNATO	8	0	5	0	NÃO	9/2/1989
11	24	LANA OLIVEIRA DA SILVA	7	0	2	0	NÃO	26/12/1994
12	217	JESSICA FRANCINE CRESTANI	7	0	1	0	NÃO	9/1/1992
13	79	CRISTIAN BITTANCOURT	6	0	5	0	NÃO	6/3/1988
14	50	KAROLINE CONTE	6	0	1	0	NÃO	27/12/1993
15	157	GILIANE APARECIDA SUZIN	5	0	0	0	NÃO	12/8/1992
16	317	CLEBER PIANA	5	0	0	0	NÃO	11/5/1994
17	316	EDSON FRANCISCO DA SILVA	4	0	1	0	NÃO	29/4/1985
18	286	JEDSON MOLIM	4	0	1	0	NÃO	2/3/1995
19	275	NEDILSON JESUS DE LINS	3	0	3	0	NÃO	14/10/1992
20	31	LUZIARA TEZZA	2	0	1	0	NÃO	20/5/1989
21	209	SILVIA CORREA DE LIMA	2	0	1	0	NÃO	6/1/1990
22	183	LECIANE KARLSING DE MORAIS	2	0	1	0	NÃO	23/4/1991

sexta-feira, 24 de outubro de 2014

Página 1 de 2





23	108	CLAUDECIR MATEUCCI	1	0	0	0	NÃO	29/1/1980
24	45	CLETON ROBERTO RIBEIRO	1	0	0	0	NÃO	29/11/1984
25	191	DANIELLA WALTRICK DE OLIVEIRA	1	0	0	0	NÃO	6/6/1987
26	243	RUBINHO GUGIEL MULLER	1	0	0	0	NÃO	30/3/1994
27	15	QUÉZIA TALITA CORRÊA KNECHT	1	0	0	0	NÃO	24/10/1995
28	193	ANDRESSA TAYANE LUCIANO	1	0	0	0	NÃO	22/3/1996
29	307	JAQUELINE LEANDRO GONÇALVES	1	0	0	0	NÃO	27/9/1996



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Atendimento Educacio** Quadro: **IV - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **27** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	215	JANE BORGES DA SILVA	16	0	5	4	NÃO	29/4/1975



## Critérios de Desempate

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0032 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo:	-	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	1	Área de Atuação:	Educação Infantil
Disciplina:	-		

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
21	DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS		Ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao município de Fraiburgo - Item 1.1 letra "f"

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 153

DECRETO N.º 153 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
ANULA SALDOS DE EMPENHO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo de empenho a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, abaixo relacionado:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR
2045/13	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 31,10
TOTAL		R\$ 31,10

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### Lei Nº 1.846, de 24 de Outubro de 2014

LEI Nº 1.846, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 726.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 726.300,00 (setecentos e vinte e seis mil e trezentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
359.800,00

12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental  
100.000,00

3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

30.000,00

3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas

70.000,00

12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil  
141.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas

81.000,00

3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas

50.000,00

12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar  
117.300,00

3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

37.300,00

3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas

80.000,00

13392282.027 - Apoio a Cultura

1.500,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.500,00

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
1.000,00

0824400562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
1.000,00

3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas

1.000,00

09.02 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
100.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO  
100.000,00

17512312.054 - Serviços de Destinação de Resíduo Sólidos  
50.000,00

3.3.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas

50.000,00

17512312.055 - Recuperação de Malha Viária  
50.000,00

3.3.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas

50.000,00

## 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

265.500,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica  
265.500,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

265.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 726.300,00 (setecentos e vinte e seis mil e trezentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

## 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

1.000,00

0412261.002 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede do Forum  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

03.01 - GABINETE DO VICE PREFEITO  
130.500,000412262.004 - Func. E Manut. Do Gabinete do Vice-Prefeito  
130.500,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

90.000,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

500,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

37.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

3.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
1.000,000206192.007 - Apoio ao Forum da Comarca de Garopaba  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
410.800,0012361281.014 - Construção, Ampliação e Reforma de Escola Ensino Fundamental  
263.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

63.000,00

4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas

200.000,00

12361281.016 - Construção de Biblioteca

4.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas  
2.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

2.000,00

13392281.017 - Construção do Museu Municipal  
6.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

6.000,00

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil  
2.300,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

2.300,00

12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar  
20.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

20.000,00

12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental  
87.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas

77.000,00

3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas

9.000,00

4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

12367282.025 - Manutenção da Educação Especial  
1.000,00

3.3.90.0.1.29.000005 - Aplicações Diretas

1.000,00

12361282.028 - Manutenção do EJA

4.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas

4.000,00

13392282.027 - Apoio a Cultura

23.500,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

23.500,00

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

41.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

41.000,00

0824400561.029 - Aquisição de Veículo

1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

0824400561.030 - Construção de Unidades de Assistência Social-CRAS-CREAS

1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

0824400562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

38.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

38.000,00

0824400562.032 - Projeto Juventude Cidadã

1.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

42.000,00

15451311.037 - Construção Ref., Ampliação do Cemitério Municipal

21.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

21.000,00

17512311.039 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico

1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

17512311.040 - Construção de Banheiros Públicos

1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

15451311.041 - Construção do Centro Administrativo Municipal  
15.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

15.000,00

15451311.043 - Recuperação do Lixão Sanitário  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

26782311.044 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

26453311.046 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

26782311.047 - Empreendimentos de Infra-Estrutura  
1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

1.000,00

09.02 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
100.000,00FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO  
100.000,0017512311.052 - Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico  
100.000,00

4.4.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas

100.000,00

Garopaba, 24 de outubro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 27/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração



**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Licitação PMG Nº 078/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório PMG nº 078/2014  
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para construção de Casa de Acolhimento do Município de Garuva, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo. Convênio entre o Município de Garuva e o FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/11/2014 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 22 de outubro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 225/2014**

FUNDO MUN. DA SAÚDE DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 225/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática para o Fundo Municipal da Saúde De Gaspar. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 07/11/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 24/10/2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secret. Mun. de Saúde

**Aviso de Pregão Presencial Nº 220/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 220/2014

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado para as Secretarias e Departamentos do Município de Gaspar, com fornecimento de peças, mão de obra, materiais e equipamentos - ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 17/11/2014. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 24 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Portaria N° 3.502, de 22 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 3.502, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 01/2013, INSTAURADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DO ENVIO DE EMAIL CONTENDO PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA A PARTIR DE ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 01/2013, instaurada para apurar possíveis irregularidades acerca do envio de email contendo pesquisa eleitoral fraudulenta a partir de endereço eletrônico institucional da Prefeitura de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **Portaria Nº 3.503, de 22 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 3.503, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, atendendo ao pedido formulado pela Comissão de Tomada de Contas Especial por meio do Memorando nº 09/2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão para a Tomada de Contas Especial nº 02/2013, instaurada por meio da Portaria nº 3.183/2013, com a finalidade de apurar os fatos referentes a possíveis atos de improbidade administrativa relacionada à Tomada de Preços nº 115/2008 e ao seu contrato correspondente nº SAF 88/2008, celebrado entre o Município de Gaspar e a empresa GEOMASIS - Engenharia e Geoinformação LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **Decreto Nº 6.121, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 6.121, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica autorizada a realização de horas de serviço extraordinário mensais, individualmente, na quantidade e pelos servidores abaixo, no pelo período de 23 de outubro de 2014 a 14 de novembro de 2014, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde:

NOME	QUANTITATIVO
Rosa Maria Melato	40 Horas
Odete Fistarol	40 Horas

Rose Venturine	40 Horas
Jorge Pereira	80 Horas
Karolina Lenfer	80 Horas
Angelita de Cesari	80 Horas
Luzia Bizzatto	40 Horas
Fernanda Miranda	40 Horas
Roberto Morateli	40 Horas
José Feltrin	40 Horas
Ednei Borba	80 Horas
Altair de Souza	80 Horas
Helenir Pazetti	80 Horas
Geane Glause	40 Horas
Elisa Heineck	40 Horas
Dauria F da Silva	80 Horas
Edio Luis Espindola	40 Horas
Alairton Primo Coeli	80 Horas
Denis Alencar Moritz	80 Horas
Célio Scotini	80 Horas
Arnaldo dos Santos	60 Horas
Edson Carlos Pereira	80 Horas
Jorge Luis Dalarosa	80 Horas
Valter Poncio de Lima	80 Horas
Adir Luiz Stiz	80 Horas
Luciana Gobbi	80 Horas
Angelita Cesarina W. Comandolli	80 Horas
Marinei dos Santos	80 Horas
Maria Salete Zimmermann	80 Horas
Helen Cristine Hoffmann	80 Horas
Dorvalino Cardoso	80 Horas
Débora Weingartner	40 Horas
Neseli Testoni	40 Horas
Luciana Vanelli	40 Horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### **Extrato da Ata de Registro de Preços 128/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2014  
Ata de Registro de Preços nº 128/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
PREGÃO PRESENCIAL nº 064/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADO: MONIKE MARLETE DOS SANTOS -ME.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de kits lanche para atendimento de grupos de crianças, adolescentes, terceira idade e mulheres de meia idade para os cursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV - atividade inerente do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, todos cadastrados no SISC (Programa do MDS) - na Secretaria do Desenvolvimento Social e Cidadania do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 15 de Outubro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DA NOVA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2014**

EXTRATO DA NOVA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2014  
Nova Ata de Registro de Preços nº 27/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos para a secretaria de saúde de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 17 de Setembro de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### **Extrato de Contrato - Pref 78**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 78/2014.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 54/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER ME.  
OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado tipo split para serem utilizados na Escola Profº. Theodosio Mauricio Wanderley da Linha Pessegueiro, interior do município de Guarujá do Sul.  
VALOR: R\$ 9.450,00  
VIGENCIA: 31/12/2014

Guarujá do Sul, SC, 24 de outubro de 2014.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Edital de Remoção 13/1/2014

EDITAL Nº 013/1/2014/SMECE

Considerando as vagas novas oriundas do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 013/2014/SMECE, ABRE inscrições por intermédio de requerimento e baixa normas para o concurso de REMOÇÃO aos membros do Magistério Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e regulamentação do presente Edital.

#### 1. DO CONCURSO

1.1 Poderão participar do Concurso de remoção os ocupantes do cargo de professor das áreas 1 (1º a 5º ano), 2 (6º a 9º ano), 3 (educação infantil), conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

#### 2. DA REMOÇÃO

2.1 A Remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la através deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá a ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

- 1º. Curso de pós-graduação, mestrado na área específica;
- 2º. Curso de pós-graduação, especialização na área específica da educação ou do ensino;
- 3º. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

- 1º. Maior qualificação profissional;
- 2º. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- 3º. Melhor resultado na avaliação de desempenho;
- 4º. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 30 e 31 de outubro de 2014, das 13h às 18h, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação - mestrado;
- b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;
- c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;
- d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado através de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2014.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão no primeiro dia letivo de 2015, previsto no calendário escolar da respectiva área.

4.5 O professor terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, setor administrativo, das 13h às 18h.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 05 de novembro de 2014.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 23 de outubro de 2014.  
LOURDES FERREIRA BRANDÃO  
Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

Ilma Sr<sup>a</sup>  
LOURDES FERREIRA BRANDÃO  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Responsável: \_\_\_\_\_,  
lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_,  
(Nome) \_\_\_\_\_, em exercício no(a)

(Escola) (Escola) \_\_\_\_\_, localizado(a)  
no município de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de  
\_\_\_\_\_ horas semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO  
para a (as) Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: \_\_\_\_\_

Turno \_\_\_\_\_

2ª opção: \_\_\_\_\_

Turno \_\_\_\_\_

3ª opção: \_\_\_\_\_

Turno \_\_\_\_\_

NESTES TERMOS  
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Requerente

## ANEXO II

## QUADRO DE VAGAS

## Educação Infantil - Pré Escolar

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
GEM Nossa Senhora de Fátima	Vespertino	20h	02
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
Total			06

## Educação Infantil - Creche

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz	Mat/Vesp	40h	04
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40h	01
Total			05

## Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Matutino	20h	01

ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Matutino	20h	01
CME Pequeno Príncipe	Vespertino	20h	01
Total			04

## Ensino Fundamental Anos Finais

Unidade Escolar	Disciplina	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Ciências	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Geografia	Matutino	20h	01
EBM Estação Luzerna	Língua Portuguesa	Matutino	20h	01

## Educação Física (pré-escolar/anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental)

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
EBM Cruz e Sousa	Mat/Vesp	40h	01
CME Pequeno Príncipe	Mat/Vesp	10h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	10h	01
Total			03

**Portaria Nº 1171/2014**

PORTARIA Nº 1171/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 774/2014, que contratou a Servidora DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS (Matr. 3889), em substituição à Servidora Fernanda Marqueze Mott, onde se lê: "enquanto perdurar seu afastamento"; leia-se: "enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1172/2014**

PORTARIA Nº 1172/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 852/2014, que contratou a Servidora ELISA CARMEN RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 3895), em substituição à Servidora Elizabete da Cruz, onde se lê: "enquanto perdurar seu afastamento"; leia-se: "enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1173/2014**

PORTARIA Nº 1173/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 917/2014, que contratou a Servidora MICHELE DEOLA (Matr. 3899), em substituição à Servidora Vanusa de Oliveira, onde se lê: "enquanto perdurar seu afastamento"; leia-se: "enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1174/2014**

PORTARIA Nº 1174/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 956/2014, que contratou a Servidora CHAIANE FRIZZO (Matr. 3981), em substituição à Servidora Maria Carolina Pereira, onde se lê: "enquanto perdurar seu afastamento"; leia-se: "enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2014".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1175/2014**

PORTARIA Nº 1175/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 1146/2014, que concedeu Férias Regulamentares ao Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), onde se lê: "referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2014"; leia-se: "referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2013".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO Nº 22 - ADRIANA BUFFON CAVALHEIRO**

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**Resolve:**

Art. 1º Convocar a Senhora ADRIANA BUFFON CAVALHEIRO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 050.794.319-89, aprovada em (22º) vigésimo segundo lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, homologado em 05/02/2014, para o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, em substituição à servidora Vil-da Barbon, que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.  
Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.  
Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC)  
em 09 de Outubro de 2014

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

Ciente em ..... / ..... / .....

ADRIANA BUFFON CAVALHEIRO

# Ibiam

## PREFEITURA

### PL 056 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 022/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de gasolina, produtos para limpeza automotiva e outros, para as diversas Secretarias Municipais, pelo período de até 12 meses.  
Entrega dos envelopes: 10/11/2014 até às 07:30 horas  
Abertura dos envelopes: 10/11/2014 às 08:00 horas  
Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário  
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.  
O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 23 de Outubro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

### PL 057 2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2014  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 023/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de gasolina, produtos para limpeza automotiva e outros, para o FMS de Ibiam, pelo período de até 12 meses.  
Entrega dos envelopes: 10/11/2014 até às 07:30 horas  
Abertura dos envelopes: 10/11/2014 às 09:30 horas  
Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário  
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.  
O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 23 de Outubro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

### Contrato 013 FMS

CONTRATO Nº 013/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 048/2014  
PREGÃO PRESENCIAL No 034/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa Auto Elite Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 83.270.397/0009-16, com sede na Rua Rodovia BR 282, Km 343,6, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Campos Novos SC, CEP: 89620-000, neste ato representado por seu Gerente o Sr. Jeferson Moura, CPF: 006.348.869-83, CI 3.986.704, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 048/2014 e Pregão Presencial nº 034/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos para as secretarias municipais, conforme tabela abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor do Item
1	Veículo novo, tipo utilitário, zero km, tipo pick-up, mínimo dois lugares, motor no mínimo 1.6, Airbag duplo, bicom-bustível, freios ABS, equipada com direção hidráulica, ar quente, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 2 alto falantes, antena no teto, proteção do motor, pneus e rodas aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo aro 14 para estepe, garantia de 3 anos. Ano/mo- delo: 2014/2015, para a Vigilância Sanitária do Município de Ibiam.	1	VW - Sa- vero	R\$ 40.000,00

### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 5(cinco) dias, para fornecer o item que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

Para cada dia de atraso poderá ser cobrado multa de R\$ 500,00(quinhetos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 15(quinze) dias o presente contrato será cancelada



e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiã, conforme Art. 67 da Lei 8666/93 e portaria 185/2011, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de recursos próprios do Município de Ibiã.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do Orçamento do exercício financeiro de 2014 conforme segue:

Reduzido	Valor	Destinação	Complem. do Detalham.	Entidade
28	9535,27	MANUT. VIGILANCIA SAÚDE SANITÁRIA	44905252000000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
37	23523,86	MANUT. VIGILANCIA SAÚDE SANITÁRIA	44905252000000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
38	6940,87	MANUT. VIGILANCIA SAÚDE SANITÁRIA	44905252000000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 40.000,00(Quarenta mil reais). O valor unitário está descrito na Cláusula Segunda deste contrato. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado conforme cronograma de pagamentos fixado pelo Decreto 2567/2013. A empresa vencedora deve encaminhar a nota fiscal impressa via correio ou pessoalmente, e também nos seguintes endereços: nfe@ibiam.sc.gov.br,compras@ibiam.sc.gov.br. O arquivo XML deve ser enviado no primeiro e-mail(nfe@ibiam.sc.gov.br) O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pela Prefeitura de Ibiã Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O(s) item(n)s, objeto deste contrato tem garantia mínima, contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 3 anos. O contratado deve prestar assistência técnica imediata, num prazo máximo de até 24 horas, sempre que constatado problemas mecânicos decorrentes de defeitos de fabricação, o não cumprimento do previsto nesta cláusula pode ensejar a aplicação de multa diária de R\$ 500,00(quinzentos reais) por dia de atraso.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer

tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 034/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material,

assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 034/2014, Processo Licitatório nº 048/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a

aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 10 de Outubro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AUTO ELITE LTDA

CNPJ: 83.270.397/0009-16

Gerente: Jeferson Moura

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

CPF - 807.451.729-20

Jose Roberto Gonzatto

CPF: 604.201.389-00

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Decreto PMI Nº 252.2014

DECRETO PMI Nº 252, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0009)	Aplicações Diretas	152.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0011)	Aplicações Diretas	22.500,00
Total		175.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

#### Edital 01/2014 de Convocação Para A Criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar E Nutricional de Imbituba

EDITAL 01/2014 DE CONVOCAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IMBITUBA

O Prefeito Municipal de Imbituba, no uso da competência privativa no capítulo IV, da Lei 4.447/2014, de 12/09/14 que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba - COMSEA e a Secretária Municipal de Assistência Social - SEASH, CONVOCA as entidades não governamentais vinculadas à área da alimentação e nutrição, grupos ou movimentos com abrangência municipal, para participarem do Fórum Próprio para a formação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição - COMSEA, com o objetivo de realizar a escolha de instituições representantes da sociedade civil (titulares e suplentes) junto a este Conselho, de conformidade com a referida Lei, a realizar-se em 14/11/14, a partir das 16:00 hrs, na Câmara de Vereadores - Município de

Imbituba, Rua Ernani Cotrin, nº 555, centro, Imbituba/ SC, para comporem o Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba - COMSEA/ Biênio 2014 - 2016, conforme normas previstas neste Edital:

1. A partir da data de publicação do presente Edital, a entidade não governamental que comprove a sua atuação em âmbito municipal, poderá requerer ao referido Conselho sua participação no Fórum Próprio, até as 17:00 horas do dia 10 de novembro de 2014, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, com direito de votar e ser votada, mediante apresentação de cópia dos seguintes documentos:

1.1- Entidades e ou Associações:

- Estatuto devidamente registrado;
- Cópia da Ata da eleição da diretoria vigente;
- Relatório de atividades do último ano;
- Ofício do presidente da entidade solicitando a participação no Fórum e indicando o representante da mesma que terá direito a votar e ser votado (indicação do representante da Entidade: Titular e Suplente que terão assentos no COMSEA);
- CNPJ atualizado da Associação e sem restrições;
- Documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor. (Titular e suplente);
- Comprovante de residência.

2. O mandato será de 02 (dois anos) e o número de vagas: governamentais 04 e não governamentais 08, com seus respectivos suplentes.

3. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH elegerá dentre seus membros, uma Comissão Especial, composta por quatro integrantes, a qual analisará as inscrições até o dia 12 de novembro de 2014. As entidades que tiverem seus pedidos deferidos serão informadas através de ofícios, pela Comissão Especial. A referida Comissão providenciará também a publicação no mural informativo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH e Prefeitura Municipal.

4. A Secretaria M. de Assistência Social e Habitação - SEASH irá eleger uma comissão na função de Presidente, 1º e 2º coordenadores do Fórum, para dirigir os trabalhos.

5. O presidente receberá a nominata das entidades ou Associações qualificadas para concorrerem a uma vaga de representante da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA que tiveram seu pedido de inscrição deferida pela Comissão Especial.

5.1 - Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos setores, será feita votação na plenária do respectivo setor, registrando-se em ata o resultado.

5.2 - O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

5.3 - Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

5.4 - Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos.

5.5 - As entidades não governamentais devidamente credenciadas e aprovadas estarão aptas a votar e receberem votos.

5.6 - Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

5.7 - Serão considerados eleitos os 08 (oito) candidatos com maior votação, sendo os demais suplentes.

5.8 - Em caso de empate entre as entidades, será definido pelo critério de tempo de registro, sendo considerada eleita a entidade mais antiga.

6.0 - O Fórum Próprio é soberano na eleição das ONG's e para dirimir casos omissos.

7.0 - Após a realização do Fórum Próprio, será afixada em locais públicos os nomes das entidades eleitas titulares e suplentes.

Imbituba, 24 de outubro de 2014

Selma Elias Westphal

Secretária M. de Assistência Social e Habitação- SEASH

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

**Portaria PMI Nº 14.2014**

PORTARIA PMI N.º 14, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a representação de membros e reconstitui a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei nº 2.119/2001, de 15 de março de 2001, Alterada pelas Leis nº 2.784, de 16 de dezembro de 2005 e Lei 4.176, de 18 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO a exoneração do Sr. João Borges Moraes da função pública que exercia, conforme a Portaria PMI nº 319, de 14 de julho de 2014;

CONSIDERANDO a demissão do serviço público municipal do Sr. Vilson Citadin Junior, em 14 de março de 2014;

CONSIDERANDO o Ofício ACIM nº 063/2014, de 14 de julho de 2014, oficializando a substituição do Representante Titular daquela entidade,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a representação de membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento, conforme descrição abaixo:

I - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

a) Titular: Antonio Clésio Costa

b) Suplente: Hemerson Mafra

II - Representante Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana:

a) Titular: José Afonso de Carvalho

b) Suplente: Gisele Rocha dos Santos Barjona

III - Representante da Associação Empresarial de Imbituba - ACIM:

a) Titular: Santos Pacheco Alves

b) Suplente: Antonio Carlos Bandeira Guimarães Filho

Art. 2º A composição atualizada do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, fica assim constituída:

I - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

a) Titular: Antonio Clésio Costa

b) Suplente: Hemerson Mafra

II - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

a) Titular: Ivan Vitorio

b) Suplente: Cristiano João Abílio

III - Representante Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana;

a) Titular: José Afonso de Carvalho



b) Suplente: Gisele Rocha dos Santos Barjona

IV - Representante Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Saneamento;

a) Titular: Eduardo dos Passos Nunes

b) Suplente: Jarlex Teixeira

V - Representante Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

a) Titular: Evaldo de Souza

b) Suplente: Gerton Martins

VI - Representante da Associação Empresarial de Imbituba - ACIM

a) Titular: Santos Pacheco Alves

b) Suplente: Antonio Carlos Bandeira Guimarães Filho

VII - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL;

a) Titular: Custódio Juvenal Pacheco

b) Suplente: Joaquim Manoel Freitas

VIII - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Imbituba;

a) Titular: Ricardo Farias Rosa

b) Suplente: Manoel dos Santos Bertoncini

IX - Representante do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba;

a) Titular: Flávio Mauricio

b) Suplente: Edson Alfredo

X - Representante do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

a) Titular: Sérgio Augusto Costa

b) Suplente: Jaime Pacheco Alves

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### Ato da Presidência Nº 044/14

Ato da Presidência nº 044/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE:

I - estabelecer ponto facultativo no dia 27 de outubro de 2014 na Câmara de Vereadores, antecipando a comemoração do Dia do Servidor Público do dia 28 de outubro;

II - comunicar que o ponto facultativo não se aplica aos departamentos e unidades que envolvem a organização das Sessões Ordinárias, que funcionarão no dia 27 de outubro em expediente interno;

III - informar que fica mantida a 36ª Sessão Ordinária agendada para o dia 27 de outubro, segunda-feira, às 19h30min, com sessão aberta ao público; e

IV - informar que a Câmara de Vereadores de Imbituba funcionará normalmente no dia 28 de outubro de 2014.

Gabinete da Presidência, 20 de outubro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

**Ato da Presidência Nº 045/14**

Ato da Presidência nº 045/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 36ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
136	PL nº 4.613/2014	09/10/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a autorização para alienação de bens móveis, veículos inservíveis e/ou obsoletos e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
143	PL nº 4.619/2014	16/10/14	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Altera a redação e suprime dispositivos da Lei nº 3.001, de 13 de dezembro de 2006, que dispõe sobre atendimento ao público nos estabelecimentos financeiros e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
145	PL nº 4.623/2014	23/10/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Ministério da Educação, por intermédio do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PR nº 003/2014	07/10/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera dispositivos da Resolução nº 004, de 21 de agosto de 2007, que institui e aprova o Regimento Interno da Câmara de Vereadores Mirim.	Ordinário	Única	Única

	REQ nº 027/2014	10/10/14	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Câmara de Vereadores de Imbituba que convide o diretor administrativo/financeiro e o diretor clínico do Hospital São Camilo para comparecerem na Câmara para explanação e explicações sobre a situação da entidade.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 028/2014	20/10/14	Legislativo Municipal	Humberto Carlos dos Santos	Requer apresentação de informações quanto ao plano de recuperação/vivificação do Rio Paes Leme e Projeto de Recuperação de Área Degradada.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 23 de outubro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário



**Indaial****PREFEITURA****Termo Aditivo Nº 008 ao Contrato Nº 022/2011**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº008 AO CONTRATO Nº 022/2011  
CONTRATADA: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO  
LTDA

OBJETO: Alteração da cláusula quarta item 4.1.1 e 4.1.3 do contrato original, que tem como objeto a execução dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana, compreendendo a Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Domiciliares localizados na área urbana e rural.

VALOR: R\$155,51 (cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) por tonelada para os serviços de Coleta, Transporte e Descarga de Resíduos Sólidos Domiciliares localizados na área urbana e rural

ASSINATURA: 24/10/2014

**Irineópolis****PREFEITURA****Extrato de Homologação Nº 58/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 58/2014  
INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Marcopolo S/A.

Irineópolis, 25 de setembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 68/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 68/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Marcopolo S/A.

Objeto: Aquisição de 01 ônibus rural escolar - ore 1 (4 x 4), conforme adesão a ata de registro de preços do pregão eletrônico nº 63/2013/fnde/mec e ofício nº 19613/2014.

Vigência: 25.09.2014 a 24.09.2015

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**LC 095/2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º 095/2014.

"Dispõe sobre a ampliação de vagas em cargo do quadro de pessoal efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis e dá outras providências".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas em cargo do quadro de servidores efetivos do Magistério Público Municipal, instituído através da Lei Complementar n.º 056/2012 de 08/02/2012, e posteriores alterações, conforme estabelecido nas disposições desta Lei.

Art. 2º Fica autorizada a abertura de mais 02 (duas) vagas no cargo de Professor de Música, as quais ficam incorporadas ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal conforme especificado no quadro abaixo:

Ampliação:

Cargo	Nº vagas a acrescentar	Carga Horária	Salário Inicial R\$	Habilitação
Professor de Música	02	40h/sem	1.805,54	Portador de diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura em Música ou Licenciatura em Ed. Artística com habilitação em música ou Licenciatura em Ed. Artística e Especialização em música.

§ 1º O Anexo III - Quadro e Vagas e de Funções de Gestão do Magistério Público Municipal da LC nº 056/2012, passa a vigorar com a composição constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 056/2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis - SC, em 24 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### ANEXO ÚNICO - LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2014

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012

#### ANEXO III

#### QUADRO DE VAGAS E DE FUNÇÕES DE GESTÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

##### I - Professores

Escolaridade: Formação nível superior, com habilitação na área pedagógica acrescido ainda do Ensino Médio na Modalidade Magistério, ou ainda, Habilitação em Pedagogia para atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Licenciatura Plena na Educação e Licenciatura Plena na área do conhecimento específico do currículo, para atuar nas Séries Finais do Ensino Fundamental.

Carga Horária: 20 ou 40 horas semanais

Cargo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas		
		Q	P	V
Professor Assistente	40h	02	02	-
Professor de Artes	20h	04	02	02
Professor de Ciências	20h	02	02	-
Professor de Educação Física	20h	07	06	01
Professor de Educação Infantil	20h	10	05	05

Professor de Geografia	20h	02	02	-
Professor de História	20h	02	02	-
Professor de Inglês	20h	06	04	02
Professor de Matemática	20h	03	02	01
Professor de Português	20h	03	02	01
Professor Ensino Fundamental (1º a 4º série)	20h	77	44	33
Professor Especialista em Educação Inclusiva	40h	07	03	04
Professor Auxiliar em Educação Inclusiva	40h	07	04	03
Professor de Música	40h	03	01	02
Professor de Tecnologia Educacional	40h	03	01	02

#### EDITAL TESTE SELETIVO 003/2014

#### TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

#### EDITAL Nº 003/2014

#### Prefeitura Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, torna público que se encontram abertas de 27/10/2014 a 07/11/2014 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício dos anos 2014/2015, com fundamento na Lei Complementar Municipal 064/2013; para as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais I e Auxiliar de Serviços Gerais II, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais I e Auxiliar de Serviços Gerais II, disponíveis na Prefeitura Municipal, a serem admitidos em caráter temporário para os anos de 2014/2015.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

#### 2. DAS VAGAS:

2.1. O preenchimento das vagas dar-se-á, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A inscrição deverá ser feita na Prefeitura Municipal, Rua Paraná nº 200, Centro, Irineópolis. Para efetuar a inscrição candidato deverá:

a) Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;

b) Entregar os documentos exigidos para a efetivação da inscrição até o dia 07/11/2014 às 15h00min na Prefeitura Municipal, no departamento de RH, para análise da Comissão do Teste Seletivo.

3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição.

3.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Teste Seletivo.

3.4. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão do Teste Seletivo o direito de excluir do mesmo aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.6. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.7. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas até dia 10/11/2014, no mural de publicações da prefeitura municipal e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br), onde caberá recurso até dia 01/11/2014 dirigido à Comissão do Teste Seletivo.

#### 4. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

4.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

- a) Prova de identidade; (Fotocópia RG ou Carteira Profissional);
- b) Certidão de nascimento dos filhos fotocópia;
- c) Fotocópia Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;
- d) CPF (fotocópia);
- e) Fotocópia de conclusão do Ensino Fundamental (séries iniciais).

#### 5. DA SELEÇÃO

5.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Prefeitura Municipal de Irineópolis, com objetivo de substituir servidores efetivo que estejam afastados.

#### 6. DAS PROVAS:

6.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos as atividades pretendidas; 10 (dez) questões de conhecimentos gerais.

6.2. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

6.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

#### 7. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

7.1. A prova escrita terá duração máxima de 01h30min e será realizada no dia 14/11/2014, com início às 09h00min, nas dependências do Centro de Uso Múltiplo - Rua Guanabara nº 288, Centro, Irineópolis- Sc.

7.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 15(quinze) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

7.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

7.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao

candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II- consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

7.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

7.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 30 (trinta) minutos a partir do início.

7.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinares o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o representante da comissão organizadora dos testes.

#### 8. CLASSIFICAÇÃO GERAL

8.1. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos até 24 horas após a divulgação da classificação, encaminhados através de requerimentos à Comissão do Teste Seletivo na Prefeitura Municipal, no departamento de RH.

8.2. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos estarão disponíveis no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br), após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

8.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 17/11/2014 às 11h30min;

8.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

8.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

8.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

#### 9. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

9.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

A) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

B) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo.

C) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado admissional fornecido pelo médico.

D) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

E) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira de Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Prova de quitação com as obrigações eleitorais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

9.2. Os classificados serão notificados a comparecer no

departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

9.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

#### 10. DO REGIME JURÍDICO

10.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Municipal, vinculadas ao regime geral de Previdência Social.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Prefeitura Municipal;

11.2. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram a (o) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Prefeitura Municipal, observada a ordem de classificação dos candidatos;

11.3. O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

11.4. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.

11.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 24 de outubro de 2014

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

#### TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 003/2014

Prefeitura Municipal de Irineópolis

#### ANEXO I

#### CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA O CARGO A NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL/SÉRIES INICIAIS

Cargo:

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I E/OU II:

Ortografia. Abreviaturas e siglas mais comuns. Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Noções de limpeza e higiene. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Cuidados que devemos ter

com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Interpretação de textos. Vocabulário. Variações linguísticas conforme o contexto social. Classes de palavras e suas flexões.

#### TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 003/2014

Prefeitura Municipal de Irineópolis

#### ANEXO II

#### DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

- Inspeccionar corredores, pátio, áreas e instalações dos prédios da prefeitura, verificando as necessidades de limpeza, reparos, condições de funcionamento da parte elétrica, hidráulica e outros aparelhos, para efetuar os serviços necessários.
- Cuidar da higiene das dependências e instalações, efetuando os aparelhos, para efetuando os trabalhos de limpeza, remoção ou incineração dos resíduos, para manter o edifício nas condições de asseio requerido;
- Comunicar o chefe imediato de ocorrências surgidas;
- Encarregar-se da recepção, distribuição e controle do consumo de material utilizado;
- Efetuar pequenos serviços e requisitar pessoal habilitado para reparos das instalações;
- Executar outras atividades correlatas

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

- Inspeccionar corredores, pátio, áreas e instalações dos prédios da prefeitura, verificando as necessidades de limpeza, reparos, condições de funcionamento da parte elétrica, hidráulica e outros aparelhos, para efetuar os serviços necessários.
- Efetuar serviços de copa e cozinha;
- Comunicar o chefe imediato de ocorrências surgidas;
- Encarregar-se da recepção, distribuição e controle do consumo de material utilizado;
- Nas escolas municipais, receber, conferir, estocar, preparar e distribuir merenda
- Executar outras atividades afins

#### TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 003/2014 PMI

Prefeitura Municipal de Irineópolis

#### ANEXO III

		Nº DA INSCRIÇÃO:
NOME:		
CEDULA DE IDENTIDADE Nº		CPF Nº:
ENDEREÇO:		
CIDADE:		ESTADO:
E-MAIL:		
Nº TELEFONE:	Nº TELEFONE CELULAR:	

Irineópolis - SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

Comprovante de Inscrição do Teste Seletivo 003/2014 PMI

Inscrição Nº:	
Responsável Pela Inscrição:	
Data: __/__/____	Ass. Responsável:

**DECRETO 2702/2014**

Decreto nº 2.702/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 20.256,95 (Vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
02.09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (118)	R\$ 20.256,95
Aplicações Diretas	
T O T A L .	
R\$ 20.256,95	

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 – PODER EXECUTIVO	
02.09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário	
3.2.90.00.00.00.00.00.0100 (114)	R\$ 10.256,95
Aplicações Diretas	
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (115)	R\$ 10.000,00
Aplicações Diretas	
T O T A L .....	
R\$ 20.256,95	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

Itá

**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 059/2014, Pregão Presencial Nº 037/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 10 de novembro de 2014, para execução de serviços de conservação rodoviária (Roçada Mecanizada Costal/Limpeza Sarjetas) na malha rodoviária estadual, de abrangência do Município de Itá. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 10 de outubro de 2014 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 24 de Outubro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal



**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Licitação Nº 36/2014**

Processo Licitatório nº 36/2014, Pregão Presencial nº 21/2014. Objeto: Contratação de serviços médicos ambulatoriais de urgência/emergência a serem prestados na Unidade do Pronto Atendimento da SMS durante o período de 12 (doze) horas (das 20:00 hs às 08:00) em dias da semana e 24 horas em finais de semana (sábados e domingos) e feriados. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 07 de novembro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 07 de novembro de 2014 na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

Itaiópolis, 24/10/2014.  
Gervásio Uhlmann,  
Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****Homologação do Processo Administrativo de Licitação Nº 143/2014****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Homologa resultado de Processo Administrativo Licitatório.

MILTON SIMON, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 43 da lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94,

**HOMOLOGA**

1º - Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 143/2014, na modalidade de CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO, sendo vencedora a Sra. NEIDE SEHN EPPING, CPF nº 040.528199-42, com o valor total de R\$ 5.076,88 (Cinco mil e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos). Esta homologação entra em vigor nesta data, revogadas disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 24 de outubro de 2014.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 94/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME, com sede á Rua Elzira Bley Maia, nº 70, Centro - Mafra/SC, CEP: 89.300-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.034.833/0001-88, e Inscrição Estadual nº 256.476.870, representada neste ato pela administradora, a Sra. GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO, portador do CNPJ/MF nº 053.001.379.79, e do CI.RG nº 3.870.679-2 SSP/SC. Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 - PROCESSO Nº 116/2014;  
Objeto: Aquisição de Material Esportivo para uso da Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.  
Valor total: R\$ 14.435,80,00 (catorze mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).  
Data da assinatura: 22/10/2014;  
Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

Itapoá, 24 de outubro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### Edital de Pregão Presencial Nº 73/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014  
PROCESSO Nº 134/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 07 de novembro de 2014 na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para aquisição de 01 (um) veículo tipo utilitário passageiro, para uso da secretaria municipal da saúde, conforme especificações constantes no anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão" ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 23 de outubro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 24 de outubro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) , para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 70/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS E 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS, ABERTURA DE RUAS, VALAS E LIMPEZA DE CANAIS EXTRAVASORES E RIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL.. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	OILSON ZAGONEL
ROGÉRIO ANDRIOLI - ME	NÃO CREDENCIADO - NÃO ATENDEU AO ITEM 4.1 DO EDITAL
TERPY PRESTADORA DE SERVICO LTDA ME	FRANCISCO DELFINO DE FARIAS
PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSP. E TERRAPLANAGEM LTDA ME	ANDERSON JOSE DEMBICKI
PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME	PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO
SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME	JACIR JOSE MERLO

Analizados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada(s) para a fase de lances a(s) empresa(s):



Itens Desclassificados		
1186434 - TERPY PRESTADORA DE SERVICO LTDA ME		
Item	Descrição	Motivo
1	SERVIÇOS DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS TRAÇADAS (4X4), CONCHA TRAPEZOIDAL, CONCHA DE LIMPEZA DE VALAS, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR À 2010, COM OPERADOR, E 02 (DOIS) AJUDANTES POR MÁQUINA, CONTEMPLANDO COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, E SEGUROS, PARA ABERTURA E LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE RUAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS (MANILHAS).	Licitante solicitou desclassificação por preço inexequível.
2	SERVIÇOS DE 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL DE 16 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR À 2010, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E SEGUROS PARA ABERTURA DE VALAS E RUAS E LIMPEZA DE CANAIS EXTRAVASORES E RIOS.	Licitante solicitou desclassificação por preço inexequível.

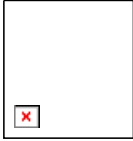
Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 24 de outubro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeiro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME OILSON ZAGONEL	PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME ANDERSON JOSE DEMBICKI

PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO	ROGÉRIO ANDRIOLI - ME
TERPY PRESTADORA DE SERVICO LTDA ME FRANCISCO DELFINO DE FARIAS	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME JACIR JOSE MERLO

RELATÓRIO DOS LANCES DO PREGÃO Nº 70-2014



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Compras  
Relatório de Lances do Pregão

Pág 1 / 2

**Processo:** 129/2014  
**Licitação:** 70/2014  
**Modalidade:** Pregão Presencial  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS E 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS, ABERTURA DE RUAS, VALAS E LIMPEZA DE CANAIS EXTRAVASORES E RIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL.

Item:	1	Produto:	SERVIÇOS DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS TRACADAS (4x4), CONCHA TRAPEZOIDAL, CONCHA DE LIMPEZA DE VALAS, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010, COM OPERADOR, E 02 (DOIS) AJUDANTES POR MÁQUINA, CONTEMPLANDO COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO, E SEGUROS, PARA ABERTURA E LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE RUAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS (MANILHAS).	Unidade:	H	Quantidade:	4.000
Rodada	Nome Fornecedor	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Situação		
0	PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME		116,00	464.000,00	Proposta		
0	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME		116,00	464.000,00	Proposta		
0	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME		114,00	456.000,00	Proposta		
0	PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME		114,00	456.000,00	Proposta		
1	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME		113,90	455.600,00	Lance		
1	PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME		0,00	0,00	Declinou		
1	PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME		0,00	0,00	Declinou		
1	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME		113,85	455.400,00	Lance		
2	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME		0,00	0,00	Declinou		
	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME		113,85	455.400,00	Vencedor		

Item:	2	Produto:	SERVIÇOS DE 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL DE 16 TONELADAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO E SEGUROS PARA ABERTURA DE VALAS E RUAS E LIMPEZA DE CANAIS EXTRAVASORES E RIOS.	Unidade:	H	Quantidade:	1.500
Rodada	Nome Fornecedor	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Situação		
0	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME		158,00	237.000,00	Proposta		
0	PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME		158,00	237.000,00	Proposta		
0	PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME		157,00	235.500,00	Proposta		
0	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME		156,00	234.000,00	Proposta		
1	PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME		0,00	0,00	Declinou		
1	SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME		0,00	0,00	Declinou		
1	PAULO POMPILIO DO NASCIMENTO ME		0,00	0,00	Declinou		
	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME		156,00	234.000,00	Vencedor		



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Compras  
Relatório de Lances do Pregão

Pág 2 / 2

**RESUMO DE VENCEDORES**

Vencedores		
Fornecedor / Representante	Itens	Valor Total
OILSON ZAGONEL OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	2, 1	689.400,00

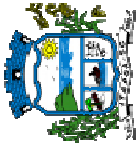
Comissão de Licitação:

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro
MARIZA APARECIDA FILLA Membro
FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro

Fornecedores:

OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME OILSON ZAGONEL
TERPY PRESTADORA DE SERVICO LTDA ME FRANCISCO DELFINO DE FARIAS
PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA ME ANDERSON JOSE DEMBICKI
PAULO POMPILO DO NASCIMENTO ME PAULO POMPILO DO NASCIMENTO
SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA ME JACIR JOSE MERLO

Relatório de Vencedores do Pregão Nº 70-2014



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Compras

Relatório de Vencedores do Pregão

codigoCliente: 2089 numeroMinuta: 70 anoMinuta: 2014 codigoParticipante: 571687 : Não

Pág 1 / 1

Relatório de Vencedores do Pregão Presencial - 70 / 2014

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total	Situação
1	SERVICOS DE 02 (DUAS) RETROESCAVADEIRAS TRACADAS (4X4), CONCHA TRAPEZOIDAL, CONCHA DE LIMPEZA DE VALAS, ANO DE FABRICACAO NAO INFERIOR A 2010, COM OPERADOR, E 02 (DOIS) AJUDANTES POR MAQUINA, CONTEMPLANDO COMBUSTIVEL, MANUTENCAO, E SEGUROS, PARA ABERTURA E LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE RUAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS (MANILHAS).		H	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	4.000	113,85	455.400,00	
2	SERVICOS DE 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRAULICA, PESO OPERACIONAL DE 16 TONELADAS, POTENCIA MINIMA DE 120CV, ANO DE FABRICACAO NAO INFERIOR A 2010, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL, MANUTENCAO E SEGUROS PARA ABERTURA DE VALAS E RUAS E LIMPEZA DE CANAIS EXTRAVASORES E RIOS.		H	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	1.500	156,00	234.000,00	
Total Geral:							689.400,00	

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
571687 - OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	1, 2	689.400,00

**Secretaria de Obras E Serviços Públicos: Edital de Seleção Para Contrato Temporário Nº 047/2014**

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 047/2014

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato para contratação temporária de Operador de Máquinas Pesadas e Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas.

Considerando envio de Ofício ao Departamento de Recursos Humanos solicitando abertura de novo Concurso Público, para as vagas descritas;

Considerando o maquinário parado por falta de pessoal capacitado;

Considerando o alto custo da manutenção dos veículos;

O Teste Seletivo Simplificado será realizado visando atender as vagas não preenchidas por concurso público, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, mediante cláusulas e condições a serem estabelecidas.

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos a serem contratados, em caráter temporário, para o preenchimento de 02 (duas) vagas de Operador de Máquinas Pesadas e 01 (uma) vaga de Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas, cuja validade deste processo seletivo é de 01 (um) ano a partir da data de publicação, sendo prorrogável por mais um (um) ano ou até a homologação de Concurso Público.

1.2 - As principais atribuições da função encontram-se na Lei Municipal nº 155/2003, conforme abaixo:

Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas

- inspecionar veículos, máquinas pesadas e aparelhos eletromecânicos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças do sistema de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos e de máquinas pesadas;
- fazer soldas de peças metálicas;
- manter limpo o local de trabalho, bem como zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;
- executar outras atribuições afins.

Operador de Máquinas Pesadas

- operar motoniveladoras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, escavadeira hidráulica, retroescavadeira hidráulica e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento do solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e

manipulando os comandos de

marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;

- operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários a fim de garantir sua correta execução;
- por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após, executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- executar outras atribuições afins.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura; c) possuir ensino fundamental completo; d) possuir carteira de habilitação na categoria específica para o cargo de operador de máquinas.

1.4 - Remuneração mensal: R\$ 1.077,84 (mil e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos);

1.5 - O contratado fará jus ao Vale Transporte, Vale alimentação e ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais.

1.6 - O contrato terá vigência durante a necessidade pública conforme a Lei Municipal nº 16/2007, ou até homologação de Concurso Público.

1.7 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações e adicionais, concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº 44/2014 e 155/2003, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

1.8 - O candidato contratado, durante a prestação de serviço temporário, será continuamente avaliado, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

1.9 - A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

**2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Os candidatos deverão atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

- a) ter ensino fundamental completo; b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no momento da contratação; c) ser classificado no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado; d) possuir carteira de habilitação na categoria específica para o cargo de operador de máquinas; e) estar quite com as obrigações eleitorais; f) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; g) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, §

10 da CRFB/88; h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função.

### 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no período de 3 de novembro a 5 de novembro de 2014, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 14:00 horas.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos seguintes documentos em envelope lacrado: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Carteira de Habilitação na Categoria específica para o cargo de operador de máquinas; d) Documentos para a Prova de Experiência Profissional.

3.4 - Os documentos entregues no ato da inscrição deverão estar em um envelope lacrado com a devida identificação do candidato bem como o cargo pretendido.

3.5 - A entrega dos documentos é de inteira responsabilidade dos candidatos.

3.6 - O candidato que não entregar cópia da carteira de identidade, do CPF e da carteira de habilitação na categoria específica para o cargo de operador de máquinas, será eliminado do presente Processo Seletivo Simplificado.

### 4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 047/2014 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos consistirá na soma da pontuação obtida conforme descrito no quadro no item 4.2, podendo o candidato atingir pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

4.2 - Critérios da pontuação:

1. Prova de Experiência Profissional Máximo de 30 (trinta) pontos
2. Prova Prática Máximo de 70 (setenta) pontos.

### 5 - DA PROVA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

5.1 - A Prova de Experiência Profissional compreende a contagem do tempo de experiência profissional pública ou privada no cargo a que se refere o presente Edital.

5.2 - A comprovação do tempo de experiência profissional pública nas esferas municipais, estaduais, federais ou distritais será avaliada mediante apresentação de certidão preenchida pela administração pública correspondente, em papel timbrado.

5.3 - A comprovação de tempo de experiência profissional privada no cargo será avaliada

mediante apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho) ou Contrato de Trabalho Específico.

5.4 - Entende-se por tempo de experiência profissional o tempo em que o candidato tenha exercido ou exerça atribuições que tenham relação direta com as atribuições do cargo

pretendido (operador de máquinas ou mecânico), independentemente da nomenclatura dada no serviço (emprego) exercido.

5.5 - O tempo de experiência profissional será totalizado em ano, mês e dia, computando-se 1 (um) ponto por bimestre, até o máximo de 60 (sessenta) meses, que será somado à nota da Prova de Prática do candidato.

5.6 - Caso o candidato apresente mais de um documento para contagem de tempo de experiência profissional pública e/ou privada no cargo, será considerado o tempo de experiência de apenas um documento.

5.7 - Não serão considerados, para fins de comprovação de tempo de experiência profissional, os estágios obrigatórios e estágios não obrigatórios.

### 6 - DA PROVA PRÁTICA

6.1 - A Prova Prática será realizada dia 8 de novembro de 2014.

6.2 - A Prova Prática será realizada na garagem de máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, na Rua João Batista Velem, 729, centro, tendo início às 08:00 horas.

6.3 - O candidato, no dia da realização da prova prática, terá acesso aos critérios que serão utilizados na avaliação das referidas provas.

6.4 - A prova prática, busca aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades inerentes ao cargo.

6.5 - As atividades a serem executadas terão como base as descrições sumárias do cargo, podendo ser solicitadas todas as atividades ou somente uma específica.

6.6 - O candidato será considerado apto para o desempenho eficiente das atividades do cargo se obtiver nota mínima de 50 (cinquenta) pontos na Prova Prática.

6.7 - O candidato considerado inapto na Prova Prática, obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos, ou que não comparecer para realizar a Prova Prática, será automaticamente eliminado do teste seletivo.

### 7 - DOS RECURSOS

7.1 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no

Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.2 - A divulgação da classificação será dia 10 de novembro de 2014 a partir das 09:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.3 - A interposição de recursos poderá ser feita através de Protocolo na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 11 de novembro de 2014 das 08:00 às 13:30 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.4 - A divulgação da classificação final será dia 13 de outubro, a partir das 12:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

### 8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Os candidatos serão listados segundo o cargo e a ordem decrescente da nota final que será o somatório da nota da Prova de Experiência Profissional e da nota da Prova Prática.

8.2 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará,

sucessivamente, o candidato que: a) Obteve maior nota na Prova Prática; b) Obteve maior nota na Prova de Experiência Profissional; c) Tiver maior idade no dia 25 de outubro de 2014.

8.3 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de acordo com a necessidade do serviço, a convocação dos classificados para contratação.

8.4 - No ato da contratação, o candidato deverá apresentar original e cópia da seguinte

documentação: Cédula de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Título de Eleitor; Certidão de Quitação Eleitoral (internet); Certidão de nascimento ou casamento; Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep; Uma foto recente; Comprovante de residência; Carteira de habilitação na categoria C para o cargo de operador de máquinas; Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo; Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC); Certidão de Nascimento dos Filhos; Certidão de Regularidade do CPF (internet); Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição; Declaração de bens e ou IRRF; Declaração de não ter sofrido processo disciplinar; Declaração de dependentes para Imposto de Renda; Tipagem sanguínea; Laudo médico; comprovante de abertura de conta corrente na Caixa Econômica Federal.



8.5 - Conforme a necessidade, será feita a convocação dos candidatos, seguindo-se a classificação final no presente Edital de Teste Seletivo, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data marcados ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no subitem 8.4, será desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação final.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Administração e Finanças.

#### 9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexacta ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos através de comissão nomeada pelo Secretário Municipal, para tal fim, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 24 de outubro de 2014.

Jeferson Rubens Garcia

Secretário de Obras e Serviços Públicos

#### **Termo Aditivo Nº 56/2014 Que Visa Prorrogar O Contrato Administrativo Nº 31/2014. (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO Nº 56/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a reforma da Unidade Básica de Saúde da Família, da Barra do Saí, compreendendo 221,34m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014 - PROCESSO Nº 43/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 31/2014, em 60 (sessenta) dias contados a partir do dia 23/10/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 31/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 31/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 23 de outubro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
Testemunhas:	
Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:



# Ituporanga

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 315, de 23 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 0315, de 23 de outubro de 2014

“Aprova os Editais nº 02/2014 e 03/2014, que abre Inscrições para o Processo Seletivo para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO”.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 1.482, de 09.12.93, 1.839, de 31.12.00 e 2.189, de 27.09.07, 2.196.01.11.07, LC 017, de 03.10.07, LC nº 020, de 17.12.2008 e LC 047 de 09.09.2013;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o Edital nº 02/2014, de 20 de outubro de 2014, que trata das inscrições para o Processo Seletivo, e define normas para Admissão em Caráter Temporário de Profissionais (Professores) do Magistério da Secretaria da Educação e o Edital nº 03/2014, de 20 de outubro de 2014 para prover demais cargos da Prefeitura do Município de Ituporanga, como: Educador Social, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Equipamentos, Servente, Vigia e Auxiliar de Consultório Dentário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
23 de outubro de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA  
Prefeita em exercício do Município

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação Nº 021/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo decreto nº 012/2014 de 22 de Janeiro de 2014, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, o Sr. Antonio João de Fáveri e de conformidade com a Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna publico a realização de Dispensa de Licitação nº 021/2014/PMJM, Processo Licitatório nº 114/2014/PMJM no dia 24/10/2014 às 11:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado/SC, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando:

- a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo município, que hoje representam em média 400 servidores, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo publico da contratada, abrangendo servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários, ou seja, qualquer pessoa que mantenha ou venha manter vínculo de remuneração com o município, seja recebendo efeito deste instrumento, creditados, em contrapartida da efetivação de débito na conta do município.
- b) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da conta única do município (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos de correntes de contratos de convênios em outras instituições financeiras;
- c) Centralização e movimentação financeira do município, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais, bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras;
- d) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como quaisquer pagamentos ou outras transferência de recursos financeiros feitos pelo município a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras;
- e) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo municipal, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e / ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição, por força de lei ou exigência do órgão repassador;
- f) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do município de Jacinto Machado, bem como dos recursos dos fundos a que alude alínea "e";
- g) Centralização na contratada dos depósitos judiciais de processos judiciais de quaisquer naturezas, nos casos em que o município possua autonomia na definição do banco depositário;
- h) Centralização na arrecadação de todos os tributos cobrados pelo município de Jacinto Machado mediante a utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada da contratada;
- i) Concessão de crédito aos servidores ativos e inativos, pensionistas e estagiários da prefeitura municipal de Jacinto Machado / SC e órgãos da administração direta e indireta, mediante consignação em folha de pagamento, atendida os requisitos e pressupostos

regulamentares de ordem interna da contratada.

JACINTO MACHADO, 24 de Outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Ata 12/2013 TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013 - TA 01

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador e a empresa DIMASTER COM. PROD. HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rua Vasco da Gama, nº 33, no município de Barão do Cotegipe, RS, representada neste ato pelo Sr. Odair José Balestrin, portador do CPF nº 811.773.489-34 e RG nº 2.237.502, doravante denominada DETENTORA resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 12/2013, firmada em 16/01/2014, proveniente do Pregão Presencial nº 35/2013/FMS, Processo de Licitação nº 42/2013/FMS, cujo objeto é o registro de preços para aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2014, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 260 e 265 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
260	Salbutamol aerosol 100 mcg/ dose 200 doses	fr	GLENMARK	3,50	4,00
265	Sinvastatina 40 mg	cp	SANVAL	0,095	0,133

Permanecem inalteradas as ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 12/2013.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 24 de outubro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE - Prefeito

DIMASTER COM. PROD. HOSP. LTDA  
ODAIR JOSÉ BALESTRIN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### Edital de Audiência Pública EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2015, que acontecerá no dia 31 de outubro de 2014, às 17:00 horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Joaçaba ( antiga Câmara de Vereadores), à Avenida XV de Novembro, nº 378.

Joaçaba, 23 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### PORTARIA Nº 3268

PORTARIA Nº 3.268 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

"COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o (a) Servidor (a) Sr. (a) BRUNA BENDER PRANDO, Médico Veterinário, para prestar serviços junto aquele órgão, visando possibilitar a execução de programa na área de inspeção de produtos de origem animal, em conformidade com o convênio n.º 21/2013 - PMJ.

Art. 2º - O prazo de vigência deste convênio é de 05 (cinco) anos, iniciado na data de assinatura do respectivo convênio, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 27 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 24 de outubro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## IMPRES

### Credenciamento Instituições Financeiras

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA 0001/2014 - 05

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, através da Presidente do Conselho de Administração do IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, Sra. Sonia Aparecida Borchers declara, nos termos da Portaria MPS nº 519, de 24 de Agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de Outubro de 2013, e do Edital de Credenciamento nº 0001/2014, que BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, CNPJ- 62.375.134-0001-44, apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada, aprovada, sendo considerada credenciada junto ao IMPRES para a possível

alocação de recursos financeiros do Regime Próprio.

O presente Certificado de Credenciamento não gera, para o IMPRES, quaisquer obrigações de alocar seus recursos, contratar ou aplicar junto ao BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, CNPJ- 62.375.134-0001-44, mas somente o direito a participar do banco de dados de entidades credenciadas, ou seja, consideradas aptas a receberem os recursos financeiros do IMPRES.

Joaçaba - SC., 24 de outubro de 2014.

Presidente Conselho de Administração IMPRES

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA 0001/2014 - 06**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, através da Presidente do Conselho de Administração do IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, Sra. Sonia Aparecida Borchers, declara, nos termos da Portaria MPS nº 519, de 24 de Agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de Outubro de 2013, e do Edital de Credenciamento nº 0001/2014, que BANCO BRADESCO S.A., CNPJ- 60.746.948/0001-12, apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada, aprovada, sendo considerada credenciada junto ao IMPRES para a possível alocação de recursos financeiros do Regime Próprio.

O presente Certificado de Credenciamento não gera, para o IMPRES, quaisquer obrigações de alocar seus recursos, contratar ou aplicar junto ao BANCO BRADESCO S.A., CNPJ- 60.746.948/0001-12, mas somente o direito a participar do banco de dados de entidades credenciadas, ou seja, consideradas aptas a receberem os recursos financeiros do IMPRES.

Joaçaba - SC., 24 de outubro de 2014.

Presidente Conselho de Administração IMPRES

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA 0001/2014 - 07**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, através da Presidente do Conselho de Administração do IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, Sra. Sonia Aparecida Borchers declara, nos termos da Portaria MPS nº 519, de 24 de Agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de Outubro de 2013, e do Edital de Credenciamento nº 0001/2014, que PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, CNPJ- 03.317.692/0001-94, apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada, aprovada, sendo considerada credenciada junto ao IMPRES para a possível alocação de recursos financeiros do Regime Próprio.

O presente Certificado de Credenciamento não gera, para o IMPRES, quaisquer obrigações de alocar seus recursos, contratar ou aplicar junto à PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, CNPJ- 03.317.692/0001-94, mas somente o direito a participar do banco de dados de entidades credenciadas, ou seja, consideradas aptas a receberem os recursos financeiros do IMPRES.

Joaçaba - SC., 24 de outubro de 2014.

Presidente Conselho de Administração IMPRES

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO**

**FINANCEIRA 0001/2014 - 08**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, através da Presidente do Conselho de Administração do IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, Sra. Sonia Aparecida Borchers declara, nos termos da Portaria MPS nº 519, de 24 de Agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de Outubro de 2013, e do Edital de Credenciamento nº 0001/2014, que VETHOR AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI, CNPJ- 11.789.756/0001-88 apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada, aprovada, sendo considerada credenciada junto ao IMPRES para a possível alocação de recursos financeiros do Regime Próprio.

O presente Certificado de Credenciamento não gera, para o IMPRES, quaisquer obrigações de alocar seus recursos, contratar ou aplicar junto à VETHOR AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI, CNPJ- 11.789.756/0001-88, mas somente o direito a participar do banco de dados de entidades credenciadas, ou seja, consideradas aptas a receberem os recursos financeiros do IMPRES.

Joaçaba - SC., 24 de outubro de 2014.

Presidente Conselho de Administração IMPRES

**CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA 0001/2014 - 09**

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, através da Presidente do Conselho de Administração do IMPRES - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, Sra. Sonia Aparecida Borchers declara, nos termos da Portaria MPS nº 519, de 24 de Agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de Outubro de 2013, e do Edital de Credenciamento nº 0001/2014, que EMPIRICA INVESTIMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ- 10.896.871/0001-99 apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada, aprovada, sendo considerada credenciada junto ao IMPRES para a possível alocação de recursos financeiros do Regime Próprio.

O presente Certificado de Credenciamento não gera, para o IMPRES, quaisquer obrigações de alocar seus recursos, contratar ou aplicar junto à EMPIRICA INVESTIMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ- 10.896.871/0001-99, mas somente o direito a participar do banco de dados de entidades credenciadas, ou seja, consideradas aptas a receberem os recursos financeiros do IMPRES.

Joaçaba - SC., 24 de outubro de 2014.

Presidente Conselho de Administração IMPRES

# Lages

## PREFEITURA

### CC 06-2014 PML

Prefeitura do Município de Lages  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria da Administração  
Executivo de Licitações e Contratos

### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 06/2014 PML  
Objeto: Prestação de Serviços de Terraplanagem do Terreno para Construção da Fábrica da Sinotruk  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 27/11/2014 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 6.193.247,78

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de outubro de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

### Extrato Contrato 61/2014 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 061/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: CENTRI MAQUINAS ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 14.214.292/0001-70, com sede a Rua Paranaíba, 869 - Barracão A - Emiliano Pernetá CEP 83.324-390 - Pinhais/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Automatização de Comportas e Esteira Mecanizada, para Elevatória da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Caça e Tiro, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do contrato, até sua vigência que será até 31/12/2014.;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

Lages, 30 de Junho de 2014.  
Vilson Rodrigues da Silva  
Secretário SEMASA

### Extrato Contrato 62/2014 Semas

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 062/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: TECNI-AÇO INDUSTRIA METALURGICA LTDA EPP inscrita no CNPJ n.º 85.376.994/0001-06, com sede a Rua Heliodoro Muniz 1589 - 1589 - Cidade Alta - CEP 88514-600 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Automatização de Comportas e Esteira Mecanizada, para Elevatória da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Caça e Tiro, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do contrato, até sua vigência que será até 31/12/2014.;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 16.960,00 (dezesesseis mil, novecentos e sessenta reais)

Lages, 30 de Junho de 2014.  
Vilson Rodrigues da Silva  
Secretário SEMASA



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Comunicado Audiencia

#### COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 10h00min do dia 27 de Outubro de 2014, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para discussão sobre a elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual 2015, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, do Fundo Municipal de Saúde e do Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 23 de Outubro de 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

### Edital de Pregao Nº115/2014 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº115/2014 - PMLM

PROCESSO Nº115/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 6 de novembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível ( diesel e diesel S10) , para manutenção das estradas rurais de Lauro Muller, conforme condições fixadas no proposta 13760, programa de transferência nº2014003578 do Governo do Estado de Santa Catarina. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de outubro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

### Edital de Pregao Nº116/2014 - Pmlm

EDITAL DE PREGAO Nº116/2014 - PMLM

PROCESSO Nº116/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 6 de novembro de 2014 às 11:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação serviços de hora máquina, conforme condições fixadas na proposta 13267, programa de transferência nº2014003250 do Governo do Estado de Santa Catarina. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 24 de outubro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

### Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 126/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 126/2014 PMLM

Contrato Original: 126/2014

Processo Licitatório nº 68/2014 - Inexigibilidade de licitação nº 68/2014

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE.

Valor aditivado: R\$ 5.012,50 ( cinco mil doze reais e cinquenta centavos).

Contratado: AGROPECUARIA SERRA DO RIO RASTRO.

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

### Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 173/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 173/2014 PMLM

Contrato Original: 173/2014

Processo Licitatório nº 94/2014 - Pregão Presencial nº 94/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível (óleo diesel), para manter a frota de veículos, maquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal, durante o exercício de 2014.

Valor aditivado: R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais).

Contratado: Rudipel Rudnick Pretoleo LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº42/2014 - Processo Licitatório Nº 60/2014

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº42/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item visando a aquisição de aparelhos e equipamentos de avaliação, eletroterapia e reabilitação em geral para a clínica de fisioterapia, que beneficiará as pessoas que precisam de reabilitação e tratamento fisioterápico no município, conforme especificações técnicas e de quantidades descritas no Anexo I do edital e demais anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 08:30h do dia 04 de novembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h140min do dia 04/11/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis, 24 de novembro de 2014.  
Gilmar Francisco Peretti  
Pregoeiro.

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1.098/2014

LEI Nº 1.098, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	175.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	175.000,00
Função	12	Educação	175.000,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	175.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	175.000,00
Projeto/ Ativi-dade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensi-no Fundamental	20.000,00
Categoria Econô-mica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	20.000,00
Projeto/ Ativi-dade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar	105.000,00
Categoria Econô-mica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	93.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	93.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	93.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	93.000,00
Categoria Econô-mica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encar-gos Sociais	12.000,00



Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretária da Educação Cultural e Desporto - Ensino Fundamental	50.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Educação	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Educação	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			175.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	175.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	175.000,00
Função	12	Educação	175.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	157.165,00
Programa	0004	Educação é Tudo	157.165,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	107.165,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	107.165,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	107.165,00

Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	107.165,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	107.165,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	17.835,00
Programa	0004	Educação é Tudo	17.835,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	17.835,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.835,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	17.835,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	17.835,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	17.835,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	50.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	50.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Educação	50.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			175.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 099/2014

DECRETO Nº 099, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

"Decreta ponto facultativo de trabalho nas repartições públicas municipais e dá outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII e com o art. 98, I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo de Trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 28 de outubro de 2014, terça-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art 3º Nas escolas e Centro municipal de educação infantil, as aulas, bem como, o transporte escolar e demais atividades, acontecem normalmente, tendo em vista, que os professores, motoristas e demais servidores da Secretaria Municipal da Educação, comemoram a data no dia 15 de outubro, Dia do Professor.

Art. 4º No Centro de Saúde Santa Paulina, durante o Ponto Facultativo, os atendimentos serão feitos normalmente por uma equipe

designada pelo Secretário, para execução dos procedimentos inerentes à atenção básica.

Art. 5º Caso haja necessidade, justificada por interesse público, calamidade pública, motivo fortuito ou de força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Decreto N.º 101/2014

DECRETO Nº 101, DE 24 DE OUTUBRO 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.097, de 23 de outubro 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	120.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	120.000,00
Função	26	Transporte	120.000,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	120.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	120.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	120.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	120.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	120.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	120.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	120.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	5.500,00
Função	20	Agricultura	5.500,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	5.500,00

Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.500,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Função	8	Assistência Social	1.000,00
Sub-Função	242	Assistência ao Portador com Deficiências	1.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	1.000,00
Projeto/ Atividade	2.023	Pagamento de Benefício a Pensionistas	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas correntes	1.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
Função	8	Assistência Social	3.000,00
Sub-Função	243	Assistência a Criança e Adolescente	3.000,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do FIA	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00

Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			129.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	30.250,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	30.250,00
Função	20	Agricultura	25.250,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	25.250,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	25.250,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	20.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	200,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	200,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	200,00
Função	17	Saneamento	5.000,00
Sub-Função	511	Saneamento Básico Rural	5.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.031	Controle do Borrachudo	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.029	Compra de Equipamentos para Grupos de Agricultores	5.050,00

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.050,0
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.050,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.050,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.050,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	71.020,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	71.020,00
Função	26	Transporte	14.520,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	14.520,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	14.520,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	4.520,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	4.520,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.520,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.520,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.520,00
Projeto/ Atividade	1.048	Construção de Ponte de Concreto - Rio das Pedras	10.000,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Função	17	Saneamento	12.500,00
Sub-Função	512	Saneamento Urbano	12.500,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	12.500,00
Projeto/ Atividade	1.031	Implantação de Projeto de Coleta e Reciclagem de Materiais	12.500,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	12.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	12.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.500,00

Função	15	Urbanismo	44.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	44.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	44.000,00
Projeto/ Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	44.000,00
Categoria Econômica	4.4.00.00.00	Despesas de Capital	44.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	44.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	44.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0000	Recursos Ordinários	24.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	28.230,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	28.230,00
Função	28	Encargos Especiais	28.230,00
Sub-Função	846	Outros encargos Especiais	28.230,00
Programa	0000	Encargos Especiais	28.230,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	28.230,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	28.230,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	28.230,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	28.230,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	28.230,00
TOTAL DA ANULÇÃO			129.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de outubro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 102/2014

DECRETO Nº 102, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.098, de 23 de outubro 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	175.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	175.000,00
Função	12	Educação	175.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	175.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	175.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar	105.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	93.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	93.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	93.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	93.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretária da Educação Cultura e Desporto - Ensino Fundamental	50.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos de Impostos Educação	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Educação	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			175.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	175.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	175.000,00
Função	12	Educação	175.000,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	157.165,00
Programa	0004	Educação é Tudo	157.165,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	107.165,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	107.165,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	107.165,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	107.165,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	107.165,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	17.835,00
Programa	0004	Educação é Tudo	17.835,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	17.835,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.835,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	17.835,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	17.835,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	17.835,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	50.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	50.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos Educação	50.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			175.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 24 de outubro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal



# Luzerna

## PREFEITURA

### Contrato PML Nº 162.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 162/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 121/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 073/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 121/2014, Pregão Presencial nº 073/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, neste ato representada por seu sócio gerente WILSON DA ROSA, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 858366 e inscrito no CPF/MF sob o nº 539.442.409-87, residente e domiciliado a Rua Jose Maria dos Santos, nº 53, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominada FORNECEDOR 1;

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	Serviços de conserto e reposição de paralelepípedos.	M2	1.000	39,50	39.500,00

O FORNECEDOR 1 EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME, responsável pelo fornecimento do item acima descrito, receberá o valor global total de R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais);

1.2. O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas

contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços deverão ser cotados e prestados em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.6. Os materiais necessários à prestação de serviço serão fornecidos pelo Município, após prévia solicitação ao Setor de Compras;

1.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, garantindo a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais.

1.8. Os prestadores de serviços devem ser educados, ter iniciativa e atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.9. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.10. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade da FORNECEDOR.

1.11. O controle de frequência deverá ser definido pelo Município, cabendo a proponente vencedora responsabilizar-se pelo seu acompanhamento.

1.12. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços parar atender situações fortuitas; e festividades programadas e poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.14. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.15. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega do serviços, à contar da data efetiva do pedido.

1.17. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.18. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 - email: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua realização.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado



já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR,

nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0401.04.122.0004.2004 –manutenção da assessoria jurídica

Atividade- 0501.04.122.0004.2005 –manutenção da assessoria de planejamento

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental

Atividade- 0801.12.363.0037.2034 –manutenção das atividades de ensino profissionalizante

Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memoria cultural  
Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes  
Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente  
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção e conservação dos serviços urbanos  
Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal  
Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município  
Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal  
Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde  
Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária  
Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral  
Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

WILSON DA ROSA

EMPREITEIRA DE CONST. CIVIL OLIVEIRA LTDA ME  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### CONTRATO PML Nº 163.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 163/14

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 121/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 073/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 121/2014, Pregão Presencial nº 073/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2 - FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.770.138/0001-20, com endereço na Av. Caetano Natal Branco, nº 5530, Centro, na cidade Luzerna/SC, CEP 89609-000, representada por seu sócio-administrador DIRCEU ANTONIO BEAL, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.303.772 / SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 436.518.109-25, residente e domiciliado Av. Caetano Natal Branco, nº 5530, Centro, na cidade Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo. Os quantitativos totais expressos no Anexo

I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Serviços de conserto e reposição de passeios públicos no município de Luzerna.	M2	1.000	29,80	29.800,00
2	Serviços de conserto e reposição de meio-fio no município de Luzerna	M2	800	19,80	15.840,00

O FORNECEDOR 2 FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME, responsável pelo fornecimento do item acima descrito, receberá o valor global total de R\$ 45.640,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais);

1.2. O objeto da presente licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os serviços deverão ser cotados e prestados em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.5. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

1.6. Os materiais necessários à prestação de serviço serão fornecidos pelo Município, após prévia solicitação ao Setor de Compras;

1.7. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, garantindo a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais.

1.8. Os prestadores de serviços devem ser educados, ter iniciativa e atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.9. O FORNECEDOR é responsável pelos equipamentos de proteção individual e coletivo, não será permitida a presença do funcionário sem que esteja devidamente trajado para a execução dos serviços.

1.10. O transporte do pessoal para a execução dos serviços será de responsabilidade da FORNECEDOR.

1.11. O controle de frequência deverá ser definido pelo Município, cabendo a proponente vencedora responsabilizar-se pelo seu

acompanhamento.

1.12. Os profissionais quando solicitada deverão prestar os serviços para atender situações fortuitas; e festividades programadas e poderá ser estendida sempre que a necessidade do serviço o exigir.

1.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a execução dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.14. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.15. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.16. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega do serviços, à contar da data efetiva do pedido.

1.17. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.18. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.19. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.20. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 - email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua realização.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na

forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo; 6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro

de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0201.04.122.0004.2002 –funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito

Atividade- 0401.04.122.0004.2004 –manutenção da assessoria jurídica

Atividade- 0501.04.122.0004.2005 –manutenção da assessoria de planejamento

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do Departamento de administração

Atividade- 0601.06.181.0010.2011 –manutenção do convênio do corpo de bombeiros

Atividade- 0601.06.181.0010.2012 –manutenção do convenio FUNPOM

Atividade- 0601.06.181.0010.2013 –manutenção do convenio FUNPOC

Atividade- 0801.12.365.0028.2028 –manutenção da educação básica infantil

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação fundamental

Atividade- 0801.12.363.0037.2034 –manutenção das atividades de ensino profissionalizante

Atividade- 0802.13.391.0046.2037 –resgate da memoria cultural

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 –funcionamento e manutenção do setor de esportes

Atividade- 0901.20.606.0052.2042 –manutenção da secretaria da agricultura e meio ambiente

Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção e conservação dos serviços urbanos

Atividade- 1101.15.452.0061.2055 –manutenção da capela mortuária e do cemitério público municipal

Atividade- 1101.26.782.0067.2060 –manutenção e conservação das estradas vicinais do município

Atividade- 1101.26.782.0061.2076 –manutenção das instalações do terminal rodoviário municipal

Atividade- 1001.22.661.0058.2051 –manutenção da incubadora tecnológica de luzerna

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

Atividade- 1301.10.304.0016.2018 –manutenção dos serviços de vigilância sanitária

Atividade- 1201.08.244.0025.2024 –manutenção do centro de multiplouso.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse

de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DIRCEU ANTONIO BEAL

FÁBRICA DE LADRILHOS LUZERNA LTDA ME

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

#### Extrato de Licitação Deserta - PL 0115/2014 - CC 0006/2014 - Remoção E Guarda de Veículos - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório nº 0115/2014 - PML

Concorrência Pública nº 0006/2014 - PML

#### EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA

Denota-se que o presente certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 22 de setembro de 2014; Mural Público a partir do dia 22 de setembro de 2014 e no site do Município de Luzerna ([www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)) a partir do dia 22 de setembro de 2014, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA.

Luzerna/SC, 22 de outubro de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito

**Mafra****PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial Nº 173/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 173/2014**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de plotagem em perfuraid, destinado a fachada da Clínica de Reabilitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 21/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**Maracajá****PREFEITURA****Decreto 114/2014**

DECRETO Nº 114, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, NO DIA 28 DESTE MÊS EM RAZÃO EM QUE SE COMEMORA " O DIA DO SERVIDOR PÚBLICO ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que, a teor do Artigo 246, da Lei Complementar Municipal nº 01, de 5 de agosto de 1997 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Estabelece o Regime Jurídico, o dia 28 de outubro é data consagrada às comemorações alusivas ao " Dia do Servidor Público ";

CONSIDERANDO, que compete ao Chefe do Executivo Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

CONSIDERANDO que é usual a administração municipal instituir um período de recesso dos serviços públicos, concedendo à laboriosa classe de Servidores Municipais a oportunidade de comemorar " O Dia do Servidor Público ";

CONSIDERANDO, que a prática administrativa tem demonstrado que a adoção da medida de que trata esse Decreto, em circunstâncias análogas, gera economia ao erário público;

CONSIDERANDO a necessidade de atender e regulamentar o princípio da continuidade dos serviços públicos, notadamente os essenciais;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse e necessidade administrativa,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 28 de outubro do corrente, Terça-feira, nas Repartições Públicas do Município de Maracajá da Administração Direta e Indireta, tendo em vista as comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público", durante todo o expediente.

Parágrafo único. O expediente no dia 29 de outubro de 2014, Quarta-feira, retornará a sua normalidade, conforme o estabelecido no Decreto Municipal nº 105, de 10 de outubro de 2014, que Institui Horário Especial de Expediente nas Repartições Públicas do Município de Maracajá.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores e Secretário das respectivas Pastas, tais como:

I - a Unidade de Saúde Central "CEMASAS", em Regime de Plantão, vinculada ao Departamento de Saúde;

II - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;



III - as Escolas da Rede Municipal de Ensino e a Creche Municipal "Margarethi Maria Tomazi Rocha", vinculadas ao Departamento de Educação e Cultura;

IV - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Art. 3º Os Diretores e Secretário das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,  
em 23 de outubro de 2014.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 23 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

## Maravilha

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.800/2014

LEI Nº 3.800, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza desmembrar, alterar denominação e finalidade e alienar imóvel urbano, de propriedade do Município de Maravilha/SC para unificação a imóveis lindeiros e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizado o desmembramento e alteração da denominação do imóvel urbano objeto da Matrícula nº 19.280, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sendo:

I - Primeira área desmembrada: Uma Área de Terras, com a área de "Duzentos e vinte e quatro metros e quarenta e oito centímetros quadrados" (224,48 m²), denominada PARTE DA AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, em forma triangular; sem edificações;-confrontando:- ao Norte, com o lote urbano nº (1-A), da quadra nº (35), na extensão de 15,00 metros, de Associação dos Municípios do Entre Rios, Matrícula 14.909;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (2), da quadra nº (35), na extensão de 33,50 metros, de Construtora Oliveira Ltda, Matrícula 817;- ao Oeste, com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 30,00 metros. Referido imóvel passa a denominar-se: Lote Urbano nº (2-A), da Quadra nº (35).

II - Segunda Área desmembrada: Uma Área de Terras, com a área de "Trezentos e setenta e três metros e sessenta e cinco centímetros quadrados" (373,65 m²), denominada PARTE DA AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, sem edificações;-confrontando:- ao Noroeste, com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 41,19 metros;- ao Leste, com o lote urbano nº (2-A), da quadra nº (35), na extensão de 30,00 metros, de Prefeitura Municipal de Maravilha, Matrícula 19.280;- ao Oeste, com o lote urbano nº (2-A), da quadra nº (1), na extensão de 16,70 metros, de Prefeitura Municipal de Maravilha, Matrícula 19.280. Referido imóvel passa a denominar-se: RUA 15 DE NOVEMBRO.

III - Área Remanescente: Uma Área de Terras, com a área de "Novecentos e vinte e nove metros e noventa e dois centímetros quadrados" (929,92 m²), denominada PARTE DA AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, situada na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; sem edificações;- Confrontando:- ao Leste, com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 16,70 metros;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (0), da quadra nº (0), na extensão de 86,309 metros, de Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Matrícula 4.945;- ao Sul, com a Rua Dr. Silvio Noronha, na extensão de 11,68 metros;- ao Noroeste, com os lotes urbanos nºs: (2 e 3), da quadra nº (1), na extensão de 107,614 metros, de Prefeitura Municipal de Maravilha, Matrícula 14.697. Referido imóvel passa a denominar-se: Lote Urbano nº (2-A), da Quadra nº (1).

Art. 2º Fica alterada a finalidade dos imóveis descritos nos Incisos: I - Primeira área desmembrada e III - Área Remanescente, que destinavam-se a uma via pública, para lotes urbanos, em virtude da mudança de traçado da Avenida Euclides da Cunha, realizado pelo Município de Maravilha, para melhorar a mobilidade do trânsito citadino.

Art. 3º Autoriza o Poder Executivo Municipal a ALIENAR POR DOAÇÃO o imóvel anteriormente descrito e caracterizado no Inciso I - Primeira área desmembrada, denominado de: Lote Urbano nº (2-A), da Quadra nº (35), com a área de "Duzentos e vinte e quatro metros e quarenta e oito centímetros quadrados" (224,48 m²), para Construtora Oliveira Ltda, proprietária do imóvel lindeiro, objeto da Matrícula 817, do ORI desta Comarca, para ser unificado ao referido imóvel, tendo em vista que o imóvel do Município de Maravilha é o único acesso para a via pública, do imóvel de propriedade da proprietária Construtora Oliveira Ltda.

Art. 4º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal Autorizado a proceder a UNIFICAÇÃO do imóvel descrito e caracterizado no Inciso III - Área Remanescente, denominado de Lote Urbano nº (2-A), da Quadra nº (1), com a área de "Novecentos e vinte e nove metros e noventa e dois centímetros quadrados" (929,92 m²), ao imóvel lindeiro, objeto da Matrícula 14.697 do ORI desta Comarca, de propriedade da Prefeitura Municipal de Maravilha.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 24 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 137/2014**

DECRETO Nº 137, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova desmembramento de imóvel urbano para fins de unificação e anexação à imóvel lindeiro e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto aprovado o desmembramento de imóvel urbano, de propriedade de Asélio Astor Regner, motorista, portador da CI RG nº 698.951-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 295.474.409-00 e sua esposa dona Maria Joci Regner, técnica em enfermagem aposentada, portadora da CI RG nº 12R-619.635-SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 296.222.129-72; casados pelo regime da comunhão universal de bens, aos 08-01-1977; ambos brasileiros, domiciliados e residentes na Avenida Maravilha nº 548, Maravilha-SC, objeto da Matrícula 10.765, do ORI desta Comarca, com a área de 679,53 m², restando uma área remanescente de 976,28 m², para fins de unificação e anexação à imóvel lindeiro, objeto da Matrícula nº 11.428, de propriedade de Oficina Mecânica Brutscher Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.673.869/0001-57, com sede na Avenida Maravilha nº 514, na Cidade de Maravilha-SC, conforme planta, memorial descritivo e ART, assinados pelo Engenheiro Civil senhor Jorge Luiz Dummer, CREA/SC 43.926-0, nas dimensões, denominações e confrontações a seguir discriminadas:

ÁREA À DESMEMBRAR da Matrícula 10.765

Parte do Lote Urbano nº (5-A) da Quadra nº (2), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de "Seiscentos e setenta e nove metros e cinquenta e três centímetros quadrados" (679,53 m²); sem edificações: Confrontando:- ao Noroeste, com o Rio Iracema, por linha

sinuosa;- ao Sudeste, com parte do mesmo lote urbano nº (5-A), na extensão de 16,10 metros, de Asélio Astor Regner, Matrícula 10.765;- ao Nordeste, com parte do lote urbano nº (5-B), na extensão de 46,90 metros, de Oficina Mecânica Brutscher Ltda, Matrícula 11.428;- ao Sudoeste, com parte do lote urbano nº (6-B), na extensão de 39,34 metros, de Aluísio Urbano Bohn, Matrícula 10.301.

ÁREA REMANESCENTE da Matrícula 10.765

Parte do Lote Urbano nº (5-A), da Quadra nº (2), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Maravilha, distando 243,89 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil, com a área de "Novecentos e setenta e seis metros e vinte e oito centímetros quadrados" (976,28 m²); sem edificações: Confrontando:- ao Noroeste, com parte do mesmo Lote Urbano nº (5-A), na extensão de 16,10 metros, de Oficina Mecânica Brutscher Ltda, Matrícula 10.765;- ao Sudeste, com a Avenida Maravilha, na extensão de 15,98 metros;- ao Nordeste, com parte do lote urbano nº (5-B), na extensão de 60,20 metros, de Oficina Mecânica Brutscher Ltda, Matrícula 11.428;- ao Sudoeste, com parte do lote urbano nº (6-B), na extensão de 61,70 metros, de Aluísio Urbano Bohn, Matrícula 10.301.

ÁREAS UNIFICADAS = desmembrada da M. 10.765 + total da M. 11.428

Parte do Lote Urbano nº (5-A), com a área de (679,53 m²), sem edificações e: Lotes Urbanos nºs: (4), com a área de (2.351,60 m²), com edificação, sendo: Um galpão de alvenaria, com a área construída de (600,00 m²), com coberto de telhas de alumínio e, (5-B), com a área de (1.466,50 m²), sem edificações; perfazendo a área total de: "Quatro mil, quatrocentos e noventa e sete metros e sessenta e três centímetros quadrados" (4.497,63 m²), todos da Quadra nº (2), situados na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizados no lado par da Avenida Maravilha, distando 189,98 metros da esquina formada pela Avenida Sul Brasil; Confrontando em conjunto: ao Noroeste, com o Rio Iracema, por linha sinuosa;- ao Sudeste, por duas linhas, uma com a Avenida Maravilha, na extensão de 53,91 metros, e outra, parte do mesmo lote urbano nº (5-A), na extensão de 16,10 metros, de Asélio Astor Regner, Matrícula 10.765;- ao Nordeste, com o lote urbano nº (3), na extensão de 50,23 metros, de Nova Era Construtora Ltda, Matrícula 9.205;- ao Sudoeste, por duas linhas, uma com parte do lote urbano nº (5-A), na extensão de 60,20 metros, de Asélio Astor Regner, Matrícula 10.765, e outra, com parte do lote urbano nº (6-B), na extensão de 39,34 metros, de Aluísio Urbano Bohn, Matrícula 10.301.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 20 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Licitação 78/2014 Pp48/2014 - Aquisição de Epi's

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 78/2014

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 48/2014 - multientidade

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o e Decreto Municipal nº. 2.051, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços, com adjudicação por lote, visando a aquisição de EPI'S para os servidores públicos do Município de Massaranduba

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 06/11/2014

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 06/11/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 22 de Outubro de 2014.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito em Exercício

SUZANE E. F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571-

Ouvidoria - 0800 646 3340

e-mail: [cvm@netuno.com.br](mailto:cvm@netuno.com.br) site: [www.cvmassaranduba.sc.gov.br](http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br)

CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina

PORTARIANº092/2014

24/10/2014

Mauro Bramorski, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:

Decretar Ponto Facultativo

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 28 de outubro de 2014, motivo de ser comemorado o dia do Funcionário Público, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Massaranduba.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC),

EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

# Modelo

## PREFEITURA

### Errata ao Contrato Nº 028/2014 FMS

Errata ao Extrato de Contrato 028/14 FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 326/2014  
Contrato n. 028/2014  
Contratada: CLINICA MÉDICA SCHNEIDER E SANGALI S/S LTDA

A Senhora Gestora do FMS de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fica corrigido o Nº do Contrato Contrato nº 028/2014 para nº 055/2014.

Modelo (SC), 24 de Outubro de 2014.  
MARCIA TERESINHA JACOBY  
Gestora FMS

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1294/2014

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 1294/2014 - Modalidade Pregão n. 40/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão n. 040/2014, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 10/11/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 24 de Outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1295/2014

Extrato de Licitação  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 1295/2014 - Modalidade Pregão n. 41/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Registro de Preços n. 041/2014, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS DEPARTAMENTOS DO DMER, AGRICULTURA, E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 11/11/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304,

Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 24 de Outubro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### Extrato dos Contratos Mes de Agosto 2014

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>		Folha: 1/4
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA</b>		
CNPJ: 83.000.323/0001-02		<b>Mês/Ano da Assinatura:</b> <b>Agosto/2014.</b>
RUA 20 DE MAIO, 100		
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		

### Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

**Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN  
**C.P.F.:** 246.102.169-49  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 86/2014      **Número do Processo:** 86/2014      **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 149/2014  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Data da Assinatura:** 01/08/2014  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/09/2014  
**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 19.250,00      **Forma de Pagamento:** PARCELADO

**Contratado:** Consórcio de Informática na Gestão Pública Municip  
**CNPJ:** 09.427.503/0001-12  
**Modalidade:**  
**Número da Licitação:**      **Número do Processo:**      **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 147/2014  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:  
I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municí

**Data da Assinatura:** 01/08/2014  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/09/2014  
**Vigência:** 01/08/2014 a 31/12/2014  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 4.650,00      **Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/4

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CAMILA BUENO ALFREDO**C.P.F.:** 091.558.769-60**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 148/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O Termo de Compromisso do Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização do Estágio do Estudante da Instituição de Ensino junto a Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, e previsto na Programação Didático Pedagógica e/ou demais instrumentos cabíveis do respectivo curso, entendido o Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, proporcionando ao educando atividade

**Data da Assinatura:** 05/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/09/2014**Vigência:** 05/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** J LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.**CNPJ:** 05.908.609/0001-87**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 89/2014**Número do Processo:** 89/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 150/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA AUXILIAR O CORPO TECNICO DO MUNICIPIO NA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 15/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/09/2014**Vigência:** 15/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 66.420,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/4

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** INTEGRAL ASSESSORIA & PROPAGANDA**CNPJ:** 06.342.825/0001-70**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 94/2014**Número do Processo:** 94/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 151/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO AGRICULTOR NO MUNICIPIO conforme anexo.**Data da Assinatura:** 29/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/09/2014**Vigência:** 29/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 25.370,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** IVECO**CNPJ:** 01.844.555/0005-06**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 153/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013

**Data da Assinatura:** 29/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 148.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/4

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** IVECO**CNPJ:** 01.844.555/0005-06**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 154/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013,

**Data da Assinatura:** 29/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/09/2014**Vigência:** 29/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 148.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**Extrato dos Contratos Mes de Agosto FMS 2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARGARETI LUIZ MARAGNO**C.P.F.:** 816.493.399-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-29/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (uma )sala, neste Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento temporário da Vigilância Sanitária.**Data da Assinatura:** 29/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/08/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.780,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

# Navegantes

## PREFEITURA

### Portaria 3039 Processo Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3039 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível irregularidade e responsabilidade pelo pagamento indevido de triênios.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de outubro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo Nº 006 de 23 de Outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315.  
Centro - Navegantes - SC  
Cep. 88.375-000

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.  
Antecipa o feriado do dia 28 de outubro de 2014 (dia do servidor público) para o dia 27 de outubro de 2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 38 do Regimento Interno e,

Considerando que o dia 28 de outubro é dia do Servido Público e consequentemente feriado para o servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes;

Considerando que neste ano o referido feriado se dará no meio de semana;

#### DECRETA:

Art. 1º - Que o feriado do dia 28 de outubro de 2014 (Dia do servidor Público) será antecipado para o dia 27 de outubro 2014.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Navegantes - SC, 23 de outubro de 2014.  
DONIZETE JOSÉ DA SILVA  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Portaria Nº 877/2014

PORTARIA Nº 877/2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 256/2014 "A", que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, FRANCISCO RODOLFO ORSI, matrícula nº 6167, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2014 a 16 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2014

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora FRANCISCO RODOLFO ORSI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Ida Franzoi Voltolini, nº 171, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 378.042.009-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40

(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 19 de outubro de 2014 a 16 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Francisco Rodolfo Orsi

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de

2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### Portaria Nº 879/2014

PORTARIA Nº 879/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 261/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MIRIA TEREZINHA CIPRIANI SPERANZINI, matrícula nº 6162, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 20 de outubro de 2014 a 17 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora MIRIA TEREZINHA CIPRIANI SPERANZINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 523, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 767.344.479-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto

Nacional de Seguridade Social - INSS.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 20 de outubro de 2014 a 17 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;  
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;  
IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;  
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte.

### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte



Miria T. Cipriani Speranzini  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 880/2014**

PORTARIA Nº 880/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 262/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MIRIAN LIBARDO COELHO, matrícula nº 6163, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 20 de outubro de 2014 a 17 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora MIRIAN LIBARDO COELHO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, s/n, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 767.351.849-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o

seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 20 de outubro de 2014 a 17 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;  
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Mirian Libardo Coelho  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### Portaria Nº 886/2014

PORTARIA Nº 886/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.753, de 03 de maio de 2001, e alterações posteriores,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 264/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, MARIA PATRÍCIA SCHWAMBACH MARTINS, matrícula nº 6165, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de outubro de 2014 a 19 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora MARIA PATRÍCIA SCHWAMBACH MARTINS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Carlos João Ruberti, s/n,

Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 024.391.499-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de outubro de 2014 a 19 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Maria Patrícia S. Martins  
contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 887/2014**

PORTARIA Nº 887/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Municipal Nº 1.753 de 03 de Maio de 2001, e alterações posteriores,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 263/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, NEIVA MURARO MINATTI, matrícula nº 6161, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, no Município de Nova Trento, a contar de 22 de outubro de 2014 a 19 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de

dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora NEIVA MURARO MINATTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, s/n, Bairro Trinta Reis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 927.691.109-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, no Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de outubro de 2014 a 19 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e términos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Neiva Muraro Minatti  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### Portaria Nº 890/2014

PORTARIA Nº 890/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 735/2014 "A", que Concedeu Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014, conforme resultado pericial datado de 20/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PROCESSO SELETIVO Nº 09/2014

PROCESSO SELETIVO 09/2014  
LISTA DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

#### CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - HIC

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
021	Cristiane Silva Nunes
024	Elenice Ferrari
020	Juliana Aparecida dos Santos

#### CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CENTRO

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
002	Édina Rosalaine dos Santos Cavalheiro
003	Rosemilda Perotoni Peixer
022	Viviani de Lima

#### CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLARAÍBA

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
008	Adriana Cristina Quaresma Manarin
011	Katiana da Silva
007	Neusa Maria Mariann Guarnieri

#### CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
015	Cesar Rubleski
010	Rafael Hermes Junkes

#### CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM - HIC

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
013	Aide Prado Alvares
018	Lucimari Brizolla de Vargas Marques

#### CARGO: ESTAGIÁRIO (INFORMÁTICA)

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
012	Flávio Olívio Giacomini
023	Jackson Jacinto Mistura
001	Luiz Felipe Garcia de Vargas
004	Pablo Mafessoli
006	Tadeu Emanuel Scalvin

#### CARGO: ENFERMEIRO (A) - HIC

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
019	Vanderlita Trainotti

#### CARGO: FARMACÊUTICO (A) HIC

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
014	Indianara Waltrick Abreu
017	Michely Zandoná
005	Taiza Dell'Antonio

#### CARGO: PSICÓLOGO (A) - NASF

Nº Insc.	Nome Completo do Candidato
016	Catiane de Oliveira
009	Pollyanna Ruberti Voltolini

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Decreto 2146/2014

DECRETO Nº 2.146 de 24 de outubro de 2014.  
DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2014, em virtude do dia do Servidor Público.

Parágrafo Único - as disposições de que trata o Art. 1º deste Decreto não se aplica a Secretaria Municipal de Educação e à Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, SC  
em 24 de outubro de 2014.

ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO  
Secretário da Administração e Fazenda

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº. 0083/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE  
CONTRATADO: MERIDIANA MARIA LUNARDI

Objeto: Contratação de profissionais em caráter temporário na área de Assistente Social, pelo regime estatutário, com base nas Leis Complementares Municipais nº. 019/2005 e nº. 023/2005, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e demais disposições legais vigentes, para fins exclusivos de garantir a execução dos Programas Sociais vinculados ao Governo Federal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 13 de outubro de 2014.

Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0085/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA

Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:1.678,00 (Hum mil seiscentos e setenta e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 16 de outubro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0086/2014  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA  
Objeto: Aquisição de pneus novos para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Verde/SC. Valor certo e ajustado de R\$:1.564,00 (Hum mil quinhentos e sessenta e quatro reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 16 de outubro de 2014.

Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

#### Extrato Aditivos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA AO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0106/2013  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.  
CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção

legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 08/10/2014 à 31/12/2014. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 02 de outubro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA AO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0108/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 08/10/2014 à 31/12/2014. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 02 de outubro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA AO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0109/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 08/10/2014 à 31/12/2014. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 02 de outubro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA AO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0110/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE/ FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 08/10/2014 à 31/12/2014. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 02 de outubro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0111/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE/ FUNDO HABITACIONAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 08/10/2014 à 31/12/2014. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº 8.666/93

Ouro Verde, 02 de outubro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

## DECRETO Nº2544

DECRETO N.º 2544/2014

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO a existência de bens públicos inservíveis à municipalidade, que apresentam escassez de peças de reposição, alto custo de manutenção ou até mesmo irrecuperáveis, bem como, o princípio da economicidade dos recursos,

DECRETA:

Art.1º - Fica por este Decreto nomeada Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis, que será composta pelos seguintes membros:

Douglas Costa Curta - Presidente;

Almeri Lourdes Festa - Secretária;

Pedro Luiz Rebeschini - Membro;

Alex Tadeu de Oliveira - Membro;

Carlos Alberto dos Santos - Membro.

Art. 2º - A Comissão ora nomeada tem a incumbência de proceder a avaliações de bens móveis, emitindo parecer sobre condição de conservação e uso, servibilidade e viabilidade de manutenção, bem como valor econômico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ouro Verde SC, 16 de outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão



**Decreto Nº2545**

DECRETO N.º 2545/2014

**"ALTERA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso VI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, suas posteriores alterações;

**DECRETA:**

Art. 1º. Altera Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro:

a) DOUGLAS COSTA CURTA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Gestor Municipal de Convênios;

b) TERESINHA CAVALHEIRO DA SILVA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Almoxarife;

c) RONALDO PRATTO - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura;

d) GETULIO RIBEIRO DE FREITAS - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnico em Contabilidade;

e) ALMERI LOURDES FESTA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Professora;

§ 1º - na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas por seus sucessores, conforme determinado no artigo anterior, devendo, porém o Presidente em seu retorno, vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2528/2014, de 04 de Setembro de 2014.

Ouro Verde/SC, 17 de Outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

**Decreto Nº2546**

DECRETO N.º 2546/2014

**NOMEIA PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso xxx, do artigo 85, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 10.520/02, de 17 julho de 2002, mais, o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006;

**DECRETA:**

Art. 1º. Para efeito de atendimento ao § 1º, Inciso IV, do artigo 3º, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006, designa o PREGOEIRO o servidor municipal DOUGLAS COSTA CURTA, e como EQUIPE DE APOIO os seguintes membros:

Pedro Luiz Rebeschini;  
Rose Ferrarin; e  
Almeri Lourdes Festa.

Art. 2º. O pregoeiro e equipe de apoio designado no artigo 1º, deste Decreto conduzirão os certames licitatórios de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, a serem realizados no decorrer dos exercícios de 2014/2016, no que tange, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como, habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário em especial o Decreto Municipal n. 2529/2014, de 04 de Setembro de 2014.

Ouro Verde/SC, 17 de Outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**Decreto Nº2547**

DECRETO N.º 2547/2014

**"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 27/10/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 21 de outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

# Palhoça

## PREFEITURA

### Ata 134-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº134/2014 do PREGÃO Nº163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de Lixeiras de Coleta Seletiva para uso em diversos bairros deste município, unidades de ensino e demais setores externos. VALOR: R\$ 204.700,00 (duzentos e quatro mil e setecentos reais). DATA: 30/09/2014 A 29/09/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
02	Lixeira Metálica com poste, confeccionada em chapa de aço, com formato cilíndrico e diâmetro de 29cm, altura de 55cm aproximadamente, pintura eletrostática na cor CINZA ou similar, com capacidade mínima de 40 Litros, acompanha suporte metálico feito em tubo de ferro redondo de 2 com pintura eletrostática na cor CINZA ou similar, com 1,50mm de espessura e 1,2m de comprimento aproximadamente, contendo dispositivo para bascular o lixo, girando a mais de 180º e trava de fixação da lixeira.	Un	1.000	204,70
				R\$ 204.700,00

### Ata 135-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº135/2014 do PREGÃO Nº163/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DMX DO BRASIL COMERCIO LTDA. OBJETO: Aquisição de Lixeiras de Coleta Seletiva para uso em diversos bairros deste município, unidades de ensino e demais setores externos. VALOR: R\$ 131.600,00 (cento e trinta e um mil e seiscentos reais). DATA: 30/09/2014 A 29/09/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
02	Conjunto de 4 Lixeiras Seletivas, confeccionadas com material em polipropileno ou fibra de vidro com tampas providas com dobradiças e capacidade mínima de 45 LTS cada, sendo 1 na cor VERDE (VIDRO), 1 na cor AZUL (PAPEL), 1 na cor AMARELA (METAL) e 1 na cor VERMELHO (PLÁSTICO), com medidas aproximadas em Comprimento: 0,45m, Largura: 0,30m e Altura: 0,60m. Contendo suporte para colocação feito com material metálico em chapa 18 com pintura em esmalte sintético na cor preta, com medidas aproximadas em Comprimento: 1,70m, Largura: 0,45m e Altura 0,98m. - Todos os recipientes devem ostentar em lugar visível o símbolo de material reciclável, conforme especificações determinadas pela NBR 7500.	Un	400	329,00
				R\$ 131.600,00

### 136-14

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº136/2014 do PREGÃO Nº183/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa S.T GASTRONOMIA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de coffee break para as atividades em grupos dos CRAS de Palhoça. VALOR: R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais). DATA: 03/10/2014 A 02/10/2015.

Item	Especificação	Unidade	Qtidade	Valor R\$
01	Fornecimento de coffee-break, contendo Mini-sanduíche pão salgado (trigo), com gergelim, recheado com salada (tomate, alface, 01 fatia queijo, uma fatia presunto ou chester), pastel de forno massa integral recheio de carne, empadão de frango, (servido em fatia de forma individual e embalados), bolo Toalha felpuda, (servido em fatia de forma individual e embalados), bolo de milho, (servido em fatia de forma individual e embalados), Cuca de banana com farofa, (servido em fatia de forma individual e embalados. Bebidas (média 50ml por pessoa), Suco (opções): laranja, uva, abacaxi e maracujá. Pontos para disposição de máquinas de suco (in natura uva, laranja, abacaxi). Café preto e adoçado. Bombonas de água de 20 litros com suportes. Infraestrutura necessária (toalhas, cutelaria completa: prato, copo, guardanapo, talheres, etc. e de pessoal de apoio para servir o coffee breack no local de realização do evento.	Un	1.000	13,90
				R\$ 13.900,00

# Papanduva

## PREFEITURA

### **Convite Para Audiência Pública Conferencia Municipal das Cidades**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONFERENCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

O Prefeito Municipal de Papanduva convida a todos os munícipes a participarem da Conferencia Municipal da Cidade, que será realizada no dia 10 de novembro de 2014, às 13:30 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores, sito à Rua Sérgio Glevinski, 78 – Centro, Papanduva/SC, com a seguinte ordem do dia:

I – Eleição dos membros que farão parte do Conselho Municipal das Cidades, conforme estabelecem os Artigos 268, Inciso III e 270 da Lei Complementar nº 020/2006; e

II – Apresentação da proposta para ampliação do perímetro urbano do município de Papanduva.

Papanduva, 22 de outubro de 2014.


Dario Schicovski

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 2475, DE 23.10.2014 - REGULAMENTA A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**ANEXO I**  
**MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-**  
**e**

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	Nota: 2014000 <b>00000001</b> Código Verificação
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e</b>		
Data e Hora de Emissão	Período de Competência	Município de Prestação do Serviço
Reg. Especial Tributação	Natureza da Operação	
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	Simples Nacional	Incentivador Cultural
Endereço		
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	FONE/FAX	E-mail
Endereço		
Código do Serviço:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
MODELO		
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>		
PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)
IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
<b>VALORES</b>		
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)
Base de Cálculo (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Aliquota (%)
		<b>Valor Total da Nota (R\$)</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>		

**ANEXO I A****DEFINIÇÃO DOS REGISTROS QUE COMPÕEM A NFS-e**

- I – dados do Município;
  - II – número sequencial composto de quinze algarismos, iniciados pelo ano de emissão e reiniciado a cada ano;
  - III – código de verificação de autenticidade e QRCode;
  - IV – data e hora da emissão;
  - V – período de competência;
  - VI – município da prestação do serviço;
  - VII – regime especial de tributação;
  - VIII – natureza da operação;
  - IX – identificação do prestador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone e ou fax;
    - e) simples nacional, indicação sim ou não;
    - f) incentivador cultural, indicação sim ou não;
    - g) endereço;
  - X – identificação do tomador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone ou fax;
    - e) e-mail;
    - f) endereço;
  - XI – código tributação Município – item da lista de serviços;
  - XII – descrição dos serviços;
  - XIII – retenções federais: PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL e outras retenções;
  - XIV – valores:
    - a) valor dos serviços;
    - b) deduções (se houver);
    - c) desconto incondicionado (se houver);
    - d) base de cálculo;
    - e) alíquota;
    - f) ISS;
    - g) ISS retido;
    - h) desconto condicionado (se houver);
    - i) valor líquido;
    - j) valor total da nota;
  - XV – outras informações;
- O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

**ANEXO II**


**MODELO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS**

<b>NOME FANTASIA</b> RAZÃO SOCIAL da EMPRESA		Nome da Empresa Logradouro: CEP: Fone: CNPJ: Ins. Municipal:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA Secretária Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glezeraki, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 Fone Geral: (47) 3653-2166
Este Recibo Provisório de Serviços - RPS NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertida em NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o TOMADOR de serviços deve entrar no endereço <a href="http://www.webiss.com.br/papanduvasc">www.webiss.com.br/papanduvasc</a> e informar o fato ao Município, ou através do telefone (47) 3653-2166. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA no momento em que a mesma for gerada.		<b>RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS</b> RPS Inscrição: 33337 AIDF: 3182 Validade: 30/06/2016  	
Data da Emissão: _____ CNPJ: _____ Nome: _____ E-mail: _____ Logradouro: _____			
Descrição dos Serviços		Valor dos Serviços	
_____ _____ _____ _____		_____ _____ _____ _____	
Base de Cálculo de Retenções R\$ _____ Total de Retenções R\$ _____ ISSQN Retido R\$ _____ Valor Líquido a Pagar R\$ _____		Desconto Incondicional R\$ _____ (-) Outros Descontos R\$ _____ (-)	
VALOR BASE DE CÁLCULO DO ISSQN R\$ _____		VALOR DO ISSQN / SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO R\$ _____	
GRÁFICA M. (24)2222-2222 PM Papanduva - SC Empresa CNPJ 12.111.222/0001-62 - Ins. Est. 0001234 01 Blo. 50x2 RPS - De 0001 à 0050 Aut. Nº 00000111 de 12.01.2014 - Val. 12.01.2016 - PM Papanduva		Total R\$ _____	

## ANEXO III

## MODELO DE SELO DIGITAL INTELIGENTE - SDI PARA RPS

**ANEXO IV****MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES -  
CeC®**

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes****Nº 01****Pessoa Jurídica**

Razão Social		CNPJ	Tipo Jurídico
Nome Fantasia		Regime de ISS	
Tipo Contribuinte	Inscrição	Inscrição Estadual	DLAbertura
E-mail	Optante do Simples Nacional		
Capital Social (R\$)	Porte da Empresa		
Contador		CNPJ / CPF	Fone
Logradouro		E-mail Contador	
		Tipo	
CEP	Bairro	Cidade - UF	CRC


**Endereços****Telefones**

Correspondência	Logradouro			Comercial 1
	CEP	Bairro	Cidade - UF	Comercial 2
Localização	Logradouro			FAX
	CEP	Bairro	Cidade - UF	Outro
	Inscrição Imobiliária			

**Observações****Lista de Serviços**


Código - Serviço	
Código - Serviço	
<b>Atividades do Contribuinte (CNAE)</b>	
Código - Atividade	Principal
Código - Atividade	
Complemento CNAE	

**ANEXO IV (continuação)**
**MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES -  
CeC®**

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes Nº 01****Sócios****TERMO DE RESPONSABILIDADE**\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Sócio Titular\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Contador**DESPACHO DA AUTORIDADE FISCAL**\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura**ANEXO V****MODELO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM**





**Prefeitura Municipal de Papanduva**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
 Rua Sérgio Gievlinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC  
 Fone Geral: (47) 3653-2166


RECIBO DO SACADO

DAM - Documento de Arrecadação Municipal				
Nº Guia	Banco	Agência/Código Cedente	Nosso Número	Vencimento
Pessoa	Data de Emissão	Nº Emissão	Operador	
Razão Social				
Cadastro Mobiliário	CNPJ/CPF	Fone	E-Mail	
Data Lanc.	Histórico	Data Venc.	Valor	
Obs.		Total em R\$		

Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO

		00000.00000.00000.000000 00000.000000 . 000000000000000	
Local de Pagamento:		Vencimento:	
Cedente:		Agência/Código Cedente:	
Data Documento	Nº do Documento	Especie Doc.	Acerto
Uso do Banco	Carteira	Especie	Quantidade
Instruções (texto de responsabilidade exclusiva do Cedente)		Valor	
		(-) Valor do Documento	
		(-) Desconto/Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+/-) Mora/Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(+/-) Valor Total Cobrado	
Assinado:			



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA  
FICHA DE COMPENSAÇÃO

## ANEXO VI

### MODELO DE REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO - RANFS®

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA**

Secretaria Municipal da Fazenda

Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC

Fone Geral: (47) 3653-2166

**Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS®**

Data e Hora de Emissão

Período de Competência

Incentivador Cultural

Reg. Especial Tributação

Natureza da Operação

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**

Razão Social

CPF/CNPJ

Inscrição Municipal

Simples Nacional

Incentivador Cultural

Endereço

**TOMADOR DE SERVIÇOS**

Razão Social

CPF/CNPJ

Inscrição Municipal

FONE/FAX

E-mail

Endereço

Código do Serviço


**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

# MODELO

**RETENÇÕES FEDERAIS**PIS (R\$)  
0,00COFINS (R\$)  
0,00INSS (R\$)  
0,00IR (R\$)  
0,00CSLL (R\$)  
0,00Outras Retenções (R\$)  
0,00**VALORES**Valores dos Serviços (R\$)  
0,00Deduções (R\$)  
0,00Desconto Incondicionado (R\$)  
0,00Base de Cálculo (R\$)  
0,00Alíquota (%)  
0,00ISS (R\$)  
0,00ISS Retido (R\$)  
0,00Desconto Condicionado (R\$)  
0,00Valor Líquido (R\$)  
0,00**Valor Total da Nota (R\$)**  
**0,00****OUTRAS INFORMAÇÕES**

**DECRETO Nº 2475, DE 23.10.2014 - REGULAMENTA A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**ANEXO I**  
**MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-**  
**e**

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	Nota: 2014000 <b>00000001</b> Código Verificação
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e</b>		
Data e Hora de Emissão	Período de Competência	Município de Prestação do Serviço
Reg. Especial Tributação	Natureza da Operação	
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	Simples Nacional	Incentivador Cultural
Endereço		
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>		
Razão Social	CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal	FONE/FAX	E-mail
Endereço		
Código do Serviço:		
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>		
MODELO		
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>		
PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)
IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
<b>VALORES</b>		
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)
Base de Cálculo (R\$)		Aliquota (%)
Valor Líquido (R\$)		<b>Valor Total da Nota (R\$)</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>		

**ANEXO I A****DEFINIÇÃO DOS REGISTROS QUE COMPÕEM A NFS-e**

- I – dados do Município;
  - II – número sequencial composto de quinze algarismos, iniciados pelo ano de emissão e reiniciado a cada ano;
  - III – código de verificação de autenticidade e QRCode;
  - IV – data e hora da emissão;
  - V – período de competência;
  - VI – município da prestação do serviço;
  - VII – regime especial de tributação;
  - VIII – natureza da operação;
  - IX – identificação do prestador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone e ou fax;
    - e) simples nacional, indicação sim ou não;
    - f) incentivador cultural, indicação sim ou não;
    - g) endereço;
  - X – identificação do tomador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone ou fax;
    - e) e-mail;
    - f) endereço;
  - XI – código tributação Município – item da lista de serviços;
  - XII – descrição dos serviços;
  - XIII – retenções federais: PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL e outras retenções;
  - XIV – valores:
    - a) valor dos serviços;
    - b) deduções (se houver);
    - c) desconto incondicionado (se houver);
    - d) base de cálculo;
    - e) alíquota;
    - f) ISS;
    - g) ISS retido;
    - h) desconto condicionado (se houver);
    - i) valor líquido;
    - j) valor total da nota;
  - XV – outras informações;
- O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

**ANEXO II**

**MODELO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS**


<b>NOME FANTASIA</b> RAZÃO SOCIAL da EMPRESA		Nome da Empresa: _____ Logradouro: _____ CEP: _____ Fone: _____ CNPJ: _____ Ins. Municipal: _____		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretária Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glewinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 Fone Geral: (47) 3653-2166	
Este <b>Recibo Provisório de Serviços - RPS</b> NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertida em <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA</b> até o 10º dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o <b>TOMADOR</b> de serviços deve entrar no endereço <a href="http://www.webiss.com.br/papanduvasc">www.webiss.com.br/papanduvasc</a> e informar o fato ao Município, ou através do telefone (47) 3653-2166. Você, <b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> , também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA</b> no momento em que a mesma for gerada.		<b>RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS</b> RPS Inscrição: 33337 AIDF: 3182 Validade: 30/06/2016  			
Data da Emissão: _____ CNPJ: _____ Nome: _____ E-mail: _____ Logradouro: _____					
Descrição dos Serviços		Valor dos Serviços			
_____ _____ _____ _____		_____ _____ _____ _____			
Base de Cálculo de Retenções R\$ _____ Total de Retenções R\$ _____ ISSQN Retido R\$ _____ Valor Líquido a Pagar R\$ _____		Desconto Incondicional R\$ _____ (-) Outros Descontos R\$ _____ (-) VALOR BASE DE CÁLCULO DO ISSQN R\$ _____ VALOR DO ISSQN / SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO R\$ _____			
GRÁFICA M. (24)2222-2222 PM Papanduva - SC Empresa CNPJ 12.111.222/0001-62 - Ins. Est. 0001234 01 Blo. 50x2 RPS - De 0001 à 0050 Aut. Nº 00000111 de 12.01.2014 - Val. 12.01.2016 - PM Papanduva		Total R\$ _____			

## ANEXO III

## MODELO DE SELO DIGITAL INTELIGENTE - SDI PARA RPS

**ANEXO IV****MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES -  
CeC®**



 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes****Nº 01****Pessoa Jurídica**

Razão Social		CNPJ	Tipo Jurídico
Nome Fantasia		Regime de ISS	
Tipo Contribuinte	Inscrição	Inscrição Estadual	DLAbertura
E-mail	Optante do Simples Nacional		
Capital Social (R\$)	Porte da Empresa		
Contador		CNPJ / CPF	Fone
Logradouro		E-mail Contador	
		Tipo	
CEP	Bairro	Cidade - UF	CRC


**Endereços****Telefones**

Correspondência	Logradouro			Comercial 1
	CEP	Bairro	Cidade - UF	Comercial 2
Localização	Logradouro			FAX
	CEP	Bairro	Cidade - UF	Outro
	Inscrição Imobiliária			


**Observações****Lista de Serviços**

Código - Serviço	
Código - Serviço	
<b>Atividades do Contribuinte (CNAE)</b>	
Código - Atividade	Principal
Código - Atividade	
Complemento CNAE	

**ANEXO IV (continuação)**
**MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES -  
CeC®**

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA</b> Secretaria Municipal da Fazenda Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC Fone Geral: (47) 3653-2166	<b>Data / Hora</b>	<b>Página</b>
	<b>Status</b>	

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes Nº 01****Sócios****TERMO DE RESPONSABILIDADE**\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Sócio Titular\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Contador**DESPACHO DA AUTORIDADE FISCAL**\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura**ANEXO V****MODELO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM**



**Prefeitura Municipal de Papanduva**  
**Secretaria Municipal da Fazenda**  
 Rua Sérgio Gievlinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC  
 Fone Geral: (47) 3653-2166


RECIBO DO SACADO

DAM - Documento de Arrecadação Municipal				
Banco	Agência/Código Cedente	Nosso Número	Vencimento	
Nº Guia	Parceira	Data de Emissão	Nº Emissão	Operador
Razão Social				
Cadastro Mobiliário	CNPJ/CPF	Fone	E-Mail	
Data Lanc.	Histórico	Data Venc.	Valor	
Obs.		Total em R\$		

Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO

		00000.00000.00000.000000 00000.000000 . 000000000000000	
Local de Pagamento:		Vencimento:	
Cedente:		Agência/Código Cedente:	
Data Documento	Nº do Documento	Especie Doc.	Acerto
Uso do Banco	Carteira	Especie	Quantidade
Instruções (texto de responsabilidade exclusiva do Cedente)		Valor	
		(-) Valor do Documento	
		(-) Desconto/Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+/-) Mora/Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(+/-) Valor Total Cobrado	
Assinado:			



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA  
FICHA DE COMPENSAÇÃO

## ANEXO VI

### MODELO DE REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO - RANFS®

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA**

Secretaria Municipal da Fazenda  
Rua Sérgio Glevinski, Nº 134, Centro - CEP: 89.370-000 - Papanduva/SC  
Fone Geral: (47) 3653-2166

**Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS®**

Data e Hora de Emissão Período de Competência Incentivador Cultural  
Reg. Especial Tributação Natureza da Operação

**PRESTADOR DE SERVIÇOS**

Razão Social CPF/CNPJ  
Inscrição Municipal Simples Nacional Incentivador Cultural  
Endereço

**TOMADOR DE SERVIÇOS**

Razão Social CPF/CNPJ  
Inscrição Municipal FONE/FAX E-mail  
Endereço

Código do Serviço

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

# MODELO

**RETENÇÕES FEDERAIS**

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**VALORES**

Valores dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

# Penha

## PREFEITURA

### Ata Nº 25/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 51.698,00 (cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais).

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Ata Nº 26/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor: R\$ 10.320,00 (dez mil, trezentos e vinte reais).

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Ata Nº 27/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor: R\$ 2.488,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na

Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Ata Nº 28/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

Valor: R\$ 58.088,00 (cinquenta e oito mil, e oitenta e oito reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Ata Nº 29/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Valor: R\$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Ata Nº 30/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2014 - FMS  
Processo nº 42/2014 - FMS Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Assinatura da Ata: 08/10/2014.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Valor: R\$ 36.559,00 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e

nove reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### **Concorrência Pública 02/2014 - Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2014 - PMP

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2014 - PMP

A presente Licitação tem por objeto Concessão para Prestação e Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Penha/SC, pelo prazo de 10 (dez) anos, na modalidade regular convencional e seletivo (Lei Municipal nº 2.365/10), por ônibus, mediante a cobrança direta de tarifa dos usuários, e conforme itinerários, horários, minuta do contrato a ser firmado, e demais anexos que integram este Processo Licitatório. Recebimento dos Envelopes até: 28/11/2014 às 09h:00min.

Abertura do Processo: 28/11/2014 às 09h:00min na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Gabriela Garbini Strelow - Presidente da Comissão Especial de Licitações.

O EDITAL e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede da Secretaria Municipal da Administração, situada na Avenida Nereu Ramos, nº 19 - Centro, Penha, Santa Catarina, CEP 88385-000, Telefone: (47) 3345-4537 ramal 23, mediante o pagamento da quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) correspondente ao custo do CD rom, devendo o adquirente informar os seus dados e contato para o efeito de eventual e futura comunicação por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, nomeada pela Portaria nº 235/2014 do dia 24/10/2014. O EDITAL pode ser examinado, desacompanhado dos seus anexos, por meio do endereço eletrônico [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 24 de Outubro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2108**

DECRETO Nº 2108/2014

DISPÕE SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA DE PENHA

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONFORME AUTORIZAÇÃO NO ARTIGO 18 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.268, DE 25 DE AGOSTO DE 1993,

DECRETA

CAPÍTULO I - Da Administração do Fundo Municipal dos Direitos de Infância e da Adolescência - FIA de Penha  
Da Gestão Financeira

Art. 1º - São Atribuições do Secretário Municipal da Fazenda:  
I - Exercer controle financeiro de seus recursos em instituições

financeiras oficiais;

III - Assinar cheques, efetuar pagamentos e todas as operações financeiras juntamente com o Prefeito Municipal, na liberação de recursos a serem aplicados em benefícios das crianças e adolescentes nos termos das Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMCAD).

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 17 de outubro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

### **Portaria Nº 231/2014**

PORTARIA Nº 231/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.268/93 e Lei Municipal nº 2.547/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMCAD, sendo composto pelos seguintes membros:

Secretaria da Assistência Social  
Lucimar Tiburski  
Isabel Nicoletti

Fundação Municipal do Esporte  
Manoel João Francisco  
Luiz Américo

Secretaria da Fazenda  
Almir Rogério dos Santos  
Agairto Tachini Schneider

Secretaria da Saúde  
Iana Carla Pinto  
Ívia Fátima Rodrigues

Secretaria da Educação  
Nelson Fortunato Inácio  
Maria Aparecida da Costa de Souza

Representante de Entidade  
Antonio Vadislau Bertoldi  
José Jacinto

Representante de Entidade  
Merci Teresinha do Nascimento  
Emília Graboski

Representante de Entidade  
Rosiane do Carmo Souza de Souza  
Jonni Lucas Janke

Representante de Entidade  
Alda Wally Seibt

Maria José dos Santos Zimmermann

Representante de Entidade  
Bernardina Jair Fernandes  
Raquel Agostinha de Assis

Art. 2º Em atendimento a deliberação do COMCAD nos termos da Ata nº 003/2014 de 25 de junho de 2014, fica nomeado o Sr. Antonio Vadislau Bertoldi como presidente do Conselho.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 90/2000 e demais alterações posteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de outubro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

#### **Portaria Nº 233/2014** PORTARIA Nº 233/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: até o dia 19 de novembro de 2014, o prazo para a Conclusão do Processo Administrativo, instaurado pela Portaria nº209/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 22 de outubro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

#### **PORTARIA Nº 234/2014** PORTARIA Nº 234/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - SUBSTITUIR: a servidora ROVENA ROSA pela servidora JULIANA BUENO PERCIANI, como membro da Comissão na apuração do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº225/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 22 de outubro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 092/2014

"CRIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO SETOR ESPECIAL DE MINERAÇÃO QUE ALTERA OS INCISOS "XIII", "XIV" E "XV" E CRIA O INCISO "XVI" DO ARTIGO 19 E ALTERA O ANEXO "I" - MAPA DO MACRO-ZONEAMENTO - LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2007 CÓDIGO URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PENHA, TAMBÉM DENOMINADO PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os incisos "XIII", "XIV" e "XV", e criado o inciso "XVI" do artigo 19 da Lei Complementar nº 002/2007, que com a criação do Setor Especial de Mineração passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 19. [...]

I - [...];

II - [...];

III - [...];

IV - [...];

V - [...];

VI - [...];

VII - [...];

VIII - [...];

IX - [...];

X - [...];

XI - [...];

XII - [...];

XIII - Setor Especial de Mineração;

XIV - Eixo Regional;

XV - Eixo Turístico;

XVI - Eixo da Orla."

Art. 2º. Fica incluído no Anexo "I" da Lei Complementar nº 002/2007 que trata do Mapa do Macrozoneamento do Município de Penha o Setor Especial de Mineração.

Art. 3 - Fica criada a delimitação do Setor Especial de Mineração por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas conforme descrição a seguir em latitude e longitude: -26°48'24,978"/-48°40'32,548"; -26°48'24,978"/-48°40'33,033"; -26°48'24,816"/-48°40'33,033"; -26°48'24,816"/-48°40'33,519"; -26°48'24,654"/-48°40'33,519"; -26°48'24,654"/-48°40'34,005"; -26°48'24,492"/-48°40'34,005"; -26°48'24,492"/-48°40'34,490"; -26°48'24,330"/-48°40'34,490"; -26°48'24,330"/-48°40'34,976"; -26°48'24,168"/-48°40'34,976"; -26°48'24,168"/-48°40'35,461"; -26°48'24,007"/-48°40'35,461"; -26°48'24,007"/-48°40'35,947"; -26°48'23,845"/-48°40'35,947"; -26°48'23,845"/-48°40'36,433"; -26°48'23,683"/-48°40'36,433";



-26°48'23,683"/-48°40'36,918"; -26°48'23,521"/-48°40'36,918";  
 -26°48'23,521"/-48°40'37,404"; -26°48'23,359"/-48°40'37,404";  
 -26°48'23,359"/-48°40'37,890"; -26°48'23,197"/-48°40'37,890";  
 -26°48'23,197"/-48°40'38,375"; -26°48'23,035"/-48°40'38,375";  
 -26°48'23,035"/-48°40'38,861"; -26°48'22,873"/-48°40'38,861";  
 -26°48'22,873"/-48°40'39,023"; -26°48'22,712"/-48°40'39,023";  
 -26°48'22,712"/-48°40'39,347"; -26°48'22,550"/-48°40'39,347";  
 -26°48'22,550"/-48°40'39,670"; -26°48'22,388"/-48°40'39,670";  
 -26°48'22,388"/-48°40'39,832"; -26°48'22,226"/-48°40'39,832";  
 -26°48'22,226"/-48°40'40,156"; -26°48'22,064"/-48°40'40,156";  
 -26°48'22,064"/-48°40'40,318"; -26°48'21,902"/-48°40'40,318";  
 -26°48'21,902"/-48°40'40,642"; -26°48'21,740"/-48°40'40,642";  
 -26°48'21,740"/-48°40'40,803"; -26°48'21,578"/-48°40'40,803";  
 -26°48'21,578"/-48°40'40,965"; -26°48'21,417"/-48°40'40,965";  
 -26°48'21,417"/-48°40'41,127"; -26°48'21,255"/-48°40'41,127";  
 -26°48'21,255"/-48°40'41,289"; -26°48'21,093"/-48°40'41,289";  
 -26°48'21,093"/-48°40'41,451"; -26°48'20,769"/-48°40'41,451";  
 -26°48'20,769"/-48°40'41,613"; -26°48'20,607"/-48°40'41,613";  
 -26°48'20,607"/-48°40'41,775"; -26°48'20,445"/-48°40'41,775";  
 -26°48'20,445"/-48°40'41,937"; -26°48'20,283"/-48°40'41,937";  
 -26°48'20,283"/-48°40'42,098"; -26°48'19,960"/-48°40'42,098";  
 -26°48'19,960"/-48°40'42,260"; -26°48'19,636"/-48°40'42,260";  
 -26°48'19,636"/-48°40'42,422"; -26°48'19,312"/-48°40'42,422";  
 -26°48'19,312"/-48°40'42,584"; -26°48'18,988"/-48°40'42,584";  
 -26°48'18,988"/-48°40'42,746"; -26°48'18,665"/-48°40'42,746";  
 -26°48'18,665"/-48°40'42,908"; -26°48'18,017"/-48°40'42,908";  
 -26°48'18,017"/-48°40'43,070"; -26°48'17,370"/-48°40'43,070";  
 -26°48'17,370"/-48°40'43,232"; -26°48'15,103"/-48°40'43,232";  
 -26°48'15,103"/-48°40'43,070"; -26°48'14,043"/-48°40'43,070";  
 -26°48'14,043"/-48°40'42,779"; -26°48'12,115"/-48°40'42,779";  
 -26°48'12,115"/-48°40'42,552"; -26°48'11,071"/-48°40'42,552";  
 -26°48'11,071"/-48°40'42,391"; -26°48'10,099"/-48°40'42,391";  
 -26°48'10,099"/-48°40'42,229"; -26°48'09,128"/-48°40'42,229";  
 -26°48'09,128"/-48°40'42,067"; -26°48'08,319"/-48°40'42,067";  
 -26°48'08,319"/-48°40'41,905"; -26°48'07,347"/-48°40'41,905";  
 -26°48'07,347"/-48°40'41,743"; -26°48'06,376"/-48°40'41,743";  
 -26°48'06,376"/-48°40'41,581"; -26°48'05,405"/-48°40'41,581";  
 -26°48'05,405"/-48°40'41,419"; -26°48'04,434"/-48°40'41,419";  
 -26°48'04,434"/-48°40'41,258"; -26°48'03,462"/-48°40'41,258";  
 -26°48'03,462"/-48°40'41,096"; -26°48'03,300"/-48°40'41,096";  
 -26°48'03,300"/-48°40'39,639"; -26°48'03,462"/-48°40'39,639";  
 -26°48'03,462"/-48°40'38,182"; -26°48'03,624"/-48°40'38,182";  
 -26°48'03,624"/-48°40'36,887"; -26°48'03,786"/-48°40'36,887";  
 -26°48'03,786"/-48°40'35,430"; -26°48'03,948"/-48°40'35,430";  
 -26°48'03,948"/-48°40'34,135"; -26°48'04,110"/-48°40'34,135";  
 -26°48'04,110"/-48°40'32,678"; -26°48'04,272"/-48°40'32,678";  
 -26°48'04,272"/-48°40'31,383"; -26°48'04,434"/-48°40'31,383";  
 -26°48'04,434"/-48°40'29,926"; -26°48'04,595"/-48°40'29,926";  
 -26°48'04,595"/-48°40'28,631"; -26°48'04,757"/-48°40'28,631";  
 -26°48'04,757"/-48°40'27,174"; -26°48'04,919"/-48°40'27,174";  
 -26°48'04,919"/-48°40'26,203"; -26°48'05,567"/-48°40'26,203";  
 -26°48'05,567"/-48°40'26,365"; -26°48'06,538"/-48°40'26,365";  
 -26°48'06,538"/-48°40'26,527"; -26°48'07,347"/-48°40'26,527";  
 -26°48'07,347"/-48°40'26,689"; -26°48'08,157"/-48°40'26,689";  
 -26°48'08,157"/-48°40'26,850"; -26°48'08,966"/-48°40'26,850";  
 -26°48'08,966"/-48°40'27,012"; -26°48'09,937"/-48°40'27,012";  
 -26°48'09,937"/-48°40'27,174"; -26°48'10,747"/-48°40'27,174";  
 -26°48'10,747"/-48°40'27,336"; -26°48'11,556"/-48°40'27,336";  
 -26°48'11,556"/-48°40'27,498"; -26°48'12,366"/-48°40'27,498";  
 -26°48'12,366"/-48°40'27,012"; -26°48'12,527"/-48°40'27,012";  
 -26°48'12,527"/-48°40'26,041"; -26°48'12,689"/-48°40'26,041";  
 -26°48'12,689"/-48°40'25,070"; -26°48'12,851"/-48°40'25,070";  
 -26°48'12,851"/-48°40'24,099"; -26°48'13,013"/-48°40'24,099";  
 -26°48'13,013"/-48°40'23,127"; -26°48'13,175"/-48°40'23,127";  
 -26°48'13,175"/-48°40'22,156"; -26°48'13,337"/-48°40'22,156";  
 -26°48'13,337"/-48°40'21,185"; -26°48'13,499"/-48°40'21,185";  
 -26°48'13,499"/-48°40'20,213"; -26°48'13,822"/-48°40'20,213";  
 -26°48'13,822"/-48°40'20,375"; -26°48'14,794"/-48°40'20,375";  
 -26°48'14,794"/-48°40'20,515"; -26°48'15,991"/-48°40'20,515";

-26°48'15,991"/-48°40'20,731"; -26°48'17,046"/-48°40'20,731";  
 -26°48'17,046"/-48°40'20,892"; -26°48'18,017"/-48°40'20,892";  
 -26°48'18,017"/-48°40'21,054"; -26°48'18,988"/-48°40'21,054";  
 -26°48'18,988"/-48°40'21,216"; -26°48'19,960"/-48°40'21,216";  
 -26°48'19,960"/-48°40'21,378"; -26°48'20,931"/-48°40'21,378";  
 -26°48'20,931"/-48°40'21,540"; -26°48'21,902"/-48°40'21,540";  
 -26°48'21,902"/-48°40'21,702"; -26°48'22,873"/-48°40'21,702";  
 -26°48'22,873"/-48°40'21,864"; -26°48'23,845"/-48°40'21,864";  
 -26°48'23,845"/-48°40'22,026"; -26°48'24,816"/-48°40'22,026";  
 -26°48'24,816"/-48°40'22,187"; -26°48'25,787"/-48°40'22,187";  
 -26°48'25,787"/-48°40'22,349"; -26°48'26,759"/-48°40'22,349";  
 -26°48'26,759"/-48°40'22,511"; -26°48'27,730"/-48°40'22,511";  
 -26°48'27,730"/-48°40'22,673"; -26°48'28,215"/-48°40'22,673";  
 -26°48'28,215"/-48°40'23,321"; -26°48'28,054"/-48°40'23,321";  
 -26°48'28,054"/-48°40'23,806"; -26°48'27,892"/-48°40'23,806";  
 -26°48'27,892"/-48°40'24,292"; -26°48'27,730"/-48°40'24,292";  
 -26°48'27,730"/-48°40'24,777"; -26°48'27,568"/-48°40'24,777";  
 -26°48'27,568"/-48°40'25,263"; -26°48'27,406"/-48°40'25,263";  
 -26°48'27,406"/-48°40'25,749"; -26°48'27,244"/-48°40'25,749";  
 -26°48'27,244"/-48°40'26,234"; -26°48'27,082"/-48°40'26,234";  
 -26°48'27,082"/-48°40'26,720"; -26°48'26,920"/-48°40'26,720";  
 -26°48'26,920"/-48°40'27,206"; -26°48'26,759"/-48°40'27,206";  
 -26°48'26,759"/-48°40'27,691"; -26°48'26,597"/-48°40'27,691";  
 -26°48'26,597"/-48°40'28,177"; -26°48'26,435"/-48°40'28,177";  
 -26°48'26,435"/-48°40'28,663"; -26°48'26,273"/-48°40'28,663";  
 -26°48'26,273"/-48°40'29,148"; -26°48'26,111"/-48°40'29,148";  
 -26°48'26,111"/-48°40'29,634"; -26°48'25,949"/-48°40'29,634";  
 -26°48'25,949"/-48°40'30,119"; -26°48'25,787"/-48°40'30,119";  
 -26°48'25,787"/-48°40'30,605"; -26°48'25,625"/-48°40'30,605";  
 -26°48'25,625"/-48°40'31,091"; -26°48'25,463"/-48°40'31,091";  
 -26°48'25,463"/-48°40'31,576"; -26°48'25,302"/-48°40'31,576";  
 -26°48'25,302"/-48°40'32,062"; -26°48'25,140"/-48°40'32,062";  
 -26°48'25,140"/-48°40'32,548"; -26°48'24,978"/-48°40'32,548";  
 em SAD69.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 06 de outubro de 2014.  
 Evandro Eredos dos Navegantes  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
 Secretário da Administração

## LEI Nº 2726

LEI Nº 2726/2014

"INSTITUI A SEMANA DO ALEITAMENTO MATERNO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituída a Semana Municipal do Aleitamento Materno no município de Penha, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de maio.

Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo autorizado a incluir a Semana Municipal do Aleitamento Materno no Calendário Oficial do Município de Penha.

Art.2º - A Semana Municipal do Aleitamento Materno terá por objetivo conscientizar a população através de procedimentos informativos e educativos sobre a importância da amamentação para o desenvolvimento do bebê.

Art.3º - O município poderá celebrar convênios e parcerias com a União, o Estado, os Municípios e entidades da sociedade civil visando à consecução dos objetivos da Semana Municipal do Aleitamento Materno.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Penha, 23 de outubro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 07/11/2014, licitação modalidade Pregão Presencial nº 041/2014. Objeto: Aquisição de equipamentos para a Unidade Sanitária Central: 1 desfibrilador externo automático, 1 carro de emergência, 1 bolsa-válvula-máscara adulto, 1 bolsa-válvula-máscara infantil, 50 un máscara respirador. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 07/11/2014, até às 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE OUTUBRO DE 2014  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

**Decreto N.º 2.880, de 23 de Outubro de 2014.**

DECRETO N.º 2.880, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O PREÂMBULO DO DECRETO N.º 2.873, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município de Pomerode e

Considerando que na redação do preâmbulo do Decreto n.º 2.873, de 02 de outubro de 2014, consta "[...] que o Termo de Convênio firmado no dia 22 de agosto de 2014 entre a Prefeitura Municipal de Pomerode e a Associação pelo Bem-Estar da Família - ABEFAM - não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;";

Considerando que o termo de convênio mencionado suso não foi levado ao conhecimento do Conselho Municipal de Assistência Social;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o preâmbulo do Decreto n.º 2.873, de 02 de outubro de 2014, que passará a ter a seguinte redação:

"Considerando o Termo de Convênio firmado no dia 22 de agosto de 2014 entre a Prefeitura Municipal de Pomerode e a Associação pelo Bem-Estar da Família - ABEFAM;

Considerando o Parecer Jurídico nº 200/2014, oriundo da Procuradoria-Geral do Município;

Considerando as leis esparsas atinentes à Assistência Social;

Considerando que a Súmula nº 346 Supremo Tribunal Federal possibilita a Administração Pública declarar a nulidade dos seus próprios atos;";

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, mediante publicação em órgão oficial no prazo de 10 (dez) dias, retroagindo os seus efeitos ao dia 02 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 23 de outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal

**Resolução Nº 028/2014/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 028/2014/CMDCA

Dispõe sobre o reconhecimento da nomeação da Sra. Susana Alexandra Hardt, indicada pela Portaria nº 18.592 de 17 de Outubro de 2014, publicada em 17 de Outubro de 2014, como Gestora do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência de Pomerode - FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 17 de Outubro de 2014,

**Considerando:**

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

**Resolve:**

Art. 1º - Reconhecer a nomeação da Sra. Susana Alexandra Hardt, indicada pela Portaria nº 18.592 de 17 de Outubro de 2014, publicada em 17 de Outubro de 2014, como Gestora do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência de Pomerode - FIA, desde o dia 17 de Outubro de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 023/2014/CMDCA e a Resolução nº 26/2014/CMDCA.

Pomerode, 23 de Outubro de 2014.

Raphael Ricardo Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

# Porto União

## PREFEITURA

### Portaria Nº 03/2014 - Educação

PORTARIA Nº 03, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

Renova a Autorização do Centro Educacional Janelinha do Saber.

O Secretário Municipal da Educação de Porto União, no uso das atribuições que lhe foram delegadas na Lei 3.509, de 12 de setembro de 2008, que "Institui o Sistema Municipal de Ensino de Porto União", considerando o Parecer nº 002/2014, do Conselho Municipal de Educação,

Resolve:

Art. 1º Renovar, por 03 (três) anos, a partir da data da presente Portaria, a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Educacional Janelinha do Saber, situada à Av. João Pessoa, n.º 1520, Porto União, da rede particular de ensino.

§ 1º A direção da Unidade Educacional deverá solicitar nova renovação à Secretaria Municipal da Educação de Porto União, 180 (cento e oitenta) dias antes de 26/08/2017.

§ 2º Quando ocorrer cessação do atendimento educacional que ora oferta ou ocorrer cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar a Secretaria da Educação, a fim de formalizá-la legalmente.

§ 3º A instituição de ensino foi credenciada para oferta da Educação Infantil pela Secretaria de Estado da Educação, Portaria/790/SED-15/12/1997 - SC.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 26 de agosto de 2014.

BENTO TRINDADE JÚNIOR

Secretário Municipal da Educação

### Portaria N.º 1062/2014 - RH

PORTARIA Nº 1062, de 17 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de setembro a 22 de outubro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Leonardo Vasilko, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição ao servidor efetivo Tiago Metzler de Brito que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de setembro de 2014.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 1063/2014 - RH

PORTARIA Nº 1063, de 17 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jane Aparecida Batista Reisdorfer, das funções do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 1064/2014 - RH

PORTARIA Nº 1064, de 17 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Luana Thaísa Portella das funções do cargo de Professor 6º ao 9º anos Finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA N.º 1065/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1065, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20022150.1.00051/14-5, datada de 22 de outubro de 2014, do servidor OSNI JOSE BORGES DE CAMARGO.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 6.263 dias, ou seja, 17 (dezessete) anos, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

**Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento**

- 15/06/1976 a 27/10/1976 – Ind. de Artefatos de Madeiras Ramon Ltda-ME 00a 04m 13d
- 12/09/1977 a 25/02/1978 – Miguel Forte Industrial S.A Papéis e Madeiras 00a 05m 14d
- 19/09/1978 a 19/01/1995 – Prefeitura Municipal de Porto União 16a 04m 01d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2014.

Porto União - SC, em 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Lei Nº 4.278/2014**

LEI Nº 4.278, de 22 de outubro de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de caráter assistencial, regido por estatuto, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.376, de 29 de novembro de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, com sede e foro neste Município.

Art. 2º O Convênio tem por objetivo repassar ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, recursos financeiros no valor total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), devidamente aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desembolsáveis em uma única parcela, a contar da data de sua assinatura, para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0500 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
ATIVIDADE	2041 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	novo	10.500,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.500,00

Art. 4º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	0500 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
ATIVIDADE	2041 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	01	10.500,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		10.500,00

Art. 5º O Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 6º O período de vigência do Convênio será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI Nº 4.279/2014**

LEI Nº 4.279, de 22 de outubro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 160.878,68 (Cento e sessenta mil, oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos):

ÓRGÃO	1600 – FUNDO DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS		
UNIDADE	1601 – FUNDO DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS		
ATIVIDADE	2040 – Manutenção FUNREBOM		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	novo	80.000,00
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	novo	80.878,68

	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		160.878,68

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do exercício 2013, na Fonte 3100.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Lei Nº 4.280/2014

LEI Nº 4.280, de 22 de outubro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, para utilização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado no Município de Porto União - SC, 01 (um) veículo marca Ford, modelo Ranger LTD CD4, tipo caminhonete, combustível diesel, ano de fabricação 2014, modelo 2014, cor vermelha, chassi nº 8AFAR23L5EJ250646, placa MLR5747, Código Renavam 1285171427, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM de Porto União - SC.

Parágrafo único. O veículo objeto do Termo de Cessão de Uso destina-se exclusivamente à manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do Termo, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser alterado através de Termos Aditivos, ou denunciado a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acorantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Convênio Nº 025/14

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO UNIÃO - SAN  
CONVÊNIO Nº 025/14

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União - SC e o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Padre Anchieta, Nº 126, Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado por seu Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, casado, portador do RG nº 325.323 - SC e do CPF nº 180.245.569 - 87, residente e domiciliado em Porto União - SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro, o Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, sediado na Rua Coronel Belarmino - Nº 355, na cidade de Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, doravante denominado ENTIDADE CONVENIADA, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Douglas Borges de Lima, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Ranulfo Costa Pinto - Nº 25 - Apto. 22 - Centro - União da Vitória - PR, portador do RG nº 6.490.768-9 SSP/PR e CPF nº 937.898.669-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.278, de 22 de outubro de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à ENTIDADE CONVENIADA, oriundos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, referente ao Projeto de Repasse de Recursos à Instituição de Acolhimento, devidamente aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Resolução nº 001, de 24 de abril de 2014, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- melhorar o serviço ofertado na proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, efetivando a eficácia do trabalho e aprimorar e aperfeiçoar todos os funcionários da Instituição, através de capacitação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e Liberação dos Recursos

O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE CONVENIADA, recursos financeiros no valor total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), desembolsáveis em uma única parcela, em conta bancária de instituição financeira oficial do município, em nome do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União - SAN, em c/c específica sob o nº 103.404-9, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Próprio do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0500 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
ATIVIDADE	2041 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos	novo	10.500,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.500,00

Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	0500 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUNIC. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA		
ATIVIDADE	2041 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	01	10.500,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		10.500,00

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Da utilização dos recursos  
Os recursos liberados serão utilizados para auxiliar nas despesas, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

**CLÁUSULA QUARTA** - Das obrigações

**I - Do MUNICÍPIO:**

O MUNICÍPIO obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à ENTIDADE CONVENIADA o valor correspondente à parcela, conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

**II - Da ENTIDADE CONVENIADA:**

A ENTIDADE CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

**CLÁUSULA QUINTA** - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

**CLÁUSULA SEXTA** - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Da fiscalização e auditoria

O MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

**CLÁUSULA OITAVA** - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA** - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Da restituição

A ENTIDADE CONVENIADA assume o compromisso de restituir o

MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 dias da data do evento o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no plano de trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Da vigência

O período de vigência do Convênio será de 60 (sessenta) dias contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União – SAN
--------------------	--

**TESTEMUNHAS:**

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

**Termo de Cessão de Uso Nº 003/2014**

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2014

Nº DO ESTADO \_\_\_\_\_

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Porto União (SC) e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, inscrito no CNPJ nº 00185034/0001-06, doravante denominado CEDENTE, vinculado ao MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), situado na Rua Padre Anchieta - Nº 126, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87 e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381 - Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante - Geral CORONEL BM MARCOS DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade Militar nº 908675-7 e do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - DO OBJETO



O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado no Município de Porto União - SC, o veículo marca Ford, modelo Ranger LTD CD4, tipo caminhonete, combustível diesel, ano de fabricação 2014, modelo 2014, cor vermelha, chassi nº 8AFAR23L5EJ250646, placa MLR5747, Código Renavam 1285171427, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM de Porto União - SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se à manutenção e execução dos serviços de Bombeiro Militar, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

##### 3.1- DO CESSIONÁRIO:

3.1.1- Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;  
3.1.2- Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;  
3.1.3- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;  
3.1.4- Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;  
3.1.5- Arcar com os custos, os quais correrão por conta da Fonte de Recursos 0111 - FUMCBM - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, Ação 4387 e dos itens orçamentários 3.3.90.30.01, 3.3.90.39.19 e 3.3.90.30.39, referentes a combustíveis e lubrificantes, da manutenção e consertos e da reposição de peças, respectivamente.

##### 3.2- DO CEDENTE:

3.2.1- Arcar com os custos elencados no item 3.1.5 da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do FUNREBOM Municipal.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo objeto deste instrumento passará a integrar a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, inciso IV, do art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, inciso IX do art. 7º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 1.051/GERE/DIGA/GAB/SSP de 21 de dezembro de 2005, e na Lei Municipal nº 4.280, de 22 de outubro de 2014.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará pelo período de 05 (cinco) anos contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser alterado através de Termos Aditivos, ou denunciado a qualquer tempo, se

assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União (SC), renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 05 (cinco) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA Prefeito Municipal Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	Coronel BM – MARCOS DE OLIVEIRA Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
--	--

#### Testemunhas:

1. Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2. Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 031/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 031, de 22 de outubro de 2014.

Altera o Artigo 217 da Lei Complementar nº 012, de 22 de dezembro de 2000, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 217, da Lei Complementar nº 012, de 22 de dezembro de 2000, que passa a conter a seguinte redação:

“Art. 217. Respeitadas as normas de proteção ao trabalho, as disposições da Constituição da República e a Legislação Federal referente aos contratos de trabalho, é livre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços do Município, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas na Legislação Municipal, em especial ao sossego público.

§ 1º Excetuam-se das obrigações dispostas neste artigo, os estabelecimentos cujo horário de funcionamento esteja definido em Lei Municipal específica.”

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 012, de 22 de dezembro de 2000, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Decreto Nº 563/2014**

DECRETO Nº 563, de 23 de outubro de 2014.

Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto União, do período de 22 de dezembro de 2014 até 20 de janeiro de 2015, com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º Consideram-se neste período, serviços essenciais, os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos, à manutenção/limpeza da Rodoviária Municipal e o Departamento de Urbanismo.

Art. 3º As férias coletivas dos servidores públicos municipais que exercem suas funções junto ao Edifício Sede do Município serão de 22 de dezembro de 2014 até 09 de janeiro de 2015, com retorno às atividades normais em 12 de janeiro de 2015, salvo se as tarefas administrativas que têm prazos legais específicos de execução vencerem antes do prazo estipulado, ficando suspenso o atendimento ao público durante o período acima citado.

Parágrafo único. O Setor de Tributação do Município atenderá nos dias 29 e 30 de dezembro de 2014, no período das 12 às 18 horas.

Art. 4º Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional para que, durante todo o período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Editais de Convocação N.º 154/2014**

Editais de convocação 154/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 24/10/2014 a 30/10/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP

- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocópia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocópia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
FABIANA TEREZINHA DE LARA ZANELLA	90º		

Porto União (SC), 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 561/2014**

DECRETO Nº 561, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe sobre natureza jurídica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC;

CONSIDERANDO a necessidade de reenquadramento fiscal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterada a natureza jurídica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC, que passa a ter a seguinte designação fiscal: 120-1 Fundo Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

JOSÉ VALMOR ALVES

Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União - SC

### Portaria Nº 030/2014

PORTARIA Nº 030, de 22 de outubro de 2014.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica de revisar a Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, que Institui o Regime Jurídico Único para os Servidores Públicos do Município, das Fundações e Autarquias instituídas e mantidas pelo Município, estabelece Diretrizes Gerais para sua implantação, e dá outras providências.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Juliana Hochstein Posenatto - Presidente;
- II- Arlene Alves Daubermann Padilha - Secretária;
- III- Giovana Müller - Membro;
- IV- Dinarte Ribeiro Guedes Neto - Membro;
- V- Antonio Carlos Colaço - Membro;
- VI- Pyerre Castellano Pereira - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, não podendo ser prorrogado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## Rio do Sul

### PREFEITURA

### Contrato Administrativo Nº 356/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 356/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI, portador(a) do CPF nº 034.521.889-22, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emanuel Kant, nº 05, Apto 05 - Bairro Budag - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Eilla Kurth.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.291,52 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/10/2014 e encerrando-se em 21/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### Lei Complementar 286

LEI COMPLEMENTAR Nº 286, de 03 de setembro de 2014.

“CONSIDERA, PARA EFEITOS DO ART. 482-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, FAIXA DE TERRA COMO EDIFICÁVEL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica definido, nos termos do art. 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, a faixa de terras do imóvel de matrícula nº 34.747 do Cartório de Registro de Imóveis de Rio do Sul, de propriedade de Marcio Cani, devidamente identificada no mapa descrito no Anexo I desta Lei Complementar, como edificável.
Art. 2º-	A Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente deverá verificar no projeto arquitetônico e no projeto estrutural do imóvel a ser construído sobre a faixa definida no artigo 1º desta Lei Complementar se, nos termos do inciso II do artigo 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, há viabilidade técnica da edificação com garantia do acesso a rede pública pluvial.
Art. 3º-	O alvará da construção a ser edificada sobre a faixa de terras definida no artigo 1º desta Lei Complementar somente poderá ser liberado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente se, nos termos do inciso III do artigo 482-A da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, o proprietário do imóvel renunciar ao seu direito de indenização decorrente da servidão de passagem de tubulação, conforme termo definido no Anexo II desta Lei Complementar.
Art. 4º-	Deverá após renúncia do proprietário ao direito de indenização decorrente da passagem de tubulação, realizar a devida averbação junto à matrícula do imóvel no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Rio do Sul.
Art. 5º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

03 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em Exercício

### Lei Complementar 288

LEI COMPLEMENTAR Nº 288, de 15 de outubro de 2014.

“CRIA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 287, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Cria o § 4º, no artigo 19 da Lei Complementar nº 287, de 17 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
	“§ 4º- A organização e elaboração da prova escrita a que se refere o parágrafo 1º deste artigo, será realizada conforme deliberação do CMDCA.” (NR)
Art. 2º-	Altera a alínea “a” e acrescenta as alíneas “d” e “e” no § 1º e altera o § 2º do art. 30 da Lei Complementar nº 287, de 17 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
<p>“Art. 30 - (...)</p> <p>§ 1º- (...)</p> <p>a) diurno, com atendimento na sede do Conselho, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 17h30min;</p> <p>(...)</p> <p>d) noturno, das 17h30min às 07h30min do dia seguinte, em regime de plantão de sobreaviso para atendimento de emergências;</p> <p>e) sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia, em regime de plantão de sobreaviso para atendimento de emergências.</p> <p>§ 2º- Para atendimento de emergências previstas nas alíneas “d” e “e” do parágrafo primeiro será elaborada uma escala de revezamento dos Conselheiros Titulares, a qual deverá ser previamente fixada em local visível nos estabelecimentos e órgãos públicos, determinados através de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.” (NR)</p>	
Art. 3º-	Revoga os §§ 2º e 3º do artigo 36 da Lei Complementar nº 287, de 17 de setembro de 2014.
Art. 4º-	Cria o artigo 36-A, da Lei Complementar nº 287, de 17 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
<p>“Art. 36-A - Por decorrência do horário de atendimento diurno na sede, e em regime de plantão de sobreaviso no horário noturno, nos finais de semana e feriados, o Conselheiro Tutelar, quando no efetivo desempenho da função, receberá uma remuneração mensal de R\$ 1.512,01 (um mil, quinhentos e doze reais e um centavo), correspondente a uma jornada de 30 (trinta) horas semanais.</p> <p>§ 1º- Para fazer jus à remuneração prevista no caput deste artigo, o Conselheiro Tutelar, deve cumprir integralmente os horários diurno e noturno, os finais de semana e feriados, conforme tabela de revezamento, sem direito a qualquer acréscimo.</p> <p>§ 2º- O valor da remuneração, será revisto na mesma data e pelo mesmo índice fixado para a remuneração dos servidores públicos municipais de Rio do Sul e enquadrados no nível “E” da tabela salarial.</p> <p>§ 3º- O Conselheiro Tutelar terá direito ainda, além da remuneração mensal de que trata o caput deste artigo, ao auxílio alimentação de que tratam os artigos 84 a 90 da Lei Complementar nº 207/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.” (NR)</p>	
Art. 5º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

15 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul



**Portaria Nº 1132/RH**

PORTARIA N. 1132/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora VANESSA FEY, matrícula n. 104264/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de outubro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 1133/RH**

PORTARIA N. 1133/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor VALMIR ROCHA DE ALCANTARA, matrícula n. 171409/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de agosto de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**Portaria Nº 1134/RH**

PORTARIA N. 1134/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora SARA PRISCILA RAMOS, matrícula n. 171573/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional,

referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### Edital 70/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 95/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 70/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de papel toalha para utilização no Centro Administrativo do Município e Fundo Municipal de Saúde - FMS.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 07 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 23 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Errata Portarias Nº 6688/2014 E Nº 6701/2014

#### ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1599, de 23 de outubro de 2014, página 422, na publicação da Portaria nº 6688/2014, no local que se lê "a partir de 21 de outubro de 2014" leia-se "a partir de 18 de outubro de 2014".

No Diário Oficial Municipal nº 1599, de 23 de outubro de 2014, página 422, na publicação da Portaria nº 6701/2014, no local que se lê "EBM Alfredo Diener" leia-se "EBM Pref Antonio Tremi".

### EDITAL Nº 007/2014

#### CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
EDITAL N.º 007/2014

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 007/2014.

#### CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS/INGLÊS - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	026	Ana Paula Borges De Resende	6,5

#### CARGO: PROFESSOR PORTUGUÊS/INGLÊS - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	004	Tatiane Vieira	3,0

#### CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	018	Jucemara Da Silva	7,5
2º	050	Vanessa Deretti Rodrigues	7,5
3º	008	Ana Maria Da Silva Lima	6,5
4º	016	Denise Silverio Dos Santos Dubena	6,5
5º	033	Aline Vieira Do Prado Gadotti	6,5
6º	037	Marines Vornath Tauchen	5,0
7º	039	Ana Claudia Salvador Machado	5,0
8º	048	Fernanda Ferreira Dos Santos De Cordova	4,0
9º	024	Jaqueline Pereira	4,0

#### CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	005	Neusa Terezinha Chupel	5,5
2º	042	Lucelia Baier Branco	5,5
3º	003	Renata Schaad	5,5

4º	051	Gislaine Rais Quost	5,5
5º	032	Vanilze Grossl	5,5
6º	035	Teresinha Aparecida Andrade	3,0
7º	019	Vanderleia Prussak Bialobok	3,0
8º	025	Giseli Becker Wohl	3,0
9º	040	Katia Viesniewsky	3,0
10º	045	Bruna Huttli	3,0
11º	044	Jessica Ribeiro	3,0

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS - PREFEITURA MUNICIPAL**

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	034	Cleusa Teresinha Da Silveira	5,5
2º	012	Patricia Wielivick	4,5
3º	049	Luciane Dubena	4,5
4º	017	Donaria Leite Oribka	4,5
5º	021	Monica Roesler	4,5
6º	038	Elisabete Do Rocio Candido Bencz	3,5
7º	028	Mirian Passos	3,0
8º	031	Debora Estrizer Ferreira	3,0
9º	010	Edna Vanessa Krzezinski	3,0
10º	029	Sheila Schtigler	3,0
11º	047	Isaac Estrizer	3,0
12º	001	Adriane Vieira Fary Martins	2,0
13º	023	Cristiane Liebl Garcia	2,0
14º	009	Andreia Ropke Da Silva	2,0
15º	027	Denize Ferreira De Moraes	2,0
16º	006	Zenilda Teresinha De Oliveira Feliciano	2,0
17º	030	Janete De Souza Camargo	2,0
18º	036	Idalina Correia Galinski	2,0
19º	020	Linda Ines De Lima	2,0
20º	022	Luana Carolain Gruber	2,0
21º	002	Rosilene De Jesus Rodrigues	1,0
22º	007	Andresa Correia Muniz	1,0
23º	052	Maria Valdereza Da Aparecida Miranda de Souza	1,0
24º	014	Maria Carvalho	1,0
25º	013	Ivani Alves De Carvalho Oliveira	1,0
26º	053	Irene Aparecida Luiz Becker	1,0
27º	041	Sandra De Oliveira	1,0
28º	046	Osmael De Lima	1,0

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1º	011	Gislaine Tais Da Fonseca	3,0

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
NÃO TEVE INSCRITOS			

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - NÃO HABILITADO**

Classificação	Inscrição	Nome	Pontuação
NÃO TEVE INSCRITOS			

**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
015	Maila Celia Pereira	Agente de Saúde	Cargo inexistente neste edital
043	Lilian Schneider	Professor de Educação Infantil – Não Habilitado	Falta documento de Escolaridade

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.

Fernando Tureck  
Prefeito Municipal

**Adendo ao Edital de Tomada de Preços Nº 297/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ADENDO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 297/2014

NO EDITAL ITEM 4.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LEIA-SE:

4.4.1 - Certidão de Registro ou Inscrição da empresa licitante no CREA, através de Certidão de Pessoa Jurídica e/ou Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme Lei nº 12.378 de 31/12/2010.

4.4.2 - Certidão de Registro ou Inscrição do profissional no CREA, através de Certidão de Pessoa Física e/ou Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme Lei nº 12.378 de 31/12/2010.

Observação: Caso a empresa participante seja a vencedora da licitação em se tratando de registro fora do Estado local do certame, é necessária a chancela (visto) junto ao CREA desse Estado, demonstrando que tem condição legal de atuar nessa localidade, onde a comprovação deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, PERMANECE A ABERTURA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 297/2014 NO DIA 28/10/2014 ÀS 09:00 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO Nº 0718/2014**

DECRETO Nº 0718, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA



Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(81) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações

R\$ 1.200,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 - Alimentação Escolar

(435) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo

R\$ 10.000,00

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(442) 3.3.90.14.00.00.00 001 - Diárias - Civil R\$ 5.000,00

(448) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 40.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios Empresas

(490) 3.3.90.30.00.00.00 322 - Material de Consumo

R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 03 - SSP - TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(563) 3.3.90.30.00.00.00 354 - Material de Consumo

R\$ 29.000,00

(564) 3.3.90.39.00.00.00 354 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 10.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(326) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo

R\$ 1.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(10) 3.3.90.14.00.00.00 200 - Diárias - Civil R\$ 4.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(44) 4.4.90.30.00.00.00 200 - Material de Consumo

R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(73) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo

R\$ 1.200,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.000 - Alimentação Escolar

(542) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 5.000,00

(543) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente

R\$ 5.000,00

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(447) 3.3.90.37.00.00.00 001 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 5.000,00

(453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações

R\$ 40.000,00

Atividade: 2.027 - Convênios Empresas

(560) 4.4.90.52.00.00.00 322 - Equip. Material e Permanente

R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 03 - SSP - TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(551) 4.4.90.51.00.00.00 354 - Obras e Instalações

R\$ 4.000,00

(565) 4.4.90.52.00.00.00 354 - Equip. Material Permanente

R\$ 35.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(332) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(1) 3.1.90.08.00.00.00 200 - Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 4.000,00

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água

(30) 3.1.90.16.00.00.00 200 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 0719/2014**

DECRETO Nº 0719, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 16.074.318,35 (dezesseis milhões, setenta e quatro mil, trezentos e dezoito reais

e trinta e cinco centavos), excluindo e alterando os valores das Dotações do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 0100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente		
Órgão: 10	Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 01	Assistência Social	
Proj./Ativ.: 1.030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	
(535) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00

Fonte de Recurso: 0152 - Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social		
Proj./Ativ.: 2.072	FNAS - Gestão - ACESSUAS	
(528) 33.90.30	Material de Consumo	10.000,00
(531) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.000,00
Proj./Ativ.: 2.079 Gestão dos Serv. Proteção Social Esp. de Média Complexidade		
(269) 33.90.30	Material de Consumo	10.000,00
(270) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	11.000,00
(272) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000,00

Fonte de Recurso: 0017 – Contribuição Custeio Serviço de Iluminação Pública		
Órgão: 09	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 01	Obras e Serviços Urbanos	
Proj./Ativ.: 2.031	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	
(229) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	42.000,00
(232) 44.90.51	Obras e Instalações	110.000,00
(233) 44.90.52	Equipamento e Material Permanente	113.200,00

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho das dotações orçamentárias relacionadas no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento das receitas nas fontes de recursos: código 0017 - Contribuição Custeio Serviço de Iluminação Pública, código 0152 - Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social e fonte 0100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

## Decreto Nº 0720/2014

DECRETO Nº 0720, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 48.700,00 (quarenta e oito mil e setecentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(111) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(258) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equipamento e Material Permanente R\$ 10.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Esp. de Média Complexidade

(276) 4.4.90.52.00.00.00 152 - Equip. Material Permanente R\$ 9.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(356) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias R\$ 700,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(23) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Aux. Finac. a Pessoas Físicas R\$ 27.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(113) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(257) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Auxílios Financ. a Pessoas Físicas R\$ 10.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Esp. de Média Complexidade

(269) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$

3.000,00  
(270) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Material de Dist. Gratuita  
R\$ 3.000,00  
(272) 3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$  
3.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(357) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 700,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(20) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$  
4.000,00

(21) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$  
4.000,00

(22) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$  
19.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 0721/2014**

DECRETO Nº 0721, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREI-  
TOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atri-  
buições legais e nos termos do artigo 7º, da Lei nº 3403, de 31  
de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal dos Direitos  
da Pessoa com Deficiência - COMDE, como segue:

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

MARIELLE SACHWEH - Titular

ANA PAULA PIONTKIEWICK - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Administração

JOANITA KOBZINSKI LEITHOLD - Titular

JAQUELINE SIEDSCHLAG - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

GEOVANNA FRANCK RODRIGUES VICENTE - Titular

SUELI DOS SANTOS LIMA - Suplente

IV - Representantes da Secretaria de Municipal de Assistência So-  
cial

BIANCA FELIPPI CHIELLA - Titular

KAREN LILI FECHNER - Suplente

V - Representantes da Fundação Cultural

MARÍLIA CRISPI DE MORAES - Titular

ROBSON RODRIGUES - Suplente

VI - Representantes da Fundação Municipal de Desportos

LUIZ NERI PEREIRA - Titular

ANDRESSA CRISTINA BRANDEMBURG - Suplente

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças

AVELINO COMIM - Titular

CARLA NICOCELLI - Suplente

VIII - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e

Urbanismo RICARDO CALLADO - Titular

KELLY THIEMANN - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

I - Representantes de Entidades não-governamentais da Socieda-  
de Civil Organizada

a) Fundação Pró Rim

NÁDIA REGINA VIEIRA BATISTA - Titular

MARGARETE TEREZINHA THOL - Suplente

b) Associação dos Pacientes Renais do Planalto Norte - ARPLAN

ELAIR DE SOUZA - Titular

JAIRO SEGANFREDO - Suplente

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

JOSÉ AUGUSTIM - Titular

MARILÉIA DO ROCIO PRESTES GONÇALVES - Suplente

d) Hospital e Maternidade Sagrada Família

ELIANE PADILHA MIRANDA - Titular

JOSIANE CORREIA PLANTES DOS ANJOS - Suplente

e) Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Móveis

PAULO RICARDO DA COSTA LOPES - Titular

PEDRO SANTANA MOTA - Suplente

II - Representantes de Pessoas com Deficiência

a) EVALDO MARTINS - Titular

EZEQUIEL PEREIRA VIDAL - Suplente

b) JOELMA STREIT - Titular

SILVANA ZIMMER MACIEL DA SILVA - Suplente

III - Representantes dos Profissionais Ligados a Reabilitação

DENISE FABIANE ROSÁ - Titular

Art. 2º O mandato do Conselho nomeado pelo presente é de  
02 (dois) anos, compreendendo o período de 23/10/2014 a  
23/10/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 6706/2014**

PORTARIA Nº 6706, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas  
atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora CARIN LUCIANE DENK TSCHOEKE,  
ocupante do cargo de Farmacêutica, na Secretaria Municipal de  
Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos  
oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- VW/Gol, placa MBL 6765
- VW/Gol, placa MFQ 9645
- VW/Gol, placa MFT 3739
- VW/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302
- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### Portaria Nº 6707/2014

PORTARIA Nº 6707, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
Revoga Portaria nº 5043/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5043/2014, que admitiu a servidora temporária, VALQUIRIA TERESINHA FAGUNDES, no cargo de Auxiliar de Serviços, eis que emitida em duplicidade.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### Portaria Nº 6708/2014

PORTARIA Nº 6708, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Pensão por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 04 de outubro de 2014, pensão por morte ao Sr. JOSÉ NILO LEVANDOSKI, na condição de cônjuge da ex-servidora ativa SECLINDES RUTH MEY LEVANDOSKI.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6584/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### Portaria Nº 6709/2014

PORTARIA Nº 6709, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI e FÁBIO MARCELO SCHLOEGEL, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/CLASSIC LS, placa MLB 4516.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### Portaria Nº 6710/2014

PORTARIA Nº 6710, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 23 de outubro



de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LIZIONETE PEDROSO DO AMARAL BEPPLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Especialização, Nível II, Classe F, matrícula nº 5490, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6109/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

#### **Extrato de Contrato Nº 82/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 82/2014  
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE  
Contratada: RESTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA EPP  
Vigência: Início: 04/10/2014 - Término: 04/04/2015  
Licitação: 54/2011  
4º Termo Aditivo

Recursos: Dotação:  
(88) 4.4.90.51.80.00.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente.

Objeto: Serviços de gerenciamento e supervisão da implantação da obra do sistema de esgotamento sanitário da sub-bacia 3 do Rio São Bento.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

## **São Domingos**

### **PREFEITURA**

#### **Dec 1744 de 23 10 14 Ponto Facultativo Servidor**

DECRETO Nº 1744, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e;

- Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o Dia do Servidor Público;

- Considerando os relevantes serviços prestados pelos servidores públicos municipais ao Município de São Domingos;

- Considerando a necessidade da preservação do patrimônio público;

- Considerando a necessidade de cumprimento do calendário escolar;

- Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais no dia 31 de outubro de 2014 (sexta-feira), durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais, à exceção da rede municipal de ensino, em virtude das atividades escolares; dos vigias que deverão cumprir a escala normal de trabalho e; da Secretaria Municipal de Saúde que deverá garantir o atendimento a toda população de forma adequada.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Licitação Nº 078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
LICITAÇÃO Nº 078/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 032/2014

Objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA E CHAPEAÇÃO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS ÔNIBUS PERTENCENTES AO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 07/11/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08 h 30 min do dia 07/11/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07:00 às 13:00, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 27 de Outubro de 2014.  
RONI MARINHO FARIAS  
Prefeito Municipal em Exercício

## São José

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3324/2014

DECRETO Nº 3324/2014  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Luiz Antônio Pereira	Agente de Serviços Gerais	40 hs	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### Decreto Nº 3321/2014

DECRETO Nº 3321/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, GUSTAVO PEDRA, matrícula nº 30.835, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### Decreto Nº 3320/2014

DECRETO Nº 3320/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ALCEBÍADES ANTONIO LAPOLLI, matrícula nº 30.748, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3319/2014**

DECRETO Nº 3319/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, NEWTY JACQUELINE RODRIGUES, matrícula nº 30.754, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3316/2014**

DECRETO Nº 3316/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, WAGNER SOUZA SALDANHA, matrícula nº 37.003, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3315/2014**

DECRETO Nº 3315/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, CARLOS ALBERTO TROTT, matrícula nº 35.653-0, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3322/2014**

DECRETO Nº 3322/2014  
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora RENATA REITZ, matrícula nº 32.654, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3317/2014**

DECRETO Nº 3317/2014  
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora ROSICLER DA SILVA RIBEIRO, matrícula nº 15.125, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **Decreto Nº 3318/2014**

DECRETO Nº 3318/2014  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO Parecer Jurídico N.º 0586/2014 da Procuradoria-Geral do Município;  
CONSIDERANDO a Consulta Jurídica N.º 02/2014 da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARCILENE JANAINA DE OLIVEIRA, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 3314/2014**

DECRETO Nº 3.314/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
CLAUDIA REGINA KLAHMANN	Professor - M	40 horas	20/10/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/10/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3313/2014**

DECRETO Nº 3.313/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
LYEDJE NAYA GONZA-GA KOBARG	Auxiliar de Ensino	30 horas	13/10/2014
PATRIZIA MIRANDA TEMOCHKO	Auxiliar de Sala	40 horas	13/10/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/10/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3312/2014**

DECRETO Nº 3.312/2014  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MONICA BEATRIZ MORETTI, portadora do CPF nº 671.675.279-04, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 18 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal São Luiz.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/10/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3310/2014**

DECRETO Nº 3.310/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012 e o Edital nº 001/2013 datado de 02/05/2013 e;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Carmem Fátima de Pra Kolln	Professor -M	21/10/2014
Ritchelly Weber da Silva	Auxiliar de Ensino	21/10/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3311/2014**

DECRETO Nº 3.311/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 19768/2014 datado de 18/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARCEL RENE BARONE	Professor - H	14/10/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3309/2014**

DECRETO Nº 3.309/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Cintia da Cunha	Agente de Serviços Gerais	06/10/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3308/2014**

DECRETO Nº 3.308/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Kadija Pedroso de Medeiros	Auxiliar de Sala	20/10/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3300/2014**

DECRETO Nº 3300/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, RODRIGO RIBEIRO GONÇALVES, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de setembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Abertura da Concorrência Nº 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2014 - Processo nº 293/2014 Objeto: Contratação de empresa para construção de Centro de Iniciação ao Esporte - CIE, pertencente à Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 27 de novembro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 27 de novembro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### Registro de Preço Horas Trator Esteira 53 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014.  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
Registro de Preço n.º 02/2014

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico que abrirá Licitação do tipo "MENOR PREÇO" por item, na modalidade de Pregão Presencial, Registro de Preço, para AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA para a Secretaria Municipal de Estradas de Rodagens de SMBV/SC. O Objeto da Licitação deverá ser executado de forma fracionada e nas quantidades requeridas e estimadas para o período de 01(um) ano. O setor de Licitações e de compras do Município de SMBV/SC estará recebendo os envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 11/11/2014. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 24 de Outubro de 2014.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

## São Miguel do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Ponto Facultativo (31 de Outubro de 2014)

DECRETO Nº 8.173/2014  
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VI e XL, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro é comemorado o dia do Servidor Público.

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro de 2014, cai numa Terça Feira, e que o dia de Finados cai num Domingo.

CONSIDERANDO que Administração Pública deve racionalizar os seus serviços e préstimos ao público em geral.

Resolve:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 31/10/2014, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ocorrido no dia 28/10/2014.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de interesse público e emergenciais do Município, especialmente o Plantão de Atenção Básica, Unidade de Pronto Atendimento - UPA/24 horas e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em conformidade com o cronograma determinado pelo ato correspondente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC  
Em 14 de outubro de 2014  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado  
na presente data.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Lei Nº 914, de 20 de Outubro de 2014

LEI Nº 914, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

"Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2015 e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de São Pedro de Alcântara, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que contera ainda:

- I - Anexo I.1 - Demonstrativo das Metas Anuais;
- II - Anexo I.2 - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III - Anexo I.3 - Das metas fiscais atuais comparadas com as Fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Anexo I.4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Anexo Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;
- VII - Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- VIII - Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- IX - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- X - Riscos Fiscais;
- XI - Demonstrativo das receitas e prioridades das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;
- XII - Demonstrativo das receitas de impostos e das Prioridades das despesas próprias com saúde;
- XIII - Prioridades com as Despesas com Pessoal;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Resultado Primário;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Resultado Nominal;

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Montante da Dívida.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo III, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN Conjunta nº 02/2007.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com



código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta STN/SOF nº 01/2010 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2015. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2010, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2009, 2010 a 2011, 2012, 2013 e fixada para 2014 e 2015. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011, 2012, 2013 (Art. 20 e 48 da LRF)

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/14; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2011, 2012, 2013; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora INSPA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção o Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito

Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I. observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO I.11 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano

Plurianual conforme e contemplados na Lei Orçamentária para 2015 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de



mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Pedro de Alcântara, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

São Pedro de Alcântara, 21 Outubro de 2014.  
Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 915, de 20 de Outubro de 2014

LEI Nº 915, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

"Autoriza o Recebimento por Doação de Área do Município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento, por doação, da área total de 83,37,65 m2, perímetro 70,0097m2 neste Município, conforme mapa, levantamento topográfico e Termo de Doação que são partes integrantes desta Lei.

Parágrafo Único - O recebimento desta rua, nos termos do caput, declara a sua utilidade pública e repassa ao Município, imediatamente, a responsabilidade e jurisdição da mesma.

Art.2º - Esta Lei entrará em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 Outubro de 2014.  
Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

#### Portaria N.º 403/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 403/2014

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 24/10/2011 por Concurso Público.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 24/10/2011, por Concurso Público nº. 001/2010, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### **Portaria N.º 404/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 404/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

GENI LUIZA MENEGOTTO CHIAPINOTO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - LETRA B.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### **Portaria N.º 405/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 405/2014

Homologa a estabilidade funcional do servidor admitido em 01/02/2011 por Concurso Público.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável o servidor abaixo mencionado, admitido em 01/02/2011, por Concurso Público nº. 001/2010, tendo este completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

LUCIO ERHARDT.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### **Portaria N.º 406/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2014

DÁ POSSE E DETERMINA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE NEIVA MARIA HAAS PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar nº. 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Dá posse e determina o início de exercício de NEIVA MARIA HAAS para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Grupo III, Atividades de Administração Geral - AAG, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.134,35 (um mil, cento e trinta quatro reais e trinta cinco centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 06, no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- A servidora aqui empossada entra em exercício neste dia 24/10/2014.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**Portaria N.º 407/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2014

Exonera ALINE FERNANDES do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, ALINE FERNANDES do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 075/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**Termo de Posse da Sra. Neiva Maria Haas Para O Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo 24.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Sra. NEIVA MARIA HAAS para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu a Sra. NEIVA MARIA HAAS, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de São José/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, em razão de sua aprovação na classificação n.º 06, no Concurso Público n.º 001/2010.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

NEIVA MARIA HAAS

Empossada

**Serra Alta****PREFEITURA****Decreto N° 170/2014**

DECRETO Nº 170/2014 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

"DECLARA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEITON MAGRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial de 03 (três) dias - 24, 25 E 26 DE OUTUBRO DE 2014, em todo o território do Municipal de Serra Alta/SC, pelo falecimento do servidor Público Municipal CLEITON MAGRI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 24 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### Fundo de Habitação Pregão 01/2014 Cohab

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Fundo de Habitação Interesse Social de Siderópolis

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001/2014

ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 001/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 07/11/2014, às 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação de unidades habitacionais com recurso subsidiado nas áreas urbanas e rurais do Município de Siderópolis através do programa COHAB cidadã referente ao convênio nº 214TR00002171 entre o Município de Siderópolis e a COHAB/SC. O edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br). Maiores Informações: (48) 3435 3188.

Siderópolis, 24 de outubro de 2014

Fabíola Cardoso Comin

Pregoeira

### 87/2014 DISPENSA CONCURSO ACT

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 87/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

O Município de Siderópolis, por meio do parecer da procuradoria do município, em conformidade com o art. 24 inciso II da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de Processo Seletivo para Provimento de cargos na área da Educação do Município de Siderópolis/SC. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa, devidamente cadastrada e habilitada:

CONTRATADO: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI

VIGÊNCIA: O prazo de execução será de 3 meses, contados da data de recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, e a vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 30 (trinta) dias após o término do prazo de execução.

VALOR: até R\$ 7.950,00.

Siderópolis, 24 de outubro de 2014.

Hélio Roberto Cesa.

Prefeito Municipal

**CONTRATOS 09/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 1/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ZELINDO TRENTA & CIA LTDA**CNPJ:** 75.362.277/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 51/2013**Número do Processo:** 51/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-61/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Prestação de serviços de transporte coletivo INTERMUNICIPAL para estudantes do município, até à cidade de Criciúma tendo como destino final à Universidade - UNESC, sendo beneficiados tanto os estudantes universitários, quanto todos os alunos das instituições de ensino vizinhas à UNESC, tais como: SATC, CEDUP, dentre outros.

**Data da Assinatura:** 01/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ZELINDO TRENTA & CIA LTDA**CNPJ:** 75.362.277/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 51/2013**Número do Processo:** 51/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2-61/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Prestação de serviços de transporte coletivo INTERMUNICIPAL para estudantes do município, até à cidade de Criciúma tendo como destino final à Universidade - UNESC, sendo beneficiados tanto os estudantes universitários, quanto todos os alunos das instituições de ensino vizinhas à UNESC, tais como: SATC, CEDUP, dentre outros.

**Data da Assinatura:** 16/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 02.05 12.361.0005 2.009.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 100.000,00**Forma de Pagamento:** mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AUTO POSTO FORMULA UM LTDA**CNPJ:** 80.442.569/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 83/2013**Número do Processo:** 83/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-05/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de combustíveis, através de empresa(s), para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial e que sejam fornecidos nos POSTOS DE ABASTECIMENTO do licitante vencedor, para o exercício de 2014.**Data da Assinatura:** 16/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 02.05 12.361.0005 2.007.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 200.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 36/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-65/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua OLI MANOEL RODRIGUES no município de Siderópolis, numa extensão de 303,65m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-66/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da rua DR. LUIZ DA FONSECA GIRON no município de Siderópolis, numa extensão de 344,099m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 38/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-67/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade RIO KUNTZ (2ª etapa) no município de Siderópolis, numa extensão de 1.060,93m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 4/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 4/2014**Número do Processo:** 39/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-68/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ESTRADA GERAL RIO MANIN no município de Siderópolis, numa extensão de 640,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA NUNES LTDA**CNPJ:** 79.382.412/0001-93**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 5/2014**Número do Processo:** 40/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-69/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica no ENTRONCAMENTO DE SIDEROPOLIS/ALTO RIO MAINA - DIVISA SIDEROPOLIS/NOVA VENEZA no município de Siderópolis, numa extensão de 2.100,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2014**Número do Processo:** 41/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-70/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA QUATRO no município de Siderópolis, numa extensão de 380,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2014**Número do Processo:** 42/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-71/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade SANTO ANTONIO no município de Siderópolis, numa extensão de 441,99m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 43/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-72/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica da RUA OITENTA E NOVE no município de Siderópolis, numa extensão de 70,13m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2014**Número do Processo:** 44/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-73/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ALTO RIO MAINA no município de Siderópolis, numa extensão de 1700,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Setembro/2014.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2014**Número do Processo:** 56/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-77/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica em 18 ruas, do município de Siderópolis/SC, numa extensão de 2.609,88 m., conforme convênio nº 2542/2012-9, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.

**Data da Assinatura:** 30/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2014 a 02/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**Contratos 08/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CCA CONSTRUTORA LTDA - ME**CNPJ:** 15.252.738/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 11/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-59/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, medindo 19x33=627,00m², proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208350/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**Data da Assinatura:** 01/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/08/2014 a 01/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2011**Número do Processo:** 50/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6-59/2011**Fundamento Legal:**

**Objeto:** 2.1. O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem das Ruas Padre Anchieta e Plínio Bonassa, neste município por meio de parceria com Caixa Econômica Federal conforme contrato de repasse nº0327460-89/2010.

**Data da Assinatura:** 18/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/08/2014 a 17/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VC CONSTRUCOES LTDA - EPP**CNPJ:** 10.663.352/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 30/2014**Número do Processo:** 61/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2-80/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Serviços de recolocação do paralelepípedo com assentamento do piso sobre uma camada de 6 cm de contrapiso na calçada do perímetro da igreja matriz e na calçada do perímetro da praça central.**Data da Assinatura:** 27/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/08/2014 a 27/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** VC CONSTRUCOES LTDA - EPP**CNPJ:** 10.663.352/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2014**Número do Processo:** 60/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-82/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada em construção de campo de futebol suíço com grama sintética, conforme Convênio entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis.**Data da Assinatura:** 27/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/08/2014 a 04/11/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2011**Número do Processo:** 50/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5-59/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** 2.1. O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem das Ruas Padre Anchieta e Plínio Bonassa, neste município por meio de parceria com Caixa Econômica Federal conforme contrato de repasse nº 0327460-89/2010.

**Data da Assinatura:** 29/08/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/08/2014 a 30/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**



**Contratos 10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Outubro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CCA CONSTRUTORA LTDA - ME**CNPJ:** 15.252.738/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 11/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2-11/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de cobertura de quadra poliesportiva, destinada à escola Aurora Péterle no Bairro Alto Rio Maina/Siderópolis, medindo 19x33=627,00m², proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208350/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**Data da Assinatura:** 01/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/10/2014 a 01/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PONTO CERTO CONSTRUCOES LTDA - ME**CNPJ:** 10.527.764/0001-93**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2014**Número do Processo:** 35/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-79/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de construção de quadra escolar coberta, destinada à escola Miguel Lazzarin, proveniente do TERMO DE COMPROMISSO PAC 208877/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**Data da Assinatura:** 02/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/10/2014 a 02/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Outubro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SHOPPING DE IDEIAS PUBLICIDADE & PROPAGANDA LTDA.**CNPJ:** 04.640.992/0001-72**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 15/2014**Número do Processo:** 85/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 106/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de Agência de Propaganda para prestação dos serviços publicitários**Data da Assinatura:** 06/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 200.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL, CONFORME PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 2/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-24/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada em pavimentação Asfáltica e Drenagem da Estrada Geral do Rio Kuntz numa extensão de 613,93m no município de Siderópolis, conforme convênio de Repasse n. 2013TR003130 entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis.**Data da Assinatura:** 15/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/10/2014 a 15/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.929.407/0001-62  
RUA PRESIDENTE DUTRA, NUM. 1  
C.E.P.: 88860-000 - Siderópolis - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Outubro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**CNPJ:** 75.534.974/0001-54**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2011**Número do Processo:** 50/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 07-59/2011**Fundamento Legal:**

**Objeto:** 2.1. O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem das Ruas Padre Anchieta e Plínio Bonassa, neste município por meio de parceria com Caixa Econômica Federal conforme contrato de repasse nº 0327460-89/2010.

**Data da Assinatura:** 20/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/10/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** VC CONSTRUÇOES LTDA - EPP**CNPJ:** 10.663.352/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 30/2014**Número do Processo:** 61/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-80/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Serviços de recolocação do paralelepípedo com assentamento do piso sobre uma camada de 6 cm de contrapiso na calçada do perímetro da igreja matriz e na calçada do perímetro da praça central.

**Data da Assinatura:** 27/10/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/10/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

# Sombrio

## PREFEITURA

### Rescisão Contratual do Contrato 87/2013

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 87/2013 E SEU 1º TERMO ADITIVO, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE SOMBRIO/SCE A EMPRESA DMPA COMUNICAÇÕES LTDA.

O MUNICIPIO DE SOMBRIO/SC, com sede a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro, no município de Sombrio/SC, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ZENIO CARDOSO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF/MF nº 018.387.259-26, residente e domiciliado na Rua João Jose Guimarães, nº. 954, Bairro Centro, Município de Sombrio/SC, até então denominada CONTRATANTE e a empresa, DMPA COMUNICAÇÕES LTDA, até o momento denominada CONTRATADA, com sede na Rua Henrique Lage, n.º234, na cidade de Criciúma - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.577.937/0001-97, neste ato representada por Amarildo Idio Passos, portador da cédula de identidade RG n.º 1.261.370, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 910.275.199-20, na qualidade de diretor.

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo 87/2013 e seu 1º termo aditivo, a partir 19/09/2014, com base no inciso II, art. 79, da Lei nº 8.666/93, rescindindo-se nesta data de pleno direito.

Cláusula Segunda - Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial e o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Município.

E por estarem de acordo, depois de lido, as partes nomeadas assinam no presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Sombrio, 19 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso Prefeito Municipal Contratante	Amarildo Idio Passos DMPA Comunicações Ltda
Testemunhas:	
Nome: Cacimar de Oliveira CPF nº 054.524.249-54	Nome: Léo Monteiro CPF nº 378.758.689-04

### Retificação 108/2014

RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 108/2014

O presidente da comissão de licitação o Sr. Ricardo D'ávila João designado pelo decreto nº.006, de 02 de janeiro de 2014, faz saber a todos os interessados que devido ao DECRETO nº.193 de 10 setembro de 2014, publicado na empresa oficial no dia 30 de setembro de 2014, que estabelece o novo horário de trabalho de todas as repartições públicas Municipais entre os dias 06/10/2014 a 27/02/2015 das 13h as 19h, vem por meio desta RETIFICAR o horário de protocolo dos envelopes do referido processo licitatório estipulado inicialmente para as 10h:00min. do dia 28/10/2014 e abertura as 10h:30min. teve de ser alterado para até 14h:30min. do mesmo dia, o protocolo e abertura para as 15h:00min, em virtude da mudança dos horários de expediente.

Sombrio, SC, 02 de outubro de 2014.

Ricardo D'ávila João

Presidente da C.P.L

# Timbó

## PREFEITURA

### Certidão de Aprovação Nº 018 de 23 de Outubro de 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 018 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "WERNER TESCH", situado no lado par da Rua Estados Unidos, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 97,80 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Deodoro, nesta Cidade, com a área de 4.197,85m<sup>2</sup> (Quatro mil, cento e noventa e sete metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), processo D-017/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente WERNER TESCH, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.218, em data de 20/10/2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.357, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.03.001.0330.001, sendo constituído:

De 02 (dois) lotes e mais a área remanescente, abaixo transcritos:

01 - Lote 01 (um) - com área de 945,92m<sup>2</sup> (Novecentos e quarenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Estados Unidos, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 135,03 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Deodoro; estremando na frente em 2,61 metros com o lado par da Rua Estados Unidos; fundos estrema em linha sinuosa de 31,14 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito estrema em 85,30 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 30,00 metros e em 16,00 metros com terras de Marcos Roberto Tesch, matrícula nº 1.145, livro 2 e em 35,98 metros com o lote 02. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 893,72m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio dos Cedros, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha curva de 3,28 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em linha sinuosa de 31,14 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito, estrema em 67,03 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo, estrema em 12,24 metros e em 16,00 metros com terras de Marcos Roberto Tesch, matrícula nº 1.145, livro 2, e em 35,98 metros com o lote 02. Este imóvel deverá ser anexado ao confrontante matriculado sob nº 1.145, livro 2, de propriedade de Marcos Roberto Tesch.

02 - Lote 02 (dois) - com área de 1.083,00m<sup>2</sup> (Hum mil e oitenta e três metros quadrados), situado no lado par da Rua Estados Unidos, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 97,80 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Deodoro; estremando na frente em 21,23 metros com o lado par da Rua Estados Unidos; fundos estrema em linha sinuosa de 12,12 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito estrema em 65,98 metros sendo em 30,00 metros com terras de Marcos Roberto Tesch, matrícula nº 1.145, livro 2, e em 35,98 metros com o lote 01; e, lado esquerdo estrema em 65,78 metros com

terras de Roberto Hagel Kuhn, matrícula nº 2.002, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 781,38m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio dos Cedros, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha curva de 19,13 metros terras do proprietário; fundos, estrema em linha sinuosa de 12,12 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito, estrema em 50,64 metros, sendo em 14,66 metros com terras de Marcos Roberto Tesch, matrícula nº 1.145, livro 2 e em 35,98 metros com o lote 01; e, lado esquerdo, estrema em 50,55 metros com terras de Roberto Hagel Kuhn, matrícula nº 2.002, livro 2;

Área Remanescente - com área de 2.168,93m<sup>2</sup> (Dois mil, cento e sessenta e oito metros e noventa e três decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Estados Unidos, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 137,64 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Marechal Deodoro, edificado com uma casa com 140,37m<sup>2</sup>, mais uma casa residencial mista, dois pavimentos, com 192,00m<sup>2</sup>, sob nº 160; estremando na frente em 28,20 metros com o lado par da Rua Estados Unidos; fundos estrema em linha sinuosa de 23,72 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito estrema em 82,10 metros com terras de Egon Tesch, matrícula nº 17.182, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 85,30 metros com o lote 01. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 1.504,18m<sup>2</sup>, constante da faixa de 50,00 metros da margem esquerda do Rio dos Cedros, com a seguinte descrição: estremando na frente, em linha curva de 30,96 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em linha sinuosa de 23,72 metros com a margem esquerda do Rio dos Cedros; lado direito, estrema em 50,00 metros com terras de Egon Tesch, matrícula nº 17.182, livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 67,03 metros com o lote 01.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 23 de outubro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente  
Município de Timbó

### Portaria Nº Fct-42, de 30 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº FCT-42, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Gisele Aparecida de Oliveira	FCT-035, de 30.06.2014	15.12.2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA  
Diretor Presidente FCT

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro N.º 136 2013 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 136/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Auto Posto Nasato LTDA.

OBJETO: Alteração de valor do item 00001, Gasolina Aditivada, que passa a ser de R\$ 2,890 e do item 00004, óleo Diesel S10, que passa a ser de R\$ 2,469...

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2014.

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

### **TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 128 2014 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC  
TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 128/2014 PMT

A Secretária da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, Revogar os itens 73, 74, 75, 76, 77 do Pregão Presencial n.º 128/2014, que tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.

MOTIVO: Revogado para correção da unidade de medida e valor de referência dos itens.

TIMBO (SC), 24/10/2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### **Decreto Nº 3587, de 1º de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3587, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

19.01.027.813.0090.2236.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2236.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2236.	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), autorizado pela Lei nº 2731, de 15 de agosto de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.1241.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.1241.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1241.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 3588, de 1º de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3588, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de



12 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	30.000,00
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE	30.000,00
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 3589, de 1º de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3589, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 18.016,98.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 18.016,98 (dezoito mil, dezesseis reais e

noventa e oito centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
32400	SUPERAVIT DE OUTROS CONVENIOS	18.016,98
	TOTAL	18.016,98

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 3591, de 04 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3591, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 46.168,89.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 46.168,89 (quarenta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.846.0005.0003.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.846.0005.0003.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.846.0005.0003.	SENTENÇAS JUDICIAS CONTRA O MUNICIPIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	27.225,65
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	16.074,35
	TOTAL	43.300,00



08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
32400	SUPERAVIT DE OUTROS CONVENIOS	2.868,89
	TOTAL	2.868,89
	TORAL GERAL	46.168,89

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 3593, de 05 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3593, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSF A CONSORCIOS PUBLICOS	
30200	SUPERAVIT REC. IMP. E DE TRANSF IMP. SAUDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 3594, de 05 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3594, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 3595, de 05 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3595, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 116.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.17000	GESTÃO DO SUS	16.000,00
	TOTAL	16.000,00
		116.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Decreto Nº 3597, de 05 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3597, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 1.270.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 1.270.000,00 (um milhão e duzentos e setenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	

08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	1.270.000,00
	TOTAL	1.270.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Decreto Nº 3599, de 10 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3599, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 800.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
329000.00	JUROS E ENCARGOS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	85.000,00
460000.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
469071.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL	715.000,00
	TOTAL	800.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria Nº 1312, de 1º de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 1312, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Eli Aguinalda Pfleger Eger	1252/2014	01/10/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 1313, de 1º de Setembro de 2014**

PORTARIA No 1313, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e contratados temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2014, a contar desta data:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Rafael Schade	11h/a	29h/a
Rutinéia Luciene Bell	35h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 1314, de 1º de Setembro de 2014**

PORTARIA No 1314, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Ederson José Girelli	Auxiliar Operacional I	05170894460 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1315, de 1º de Setembro de 2014

PORTARIA No 1315, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (provimento efetivo)	PORTARIA NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Alexandre Manoel Dalabrida	Técnico em Enfermagem	Nº 1611, de 02/03/2007	01/09/2014
Lilian Adriana Bona	Atendente de Odontologia	Nº 671, de 04/01/2006	01/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1316, de 1º de Setembro de 2014

PORTARIA No 1316, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ademir Valt	Professor C	864, de 04/02/2014	01/09/2014
Adriana Gonçalves de Andrade	Auxiliar de Recreação Infantil	819, de 15/01/2014	01/09/2014
Giovani Alberto Nunes	Auxiliar Operacional I	1077, de 05/05/2014	01/09/2014
Rosângela Patrícia Pereira	Auxiliar Operacional I	805, de 14/01/2014	01/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 1317, de 1º de Setembro de 2014

PORTARIA No 1317, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Adriana Aparecida Noll Bonacolsi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ADRIANA APARECIDA NOLLI BONACOLSI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1159, de 30 de junho de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC



**Portaria No 1318, de 1º de Setembro de 2014**

PORTARIA No 1318, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Michele Lays Bendotti, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** à Servidora Pública Municipal MICHELE LAYS BENDOTTI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 683, de 07 de outubro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Três Barras****PREFEITURA****Divulgação dos Inscritos Concurso Público Editais Nº 03/2014 E 04/2014**

Concurso Emprego Público  
003/2014

Agente Comunitário de Saúde 01-1 Equipe 002  
São Cristóvão -

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
001	Elizete Conceição Bueno	00401615952	ACS	Deferida
011	Katiuscia Tanaka	06609854971	ACS	Indeferida
014	Geisa de Oliveira	07856969970	ACS	Deferida
017	Vilmari Aparecida Olenhiki	01695764936	ACS	Deferida
018	Julio Cesar Ribeiro Hauth	05896166923	ACS	Deferida
020	Elyse Evelyn da Silva	70411126407	ACS	Deferida
025	Mirian Dioneia Granza	05613994927	ACS	Indeferida

**Divulgação dos Inscritos**

Concurso Emprego Público  
003/2014

Agente Comunitário de Saúde 01-2 Equipe 004

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
007	Silvanira Cordeiro de Oliveira	04044022917	ACS	Deferida
022	Eleni Krauss	96135511915	ACS	Deferida

São Cristóvão

**Divulgação dos Inscritos**

Concurso Emprego Público  
003/2014

Agente Comunitário de Saúde 01-3 Equipe 008  
São Cristóvão

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
009	Jaqueline de Fatima Silveira	01183802900	ACS	Deferida
005	Edina Cardoso Soares	00659084902	ACS	Deferida
003	Vania de Paula Farias	04612152921	ACS	Deferida
021	Ana Florinda Sclaski	05418440918	ACS	Deferida

**Divulgação dos Inscritos**

**Concurso Emprego Público  
003/2014**

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
010	Jurema de Lima Gonçalves	05615965908	ACS	Deferida
016	Bruna Alessandra Gonçalves	10267510985	ACS	Deferida

Agente Comunitário de Saúde 01-4 Equipe 005  
Campininha  
Divulgação dos Inscritos

**Concurso Emprego Público  
003/2014**

Agente Comunitário de Saúde 01-5 Equipe 001  
João Paulo II  
Divulgação dos Inscritos

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
002	Janete Aparecida da Cruz Pereira	01777975921	ACS	Deferida
004	Marcia Katiane Neuburger	05883743935	ACS	Deferida
006	Samara Henrique Hauss	08129397943	ACS	Deferida
008	Roselaine Aparecida dos Santos Camargo	02557009970	ACS	Deferida
012	Jussara Aparecida Martins Kessin	42045479900	ACS	Deferida
013	Marcia de Jesus Albigaus Zalewski	05418432907	ACS	Deferida
015	Patricia Aparecida de Paula	07330911992	ACS	Deferida
019	Marcia Patricia Duffeck	09689757989	ACS	Deferida
024	Edilaine Latchuky	05455843966	ACS	Deferida
023	Rayana Diocely Olsen	08944893993	ACS	Deferida

**Concurso Público Para Provimento de Cargos Efetivos  
004/2014**

Fisioterapeuta - 02  
Divulgação dos Inscritos

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
004	Noeli Aparecida Treuke	04024321935	Fisioterapeuta	Deferida
005	Fernanda Davet	05850566929	Fisioterapeuta	Deferida
008	Camila Louise Gralov	01310566038	Fisioterapeuta	Deferida
016	Debora Domingues Maciel	06659600930	Fisioterapeuta	Deferida
020	Ana Carolina Nayzer	07787956917	Fisioterapeuta	Deferida
024	Mirian Muncinelli de Souza	07068648916	Fisioterapeuta	Deferida
025	Luciano Cezar Sarnoski	01537497928	Fisioterapeuta	Deferida
035	Ana Paula Pazda Paul	05817968967	Fisioterapeuta	Deferida

040	Aline Marisa Bazzanella	07549511977	Fisioterapeuta	Deferida
041	Aline Birolli Gonçalves	06861096946	Fisioterapeuta	Deferida
043	Lucia José de Oliveira	06730681616	Fisioterapeuta	Deferida
044	Miriellen Carla Pangratz	05441851961	Fisioterapeuta	Deferida
046	Tatiane de Fátima Davoiaski	04307580907	Fisioterapeuta	Deferida
050	Aline Moara Lourenço Gomes de Souza	01016712960	Fisioterapeuta	Deferida
058	Luciana Freitas Fiedler	07766934922	Fisioterapeuta	Deferida
066	Vanessa Ribeiro Koch	07503917903	Fisioterapeuta	Deferida
063	Adrielle Costa	06779713970	Fisioterapeuta	Deferida
067	Neci Maria Lemos Pereira de S. Nagano	05414168989	Fisioterapeuta	Deferida
076	Mateus Alexandre Souto Santos Camargo	08189157906	Fisioterapeuta	Deferida
090	Gabriel Parizoto	33274904813	Fisioterapeuta	Deferida

**Concurso Público Para Provimentos de Cargos Efetivos  
004/2014**

Psicólogo - 03  
Divulgação dos Inscritos

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
032	Juliana Freitas Fiedler	05243221988	Psicólogo	Deferida
027	Tangryany Santos	01814307974	Psicólogo	Deferida
021	Marilene Motelewicz Vossgrau	01036578941	Psicólogo	Deferida
012	Thainara Lech Wendt	04478664943	Psicólogo	Deferida
007	Micheli Sebastião Bonasolli	00871033976	Psicólogo	Deferida
005	Edinara Kovalski	04175541926	Psicólogo	Deferida
038	Renate Jessica Lins	07368670989	Psicólogo	Deferida
049	Mariana Carolina Kerscher	05750362906	Psicólogo	Deferida
051	Thayse Glevinki	08276283900	Psicólogo	Deferida
053	Danieli Goedert	05209653960	Psicólogo	Deferida
059	Fernanda Helena Teixeira	06941750995	Psicólogo	Deferida
060	Amanda Guimarães dos Santos	08773983993	Psicólogo	Deferida
061	Juliana Rauen	00520201930	Psicólogo	Deferida
062	Tuana Barbosa Maciel Borges	06966538930	Psicólogo	Deferida
065	Veridiana Simette Grabas	03665586925	Psicólogo	Deferida

069	Valeria Aprecida dos Santos	07190307986	Psicólogo	Deferida
070	Helena Mesko da Fonseca Lubbe	36156655034	Psicólogo	Deferida
079	Jaime Lhoti Ito Junior	05573046950	Psicólogo	Deferida
080	Vania Kwiatkowski Leal	04693404950	Psicólogo	Deferida
082	Tatiane Maria Soares Matoso	06966854930	Psicólogo	Deferida

Concurso Público Para Provimientos de Cargos Efetivos  
004/2014  
Técnico de Enfermagem - 04  
Divulgação dos Inscritos

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
001	Goreti Leme Maciel	04202191960	Técnico de Enfermagem	Deferida
002	Eloa Veiga	01538689960	Técnico de Enfermagem	Deferida
003	Fernanda Aparecida de Souza	03692734948	Técnico de Enfermagem	Deferida
009	Regiane Aparecida Gonçalves de Carvalho	06074612927	Técnico de Enfermagem	Deferida
010	Silmara Xavier de Almeida	33446702806	Técnico de Enfermagem	Deferida
011	Elisangela Screpec Izidio	04038629902	Técnico de Enfermagem	Deferida
013	Rosicler Aparecida Caetano da Silva	92120105987	Técnico de Enfermagem	Deferida
014	Suelen Caetano da Silva	08181958942	Técnico de Enfermagem	Deferida
015	Sônia Luzia de Lima Gassner	03694408975	Técnico de Enfermagem	Deferida
017	Andrieli Cordeiro Passaglia Gomes	02150713950	Técnico de Enfermagem	Deferida
018	Ana Maria Moreira Lescovitz da Silva	03029222969	Técnico de Enfermagem	Deferida
019	Luciane de Almeida	06066680986	Técnico de Enfermagem	Deferida
022	Marcela Cristina de Lima	39047380957	Técnico de Enfermagem	Deferida
023	Silmara Shumovski Konkol	02171446919	Técnico de Enfermagem	Deferida
029	Edleuda de Almeida Barbosa da Silva	03810412988	Técnico de Enfermagem	Deferida
028	Juliane Cristina Borges	38615302871	Técnico de Enfermagem	Deferida

026	Sandra Mara Sampaio	05482419967	Técnico de Enfermagem	Deferida
030	Franciele Daiane Teixeira Muller	06364391940	Técnico de Enfermagem	Deferida
031	Soeli Terezinha Rezende	01468999974	Técnico de Enfermagem	Deferida
033	Alcione Mara Saiboth Bornatto	03615991966	Técnico de Enfermagem	Deferida
034	Priscila Guimarães	08150139907	Técnico de Enfermagem	Deferida
036	Evanir Kondras	04436247988	Técnico de Enfermagem	Deferida
037	Sandrieli Cecilia Pires de Lima	04807462903	Técnico de Enfermagem	Deferida
039	Marlene Tomelin Nunes	84573317953	Técnico de Enfermagem	Deferida
042	Solange Aparecida Correa	89821238904	Técnico de Enfermagem	Deferida
045	Neuzeli da Silveira Sarotti	91532825900	Técnico de Enfermagem	Deferida
047	Andressa Cristina Ricardo	08231716980	Técnico de Enfermagem	Deferida
048	Silvana Aparecida Lescovitz de Souza	00368404919	Técnico de Enfermagem	Deferida
052	Patricia Kelczeski	10123499933	Técnico de Enfermagem	Deferida
054	Claudia Borges Mathias	05078341943	Técnico de Enfermagem	Deferida
055	Lilian Gisleine de Oliveira	06708502925	Técnico de Enfermagem	Deferida
056	Angelina Bueno Back Bonete de Oliveira	06321558923	Técnico de Enfermagem	Deferida
057	Franklyn de Brito	08836581943	Técnico de Enfermagem	Deferida
064	Juciane Aparecida Kachimareck N. Cordeiro	03883374946	Técnico de Enfermagem	Deferida
074	Neli Jociane da Silveira Rocha	04572606960	Técnico de Enfermagem	Deferida
073	Stephani Caroline Kraj Rosa	08642101911	Técnico de Enfermagem	Deferida
072	Tania Bueno	04998076930	Técnico de Enfermagem	Deferida
071	Mirele Cristiane Gonçalves	08307856981	Técnico de Enfermagem	Deferida



075	Felipe Bento de Oliveira Stemposki	08529223969	Técnico de Enfermagem	Deferida
087	Adrieli Roscamp	09361326988	Técnico de Enfermagem	Deferida
081	Adrieli Ribeiro	05388564916	Técnico de Enfermagem	Deferida
083	Cristiane Lopes de Oliveira	00861566912	Técnico de Enfermagem	Deferida
084	Sandra Bueno de Oliveira	00367513919	Técnico de Enfermagem	Deferida
085	Kamila Bento dos Santos	07011765980	Técnico de Enfermagem	Deferida
086	Leni Basilio Piechontcoski	79629385953	Técnico de Enfermagem	Deferida
089	Rosemari Padilha	00919961983	Técnico de Enfermagem	Deferida
078	Jaqueline Kazmierczak Ferreira	07829726914	Técnico de Enfermagem	Deferida

Concurso Público Para Provimentos de Cargos Efetivos  
004/2014 - Médico Clínico Geral - 01

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO	INSCRIÇÃO
077	João Carlos Costa Cominges	49881264049	Médico Clínico	Deferida
068	Joelson Adriano Richil de Carvalho	71943358249	Médico Clínico	Deferida
088	João Ramão	33456542968	Médico Clínico	Deferida

Divulgação dos Inscritos

### Decreto Nº. 4.423 de 13 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº. 4.423 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS - "HORÁRIO DE VERÃO".

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido o horário de expediente nas repartições públicas municipais (Secretarias e Intendência Distrital) - "Horário de Verão", conforme a seguir:

I - de 2ª à 6ª feiras das 07:00 às 13:00 hs, no período compreendido de 03/11/2014 às 22/02/2015.

II - Excetuam-se do previsto no inciso anterior o horário do expediente nas Escolas, CMEI's e Unidades de Saúde, CRAS e CAPS.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de Outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### Decreto Nº. 4.426 de 20 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº. 4.426 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DO CORRENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e art. 170 de Lei Complementar nº. 138/2009 - "Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido ponto facultativo no dia 28 de Outubro do corrente ano, em razão data comemorativa ao "dia do Servidor público municipal", nas repartições públicas do Município de Três Barras - SC.

Art. 2º.- Excetuam-se do previsto no artigo anterior as Escolas, CMEI's, e serviços essenciais de saúde que serão garantidos pela Secretaria Municipal de Saúde por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de Outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### Portaria 114

PORTARIA Nº 114/14 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, retorno de 10(dez) horas em sua carga horária, relativo ao seu afastamento temporário conforme Portaria nº 074/13 de 01 de fevereiro de 2013, e posterior Portaria nº 035/14 de 11 de março de 2014, perfazendo um total de 40(quarenta) horas semanais, a Sra. SORAYA APARECIDA BOESING JUCHEN, CPF nº 019.475.959-89, relativos ao cargo efetivo de PROFESSORA (40hs).

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### Portaria 115

PORTARIA Nº 115/14 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. SORAYA APARECIDA BOESING JUCHEN, CPF nº 019.475.959-89, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

## Turvo

### PREFEITURA

#### Pregao Presencial FMS 20/2014

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 20/2014 - Pregão Presencial nº 20/2014

Objeto: Aquisição de Equipamento/Material Permanente para Posto de Saúde Central e ESFs do município.

Entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 07/11/2014.

Abertura da Sessão: á partir das 08h15min do dia 07/11/2014.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC, em 24 de outubro de 2014.

NESTOR RECO

Pregoeiro

LEI 2212/2014 LDO 2015\_ANEXOS

Natureza Jurídica não encontrada  
MUNICÍPIO DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1  
Data: 22/10/2014

2015			2016			2017		
Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
(a)			(b)			(c)		
Receita Total	43.579.947,04	41.113.157,58	46.482.743,84	41.369.476,54	----	48.741.708,50	40.924.340,90	----
Receitas Primárias (I)	43.292.641,99	40.842.115,08	46.178.200,48	41.098.434,03	----	48.418.892,54	40.653.299,31	----
Despesa Total	43.579.947,04	41.113.157,58	46.482.743,84	41.369.476,54	----	48.741.708,50	40.924.340,90	----
Despesas Primárias (II)	43.026.947,04	40.591.459,47	45.896.563,84	40.847.778,43	----	48.120.357,70	40.402.644,54	----
Resultado Primário III = (I-II)	265.694,95	250.655,61	281.636,64	250.655,61	----	298.534,84	250.654,77	----
Resultado Nominal	(400.000,00)	(377.358,49)	(500.000,00)	(444.998,22)	----	(500.000,00)	(419.808,23)	----
Dívida Pública Consolidada	1.500.000,00	1.415.094,34	1.200.000,00	1.067.995,73	----	1.000.000,00	839.616,46	----
Dívida Consolidada Líquida	(1.800.000,00)	(1.698.113,21)	(2.300.000,00)	(2.046.991,81)	----	(2.800.000,00)	(2.350.926,10)	----

R\$ 1,00

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
Inflação média (% anual)	6,000	6,000	6,000

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

I - Classificação

Órgão:	Camara Municipal de Turvo	01.00
Unidade:	Camara Municipal de Turvo	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA	0024

Objetivo do programa:  
Manutenção e Funcionamento da Câmara

Justificativa do programa:  
Manutenção e Funcionamento da Câmara

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	Manutencao e funcionamento da Camara	SESSOES LEGISLATIVAS (UND)	45,000	1.590.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao e funcionamento da Camara

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.272.000,00	0,00	1.272.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.120,00	0,00	2.120,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	222.600,00	0,00	222.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	93.280,00	0,00	93.280,00
Total:			1.590.000,00	0,00	1.590.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4 A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO ATENDIDO (PUB)	2000,000	432.934,53

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	185.203,20	0,00	185.203,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	188.180,53	0,00	188.180,53
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			432.934,53	0,00	432.934,53

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	CONTRIBUIÇÃO FECAM E IBAM E AMESC	0045

Objetivo do programa:  
Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

Justificativa do programa:  
Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	4 A	Contribuição Fecam e Ibam e Amesc	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (MES)	12,000	180.200,00

II - Descrição das Ações

Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	180.200,00	0,00	180.200,00
Total:			180.200,00	0,00	180.200,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 4/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO VICE-PREFEITO	03.00
Unidade:	GABINETE DO VICE-PREFEITO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUT E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	0027

Objetivo do programa:

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Justificativa do programa:

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5 A	Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito	MANUTENCAO (MES)	48.000	84.442,99

II - Descrição das Ações

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	73.842,99	0,00	73.842,99
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	10.600,00	0,00	10.600,00
Total:			84.442,99	0,00	84.442,99



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 5/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0028

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6 A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (PUB)	40,000	1.619.627,43

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.120,00	0,00	2.120,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	746.171,74	0,00	746.171,74
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	74.200,00	0,00	74.200,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.802,00	0,00	1.802,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	742.000,00	0,00	742.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.120,00	0,00	2.120,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	51.213,69	0,00	51.213,69
Total:			1.619.627,43	0,00	1.619.627,43

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 6/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policliamento	181
Programa:	MANUTENCAO DO CONVENIO RADIO PATRULHA e SSP TRANSITO	0026

Objetivo do programa:  
Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito

Justificativa do programa:  
Manutenção do Convenio Rádio Patrulha

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	6 A	Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito	DIAS PATRULHADOS (DIA)	1460,000	87.420,32

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0054 - Convenio SSP Transito Militar	20.670,00	0,00	20.670,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0055 - Convenio Transito Civil	20.670,00	0,00	20.670,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0056 - Convenio Transito Prefeitura	22.260,00	0,00	22.260,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32	0,00	23.820,32
Total:			87.420,32	0,00	87.420,32

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 7/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Manutenção e Funcionamento do Funrebom	0056

Objetivo do programa:

Manutenção e funcionamento do Funrebom

Justificativa do programa:

Manutenção e funcionamento do Funrebom

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	6 A	Manutenção e Funcionamento do Funrebom	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365.000	210.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Funrebom

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	89.400,00	0,00	89.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	120.600,00	0,00	120.600,00
Total:			210.000,00	0,00	210.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 8/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:  
Contribuicao ao pasep

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	6 O	Resgate da Dívida Interna	DÍVIDA FUNDADA E PARCELAMENTOS (DIV)	48.000	553.000,00

II - Descrição das Ações

Resgate da Dívida Interna

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	53.000,00	0,00	53.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	500.000,00	0,00	500.000,00
Total:			553.000,00	0,00	553.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 9/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:  
Contribuicao ao pasep

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	6 O	Precatórios Judiciais	PRECATORIOS (PRE)	48.000	83.371,12

II - Descrição das Ações  
Precatórios Judiciais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32	0,00	23.820,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			83.371,12	0,00	83.371,12

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 10/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:  
Contribuicao ao pasep

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	6 O	Proventos a Inativos	APOSENTADOS E PENSIONISTAS (APO)	22.000	275.600,00

II - Descrição das Ações  
Proventos a Inativos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	275.600,00	0,00	275.600,00
Total:			275.600,00	0,00	275.600,00

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 11/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERAÇÕES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:  
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:  
Contribuicao ao pasep

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	6 O	Contribuicao ao pasep	PASEP (MES)	48.000	318.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuicao ao pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	318.000,00	0,00	318.000,00
Total:			318.000,00	0,00	318.000,00



Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 12/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MATADOURO PUBLICO	0021

Objetivo do programa:  
Saude Publica

Justificativa do programa:  
Saude Publica

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7 P	Construção de Abatedouro Municipal e/ou aquisição de terreno	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abatedouro Municipal e/ou aquisição de terreno

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 13/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT E FUNC SEC DE IND AGROIND COM TRAB DES COM-SIACO	0029

Objetivo do programa:

Manutencao e Funcionamento da Secretaria de Industria Agroindustria Comercio Trabalho e Desenvolvimento Comunitario

Justificativa do programa:

Manutencao e Funcionamento da Secretaria de Industria Agroindustria Comercio Trabalho e Desenvolvimento Comunitario

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	7 A	Manut e Func Séc de Ind Agroind Com Trab e Des Com	ATENDIMENTO A EMPRESAS EM GERAL (EMP)	450.000	350.262,16

II - Descrição das Ações

Manut e Func Séc de Ind Agroind Com Trab e Des Com

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	47.700,00	0,00	47.700,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	78.652,00	0,00	78.652,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	212.000,00	0,00	212.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			350.262,16	0,00	350.262,16

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 14/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Produção Industrial	662
Programa:	INDUSTRIA COMERCIO E PRESTADOR DE SERVIÇO NO MUNICIPIO	0012

Objetivo do programa:  
Construcao de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terrenos

Justificativa do programa:  
Construcao de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terrenos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7	P	Construção de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terreno	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

Construção de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terreno

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 15/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR	0038

Objetivo do programa:  
Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:  
Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	8 A	Aquisição de Merenda Escolar.	MERENDA ESCOLAR (ALU)	1030,000	996.764,06

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	4.764,06	0,00	4.764,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimenta	0,00	250.000,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	742.000,00	0,00	742.000,00
Total:			746.764,06	250.000,00	996.764,06

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 16/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	8	P	Construção e ou Ampliação de sala de aula ensino fundamental	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4,000	533.550,82

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula ensino fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	483.550,82	0,00	483.550,82
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022 - Transferencias Conventos Edu	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			483.550,82	50.000,00	533.550,82

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 17/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0034

Objetivo do programa:  
Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:  
Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	8 A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	577.000	6.942.404,28

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	848.000,00	0,00	848.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferencias do FUNDEF 60%	0,00	2.596.404,28	2.596.404,28
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferencias do FUNDEF 40%	0,00	689.000,00	689.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	2.120.000,00	0,00	2.120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	689.000,00	0,00	689.000,00
Total:			3.657.000,00	3.285.404,28	6.942.404,28

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 18/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0035

Objetivo do programa:  
Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

Justificativa do programa:  
Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	8 A	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	1048.000	1.869.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	848.000,00	0,00	848.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - RECURSOS DO TESOURO - T	0,00	371.000,00	371.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0058 - Salario Educação	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Programa Nac de Apoio Transp	150.000,00	0,00	150.000,00
Total:			998.000,00	871.000,00	1.869.000,00



Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 19/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0054

Objetivo do programa:  
Manutencao do Ensino Superior e Convênios com Universidades

Justificativa do programa:  
Manutencao do Ensino Superior e Convênios com Universidades

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	8 A	Manutencao Ensino Superior e Convênios com Universidades	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	400.000	344.500,00

II - Descrição das Ações

Manutencao Ensino Superior e Convênios com Universidades

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	58.300,00	0,00	58.300,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	212.000,00	0,00	212.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	74.200,00	0,00	74.200,00
Total:			344.500,00	0,00	344.500,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 20/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	8 P	Construção e ou Ampliação de sala de aula creches	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4,000	271.550,80

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula creches

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	271.550,80	0,00	271.550,80
Total:			271.550,80	0,00	271.550,80

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 21/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:  
Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	8 P	Construção e ou Ampliação de sala de aula pre escolar	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	271.550,80

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula pre escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	271.550,80	0,00	271.550,80
Total:			271.550,80	0,00	271.550,80

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 22/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	0032

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento de Creches

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento de Creches

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	8 A	Manutenção e Funcionamento de Creches	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	293,000	2.822.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento de Creches

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	583.000,00	0,00	583.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transfrecias do FUNDEF 60%	0,00	1.232.000,00	1.232.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	636.000,00	0,00	636.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	371.000,00	0,00	371.000,00
Total:			1.590.000,00	1.232.000,00	2.822.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 23/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DE PRE-ESCOLARES	0033

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	8 A	Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	160.000	1.096.739,60

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	391.842,99	0,00	391.842,99
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transfencias do FUNDEF 60%	0,00	318.000,00	318.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	263.031,37	0,00	263.031,37
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	123.865,24	0,00	123.865,24
Total:			778.739,60	318.000,00	1.096.739,60

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 24/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO SUPLETIVO	0036

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	8 A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	580.000	223.195,72

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferecias do FUNDEF 60%	0,00	53.595,72	53.595,72
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	169.600,00	0,00	169.600,00
Total:			169.600,00	53.595,72	223.195,72

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 25/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO ESPECIAL	0041

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	8 A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	240,000	122.676,56

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	100.640,64	0,00	100.640,64
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	15.485,33	0,00	15.485,33
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	6.550,59	0,00	6.550,59
Total:			122.676,56	0,00	122.676,56



Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 26/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENCAO E DIVULGACAO DA CULTURA	0039

Objetivo do programa:  
Manutenção e Divulgação da Cultura

Justificativa do programa:  
Manutenção e Divulgação da Cultura

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.029	8 P	Reforma e/ou construção do Portico	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	220.000,00

II - Descrição das Ações

Reforma e/ou construção do Portico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	200.000,00	220.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 27/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENCAO E DIVULGACAO DA CULTURA	0039

Objetivo do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.027	8 P	Reforma e/ou construção do Museu	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	0,000	0,00

II - Descrição das Ações

Reforma e/ou construção do Museu

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	0,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 28/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENCAO E DIVULGACAO DA CULTURA	0039

Objetivo do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	8 A	Manutenção e Divulgação da Cultura	EVENTOS A REALIZAR (UND)	12.000	222.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	74.200,00	0,00	74.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	106.000,00	0,00	106.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	21.200,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	21.200,00	0,00	21.200,00
Total:			201.400,00	21.200,00	222.600,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 29/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	REALIZAÇÃO RODEIO CRIOULO NACIONAL	0040

Objetivo do programa:  
Realização do Rodeio Crioulo Nacional

Justificativa do programa:  
Realização do Rodeio Crioulo Nacional

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8 A	Realização do Rodeio Crioulo Nacional	EVENTOS A REALIZAR (UND)	4,000	6.360,00

II - Descrição das Ações

Realização do Rodeio Crioulo Nacional

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	6.360,00	0,00	6.360,00
Total:			6.360,00	0,00	6.360,00

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 30/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	LAZER COMUNITARIO	0015

Objetivo do programa:  
Construção de praça para Esportes

Justificativa do programa:  
Construção de praça para Esportes

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	8 P	Construção de praça para Esportes	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4,000	265.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de praça para Esportes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	212.000,00	212.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	53.000,00	0,00	53.000,00
Total:			53.000,00	212.000,00	265.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 31/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR	0037

Objetivo do programa:  
Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:  
Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	8 A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (UND)	20.000	318.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	106.000,00	0,00	106.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	212.000,00	0,00	212.000,00
Total:			318.000,00	0,00	318.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 32/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	VIAS URBANAS PAVIMENTACAO DE PASSEIOS PÚBL E PRAÇAS PUBL	0007

Objetivo do programa:

Vias Urbanas Pavimentacao de Passeios Públicos e Praças Públicas

Justificativa do programa:

Vias Urbanas Pavimentacao de Passeios Públicos e Praças Públicas

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	9 P	Vias Urbanas Pavim Passeio Público e Praça Pública	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	12500,000	655.058,80

II - Descrição das Ações

Vias Urbanas Pavim Passeio Público e Praça Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	595.508,00	595.508,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	595.508,00	655.058,80



Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 33/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	PASSEIO PROTEGIDO - ABRIGOS	0019

Objetivo do programa:

Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	9 P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	56.000	71.460,96

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	71.460,96	0,00	71.460,96
Total:			71.460,96	0,00	71.460,96

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 34/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA ILUMINACAO PUBLICA	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	9 A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (UND)	4500,000	672.921,92

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0017 - COSIP Contr para Custeio Ilum	0,00	142.921,92	142.921,92
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	530.000,00	0,00	530.000,00
Total:			530.000,00	142.921,92	672.921,92

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 35/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	VIAS RURAIS PAVIMENTACAO, PASSEIOS E PRAÇAS PÚBLICAS	0055

Objetivo do programa:  
Vias Rurais Pavimentação, Passeios e Praças Públicas

Justificativa do programa:  
Vias Rurais Pavimentação, Passeios e Praças Públicas

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	9 P	Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	50000,000	1.231.508,00

II - Descrição das Ações

Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	595.508,00	595.508,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	636.000,00	0,00	636.000,00
Total:			636.000,00	595.508,00	1.231.508,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 36/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Sistema de Esgotamento Sanitário	0057

Objetivo do programa:  
Manutenção e Implantação do sistema de esgotamento sanitario no Municipio

Justificativa do programa:  
Manutenção e Implantação do sistema de esgotamento sanitario no Municipio

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	9 P	Sistema de Esgotamento Sanitario	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	2.204.800,00

II - Descrição das Ações

Sistema de Esgotamento Sanitário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	2.120.000,00	2.120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	84.800,00	0,00	84.800,00
Total:			84.800,00	2.120.000,00	2.204.800,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 37/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0044

Objetivo do programa:  
Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Justificativa do programa:  
Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	9 A	Manutencao da Secretaria de Transportes Obras e Servicos Públicos	ESTRADAS MUNICIPAIS (KM)	1200,000	5.916.115,21

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.749.000,00	0,00	1.749.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0016 - Contrib de Interv do Dominio Ec	0,00	85.826,99	85.826,99
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0044 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	125.437,80	125.437,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0045 - Outras Transf dec Comp fin Re	0,00	13.027,34	13.027,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	3.518.823,08	0,00	3.518.823,08
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	424.000,00	0,00	424.000,00
Total:			5.691.823,08	224.292,13	5.916.115,21

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 38/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENCAO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0048

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	10 A	Manutencao Fia e Conselho Tutelar	ATENDIMENTO A CRIANCAS E ADOLESCENTES (PES)	200,000	23.820,32

II - Descrição das Ações

Manutencao Fia e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32	0,00	23.820,32
Total:			23.820,32	0,00	23.820,32

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 39/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE PARTICIPATIVA	0004

Objetivo do programa:  
Comunidade Participativa Associações

Justificativa do programa:  
Comunidade Participativa Associações

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	10 A	Comunidade Participativa Associações	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (UND)	80.000	65.505,88

II - Descrição das Ações  
Comunidade Participativa Associações

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	65.505,88	0,00	65.505,88
Total:			65.505,88	0,00	65.505,88



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 40/50  
Data: 22/10/2014

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA MORADIAS POPULARES	0017

Objetivo do programa:  
Aquisição de Terrenos e moradias populares

Justificativa do programa:  
Aquisição de Terrenos e moradias populares

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	10 P	Aquisição de Terrenos populares	TERRENOS (UND)	4,000	106.000,00

**II - Descrição das Ações**  
Aquisição de Terrenos populares

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			106.000,00	0,00	106.000,00

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 41/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0047

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	10 A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (PES)	4000,000	733.668,78

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0049 - Programa Pessoa Port Def PPF	0,00	15.900,00	15.900,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	190.800,00	0,00	190.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	7.146,10	7.146,10
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0048 - Programa de Atencao a Criança	0,00	29.775,40	29.775,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0050 - Programa de Erradicacao Trab	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052 - Outras Transf Rec do FNAS	0,00	120.000,00	120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	318.000,00	0,00	318.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0050 - Programa de Erradicacao Trab	0,00	13.101,18	13.101,18
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	7.146,10	0,00	7.146,10
Total:			515.946,10	217.722,68	733.668,78

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 42/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENCAO REMAD - FUNDO MUNICIPAL REC ANTIDROGAS	0051

Objetivo do programa:  
Manutenção Remad - Fundo Municipal Rec Antidrogas

Justificativa do programa:  
Manutenção Remad - Fundo Municipal Rec Antidrogas

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	10 A	Manutenção Remad - Fundo Mun Rec Antidrogas	HABITANTES (PES)	200,000	35.730,48

II - Descrição das Ações

Manutenção Remad - Fundo Mun Rec Antidrogas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	35.730,48	0,00	35.730,48
Total:			35.730,48	0,00	35.730,48

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 43/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	FMHIS - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0052

Objetivo do programa:  
Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de interesse social

Justificativa do programa:  
Construção de Unidades Habitacionais

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	10	P	Manutenção do Fundo Municipal de habitação de interesse social	CASAS POPULARES (UND)	40,000	235.820,32

II - Descrição das Ações  
Construção de Unidades Habitacionais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	212.000,00	212.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32	0,00	23.820,32
Total:			23.820,32	212.000,00	235.820,32

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas  
Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 44/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa:	MANUT E FUNCION DA SECRET AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0053

Objetivo do programa:  
Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:  
Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	11	A	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (AGR)	880.000	1.803.176,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	130.000,00	0,00	130.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	524.000,00	0,00	524.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	606.108,00	606.108,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	493.068,00	0,00	493.068,00
Total:			1.197.068,00	606.108,00	1.803.176,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 45/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	MANUTENCAO DO PARQUE EXPOSICOES IRIS OLIVO	0030

Objetivo do programa:

Manutenção do Parque ExposicoesIris Olivo/Realização Festa Colono

Justificativa do programa:

Manutenção do Parque ExposicoesIris Olivo/Realização Festa Colono

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	11 A	Manutenção do Parque Exp.Iris Olivo/Realização Festa Colono	PARQUE DE EXPOSICOES (UND)	4,000	202.472,72

II - Descrição das Ações

Manutenção do Parque Exp.Iris Olivo/Realização Festa Colono

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	119.101,60	0,00	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	83.371,12	0,00	83.371,12
Total:			202.472,72	0,00	202.472,72

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 46/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	CONSTRUÇÃO E OU MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAÚDE	0003

Objetivo do programa:

Construção e ou Manutenção de Unidade de Saúde

Justificativa do programa:

Construção e ou Manutenção de Unidade de Saúde

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.052	12 P	Construcao e ou Manutenção de Unidade de Saúde	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	350.000	416.855,11

II - Descrição das Ações

Construcao e ou Manutenção de Unidade de Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer ç	119.101,11	0,00	119.101,11
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferencias de Convênio Re	0,00	297.754,00	297.754,00
Total:			119.101,11	297.754,00	416.855,11



Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 47/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0046

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitario de saude e Samu

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitario de saude e Samu

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	12 A	Manutenção do SAMU	HABITANTES (POP)	11000,000	228.317,64

II - Descrição das Ações

Manutenção do SAMU

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	190.562,56	190.562,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	31.800,00	31.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	5.955,08	5.955,08
Total:			0,00	228.317,64	228.317,64

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 48/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0046

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitário de saúde e Samu

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitário de saúde e Samu

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	12 A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS	HABITANTES (POP)	11000,000	6.158.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	26.500,00	0,00	26.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	2.120.000,00	0,00	2.120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	795.000,00	795.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	212.000,00	0,00	212.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	21.200,00	21.200,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	742.000,00	0,00	742.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	1.590.000,00	0,00	1.590.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	530.000,00	530.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	106.000,00	0,00	106.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	15.900,00	15.900,00
Total:			4.796.500,00	1.362.100,00	6.158.600,00

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 49/50  
Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA-PLAMAS	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA-PLAMAS	12.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO PLAMAS	0049

Objetivo do programa:  
Manutenção do Plamas

Justificativa do programa:  
Manutenção do Plamas

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	13 A	Manutenção do Plamas	SERVIDORES VINCULADOS AO PLAMAS (SER)	150.000	283.543,39

II - Descrição das Ações  
Manutenção do Plamas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	278.243,39	0,00	278.243,39
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	5.300,00	0,00	5.300,00
Total:			283.543,39	0,00	283.543,39

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO II-A Prioridades e metas das despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 50/50

Data: 22/10/2014

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGENCIA	9999

Objetivo do programa:

Reserva de Contingência

Justificativa do programa:

Reserva de Contingência

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.099	14 A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (UND)	4,000	23.820,32

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32		23.820,32
Total:			23.820,32		23.820,32

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO III-A Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/3  
Data: 22/10/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	43.523.830,25	46.135.260,05	48.903.375,66
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.930.236,94	3.106.051,14	3.292.414,22
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.577.994,05	1.672.673,69	1.773.034,10
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.299.892,87	1.377.886,44	1.460.559,62
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	901.000,00	955.060,00	1.012.363,60
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	186.892,87	198.106,44	209.992,82
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	186.892,87	198.106,44	209.992,82
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	212.000,00	224.720,00	238.203,20
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	278.101,18	294.787,25	312.474,48
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	278.101,18	294.787,25	312.474,48
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	961.590,49	1.019.285,91	1.080.443,08
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	181.841,93	192.752,44	204.317,60
1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	23.533,28	24.945,28	26.442,00
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P Serviços	158.308,65	167.807,16	177.875,60
1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	779.748,56	826.533,47	876.125,48
1.1.2.2.30.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	424.000,00	449.440,00	476.406,40
1.1.2.2.98.00.00.00	Taxa Funreborn - Bombeiros	44.520,00	47.191,20	50.022,67
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	311.228,56	329.902,27	349.696,41
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	390.652,40	414.091,54	438.937,04
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	390.652,40	414.091,54	438.937,04
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	309.664,16	328.244,01	347.938,65
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	166.742,24	176.746,77	187.351,58
1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	166.742,24	176.746,77	187.351,58
1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	142.921,92	151.497,24	160.587,07
1.2.2.0.29.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	142.921,92	151.497,24	160.587,07
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	78.222,19	82.915,53	87.890,45
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	78.222,19	82.915,53	87.890,45
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	78.222,19	82.915,53	87.890,45
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.5.2.0.00.00.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.5.2.0.28.00.00.00	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	31.562,44	33.456,19	35.463,56
1.6.0.0.03.00.00.00	Serviços de Transporte	30.682,95	32.523,93	34.475,36
1.6.0.0.03.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	30.682,95	32.523,93	34.475,36
1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	879,49	932,26	988,20
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.376.675,43	41.739.275,93	44.243.632,50
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	39.376.675,43	41.739.275,93	44.243.632,50
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	15.946.194,17	16.902.965,80	17.917.143,76
1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	12.824.808,21	13.594.296,70	14.409.954,51

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**ANEXO III-A Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 2/3  
Data: 22/10/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.720.000,00	13.483.200,00	14.292.192,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	18.981,22	20.120,09	21.327,30
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	85.826,99	90.976,61	96.435,21
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	282.863,92	299.835,75	317.825,90
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	13.027,34	13.808,98	14.637,52
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	125.437,80	132.964,07	140.941,92
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	144.398,78	153.062,70	162.246,46
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.590.417,64	1.685.842,70	1.786.993,26
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	217.722,68	230.786,03	244.633,19
1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS Apoio a Pessoa Idosa - API	7.146,10	7.574,86	8.029,35
1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Programa de Assistência Comunitária - PAC	29.775,40	31.561,92	33.455,64
1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS Progr Pessoa Port de Deficiência Física - PPD	15.900,00	16.854,00	17.865,24
1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS Progr de Erradic do Trabalho Infantil - PETI	44.901,18	47.595,25	50.450,96
1.7.2.1.34.05.00.00.00	FNAS Outros recursos relativos à Assist Social	120.000,00	127.200,00	134.832,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	900.000,00	954.000,00	1.011.240,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	500.000,00	530.000,00	561.800,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	250.000,00	265.000,00	280.900,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	150.000,00	159.000,00	168.540,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	130.381,72	138.204,62	146.496,90
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	18.541.481,26	19.653.970,13	20.833.208,34
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	18.170.481,26	19.260.710,13	20.416.352,74
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	16.854.623,78	17.865.901,20	18.937.855,28
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.085.117,19	1.150.224,22	1.219.237,67
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	230.740,29	244.584,71	259.259,79
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	371.000,00	393.260,00	416.855,60
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transporte Escolar	371.000,00	393.260,00	416.855,60
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.889.000,00	5.182.340,00	5.493.280,40
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.889.000,00	5.182.340,00	5.493.280,40
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.200.000,00	4.452.000,00	4.719.120,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	689.000,00	730.340,00	774.160,40
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	749.828,45	794.818,17	842.507,26
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	83.915,15	88.950,06	94.287,07
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	20.315,15	21.534,06	22.826,11
1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	20.315,15	21.534,06	22.826,11
1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	20.315,15	21.534,06	22.826,11
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.340,77	92.581,21	98.136,09
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	87.340,77	92.581,21	98.136,09

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**ANEXO III-A Discriminação das Receitas**

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 3/3

Data: 22/10/2014

Conta	Descrição	LDO 2015	Projeção 2016	Projeção 2017
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	87.340,77	92.581,21	98.136,09
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDAATIVA	200.476,58	212.505,18	225.255,48
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	152.835,94	162.006,10	171.726,46
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	152.835,94	162.006,10	171.726,46
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	378.095,95	400.781,72	424.828,62
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	378.095,95	400.781,72	424.828,62
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.119.160,86	5.714.310,51	5.527.169,15
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	209.082,86	221.627,83	234.925,51
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	173.352,38	183.753,52	194.778,74
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	173.352,38	183.753,52	194.778,74
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	35.730,48	37.874,31	40.146,77
2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	35.730,48	37.874,31	40.146,77
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.910.078,00	5.492.682,68	5.292.243,64
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.910.078,00	5.492.682,68	5.292.243,64
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.911.370,00	2.314.052,20	1.922.895,33
2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	297.754,00	315.619,24	334.556,39
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.613.616,00	1.998.432,96	1.588.338,94
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.998.708,00	3.178.630,48	3.369.348,31
2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	50.000,00	53.000,00	56.180,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.948.708,00	3.125.630,48	3.313.168,31
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.043.872,58	-2.166.504,94	-2.296.495,23
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-2.017.796,24	-2.138.864,02	-2.267.195,86
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.014.000,00	-2.134.840,00	-2.262.930,40
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-3.796,24	-4.024,02	-4.265,46
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-26.076,34	-27.640,92	-29.299,37
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.019.171,49	-3.200.321,78	-3.392.341,08
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.019.171,49	-3.200.321,78	-3.392.341,08
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-2.756.000,00	-2.921.360,00	-3.096.641,60
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-217.023,44	-230.044,84	-243.847,53
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-46.148,05	-48.916,94	-51.851,95
Total geral:		43.579.947,04	46.482.743,84	48.741.708,50



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Atualização em 01/01/2015 (C)

Página: 1/5

Data: 22/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			2013	Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2016				2017	
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO									
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.624.891,12	1.722.384,59	1.825.727,66	1.935.271,33	
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	108.244,25	114.738,90	121.623,23	128.920,64	
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	80.425,04	85.250,54	90.365,57	95.787,51	
1.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	69.189,04	73.340,38	77.740,80	82.405,25	
1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	69.189,04	73.340,38	77.740,80	82.405,25	
1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	69.189,04	73.340,38	77.740,80	82.405,25	
1.1.1.2.04.31.01.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	17.297,26	0,00	0,00	0,00	
1.1.1.2.04.31.01.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	10.378,36	0,00	0,00	0,00	
1.1.1.2.04.31.02.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	41.513,42	0,00	0,00	0,00	
1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	11.236,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	
1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	11.236,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	
1.1.1.3.05.01.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	2.809,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.1.3.05.02.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	1.685,40	0,00	0,00	0,00	
1.1.1.3.05.03.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	6.741,60	0,00	0,00	0,00	
TAXAS									
1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	27.819,21	29.488,36	31.257,66	33.133,13	
1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	22.201,21	23.533,28	24.945,28	26.442,00	
1.1.2.1.17.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	22.201,21	23.533,28	24.945,28	26.442,00	
1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	5.618,00	5.955,08	6.312,38	6.691,13	
RECEITA PATRIMONIAL									
1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	5.618,00	5.955,08	6.312,38	6.691,13	
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22	
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22	
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	1.500.394,00	1.590.417,64	1.685.842,70	1.786.993,26	
1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	1.500.394,00	1.590.417,64	1.685.842,70	1.786.993,26	
1.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	1.500.394,00	1.590.417,64	1.685.842,70	1.786.993,26	
1.7.2.1.33.0.0.0.0.0.0.0.0	Pão Frio	0,00	0,00	0,00	543.394,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.01.0.0.0.0.0.0.0	Psf	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.02.0.0.0.0.0.0.0	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.03.0.0.0.0.0.0.0	Farmácia Básica	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.04.0.0.0.0.0.0.0	Epidemiologia	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.05.0.0.0.0.0.0.0	Pacs	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.06.0.0.0.0.0.0.0	Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.07.0.0.0.0.0.0.0	Samu	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
1.7.2.1.33.10.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	15.129,27	16.037,03	16.999,25	18.019,21	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES									
1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	3.893,27	4.126,87	4.374,48	4.636,95	
1.9.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	3.893,27	4.126,87	4.374,48	4.636,95	
1.9.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	3.893,27	4.126,87	4.374,48	4.636,95	
1.9.2.2.99.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	11.236,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	
1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	11.236,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	
1.9.9.0.99.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	309.664,16	328.244,01	347.938,65	367.556,39	
2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENACÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	14.193,37	
2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENACÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	14.193,37	
2.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	11.910,16	12.624,77	13.382,26	14.193,37	
2.2.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	
2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	
2.4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	
2.4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	
2.4.7.1.01.0.0.0.0.0.0.0.0	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	1.917.027,12	2.032.046,75	2.153.971,67	2.283.209,96	
Entidade: 4 - PLAMAS-PLANO MUNIC. PREV. E ASSIST. DE TURVO									
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	268.392,65	284.496,21	301.565,99	319.659,93	
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	2.382,04	2.382,04	2.524,96	2.676,44	
1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	2.247,20	2.382,04	2.524,96	2.676,44	
1.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22	

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Atualização em 01/01/2015 (C)

Página: 2/5

Data: 22/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 4 - PLAMAS-PLANO MUNIC. PREV. E ASSIST. DE TURVO								
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	280,90	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	168,54	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	674,16	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	1.123,60	1.191,02	1.262,48	1.338,22
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	280,90	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	168,54	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	674,16	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	157.304,00	166.742,24	176.746,77	187.351,58
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	166.742,24	176.746,77	187.351,58	197.962,79
1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	157.304,00	166.742,24	176.746,77	187.351,58
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	10.027,57	10.629,22	11.266,98	11.943,00
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	10.027,57	10.629,22	11.266,98	11.943,00
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	10.027,57	10.629,22	11.266,98	11.943,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	98.813,88	104.742,71	111.027,28	117.688,91
1.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	98.813,88	104.742,71	111.027,28	117.688,91
1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	98.813,88	104.742,71	111.027,28	117.688,91
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	268.392,65	284.496,21	301.565,99	319.659,93
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	38.605.405,14	41.516.949,45	44.007.966,40	46.648.444,40
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	2.653.883,02	2.813.116,00	2.981.902,95	3.160.817,14
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	1.406.001,39	1.490.361,47	1.579.783,16	1.674.570,15
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	1.156.001,39	1.225.361,47	1.298.883,16	1.376.816,15
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	850.000,00	901.000,00	955.060,00	1.012.363,60
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	0,00	0,00	0,00	212.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	0,00	0,00	0,00	127.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	0,00	0,00	0,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	106.001,39	112.361,47	119.103,16	126.249,35
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	106.001,39	112.361,47	119.103,16	126.249,35
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	26.500,35	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	15.900,21	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	63.600,83	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00	0,00	0,00	200.000,00	212.000,00	224.720,00	238.203,20
1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	250.000,00	265.000,00	280.900,00	297.754,00
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	250.000,00	265.000,00	280.900,00	297.754,00
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	62.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	879.341,63	932.102,13	988.028,25	1.047.309,95
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	149.347,78	158.308,65	167.807,16	177.875,60
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P/Serviços	0,00	0,00	0,00	149.347,78	158.308,65	167.807,16	177.875,60
1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	729.993,85	773.793,48	820.221,09	869.434,35
1.1.2.2.30.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	0,00	0,00	0,00	400.000,00	424.000,00	449.440,00	476.406,40
1.1.2.2.98.00.00.00	Taxa Funerom - Bombeiros	0,00	0,00	0,00	42.000,00	44.520,00	47.191,20	50.022,67
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	287.993,85	305.273,48	323.589,89	343.005,28
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	368.540,00	390.652,40	414.091,54	438.937,04
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	368.540,00	390.652,40	414.091,54	438.937,04
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	134.832,00	142.921,92	151.497,24	160.587,07
1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMIC	0,00	0,00	0,00	134.832,00	142.921,92	151.497,24	160.587,07

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Atualização em 01/01/2015 (C)

Página: 3/5

Data: 22/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Público	0,00	0,00	0,00	134.832,00	142.921,92	151.497,24	160.587,07
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	62.643,35	66.401,95	70.386,07	74.609,23
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	62.643,35	66.401,95	70.386,07	74.609,23
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	62.643,35	66.401,95	70.386,07	74.609,23
1.5.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.5.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.5.2.0.28.00.00.00.00	Recelta da Usina de Tratamento de Lixo	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	29.775,89	31.562,44	33.456,19	35.463,56
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	0,00	0,00	0,00	28.946,18	30.682,95	32.523,93	34.475,36
1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	28.946,18	30.682,95	32.523,93	34.475,36
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	829,71	879,49	932,26	988,20
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	35.085.884,69	37.786.257,79	40.053.433,23	42.456.639,24
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	35.085.884,69	37.786.257,79	40.053.433,23	42.456.639,24
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	13.443.921,24	14.355.776,53	15.217.123,10	16.130.150,50
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	0,00	0,00	0,00	12.098.875,67	12.824.808,21	13.594.296,70	14.409.954,51
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	0,00	0,00	0,00	12.000.000,00	12.720.000,00	13.483.200,00	14.292.192,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun 25	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun 15	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun 60	0,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	17.906,81	18.981,22	20.120,09	21.327,30
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territorial Rur 25	0,00	0,00	0,00	4.476,70	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territorial Rur 15	0,00	0,00	0,00	2.686,02	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territorial Rur 60	0,00	0,00	0,00	10.744,09	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	80.968,86	85.826,99	90.976,61	96.435,21
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	266.852,75	282.863,92	299.835,75	317.825,90
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	12.289,94	13.027,34	13.808,98	14.637,52
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	118.337,55	125.437,80	132.964,07	140.941,92
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0,00	0,00	0,00	136.225,26	144.398,78	153.062,70	162.246,46
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	152.191,20	217.722,68	230.786,03	244.633,19
1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	6.741,60	7.146,10	7.574,86	8.029,35
1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Programa de Assistência Comunitária - PAC	0,00	0,00	0,00	28.090,00	29.775,40	31.561,92	33.455,64
1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS Progr Pessoa Port de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	15.900,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS Progr de Erradic do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	42.359,60	44.901,18	47.595,25	50.450,96
1.7.2.1.34.05.00.00.00	FNAS Outros recursos relativos à Assist Social	0,00	0,00	0,00	60.000,00	120.000,00	127.200,00	134.832,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	803.000,00	900.000,00	954.000,00	1.011.240,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	300.000,00	500.000,00	530.000,00	561.800,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	128.000,00	250.000,00	285.000,00	280.900,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	375.000,00	150.000,00	159.000,00	168.540,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	123.001,62	130.381,72	138.204,62	146.496,90
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Rec p Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96 25	0,00	0,00	0,00	30.750,41	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	0,00	0,00	0,00	18.450,24	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	0,00	0,00	0,00	73.800,97	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	17.491.963,45	18.541.481,26	19.653.970,13	20.833.208,34
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	17.141.963,45	18.170.481,26	19.260.710,13	20.416.352,74
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	15.900.568,47	16.854.623,78	17.865.901,20	18.937.855,28
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	0,00	0,00	0,00	3.975.147,12	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	0,00	0,00	0,00	2.385.088,27	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	0,00	0,00	0,00	9.540.353,08	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	1.023.695,46	1.085.117,19	1.150.224,22	1.219.237,67
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	0,00	0,00	0,00	255.923,87	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	0,00	0,00	0,00	153.554,31	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	0,00	0,00	0,00	614.217,28	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	217.679,52	230.740,29	244.584,71	259.259,79
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	0,00	0,00	0,00	54.419,88	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Atualização em 01/01/2015 (C)

Página: 4/5

Data: 22/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	0,00	0,00	0,00	32.651,93	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	0,00	0,00	0,00	130.607,71	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	350.000,00	371.000,00	393.260,00	416.855,60
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	350.000,00	371.000,00	393.260,00	416.855,60
1.7.2.2.40.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00	4.889.000,00	5.182.340,00	5.493.280,40
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00	4.889.000,00	5.182.340,00	5.493.280,40
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00	4.200.000,00	4.452.000,00	4.719.120,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	650.000,00	689.000,00	730.340,00	774.160,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	593.442,19	629.048,71	666.791,64	706.799,14
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	83.915,15	88.950,06	94.287,07	99.000,00
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	19.165,24	20.315,15	21.534,06	22.826,11
1.9.1.4.99.00.00.00.00	M.J. Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	19.165,24	20.315,15	21.534,06	22.826,11
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Prev na Legislação de Trânsito Pol Militar	0,00	0,00	0,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.15.55.00.00.00	Multas Prev na Legislação de Trânsito Pol Civil	0,00	0,00	0,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.15.55.00.00.00	Multas Prev na Legislação de Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	78.503,68	83.213,90	88.206,73	93.499,14
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	78.503,68	83.213,90	88.206,73	93.499,14
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	78.503,68	83.213,90	88.206,73	93.499,14
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	189.128,85	200.476,58	212.505,18	225.255,48
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	144.184,85	152.835,94	162.006,10	171.726,46
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	144.184,85	152.835,94	162.006,10	171.726,46
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	0,00	0,00	0,00	36.046,21	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	0,00	0,00	0,00	21.627,73	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	0,00	0,00	0,00	86.510,91	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelt - Princ	0,00	0,00	0,00	44.944,00	47.640,64	50.499,08	53.529,02
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	246.644,42	261.443,08	277.129,67	293.757,45
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	246.644,42	261.443,08	277.129,67	293.757,45
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	6.988.491,98	4.809.496,70	5.386.066,50	5.179.230,50
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	186.011,98	197.172,70	209.003,06	221.543,25
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	152.303,98	161.442,22	171.128,75	181.396,48
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	152.303,98	161.442,22	171.128,75	181.396,48
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	33.708,00	35.730,48	37.874,31	40.146,77
2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	33.708,00	35.730,48	37.874,31	40.146,77
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	4.802.480,00	4.612.324,00	5.177.063,44	4.957.687,25
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	4.802.480,00	4.612.324,00	5.177.063,44	4.957.687,25
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	1.533.600,00	1.613.616,00	1.998.432,96	1.588.338,94
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	1.533.600,00	1.613.616,00	1.998.432,96	1.588.338,94
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Dist. Fed e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	3.268.880,00	2.998.708,00	3.178.630,48	3.369.348,31
2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00	487.080,00	50.000,00	53.000,00	56.180,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	2.781.800,00	2.948.708,00	3.125.630,48	3.313.168,31
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-4.776.456,67	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-4.776.456,67	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	-4.776.456,67	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	0,00	0,00	0,00	-4.776.456,67	-5.063.044,07	-5.366.826,72	-5.688.836,31
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-1.928.181,68	-2.043.872,58	-2.166.504,94	-2.296.495,23
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-1.928.181,68	-2.043.872,58	-2.166.504,94	-2.296.495,23
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-1.903.581,36	-2.017.796,24	-2.138.864,02	-2.267.195,86
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-1.900.000,00	-2.014.000,00	-2.134.840,00	-2.262.930,40
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-3.581,36	-3.796,24	-4.024,02	-4.265,46

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Atualização em 01/01/2015 (C)

Página: 55  
Data: 22/10/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00		0,00	-24.600,32	-26.076,34	-27.640,92	-29.299,37
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00		0,00	-24.600,32	-26.076,34	-27.640,92	-29.299,37
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	0,00		0,00	-2.848.274,99	-3.019.171,49	-3.200.321,78	-3.392.341,08
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	0,00		0,00	-2.848.274,99	-3.019.171,49	-3.200.321,78	-3.392.341,08
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00		0,00	-2.600.000,00	-2.756.000,00	-2.921.360,00	-3.096.641,60
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00		0,00	-204.739,09	-217.023,44	-230.044,84	-243.847,53
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPT-Exp p/ Formação FUNDEB	0,00		0,00	-43.535,90	-46.148,05	-48.916,94	-51.851,95
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	40.817.440,45	41.263.402,08	44.027.206,18	46.136.838,59
Total geral:		0,00	0,00	0,00	43.002.860,22	43.579.947,04	46.482.743,84	48.741.708,50

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE TURVO**

Data: 22/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.351.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
Outras dívidas	2.351.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	2.900.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.300.000,00	3.500.000,00	3.800.000,00
Ativo disponível	2.900.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.300.000,00	3.500.000,00	3.800.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(549.000,00)	(1.000.000,00)	(1.400.000,00)	(1.800.000,00)	(2.300.000,00)	(2.800.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(549.000,00)	(1.000.000,00)	(1.400.000,00)	(1.800.000,00)	(2.300.000,00)	(2.800.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(1.377.552,31)	(451.000,00)	(400.000,00)	(400.000,00)	(500.000,00)	(500.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 828.552,31.

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE TURVO**

Data: 22/10/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.351.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
Outras dívidas	2.351.000,00	2.000.000,00	1.700.000,00	1.500.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	2.900.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.300.000,00	3.500.000,00	3.800.000,00
Ativo disponível	2.900.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.300.000,00	3.500.000,00	3.800.000,00
DCL (III) = (I - II)	(549.000,00)	(1.000.000,00)	(1.400.000,00)	(1.800.000,00)	(2.300.000,00)	(2.800.000,00)



**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2015 (C)

Página: 1/1

Data: 22/10/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	43.523.830,25	46.135.260,05	48.903.375,66
Receita Tributária	2.930.236,94	3.106.051,14	3.292.414,22
Receita de Contribuição	309.664,16	328.244,01	347.938,65
Receita Patrimonial	78.222,19	82.915,53	87.890,45
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	47.640,64	50.499,08	53.529,02
Receita Serviços	31.562,44	33.456,19	35.463,56
Transferências Correntes	39.376.675,43	41.739.275,93	44.243.632,50
Outras Receitas Correntes	749.828,45	794.818,17	842.507,26
DEDUÇÕES (II)	5.083.359,22	5.388.360,78	5.711.662,42
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	5.063.044,07	5.366.826,72	5.688.836,31
M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	20.315,15	21.534,06	22.826,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	38.440.471,03	40.746.899,27	43.191.713,24

NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA  
MUNICÍPIO DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 22/10/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Processos de execução judicial - Impostos	59.550,80	Cobrança Judicial	59.550,80
<b>SUBTOTAL</b>	<b>59.550,80</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>59.550,80</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas não Orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais - art 8º da Portaria Interministerial 163 de 04/05/2001	23.820,32	Ajustes no orçamento	23.820,32
Intempéries	5.955,08	ajustes no orçamento	5.955,08
<b>SUBTOTAL</b>	<b>29.775,40</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>29.775,40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>89.326,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>89.326,20</b>

**NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA****MUNICÍPIO DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VII-A Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 22/10/2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Subsidio		32.157,43	34.086,87	36.132,08	O Município tem registrado aproximadamente 3100 unidades cadastrais objeto de lançamento de IPTU. Do valor estimado a ser lançado para o exercício de 2.015 indicam que 20% do valor lançado não é arrecadado, se constituindo em dívida ativa e, 5% do valor lançado refere-se a isenção concedida a contribuintes aposentados, pensionistas e templos. Do total arrecadado nos últimos dois exercícios, cerca de 55% tem origem no pagamento em cota única com benefício do desconto de 10%. O Município tem registrado aproximadamente 3100 unidades cadastrais objeto de lançamento
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Anistia		26.202,35	27.774,49	29.440,95	
Total			58.359,78	61.861,36	65.573,03	

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE TURVO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 22/10/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2015</b>
Aumento Permanente da Receita	4.964.428,62
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.964.428,62
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.964.428,62
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.059.404,28
Novas DOCC	1.059.404,28
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	3.905.024,34

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Aviso de Retificação de Edital TP 08/2014

Aviso de Retificação de Edital TP 08/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014

MUNICIPIO DE VARGEÃO - SC

O MUNICIPIO DE VARGEÃO, através do Prefeito Municipal COMUNICA QUE:

Devido ao ponto facultativo do dia 31 de outubro de 2014, fica alterada a data referente à licitação Tomada de Preços nº 08/2014 que tem por objeto a seleção de empresa para a execução de obra referente à construção de um muro de alvenaria estruturada, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a ser executado em parte das linhas divisórias de um terreno localizado na sede do município de Vargeão, SC, para o dia 03 de novembro de 2014, sendo:

Recebimento das Propostas: até 03 de novembro de 2014;

Horas: até as 09h45min;

Abertura das Propostas: 03 de novembro de 2014;

Horas: 10 horas;

As demais informações permanecem inalteradas.

Vargeão, SC, 24 de outubro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Resolução Nº 018/14

CONSELHO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 018/2014

Dispõe sobre a Implantação e Reordenamento do Acolhimento de Crianças e Adolescentes no município de Videira

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais sobre ata nº 198/14, do dia 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art.(1º) Aprovar a Implantação e Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do Município de Videira, através do Plano de Acolhimento 2014/2017.

Art. (2º) - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2014.

Viviane de Fátima e Silva Sporr

Presidente do CMAS

#### Ata Nº 0198/14

Ata nº 198 – Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e catorze reuniram-se às quinze horas e trinta minutos, em reunião ordinária, sito a Rua Lauro Muller, 288, na sala de reuniões do Departamento de Ação Social, os Conselheiros Municipais de Assistência Social, para deliberarem sobre o seguinte assunto de pauta: 1) Apreciação do Plano de Implantação e Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes para 2014/2017. Dando início aos trabalhos a Sra. Viviane deu as boas vindas aos presentes e, seguiu apresentando a Assistente Social da Casa Lar Sra. Rosana Locatelli, a qual explicou aos presentes acerca do Plano de Acolhimento Institucional 2014/2017. Rosana juntamente com a Gestora da Assistência Social Sra. Justina detalharam aos conselheiros a nova nomenclatura que está sendo usada, passando a não se chamar mais Casa Lar Menino Jesus, mas sim Abrigo Institucional Menino Jesus, conforme orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Conanda (Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente). Também apresentou a equipe técnica, a qual orienta-se pela NOB-RH/SUAS, e todos os projetos políticos pedagógicos, os quais estarão sendo contemplados a partir da aprovação do referido Plano. Houve alguns questionamentos no sentido de enriquecer o trabalho com menores em situação de abrigo do município e logo após as discussões colocou-se em votação, da qual obtivemos a aprovação por unanimidade. Em tempo, marcou-se reunião com visita ao Abrigo Institucional em andamento e ao em construção para o dia três de novembro no mesmo horário. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, senhora Viviane declarou encerrada a reunião, da qual eu, Esther, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes conforme livro de assinaturas.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0125/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0125/2014  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0104/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARILDA BRUCH  
CPF: 008.986.309-75  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 10 de outubro de 2014.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0126/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0126/2014  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0265/13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TALIZE SIEMINKOSKI  
CPF: 063.566.029-61  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 03 de outubro de 2014.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0127/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0127/2014  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0606/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIZANGELA DE ALMEIDA SANTOS  
CPF: 736.421.939-00  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 02 de outubro de 2014.

**Extrato do Termo Aditivo N. 0120/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0120/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JAQUELINE APARECIDA MEDEIROS THIBES RISSARDI  
CPF: 062.259.229-70  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 05 de fevereiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0125/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0125/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS  
CPF: 022.348.869-02  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora MARLENE FERNANDES GONÇALVES em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e em substituição à servidora MARLENE FERNANDES GONÇALVES que se encontra transitoriamente afastada de suas funções, pois não retornou ao trabalho na data prevista, conforme Processo Administrativo n. 17.044".  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de outubro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0157/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0157/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA MANTOANI  
CPF: 064.583.649-46  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0282/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0282/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELISIA ILENE BECKEMBACK VARELLA  
CPF: 712.948.309-10  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 11 de novembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0416/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0416/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA  
CPF: 528.468.499-00  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) e em substituição à servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) e em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO, aposentada, conforme Decreto n. 11.283/14".  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 19 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Decreto Nº 11.318/14**

DECRETO N.º 11.318/14, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Concede pensão por morte, em face do óbito da servidora inativa MARCELINA OLIVA MENEGUZZI BALBINOT, em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao dependente presumido JOÃO LEONIR BALBINOT e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 042/14,

**DECRETA**

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em face do óbito da servidora inativa MARCELINA OLIVA MENEGUZZI BALBINOT, que era brasileira, casada, inscrita no CPF nº 828.936.919-00, em caráter integral, nos termos do inciso I, do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao dependente presumido JOÃO LEONIR BALBINOT (cônjuge).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I, § 7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante

bruto total de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Parágrafo Único- O valor dos proventos será corrigido na mesma data e pelo mesmo índice conferido aos servidores aposentados que não possuem paridade, nos termos da Legislação Vigente.

Art. 3º Fica declarada a extinção da aposentadoria por tempo de serviço, concedida a servidora falecida nos termos do Decreto nº 1.194/87, datado de 11 de maio de 1987.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de outubro de 2014, data do óbito, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1353/14**

PORTARIA nº 1.353/14

Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luiz Leoni

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam no Processo Administrativo nº 17.974/14,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pelos Veteranos Auto Vidros Lombada, neste ato representado pelo seu presidente Valdecir dos Santos, no dia 16 de novembro de 2014, das 08h00min às 17h00min, a fim de realizar uma partida de futebol amistosa com a equipe da cidade de Saltinho/SC.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro e gêneros alimentícios;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.
- f. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos

plásticos e colocá-lo em local apropriado;  
j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1354/14**

PORTARIA Nº 1354/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/02-1, nos assentos funcionais da servidora GUIOMAR ZAGO, detentora da matrícula funcional nº 2168, e do cargo de provimento efetivo de Merendeira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 17888/2014,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora GUIOMAR ZAGO, detentora da matrícula nº 2168 e do cargo de provimento efetivo de Merendeira, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/02-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



**Portaria Nº 1352/14**

PORTARIA nº 1352/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.978/2014,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Igreja Adventista do Sétimo Dia em Videira, no dia 1º de novembro de 2014, das 07h00min às 17h00min, a fim de realizar o projeto "Seminário de Enriquecimento Espiritual".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro e gêneros alimentícios;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- e. se obriga, também, a instituir a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências, nos termos da Lei Estadual nº 13.316/2005; ao idoso, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003; e aos estudantes, nos termos da Medida Provisória nº 2.208/01.
- f. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 23 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1350/14**

PORTARIA nº 1.350/14

Autoriza o Uso de Bens Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 18.120/14,

**RESOLVE**

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária, Praça Nereu Ramos e no Trevo, localizado na Rua Saul Brandalise (localizado o relógio e o termômetro do SICOOB), pelo Laboratório Científico Ltda e Rede Videirense de Combate ao Câncer, no dia 1º de novembro de 2014, das 09h00min às 12h00min, para distribuição de panfletos e orientações sobre o tema "Novembro Azul", campanha para prevenção do câncer de próstata.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2014

HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PALESTRA COM A ESCRITORA MARY FRANÇA NO ENCONTRO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS "A VOLTA AO MUNDO NOS PINGOS COLORIDOS DA LEITURA" PARA OS ALUNOS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FORNECEDOR: MEF EDITORA LTDA VALOR DA DESPESA: VALOR: R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", inciso I e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 24 de Outubro de 2014.

JORGE ANTONIO LOPES OLIVEIRA

Vice-Prefeito Municipal em exercício

**ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE - SETEMBRO 2014**

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

**CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE SETEMBRO DE 2014**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				3.608.698,39
1.2 - ITBI				1.662.243,36
1.3 - ISS				6.046.485,86
1.4 - IRRF				1.249.822,73
1.5 - FPM				14.167.895,21
1.6 - ITR				18.128,02
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				99.885,04
1.8 - ICMS				25.557.373,36
1.9 - IPVA				4.895.106,14
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				395.013,88
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				434.874,79
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				281.831,10
<b>1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS</b>				<b>58.417.357,88</b>
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				8.762.603,68
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				3.849.214,15
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.233.842,96
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				387.890,88
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				331.337,00
<b>TOTAL</b>				<b>15.564.888,67</b>
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	8.762.603,68	9.146.311,98	15,66	383.708,30
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	6.083.057,11	3.585.387,98	58,94	-2.497.669,13
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	719.227,88	310.598,99	43,19	-408.628,89
<b>TOTAL</b>	<b>15.564.888,67</b>	<b>13.042.298,95</b>		<b>-2.522.589,72</b>

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de Outubro de 2.014.

Juliane M.C.Wartha  
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch  
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal

## Xavantina

### PREFEITURA

#### Ata Recebimento Parecer Jurídico E Abertura de Sessão Para Lances PP 57-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTAR TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6, SÉRIE B21003, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, CONFORME RELAÇÃO DE LOTES, ITENS E ESPECIFICAÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTA EDITAL.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 006/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento do parecer referente aos pedidos de desclassificação de propostas de preços referentes a licitação em epígrafe. A Assessoria Jurídica do Município de Xavantina deu parecer para a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da empresa DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e pela CLASSIFICAÇÃO e/ou manutenção da proposta da empresa RETÍFICA MOCELIN LTDA. Assim a Comissão acata e acompanha a decisão da Assessoria Jurídica. Fica marcada sessão para abertura da fase de lances para as 09:00 horas do dia 30/10/2014. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Soraia Ellis Budke Membro da Equipe de Apoio	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio

## Xaxim

### PREFEITURA

#### Decretos 429,431,432,434

DECRETO Nº 431/2014

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL, EM TURNO ÚNICO, EM ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido pelo presente, turno único de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, com vigência a partir de 27 de outubro de 2014, até 21 de fevereiro de 2015, com expediente das 12:30h às 18:30h.

Art. 2º. Permanecem em regime de horário normal:

- I - A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e unidades a elas ligadas;
- II - O CREAS, CRAS, CEACA e o Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Municipal), pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- III - O Projeto Vida Saudável (Educação Física), da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade;
- IV - O Departamento de Serviços Urbanos, Setor de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Parque de Máquinas da Secretaria de Infraestrutura, das 07h às 13h;

Art. 3º. A critério do Chefe do Poder Executivo e mediante exposição de motivos devidamente fundamentada do titular da Secretaria ou órgãos pertinentes, poderão ser estabelecidas exceções ao horário especial instituído pelo presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de outubro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 429/2014.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 16 de outubro de 2014, o servidor municipal RODILEI BUSATTA, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR GERAL DA FAZENDA, portador da matrícula 6008, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de outubro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 432/2014.

Exonera servidor municipal por aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 604.233.941-2.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, por aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, a partir de 22 de outubro de 2014, o servidor municipal ROQUE DE OLIVEIRA VAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, portador da matrícula 854, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de outubro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº 434/2014

Torna definitiva a alteração de carga horária de professor e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações; Lei Complementar Nº 081, de 20 de julho de 2011 e suas alterações; Lei Complementar Nº 128, de 28 de novembro de 2013 e Edital 006/2013, de 02 de dezembro de 2013 e considerando solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada DEFINITIVA, a alteração de carga horária da servidora municipal IVANI TESSARO CAMPIGOTTO, matrícula 1941, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Educação Infantil), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido no Decreto nº 632/2013.

Art. 2º A presente alteração passa de temporária para definitiva, em decorrência de aposentadoria do servidor titular da vaga.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de outubro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº 435/2014

Torna definitiva a alteração de carga horária de professor e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações; Lei Complementar Nº 081, de 20 de julho de 2011 e suas alterações; Lei Complementar Nº 128, de 28 de novembro de 2013 e Edital 006/2013, de 02 de dezembro de 2013 e considerando solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada DEFINITIVA, a alteração de carga horária da servidora municipal ROSELI BRUM CENCI, matrícula 1138, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora (Educação Infantil), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido no Decreto nº 030/2014.

Art. 2º A presente alteração passa de temporária para definitiva, em decorrência de aposentadoria do servidor titular da vaga.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de outubro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

## Consórcios

### CIGA

#### Extrato Contrato 383 - PGT - Braço do Norte

Extrato de Contrato nº 383/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Braço do Norte

CONTRATANTE: Município de Braço do Norte

CNPJ: 82.926.551/0001-45

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 23 de setembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 384 - PGC - Gaspar

Extrato de Contrato nº 384/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores - Gaspar

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Gaspar

CNPJ: 83.543.546/0001-16

CONTRATO Nº: CM-007/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 7.749,67 (sete mil e setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 08 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 385 - PGT - Gravatal

Extrato de Contrato nº 385/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Gravatal

CONTRATANTE: Município de Gravatal

CNPJ: 82.926.569/0001-47

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 111/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública

Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 09 de setembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 386 - PGT - São Joaquim

Extrato de Contrato nº 386/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - São Joaquim

CONTRATANTE: Município de São Joaquim

CNPJ: 82.561.093/0001-98

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 85/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 387 - PGT - Macieira

Extrato de Contrato nº 387/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Macieira

CONTRATANTE: Município de Macieira

CNPJ: 95.992.020/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0045/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal



eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 388 - Dom - Macieira**

Extrato de Contrato nº 388/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Macieira

CONTRATANTE: Município de Macieira

CNPJ: 95.992.020/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0046/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Macieira no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 389 - PGC - Passos Maia**

Extrato de Contrato nº 389/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Passos Maia

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Passos Maia

CNPJ: 95.993.085/0001-62

CONTRATO Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato Contrato 390 - PGT - Corupá**

Extrato de Contrato nº 390/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Corupá

CONTRATANTE: Município de Corupá

CNPJ: 83.102.467/0001-70

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 167/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

## **CISAM**

### **Extrato de Contrato CISAM-Mo Nº 020/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 20/2014

DATA DA ASSINATURA: 09.10.2014

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL CISAM MEIO OESTE SC

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE VARGEM

CNPJ DO CONTRATADO: 95.995.130/0001-18

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE KIT CONTENDO CINCO EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, ORIUNDOS DO TERMO DE COMPROMISSO TC/PAC Nº 0327/2010, DO CONTRATANTE AO CONTRATADO.

VALOR DO KIT: R\$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 09.10.2014 A 08.10.2019

ANDEVIR ISGANZELLA

PRESIDENTE - CONTRATANTE

NELSON GASPERIM JUNIOR

PREFEITO - CONTRATADO